



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Declaro aberta a 1ª reunião extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 36 (itens remanescentes), 37, 38, 39, 40, 41 e 42.

Há *quorum* para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional.

Peço silêncio ao Plenário e informo que estamos começando atrasados devido à realização de um acordo entre as Lideranças numa reunião que se alongou além do previsto. Vamos, então, passar para os itens acordados.

Apreciação da ata da 3ª reunião extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2004.

Havendo a concordância do Plenário, fica dispensada a leitura da ata, por ter sido a mesma antecipadamente distribuída.

Não havendo discussão, e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro a ata aprovada.

Leitura do expediente.

A correspondência recebida pela nossa Secretaria foi enviada aos membros da Comissão e às Lideranças Partidárias via correio eletrônico, nos dias 15 e 20 de dezembro de 2004. Essa correspondência está disponível na mesa de trabalhos e constará das notas taquigráficas da reunião.

Mais uma vez, peço silêncio ao Plenário. *(Pausa.)*

Ordem do Dia.

Pauta nº 36.

Item 16.

Projeto de Lei nº 103, de 2004 - CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$63.195.800,00 (sessenta e três milhões, cento e noventa e cinco mil e oitocentos reais), para os fins que especifica."

Relator: Senador Hélio Costa.

Foram apresentadas 107 emendas ao projeto.

O voto é favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

Lembro que o debate acerca da matéria foi encerrado na 3ª reunião extraordinária do dia 15.

Foram apresentados 3 destaques. Também já foi encerrado o prazo para destaque. Vamos colocar em votação o parecer do Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados, ressalvados os 3 destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal, também ressalvados os destaques.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Os 2 destaques, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não, o Senador Hélio Costa já tem parecer sobre os destaques. É o destaque nº 1, referente à Emenda nº 12, do Senador Sérgio Guerra; o Destaque nº 2, referente à Emenda nº 99, do Deputado Leonardo Monteiro; e o Destaque nº 3, que se refere à Emenda nº 75, de autoria do Deputado João Grandão.

Tem a palavra o Senador Hélio Costa para se pronunciar sobre os destaques.

O SR. SENADOR HÉLIO COSTA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, acatamos parcialmente, como disse o ilustre Presidente, a Emenda nº 12, por haver um acordo no valor de 2 milhões de reais, sendo retirados do Porto de Sepetiba para o Porto de Recife, por uma razão que precisa inclusive ser explicada. O Ministério dos Transportes tinha de fazer a implantação do sistema de sinalização náutica no Porto de Sepetiba e também no Porto de Recife até julho deste ano e não fez. Então, tinha de haver uma previsão de recursos para atender aos 2 portos. E, como não houve a previsão para Recife, foi feito um acordo entre a Liderança do Governo e o Ministério dos Transportes, o DNIT, os Senadores e os Deputados do Estado do Rio de Janeiro e de Pernambuco, para atendermos ao destaque apresentado pelo Senador Sérgio Guerra, retirando, dos 6 milhões de Sepetiba, 2 milhões para o Porto de Recife.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A segunda emenda que estamos acatando é a de nº 99, do Deputado Leonardo Monteiro. Essa emenda, na realidade, vem atender a uma proposição que diz respeito a 3 importantes obras em Minas Gerias, notadamente aquela que se refere ao sul de Minas, da região de Poços de Caldas até a fronteira com o Estado de São Paulo.

A emenda foi apresentada inicialmente pela bancada mineira no valor de 12 milhões de reais para a construção do trecho Honorópolis—Campina Verde, que deveria ter sido federalizado. Como não foi federalizado, evidentemente tinha de haver um acordo entre o Ministério dos Transportes e a bancada mineira — e isso foi feito —, para que esse recurso fosse remetido para a BR-364, entroncamento da 497 com a 461, e o Ministério dos Transportes fez todo esse procedimento.

Então, acatamos a proposta do Deputado Leonardo Monteiro no sentido de retirarmos, dos 12 milhões aprovados na emenda de bancada dos Senadores no Senado Federal, 2 milhões para atender à proposição do Deputado Leonardo Monteiro, que vem ao encontro das necessidades apresentadas pelo Governo, pela sua Liderança, pelo Ministério dos Transportes e pelo DNIT.

São as duas emendas que vamos acatar. Não podemos acatar a Emenda nº 75, do Deputado João Grandão, porque ela não tem recursos orçamentários e teríamos de descaracterizar o projeto para poder recebê-lo.

É o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Portanto, o Relator ofereceu parecer favorável ao atendimento parcial (2 milhões de reais) do Destaque nº 1.

O SR. SENADOR HÉLIO COSTA - Dois milhões no Destaque nº 1, inicialmente da Emenda nº 12, e também 2 milhões no que diz respeito à Emenda nº 99. No caso da Emenda nº 73, não houve acordo. Assim sendo, não podemos descaracterizar o projeto do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Então, só para registrar, temos, no Destaque nº 1, acatamento parcial de 2 milhões de reais, da mesma forma que no Destaque nº 2. Portanto, vou colocar em votação ambos os destaques, que têm acatamento parcial do Senador Hélio Costa.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que acompanham o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Hélio Costa permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os 2 destaques.

O Destaque nº 3 tem parecer pela rejeição.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o destaque na Câmara dos Deputados, não vai ao Senado.

Pauta nº 37.

Item 01.

Projeto de Lei nº 98, de 2004 - CN, que “*Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito especial no valor de R\$23.600.000,00 (vinte e três milhões e seiscentos mil reais), para os fins que especifica...*”

Relator: Deputado Nelson Meurer.

Foram apresentadas 180 emendas.

O voto é favorável, nos termos do Projeto.

As emendas estão disponíveis para consulta na mesa dos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Nelson Meurer, para apresentar o relatório.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Vou ler o voto do Relator, Sr. Presidente:

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO/2004 (Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003), e à sua conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício de 2004 - LOA/2004 (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004).

Constatamos que a ação a ser incluída na LOA/2004 pelo crédito especial em análise não consta do PPA 2004-2007. Entretanto, sua inclusão está sendo proposta em uma proposição em



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tramitação nesta Comissão: o Projeto de Lei nº 118, de 2004 - CN, que consiste em projeto de lei de revisão do PPA 'específico', de que trata o art. 5º do PPA.

Quanto às emendas, não obstante o mérito e a relevância das proposições, optamos pelo seu não-acolhimento, com vistas a evitar a descaracterização do crédito proposto.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 98 de 2004, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das emendas apresentadas.

O Projeto de Lei nº 118, de que trata o voto do Relator, já foi aprovado por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados o parecer do Relator.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois não, Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, quero registrar a presença no nosso plenário do atleta Vanderlei Cordeiro de Lima, medalha de bronze na maratona de Atenas. *(Palmas.)* É um companheiro nosso, da nossa cidade de Maringá, que veio fazer um pedido à Comissão. O atleta Vanderlei já se manifestou na reunião de Líderes. Faço, portanto, o registro da sua presença, um exemplo de brasileiro que todos devemos seguir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado. Fica registrada, portanto, a presença do nosso campeão olímpico. Ele já conversou com os Líderes na reunião que antecedeu a esta e, com certeza, tem pique de maratona para acompanhar esta reunião. De certo, está convidado a permanecer aqui.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - É importante registrar, Sr. Presidente, que o Vanderlei veio pedir apoio para todas as emendas de esporte que estejam tramitando na Comissão, especialmente para os Jogos Pan-Americanos que se realizarão no Rio, onde ele vai buscar a condição de tricampeão da maratona. Já foi duas vezes campeão, quer ser tricampeão e pede o apoio para a estrutura no Rio e para a emenda de bancada do Paraná, da Vida Olímpica.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente. Quero agradecer ao Deputado Ricardo Barros, lembrando que a bancada do Rio de Janeiro, no ano passado — e repetiu este ano —, fez uma emenda de 80 milhões para o estádio olímpico que servirá ao Pan-Americano que todos tanto festejam. Infelizmente, não foi liberado ainda nenhum real, tanto que a bancada resolveu repetir a emenda. Quem sabe em 2005 o Governo Federal resolve liberar algum dinheiro para a construção do estádio olímpico que vai servir ao Pan-Americano de 2007?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com o apoio da Deputada Laura Carneiro e a pressão do nosso atleta Vanderlei, com certeza, a situação vai melhorar.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, o PMDB manifesta apoio à emenda defendida pela bancada do Paraná, parabeniza nosso atleta e agradece a visita. Quero dizer que ele pode ficar tranquilo porque ninguém irá tirá-lo da pista. Vamos incluir a verba a favor do esporte, que ele representa tão bem.

Desejo-lhe felicidades. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, quero apenas fazer um esclarecimento. Tão importante quanto as emendas que estamos votando é o projeto em que esta Casa e o Governo Federal vêm trabalhando, exatamente sobre a criação do Estatuto do Desporto, uma lei de incentivo ao esporte a exemplo do que a cultura já tem. Tenho certeza de que o Vanderlei é um grande defensor dessa lei, assim como o Comitê Olímpico, todos os atletas olímpicos e paraolímpicos. E todos podem ter a certeza de que, no próximo ano, esta Casa estará votando esse estatuto como uma lei de incentivo ao esporte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta nº 39.

Apreciação do relatório apresentado aos seguintes projetos de lei:

Item 1.

Projeto de Lei nº 55, de 2004 - CN, que “*Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$894.316.236,00 (oitocentos e noventa e quatro milhões, trezentos e dezesseis mil, duzentos e trinta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências*”.

Relator: Deputado Virgílio Guimarães.

Foram apresentadas 12 emendas.

O voto é favorável, nos termos do projeto.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. pode ler apenas o voto.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Das emendas apresentadas, as de nºs 1, 6 e 10 foram inadmitidas em razão do § 1º do art. 29 da Resolução nº 01 de 2001, reeditada em 12 de novembro de 2004, que veda a criação de subtítulos novos em projetos de lei de crédito suplementar; e a Emenda nº 2 foi inadmitida em razão do inciso I do art. 29, que veda contemplar subtítulos em unidade orçamentária não prevista no projeto de lei.

As Emendas de nºs 7, 8 e 9 e 11 indicam como fonte de recursos para os acréscimos de dotações que pretendem o cancelamento de dotações consignadas, no projeto, à ação “Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza”. Não obstante o mérito dessas proposições, tivemos de rejeitá-las, pois propõem como fonte de recursos a anulação de dotação necessária ao cumprimento de despesas obrigatórias da União.

Em que pese o mérito das proposições contidas nas demais emendas (as de nºs 3, 4, 5 e 12), optamos por rejeitá-las, visto que propõem, como fonte de recursos para o acréscimo de dotações que pretendem, o cancelamento de dotações destinadas a ações indispensáveis à expansão, controle e administração do Programa Bolsa Família — PBF.

Consta de anexo a este parecer quadro com a execução orçamentária dos projetos/atividades que fazem parte do Projeto de Lei, ocorrida até o dia 25 de novembro de 2004.

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva suplementar o atendimento de gastos previstos na Lei Orçamentária vigente.

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com os dispositivos legais relativos à alocação de recursos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 55, de 2004 - CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado.

Em conformidade com o estabelecido na alínea “o” do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, declaro inadmitidas as Emendas nºs 1, 6 e 10, sugeridas pelo Relator.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Antes, informo que há um destaque de autoria do Deputado Eduardo Sciarra.

O parecer está em votação na Câmara dos Deputados, ressalvado o destaque.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal, também ressalvado o destaque.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães para que se manifeste sobre o destaque.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, já havia uma negociação anterior. Eu gostaria apenas de verificar, porque relatei um projeto que nos deu problema. O destaque era acordado, mas não incidiu sobre a emenda cabível. Algumas emendas foram inadmitidas. Então, quero apenas verificar...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Qual é o destaque?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Qual é a emenda destacada?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - A Emenda nº 11. Vamos verificar sua situação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. pode ver no voto se ela está inadmitida.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - É exatamente o que estou fazendo, contando, para isso, com sua ajuda.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O meu papel está com você.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Tenho de localizar no voto se ela está inadmitida. *(Pausa.)* Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Inadmitidas estão as Emendas nºs 1, 6 e 10.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não tem problema algum. Essa V.Exa. rejeitou... Emenda nº 11: *“como fonte de recursos para os acréscimos de dotações que pretendem o cancelamento de dotações consignadas...”*. Se V.Exa. vai cancelar outro, pode. Se vai trocar o cancelamento, não tem problema. Não poderia se fossem as Emendas 1, 6 e 10. A nº 11 pode.

(Não identificado) - Na de nº 11 é possível.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Eu queria apenas ver o valor do programa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas V.Exa. pode, eventualmente, acatar parcialmente.

(Não identificado) - Fica a critério do Deputado Virgílio acatar parcialmente.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Estou apenas verificando aqui uma adequação de valor, para que não seja um valor que desfigure a federação nem um valor tão pequeno que não atenda os projetos de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O pleito era de 5 milhões.

(Não identificado) - Fica a critério do nobre Relator.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O pleito era de 5 milhões.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Deputado Eduardo Sciarra, fica em 20% do valor da emenda.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Parecer do Relator pelo acatamento parcial, valor de 1 milhão.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Havendo apreciação prévia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Votação na Câmara.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Deputada Laura Carneiro, sabe V.Exa. que este Plenário é muito rico, mas há discussões feitas com o Ministério. Não se trata de um Deputado que faça emendas assim... Desculpe-me. Tal como as de V.Exa., são questões fundamentadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Assim que V.Exas. permitirem, vou colocar em votação o parecer ao destaque. *(Pausa.)*

Em votação parecer favorável ao acatamento parcial na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2.

Projeto de Lei nº 63, de 2004, que *“Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$1.007.884.000,00 (um bilhão, sete milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”*.

Relator : Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES - Sr Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não estou vendo o Deputado.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES - O Deputado Jaime Martins está chegando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Peço ao Deputado Humberto Michiles que proceda à leitura do voto.

Foram apresentadas 138 emendas. O voto foi favorável nos termos do substitutivo apresentado. As emendas estão disponíveis para consulta na mesa de trabalho.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES - Sr. Presidente, é o seguinte o Voto do Relator:



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

“Do exame do projeto, verificamos inicialmente que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO/2004 e à sua conformidade com a Lei Orçamentária

para o exercício de 2004 - LOA/2004.

Consoante determinação do art. 30 da Resolução nº 1, de 2001 - CN, é apresentada em anexo a execução orçamentária recente de cada subtítulo a ser suplementado (...)

Comunica-se ao Presidente desta Comissão a inadmissibilidade das emendas a seguir relacionadas:

a) nºs 00037 a 00039; 00049; 00054 a 00057; 00066; 0070; 00084; 00090 a 00096; 00098 a 00105; 00107 a 00110; 00136; por contrariarem o § 1º do art. 29 da Resolução nº 1, de 2001 - CN, ao proporem a criação de subtítulo novo, não constante da lei orçamentária vigente, em projeto de lei de crédito suplementar;

b) nº 00009, por contrariar o art. 29 (...)

Para a análise das emendas admitidas foram adotados os seguintes critérios:

1. A programação de nenhuma Unidade da Federação sofreu cortes líquidos;

2. A programação dos Estados de Alagoas, Amazonas, Piauí, Distrito Federal, Paraíba, Tocantins, Rio Grande do Norte e Pernambuco não sofreu alterações. Não houve cortes, uma vez que não havia emendas a serem atendidas;

3. Não houve reduções nem acréscimos líquidos na programação do Estado de Minas Gerais, tendo se verificado somente remanejamentos internos;

4. Os remanejamentos internos em cada Estado se limitaram ao máximo de 25% do total de suas dotações de restauração e conservação com o objetivo de não desfigurar o projeto de lei;

5. A fim de atender às fontes necessárias ao atendimento das emendas, quando necessário, foram remanejados recursos da própria programação dentro do próprio Estado.

Ainda que reconhecida a necessidade de compensação ou demonstração de não afetação do resultado primário nos projetos de lei de créditos adicionais, que contemplem despesas primárias a partir de fontes financeiras, caso do presente projeto de lei, há de se reconhecer que as metas fiscais para o exercício já foram atingidas com excesso à meta fixada na LDO/2004, aumentada em agosto de 2004 para 4,5% do PIB, sendo que, agora em outubro de 2004, segundo números divulgados em 26 de novembro de 2004 pelo Banco Central, já se registrou um resultado fiscal acumulado em 12 meses de 4,81% do PIB.

Sopesando os elevados propósitos dos autores das emendas e o seu mérito na busca de superar reais necessidades mediante as ações por eles apontadas e o elevado resultado fiscal já registrado até o presente momento, somos pelo acolhimento de emendas à conta da Reserva de Contingência, no montante de R\$80.729.000, o equivalente a cerca de 16% do total disponível na rubrica, conforme quadros demonstrativos em anexo, certos da compreensão dos meus pares.

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 63, de 2004 - CN, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas no Quadro I - Demonstrativo de Decisões, bem como dos cancelamentos apresentados no Quadro II, na forma do Substitutivo”.

É o voto do Deputado Jaime Martins, Relator do PL nº 63, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Humberto Michiles.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em conformidade com o estabelecido na alínea “o”, do art. 8º, do Regulamento Interno da Comissão, declaro inadmitidas as emendas nºs 9, 37 a 39, 49, 54 a 57, 66, 70, 84, 90 a 96, 98 a 105, 107 a 110 e 136, sugeridas pelo Relator.

A matéria está em discussão.

Temos apresentados 2 destaques.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Há 2 destaques apresentados.

Em votação o parecer na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal, ressalvados os destaques.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Deputado Humberto Michiles, vou encaminhar a V.Exa. os 2 destaques para que dê parecer em substituição ao Relator.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, pela ordem. Fizemos um acordo no sentido de que não haveria destaques novos.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES - Sr. Presidente, os 2 destaques, de autoria do ilustre Deputado Zé Gerardo, tratam apenas de remanejamento da própria emenda do Deputado.

Portanto, somos favoráveis e acatamos os pedidos de destaque do Deputado Zé Gerardo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Esse destaque é permitido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Para esclarecer, Deputada Laura Carneiro, temos um acordo, mas regimentalmente a Presidência não pode impedir que alguém apresente destaque.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro que não. Na verdade, esse estava dentro do acordo, mas, de outra forma, vamos criar o hábito de não estarmos em acordo, discutir, pedir verificação etc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com certeza. Há concordância, porque apenas estão sendo remanejados valores para outra emenda.

Portanto, o parecer é favorável à aprovação dos 2 destaques, um do Deputado Zé Gerardo e outro do Deputado Aníbal Gomes.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que acompanham o voto do Relator, portanto, pela aprovação, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal o parecer sobre os destaques.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3.

Projeto de Lei nº 100, de 2004, que “*Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global R\$201.644.098,00 (duzentos e um milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil e noventa e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.*”

Relator: Deputado Geraldo Resende.

Foram apresentadas 72 emendas.

O voto é favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

Com a palavra o Deputado Geraldo Resende para apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Passo ao voto do Relator, Sr. Presidente:

Das emendas apresentadas, as de nºs 2 a 10 e 30 a 49 foram inadmitidas em razão do § 1º, do art. 29, da Resolução nº 01, de 2001, reeditada em 12 de novembro de 2004, que veda a criação de subtítulos novos em projetos de lei de crédito suplementar; a Emenda nº 12 foi inadmitida em razão do inciso II, do art. 29, que veda a admissão de emendas que oferecem como fonte de cancelamento categoria de programação não constante do projeto de lei; e a de nº 50 foi inadmitida por força do Inciso I, do art. 29, que veda contemplar subtítulos em unidade orçamentária não prevista em projeto de lei.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As Emendas de nºs 16 a 20, 22 a 24, e 29, não obstante o mérito dessas propostas, foram rejeitadas no mérito. Já as Emendas de nºs 25 e 54 a 72 foram rejeitadas em razão de incorreções verificadas nas mesmas.

As Emendas de nºs 1, 11, 21, 26, 27, 51 foram atendidas parcialmente, após efetuadas as adequações necessárias, e as Emendas de nºs 15, 28, 52 e 53 foram atendidas integralmente.

As Emendas de nº 13 e 14, que pretendem manter a programação constante do orçamento vigente sem alteração de GND proposta pelo projeto de lei, foram acatadas, uma vez que foram realizadas pelo autor das emendas originárias ao projeto de lei do Orçamento de 2004 e estão de acordo com a LDO/2004, que não permite a destinação de auxílio para entidade privada na área de assistência social. Logo, o valor de crédito suplementar fica reduzido em 220 mil reais (duzentos e vinte mil reais), passando para 201 milhões, 424 mil e 98 reais (duzentos e um milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil e noventa e oito reais).

Para aprovação das emendas relatadas acima fez-se necessário a apresentação de emendas de Relator cancelando as suplementações de recursos propostas. Informamos que esse cancelamento não afetará o desenvolvimento das ações dos respectivos programas, conforme informações colhidas junto ao Ministério do Desenvolvimento Social.

Consta de anexo a este parecer quadro com a execução orçamentária dos projetos/atividades que fazem parte do projeto de lei, ocorrida até o dia 25 de novembro de 2004.

Do exame da proposição verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo se acha articulada na modalidade apropriada de crédito proporcional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva suplementar o atendimento de gastos previsto na Lei Orçamentária vigente (Lei nº 10.817, de 16 de janeiro de 2004) e que foi formulada de acordo com o que determina a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003 (LDO/2004) e a Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 (Plano Plurianual 2004/2007).

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com os dispositivos legais relativos à alocação de recursos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 100, de 2004 - CN, na forma do substitutivo apresentado.

Em 23 de dezembro de 2004, Deputado Geraldo Resende (Relator).

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bernardo) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois não, Deputado Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, acabamos de discutir essa questão na mesa de negociação. Foi dito pela Deputada Laura Carneiro, naquele momento, que uma das emendas que estavam sendo canceladas era a emenda do Deputado João Almeida. Isso foi repellido pelo Relator, que disse não ser a emenda de Deputado. Evidentemente, em uma mesa de negociação, sou obrigado a acreditar naquilo que o Relator me diz. No entanto, fiz um levantamento, e aquilo que a Deputada Laura Carneiro disse era verdade: está sendo cancelado, pág. 13 do projeto de lei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Parece que o Relator fez menção a isso.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, para contemplar a questão apresentada na mesa de negociação, estive fazendo um levantamento e por isso não quis fazer menção à situação. A única modificação feita — V.Exa. pode procurar na pág. 7 — foi de GND, da emenda dos Deputados João Almeida, Odair, que citei na hora, e Jackson Barreto. Na pág. 7 deste relatório está a suplementação que resultou do cancelamento que houve na emenda que V.Exa. está enumerando. Daí a nossa compreensão de que não há nenhuma perda nas emendas dos Deputados João Almeida, Odair e Jackson Barreto.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Na pág. 7 do parecer?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O Deputado está suplementando aquele cancelamento. Cancelou de um lado e suplementou de outro. É isso? O projeto do Governo já veio com a suplementação.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - É na pág. 7? Refere-se a São Sebastião do Passé.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Cancela de um lado e suplementa de outro. O.k.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mudou o GND nesse caso?

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Só mudou o GND. A dele era 4, passou para 3; a dos outros era 3 e passou para 4.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Por que passou de 4 para 3?

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Foi solicitação dos Deputados.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Mas não pode ser, porque se trata de construção, ampliação e modernização. Se é construção é GND 4, não é GND 3.

Sr. Relator, se a emenda diz respeito à construção, ampliação e modernização do centro público tem de ser GND 4, não pode ser GND 3. A não ser que ele tenha oficiado no sentido de transformar isso em manutenção.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - A informação que tenho é a de que a GND 3 pode tratar de reforma também. O Deputado pode pedir que seja para reforma.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Mas não é o que está escrito na emenda dele. A não ser que S.Exa. tenha solicitado isso.

Existe, em algum documento, Sr. Presidente, solicitação do Deputado João Almeida para essa mudança?

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Não existe, nem o Deputado, em nenhum momento da discussão do projeto, nos procurou. Foram 72 emendas de 12 Deputados. Todos eles foram contemplados no projeto.

Assumo o compromisso com o Deputado João Almeida, junto ao Ministério, no sentido de que não haja qualquer prejuízo a sua emenda.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não, V.Exa. não pode assumir esse compromisso contrariamente à lei, desculpe-me. Por mais boa vontade que V.Exa. tenha, não pode assumir esse compromisso perante a lei.

Solicito que esse projeto seja retirado para que façamos as modificações que têm de ser feitas. Depois ele retorna para votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Quero alertá-lo, Deputado Alberto Goldman, de que esse projeto é para pagamento de benefícios.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Votamos ainda hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O Governo vai editar uma medida provisória. Se ele não for votado hoje, o Governo vai tomar essa iniciativa. Talvez seja bom fazer um acordo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Vamos fazer, mas não dá para fazer neste momento. Vou solicitar a V.Exa. que, se por acaso não pudermos votar agora na Comissão, votemos diretamente no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Então nós o retiramos da pauta.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sugiro a V.Exa. que não o retire da pauta, mas que o coloque ao final dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A reunião vai continuar. Se for necessário, podemos reincluir o projeto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Item 4.

Projeto de Lei nº 105, de 2004 - CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, crédito especial no valor de R\$66.600.000,00 (sessenta e seis milhões e seiscentos mil reais), para os fins que especifica."

Relator: Deputado Benedito de Lira.

Foram apresentadas 52 emendas.

O voto é favorável, nos termos do projeto.

Com a palavra o Deputado Benedito de Lira, para apresentar o seu parecer.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se de parecer ao Projeto de Lei nº 105, de 2004 - CN, que abre crédito especial da ordem de R\$66.600.000,00.

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 230, de 2004 - CN (nº 702/2004, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o projeto de lei que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, crédito especial no valor de R\$66.600.000,00, para os fins que especifica.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

De conformidade com a Exposição de Motivos nº 00345, de 2004 - MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito destina-se aos usuários de energia elétrica na época do apagão e para atender a determinadas despesas da ANP.

Voto do Relator.

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO/2004 e à sua conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício de 2004 - LOA/2004.

As ações a serem incluídas na LOA/2004 pelo crédito especial em análise fazem parte do programa "Operações Especiais: Outros Encargos Especiais". O referido programa já existe e não integra o PPA 2004-2007. Não se trata, portanto, da introdução de programa novo ou da alteração de programa constante do PPA, razão pela qual a inclusão das ações em tela não se sujeita às limitações ou restrições impostas pela Lei do PPA 2004-2007.

Quanto às emendas, não obstante o mérito e a relevância das proposições, optamos pelo seu não acolhimento, com vistas a evitar a descaracterização do crédito proposto.

Em razão do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 105, de 2004 - CN, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das emendas apresentadas.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, estou tendo a informação de que há um problema com esse projeto de lei. Gostaria de pedir a V.Exa. que deixasse para votá-lo no final da reunião. Já foi lido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O projeto vai para o fim da fila, como o anterior.

Item 5.

Projeto de Lei nº 108, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$153.541.935,00 (cento e cinquenta e três milhões, quinhentos e quarenta e um mil, novecentos e trinta e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências."

Relator: Deputado José Chaves.

Foram apresentadas 18 emendas.

O voto é favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

O Deputado José Chaves não está presente.

O SR. DEPUTADO IBERÊ FERREIRA - Sr. Presidente, o Deputado José Chaves pediu-me que relatasse o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O Deputado Iberê Ferreira vai fazer a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO IBERÊ FERREIRA - Sr. Presidente, diz o voto do Relator:

"Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 108, de 2004, na forma do substitutivo apresentado."

Inclusive com a recepção das 18 emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o parecer do Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 6. (Pausa.)

Desculpem-me, ainda não há acordo sobre o projeto.

Item 7.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Projeto de Lei nº 111, de 2004, que “*Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor de R\$829.531.429,00 (oitocentos e vinte e nove milhões, quinhentos e trinta e um mil, quatrocentos e vinte e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.*”

Relator: Senador João Ribeiro.

Foram apresentadas 64 emendas.

O voto é favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O Senador está presente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - S.Exa. está presente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quero apenas dizer a S.Exa. que nós, do PFL, queremos votar a matéria — embora proveniente do Ministério da Fazenda, que ainda não resolveu o caso do Município do Rio de Janeiro, a questão do aval —, pois, como trata de vale-transporte, auxílio-refeição, assistência pré-escolar e assistência médica, obviamente não poderíamos nos posicionar de forma contrária.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Sr. Presidente, posso ler o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois não. Com a palavra o Senador João Ribeiro.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Sr. Presidente, começo pela análise da matéria.

Sob os aspectos constitucional e legal, não há reparos a oferecer ao presente projeto de lei.

Com efeito, encontram-se satisfeitas as disposições constitucionais do art. 167, incisos V e VI, que vedam a abertura de crédito suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, bem assim a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.

Da mesma forma, há perfeita conformação do projeto com as disposições constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2004 (LDO/2004) — Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003 —, em especial quanto ao prescrito nos §§ 5º, 6º e 11 do art. 63 (...)

Para garantir a transparência na alocação dos recursos orçamentários, entretanto, estamos propondo o aprimoramento do texto da lei, ao explicitar, no art. 2º, inciso II, que os recursos necessários ao financiamento das ações contempladas nesse crédito são provenientes não só do excesso de arrecadação *stricto sensu*, como previsto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, mas também de recursos disponibilizados em razão de modificação de fontes, como previamente autorizado no art. 62 da LDO/2004. Assim, acrescentamos, após o termo “excesso de arrecadação de recursos ordinários”, o texto: ..., inclusive os decorrentes de modificação de fontes, nos termos do art. 62 da Lei nº 10.707, de 2003 ...”

Atendendo à solicitação da SOF — Secretaria de Orçamento Federal — formalizada por meio do Ofício nº 138/2004, de 10 de dezembro do corrente ano, dirigido ao Presidente desta Comissão Mista de Orçamento, estamos procedendo ao remanejamento, no Anexo I, do valor de R\$12.670.000,00, Grupo Natureza de Despesa 4 (GND-4), associado ao subtítulo 22.665.0390.2034.0001 — Controle Metrológico — na Unidade Orçamentária (UO) 28202 — Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial — INMETRO, para o GND-3, do mesmo subtítulo e mesma unidade orçamentária, sem que isso implique alteração do valor original da suplementação pretendida e, por consequência, no resultado primário.

O motivo da alteração, conforme exposto no documento mencionado, deve-se à detecção de “erros na distribuição de recursos entre grupos de natureza de despesa relativamente à suplementação da unidade orçamentária.

Das emendas apresentadas, entendemos que as Emendas nºs 1, 24, 31 a 33 devem ser rejeitadas no mérito.

A de nº 1, bem como as de nºs 31 e 32, por inviabilizarem a programação proposta pelo Executivo, na medida em que sugerem o cancelamento do total da suplementação (nacional) e carimbam a programação para os Estados do Ceará, Amazonas e Rondônia, respectivamente.

A Emenda nº 24, na mesma linha das anteriores, cancela 50% do valor da programação prevista no projeto, carimbando para o Estado de Minas Gerais.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A Emenda nº 33 pretende suplementar em R\$120.000,00 a dotação de R\$80.000,00 constante da Lei Orçamentária vigente. Essa dotação encontra-se integralmente empenhada, embora não conste qualquer liberação de recursos financeiros, motivo pelo qual não a atendemos.

Não obstante, não é justificada, na fundamentação da emenda, a necessidade de suplementação pretendida, para atender à finalidade da programação.

Quanto às demais emendas, as de nºs 2 a 23, 25 a 30, 34 a 64, sugerimos sejam inadmitidas por contrariarem disposições constitucionais, legais ou regimentais, conforme indicado em demonstrativo anexo a este parecer. Sobre esse conjunto de emendas, cabem algumas considerações acerca das que apresentam como fonte de cancelamento a Reserva de Contingência.

Conforme consta da exposição de motivo, a recomposição dessa reserva tem em vista preservar o resultado primário previsto na LDO/2004, art. 15, uma vez que houve apropriação da receita financeira para atender a despesas primárias. Com essa recomposição, atendem-se às prescrições do § 11 do art. 63 da mesma LDO. O acolhimento de qualquer emenda, tendo como fonte de cancelamento parcela dessa reserva, obviamente, implicaria alteração do resultado primário, por se tratar, nesse caso, de despesas primária custeadas com fonte financeira.

Voto do Relator.

Diante do exposto, e tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto nº 11, de 2004, nos termos do substitutivo e com as alterações produzidas no anexo I.

É o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Em conformidade com o estabelecido na alínea "o", do art. 8º, do Regulamento Interno da Comissão, declaro inadmitidas as Emendas nºs 2 a 23, 25 a 30, e 34 a 64, sugeridas pelo Relator.

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, a discussão está encerrada.

Em votação o parecer do Relator na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 8.

Projeto de Lei nº 126, de 2004, que *"Altera o Programa de Segurança Pública nas Rodovias Federais constantes do Plano Plurianual para o período de 2004-2007"*.

Relator: Deputado Rogério Teófilo.

Foram apresentadas 3 emendas.

O voto é favorável, nos termos do projeto.

O Relator está com a palavra para apresentação do parecer.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO TEÓFILO - Sr. Presidente, o programa revela-se ligado às diretrizes do PPA por buscar garantir a segurança pública e proporcionar ambiente favorável ao desenvolvimento da economia. Está associado diretamente ao Desafio 25 do PPA: *"Garantir a segurança pública com implantação de políticas públicas, descentralizadas e integradas"*.

Foram apresentadas 3 emendas ao projeto de lei em tela nesta Comissão. Em que pese o mérito das mesmas, proponho sua rejeição, uma vez que o PL visa estritamente atender ao disposto do art. 5º, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 (PPA 2004/2007), ao incluir a ação objeto de crédito especial, contido no PLN nº 81, de 2004 - CN, viabilizando sua execução orçamentária.

Considerando que o Projeto de Lei não colide com dispositivos legais relativos à matéria, e seu detalhamento acha-se conforme às exigências legais e aos princípios da boa técnica orçamentária, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 126, de 2004 - CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É o voto do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado.

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

Em votação o parecer na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado.

Em votação o parecer no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 9.

Projeto de Lei nº 131, de 2004, que *“Altera os Programas Desenvolvimento do Comércio Exterior, Competitividade das Cadeias Produtivas, Arranjos Produtivos Locais, Metrologia e Qualidade Industrial, Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional e Apoio Administrativo, constantes do Plano Plurianual para o período de 2004-2007”.*

Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é favorável, nos termos do projeto.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro para apresentação do parecer.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei.

Voto.

“Analisando o projeto em questão, verificamos que cumpre os requisitos legais e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios da boa técnica orçamentária.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 131, de 2004, na forma apresentada pelo Poder Executivo”.

Sr. Presidente, o voto do nobre Deputado Márcio Reinaldo Moreira é pela aprovação, sem emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

Em votação o parecer na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o parecer no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, agora é a Pauta nº 40.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pauta nº 40.

Apreciação do relatório apresentado aos seguintes projetos:

Item 1.

Projeto de Lei nº 82, de 2004, que *“Abre ao Orçamento Fiscal da União em favor do Ministério dos Transportes crédito especial no valor de ...”*

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. podia começar pela ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A ata já foi votada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Da 3ª reunião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A ata da 3ª reunião já foi votada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O crédito especial para o Ministério dos Transportes é no valor de R\$62.055.888,00 reais e se destina aos fins que especifica, além de dar outras providências.

Relator: Deputado Amauri Gasques.

Foram apresentadas 100 emendas.

O voto é favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

Peço ao Deputado Humberto Michiles que faça a leitura do parecer.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES - Passo ao voto do Relator, Sr. Presidente.

“Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO/2004.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Três dessas ações, além de não constarem do PPA 2004-2007, também não são objeto de nenhuma composição de alteração do PPA atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

Outras 3 ações, apesar de não constarem no PPA 2004-2007, têm suas inclusões propostas por 2 proposições em tramitação no Congresso Nacional.

O Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão encaminhou ao Congresso Nacional Ofício nº 305, de 23 de novembro de 2004, em que comunica ocorrência de erro material no PL nº 82, de 2004, e solicita a devida retificação, como descrita a seguir (...)

Note-se que as alterações não implicam alteração na finalidade ou no valor original constante do Projeto de Lei.

As ações 'Adequação de Trechos Rodoviários nas BRs 101 e 376 no Estado de Santa Catarina' e "Adequação de Contorno Rodoviário na BR 116 no Estado do Paraná", descritas na tabela acima, constam dos projetos de revisão do PPA com códigos diferentes daqueles consignados no crédito especial em análise. Por esse motivo, o supracitado ofício solicita que sejam alterados os seguintes códigos, com o fito de adequá-los aos do PLS de revisão do PPA:

(...)

Outro erro material apontado pelo mencionado ofício é o seguinte. Verificou-se que o Anexo 1 do projeto de lei consigna R\$2 milhões para o projeto "26.784.0237.10CA.0021 — Construção do Terminal do Porto do Alcântara, no Estado do Maranhão". Entretanto, constatou-se erro por incompatibilidade entre o código e o tipo da ação.
(...)

Daí, solicita-se no ofício que sejam substituídos os códigos do programa e da ação...

Comunicamos ao Presidente desta Comissão a inadmissibilidade das Emendas nºs 1, 7, 8, 10, 32, 38, 43, 69, 76, 80, 84, 85, 88, 97 a 100, por contrariar o § 6º do art. 63 da LDO/2004, ao propor a suplementação de subtítulos constantes da lei orçamentária vigente em projeto de lei de crédito especial.

Comunicamos ao Presidente desta Comissão a inadmissibilidade da Emenda nº 31 por contrariar o inciso I do art. 29 da Resolução nº 1, de 2001-CN, ao contemplar subtítulo em unidade orçamentária não prevista no projeto de lei.

Não obstante o mérito e a relevância das proposições, optamos pela rejeição das Emendas nºs 3 a 5, 9, 11, 12, 14 a 30, 33, 34, 37, 39 a 42, 45 a 49, 51 a 53, 55 a 68, 71 a 75, 77 a 79, 81 a 83, 86, 89 a 96.

Aprovam-se as seguintes emendas, nos valores e com os pareceres abaixo:

Emendas nºs 2, 6, 13, 35, 36, 44, 50, 54, 70 e 87, todas aprovadas parcialmente.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 82, na forma do substitutivo em anexo, com a aprovação da Emenda do Relator nº 1.

Deputado Amauri Gasques".

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Em conformidade com o estabelecido na alínea "o" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, declaro inadmitidas as Emendas nºs 1, 7, 8, 10, 31, 32, 38, 43, 69, 76, 80, 84, 85, 88, 97 a 100, sugeridas pelo Relator.

A matéria está em discussão.

Informo que há 1 destaque sobre a mesa.

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

O parecer vai a voto na representação da Câmara dos Deputados, ressalvado o destaque.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado.

Em votação no Senado Federal, também ressaltado o destaque. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Na verdade, o Deputado Wellington Fagundes não se encontra. Portanto, o destaque fica prejudicado. O Destaque nº 1 refere-se à Emenda nº 11.

O destaque fica aprovado nos termos já votados pelo substitutivo.

Item 2.

Projeto de Lei nº 83, de 2004, que “*abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério de Minas e Energia e do Ministério dos Transportes, de Operações Oficiais de Crédito e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$452.461.174,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*”.

Relator: Deputado Wilson Santiago.

Foram apresentadas 80 emendas.

Voto: favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passo ao conhecimento de todos o relatório.

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 206, de 2004-CN, submete à apreciação do Congresso Nacional o projeto de lei que abre aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, do Ministério dos Transportes, de Operações Oficiais de Crédito, da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor de R\$452.461.174,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

De conformidade com a Exposição de Motivos nº 311, de 2004, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito destina-se a atender às finalidades discriminadas no Quadro I, apresentando a seguir:

Ministério de Minas e Energia (Administração Direta); Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais; Agência Nacional do Petróleo; Ministério dos Transportes: VALEC — Engenharia, Construções e Ferrovias S.A; Agência Nacional de Transportes Terrestres; Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes; Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante; Reserva de Contingência. O somatório é o anteriormente citado.

Segundo a Exposição de Motivos, os recursos necessários para o atendimento do crédito serão provenientes de diversas fontes, conforme demonstrativo no Quadro II.

É o relatório.

Voto.

Do exame do projeto, verificamos inicialmente que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO/2004 e à sua conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício de 2004. (Lei nº 10.837, de janeiro de 2004).

Consoante determinação do art. 30 da Resolução nº 1, de 2001-CN, é apresentada em anexo a execução orçamentária recente de cada subtítulo a ser suplementado ou a ser cancelado mediante o projeto de lei analisado.

Segue-se o Quadro IV.

São rejeitadas as Emendas nºs 2 a 7, 9 a 15, 22, 24 a 28, 30, 38 a 40, 45, 46, 57, 62, 67, 69 a 74, 76 a 78 e 80, com vistas a evitar a descaracterização do crédito proposto.

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 83, de 2004-CN, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas, na forma do substitutivo apresentado.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Em conformidade com o estabelecido na alínea “o” do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, declaro inadmitidas as Emendas nºs 18 a 20, 32, 36, 37, 41, 43, 48 a 56, 58 a 61, 63 a 66, sugeridas pelo Relator.

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

O parecer vai a voto na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Sobre a mesa Projeto de Lei nº 119, que “*altera o Programa Defesa da Ordem Jurídica constante do Plano Plurianual para o período 2004-2007*”.

Relator: Senador Jonas Pinheiro.

Foram apresentadas 3 emendas.

Voto: favorável, nos termos do projeto.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, como foi lido pelo Sr. Presidente, a exposição de motivos que acompanha o projeto em análise justifica que “*segundo informações do Ministério Público da União, o crédito possibilitará a aquisição de edifícios-sede para instalação das Procuradorias Regionais da República das 3ª e 5ª Regiões, respectivamente em São Paulo e Recife. Permitirá, ainda, a aquisição de edifício-sede para o Ministério Público Militar em Bagé, Rio Grande do Sul, e para o Ministério Público do Trabalho em Curitiba*”. Os recursos solicitados possibilitarão, também, a redução das despesas com locação de imóvel e, conseqüentemente, proporcionarão melhoria no atendimento à população e na acomodação dos servidores.

Não haverá impactos financeiros na solicitação em análise, pois os recursos necessários à viabilização do pleito serão provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária, caso da ação 11UO, e do excesso de arrecadação, caso das demais ações.

Desse modo, sob os aspectos constitucional e legal, não há reparos a oferecer ao presente projeto de lei.

Quanto às emendas apresentadas, somos pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, pois o projeto de lei é específico para alteração de programas constantes da lei do Plano Plurianual vigente, nos termos do citado art. 5º da Lei nº 10.933, de 2004, não sendo diploma legal, portanto, para disciplinar matéria estranha a este dispositivo. Quanto à Emenda nº 3, somos pela sua inadmissão, em analogia ao art. 29 da Resolução nº 1, de 2001-CN, pois a intervenção ofertada contempla ação em unidade orçamentária não prevista no Projeto de Lei nº 119/2004.

Voto do Relator.

Diante do exposto, e tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 119, nos termos do projeto encaminhado pelo Poder Executivo.

Este é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Em conformidade com o estabelecido na alínea “o” do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, declaro inadmitida a Emenda nº 3, sugerida pelo Relator.

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados o parecer do Relator.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 6.

Projeto de Lei nº 130, de 2004, que “*altera os Programas Gestão da Participação em Organismos Internacionais e Gestão das Políticas de Governo constantes do Plano Plurianual para o período 2004-2007*”.

Relatora: Deputada Laura Carneiro.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável, nos termos do projeto.

Peço ao Deputado Rogério Teófilo que faça a leitura do parecer.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO TEÓFILO - Sr. Presidente:

“No prazo regimental, nesta Comissão, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Voto.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Desse modo, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 130, de 2004-CN, nos termos da proposta encaminhada pelo Poder Executivo”.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, a discussão está encerrada.

O parecer da Relatora está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item nº 7.

Projeto de Lei nº 133, que “*altera o Programa Combate à Criminalidade, constante do Plano Plurianual para o período de 2004/2007*”.

Relator: Senador Romeu Tuma.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável, nos termos do projeto.

Peço ao Senador Jonas Pinheiro que leia o parecer do Relator.

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Sras. e Srs. Deputados, este parecer é da lavra do eminente Senador Romeu Tuma.

“A Exposição de Motivos que acompanha o projeto em análise justifica que a inclusão dessa ação é necessária para dotar a Lei Orçamentária, no âmbito do Ministério da Justiça, de categorias de programação destinadas ao pagamento de despesas referentes a passivos com fornecedores em razão de obra nas instalações das Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal nos Estados de São Paulo e Alagoas.

No que tange aos aspectos constitucional e legal, não há reparos a oferecer no presente projeto de lei.

Diante do exposto, e tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 133, de 2004-CN, nos termos do projeto encaminhado pelo Poder Executivo”.

Eis o parecer do Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado.

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação o parecer na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Projeto de Lei nº 105, do Deputado Benedito de Lira.

Havia uma divergência quanto a esse projeto. Parece-me que V.Exa. já resolveu.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sim, Sr. Presidente. O meu voto já foi lido. Sou pela aprovação do projeto do Poder Executivo. Infelizmente, não foi possível atender às emendas apresentadas. O impasse que havia já foi resolvido. Portanto, o projeto está apto para ser discutido e votado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

O parecer vai a voto na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto ao Projeto de Lei nº 100, havia um problema, por causa de uma emenda do Deputado João Almeida. Depois de feitas algumas gestões, o Deputado Geraldo Resende tem novas informações.

O SR. DEPUTADO BISMARCK MAIA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Bismarck Maia.

O SR. DEPUTADO BISMARCK MAIA - Recebi informação do Deputado Geraldo Resende. Tratava-se de uma emenda de um Deputado do nosso partido. S.Exa. já me apresentou as explicações devidas. Já foram apresentadas inclusive ao próprio Deputado João Almeida. Então, de nossa parte, não há nenhum obstáculo para a votação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Nós já tínhamos apresentado o relatório.

Eu indago se algum Parlamentar quer discutir a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vou declarar encerrada a discussão.

Parecer do Deputado Geraldo Resende sobre o Projeto de Lei nº 100.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nós esgotamos a pauta nº 40.

A próxima pauta é a de nº 41. Nós vamos tratar dos relatórios-setoriais.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES - Sr. Presidente, ainda em relação à pauta nº 40, o item nº 3 trata do Projeto de Lei nº 116. O ilustre Deputado Alberto Goldman havia solicitado que fosse sobrestado, para que S.Exa. pudesse lê-lo. Eu gostaria que V.Exa. consultasse o Deputado Alberto Goldman, para saber se S.Exa. já teve oportunidade de lê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O Deputado Alberto Goldman não está aqui neste momento.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES - O Deputado Bismarck Maia está presente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Nós vamos começar a fazer a leitura dos relatórios-setoriais.

Fica a sugestão, Deputado Humberto Michiles. Assim que o Deputado Alberto Goldman chegar, vou fazer a consulta, para ver se incluímos o relatório relativo ao Projeto nº 116.

Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Só para fazer um levantamento, para ficar claro, dos projetos de lei que não foram discutidos aqui. É possível isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - V.Exa. quer informar ou está pedindo informação?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Pedindo informação. Gostaria que fosse checado, para sabermos se são 48.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A secretária vai fazer um levantamento e informará à Comissão.

Vou passar, então, a palavra ao Senador João Ribeiro, para que faça a leitura do seu parecer.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois não, Deputado Wilson Santiago.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, só para a Comissão tomar conhecimento e ratificar. O que eu entendi na reunião das Lideranças partidárias é que serão lidos hoje os pareceres. A discussão e os destaques virão posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - É. Nós não combinamos ainda fazer a discussão. Portanto, nós vamos fazer a leitura. Já ganhamos esse tempo. E, na seqüência, vamos abrir a discussão. Pode ser hoje. Não sei. Mas não está ainda definida a abertura da discussão. Evidentemente, vamos fazer para cada área.

Então, o Senador João Ribeiro vai apresentar o relatório da *Área Temática I — Poderes do Estado e Representação*.

Senador João Ribeiro, V.Exa. está pronto? *(Pausa.)*



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tem V.Exa. a palavra, para apresentar o seu parecer.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, parecer da Relatoria da *Área Temática I — Poderes do Estado e Representação*, sobre o Projeto de Lei nº 51, de 2004-CN (Mensagem nº 151, de 2004-CN, nº 543/2004 na origem), que “*estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005*”, abrangendo as unidades orçamentárias do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério Público da União.

Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

O Exmo. Sr. Presidente da República, conforme previsto nos arts. 84, XXIII, e 165, I, da Constituição Federal, combinados com o art. 35, § 2º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio de Mensagem nº 151, de 2004-CN, o Projeto de Lei nº 51, de 2004-CN (Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2005), que “*estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005*”.

Nos termos do art. 166, § 1º, inciso I, da Constituição Federal cabe à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2005.

O Sr. Presidente da Comissão Mista de Orçamento incumbiu-nos de, na condição de Relator-Setorial, apreciar a proposta orçamentária no que se refere à *Área Temática I — Poderes do Estado e Representação*, incluindo as emendas apresentadas.

De acordo com o Anexo do Parecer Preliminar sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2005, aprovado pela Comissão em 25 de novembro de 2004, a *Área Temática I* compreende as programações dos seguintes órgãos, incluídas as respectivas unidades orçamentárias: Poder Legislativo, Poder Judiciário, Poder Executivo, incluindo o Ministério Público, o Ministério das Relações Exteriores — não vou ler essa parte porque acho que não é necessário.

Análise da Proposta Orçamentária.

O conjunto das unidades orçamentárias constantes da Proposta do Orçamento para 2005 apresenta ligeiras modificações se comparado com a relação constante do Orçamento autorizado para o corrente exercício de 2004.

Na Presidência da República, foram excluídas as unidades orçamentárias 20123 — Gabinete de Segurança Alimentar e Combate à Fome; 20127 — Secretaria-Executiva do Programa Bolsa-Família, cujas atribuições foram transferidas para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e 20224 — Agência Nacional do Cinema, transferida para o Ministério da Cultura.

Quanto aos montantes programados, a proposta orçamentária constante do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2005 para a *Área Temática I*, em estudo, totaliza R\$28,5 bilhões, sendo R\$23,2 bilhões da esfera fiscal e R\$5,3 bilhões da esfera da seguridade social, não havendo nenhuma dotação na esfera do orçamento de investimento. As dotações por órgão estão sintetizadas no Quadro I. Aqui está o quadro. Se houver necessidade vou lê-lo, mas eu acho que não há.

No detalhamento acima, observa-se que o Poder Judiciário foi contemplado com a maior parcela das dotações reservadas para a *Área*, num total de R\$16,73 bilhões, que representam 58,7% do total.

Os órgãos do Poder Executivo que integram a *Área* (Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores e também Ministério Público da União) vêm logo a seguir, com 21.3% do total. Ou seja, R\$6,07 bilhões. Ao Poder Legislativo foi destinada a parcela de R\$5,69 bilhões, correspondentes a 20% do total.

Na programação dos órgãos do Poder Judiciário, principalmente, incluem-se dotações consignadas ao pagamento de precatórios decorrentes de condenações judiciais dos órgãos da Administração Pública Direta. Esses valores, no caso dos tribunais, inflam artificialmente os orçamentos do Poder Judiciário, porquanto se referem a despesas de responsabilidades de outros órgãos da Administração Federal, cujo pagamento é obrigatório.

No Quadro II, a seguir, destacam-se os montantes consignados para o pagamento de precatórios no âmbito dos tribunais.

Quanto ao grupo de natureza da despesa, os valores estão distribuídos da seguinte forma:

(...)

O Quadro III demonstra que na *Área Temática I* as despesas concentram-se fortemente nos itens pessoal, cuja soma atinge 73,33% do total, e outras despesas correntes, que atingem



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

22,33% do total. Os demais gastos somam 4,34%, com destaque para os investimentos, com participação apenas de 3,79%.

Execução Orçamentária Recente.

A fim de subsidiar a análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2005, seguem dados referentes à execução orçamentária no âmbito dos órgãos da área em apreço.

Nos quadros comparativos a seguir, discriminam-se os valores autorizados e liquidados nos exercícios financeiros de 2002 a 2004, por grupo de natureza da despesa, comparados com os montantes incluídos no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2005, excluídos os valores correspondentes a precatórios. No exercício de 2004, os valores liquidados correspondem à execução até 2 de dezembro. O Quadro IV está aqui.

De acordo com os dados apresentados no Quadro IV, houve, relativamente ao valor autorizado para 2004, incremento nominal das dotações de todos os órgãos e despesas, exceto amortização da dívida — GND 6. Os valores mais significativos são os referentes ao grupo de despesa de pessoal, com 14,67%, e outras despesas correntes, com 17,24%. Na média, houve incremento nominal na proposta para 2005, da ordem de 15,33% se comparada com valores autorizados para 2004.

No quadro a seguir, apresenta-se a execução orçamentária, por órgão, no mesmo período. O Quadro V está aqui.

Ressalvadas a Justiça Militar e a Justiça Eleitoral, observa-se que todos os demais órgãos na Área tiveram acréscimo, em termos nominais, em suas programações globais constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2005, em comparação com o autorizado para o presente ano de 2004.

Para favorecer uma análise mais detalhada, o quadro abaixo demonstra a autorização e a correspondente execução orçamentária no período de 2002 a 2004 e a proposta apresentada para 2005 por órgão e por GND. O quadro VI está aqui.

De acordo com o que demonstra o Quadro VI, todos os órgãos, ressalvados a Justiça Militar e a Justiça Eleitoral, tiveram aumento nas dotações para o GND 3 — outras despesas correntes, comparativamente com os valores autorizados para o exercício de 2004. Os maiores aumentos relativos ocorreram na Justiça do Trabalho, com 44,60%; no Supremo Tribunal Federal, com 41,81%; e no Superior Tribunal de Justiça, com 40,32%. A Presidência da República, por outro lado, sofreu redução de 61,8% na dotação desse GND, em parte fruto da transferência de unidades orçamentárias que já citei anteriormente.

Quanto a investimentos, GND 4, os maiores incrementos, considerando-se a mesma base de comparação, ocorreram no Superior Tribunal de Justiça, com 511,64%; na Justiça Eleitoral, com 335,91%; e na Justiça do Trabalho, com 87,06%. Os maiores decréscimos, por sua vez, aconteceram na Justiça Eleitoral, com 75,83%, e no Ministério das Relações Exteriores, com 42,54%.

Relativamente a pessoal e encargos sociais, GND 1, a Área I foi contemplada com acréscimo de 15,33%, comparativamente com o total autorizado para 2004.

O Quadro VII, a seguir, resume o detalhamento da proposta para 2005 referente a investimentos, GND 4, comparado com o autorizado e o executado de 2002 a 2004 no mesmo grupo. Esse aqui é o Quadro VII.

Observa-se que, de 2002 a 2004, os valores autorizados vêm crescendo ano após ano. A tendência também se repete na proposta para 2005, em comparação com 2003. De 2001 para 2002, o incremento nominal foi da ordem de 43,42%; de 2002 para 2003, de 9,66%; de 2003 para 2004, de 21,17%; de 2004 para 2005, de 13,90%. A variação verificada no período do quadriênio foi de 110,23%.

Créditos Especiais Aprovados em Apreciação no Congresso.

Tendo em vista o disposto no item 21.1 da Parte Especial do Parecer Preliminar, esta Relatoria analisou e considerou os efeitos dos créditos especiais aprovados ou em tramitação na Comissão Mista de Orçamento nos últimos 4 meses, com repercussão nas programações de unidade orçamentária abrangidas pela Área Temática I A relação dos créditos e respectivos impactos financeiros consta do Quadro VIII. Está aqui o Quadro VIII.

Os créditos em análise não aumentam nem reduzem o total da dotação das unidades orçamentárias beneficiárias, uma vez que tratam apenas de alteração nas programações respectivas por meio de cancelamentos e suplementações correspondentes.

Emendas Apresentadas.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As ações orçamentárias constantes da *Área I* receberam 139 emendas, sendo 43 coletivas e 96 individuais. Das coletivas, 5 foram apresentadas por bancadas estaduais, 23 por Comissões da Câmara dos Deputados e 15 por Comissões do Senado Federal. Das emendas individuais, 89 foram apresentadas por Deputados Federais e 7 por Senadores.

No total, as 139 emendas somam R\$2.785,5 bilhões, dos quais R\$2,782 bilhões referentes a emendas coletivas (representando 99,5% do total) e R\$13,5 milhões referentes a emendas individuais (representando os 0,5% restantes).

O Quadro IX, a seguir, detalha a distribuição das emendas apresentadas por tipo de autor, quantidade e montante. Está aqui o Quadro IX.

No que se refere à distribuição das emendas por unidade orçamentária e respectivos montantes, os dados estão detalhados no Quadro X. Todas as emendas.

Do total das emendas apresentadas, observa-se que a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca foi a unidade orçamentária que recebeu maior número (23, correspondendo a 17% do total); a seguir, vem a Secretaria Especial de Direitos Humanos, beneficiária de 13 emendas (9%), a Câmara dos Deputados, contemplada com 12 emendas (8%), e o Ministério Público do Trabalho, com 11 emendas (7%).

Entretanto, do total de recursos solicitados, a maior parcela destina-se à Presidência da República, cerca de R\$500,3 milhões, correspondentes a 18% do total. A Justiça Federal de Primeiro Grau foi a segunda unidade orçamentária mais contemplada, com cerca de R\$310,1 milhões, aproximadamente 11% do valor.

Atuação da Relatoria.

Atendimentos das Emendas.

Diante do sistema vigente no processo legislativo de apreciação da Proposta Orçamentária Anual, disciplinado pela Resolução nº 1, de 2001-CN, consoante Ofício do Congresso Nacional nº 824/2004, e pelo Parecer Preliminar, os recursos para atendimento das emendas originaram-se de repasses efetuados pela Relatoria-Geral no valor de R\$163,53 milhões, dos quais R\$13,53 milhões foram destinados ao atendimento integral das emendas individuais e R\$150 milhões ao atendimento parcial das emendas coletivas, assim distribuídos: repasse ao Relator-Geral: R\$163.530.000; emendas individuais: R\$13.530.000; para atendimento das emendas coletivas: R\$150 milhões.

Este Relator-Setorial, além de atender a todas as emendas, recompôs totalmente o corte linear no GND 4 (investimentos), no valor de R\$115,25 milhões.

Sr. Presidente, quero chamar a atenção da Comissão para esse item, porque eu fiz um acerto com o Relator-Geral e quero deixar bem destacado no meu Relatório. Eu não trabalhei com o corte dos 15%. Recompus todos os cortes, porque acho que seria a maneira mais justa de atuar inicialmente no meu Relatório. Portanto, este Relator-Setorial, além de atender a todas as emendas, recompôs totalmente o corte linear no GND 4 (investimentos), no valor de R\$115,25 milhões, determinado pelo item 15 do Parecer Preliminar (ver o Quadro XI) e não fez os cancelamentos no GND 4 (investimentos) e 5 (inversões financeiras) para remanejamento dentro da própria *Área*, permitidos no item 16 do Parecer Preliminar. Está aqui o Quadro XI.

Das Emendas Individuais.

As emendas individuais foram atendidas com recursos de R\$13,53 milhões provenientes da Reserva de Contingência, transferidos pela Relatoria-Geral para esse fim, em conformidade com o disposto no item 34 da parte especial do Parecer Preliminar.

Na elaboração dos pareceres, foram procedidos pequenos ajustes nas emendas apresentadas, de forma a torná-las compatíveis com a programação estabelecida no projeto de lei e na lei do Plano Plurianual e suas emendas, assim como sanar eventuais conflitos com a legislação que rege o processo legislativo do Orçamento e a execução orçamentária. Os subtítulos apresentados como atípicos, por exemplo, foram alocados em ações apropriadas, assim como outros que receberam redação e enquadramento mais adequados. Em caso de dúvida, os gabinetes dos Parlamentares autores das emendas foram consultados, antes de serem procedidas as adaptações. Procurou-se, em síntese, manter os objetivos pretendidos pelos Parlamentares e promover os ajustes necessários às exigências do processo legislativo orçamentário.

Para o atendimento das emendas individuais, foram criadas as seguintes novas ações:

Programa 0569 — Prestação Jurisdicional da Justiça Federal

Nova ação: 1E28 — Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Arapiraca, Estado de Alagoas.

Programa 0571 — Prestação Jurisdicional Trabalhista



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nova Ação: 1E29 — Reforma e Aparelhamento do Fórum Trabalhista em Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná.

Programa 0581 — Defesa da Ordem Jurídica

Nova Ação: 1E25 — Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Teresina, Piauí.

Programa 0581 — Defesa da Ordem Jurídica

Nova Ação: 1E26 — Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Programa 0581 — Defesa da Ordem Jurídica

Nova Ação: 1E27 — Aquisição do Anexo ao Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Maceió, Alagoas.

Programa 1068 — Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas

Nova Ação: 0E05 — Apoio a Projetos de Formação de Educadores nas Questões de Gênero.

Programa 1343 — Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura

Nova Ação: 2E03 — Desenvolvimento da Maricultura.

Emendas Coletivas.

Critérios para Análise e Atendimento.

A exemplo do que ocorreu com as emendas de Parlamentares, houve necessidade de serem realizados pequenos ajustes nas ações/subtítulos apresentados como atípicos, assim como o enquadramento mais adequado de algumas ações pleiteadas.

Para atendimento das emendas coletivas, houve necessidade de criação das seguintes novas ações:

Programa 0571 — Prestação Jurisdicional Trabalhista

Nova Ação: 1E30 — Modernização das Instalações do Ministério Público Federal.

Programa 0750 — Apoio Administrativo

Nova Ação: 1E31 — Construção de Edifícios.

A grande maioria das emendas coletivas foram atendidas de forma parcial, em face do reduzido volume de recursos à disposição desta Relatoria. Posteriormente, a Relatoria-Geral poderá complementar o atendimento dessas emendas, se assim julgar conveniente e possível.

Ao analisar as emendas coletivas (bancadas e Comissões permanentes), considerou-se o mérito inerente a cada ação proposta, os recursos já alocados no projeto de lei, bem como as orientações contidas no Parecer Preliminar e na legislação pertinente.

No atendimento dessas emendas, foram utilizados recursos transferidos pela Relatoria-Geral no valor de R\$150 milhões.

Emendas de Relator.

Esta Relatoria, em atendimento ao item 8.1 do Parecer Preliminar, implementou uma única emenda de Relator, a de nº 80010001, atendendo ao OF.STST.GDGCA.GP nº 685, do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que solicitou a criação da Ação 1E82 — Implantação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no Programa 0571 — Prestação Jurisdicional Trabalhista, na Unidade Orçamentária 15101 — Tribunal Superior do Trabalho, no valor de R\$1.000.000, mediante o remanejamento de recursos da própria UO, visando à alocação dos recursos necessários à implantação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, criado pela Emenda Constitucional nº 45, promulgada no dia 8 de dezembro de 2004 — imagino que, quando foi enviado este Orçamento, essa emenda ainda não havia sido aprovada.

Informações sobre Obras.

Para cumprimento do disposto no art. 18 da LDO/2005, os órgãos setoriais deveriam encaminhar à Comissão Mista de Orçamento, até 30 dias após o envio do Projeto da Lei Orçamentária de 2005 ao Congresso Nacional, demonstrativo com a relação das obras constantes do projeto cujo custo total ultrapasse R\$10,5 milhões (*caput*), sob pena de exclusão da obra da Lei Orçamentária de 2005 (§ 3º). Deveriam também constar da relação as obras de custo acima de R\$2 milhões, desde que a realização integral estivesse prevista para ocorrer no exercício de 2005, de acordo com o § 1º do mesmo artigo.

Do total das obras previstas no Projeto de Lei Orçamentária relacionadas com a *Área Temática I*, apenas 28 têm custo superior a R\$10,5 milhões. Nenhuma com custo superior a R\$2 milhões. Entretanto, têm realização integral prevista para ocorrer em 2005.

Nem todos os órgãos integrantes da *Área* encaminharam o demonstrativo para fazer cumprir as disposições da LDO de 2005. Aos órgãos faltantes dever-se-ia aplicar a sanção prevista no § 3º do mencionado art. 18 da LDO/2005. Porém, a aplicação indistintamente de tal sanção



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

poderá resultar em prejuízos irreparáveis para o Erário, haja vista a conseqüente paralisação de obras em andamento. Por conta disso, esta Relatoria-Setorial recomenda ao Relator-Geral decidir sobre a aplicação do dispositivo, até porque terá a chance de adotar posição igual para todas as Áreas Temáticas.

O Quadro XII, a seguir, relaciona o conjunto de obras com custo total superior a R\$10,5 milhões e respectivas unidades orçamentárias responsáveis, destacando as obras sobre as quais não foram prestadas as informações requeridas pela LDO/2005.

Com referência a isso, Sr. Presidente, há aqui um quadro com uma errata, uma vez que só obtivemos essa informação da Comissão de Orçamento neste exato momento.

Vou ler a errata.

Relatório da *Área Temática I — Poderes do Estado e Representação*, referente ao PL nº 51/2004-CN — Proposta Orçamentária para 2005.

Quadro XII — Obras Constantes da PLOA/2005 com custo total ou superior a R\$10.500.000,00.

Retire-se do Quadro XII a seguinte ação, referente às informações sobre obras constantes da Proposta Orçamentária com custo total superior a R\$10,5 milhões:

Unidade Orçamentária: 15101, TST; Ação: 7878 — Modernização de Instalações da Justiça do Trabalho.

Retire-se do Quadro XII a marcação com asterisco das seguintes ações, referentes às informações sobre obras constantes da Proposta Orçamentária com custo total ou superior a R\$10,5 milhões:

Ação: 1203 — Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Ação: 3158 — Construção da 2ª Etapa do Edifício-Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Ação: 7772 — Construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral do Trabalho em Brasília, DF.

Esta é a errata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Senador.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Sr. Presidente, ainda não terminei de ler o parecer.

Da análise dos demonstrativos apresentados, constatou-se que, para a maioria das obras, o custo médio previsto do metro quadrado de construção supera o custo estabelecido no art. 105 da LDO/2005. Entretanto, atendendo à ressalva prevista no § 1º do mesmo artigo, os órgãos a que estão afetas as obras procuraram justificar as razões pelas quais o limite é ultrapassado. Todos justificaram.

Disso decorre que competirá ao órgão de controle externo, por intermédio do TCU, rigoroso acompanhamento da execução dos projetos correspondentes, a fim de averiguar a regularidade de seus contratos.

Obras com Índícios de Irregularidade.

Para atendimento do disposto no item 22.2 da Parte Especial do Parecer Preliminar, foram analisadas as informações provenientes do TCU relativas às obras com indícios de irregularidade.

No rol enviado pelo Tribunal não se incluem obras de competência de órgão ligado à *Área Temática I*, razão pela qual não há providência alguma a ser adotada por esta Relatoria.

Indicações à Relatoria-Geral.

Manutenção, pelo Relator-Geral, da Recomposição por este Relator-Setorial do Corte Linear de 15% no GND 4 (investimentos).

Pelo que pude observar, Sr. Presidente, parece que apenas esta Relatoria não usou o corte linear de 15%. Os demais usaram, para atender a suas ações.

Ouvidos vários representantes dos 3 Poderes, dos órgãos e das unidades orçamentárias da *Área Temática I — Poderes do Estado e Representação*, este Relator-Setorial decidiu que a melhor solução para a *Área* seria primeiro recompor o corte linear de 15% no GND 4 (investimentos) previsto no item 15 do Parecer Preliminar, tendo em vista que o uso dos R\$115,25 milhões deste corte linear, sem nenhum critério de mérito, permitiria a este Relator-Setorial aumentar o atendimento das emendas de R\$163,53 milhões para R\$278,78 milhões, o que beneficiaria um número relativamente pequeno de unidades orçamentárias e ações à custa da diminuição dos investimentos na grande maioria das unidades orçamentárias e ações não beneficiadas pelas emendas.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Como, de acordo com o item 15.1 do Parecer Preliminar, o Relator-Geral tem a faculdade de implementar o corte linear de 15% no GND 4 (investimento) e fazer uso dos R\$115,25 para o atendimento de emendas, inclusive de outras áreas temáticas, recomendamos novamente ao Relator-Geral que mantenha a recomposição feita por este Relator-Setorial nos investimentos da *Área Temática I*.

Acréscimos de Valores às Emendas Coletivas pela Relatoria-Geral.

Tendo em vista a escassez de recursos com que esta Relatoria-Setorial trabalhou, indicamos ao Relator-Geral a alocação de recursos adicionais nas seguintes emendas, nos valores especificados a seguir.

Sr. Presidente, quanto a essa indicação, quero explicar à Comissão que foi recomendação do próprio Relator-Geral. Pedi-lhe mais recursos, mas S.Exa. me disse que não poderia atender-me, que eu fizesse a indicação e ele faria o possível para atender, de acordo com as possibilidades de sua Relatoria.

1) Emenda nº 50120001, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, na UO 15101 — Tribunal Superior do Trabalho, na ação 7878 — Modernização de Instalações da Justiça do Trabalho — Nacional. Fiz recomendação de R\$20.000.000,00, embora essa emenda já esteja atendida com um valor relativamente bom.

2) Emenda nº 50120005, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, na UO 10101 — Supremo Tribunal Federal, na ação 6359 — Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal — Nacional, também no valor de R\$20.000.000,00.

3) Emenda nº 50200001, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, na UO 20118 — Agência Brasileira de Inteligência — ABIN, na ação 2684 — Ações de Inteligência — Nacional, no valor de R\$10.000.000,00.

4) Emenda nº 50250004, da Comissão Diretora da Câmara dos Deputados, na UO 01101 — Câmara dos Deputados, na ação 4061 — Processo Legislativo — Nacional, no valor também de R\$20.000.000,00.

5) Emenda nº 60010002, da Comissão de Serviços de Infra-estrutura do Senado Federal, na UO 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação — ITI, na ação 4914 - Fomento ao Desenvolvimento de Tecnologia de *Software* Aberto - Nacional, no valor de R\$40.000.000,00. Também é uma recomendação que faço ao Relator. Já fui procurado pelo Palácio do Planalto para atendimento dessa emenda; atendi com o que pude.

6) Emenda nº 60070005, da Comissão Diretora do Senado Federal, na UO 02101 - Senado Federal, na ação 4061 - Processo Legislativo - Nacional, no valor de R\$20.000.000,00.

7) Emenda nº 60080002, da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, na UO 03101 - Tribunal de Contas da União, na ação 4018 - Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais - Nacional, no valor de R\$20.000.000,00. Já atendi essa emenda com um valor relativamente bom.

8) Emenda nº 60090005, da Comissão de Legislação Participativa do Senado Federal, na UO 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal, na ação 3753 - Implantação de Sistemas para a Modernização Jurisdicional - Modernização da Infra-estrutura e da Tecnologia dos Arquivos, no valor de R\$5.000.000,00. É a recomendação.

9) Emenda nº 71080013, da Bancada do Distrito Federal, na UO 34101 - Ministério Público do Trabalho, na ação 7772 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral do Trabalho em Brasília-DF, no valor de R\$9.000.000,00. Atendi essa emenda com R\$6.000.000,00, e indiquei os outros restantes R\$3.000.000,00 para que o Relator-Geral atenda no que for possível.

Aplicação da Sanção Prevista no § 3º do art. 18 da LDO/2005:

O art. 18, *caput*, da LDO/2005 determina que os órgãos encaminhem à Comissão Mista de Orçamentos demonstrativo com a relação das obras com custo total superior a R\$10,5 milhões que constem da proposta orçamentária para 2005. Do demonstrativo devem constar a especificação da obra, estágio em que se encontra, cronograma físico-financeiro para conclusão, etapas a serem executadas e demonstração de que os custos atendem ao disposto no art. 105 da LDO/2005.

O prazo para encaminhamento encerrou-se no 30º dia após o envio da proposta ao Congresso Nacional. Contudo, de acordo com as informações da Comissão Mista de Orçamentos, na Área I, 9 obras nas condições estabelecidas pelo citado *caput* deixaram de constar de qualquer demonstrativo.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No caso de descumprimento do art. 18, *caput*, a LDO/2005 determina no §3º desse artigo a não-inclusão da obra na lei orçamentária para 2005. Conforme o item 23.1 da Parte Especial do Parecer Preliminar, compete ao Relator Setorial aplicar tal sanção.

Entretanto, para evitar posicionamento distinto do das demais áreas temáticas, esta Relatoria julgou por bem remeter a questão ao Relator-Geral, a fim de que adote posição igualitária para todos.

Para a decisão, a relação das obras sobre as quais não foram prestadas as informações exigidas consta do Quadro XI.

Voto do Relator:

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 51, de 2004-CN, na parte abrangida pela Área Temática I — Poderes do Estado e Representação, com as alterações propostas neste Parecer, decorrentes das emendas aprovadas.

Sala das sessões, data de hoje, Senador João Ribeiro, Relator Setorial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Senador João Ribeiro. A discussão do parecer será feita oportunamente. Nossa idéia é que ocorra amanhã, a menos que posteriormente a Comissão decida em outro sentido. Não vamos discutir agora porque ainda teremos o debate das Lideranças sobre esse assunto.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Antes de passar a palavra ao Deputado Pedro Chaves para que faça a leitura do seu parecer, vou conceder a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, apenas gostaria de um esclarecimento do Relator: S.Exa. apresentou uma errata retirando os asteriscos do Quadro XII de várias obras, e afirma, na parte final do relatório, que 9 obras não haviam apresentado demonstrativo; quantas restaram?

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Quero fazer uma correção, ilustre Deputado. Realmente V.Exa. tem razão; em vez de 9, restaram apenas 5, porque retiramos 4.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Cinco não apresentaram?

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Cinco não apresentaram. Mas, como eu disse, compete ao Relator-Geral emitir o parecer. S.Exa. pode dar o tratamento adequado a todas as áreas temáticas, de acordo com os pareceres apresentados. Vou inclusive passar esse quadro das obras ao Deputado Sérgio Miranda e aos demais Parlamentares que a ele não tiveram acesso, para que, quando viermos discutir o relatório, já tenhamos essas questões bem esclarecidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Deputado Waldemir Moka.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA - Sr. Presidente, tenho a informação de que na reunião com as Lideranças foi definido que hoje usaríamos todo o tempo para a leitura dos relatórios setoriais. A pergunta que faço é a seguinte: há possibilidade de algum desses relatórios ser discutido ainda hoje, ou fica definido agora que só haverá leitura dos relatórios setoriais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Waldemir Moka, na verdade, os Líderes estão discutindo este assunto, mas o que definimos até agora é que vamos fazer toda a leitura dos relatórios e em seguida a discussão de cada um deles. Portanto, provavelmente vamos fazer a discussão amanhã, mas ainda não há essa definição.

Com a palavra o Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, como o parecer foi distribuído há alguns dias e é de conhecimento de todos, gostaria de solicitar de V.Exa. e do Plenário autorização para ler o resumo, que fala sobre toda a programação que consta do nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não havendo nenhuma objeção, V.Exa. pode fazer a leitura resumida.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - A Proposta Orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo consigna R\$37,1 bilhões para a Área Temática II - Justiça e Defesa, dos quais R\$5,0 bilhões estão consignados ao Ministério da Justiça e R\$32,1 bilhões ao Ministério da Defesa.

A Área Temática caracteriza-se pela concentração de recursos em apenas 3 programas: "0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União" (43,35%); "0750 - Apoio Administrativo", onde estão incluídos os gastos com GND 1 - Pessoal e Encargos Sociais (30,94%), e "0906 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa" (7,03%). Juntos esses programas consomem 81,33% da proposta orçamentária setorial.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto à distribuição por Grupo de Natureza da Despesa (GND), os dados indicam que 73,11% dos recursos (R\$27,1 bilhões) estão alocados no GND 1 - Pessoal e Encargos Sociais, e 13,94% no GND 3 - Outras Despesas Correntes (R\$5,1 bilhões), perfazendo ambos 87,05% dos recursos destinados à Área Temática em exame. No GND 4 - Investimentos estão alocados apenas R\$1,8 bilhão, o que corresponde a 4,90% do total da Área Temática.

A análise do período evidencia que a programação da área temática, excluído o refinanciamento da dívida, aumentou 30,43%, enquanto o Orçamento da União, segundo o mesmo critério, evoluiu 55,26%. Ademais, também excluído o refinanciamento da dívida, os valores destinados à Área Temática II constantes do PL 2005 são 16,5% superiores aos do PL 2004, enquanto o Orçamento da União registrou o incremento de 8,06%.

Observe-se que a dotação consignada no PLOA 2005 para a Área em exame supera o liquidado em 2002 em 16,24%, o que indica uma recuperação das perdas registradas nos últimos exercícios. Registre-se que, percentualmente, os maiores acréscimos ocorreram no GND 5 - Inversões Financeiras (463,56%), no GND 2 - Juros e Encargos da Dívida (138,38%) e no GND 3 - Outras Despesas Correntes (54,79%). Não obstante, os recursos para o GND 4 - Investimentos tiveram uma redução de 18,45%, no mesmo período.

No exercício de 2002, a execução orçamentária setorial, nas esferas Fiscal e Seguridade Social, atingiu 96,03% do total autorizado, e no exercício de 2003, 89,66%. No corrente exercício, os dados atualizados até 02/12/04 apontam para uma execução equivalente a 80,71% do autorizado.

Foram apresentadas 173 emendas à despesa no âmbito da Área Temática II, sendo 47 coletivas e 126 individuais, no valor total de R\$5,0 bilhões, verificando-se redução de cerca de 16% em relação ao valor de emendas solicitado por ocasião da tramitação da Proposta Orçamentária para 2004 (R\$6 bilhões). Observe-se, no entanto, que o número de emendas sofreu acréscimo, passando de 110, em 2004, para 173, em 2005 (incremento de cerca de 57,2%).

Importa registrar que, após a distribuição preliminar, uma emenda coletiva e uma emenda individual foram transferidas para as outras Áreas Temáticas, assim como 11 emendas individuais foram transferidas da Área Temática I para esta Área.

A análise inicial das emendas coletivas, envolvendo os aspectos de conformidade das proposições às normas que regem o processo legislativo do Orçamento, demonstrou que duas emendas de Comissão não poderiam ser acatadas, por apresentarem irregularidades impossíveis de serem sanadas.

As emendas individuais apresentadas no âmbito da Área Temática II foram integralmente aprovadas, com recursos provenientes da Reserva de Contingência, transferidos pela Relatoria Geral especialmente para essa finalidade.

Quando da análise dos dados apresentados nas emendas, foram procedidos pequenos ajustes, de forma a torná-las compatíveis com a programação estabelecida no Projeto de Lei, assim como sanar eventuais conflitos com a legislação que rege o processo legislativo do Orçamento e a execução orçamentária. Os subtítulos apresentados como atípicos, por exemplo, foram enquadrados em ações apropriadas, assim como outros receberam denominação e classificação mais adequadas. Procurou-se, sempre, manter os objetivos pretendidos pelos Parlamentares em suas proposições.

Ao analisar as emendas coletivas (bancadas e Comissões Permanentes), foi considerado o mérito inerente a cada ação proposta, bem como as orientações contidas no Parecer Preliminar.

A exemplo do que ocorreu com as emendas individuais, houve a necessidade de se promoverem ajustes nos subtítulos apresentados como atípicos, assim como de se proceder a pequenas alterações em algumas delas.

Procurou-se, dentro das evidentes limitações de recursos, atender, razoavelmente, as emendas coletivas apresentadas, assegurando-se de que todas as emendas admitidas possam vir a receber recursos adicionais nas etapas futuras do processo orçamentário.

No atendimento das emendas coletivas, foram utilizados integralmente os recursos provenientes de cancelamentos das dotações superiores a R\$3,0 milhões consignadas a despesas com Investimentos (GND 4), na forma prevista no Item VI.15 da Parte B do Parecer Preliminar. Além do mais, foram também utilizados outros recursos, oriundos da Reserva de Contingência e de reestimativas de receitas, repassados pela Relatoria Geral.

Na distribuição dos recursos pelas diferentes emendas e ações, procurou-se ouvir e atender, na medida do possível, as prioridades das instituições e das bancadas interessadas.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Dessa forma, para o atendimento dos pleitos contidos nas emendas coletivas, foram priorizadas, no âmbito do Ministério da Justiça, as ações do Sistema Único de Segurança Pública e aquelas desenvolvidas pelo Departamento de Polícia Federal.

No âmbito do Ministério da Defesa, priorizou-se o atendimento das emendas ao Orçamento do Programa Calha Norte voltadas à execução de obras sociais e de infra-estrutura básica.

Ainda no âmbito do Ministério da Defesa, priorizou-se, também, o atendimento da emenda da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que cria a nova ação "Apoio ao Reparcelamento e Modernização das Forças Armadas", com o objetivo de contemplar os pleitos e os interesses estratégicos dos Comandos Militares (Aeronáutica, Exército, Marinha).

Em atenção ao disposto do Art. 97, § 11, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005), o Tribunal de Contas da União informou a ocorrência de irregularidades graves na execução de 2 subtítulos abrangidos pela Área Temática II. Tendo em vista o disposto no item 22.2 da parte B do Parecer Preliminar, as informações do TCU mereceram especial atenção desta Relatoria, que deliberou pela manutenção integral das dotações consignadas aos referidos subtítulos. Sugere-se, no entanto, a inclusão dessas obras no rol daquelas que permanecerão com a execução orçamentária condicionada à adoção de medidas saneadoras das irregularidades apontadas, nos termos do que dispõe o art. 97 da Lei nº 10.934/04 (LDO 2005).

Em observância ao disposto no inciso 22.1 da Parte B do Parecer Preliminar, verificou-se que nos últimos 4 meses deste ano foram aprovados ou estão em tramitação créditos especiais e extraordinários contidos nos PLNs nºs 73, 81 e 88, de 2004-CN, e na Medida Provisória nº 217. Nenhum deles, no entanto, terá efeitos na programação proposta para 2005.

Tendo em vista as limitações de recursos, esta Relatoria ficou impossibilitada de atender adequadamente as emendas a seguir mencionadas, não só com o objetivo de suplementar os recursos constantes da proposta orçamentária das respectivas instituições, mas também para recompor os cortes lineares incidentes sobre as dotações para Investimentos (GND 4). Nesse contexto, sugerimos o empenho da Relatoria Geral para aumentar os valores de atendimento das seguintes emendas:

- Comando da Aeronáutica:

Emenda 60020004 - Modernização e Revitalização de Aeronaves;

- Comando do Exército:

Emenda 60020003 - Manutenção e Suprimento de Material Bélico;

- Comando da Marinha:

Emenda 60020001 - Aprestamento das Forças Navais;

- Ministério da Defesa:

Emenda 50200005 - Apoio ao Reparcelamento e Modernização das Forças Armadas; e

Emenda nº 50200002 - Implantação de Unidades Militares na Região da Calha Norte.

O orçamento de investimento da Área Temática II abrange as empresas: Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (INFRAERO); Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL); e Empresa Gerencial de Projetos Navais — EMGEPRO, todas vinculadas ao Ministério da Defesa.

Não foram apresentadas emendas, nem procedidas, por esta Relatoria, quaisquer outras alterações na Proposta Orçamentária dessas Instituições, que se afigura adequada.

Diante das considerações apresentadas, esta Relatoria posiciona-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 51, de 2004-CN, na parte referente à Área Temática II - Justiça e Defesa, com as modificações propostas neste relatório, inclusive as constantes do Adendo apresentado, assim como pela declaração de inadmissibilidade das Emendas nºs 50130004 e 50310001.

Foi apresentado um adendo, Sr. Presidente:

A Emenda de nº 60030002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, deverá ter seu atendimento alterado para R\$4.000.000,00, nos termos dos dados constantes do anexo Adendo. Da mesma forma, a Emenda de nº 71080008, da bancada do Distrito Federal deverá ser atendida com R\$6.000.000,00, conforme apontado no mesmo Adendo. Também a Emenda nº 71240013, da bancada do Estado de Roraima, deverá ser contemplada com R\$7.000.000,00, conforme registrado na segunda página do Adendo.

Este é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Pedro Chaves.

Concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, quero chamar a atenção, antes mesmo da discussão, para uma questão importante. A Comissão deve ter clareza sobre esse aspecto, porque isso talvez atinja todos os pareceres.

Nesse parecer, observamos que o Relator recompôs cortes que haviam sido feitos. De acordo com o Relatório Preliminar, houve um volume de cortes, e o Relator fez uma certa recomposição. Os Ministros, de per si, mandam seu pessoal fazer pressão, e nesta Casa não há um critério unificado. E o que tem acontecido? Esses recursos que foram alocados e cortados dos investimentos, do custeio, que são recursos destinados a cobrir emendas, estão sendo usados para recompor rubricas que haviam sido cortadas.

Ou seja, de um lado cortamos recursos para atender emendas e de outro recompomos recursos que foram cortados, atendendo não as emendas, mas as pressões do próprio Executivo. Assim como o do Deputado Pedro Chaves, todos os pareceres apresentaram esse problema.

Na área da Defesa houve cortes uniformes para todos, feitos por orientação do próprio Relatório Preliminar, que depois foram recompostos a pedido dos Ministros. Ora, se fosse para recompor, não seria preciso cortar. Isso foi cortado exatamente para atender as emendas; mas, ao invés de atender as emendas, fez-se uma recomposição. Já anotei alguns casos.

Queria só chamar a atenção para isso porque, no momento da discussão da matéria, vamos debruçar-nos sobre esse ponto, procurar saber se desejamos mesmo fazer as recomposições ou se vamos matá-las todas, para que sobrem recursos para atender as emendas, senão não têm sentido as emendas que fazemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Alberto Goldman. Realmente, no primeiro setor também aconteceu isso. Com certeza, na hora de fazer o relatório final, o Relator deverá tomar uma decisão, que poderá ser objeto de votação nesta Comissão. Portanto, como não vamos debater isso agora, vou passar a palavra ao Deputado Iberê Ferreira, que fará a leitura do relatório setorial da Área Temática III - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.

O relatório foi elaborado pelo Deputado José Chaves. O Deputado José Chaves pediu que o Deputado Iberê Ferreira fizesse a leitura. Portanto, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO IBERÊ FERREIRA - Sr. Presidente, por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na forma estabelecida pelo art. 9 da Resolução nº 1, de 2001-CN, e de conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Parecer Preliminar, coube-nos examinar, no âmbito da Área Temática III - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, a programação das unidades orçamentárias que integram os seguintes órgãos:

- Ministério da Fazenda (Órgão 25000);
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Órgão 28000)
- Ministério do Turismo (Órgão 54000);
- Encargos Financeiros da União (Órgão 71000);
- Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios (Órgão 73000);
- Operações Oficiais de Crédito (Órgão 74000);
- Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal (Órgão 75000).

Na condução desta Relatoria deparamo-nos com temas da maior relevância dentro do debate dos grandes problemas nacionais. Como nossa principal preocupação é buscar alternativas e caminhos que conduzam o País à superação das atuais dificuldades, a verdadeira ênfase do nosso trabalho esteve centrada em apontar e, na medida do possível, corrigir as distorções da Proposta Orçamentária para 2005. Esse foi o sentimento que permeou a análise das emendas apresentadas no âmbito desta área temática, e que nos fez dar especial atenção àquelas ações que julgamos mais efetivas na promoção do desenvolvimento econômico e social.

Análise da Proposta Orçamentária da Área Temática III:

Na Proposta Orçamentária para 2005, a maior parte das despesas com o serviço da dívida estão concentradas em unidades orçamentárias da competência da Área Temática III, o que representa um fator determinante para a distribuição irregular das dotações nesse setor, que concentra mais de 90% dos recursos totais para juros e amortização e apenas 0,02% para investimentos. Por isso, dedicamos a parte inicial do nosso Relatório à abordagem de alguns aspectos relacionados à problemática da dívida pública no Brasil.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passamos em seguida a analisar cada um dos órgãos e respectivas unidades orçamentárias sob a responsabilidade desta Relatoria setorial, cabendo destacar aqui o Ministério do Turismo.

Constam da programação desse Ministério importantes ações no sentido de viabilizar a melhora e a ampliação do potencial turístico de Municípios, Estados, Regiões e no País como um todo. Comungamos da idéia de que a atividade turística deve ser cada vez mais valorizada por integrar os segmentos da economia que possibilitam o desenvolvimento sustentável, sem impacto sobre o meio ambiente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Deputado, V.Exa. está lendo o Relatório que foi apresentado?

O SR. DEPUTADO IBERÊ FERREIRA - Estou lendo o resumo do Relatório.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - E onde está esse resumo? Foi distribuído?

O SR. DEPUTADO IBERÊ FERREIRA - Estou lendo o resumo que recebi do Deputado José Chaves, Relator dessa matéria, que solicitou que eu fizesse a leitura do Relatório.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Deputado Iberê, V.Exa., que já foi Relator do Orçamento, sabe que talvez essa seja a área mais importante para debatermos. Toda a parte que faz referência à dívida saiu do resumo. Então a dívida, em que nós não mexemos, é...

O SR. DEPUTADO IBERÊ FERREIRA - Ela será discutida, Deputado, na hora oportuna. Ela não pode ser discutida hoje.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Mas que o relatório seja lido, somente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Sérgio Miranda...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Tem que ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Sérgio Miranda, na verdade, o relatório está na Internet. Desde sexta-feira todos estão tendo acesso a ele. Foi impresso e distribuído. Portanto, submeter o Relator a uma leitura a que, perdoe-me, a maioria não está conseguindo prestar atenção, essa é a verdade, parece-me apenas desperdício de tempo. Durante o debate poderemos fazer referência a qualquer ponto do relatório. O Sr. Relator está apresentando o Relatório de forma sintetizada.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre essa questão. Desculpe-me V.Exa., mas o fato de estarem disponibilizados na Internet não significa que tenhamos a possibilidade de ler todos os relatórios. V.Exa. sabe muito bem que isso é absolutamente impossível. E o momento em que podemos ter conhecimento da matéria é o da leitura. É um dos poucos momentos em que estamos aqui, disponíveis, esperando para conhecer a matéria. Então, nos casos em que possa ser dispensada a leitura total, tudo bem; mas nos casos em que é pedida a leitura total do Relatório, acho que ele tem de ser lido na totalidade.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - V.Exa. tem razão. Vou pedir ao Deputado Iberê que leia, mas vou pedir ao Deputado Gilmar Machado que ajude na leitura, e vamos acompanhar atentamente.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, pela ordem; nós fizemos um acerto. Acertamos que pode ser lida a síntese. Nunca foi pedida a leitura de todo o Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois é, mas hoje pediram. Vamos fazer a leitura de todo o Relatório.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Não, o que está sendo pedido, o que se está pedindo aqui é que seja feita a leitura da síntese; então, a síntese está sendo lida aqui.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não, é a leitura do Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vamos fazer a leitura do Relatório.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois não, Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O Deputado Sérgio Miranda levantou a questão da dívida; então, eu acho que o lógico é que o Relator leia a parte da dívida, que é o que foi solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois não. Vamos ler. O Relatório está na mão do Deputado Sérgio Miranda; ele também pode ler. Se está pedindo que seja lido é porque deve haver alguma razão importante para que todos ouçam a leitura. Quero pedir-lhe, Deputado Iberê, que faça a leitura, mas o Deputado Gilmar Machado já está escalado para fazer um revezamento com V.Exa.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - V.Exa. pode começar da página 5, ponto 2 : Dívida Pública e a Proposta Orçamentária para 2005.

O SR. DEPUTADO IBERÊ FERREIRA - Item 2: Dívida Pública e a Proposta Orçamentária para 2005.

Na proposta orçamentária para 2005, encontramos as seguintes dotações para o serviço da dívida:

Dotações para o Serviço da Dívida:-

Serviço da dívida - Projeto de Lei Orçamentária/2005: R\$1.114,3 bilhões; Área Temática III: R\$1.108,2 bilhões;

Juros e Encargos - PLOA/2005: R\$110,8 bilhões; Área Temática III: R\$108,3 bilhões;

Amortização - PLOA/2005: R\$1.003,5 bilhões; Área Temática III: R\$999,9 bilhões.

Verifica-se que a maior parte das despesas com juros e amortizações estão concentradas em unidades orçamentárias da competência dessa Área Temática. Desse modo, consideramos pertinente, antes da análise orçamentária específica, tecer alguns comentários sobre a problemática da dívida pública.

2.1 Dívida pública - Enfoque Econômico:

A Dívida Líquida do Setor Público — DLSP alcançou em outubro de 2004 o patamar de R\$940,5 bilhões, o que corresponde a 53,7% do Produto Interno Bruto — PIB. Esses são os números publicados pelo Banco Central do Brasil, que apresenta em termos líquidos a dívida de todos os entes que compõem a Federação: União, Estados, Municípios e respectivas empresas estatais. No quadro a seguir, apresentamos um histórico da evolução desses valores desde 1995. Pergunto aos Deputados Alberto Goldman e Sérgio Miranda se têm em mãos o quadro.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, chamo a atenção para o fato de que a dívida em dezembro de 1994 era R\$153 bilhões, e hoje está em R\$945 bilhões.

O SR. DEPUTADO IBERÊ FERREIRA - Além desses valores absolutos, na avaliação da capacidade de solvência do País, devemos também considerar a evolução da relação entre a dívida líquida e o conjunto das riquezas produzidas ao longo do ano (expresso por meio do PIB).

A relação DLSP/PIB evoluiu de maneira preocupante a partir de 1994. Cabe lembrar que em setembro de 2002, no auge da crise de confiança que se abateu sobre o País, essa relação alcançou o patamar de 60,9%. Sobre os motivos que contribuíram para a elevação da dívida líquida do setor público nesse período, podemos destacar: a assunção de passivos contingentes (os chamados esqueletos); a utilização de títulos públicos para refinanciamentos de dívidas, saneamento de setores econômicos específicos e implementação de alguns programas de governo; as altas taxas de juros básicos; e o baixo crescimento econômico.

Cumprе ressaltar que o Governo Federal, desde janeiro de 2003, vem obtendo sucesso na busca de soluções para alguns desses problemas, o que se traduz na melhoria observada nos seguintes indicadores:

Risco País - em janeiro de 2003, 1.700 pontos; em novembro de 2004, 400 pontos;

Taxa SELIC - em janeiro de 2003, de 25,50% aa; em novembro de 2004, 17,25% aa;

Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, indexada ao câmbio - em janeiro de 2003, 37%; em novembro de 2004, 11,24%;

Dólar americano - em janeiro de 2003, R\$3,70; em novembro de 2004, R\$2,70.

Dentro da dívida do setor público, os valores relevantes para o fim de estimativa orçamentária das despesas com juros e amortização referem-se ao estoque bruto da dívida da União, com destaque para a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna — DPMFi, uma vez que constitui o instrumento básico de gestão, determinante da evolução da composição, dos prazos e do risco da dívida de responsabilidade do Governo Central.

No quadro a seguir relacionamos os valores apresentados nas Informações Complementares que acompanham o Projeto de Lei Orçamentária para 2005, e que serviram de base para o cálculo das despesas com o serviço da dívida em cada exercício.

Estoque da Dívida do Governo Central:

Dívida Mobiliária Federal Interna — DPMFi: R\$956,7 bilhões em 2003; R\$1.101,7 bilhões em 2004; previsto para dezembro de 2005: R\$1.287,9 bilhões.

Em mercado: em dezembro de 2003, R\$681,5 bilhões; em dezembro de 2004, R\$798,5 bilhões; previsto para dezembro de 2005, R\$954,7 bilhões.

Na Carteira do Banco Central, em dezembro de 2003, tínhamos R\$275,2 bilhões; em dezembro de 2004, R\$303,2 bilhões; para dezembro de 2005, a previsão é de R\$333,2 bilhões.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Dívida Pública Federal Externa: R\$229,2 bilhões em dezembro de 2003; R\$222 bilhões em dezembro de 2004; previsão para dezembro de 2005: R\$224,6 bilhões. A dívida contratual em dezembro de 2003 era de R\$55,2 bilhões; em dezembro de 2004, de R\$44,9 bilhões; a previsão para dezembro de 2005 é de R\$39,2 bilhões. A dívida mobiliária em dezembro de 2003 era de R\$174 bilhões; em dezembro de 2004, de R\$177,1 bilhões; a previsão para dezembro de 2005 é de R\$185,4 bilhões.

Os crescentes estoques da DPMFi refletem a incorporação dos “esqueletos”, a cobertura de resultados negativos do Banco Central, as novas emissões para cobertura de programas específicos e a apropriação de encargos ao principal da dívida. Já o estoque da dívida externa crescerá em função do volume esperado de captações e de financiamentos externos que deverão ser superiores às amortizações do período.

O tamanho da dívida é o ponto de partida para a estimativa de despesas com juros e amortização a serem incluídas na proposta orçamentária. Porém, tão importantes quanto a dimensão do estoque são a estratégia de administração e a expectativa do mercado, dado que influenciam o prazo de maturação e a composição da dívida, que, por sua vez, definem o volume de despesa em cada ano.

A atual estratégia de administração da dívida pública vem privilegiando a redução da participação de títulos com indexação cambial e elevação do volume de títulos com remuneração prefixada, com os seguintes reflexos sobre a composição da DPMFi (segue-se um gráfico que pode ser visto à página 8).

Com essa estratégia, observa-se que, notadamente a partir de janeiro de 2003, a participação dos títulos pós-fixados com taxas flutuantes (basicamente a Taxa SELIC) e vinculadas a índices de preços mantém-se relativamente estável, enquanto há queda na participação dos títulos com variação cambial e elevação da participação dos títulos prefixados (considerados os melhores instrumentos para administração da dívida mobiliária).

Essa melhoria na composição, porém, tem um efeito colateral indesejado, que é a redução nos prazos de maturação. Justamente pelo fato de os credores assumirem o risco de mudança na política monetária e/ou cambial, há uma resistência à aquisição de títulos prefixados de longo prazo. Com isso, houve redução no prazo médio da DPMFi entre dezembro de 2003 e outubro de 2004 de 31,34 para 28,5 meses, fazendo com que o percentual vincendo em 12 meses passasse de 35,3% para 45,9%. No orçamento, o reflexo dessa estratégia foi a sensível elevação das dotações para o serviço da dívida, notadamente para o refinanciamento.

Apesar desses dados, as projeções constantes da Mensagem são otimistas e apostam na continuidade da melhoria da composição da Dívida Mobiliária, com gradativa elevação no prazo médio de maturação.

2.2 Dívida pública — Enfoque orçamentário.

Os desembolsos com o serviço da dívida no Orçamento são representados pelos juros (pagos periodicamente ou no vencimento da respectiva operação de crédito) e pela amortização do principal corrigido (pago no vencimento da operação de crédito). Dessa forma, incluem-se em cada lei orçamentária as previsões de desembolsos decorrentes do vencimento (maturação) de parcela da dívida bruta do Governo Central. Note-se que o universo de abrangência se restringe apenas à dívida pública federal (e não do setor público como um todo) e que o conceito relevante é a dívida bruta (e não a dívida líquida).

No Projeto de Lei Orçamentária para 2005, podem-se identificar essas despesas, selecionando-se os Grupos de Natureza de Despesa 2 (Juros e Encargos da Dívida) e 6 (Amortização da Dívida).

Os juros no Orçamento são estimados pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Secretaria de Orçamento Federal, abrangem o Governo Federal (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social) e são calculados tomando por base o montante da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional (em poder do público e em carteira do Banco Central). São os juros reais incidentes sobre o estoque bruto da dívida do Tesouro (mobiliária e contratual), não sendo descontados os juros referentes a títulos em carteira do Banco Central, nem os juros recebidos pelo Tesouro.

O quadro a seguir relaciona as dotações para juros e encargos de 2003 a 2005:

- Juros e encargos da dívida no Orçamento: em 2003, R\$65,7 bilhões realizados; em 2004 estão previstos R\$117,4 bilhões; para 2005 a proposta é de R\$110,8 bilhões.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Observa-se que os dados divergem sensivelmente das informações sobre juros constantes da Mensagem Presidencial, que aponta os seguintes valores no Demonstrativo de Resultados Primário e Nominal do Governo Federal:

- 2003 (realizado): R\$100,9 bilhões; 2004 (reprogramado): R\$75,1 bilhões; 2005 (previsto): R\$80,3 bilhões.

Isso ocorre basicamente em função de os juros no Orçamento representarem a autorização legal para a realização das despesas efetivas, em regime de caixa, dado o vencimento de parcela da dívida bruta da União no respectivo ano. Diferentemente ocorre com os valores indicados no Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Federal, onde se computam os juros nominais líquidos independentemente do seu pagamento. Nesse conceito mede-se a contribuição dos juros, em regime de competência, para o resultado fiscal do Governo Central (Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil), expresso nas suas necessidades de recursos líquidos para o financiamento do déficit nominal — NFSP. Os juros são líquidos porque consideram também as receitas desse tipo auferidas pelo Governo Central.

No conceito nominal, utilizado no cálculo da NFSP (Necessidade de Financiamento do Setor Público), as crescentes despesas com juros refletem o patamar de juros básicos que remunera os títulos, as variações cambiais e a própria evolução do estoque líquido da dívida.

No que se refere à amortização, a nova composição da dívida e a gradual redução dos prazos de maturação também influenciaram as dotações. Essa combinação indica um vencimento de maior percentual da dívida em 2005, assim como rolagens sucessivas dentro do mesmo exercício, afetando sensivelmente as previsões de despesas.

Quadro de amortização da dívida:

Amortização - em 2003, na lei, R\$582,3 bilhões; liquidados, R\$462,6 bilhões; em 2004, na lei, R\$925,9 bilhões; no projeto de lei para 2005, R\$1.003,5 bilhões. Refinanciamento - na lei, em dezembro de 2003, R\$522,1 bilhões; liquidados, R\$365,8 bilhões; em 2004, na lei, R\$860 bilhões; para 2005, R\$935,3 bilhões. Como em anos anteriores, na amortização da dívida serão usados preponderantemente recursos obtidos por meio da Fonte 143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional, indicando o mero refinanciamento da dívida de cerca de R\$935,3 milhões.

Com base nessas informações iniciais é possível compreender melhor as dotações orçamentárias constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2005, em especial aquelas alocadas aos Encargos Financeiros da União e ao Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal.

Pergunto aos Deputados Alberto Goldman e Sérgio Miranda se passamos agora à análise da proposta orçamentária da área temática, ou se posso voltar ao resumo cuja leitura eu havia iniciado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Na minha opinião, V.Exa. pode voltar ao resumo. Eu só gostaria de chamar a atenção para o fato de que nos Encargos Financeiros da União passamos de R\$141 bilhões em 2001 para R\$112 bilhões em 2002, para R\$182 bilhões em 2003, e a previsão para 2004 é de R\$208 bilhões. Encargos financeiros são juros pagos mais a amortização líquida. Isso é parte considerável do nosso Orçamento. O total das receitas não-financeiras no Orçamento chega a R\$400 bilhões. Imaginem que metade disso é para os encargos financeiros da União. Isso é de horrorizar, quando se debate o Orçamento.

Pode passar adiante, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO IBERÊ FERREIRA - Agradeço a V.Exa. Passaremos à análise resumida da proposta orçamentária.

Na proposta orçamentária para 2005, a maior parte das despesas com o serviço da dívida estão concentradas em unidades orçamentárias da competência da Área Temática III, o que representa um fator determinante para a irregular distribuição das dotações desse setor, que concentra mais de 90% dos recursos totais para juros e amortização e apenas 0,02 para investimentos. Por isso, dedicamos a parte inicial do nosso Relatório à abordagem que foi lida há pouco, relacionada à problemática da dívida pública no Brasil.

Passamos, em seguida, a analisar cada um dos órgãos e respectivas unidades orçamentárias sob a responsabilidade desta Relatoria Setorial.

Quanto ao Ministério do Turismo, constam da programação importantes ações no sentido de viabilizar a melhoria e ampliação do potencial turístico de Municípios, Estados, regiões e do País como um todo. Comungamos da idéia de que a atividade turística deve ser cada vez mais valorizada por integrar os segmentos da economia que possibilitam o desenvolvimento



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sustentável, sem impacto sobre o meio ambiente. Além disso, sabemos que o turismo é a indústria que apresenta a melhor relação entre número de postos de trabalho criados por unidade de valor investido, com reflexos positivos sobre o nível de emprego e de renda e, conseqüentemente, sobre as condições socioeconômicas da nossa população.

Em função disso, dentro dos critérios adotados para o atendimento das emendas, procuramos dar especial atenção às solicitações de recursos para esse setor.

- Transferências a Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

Chamou-nos a atenção, no programa desse órgão, a não-alocação de recursos para a compensação das perdas tributárias dos Estado e do Distrito Federal decorrentes da Lei Kandir. Lembramos que a Lei Orçamentária para 2004 disponibilizou R\$4,3 bilhões para o Fundo de Compensação de Exportações. Essa situação tem gerado grande desconforto junto às Administrações Estaduais, que correm o risco de se verem obrigadas a suspender o crédito de ICMS a que as empresas exportadoras fazem jus, resultando em problemas judiciais para os Governos. Sobre essa questão registramos nossa preocupação e nosso empenho em atuar conjuntamente com a Relatoria Geral na solução desse justo pleito dos Estados.

- Emendas:

Junto a esta Área Temática foi apresentado um total de 526 emendas, sendo 476 individuais e 50 coletivas, o que representou um acréscimo de 73% em relação à Proposta Orçamentária para 2004, demonstrando o crescente interesse dos Parlamentares pelas ações executadas por unidades orçamentárias vinculadas a esse setor.

- Recursos para o Atendimento das Emendas:

Segundo o que estabelece o Parecer Preliminar, esta Relatoria estava autorizada a promover até R\$97 milhões em cortes nos investimentos das unidades componentes da Área III; contudo, após criteriosa análise das programações sujeitas aos cancelamentos, e considerando as restrições e as possíveis conseqüências para as unidades orçamentárias, optamos por preservar a maior parte das dotações constantes da proposta.

Entretanto, a fim de atender ao disposto no Parecer Preliminar, foi imprescindível remanejar o montante de R\$35 milhões, representando um corte médio de 14,4% nos investimentos, para o acatamento de emendas coletivas.

Os recursos adicionais foram disponibilizados pela Relatoria Geral.

- Emendas Individuais:

As emendas individuais propostas nessa Área Temática têm por objetivo, em sua grande maioria, a assistência financeira da União para iniciativas locais, tais como: apoio a projetos de infra-estrutura turística, promoção de eventos para a divulgação do turismo, apoio a projetos de desenvolvimento na Amazônia, construção de barracão industrial etc. Considerando as disposições do Parecer Preliminar, esta Relatoria está recomendando a aprovação de todas as emendas individuais.

- Emendas Coletivas:

Na análise das emendas coletivas foram considerados inicialmente indicadores como o tamanho das bancadas estaduais, Índice de Desenvolvimento Humano — IDH e Produto Interno Bruto *per capita* de cada Unidade da Federação, uma vez que esses dados refletem não só o tamanho, mas principalmente as condições socioeconômicas da população a ser beneficiada pelas iniciativas parlamentares.

A partir dessa distribuição inicial, foram realizados ajustes considerando-se o mérito de cada emenda, sua abrangência, sua relevância e a sua aplicação efetiva no próximo exercício, levando-se em conta recursos já disponíveis no Projeto de Lei Orçamentária de 2005 e os valores executados ao longo do corrente exercício.

Desnecessário ressaltar que os recursos disponíveis ficaram muito aquém do que seria preciso para se atenderem de modo razoável as numerosas e relevantes demandas. Apesar das dificuldades, esta Relatoria espera ter alcançado seus objetivos realizando a distribuição mais justa e objetiva possível.

- Emendas de Relator:

Foram apresentadas 9 emendas de Relator, apenas com o objetivo de explicitar ajustes técnicos realizados para o cancelamento de dotações, recomposição de dotações canceladas e correção de erros na programação do Ministério do Turismo.

- Recomendações à Relatoria-Geral:

Em face da escassez de recursos disponíveis ao atendimento adequado das emendas, e dada a magnitude dos valores envolvidos, muitas foram as demandas que deixaram de receber



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento nacional. Diante disso, solicitamos especial empenho por parte da Relatoria-Geral na apreciação dos seguintes pleitos: acréscimo de R\$80 milhões nas dotações do PRODETUR, para viabilizar a realização de contrapartidas por parte da União aos Estados, e a compensação dos Estados e Distrito Federal por perdas decorrentes da Lei Kandir.

Voto do Relator:

Somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 51, de 2004, do Congresso Nacional, encaminhado por intermédio da Mensagem nº 151, de 2004-CN, relativamente às unidades orçamentárias afetas à Área Temática III, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Sala das Comissões, nesta data.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Iberê Ferreira.

Já encerrada a leitura, vamos discutir na seqüência.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Só uma observação apenas para configurar que é exatamente neste relatório que deveria ser introduzida uma disposição legal que é a compensação dos Estados e do Distrito Federal por perdas decorrentes das isenções provenientes da Lei Kandir.

Como está na recomendação relatoria geral, a proposta orçamentária não trouxe previsão de recursos para compensar os Estados pelas perdas tributárias. Esta é a questão mais grave e crucial: os Estados não têm como sobreviver sem esse recurso. É muito importante a solução dessa questão. Não pode haver dúvida quanto a isso, senão não vamos conseguir andar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem a palavra V.Exa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Gostaria apenas de explicar ao Deputado Gilmar Machado que não estamos discutindo a matéria.

Tanto o PSB quanto o PFL pedem que haja, efetivamente, no que diz respeito à Lei Kandir, um número dado pelo Relator, que será feito amanhã de manhã. Não é discussão da matéria ainda. Isso só se dará amanhã. Estamos na fase de leitura. Apenas o Deputado Alberto Goldman queria deixar claro que essa é a posição dos partidos de Oposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Sr. Presidente, eu também não queria discutir agora a matéria, mas há 2 pontos importantes que o Relator mencionou, a contrapartida do PRODETUR e a Lei Kandir, que vamos discutir oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Oportunamente será discutido.

Está encerrada a discussão. Agradeço muito ao Deputado Iberê Ferreira, que parece ter estudado com afinco essa matéria, especialmente para fazer essa leitura. Estava muito bem informado sobre o tema.

Passarei a palavra ao próximo Relator, Deputado Wellington Fagundes, para fazer a leitura do relatório setorial apresentado à Área Temática IV: Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, nobres colegas da relatoria da Área Temática IV — Agricultura e Desenvolvimento Agrário, sobre o Projeto de Lei n.º 51, de 2004-CN, encaminhado por intermédio da Mensagem n.º 151, de 2004-CN (n.º 543/2004 na origem), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005, na parte referente aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Desenvolvimento Agrário (MDA), seus órgãos, entidades e fundos.

Relatório.

Em cumprimento a dispositivo constitucional constante do art. 84, inciso XXIII, na Carta Magna, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o projeto de lei orçamentária, PL n.º 51, de 2004-CN, que *“estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005”*, compreendendo o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das empresas estatais.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Encaminhado para apreciação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), nos termos do art. 166, da Constituição Federal, coube-nos, por designação do seu Presidente, na forma do art. 9º da Resolução n.º 1, de 2001-CN, a honrosa missão de examinar e relatar as peças orçamentárias concernentes à Área Temática IV: Agricultura e Desenvolvimento Agrário, do referido Projeto de Lei.

Esta área contempla as matérias relativas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), seus órgãos, entidades e fundos.

O valor total dos créditos consignados a essa área temática alcança R\$7.504 milhões, sendo R\$7.491 milhões referentes aos Orçamento Fiscal e de Seguridade Social e de R\$13 milhões relativos a investimento das empresas estatais CEASA/MG, CASEMG e CEAGESP. Observe-se que 67% das dotações da Área Temática estão consignadas ao MAPA (R\$5 bilhões) e 33% ao MDA (R\$2,5 bilhões).

Análise por órgão orçamentário.

Considerados os aspectos gerais da proposta orçamentária para a Área Temática IV, passaremos, a seguir, para a análise dos orçamentos dos órgãos que se encontram sob a responsabilidade desta relatoria.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A despesa orçamentária fixada para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o ano de 2005 é de R\$5.050 milhões. Esses créditos abrangem todas as unidades orçamentárias e fundos que compõem a estrutura organizacional daquele Ministério, inclusive o orçamento de investimento da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo S/A — CEAGESP —, com dispêndios de R\$8,1 milhões; das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A — CEASA/MG — com R\$4,1 milhões, e da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais — CASEMG — com gastos previstos da ordem de R\$0,9 milhão. Ambas as despesas são provenientes de recursos de geração própria, que também integram este relatório.

A preços correntes, a proposta dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de 2005 para o Ministério da Agricultura (R\$5,037 milhões) é 31% inferior ao valor proposto em 2004 (R\$7,337 milhões). Essa redução de R\$2,3 bilhões verificou-se quase que inteiramente na Função 28, Encargos Especiais. O valor destinado à Função Agricultura manteve-se praticamente inalterado — cerca de R\$4,3 bilhões.

A significativa redução do orçamento do Ministério da Agricultura se deve quase que exclusivamente aos menores valores relativos ao pagamento da dívida interna da CONAB e a uma redução de cerca de R\$400 milhões na dotação para financiar a aquisição de produtos agrícolas para comercialização e formação de estoques públicos.

Em relação a esse item, registra-se positivamente a decisão tomada pelo Poder Executivo de consignar apenas no orçamento da CONAB os valores das despesas com aquisição de produtos para formação de estoques reguladores. Sem o mesmo registro no orçamento das operações oficiais de crédito, evita-se o desconforto, várias vezes mencionado nos relatórios setoriais anteriores, causado pela duplicidade de registro na mesma peça orçamentária.

Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A proposta orçamentária para 2004 do órgão 49.000, Ministério do Desenvolvimento Agrário, engloba duas unidades orçamentárias:

- a) 49.101 — Ministério do Desenvolvimento Agrário — MDA — e
- b) 49.201 — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA.

A proposta orçamentária para o Ministério do Desenvolvimento Agrário — MDA/órgão, para 2005, é de R\$2.454.387.534, superior (comparação entre valores nominais) em 61% ao da proposta de 2004, que foi de R\$1.456.440.142. No entanto, em relação ao autorizado para 2004, R\$2.291.507.889 (valor até 9/12/2004) é apenas 7% nominalmente superior.

Os recursos do órgão Ministério do Desenvolvimento Agrário estão assim distribuídos: a MDA detém 19,4% da dotação do órgão e o INCRA, 80,6% da dotação do mesmo órgão.

Análise das Emendas.

Considerações Gerais.

O Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2005 recebeu 8.268 emendas à despesa, totalizando cerca de R\$78 bilhões. À Área Temática IV — Agricultura e Desenvolvimento Agrário — foram apresentadas 506 emendas, sendo 475 individuais e 31 coletivas. Destas, 22 foram de bancadas estaduais, 6 de Comissões da Câmara dos Deputados e 3 de Comissões Permanentes do



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senado Federal. Quatro emendas individuais foram transferidas para outras áreas temáticas e uma emenda de Comissão Permanente foi indicada como inadmissível.

No total, as emendas desta Área Temática somaram R\$4,8 bilhões. Apenas 2,7% desse valor (R\$131 milhões) correspondem a emendas individuais dos Srs. Parlamentares, sendo 396 de Deputados e 80 de Senadores. O valor médio das emendas individuais ficou em torno de R\$275 mil, bem superior à média verificada no exercício anterior (R\$195 mil). As 22 emendas das bancadas estaduais somaram R\$1,1 bilhão e as emendas das Comissões totalizaram R\$3,5 bilhões. Não foram apresentadas emendas à programação de investimento das estatais desta Área Temática.

Do valor total das emendas apresentadas a esta relatoria (R\$4,8 bilhões), R\$4 bilhões, ou seja, 82%, referem-se ao programa de trabalho do Ministério da Agricultura. O Ministério do Desenvolvimento Agrário ficou com R\$0,8 bilhão (18%).

Ajustes e adequações nas emendas.

Considerando-se as limitações constitucionais, bem como as estabelecidas no parecer preliminar ao PL nº 51, de 2004, e na Resolução nº 1, de 2001, e conhecendo as imensas dificuldades para viabilizar a execução das emendas propostas junto ao Executivo, procuramos, dentro das normas legais e orçamentárias que regem nosso trabalho, minimizar as dificuldades e incorreções técnicas eventualmente encontradas nas emendas apresentadas. Assim, além da análise do mérito, procuramos, dentro do exímio prazo disponível, ajustar ou adequar as propostas de emendas às normas estabelecidas para sua apresentação e ao programa de trabalho proposto no referido projeto de lei. As alterações mais significativas estão disponíveis para consulta junto a esta relatoria e se referem a um ou mais de um dos seguintes itens:

1. Grupo de Natureza da Despesa: para ajustar as despesas com o tipo de gasto pretendido;

2. Modalidade de Aplicação: para adequar a responsabilidade de execução da emenda às reais intenções de seu autor e também para evitar a ocorrência de emenda dentro das proibições de transferência de recursos para entidade privada constantes do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e dos artigos da Subseção II, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO/2005);

3. Funcional e Programática: para acomodar o subtítulo dentro da programação do órgão orçamentário e dos programas existentes;

4. Subtítulo da emenda: principalmente para melhorar a indicação da localidade e da matéria de competência das diversas unidades orçamentárias desta Área Temática ou mesmo para adequá-las ao disposto no inciso VIII, art. 23, da Constituição Federal e ao disposto no inciso VI do art. 29 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO/2005);

5. Metas e quantidades: para adequar aos padrões sistematizados e aos custos unitários médios utilizados como referenciais;

6. Unidades Orçamentárias: para adequar a ação proposta no subtítulo com o programa de trabalho da respectiva unidade orçamentária;

7. Localidade: para ajustar a região à proposta apresentada; e

8. Justificação: para adequá-las aos casos em que a Constituição Federal permite a transferência de recursos da União para Estados, Municípios e setor privado, conforme mencionado no item 4, acima.

No caso das Comissões Permanentes, observamos que as emendas apresentadas estavam em conformidade com as determinações do inciso I do art. 25 da Resolução nº 1, de 2001, ou seja, tratam de matérias a elas afetas regimentalmente, com caráter nacional ou institucional.

As emendas das bancadas estaduais também estavam todas de acordo com o disposto no inciso II do art. 25 da Resolução nº 1, de 2001-CN, ou seja, são relativas a matérias de interesse do respectivo Estado.

Padrões de custos unitários médios.

Na medida do possível, procuramos aproximar os valores unitários das metas das emendas apresentadas aos custos unitários implícitos no projeto encaminhado pelo Poder Executivo.

Crítérios para apreciação das emendas.

Consoante o que determina o parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2001-CN, as emendas coletivas e prioritárias, por se constituírem instrumento de inegável valor para o aperfeiçoamento da ação do Estado, proporcionando o atendimento a Unidades da Federação ou a políticas públicas de caráter regional, nem sempre tratadas com a necessária atenção pelo Poder



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Central, mereceram nossa atenção especial. Consideramos principalmente aquelas emendas das Comissões Permanentes destinadas a dar sustentação a ações de relevância para o setor agrícola e para o desenvolvimento agrário, geradoras de bens e serviços públicos, e que não estavam devidamente contempladas na programação encaminhada para nossa apreciação.

Assim, priorizamos o atendimento das seguintes emendas:

Para a programação do Ministério do Desenvolvimento Agrário:

Emenda nº 50100003 — “Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares”; da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados.

A nosso ver, esta é uma das áreas mais importantes, já que não adianta fazer reforma agrária sem dar assistência. E as empresas estão realmente necessitando e nos procuraram bastante para tratar desse aspecto.

Para a programação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

Emenda nº 50100001 — “Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário”, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados.

Quanto a esta emenda, houve um trabalho imenso da Comissão para criar essa rubrica, que contempla praticamente todas as áreas de desenvolvimento rural. Daí porque darmos à emenda importância muito grande, já que visa a atender o País inteiro.

Emenda nº 50100004 — “Aquisição de Patrulha Mecanizada”, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados.

Da mesma forma, procuramos bem atender esta emenda, visto que nas emendas individuais são as mais procuradas pelos Parlamentares. Aqui, fica a oportunidade maior ainda de atender aqueles que não puderam apresentar emenda individual ou coletiva.

Recordamos novamente que a proposta orçamentária para 2005 não contempla as atividades de assistência técnica e extensão rural com dotações compatíveis com o porte e responsabilidades da União na parceria com Estados, Municípios e organizações não-governamentais na manutenção desses serviços tão importantes para a agricultura brasileira.

Já havia falado sobre esse destaque. Fazemos questão de que esta Comissão o analise, para, no orçamento do próximo ano, cobrar um pouco mais do Executivo a fim de que insira na proposta recursos suficientes para atender áreas tão importantes como esta.

Igualmente importantes são as ações que permitem a realização de investimentos nos Municípios brasileiros com vocação especial para o agronegócio. São pequenas somas de recursos públicos que impactam positivamente a geração de emprego e renda agrícolas.

Na condição de médico veterinário, destaco que às vezes uma patrulha mecanizada ou uma ação específica em um assentamento pode ser fundamental para o desenvolvimento econômico daquela região.

As emendas de bancada estadual mereceram nossa especial atenção. Pelo inegável mérito, acolhemos todas, parcialmente, distribuindo os recursos disponíveis de forma equilibrada com a dimensão da agricultura de cada Estado, com o volume da sua demanda por produtos agrícolas e com a amplitude política da prioridade atribuída ao setor agrícola pelos Srs. Parlamentares. Consideramos também, na referida distribuição, o princípio da redução das desigualdades inter-regionais. Para isso, empregamos indicadores construídos com informações do IBGE sobre área utilizada com lavouras, população total residente, produto interno bruto *per capita* e a participação relativa das emendas apresentadas a esta Área Temática em cada Unidade da Federação.

Procuramos distribuir também de acordo com o número de emendas apresentadas pelas bancadas.

Pequenos ajustes foram feitos, decorrentes de audiências com representantes da sociedade, dos órgãos e empresas que integram esta Área Temática e, principalmente, com representantes das bancadas estaduais interessadas.

Saliento que fizemos questão de atender os coordenadores de todas as bancadas que nos procuraram, e às vezes até bancadas inteiras, para discutir de que forma atenderíamos, mesmo com os poucos recursos disponíveis.

A alocação final, resultante desse processo, implicou alocações superiores ao resultado obtido pelo critério inicial de distribuição em 14 das 16 bancadas estaduais proponentes.

As emendas individuais foram consideradas meritórias em sua totalidade.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Só duas emendas, parece-me que individuais, remetemos para outra área temática, como foi o caso de uma emenda do meu Estado, do Senador Jonas Pinheiro, que tratava da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Assim, encaminhamos para aquele órgão, mas com obrigação de ser atendida.

Fontes de recursos.

Na fase que compete a esta relatoria, foram efetuadas alterações na proposta correspondendo a cerca de R\$310.419.850,00, dos quais R\$26.200.595,00 são provenientes dos cortes de 15% efetuados pelo Relator-Geral (Item 15, Parte B, do Parecer Preliminar), nas rubricas de investimento com dotações superiores a R\$3 mil e com fontes possíveis de serem utilizadas.

Esses valores foram alocados da seguinte forma:

R\$130.419.850,00 nas emendas individuais;

R\$100.000.000,00 nas emendas de bancadas estaduais;

R\$56.414.305,00 nas emendas de Comissões; e

R\$23.585.695,00 nas emendas desta relatoria, para recompor, seletivamente, os cortes em GND 4, conforme acima mencionado.

Aqui procuramos, principalmente com relação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, evitar cortes, já que se tratavam de investimentos em áreas extremamente importantes daquele órgão.

Portanto, a programação inicial foi acrescida em R\$284.219.255,00, o que corresponde a 11% das despesas primárias discricionárias (R\$2,7 bilhões) constantes da proposta apresentada ao Congresso Nacional para esta Área Temática.

Recursos para as emendas individuais.

O valor total, R\$130.419.850,00, que está sendo acrescido à programação desta área por meio das emendas individuais, provém de recursos ordinários do Tesouro Nacional (Fonte 100) repassados a esta relatoria setorial pelo Relator- Geral.

Ao final, farei um comentário sobre isso.

Recursos para as emendas coletivas.

Esta Área Temática contou com um aporte de recursos para atender as emendas coletivas da ordem de R\$156.414.305,00. Desse total, utilizamos R\$100 milhões para atender as emendas de bancadas. É importante que os Srs. Parlamentares observem que, do total de R\$156 milhões, utilizamos R\$100 milhões para atender as emendas de bancada e R\$56.414.305,00 para atender as emendas das Comissões Permanentes, sendo que parte desses recursos (R\$2,6 milhões) provieram de cancelamentos em GND 4.

As estimativas de corte, da ordem de R\$26,2 milhões, foram feitas de acordo com o disposto nos itens 14, 15 e 16 do Parecer Preliminar.

Entretanto, em razão da importância econômica e social das funções sob responsabilidade desta Área Temática, e sensibilizados pelas exposições realizadas em audiências mantidas com os dirigentes dos órgãos e entidades que compõem esse setor, optamos por pleitear junto ao nobre Relator-Geral deste projeto de lei, bem como aos ilustres pares desta Comissão, no sentido de minimizar os cancelamentos em GND 4 constante da programação do MAPA e do MDA, conforme já disse, devido à importância desses programas, tudo com recursos bastante pulverizados.

Essa atitude busca preservar ao máximo aqueles itens considerados fundamentais às atividades fins daqueles órgãos, dentre as quais destacamos as ações de prevenção, controle e erradicação de doenças da bovinocultura e a erradicação da febre aftosa no MAPA, bem como as ações do MDA relacionadas com o Programa da Agricultura Familiar e com os programas de apoio aos assentamentos e reassentamentos rurais. Ressalto que a febre aftosa vem causando prejuízos ao País no tocante ao impedimento de exportações em Estados extremamente importantes.

Assim, optamos por utilizar apenas 10% dos cortes efetuados — cerca de R\$2.614.900,00 — para o atendimento de emendas apresentadas pelas Comissões.

Conseqüentemente, recompomos R\$23.585.695,00 por meio de emendas de nossa autoria. Parecer às emendas.

Verificamos inicialmente que, nos termos do inciso I do art. 30 da Resolução nº 1/2001-CN, as emendas apresentadas a esta relatoria atendem às normas constitucionais e legais em vigor e são compatíveis e adequadas à Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO/2005) e ao PPA 2004-07 (Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004).

Parecer em relação às emendas individuais.

Considerando o exposto e após minucioso exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas na Seção III da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nacional, e na Parte 2 do Parecer Preliminar, somos pela aprovação de todas as emendas individuais apresentadas, somando R\$130.419.850,00, deixando claro que duas emendas foram encaminhadas a outras áreas, como já justifiquei, e que serão atendidas nas áreas afins.

Parecer em relação às emendas coletivas.

As emendas coletivas somaram R\$4,8 bilhões. Esse valor é mais de 30 vezes maior que o valor disponível para atendê-las (R\$157 milhões), configurando-se, pois, a evidente impossibilidade de acolhimento razoável dos pleitos. Fizemos, portanto, o que nos foi possível no contexto da escassez de recursos.

Decidimos, assim, após criterioso exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas na Seção III da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, e na Parte B do Parecer Preliminar, acolher parcialmente todas as emendas apresentadas, destacando aquelas emendas destinadas a dar sustentação a ações de relevância para o setor agrícola e para o desenvolvimento agrário e que não estavam devidamente contempladas na programação encaminhada para nossa apreciação.

Ressalvamos, entretanto, das considerações do parágrafo anterior, a Emenda nº 50170005, da Comissão de Finanças e Tributação, destinando recursos para a programação da EMBRAPA. Essa emenda foi considerada inadmitida por esta Relatoria, pois não atende ao disposto no inciso I do art. 25 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Emendas do Relator-Setorial.

Este relatório incorpora 12 emendas desta relatoria, no valor global de R\$23.585.695,00. Essas tiveram o propósito de recompor os cortes efetuados pelo Relator-Geral (Item 15, Parte B, do Parecer Preliminar) nas rubricas com gastos previstos em GND 4, com dotações superiores a R\$3 mil e com fontes possíveis de serem utilizadas, conforme expliquei anteriormente.

Obras com indícios de irregularidades graves.

Dedicamos especial atenção à análise das informações levantadas pelo Tribunal de Contas da União — TCU — no que se refere a obras com pendências junto àquela Corte.

Observamos que, até esta data, nenhuma obra constante da programação desta Área Temática foi incluída na relação do TCU, não havendo, assim, restrições para alocação de dotações na Proposta Orçamentária para 2005.

Recomendações à relatoria geral.

Nesta etapa, gostaríamos de contar, mais uma vez, com a elevada sensibilidade da relatoria geral para as emendas listadas a seguir, que consideramos de fundamental importância para o setor agropecuário e para o desenvolvimento agrário e que, por condicionamentos impostos pela disponibilidade de recursos a esta relatoria setorial, ficaram sem o devido e meritório tratamento, ou seja, impossível de alocar recursos, pois estes foram extremamente escassos:

1. Emenda nº 60050004, da Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado Federal, com subtítulo “Pesquisa e Desenvolvimento para Diferenciação e Agregação de Valor à Produção Extrativista, Agropecuária e Agroindustrial de Pequena Escala”, atendida parcialmente com R\$600.000,00, recomendada ao Relator Geral;

2. Emenda nº 50100002, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com subtítulo “Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Bovinocultura”, atendida parcialmente com R\$600.000,00. Essa emenda, como eu já havia dito, é extremamente importante, visto que temos casos sérios, como os de febre aftosa, que podem causar inúmeros prejuízos ao País, como já ocorre;

3. Emenda nº 5010005, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com subtítulo “Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas Inovadores de Produção para o Agronegócio”, atendida parcialmente também com R\$600.000,00 e recomendada ao Relator Geral;

4. Emenda nº 60040003, da Comissão de Educação do Senado Federal, com subtítulo “Fortalecimento da Infra-estrutura e das Capacidades Básicas em Recursos Genéticos”, atendida também parcialmente com R\$600.000,00.

Pleiteamos, ainda, especial atenção do Sr. Relator-Geral para a Emenda nº 60050002, apresentada pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, acrescentando cerca de R\$2 bilhões aos créditos destinados à “Formação de Estoques Públicos” da CONAB.

Quanto a esse assunto, a Comissão de Agricultura realizou duas audiências com os Ministros da Agricultura, da Fazenda e do Planejamento. Há uma grande preocupação, visto que no próximo ano teremos uma superprodução mundial em todas as *commodities*, principalmente



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

soja, milho, trigo, algodão. Há uma expectativa muito grande de baixa de preço dessas *commodities*.

Também teremos uma grande produção, mas este ano tivemos um aumento nos custos da produção agrícola, visto que a importação dos insumos se deu principalmente quando o dólar estava alto e a venda se dará com dólar baixo. Então, queremos atenção especial da Comissão para essa emenda, que o Relator-Geral possa atendê-la. Isso será extremamente importante para o equilíbrio, principalmente para que os produtores não voltem ao endividamento, como aconteceu no passado.

A relatoria setorial de forma alguma tinha condições de atender essa emenda, ficando a incumbência para o Poder Executivo junto com o Relator-Geral. Mas queremos aqui destacar sua extrema importância e a grande preocupação do Ministro da Agricultura e de todos os envolvidos com o agronegócio no Brasil

Considerações finais.

Como resultado de nosso trabalho e do apoio do Relator-Geral à agricultura e ao desenvolvimento agrário do País, ampliamos a proposta orçamentária desta Área Temática em cerca de R\$284 milhões, sendo R\$214 milhões no Ministério da Agricultura (75% do total) e R\$70 milhões líquidos no Ministério do Desenvolvimento Agrário (25%).

As propostas aprovadas representaram um aumento líquido nas dotações para gastos em despesas correntes no valor de R\$33 milhões e em investimentos da ordem de R\$251 milhões. Isso corresponde a acréscimos da ordem de 11% nas dotações deste setor propostas em despesas primárias discricionárias.

Ressalte-se que a programação aprovada mais que triplica o valor originalmente destinado ao programa Luz para Todos, no Ministério da Agricultura, um programa extremamente importante, principalmente para as pequenas propriedades no Brasil. O programa para a Agricultura Familiar — PRONAF — obteve um aporte líquido de recursos da ordem de R\$25,5 milhões. São recursos consideráveis, pois correspondem a quase 20% dos créditos propostos. Da mesma forma, o Programa para o Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais teve emendas aprovadas no montante líquido de R\$31 milhões, elevando os créditos originais de R\$111,5 milhões para R\$142,5 milhões.

Mas o destaque maior é o Programa 6003 — Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, com emendas aprovadas no valor total de R\$207 milhões. Isso equivale a 73% do valor de todas as emendas aprovadas nesta Área Temática. Ou seja, do ponto de vista do Congresso Nacional, é o programa mais importante no orçamento deste setor. Infelizmente, esse fato não é reconhecido pelo Poder Executivo, pois, nenhum valor foi alocado ao mesmo na proposta originalmente encaminhada a esta Casa.

Voto do Relator.

Pelo exposto no presente parecer, somos pela aprovação da proposta orçamentária para o ano 2005 (PL nº 51, de 2004-CN), no que concerne aos órgãos e entidades albergados pela Área Temática IV — Agricultura e Desenvolvimento Agrário — nos termos apresentados pelo Poder Executivo na forma da Mensagem nº 151, de 2004-CN (nº 543, de 2004, na origem) e com as alterações decorrentes das emendas que propomos aprovação.

Sala da Comissão Mista, dezembro de 2004.

Sr. Presidente, antes de encerrar, quero destacar ainda os poucos recursos que essa relatoria teve. Ainda temos algumas reclamações de bancadas. Já conversamos com os Relatores-Setoriais. Sabemos que a angústia é de todos, inclusive de outros Relatores-Setoriais, e vamos, daqui até a aprovação, ver o que será possível fazer. No entanto, queremos deixar muito claro que esta relatoria não deixou nenhum real para atender qualquer destaque. Isso só será possível se o Relator-Geral disponibilizar alguma coisa mais.

Quero agradecer aos assessores Evander Contijo, da Câmara dos Deputados, e Nilton César, do Senado Federal, que fizeram um brilhante trabalho, ajudando-nos principalmente na correção das emendas e em todos aspectos. O Relator-Setorial desta Área Temática agradece também a oportunidade ao Presidente da Comissão e a todos os seus membros, esperando que possamos, com celeridade, aprovar o Orçamento, todos os relatórios setoriais e todo o relatório, se possível antes do Natal. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Wellington Fagundes.

O próximo relatório é o da Área Temática V, Infra-Estrutura. O relatório setorial é do Deputado Pedro Novais. Peço que S.Exa. faça a leitura do relatório. (Pausa.)



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como o relatório é do conhecimento de todos por já ter sido publicado, lerei os pontos principais.

Da atuação da relatoria setorial, página 14.

A escassez de recursos para viabilizar a aprovação das emendas apresentadas não é fato novo verificado durante o processo de apreciação da peça orçamentária no Congresso Nacional, visto que as possibilidades de atendimento serão sempre limitadas. Para 2005, a restrição dos recursos disponíveis obrigou esta relatoria a promover alocações inferiores às que reconhece necessárias.

Em face de tais restrições e na busca de uma alocação de recursos o mais eficiente possível, procuramos ouvir os autores das emendas coletivas, para determinar aquelas mais prioritárias, haja vista que não se poderia atender a todas em níveis ideais. Ademais, foi também diretriz desta relatoria empenhar-se em priorizar investimentos com perspectiva de retorno econômico, sobretudo no que tange às obras em fase de andamento, uma vez que, enquanto não concluídas, não trazem resultado perceptível pela população e do qual esta possa usufruir satisfatoriamente.

Da atuação da relatoria nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Apresentaram-se 164 emendas relativas ao orçamento fiscal, das quais 65 são individuais e 99, coletivas. Das 65 emendas individuais, duas foram retiradas pelos respectivos autores e as remanescentes foram aprovadas. Das 99 emendas coletivas, duas foram inadmitidas, uma foi rejeitada e as demais foram aprovadas ou parcialmente aprovadas. As emendas inadmitidas — de autoria de Comissão Permanente — contrariam o art. 25 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, por não apresentarem caráter nacional. Do total de 164 emendas apresentadas ao Orçamento Fiscal, 159 (97%) visaram a unidades orçamentárias do Ministério dos Transportes.

O setor de transportes tem sofrido com a falta de investimentos nos últimos anos. Isso pode ser verificado tanto pelas condições manifestamente deficientes de nossa malha viária, em suas diversas modalidades, quanto pelas inúmeras demandas apresentadas ao Ministério dos Transportes sob a forma de emendas à sua proposta orçamentária.

Como norte para o atendimento dessas emendas, procuramos tomar em consideração, dependendo do tipo de realização, informações disponíveis sobre a extensão da malha rodoviária pavimentada e não pavimentada; a trafegabilidade das rodovias; as necessidades de restauração; a necessidade da eliminação de pontos críticos; as prioridades expressas por intermédio das emendas coletivas; a existência de obras em andamento; e o custo médio, por quilômetro, de cada intervenção.

Da atuação da relatoria no Orçamento de Investimento.

Apresentaram-se 5 emendas para o orçamento de investimentos das estatais, uma delas para empresa do Grupo PETROBRAS e as outras 4 para empresas do Grupo ELETROBRÁS.

Não foram propostas emendas ao Orçamento de Investimento no âmbito da programação do Ministério dos Transportes.

Duas emendas objetivam introduzir no orçamento das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. — ELETRONORTE, dotações para a realização de investimentos na implantação de sistemas de transmissão de energia elétrica na Região Norte. Foram atendidas mediante remanejamento de recursos do orçamento de investimento da empresa, nos termos do item 20 da 'Parte B - Parte Especial' do Parecer Preliminar à proposta orçamentária para 2005.

Outras duas emendas intencionam suplementar a dotação proposta para a implantação da Usina Termonuclear de Angra III, e foram atendidas por meio de remanejamento de recursos no âmbito da empresa responsável pelo investimento — a ELETROBRÁS Termonuclear S.A. — e de transferência de recursos da sua controladora, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

A emenda apresentada à proposta orçamentária do Grupo PETROBRAS, para a construção do Gasoduto da Unificação, foi acolhida na empresa Petróleo Brasileiro S.A. e atendida com remanejamento de recursos no âmbito da própria estatal.

Das fontes utilizadas para aprovação de emendas.

As tarefas relacionadas com o planejamento e o orçamento públicos pressupõem um difícil trabalho de realização de escolhas dentre diversas ações desejadas, em decorrência da escassez de recursos que permeia todo o processo. Nesse contexto, esta relatoria se viu diante da necessidade de promover cancelamentos parciais nas dotações de algumas ações propostas no projeto de lei, dentro das possibilidades de remanejamento que lhe cabiam, consoante as normas previstas no item V da Parte B do Parecer Preliminar.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por conseguinte, tendo em vista a insuficiência de recursos, a relatoria optou por atender às emendas mediante a realização de um corte provisório linear, de cerca de 6%, incidente sobre as dotações superiores a R\$3 milhões relativas a despesas com investimentos (GND 4), adicionalmente àquele de 15% previamente efetivado pelo Relator-Geral, nos termos estabelecidos no item 15 da Parte B do Parecer Preliminar.

Concomitantemente à autorização concedida pelo Relator-Geral para a execução do retromencionado corte provisório, firmou-se o compromisso de que tal cancelamento de cerca de 6% seja reposto aos seus respectivos subtítulos quando da consolidação dos relatórios setoriais e da elaboração do parecer final por parte da relatoria geral. A esse propósito, consigno aqui a indicação ao Relator-Geral para que a acordada recomposição seja por este oportunamente levada a efeito.

Cabe aditar que, para atender a parte dos pleitos apresentados, esta relatoria fez uso, além dos recursos derivados de cortes efetivados na forma supracitada, de outros decorrentes de reestimativa da receita, provenientes da relatoria geral, de conformidade com o relatório do Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária apresentado nesta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Ditos recursos foram repassados a esta relatoria nos moldes dos itens 18 e 35 da Parte B do Parecer Preliminar.

Por fim, dispôs esta relatoria de parcela dos recursos distribuídos pelo Relator-Geral, com base no estatuído pelo item 34 da Parte B do Parecer Preliminar, referentes à Unidade Orçamentária 90000 — Reserva de Contingência. Provieram daí, também, os recursos necessários à aprovação das emendas individuais apresentadas à área temática, na medida do valor total da demanda verificada. Ressalte-se que não foi levado a cabo corte de qualquer natureza nas dotações da programação proposta das unidades orçamentárias do Ministério das Comunicações.

Constata-se que as dotações passíveis de cancelamento, de acordo com as normas a esse respeito constantes do Parecer Preliminar, são financiadas por fontes com aplicação legalmente vinculada às atribuições do próprio Ministério. Assim, como não foram apresentadas emendas no âmbito da proposta orçamentária desse Ministério, os eventuais recursos cancelados não poderiam ser utilizados para o atendimento das emendas apresentadas.

Quanto ao Ministério de Minas e Energia, os únicos cancelamentos efetivados foram relacionados com o acolhimento das emendas coletivas propostas à programação de unidades orçamentárias do próprio órgão. Tais cortes se deram no exato valor total aprovado para as referidas proposições.

Obras com indícios de irregularidades graves apontadas pelo Tribunal de Contas da União — TCU.

O art. 97 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 — LDO/2005 dispõe:

“Art. 97. O projeto de lei orçamentária anual e a respectiva lei poderão contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União, permanecendo a execução orçamentária, física e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios, condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de Orçamento.

.....
§ 6º A decisão da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, com base em pronunciamento conclusivo do Tribunal de Contas da União, que reconheça o saneamento dos indícios de irregularidades apontados, terá caráter terminativo, nos termos do Regimento Comum do Congresso Nacional”.

A LDO de 2005, no inciso III do §1º do art. 98, prevê que o Tribunal de Contas da União deve classificar as irregularidades de acordo com sua gravidade e emitir pronunciamento expresso acerca da necessidade de sua paralisação cautelar. Assim, foram indicados nos seus relatórios “obras com indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação” e “sem recomendação de paralisação”.

Em atendimento ao art. 13 da Resolução nº 1, de 2001-CN, e com fundamento nas aludidas informações do TCU, relacionamos as emendas que propõem alocação de recursos em dotações relativas a obras com indícios de irregularidades, cujos números são: 71240005, 71090007 e 71120004.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Na análise das demandas apresentadas a esta relatoria, não obstante os seus méritos, tivemos a preocupação de observar os mandamentos constantes na legislação pertinente concernentes às limitações na elaboração de emendas de Relator, em especial as vedações do art. 27 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, e aquelas do Parecer Preliminar.

Amparados no item 8.1 da Parte B do Parecer Preliminar, apresentamos a Emenda de Relator nº 80050001, que objetiva a correção de erro apontado por intermédio do Aviso nº 608/GM/MT, de 9 de dezembro de 2004, do Ministro de Estado dos Transportes, e do Ofício nº 2.436/DG/DNIT, de 9 de dezembro de 2004, do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes — DNIT.

De acordo com o referido ofício, incluiu-se erroneamente na programação do DNIT, sob a funcional-programática 26.782.0236.11UW.0101, o projeto “Construção de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado do Pará — Trecho Marabá - Divisa TO/PA”. A emenda de Relator propõe seja alterada o subtítulo do projeto, com base na solicitação mencionada, para: “Construção de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado do Pará — Trecho Marabá - Altamira - Itaituba”.

O art. 18 da LDO exige que os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal encaminhem a esta Comissão demonstrativo com a relação das obras incluídas na proposta orçamentária cujo valor total ultrapasse sete vezes o limite estabelecido no art. 23, inciso I, alínea c, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o que corresponde a R\$10,5 milhões.

No caso de descumprimento do art. 18, *caput*, a LDO determina, no §3º desse artigo, a não-inclusão da obra na lei orçamentária para 2005. Conforme o item 23.1 da Parte B do Parecer Preliminar, compete ao Relator-Setorial aplicar tal penalidade.

Entretanto, para evitar posicionamento distinto em relação às demais áreas temáticas, esta relatoria julgou por bem remeter a questão ao Relator-Geral, a fim de que se adote posição homogênea para todas as relatorias setoriais.

Indicações ao Relator-Geral.

Por entendermos meritório, recomendamos o atendimento do ofício abaixo relacionado, que não pôde ser contemplado no âmbito desta relatoria, tendo em vista as limitações de remanejamento impostas às relatorias setoriais pelo Parecer Preliminar nos itens 14 a 20 da Parte B.

Ofício: n.º 835/2004 - DR/ANEEL, de 1º de dezembro de 2004.

Anexos.

Segue uma relação de anexos.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação da parte B do Projeto de Lei nº 51, de 2004-CN, relativa aos orçamentos das unidades orçamentárias especificadas neste relatório, nos termos da proposta do Poder Executivo, com as alterações aprovadas por esta relatoria, constante das relações anexas.

Sala da Comissão, em 18 de dezembro de 2004.

Pedro Novais, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, nobre Deputado Pedro Novais.

A discussão do relatório também será feita ao final da leitura de todos os relatórios.

Quero pedir ao nobre Deputado Carlito Merss que faça a leitura. (*Pausa.*)

Nobre Deputado Carlito Merss, estão dizendo que o PT está obstruindo a Comissão.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, usando o critério de Relator-Setorial anteriormente, farei a leitura de um relatório mais resumido. Com certeza, no período das discussões, aprofundaremos as questões relativas à Área Temática nº 6, que abrange educação, cultura, ciência, tecnologia e esporte.

Relatório.

O Exmo. Sr. Presidente da República, em cumprimento às Disposições Constitucionais, consubstanciadas no art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, §2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 51, de 2004, que estima receita e fixa as despesas para o exercício financeiro de 2005.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, coube a esta relatoria a missão honrosa de analisar e relatar a proposta



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

orçamentária da Área Temática nº 6, composta pelos seguintes órgãos: Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério da Educação, Ministério da Cultura e Ministério do Esporte.

Análise da proposta. Comparativo entre os recursos dos Ministérios da Área Temática 6 e as receitas correntes do Tesouro no período 2002/2005. A tabela nº 1 apresenta os valores da despesa orçamentária dos órgãos dessa Área Temática, com dados da série iniciada em 2002. A tabela apresenta também, no mesmo período, as receitas correntes do Tesouro, as quais se constituem no principal agregado de receita do Orçamento Federal. Os números da tabela nº 1 indicam que o total de dotações dos órgãos considerados, 25,7 bilhões de reais, representam 5,31% da receita corrente do Tesouro Nacional estimada para 2005. Esse percentual é um pouco superior, 0,16%, à média de 5,15% dos três últimos exercícios de 2000 a 2004. Isso indica que o Governo Federal tem procurado reforçar os Orçamentos dos Ministérios abrangidos por essa relatoria, que, sabemos, desempenha importantíssimo papel nos desenvolvimentos econômico e social do nosso País.

Vamos analisar o Ministério da Educação.

O Orçamento do MEC é distribuído entre as suas 130 unidades orçamentárias, que compreendem, dentre outras, a Administração Direta, escolas técnicas e agrotécnicas federais, centros federais de educação tecnológica, instituições federais de ensino superior e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE.

Os valores alocados ao Ministério da Educação, na proposta para 2005, superam em R\$1.956 milhões (10,4%) os autorizados para o exercício de 2004.

A Tabela II apresenta a série de recursos orçamentários do Ministério da Educação de 2002 a 2005 por Grupo de Natureza da Despesa — GND. Considerando que os recursos do FIES — isso é importante — e do Programa Bolsa-Escola, a partir do exercício de 2004, não figuram mais entre as dotações do MEC, a Tabela II traz, em destaque, os valores relativos a essas ações, o que permite melhor comparação dos valores alocados ao órgão no quadriênio considerado.

Como a área da Educação é intensiva em mão-de-obra, 56,4% dos recursos do Ministério em 2005 estão destinados ao grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais”, que abrange pessoal ativo e inativo. Nesse grupo, os valores para 2005 são superiores em R\$1,2 bilhão aos valores autorizados para 2004. Ressalte-se que parcela desse crescimento pode ser explicada pela duplicação da contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

O grupo “Outras Despesas Correntes” conta com parcela igualmente significativa dos recursos, qual seja 37% do total previsto para 2005. Comparando os recursos desse grupo com os autorizados em 2004, verifica-se crescimento da ordem de R\$722 milhões. Os investimentos, no valor de R\$706 milhões para 2005, representam 3,4% da despesa total e tiveram um crescimento de R\$48 milhões em comparação com o autorizado para 2004.

A Tabela III apresenta os principais programas do MEC, com a respectiva distribuição dos recursos por GND. Destacam-se, pela ordem: Universidade do Século XXI, que representa 40,1% do total para 2005; Previdência de Inativos e Pensionistas da União, com 19%; e Brasil Escolarizado, com 7,4%.

O Programa Universidade do Século XXI é composto principalmente das ações que permitem o funcionamento e o desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa das entidades de ensino superior federais. Por esse motivo, o programa caracteriza-se por elevados gastos com “pessoal e encargos sociais” e “outras despesas correntes”. Já o Programa Brasil Escolarizado, que visa garantir, com melhoria de qualidade, o acesso e a permanência de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos na educação básica, com melhoria de qualidade, tem como principal ação a de “Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica”, com R\$1,1 bilhão.

Ministério da Cultura — MinC

O Ministério da Cultura compreende, além da Administração Direta, as seguintes unidades orçamentárias: Fundação Casa de Rui Barbosa; Fundação Biblioteca Nacional; Fundação Cultural Palmares; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN; Fundação Nacional de Artes; Agência Nacional do Cinema e Fundo Nacional de Cultura.

Na proposta para 2005, o orçamento do Ministério da Cultura ficou 15% menor que o montante autorizado para 2004 (R\$441 milhões para 2005 frente aos R\$517 milhões de 2004). No entanto, se a comparação for estabelecida entre as propostas orçamentárias desses 2 anos, constata-se crescimento de 28%. Ademais, cabe lembrar que, por meio das emendas aprovadas no Congresso Nacional, o orçamento do MinC foi contemplado com recursos adicionais, compensando os valores mais modestos constantes do Projeto de Lei Orçamentária — PLOA. Na



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apreciação do projeto orçamentário de 2004, por exemplo, o orçamento do Ministério recebeu incremento total de 49,9% em relação aos valores do projeto apresentado pelo Poder Executivo.

A distribuição dos recursos quanto à natureza da despesa é apresentada na Tabela V.

Observa-se que, para 2005, 54,4% do total destina-se a despesas correntes, 34,2% a gastos com pessoal e 10,9% a investimentos.

A área de atuação do Ministério da Cultura pode ser mais bem compreendida a partir da análise dos programas que desenvolve.

Na Tabela VI, estão listados os principais programas do MinC para 2005. Pode-se constatar que os Programas Apoio Administrativo e Previdência de Inativos e Pensionistas da União representam 40,6% do total, enquanto os programas finalísticos respondem por 59,4%.

Dentre os programas finalísticos destacam-se: o Programa Brasil, Som e Imagem, com R\$57 milhões, que tem por objetivo ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras; o Programa Monumenta, com R\$37 milhões, que busca revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para sua sustentabilidade; o Programa Brasil Patrimônio Cultural, com R\$36 milhões que visa preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro; e o Programa Engenho das Artes, com R\$26 milhões, que tem por escopo aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais.

Ministério da Ciência e Tecnologia — MCT.

O Ministério da Ciência e Tecnologia compreende, além da administração direta, as seguintes unidades orçamentárias: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq; Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEM; Agência Espacial Brasileira — AEB; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. — INB; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. — NUCLEP; e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT.

Para 2005, o orçamento do MCT é de R\$4.367 milhões, valor que supera em 12,2% os valores autorizados para o ano corrente. No entanto, ressalte-se que R\$779 milhões (17,8%) estão consignados para reserva de contingência (GND 9), o que inviabiliza sua utilização.

A Tabela VIII apresenta a distribuição das dotações por grupo de despesa. Aos grupos “Pessoal e Encargos Sociais”, “Outras Despesas Correntes” e “Investimentos” foram destinados no Orçamento para 2005, respectivamente, 18%, 53,8% e 6,3% das dotações. Destaque-se que a Reserva de Contingência já representa 17,8% do total. Chama atenção o fato de que as dotações para investimentos, em 2005, superam em 22,4% os valores autorizados do corrente ano.

A Tabela IX traz os principais programas do MCT em termos de volume de recursos. Entre eles destacam-se: o Programa Nacional de Atividades Nucleares, com 20,4% do total das dotações; os Programas Reserva de Contingência, com 17,8%; Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa, com 12,5%; Inovação e Competitividade, com 11,3%; e Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com 7,9%.

O Programa Nacional de Atividades Nucleares, que dispõe de R\$889 milhões na proposta para 2005, tem por objetivo garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear, desenvolver tecnologia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para a indústria nuclear. Já o Programa Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa visa formar e capacitar pesquisadores para melhor atender às demandas de conhecimento e de serviços técnico-científicos da sociedade. Por sua vez, o Programa Inovação e Competitividade busca desenvolver e difundir soluções e inovações tecnológicas voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais. Finalmente, o Programa Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico almeja expandir e aperfeiçoar a infra-estrutura técnico-científica, bem como apoiar pesquisas que contribuem para o desenvolvimento do País.

Ministério do Esporte — ME

O Orçamento desse Ministério possui característica semelhante ao da Cultura, qual seja a de receber aporte significativo de recursos quando da tramitação da proposta. Assim, verifica-se que o montante previsto para 2005 é significativamente inferior — menos 55,5% — aos valores autorizados para o exercício de 2004. Entretanto, quando a comparação é realizada com a proposta orçamentária de 2004, constata-se que os valores de 2005 superam os de 2004 em cerca de R\$40 milhões.

Como pode ser visto na Tabela XII, os grupos de despesa “Outras Despesas Correntes” e “Investimentos”, com respectivamente 55% e 39,2% de participação sobre o total, detêm 94,2% dos recursos destinados ao órgão. Note-se que a redução de R\$183 milhões no valor alocado para investimento reflete, na realidade, o efeito que as emendas tiveram sobre a área no ano passado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Entre os principais programas apresentados na Tabela XIII, merecem destaque: Rumo ao Pan 2007, com 35,1% das dotações... Percebi o sorriso feliz da Deputada Laura. Realmente, este Governo viabilizará o grande Pan.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Deputado Carlito, apenas um aparte, porque V.Exa. me citou.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Porque eu citei, não é Presidente?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - No ano passado, nobre Deputado, tínhamos para o Pan 50 milhões. A execução foi zero, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Este ano haverá 35,1% de todas as dotações.

(Não identificado) - Este ano será o dobro de zero. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - ...Segundo Tempo, com 22,8%; Apoio Administrativo, com 14,9%, e Inserção Social pela Produção de Material Desportivo, com 9,1%.

Como o nome sugere, o Programa Rumo ao Pan 2007 tem por objetivo possibilitar a realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007 na cidade do Rio de Janeiro. Por sua vez, o Segundo Tempo visa democratizar o acesso e estimular a prática desportiva aos alunos da educação básica e do ensino superior. Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social é o intuito do Programa Inserção Social pela Produção de Material Esportivo.

Gostaríamos de analisar alguns tópicos específicos requeridos pelo Parecer Preliminar à Relatoria Setorial da Área Temática VI.

Recursos destinados à erradicação do analfabetismo e manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério — FUNDEF.

O item 21.1 do Parecer Preliminar determina que cabe a esta Relatoria Setorial verificar o cumprimento das disposições legais a respeito da erradicação do analfabetismo e da manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e do FUNDEF no projeto orçamentário para 2005.

Conforme prescrito no § 6º do Art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a União aplicará, no mínimo, o equivalente a 30% dos recursos constitucionalmente vinculados à educação (art. 212 da Constituição Federal) na erradicação do analfabetismo e na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

No volume I do Projeto de Lei nº 51/04, o Poder Executivo encaminhou demonstrativo específico sobre o assunto, em atendimento ao disposto na LDO/2005. O demonstrativo informa que o limite constitucional a ser observado é, no mínimo, R\$2,8 bilhões, e que o valor demonstrado da programação, que se enquadra no objetivo pretendido, alcançaria R\$4,8 bilhões.

Contudo, nesse montante, está indevidamente incluído R\$1,1 bilhão, que se refere, principalmente, a ações suplementares às ações de desenvolvimento do ensino (art. 212, §4º, da Constituição Federal), tais como despesas com “Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica”.

Por serem consideradas suplementares, essas despesas não podem ser computadas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212 da Constituição Federal e arts. 70 e 71 da LDB), nem podem ser relacionadas para fins de se demonstrar o cumprimento da vinculação do art. 60 do ADCT — Erradicação do Analfabetismo e Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

Assim, retiradas essas impropriedades do cálculo, verifica-se que a proposta orçamentária para 2005 aloca R\$3,7 bilhões para Erradicação do Analfabetismo e Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental. A vinculação exigida pela Constituição Federal está, portanto, atendida.

Em relação ao FUNDEF, observe-se, inicialmente, que esse fundo foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14 e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 1996 com o objetivo de garantir um investimento mínimo por aluno/ano e a remuneração condigna do magistério. Consiste, sem dúvida, em instrumento inovador de financiamento que assegura efetiva prioridade ao ensino fundamental público, por meio de mecanismo redistributivo que favorece a correção das disparidades dentro de cada unidade da federação e possibilita a melhoria da qualidade do ensino ofertado.

A equalização das condições de acesso e oferta do ensino público é um dos pilares de uma sociedade democrática e justa e pré-requisito essencial para o desenvolvimento social de um país com tantas desigualdades econômicas e sociais quanto o nosso.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A previsão da receita total do Fundo, conforme documento da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Ministério da Educação, anexado às informações complementares da proposta orçamentária para 2005, é de R\$29,9 bilhões, enquanto o total de matrículas calculado pelo Censo Escolar alcança 30,6 milhões. Na proposta, estão previstos recursos federais de complementação da ordem de R\$737,8 milhões, destinados aos fundos estaduais de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará e Piauí. O valor mínimo nacional está definido em R\$627,26 de 1ª a 4ª séries e em R\$658,53 de 5ª a 8ª séries e Educação Especial.

Desde 1998, segundo ano de instituição do FUNDEF, a questão da correta fixação do valor mínimo pelo Poder Executivo, conforme determina a Lei nº 9.424, de 1996, vem sendo objeto de discussão entre a sociedade e o Governo Federal. Segundo o § 1º do art. 6º, o valor mínimo nunca será inferior à razão entre a previsão da receita total para o Fundo e a matrícula total do ensino fundamental no ano anterior, acrescida do total estimado de novas matrículas.

A verdade é que a adoção desta fórmula, que expressa uma média nacional, implica uma complementação da União em valores bastante elevados. Calcula-se que, para 2005, aplicando-se a fórmula prevista na lei, o valor mínimo por aluno seria de R\$954,42 de 1ª a 4ª séries e R\$1.002,14 de 5ª a 8ª séries e educação especial. Nessa hipótese, o montante da complementação a cargo da União alcançaria, no exercício de 2005, a soma de R\$5 bilhões, e Amazonas, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe passariam a receber recursos, além dos Estados que já citados.

Infelizmente, tendo em vista as limitações da atuação do Congresso Nacional na apreciação do projeto de lei orçamentária, especialmente no tocante a remanejamentos e à identificação de novas fontes de recursos, esta Relatoria Setorial não tem meios para corrigir o cálculo do valor mínimo por aluno. Sabemos, no entanto, que o Poder Executivo, ciente da demanda da sociedade por uma educação de qualidade, tem envidado esforços no sentido de aumentar o valor mínimo do FUNDEF. Em 2003, esse valor foi de R\$462,00 de 1ª a 4ª séries. Para 2005, há uma previsão de R\$627,26, representando um incremento de 35,8% no período.

Além disso, é compromisso do atual Governo ampliar o mecanismo de redistribuição de recursos de forma a atender aos demais níveis da educação básica — a educação infantil e o ensino médio — por meio da criação do FUNDEB. Nesse sentido, alocou, na proposta do Ministério da Educação, para 2005, uma dotação de R\$470 milhões para “Preparação da Implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB”.

Dessa forma, a previsão de gastos, a título de complementação da União ao FUNDEF e para preparação da implantação do FUNDEB em 2005, é de R\$1,2 bilhão.

Distribuição de recursos destinados à alimentação escolar

O item 21.4 do Parecer Preliminar determina que esta Relatoria verifique o cumprimento do disposto no art. 54, inciso I, da LDO/2005, que disciplina a destinação de recursos para ações de alimentação escolar. Determina a mencionada lei que a alocação deve obedecer ao princípio da descentralização e que a distribuição seja feita de modo proporcional ao número de alunos matriculados, no ano anterior, nas redes públicas de ensino localizadas em cada Município.

Conforme evidenciado em demonstrativo constante das informações complementares ao Projeto de Lei nº 51/2004, enviado em atendimento ao Anexo III da LDO/2005, bem como conforme a programação da unidade orçamentária 26298 — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), verificou-se que a exigência prevista na LDO está atendida.

Das emendas apresentadas

À programação dos Ministérios que integram esta Área Temática, foram apresentadas 1.793 emendas, sendo 1.691 individuais e 102 coletivas, já consideradas aquelas recebidas de outros setores e as transferidas para outros setores, conforme discriminado em quadro específico.

Das emendas coletivas, 28 foram apresentadas por Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, 71 por bancadas estaduais e 3 por bancada regional.

Estamos indicando para inadmissão, conforme previsto no art. 20 da Resolução nº 1/2001, do Congresso Nacional, a Emenda nº 60090001, da Comissão de Legislação Participativa do Senado Federal, no valor de R\$10 milhões, com o objetivo de apoiar financeiramente o Projeto Portinari, desenvolvido pela Associação Cultural Cândido Portinari. A referida proposição colide com o inciso I do art. 25 da mencionada Resolução nº 1/2001, a qual estabelece que as Comissões Permanentes da Câmara e do Senado só poderão apresentar emendas relativas às matérias que lhes sejam afetas regimentalmente e de caráter nacional ou institucional.

Dos recursos para o atendimento das emendas.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Conforme estabelece o item 5 da Parte Especial do Parecer Preliminar, foram cancelados, de forma linear, 15% das dotações superiores a R\$3 milhões consignadas a despesas em investimentos (GND 4), o que resultou em R\$92,3 milhões para esta Área. Os recursos cancelados, observadas as respectivas áreas temáticas, destinam-se a uso por parte dos Relatores Setoriais. Caso não sejam alocados na fase setorial, ficarão disponíveis para uso da Relatoria Geral.

Por sua vez, os itens 16 e 17 determinam que os cancelamentos efetuados pela Relatoria Setorial para fins de remanejamento devem se limitar a 40% das dotações consignadas ao GND 4 — Investimentos e a 20% do GND 5 — Inversões Financeiras, observadas as restrições do próprio parecer. Assim, de acordo com os termos do parecer, esta Área Temática poderia, potencialmente, remanejar até R\$328 milhões (já incluídos os R\$92,3 milhões cancelados pelo parecer preliminar) para atender às emendas.

Após criteriosa análise das programações das unidades orçamentárias, optamos por remanejar apenas R\$58,5 milhões. Note-se que esse valor corresponde a apenas 63% do total que a Comissão decidiu cancelar linearmente. Os demais recursos para atendimento das emendas coletivas foram repassados pelo Relator-Geral.

Para atendimento das emendas individuais apresentadas no setor, foram utilizados recursos da reserva de contingência, conforme disposto no item 34 do Parecer Preliminar.

Os dados sobre o número e o valor das emendas coletivas e individuais propostas e aprovadas estão demonstrados na Tabela XVI deste relatório.

Dos critérios de atendimento das emendas

Emendas individuais

As emendas individuais propostas nesta Área Temática — e que foram acatadas integralmente pelo Relator — têm por objetivo, em sua maioria, reforçar dotações que visam: ampliar e modernizar a infra-estrutura esportiva em Municípios, implantar espaços culturais, apoiar iniciativas que desenvolvam o ensino fundamental, preservar bens culturais de natureza material, fomentar projetos de arte e cultura, modernizar e recuperar a infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior, apoiar entidades de ensino superior não-federais, fomentar a elaboração e implantação de projetos de inclusão digital.

Emendas coletivas

Entendemos que as Comissões Permanentes são os fóruns onde são discutidos com profundidade os problemas setoriais do País. Por essa razão, esta Relatoria procurou atender com prioridade às emendas de comissão que, além de possuírem caráter nacional, são estratégicas para o desenvolvimento da Nação.

Dentro dessa linha, receberam especial atenção da Relatoria as emendas relacionadas com educação profissional, ensino superior, bolsas para pesquisadores, instalação de bibliotecas e interiorização de universidades. Registre-se que também mereceram atenção especial as emendas relacionadas a ações consideradas fundamentais pelo Poder Executivo, tais como: espaços comunitários de inclusão digital (Casa Brasil), revitalização da rede nacional de ensino e pesquisa (RNP) e instalação de espaços culturais (Pontos de Cultura).

No caso das emendas de bancadas, procuramos atender da forma mais homogênea possível às diversas bancadas estaduais e regionais. Assim, buscou-se equalizar o atendimento tendo em vista alcançar um valor médio uniforme por emenda.

A partir dessas diretrizes, foram realizados ajustes considerando-se o mérito de cada emenda e levando-se em conta os recursos já disponíveis na proposta do Projeto de Lei Orçamentária de 2005 e o volume de recursos consignados pelas emendas individuais para as programações objeto de emendas.

Emendas de Relator

Elaboramos duas emendas de relator para recompor dotações cortadas pelo parecer preliminar. A de nº 80060001 retornou R\$526.223,00 ao seqüencial 001758, que corresponde à ação “4156 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro)”. A de nº 80060002 retornou R\$3.010.980,00 ao seqüencial 007180, que corresponde à ação “0509 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica”.

Indicações ao Relator-Geral

Cabe assinalar que recebemos o Ofício nº 115, de 10 de dezembro de 2004, do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, solicitando nossa intervenção junto ao Relator-Geral no sentido de que sejam alocados recursos para a ação “Fomento a Projetos Museológicos”.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Assim, por reconhecermos a relevância dos museus para a cultura brasileira, inclusive como atividade que possibilita a geração de renda e emprego para a sociedade, solicitamos ao Relator-Geral analisar a viabilidade de atender ao pleito mencionado.

Também gostaríamos de contar com a especial atenção do Relator-Geral para pleitos do FNDE que solicita aporte adicional de R\$230 milhões para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de modo que seja possível elevar o valor *per capita*/dia por aluno do ensino fundamental e pré-escola de R\$0,15 para R\$0,18 contribuindo para a melhoria da capacidade de aprendizagem, para formação de bons hábitos alimentares e redução da evasão escolar.

Ajustes Técnicos

Cabe observar que alguns ajustes nas emendas se fizeram necessários, ou para adequá-las aos instrumentos legais ou para corrigir inadequações técnicas. De todo modo, restou preservada a intenção manifestada pelos autores nas justificativas das emendas. Na maioria dos casos, contatamos os gabinetes dos Srs. Parlamentares ou dos representantes das bancadas ou das Comissões cujas emendas foram ajustadas, com o objetivo de informá-los do problema ou de obter informações mais detalhadas. Apenas naqueles casos nos quais a correção era uma exigência, esse procedimento não foi seguido.

Sr. Presidente, há também duas erratas.

A primeira é na Emenda Individual nº 11810016, de autoria do Deputado Henrique Afonso, com o subtítulo "Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital". Neste caso, foi erroneamente incluído pelo programa que esse projeto iria para São Gonçalo dos Campos, na Bahia. Está acertado que esse projeto irá para Feijó, no Acre.

A segunda é na emenda coletiva, aprovada parcialmente por este Relator, da bancada de Santa Catarina. O valor continua sendo o mesmo: R\$2.100 milhões, mas passará para o GND 4. Ou seja, passará para o GND 3 o valor de R\$4.900 milhões e para o GND 4 o valor de R\$2.100 milhões.

Voto do Relator

Somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 51/04-CN, na forma da Mensagem nº 151/04-CN, relativamente aos Órgãos Orçamentários integrantes desta Área Temática, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Era o que tínhamos a relatar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Carlito Merss.

Solicito ao nobre Deputado Bismarck Maia que faça a leitura do Relatório Setorial apresentado à Área Temática VII, setor Saúde.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, enquanto o nobre Deputado Bismarck Maia se acomoda, quero fazer uma observação.

O Deputado Bismarck Maia, relativamente ao setor Saúde, destinou R\$800 milhões para emendas de bancada e R\$15 milhões para as Comissões. Para a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural foram destinados R\$100 milhões para emendas de bancada e R\$56 milhões para as Comissões. Para o setor Turismo, foram destinados R\$250 milhões para emendas de bancada e R\$60 milhões para as Comissões. No entanto, o Deputado Carlito Merss destinou R\$220 milhões para as emendas de bancada e R\$350 milhões para as Comissões.

O *lobby* ministerial está muito forte neste caso, e nós, no que se refere às emendas de bancada, pretendemos rever essa questão. O atendimento às emendas de bancada foi muito malfeito no sentido do mérito dos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Agradeço ao Deputado Ricardo Barros a brilhante observação.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Bismarck Maia para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. DEPUTADO BISMARCK MAIA - Por designação do Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, coube-nos a honrosa missão de relatar a proposta orçamentária do órgão Ministério da Saúde para o ano 2005, aí incluídos os programas de trabalho das unidades orçamentárias a ele vinculadas direta ou indiretamente.

Análise

Proposta Orçamentária para 2005



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ao Ministério da Saúde estão reservados recursos da ordem de R\$39,3 bilhões, que representam 13,7% do Orçamento da Seguridade Social da União. Desse valor, R\$35,6 bilhões estão alocados especificamente em ações e serviços de saúde.

Em relação à dotação autorizada para 2004, tal montante representa acréscimo nominal de 5,4%, correspondente a aproximadamente R\$2 bilhões. Se comparado com os gastos de 2003 e de 2002, o crescimento nominal é cerca de 30% e 39%, respectivamente.

Examinada a proposta sob a ótica dos grupos de natureza de despesa, chama a atenção a expressiva redução dos investimentos — decréscimo de 36,6% em relação ao montante autorizado para o grupo em 2004. Aliás, relativamente a esse exercício, apenas as dotações para pessoal e encargos e para outras despesas correntes têm aumento, cuja variação atinge 7% e 9,5%, respectivamente.

Cabe observar, no entanto, que a comparação com 2004 se faz em relação à dotação autorizada, que não representa gastos efetivos, especialmente no que diz respeito a investimentos, nos quais incidem mais drasticamente as medidas de contingenciamento.

Quando se compara a proposta de 2005 com os gastos efetivos de 2002 e 2003, observa-se incremento em todos os GNDs, ressalvado o relativo a inversões financeiras, que inexistem em 2005.

Dos recursos alocados, R\$29,9 bilhões, 76,1% do total, destinam-se a outras despesas correntes e R\$1,6 bilhão de real, 4,1%, a investimentos. Pessoal e encargos sociais receberam R\$7,2 bilhões (18,3%) e as despesas ligadas à dívida, R\$596 milhões, ou seja, 1,5% dos recursos totais.

Em relação às fontes de financiamento, verifica-se que a Contribuição Social sobre Lucro das Pessoas Jurídicas (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição sobre Movimentação Financeira (CPMF) são as principais fontes de financiamento do órgão, respondendo por cerca de 85% do total dos recursos do setor.

Não há, na proposta da saúde, recursos condicionados à aprovação de dispositivos legais, nem recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Em face da proposta de revisão do PPA 2004-2007, a programação orçamentária do Ministério da Saúde para 2005 apresenta significativas alterações em relação à programação aprovada para o exercício de 2004. Dos 33 programas finalísticos incluídos no Ministério da Saúde relacionados com a área, 32 sofreram alteração de alguma ordem, seja na descrição do programa, seja nas ações que o compõem. Destes 32, 3 são programas novos, o que dificulta a comparação histórica nesse nível de agregação.

As alterações variam de simples mudança na denominação à inclusão e/ou exclusão de ação. Dentre essas mudanças, podemos citar a exclusão do programa 1187 — Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Transmitidas por Vetores e Zoonoses — cujas ações finalísticas passaram a ficar vinculadas ao programa 1203 — Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis —, que, por sua vez, perde a ação finalística Sistema Nacional de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis, a qual passa a compor o novo programa 1370 — Vigilância e Prevenção das Doenças e Agravos Não Transmissíveis. Além deste, também são acrescidos à programação do órgão os programas 1371 — Vigilância Ambiental em Saúde e 1336 — Brasil Quilombola.

Há que se destacar pelo menos uma incompatibilidade da proposta em relação ao PPA 2004-2007 vigente. Trata-se da ação 6175 — Atenção à Saúde da Mulher, que veio vinculada ao programa 1312 — Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravo, quando o correto seria subordiná-la ao programa 6021 — Atenção Integral à Saúde da Mulher. Para correção desse equívoco, foi elaborada emenda de ajuste técnico.

Sob a ótica dos programas, observa-se que o Programa 1220 — Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde (SUS) absorve 42% (R\$16,4 bilhões) dos recursos do Ministério. Desse total, cerca de R\$15,3 bilhões (93%) destinam-se ao pagamento dos procedimentos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (MAC), representados na programação pelas ações 8585 — referente à atenção à saúde da população dos Municípios habilitados em gestão plena de sistema e nos Estados habilitados em gestão plena/avançada — e 8587, relativa aos Estados e Municípios ainda não habilitados.

O segundo programa em termos de aporte de recursos, 1214 — Atenção Básica em Saúde, detém cerca de R\$5 bilhões, correspondentes a 12,7% do total do órgão. O referido programa constitui parte fundamental da estratégia de substituição do modelo de saúde tradicional,



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pautado na medicina curativa, por outro mais consentâneo com os princípios constitucionais que privilegiam as ações preventivas.

Os recursos destinados às ações da Saúde da Família que integram o Piso de Atenção Básica (PAB) estão repartidos em partes praticamente iguais, cabendo aproximadamente R\$2,4 bilhões à parte fixa e R\$2,3 bilhões à parte variável do referido piso. O cuidado com a saúde bucal foi lembrado na programação, à qual foi reservada dotação de R\$125 milhões.

O programa 1293 — Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, por sua vez, dispõe de uma dotação de R\$2,4 bilhões, que corresponde a 6,1% da dotação proposta para o órgão. Nesse programa, as principais ações em termos de volume de recursos são: Assistência Financeira para Aquisição e Distribuição e Medicamentos Excepcionais (R\$961 milhões); Promoção da Oferta e da Cobertura dos Serviços de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos no SUS (R\$681 milhões); Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares (R\$323,4 milhões), e Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do PAB para Assistência Farmacêutica Básica (R\$281 milhões).

Com relação às ações de saneamento, a proposta orçamentária de 2005 mantém a mesma estrutura programática estabelecida em 2004. Assim, estão previstos os Programas 0122 — Saneamento Ambiental Urbano, com R\$552,8 milhões, 1287 — Saneamento Rural, com R\$102,7 milhões, e 8007 — Resíduos Sólido Urbanos, com R\$47 milhões.

Além dos programas citados, que representam cerca de 62,4% da dotação do Ministério da Saúde, destacamos ainda 1203 — Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis, com dotação de R\$1,4 bilhão (3,5%); 1335 — Transferência de Renda com Condições — Bolsa-Família, com dotação de R\$1,1 bilhão (2,5%); 1306 — Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis, com R\$805,4 milhões (2%); e 1186 — Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis, com R\$592,4 milhões (1,5%). Para os demais programas finalísticos, num total de 24, a proposta prevê R\$4 bilhões, que representam 10,3 % do total dos recursos do Ministério.

Os dados até aqui apresentados são os números da proposta, sem maiores aprofundamentos acerca da propriedade dos montantes alocados em cada ação ou programa. Nesse ponto da explanação, porém, gostaríamos de marcar nossa posição com relação a alguns itens, que a nosso ver merecem maiores reflexões. São preocupações que não são só nossas, mas também de gestores estaduais de saúde e de muitos congressistas que integram a Frente Parlamentar da Saúde. Todas essas questões serão objeto de indicação ao Relator-Geral ao final deste relatório:

Farmácia Básica e Farmácia Popular

A primeira questão diz respeito ao incentivo à assistência farmacêutica básica e à farmácia popular. Pelo projeto de lei orçamentária encaminhado ao Congresso Nacional, está patente que o Governo está priorizando esta última em detrimento da primeira. Enquanto a proposta destaca para a farmácia popular um montante de R\$350 milhões (sendo R\$26,6 milhões para implantação e R\$323,4 milhões para manutenção e funcionamento), para o incentivo à assistência farmacêutica básica prevê apenas R\$281 milhões.

Para maior compreensão da incongruência da proposta, é necessário que se conheça uma e outra ação, ou seja, o que representa incentivo à assistência farmacêutica básica e o que significa farmácia popular.

Incentivo à assistência farmacêutica básica constitui ação criada em fins de 1998 como forma de estimular a descentralização da Assistência Farmacêutica Básica, em perfeita sintonia com os princípios e diretrizes do SUS. O valor então definido pela Comissão Intergestores Tripartite — e que perdura até os dias atuais — foi de R\$2,00 habitante/ano, sendo metade financiada pela União e metade pelos Estados e Municípios. Tem por fim permitir o acesso da população, sobretudo carente, a medicamentos essenciais, sem qualquer ônus. A transferência dos recursos federais aos Estados e Municípios é efetuada mensalmente na modalidade fundo a fundo.

Farmácia popular, por sua vez, constitui programa lançado recentemente pelo Governo Federal, por meio do qual se colocam medicamentos à disposição da população mediante venda a preços subsidiados. Cabe à Fundação Oswaldo Cruz adquirir os medicamentos de laboratórios farmacêuticos públicos ou do setor privado e disponibilizá-los nas farmácias populares a baixo custo. A estimativa é que os remédios comercializados fiquem com preços entre 30% a 85% mais baixos que na rede privada. É um programa que nasce cercado de controvérsias, na medida em que coloca em risco os princípios da universalidade e da equidade insculpidos na Constituição.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esta, em seu art. 198, parágrafo único, define como deve ser financiado o SUS, sendo que não é previsto financiamento a qualquer título por parte do usuário. Ademais, é excludente, na medida em que não atende à parcela mais carente da população, o que é bastante preocupante, ainda mais quando se estima que cerca de 45% das famílias ganham menos de 3 salários mínimos por mês e não podem comprar o remédio, mesmo com preço baixo.

O mais sensato, a nosso ver, seria reforçar os programas de distribuição gratuita de medicamentos do SUS, que operam a duras penas em todos os Municípios brasileiros, em vez de se instituir programas que fogem aos princípios do SUS, como é o caso da farmácia popular.

Se adotarmos a sugestão dos Secretários Estaduais de Saúde, manifestada na Assembléia do CONASS, realizada em 20 de outubro último, de se ampliar o repasse federal destinado ao incentivo à assistência farmacêutica básica para R\$2,50 habitante/ano, o acréscimo exigido em relação ao valor da proposta seria de R\$166,8 milhões, ou seja, menos da metade do que está sendo destinado à farmácia popular.

Diante do exposto, propugnamos pelo aumento da dotação do incentivo à assistência farmacêutica básica, no valor sugerido pelo CONASS, de R\$166,8 milhões, mediante remanejamento de parte da dotação da farmácia popular. Com essa medida, não temos dúvidas de que estaremos corrigindo distorção da proposta, ao mesmo tempo em que ampliamos a oferta e o acesso da população — sobretudo a mais carente — aos medicamentos básicos distribuídos gratuitamente pelas unidades de saúde do SUS.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, poderia fazer uma pergunta ao Deputado Bismarck Maia?

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Se for uma pergunta rápida, concedo a palavra a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, o Relator aqui propugna pelo remanejamento. Quero saber se fez o remanejamento.

O SR. DEPUTADO BISMARCK MAIA - Não posso, Deputada Laura Carneiro. Estou indicando ao Relator-Geral.

Procedimentos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (MAC)

Outra questão que gostaríamos de destacar refere-se à dotação destinada ao pagamento da rede credenciada e conveniada ao SUS, relativo aos procedimentos de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial (MAC).

De acordo com levantamento feito pelo CONASS, e objeto da Nota Técnica nº 39, de 17 de novembro de 2004, os R\$15,3 bilhões constantes das propostas destinados ao MAC são insuficientes para atender à demanda de 2005.

O acréscimo de 4,6% em relação a 2004 não cobre sequer a inflação para o setor Saúde (IPC/FIPE), que até outubro de 2004 estava em torno de 8,8%. Se aplicado esse índice na correção do total alocado para essa ação em 2004, o valor para 2005 deveria ser de R\$15,9 bilhões.

No entanto, o estudo do CONASS aponta para uma necessidade maior de recursos, que se situa em torno de R\$18 bilhões, número esse a que se chega levando-se em consideração os limites financeiros atuais (teto vigente a partir de outubro/2004), no valor de R\$15,1 bilhões, o déficit atual (estouro de teto), no valor de R\$695,3 milhões, e recursos para novos serviços e projetos a serem implantados, que, segundo as Secretarias Estaduais, chegam a R\$1,3 bilhão, bem como a correção desses valores pela inflação média de 5% projetada para o setor, que fica pouco abaixo da meta do IPCA a ser perseguida pelo BACEN em 2005.

Medicamentos Excepcionais

Por último — ainda objeto da citada Nota Técnica do CONASS —, chamamos a atenção para os recursos destinados aos medicamentos excepcionais.

A proposta orçamentária para 2005 contempla a assistência financeira para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais com recursos da ordem de R\$961 milhões. Apesar do incremento de 26% em relação ao orçamento de 2004, o valor da proposta, segundo o CONASS, mostra-se insuficiente, tendo em vista os gastos atuais, a defasagem da tabela SIA/SUS, a elevação dos preços dos medicamentos e a constante e crescente inclusão de novos pacientes (no final de 2001 eram cerca de 109 mil, e, em janeiro de 2004, esses pacientes que demandam remédios excepcionais de alto custo são mais de 344 mil). Na opinião do CONASS, manter esse orçamento pode significar grave crise no fornecimento desses medicamentos, com grandes repercussões no atendimento aos pacientes que deles necessitam.

Os recursos financeiros destinados ao financiamento desse programa são repassados mensalmente aos Estados e ao Distrito Federal, com base na média dos valores aprovados num



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

período trimestral, a partir de informações extraídas das Autorizações de Procedimento de Alta Complexidade/Alto Custo (APAC). Os Estados e DF são ressarcidos a partir dos valores constantes da tabela SIA/SUS, que, em muitos casos, mostram-se inferiores aos de mercado, o que gera déficit financeiro entre o valor de aquisição e o valor ressarcido.

Essa situação tem levado os Estados a terem que arcar com parcela significativa dos custos desses medicamentos, muito embora o seu financiamento seja originalmente federal, e não ter havido até o momento definição ou pactuação de contrapartida.

Tal situação, segundo a Nota Técnica do CONASS, tem levado os Estados a complementar os recursos necessários, como em 2003, cujos gastos de R\$1 bilhão na aquisição desses medicamentos tiveram a metade financiada pelos Estados.

Mantidas a situação atual e a progressão observada em 2004 (42%), em relação a 2003, estima-se que os recursos necessários para 2005 sejam em torno de R\$2,1 bilhões. A proposição do CONASS é que, no mínimo, 80% dos recursos, ou seja R\$1,68 bilhão, fiquem à conta da União, o que implicaria acréscimo de cerca de R\$719 milhões aos valores da proposta orçamentária.

Distribuição dos Recursos do SUS

As ações estadualizadas na proposta orçamentária para 2005 são da ordem de R\$23,6 bilhões, o que corresponde a cerca de 75% dos recursos relativos a ações e serviços de saúde alocados em investimentos e em outras despesas correntes. Cerca de R\$6,8 bilhões (21,6%) do total desses grupos de despesa estão em programação nacional.

Verifica-se que a programação das despesas correntes e de investimentos do SUS, por Estados e Distrito Federal, vem buscando cumprir os critérios estabelecidos no art. 35 da Lei nº 8.080, de 1990, no sentido de metade, pelo menos, desses recursos ser distribuída pelo critério populacional.

Os percentuais de distribuição mantêm-se praticamente estáveis no período examinado. A Região Sudeste, com 44%, é a maior beneficiária, seguida da Região Nordeste, com 26%. As Regiões Norte e Centro-Oeste, por outro lado, são as que menos recebem: em conjunto, representam cerca de 13% dos recursos do SUS, inferior, por exemplo, aos da Região Sul, que recebe 16%.

Conforme já observado em anos anteriores, a partição pelos demais critérios favorece, sobretudo, as Regiões Sul e Sudeste, as mais ricas do País. Tal aspecto deve-se ao fato de que, nos R\$23,6 bilhões distribuídos aos Estados e Municípios, cerca de R\$15,3 bilhões, ou seja, 65%, destinam-se aos procedimentos de média e alta complexidade, para os quais concorre fortemente na distribuição dos recursos a capacidade instalada da rede de serviços hospitalar, que é mais bem equipada e aparelhada nos Estados das regiões mais ricas.

A Proposta Orçamentária e a Emenda Constitucional nº 29, de 2000.

Para cumprir a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que estabelece a aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, a proposta encaminhada ao Congresso Nacional prevê recursos da ordem de R\$35,6 bilhões.

Vale lembrar que o piso de aplicação em saúde em 2005 deveria estar sob a égide de lei complementar prevista na Emenda Constitucional nº 29/2000. A não-aprovação dessa lei até o momento — não obstante projeto nesse sentido já ter sido aprovado em Comissões desta Casa — mantém vigendo as regras estabelecidas para os exercícios de 2001 a 2004, estatuídas no inciso I, “b”, do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como a definição de ações e serviços públicos de saúde contida na Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO 2005).

Convém observar que, com a adoção da Decisão nº 143/2002 do Tribunal de Contas da União, que interpreta o referido dispositivo constitucional sob a ótica da “base móvel”, pela qual valor despendido em um ano se incorpora à base de cálculo do piso de aplicação do ano subsequente, a tendência, dadas as restrições fiscais, é o “piso” virar “teto”, ou seja, a execução orçamentária restringir-se apenas ao mínimo constitucional.

Mantido, pois, o conceito da base móvel, e considerando uma aplicação em 2004 no valor do piso calculado para o ano, tem-se que os R\$35,6 bilhões contidos na proposta atenderiam ao preceito constitucional, desde que se mantivessem válidas todas as variáveis macroeconômicas implícitas na elaboração do projeto de lei. Nesse caso, o citado valor excederia o piso em R\$502,8 milhões.

Entretanto, houve alteração de algumas dessas variáveis, que afetam a aferição do piso de aplicação em saúde. Os PIBs de 2003 e 2004, antes estimados em, respectivamente, R\$1.514,9 bilhões e R\$1.677,5 bilhões foram ajustados para R\$1.556,2 bilhões e R\$1.734,6 bilhões, o que



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fez com que o piso de aplicação em saúde para 2004 (base de cálculo para 2005) subisse de R\$31,7 bilhões para R\$32,5 bilhões, e a variação nominal do PIB de 2004 em relação ao PIB de 2003 — outra variável na aferição do valor mínimo a ser aplicado em 2005 — saísse de 110,7% para 111,5%.

Em face dessas mudanças, o piso de aplicação para 2005 cresceu R\$1,2 bilhão, indo para R\$36,2 bilhões, o que coloca a proposta orçamentária com um déficit de R\$691,4 milhões.

Vale ressaltar, contudo, que, tendo em vista os recursos disponibilizados a esta Área Temática pelo Relator-Geral, o déficit anteriormente mencionado, aquele de R\$691,4 milhões, deixa de existir, uma vez que, até o fechamento deste relatório, foram acrescidos à programação da saúde recursos novos da ordem de R\$1.158,9 milhões.

Com isso, a dotação para as ações e os serviços públicos de saúde em 2005 passam para R\$36,7 bilhões, o que representa valor excedente ao piso em cerca de R\$467,5 milhões.

3 - Das emendas.

Ao Ministério da Saúde foram apresentadas 2.348 emendas. As maiores demandas concentram-se no Fundo Nacional de Saúde, com 1.970 emendas, e na Fundação Nacional de Saúde, com 370 emendas. O total dos pleitos é da ordem de R\$13,4 bilhões.

O exame prévio revelou que duas emendas, as de nºs 325-10012 e 1773-0008, apresentadas na área da saúde contemplavam ações mais afetas ao Desporto e à Assistência Social. Adotando procedimento habitual da Comissão Mista, remanejamos as mesmas para os setores competentes: Área Temática VI - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte; e Área Temática VIII - Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Pelos mesmos motivos, também recebemos as Emendas nºs 1064-0005, 1700-0007 e 1700-0013 da Área Temática X - Planejamento e Desenvolvimento Urbano, e as Emendas nºs 21218-0018 e 2042-0011 da Área Temática VI - Educação, Cultura.

A Emenda nº 3135-0009, por sua vez, foi retirada pelo autor, que solicitou o remanejamento do valor correspondente para a Emenda nº 3135-0016, de sua autoria.

Salientamos que, para o acolhimento das emendas, os pareceres sugerem alguns ajustes e correções para melhor adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar erros ou defeitos de elaboração que eventualmente pudessem constituir óbice à sua execução. Nossa intenção foi sempre aprovar a emenda, de forma a não prejudicar o Parlamentar que a apresentou. Assim, foram realizadas adequações de funcionais-programáticas, de ação, de subtítulo, de GND, de modalidade de aplicação e metas.

Esta Relatoria buscou dar cumprimento ao item 15 da Parte B do Parecer Preliminar, que trata do cancelamento prévio linear de 15% das dotações consignadas no grupo Investimentos (GND 4). Os recursos disponibilizados no setor decorrente desse corte, no valor de R\$175,0 milhões, foram integralmente utilizados no atendimento das emendas coletivas.

Acresçam-se a esses recursos outros R\$59,0 milhões remanejados por esta Relatoria com fulcro no item 17.1 da Parte Especial Parecer Preliminar, que faculta às Relatorias Setoriais disporem de até 40% dos seus recursos de investimentos. Dessa forma, o total remanejado da programação do Ministério da Saúde foi de R\$234,0 milhões, que representam cerca de 15,9% da dotação de investimentos do órgão.

No atendimento das emendas individuais e coletivas foram mobilizados R\$1.392,9 milhões, sendo R\$234,0 milhões originários de remanejamento no âmbito da programação do próprio Ministério da Saúde, conforme relatado anteriormente, e R\$1.158,9 milhões disponibilizados pela Relatoria-Geral, oriundos da Reserva de Contingência e da reestimativa de receitas.

No que se refere às emendas individuais, todas foram aprovadas integralmente, o que implicou a utilização de R\$571,9 milhões dos recursos da área temática.

No atendimento das emendas coletivas foram mobilizados recursos da ordem de R\$821,1 milhões, sendo R\$806,1 milhões utilizados no atendimento das emendas de bancada e R\$15,0 milhões, em emendas de Comissão.

Dos recursos destinados às bancadas estaduais (Anexo IV), cerca de 19% (R\$153,2 milhões) foram distribuídos pelo critério de mérito, enquanto 81% (R\$652,9 milhões), segundo o seguinte critério técnico: um terço proporcionalmente à população dos Estados; um terço proporcionalmente ao inverso do Índice de Desenvolvimento Humano — IDH de cada Unidade da Federação, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 2º da LDO/2005; e um terço proporcionalmente ao número de emendas coletivas apresentadas pelas bancadas à área temática.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto às demais emendas coletivas, de Comissão, prevaleceu o critério de mérito na alocação dos recursos.

5 - Obras com Valor Superior a R\$10,5 milhões.

O Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde, em cumprimento ao que determina o art. 18 da LDO, encaminhou a esta Comissão o Ofício nº 0142/SPO/MS, de 29 de setembro de 2004, no qual estão relacionadas 8 obras da Área Temática VII com custo superior a R\$10,5 milhões. Destas, 7 estão a cargo da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e uma a cargo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Não foi informada a existência de obra para realização integral em 2005 com custo superior a R\$2,0 milhões.

Passo a ler a indicação ao Relator-Geral.

6.1 - Reforço da Dotação da Farmácia Básica

Pelas razões expostas no item 2.1.4.2, "a", deste Relatório, e tendo em vista o item 31, Parte Especial do Parecer Preliminar, que atribui ao Relator-Geral competência para remanejar dotações consignadas em Outras Despesas Correntes (GND 3), encaminhamos ao Relator-Geral indicação no sentido de se aumentar a dotação da ação incentivo à assistência farmacêutica básica em cerca de R\$166,8 milhões, mediante remanejamento de parte da dotação da farmácia popular. A distribuição desses recursos entre as diferentes Unidades da Federação dar-se-ia proporcionalmente às dotações já previstas no projeto de lei orçamentária.

Com essa medida, estaremos ampliando a oferta e o acesso da população aos medicamentos básicos distribuídos gratuitamente pelas unidades de saúde, fortalecendo o SUS, instituído pela Constituição, que apregoa um sistema de saúde universal e igualitário para toda a população.

6.2 - Reforço do MAC

Atendimento de média e alta complexidade. Conforme exposto no item 2.1.4.2, "b", o CONASS, em Nota Técnica, de 17 de novembro de 2004, alerta para a insuficiência de recursos destinados ao MAC. Os R\$15,3 bilhões constantes da proposta representam acréscimos de 4,6% em relação ao autorizado em 2004, o que sequer cobre a inflação para o setor saúde até outubro de 2004 (IPC/FIPE), que foi de 8,8%. A necessidade de recursos para 2005, segundo a referida Nota, seria em torno de R\$18 bilhões, o que exigiria alocação adicional de R\$2,6 bilhões.

Por essa razão, indicamos ao Relator-Geral estudar meios para se complementar essa programação de vital importância para o funcionamento do SUS.

Sugerimos que o recurso que venha suplementar essa programação seja distribuído mediante critério que busque a redução das desigualdades regionais.

6.3 - Dotação dos Medicamentos Excepcionais

Conforme explanado no item 2.1.4.2, "c", a proposta orçamentária para 2005 destina R\$961 milhões para a *assistência financeira para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais*. Não obstante o incremento de 26% em relação a 2004, na ordem de R\$763 milhões, esse valor, segundo o estudo do CONASS, mostra-se insuficiente, tendo em vista os gastos atuais, a defasagem da tabela SIA/SUS, a elevação dos preços dos medicamentos e a constante e crescente inclusão de novos pacientes.

Embora o financiamento desses medicamentos seja originalmente federal, os Estados vêm tendo de arcar com parcelas cada vez mais significativas dos custos do programa, em face dos repasses federais tomarem por base a tabela SIA/SUS, que, em muitos casos, se encontra defasada, o que gera déficit financeiro entre o valor de aquisição e o valor repassado. A estimativa para 2005 é que sejam necessários recursos da ordem de R\$2,1 bilhões.

A proposição do CONASS é que a União entre com 80% dos recursos (R\$1,68 bilhão), o que implicaria acréscimo de R\$719 milhões em relação ao valor previsto na proposta orçamentária.

7 - Das Emendas de Ajuste Técnico

Foi elaborada emenda de ajuste técnico (nº 8007-0001) para corrigir incompatibilidade da proposta em relação ao PPA 2004/2007 vigente, conforme mencionado no item 2.4.1.

II - Voto do Relator

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 51, de 2004-CN, no que concerne às unidades orçamentárias do Ministério da Saúde, na forma apresentada pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Sala da Comissão, em 20 de dezembro de 2004

Deputado Bismarck Maia

Sr. Presidente, quero ler uma errata aos pareceres da Área Temática VII.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As emendas nºs 1243-0014; 1593-004; 1886-0005; 2042-0011; 2128-0018; 2264-0003; 2319-0004; 3220-0011; 3497-0004; 3645-0002 e 9022-0008, aprovadas na esfera do Orçamento Fiscal, devem ser retificadas como aprovadas na esfera do Orçamento da Seguridade Social, conforme relação em anexo.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, quero cumprimentar o nobre Deputado. S.Exa. fez um belo sub-relatório, apontou os pontos falhos da proposta, contra os quais nós, nesta Comissão, precisamos reagir. Haverá fechamento de UTIs e outros serviços fundamentais na rede hospitalar. Faltarão remédios na rede básica e sobrarão remédios para as vendas nas tendinhas do Lula. Temos de modificar essa situação. Parabéns, Deputado Bismarck Maia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Darcísio Perondi, vamos discutir amanhã esse relatório.

O SR. DEPUTADO BISMARCK MAIA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem a palavra a Deputada Laura Carneiro, pela ordem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, V.Exa. tem ciência de que o Deputado Alberto Goldman, o Senador Fernando Bezerra e eu fizemos uma reunião com o Relator-Geral, Senador Romero Jucá. O PFL e o PSDB apresentaram ao Senador Romero Jucá a necessidade de S.Exa. nos apresentar minimamente os números das receitas que dariam destino aos recursos da Lei Kandir, do salário mínimo e da tabela do Imposto de Renda.

Havia sido marcada para amanhã uma reunião de S.Exa. com os Srs. Governadores. Essa reunião foi adiada para segunda-feira, sob o argumento de que o nobre Senador ainda não sabia esses números. Ora, se S.Exa. ainda não sabe dos números, significa dizer que nós não temos como votar, como continuar nosso trabalho. Se S.Exa. não sabe dos números, não pode disponibilizar nenhum recurso ao Comitê de Emendas. Da mesma maneira que os Governadores não podem se reunir, nós também não, porque queremos os números, até para dizer: bom, para a Lei Kandir é tanto; sobra tanto para nossas emendas.

Agora, se fixamos as emendas, fixamos o valor do salário mínimo e fixamos a tabela do Imposto de Renda, significa dizer que o que sobrar é da Lei Kandir. E o que sobrar da Lei Kandir vai impossibilitar, pelo menos o PFL e o PSDB, de continuar o trabalho, que está sendo maravilhoso até agora.

Sr. Presidente, tenho obrigação e respeito por V.Exa. para pedir que amanhã, antes de começar a reunião das 9h, com o Comitê de Emendas, o PFL e o PSDB possam saber os números do Senador Romero Jucá. Caso contrário, isso vai impossibilitar qualquer acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputada Laura Carneiro, acordamos fazer a leitura dos relatórios parciais e vamos prosseguir.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro. Só estou informando a V.Exa. a situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Se pudermos terminar hoje, pois todos os Relatores estão presentes, podemos fazer toda a leitura. Quero dizer a V.Exa. que tenho conversado freqüentemente com o Senador Romero Jucá. Hoje mesmo liguei para S.Exa. Sei que fez uma reunião com V.Exa. e também com o Deputado Alberto Goldman. Mas as decisões do Relator são de responsabilidade dele. Depois, se a Comissão achar que deve aprovar o relatório, rejeitar, votar com alterações, evidentemente, isso vai ser feito. Aqui sou o Presidente da Comissão, não posso dizer ao Relator o que deve fazer. Tenho confiança de que o Senador Romero Jucá apresentará uma solução adequada para esses problemas. Portanto, não há o que resolver neste momento.

Estamos fazendo a leitura, vamos continuar, conforme o combinado. Amanhã, teremos ou não a discussão do relatório.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, tenho certeza de que V.Exa. não tem culpa de nada. Estou apenas avisando V.Exa., que é Presidente da Comissão, que a reunião está marcada para amanhã, às 9h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - É reunião do Relator com as bancadas estaduais e não da Comissão. O Relator pode se reunir com quem quiser, com os Governadores, com as bancadas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, não temos de considerar como da Comissão, porque Comitê de Emendas é nosso.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não, não é uma reunião da Comissão Mista. O Relator está fazendo o trabalho dele e assim que encerrar vai trazer uma solução para nós.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, quero apenas trazer uma informação aos companheiros. Acabo de vir de uma reunião em que pude certificar que as preocupações da Deputada Laura Carneiro são as do Relator. S.Exa. está reunido, neste momento, com toda a assessoria da Casa para definir essa questão, Deputada. Tenho certeza de que amanhã a senhora tomará conhecimento de tudo o que for decidido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Faço um apelo. Vamos continuar a leitura do relatório. Não vamos deliberar nada aqui hoje.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, desejo fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Rafael Guerra, temos um acordo feito pela manhã de não haver deliberação hoje. Não vamos deliberar nada, mas precisamos avançar. Insisto mais uma vez: se não votarmos os relatórios setoriais nesta semana, não vamos conseguir aprovar o Orçamento este ano. Pode ser que isso aconteça. Não sei. Temos que ter, pelo menos, boa vontade para avançar. Não estamos decidindo nada aqui. Não está havendo nem debate. Portanto, colocarmos a questão neste momento, principalmente na ausência do Relator-Geral, não é correto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, em respeito a V.Exa. senti-me na obrigação de, em nome do PFL, dar essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Já entendi. Se não for votado o Orçamento, vou entender que V.Exa. fez essa questão de ordem.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Apenas para cumprimentar o Relator pelo trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Estou ouvindo esse registro a cada 5 minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Endossamos as indicações feitas ao Relator-Geral e esperamos que elas venham a ser atendidas. Faço um alerta à Comissão: em todo o reajuste proposto, inclusive na peça do Poder Executivo, o reajuste, na média e alta complexidade, não atinge nem a inflação. Há 6 Estados que têm diminuição da renda *per capita*: Mato Grosso, Bahia, Maranhão, Amazonas, Amapá e Pará. São Estados que têm diminuição da aplicação no *per capita* na saúde. Além de não ter inflação, temos diminuição. Vamos ter de fazer o cálculo amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado.

Passo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, assumo, então, a Sub-Relatoria da Área Temática VIII - Trabalho, Previdência e Assistência Social. Procurarei ser breve, fazendo alguns comentários de sugestão e encaminhamento, uma vez que o relatório é do conhecimento de todos.

Estarão, doravante, sob análise, as despesas do Ministério da Previdência Social, no valor de R\$145,9 bilhões, cujo destaque é o pagamento de aposentadorias e pensões; as despesas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor de R\$15,8 bilhões, responsáveis por gastos em segurança alimentar e nutricional com transferência de renda — refere-se ao programa Bolsa-Família — e com assistência social e as despesas do Ministério do Trabalho, que somam o valor de R\$29,5 bilhões, relacionadas com as políticas de geração de emprego e renda, como qualificação profissional, abono salarial e seguro-desemprego.

Ministério da Previdência Social - Administração Direta.

Ao Ministério da Previdência Social cabe as tarefas de definição das políticas, coordenação e normatização das atividades. Recentemente o MPS passou a realizar atividades finalísticas (...) A expansão dessas atividades responde pelo aumento nos gastos da unidade orçamentária (132% em relação a 2002, 81% em relação à proposta de 2004, e 65% em relação ao autorizado de 2004).

É no âmbito do Fundo de Regime Geral de Previdência Social que são registradas as despesas da Previdência Social básica (aposentadorias, pensões e outros benefícios). No total, a proposta orçamentária registra despesa de aproximadamente R\$138,6 bilhões, beneficiando 21,3 milhões de pessoas e indicando um crescimento da ordem de 13% em relação à proposta orçamentária de 2004 e de 11% em relação ao autorizado. No projeto de lei de crédito suplementar, em tramitação no Congresso Nacional, aumentam as dotações do FRGPS em R\$1,8 bilhão, de tal forma que, com a aprovação, o crescimento das despesas na proposta de 2005, em relação ao autorizado de 2004, será de menos de 10%.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No Instituto Nacional do Seguro Social estarão concentradas as despesas com pagamento dos fiscais da Previdência, com serviços de processamento de dados dos benefícios previdenciários e com o funcionamento das unidades descentralizadas de Previdência Social, entre outros, no valor de R\$6,9 bilhões.

Em relação ao valor do salário mínimo, tornou-se consenso a necessidade de definição de regras claras e permanentes para sua revisão.

Trago como alternativa, a ser apresentada em projeto de lei específico, dobrar o poder de compra do salário mínimo no período de 8 anos, levando-se em consideração a reposição da inflação, o crescimento real do PIB e o preço da cesta básica, de acordo com os critérios apontados neste relatório.

Dessa forma, a proposta orçamentária, então, será encaminhada ao Congresso Nacional já ajustada ao impacto na despesa provocado pelo aumento do salário mínimo e não caberá mais discutir a identificação de recursos para financiar o aumento de despesa, tal como vem ocorrendo. Se for o caso, a discussão deverá ser deslocada para outro fórum, no qual poderão ser propostas eventuais modificações da lei que define regras de reajuste gradual do salário mínimo.

Propomos também que a data-base desse reajuste passe de 1º de maio para 1º de janeiro.

Sr. Presidente, tenho uma progressão, mas não vou me ater a ela.

Na formulação, poderemos trabalhar com o PIB real, não *per capita*, mais a inflação. Quando esse impacto for em anos de vacas gordas, digamos assim, substituiríamos o índice pelo valor real da cesta básica, ou seja, R\$300,00 em maio compra 1,9 cestas básicas. Subiriamos esse valor até completar 3 cestas básicas no ano de 2011. No ano em que se permitir o cálculo pela cesta básica, usaremos o cálculo da cesta básica; no ano em que isso não for possível, retiraremos do PIB real, mais o acréscimo de inflação. O Governo não estaria sujeito a dar um aumento caso atingíssemos números acima de 5% do crescimento real do PIB.

Vou deixar em anexo cópia dessa tabela.

Sobre o Ministério do Desenvolvimento Social, o orçamento proposto para o órgão ocupa a sexta colocação em volume de recursos.

Sr. Presidente, com relação ao programa Bolsa-Família, no projeto de lei orçamentária para 2005 há previsão de gastos na ordem de R\$6,5 bilhões, representando elevação de 27,3% em relação ao autorizado para 2004 e de 8,6% em relação ao reprogramado. Em comparação com o exercício de 2003, quando a execução dos programas unificados alcançou a importância de R\$3,6 bilhões, ocorreu um acréscimo de cerca de 80%. Prevê-se o atendimento de 8,5 milhões de famílias até o final de 2005.

A ação Concessão da Bolsa a Criança e Adolescentes em Situação de Trabalho, vinculada ao PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) não está incorporada ao Programa Bolsa-Família.

Sobre a renda básica de cidadania, em 8 de janeiro de 2004, entrou em vigor a Lei nº 10.835, que instituiu a renda básica de cidadania, constituindo-se "*no direito de todos os brasileiros residentes no País e estrangeiros residentes há pelo menos 5 (cinco) anos no Brasil, não importando sua condição socioeconômica, receberem, anualmente, um benefício monetário*".

Conforme determina o art. 3º dessa lei, o Poder Executivo deveria consignar, no Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 2005, dotação orçamentária para implementar a primeira etapa do projeto. Em pesquisa à proposta orçamentária de 2005, não foram encontradas dotações orçamentárias destinadas, especificamente, ao cumprimento dessa determinação legal.

Sr. Presidente, passarei diretamente à questão das emendas.

Esta Relatoria recebeu na fase inicial 646 emendas, no valor total de R\$996 milhões. Para o atendimento desses pleitos, esta Relatoria contou com recursos de R\$163 milhões, representando 16% do valor total pleiteado, o que mostra nossa limitação para o atendimento integral das emendas coletivas.

As emendas individuais tiveram seus valores integralmente aprovados, totalizando R\$104,3 milhões.

No atendimento das emendas coletivas, somou-se R\$60 milhões, tendo sido priorizadas as emendas de Comissões devido ao seu caráter nacional.

Sr. Presidente, destacamos algumas recomendações ao Governo e ao Relator-Geral:

a) Ao Relator-Geral, sugerimos a viabilização de recursos que garantam em 2005 o reajuste do salário mínimo para R\$300,00 e a antecipação da data-base para o mês de janeiro;

b) Ao Poder Executivo:



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

b.1) destinação de maiores recursos para os serviços de ação continuada de modo a beneficiar as regiões com os menores IDH ou com as maiores taxas de população em situação de pobreza;

b.2) formulação de estudos e propostas de incorporação ao Programa Bolsa-Família do pagamento da bolsa a crianças e adolescentes carentes vinculada ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;

b.3) formulação de estudos e propostas de modificação da legislação para alteração da incidência da contribuição previdenciária patronal, de tal forma que deixe de ter como base a folha de salários, passando a ser utilizado o valor agregado total, deixando com isso de penalizar as atividades que necessitem de maior mão-de-obra;

b.4) formulação de estudos e propostas de fixação de uma regra permanente de reajuste do salário mínimo e alteração da data-base do reajuste de 1º de maio para 1º de janeiro;

b.5) elaboração de estudos e formulação de propostas de alteração da legislação, como também priorização de sua atuação de forma a ampliar a formalização das relações de trabalho já existentes, possibilitando com isso mais segurança ao trabalhador, bem como atuar no sentido de ampliar o acesso de nossos jovens, em especial aos mais carentes, ao mercado de trabalho, com a conquista do tão sonhado primeiro emprego;

b.6) atendimento do que dispõe a Lei nº 10.835/04, no que se refere ao início da implantação da renda básica de cidadania.

Sr. Presidente, antes de finalizar o relatório, quero acrescentar algo mais. Embora não tenhamos aqui o papel de determinar absolutamente nada em relação ao relatório geral e às ações, quero dizer que o Governo avançou bastante no valor do piso salarial de 2005. Cabe à Casa irmanar-se ao movimento sindical, às centrais sindicais e ao Governo para definir até o mês de maio não apenas os pisos salariais, mas também uma metodologia definitiva de correção do salário mínimo, a fim de que nunca mais precisemos ficar discutindo de onde vem esses recursos. Isso é muito desgastante para todos nesta Casa e, com certeza, não contribui para a solução dos problemas.

Outro assunto é o seguinte: já tramitam tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal muitas propostas no sentido de substituir a cobrança do INSS do patronal de apenas 20% da folha de pagamento para o faturamento da empresa. Isso resultaria, Sr. Presidente, em diminuição da alíquota, mas, com certeza, traria uma maior contribuição. Mais que isso: estaríamos contribuindo para a geração de mais oportunidades de trabalho. Vejamos os exemplos dos supermercados. Cada vez mais, eles têm de automatizar seu estabelecimento em detrimento da aquisição de mão-de-obra. Nessa nova situação, seria mais vantajoso ter a mão-de-obra.

Peço a todos a aprovação desse relatório setorial, conseqüentemente, do relatório do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLYCY - Sr. Presidente, V.Exa. me permite uma brevíssima contribuição ao Senador Sibá Machado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O relatório não está em discussão, Senador. Estamos apenas fazendo a leitura.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLYCY - Eu sei. Mas como S.Exa. observou que o Programa Renda Básica de Cidadania não teria recursos previstos para 2005, sugiro a V.Exa. que indique que a previsão de expansão gradual do Programa Bolsa-Família, prevista para 2004, 2005 e 2006, pode ser interpretada como um passo na direção do Renda Básica de Cidadania, de acordo com a legislação mencionada e explicada por V.Exa. Dessa forma, não haverá omissão. Em verdade, há previsão, sendo o Bolsa-Família o começo da implementação. Está dito que, na medida em que a Renda Básica de Cidadania será estendida a toda população brasileira, iniciando-se pelos mais necessitados, e como o Bolsa-Família é exatamente o direito de todos receberem até R\$100,00 mensais *per capita*, isso pode ser visto como o início da Renda Básica de Cidadania.

É apenas a contribuição que gostaria de deixar como sugestão ao Relator-Setorial, Sibá Machado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, preciso tirar uma dúvida. Nesta altura, é possível acatar a sugestão do Senador Eduardo Suplicy?



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com toda sinceridade, não ouvi a sugestão. Seria bom V.Exa. consultar a assessoria técnica.

Não vamos fazer esse debate hoje.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Vou fazer essa consulta e, na medida do possível, a acatarei.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Passo a palavra ao Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, diante da ausência do Relator-Setorial, Deputado Antonio Joaquim, passo à leitura do relatório da Área Temática IX - Integração Nacional e Meio Ambiente, integrante do Projeto de Lei nº 51, de 2004-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005."

Relatório.

Da Análise da Proposta Setorial.

Ministério da Integração Nacional.

As dotações orçamentárias constantes da proposta do Ministério da Integração Nacional para o exercício de 2005, excluídos os Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FCO e FNE), somam R\$2.557,9 milhões, 67% superiores às da proposta apresentada para 2004 e 20% superiores aos valores da lei orçamentária vigente, em termos nominais.

A quase totalidade do acréscimo observado em 2005 deve-se ao projeto de integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Norte e Leste), no valor de R\$955,0 milhões. Ressalte-se que o custo total estimado para a obra é de R\$4,2 bilhões, a ser finalizada em 2012. O objetivo principal do projeto é utilizar as águas do Rio São Francisco para a perenização de rios e açudes da Região Nordeste, durante os períodos de estiagens.

Desconsiderado esse valor, verifica-se que a proposta orçamentária do Ministério da Integração Nacional para 2005 apresenta-se apenas 5% superior à de 2004 e 25% inferior à lei orçamentária vigente.

Com vistas a combater as desigualdades regionais, o Congresso Nacional tem priorizado os investimentos nesta área temática. Basta observar que o valor da lei orçamentária vigente, aprovada nesta Casa, teve um acréscimo de cerca de 40% em relação aos valores propostos pelo Poder Executivo. No entanto, ao examinar-se a execução orçamentária recente, verifica-se que essa prioridade não se tem materializado, uma vez que o total de despesas liquidadas pelo Ministério da Integração, até 2 de dezembro último, no valor de R\$1.125,6 milhões, sequer ultrapassa os valores liquidados em 2003.

Os programas do Ministério que visam promover o desenvolvimento sustentável das regiões mais carentes do País, como os voltados ao desenvolvimento da agricultura irrigada e a obras de infra-estrutura hídrica, aplicaram, até este mês, apenas 22% e 16% das dotações disponíveis, respectivamente. Insisto, dessa forma, ser necessário ação mais efetiva deste Parlamento para dar consequência às decisões aqui tomadas em relação à alocação de recursos públicos.

Vale também destacar que 58% do total de despesas liquidadas pelo Ministério em 2004 referem-se ao pagamento de pessoal e encargos da dívida e apenas 28% foram destinados a investimentos.

Em relação à proposta para 2005, excluído o valor do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, observa-se aumento nos recursos destinados a investimentos quando comparados aos da proposta de 2004. Essa elevação decorre, principalmente, do aumento nas dotações do programa PROÁGUA Infra-estrutura, no valor total de R\$85,6 milhões, devido à inclusão de novas obras.

Ministério do Meio Ambiente.

A proposta encaminhada pelo Poder Executivo para esse Ministério é 29,7% superior à apresentada para este ano. O acréscimo observado, de R\$438,5 milhões, deve-se, fundamentalmente, ao crescimento das despesas com pessoal do Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, no valor de R\$185,4 milhões, bem como da Reserva de Contingência, na Administração Direta, no valor de R\$60,9 milhões.

A previsão para investimentos em 2005 é 50% superior à proposta pelo Executivo para o presente exercício, embora inferior em 32% aos valores autorizados para este ano.

Dos recursos destinados à irrigação.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Conforme disposto no item 21.5 do Parecer Preliminar ao projeto de lei orçamentária para 2005, cabe a esta Relatoria apreciar a programação dos recursos destinados à irrigação, em cumprimento ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que assim determina:

“Art. 42. Durante quinze anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação:

I - vinte por cento na Região Centro-Oeste;

II - cinquenta por cento na Região Nordeste, preferencialmente no semi-árido”.

O citado artigo foi alterado pela Emenda Constitucional nº 43, de 15 de abril de 2004, que prorrogou por mais 10 anos a aplicação dos recursos destinados à irrigação ali previstos.

A proposta apresentada pelo Poder Executivo para 2005 não deu cumprimento a esse mandamento constitucional ao reservar à Região Centro-Oeste apenas 2% dos recursos destinados à irrigação.

Da atuação da Relatoria.

Das Emendas Individuais e Coletivas.

Foram apresentadas 376 emendas nesta Área Temática, assim distribuídas:

- 302 emendas individuais, totalizando R\$99.829.700,00;

- 070 emendas de bancadas estaduais e regionais, totalizando R\$5.197.000.000,00;

- 004 de Comissões, totalizando R\$590.000.000,00.

Das emendas individuais, duas foram recebidas da Área Temática VI - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte, e três da Área Temática X - Planejamento e Desenvolvimento Urbano, conforme apresentado no adendo a este relatório.

Das emendas de Relator.

Apresentei 24 emendas de Relator. As de números 80090001 a 80090014 visam corrigir despesas previstas no projeto de lei orçamentária, conforme autorizado no Item 10.2.1.1 do Parecer Preliminar. Essas correções foram solicitadas pelo Ministro de Estado da Integração Nacional, por intermédio do Ofício nº 1.329/MI, de 2 de dezembro de 2004.

A de número 8009.0015 também visa corrigir erros e omissões do projeto de lei orçamentária, na forma autorizada no item 10.2.1.1 do Parecer Preliminar, conforme solicitação do Secretário-Executivo do Ministério da Integração, por meio do Ofício nº 868/2004.

Por fim, elaborei as emendas de nºs 80090016 a 80090024, em decorrência do que dispõe o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterado pela Emenda Constitucional nº 43, que determina sejam alocados 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste. Para a distribuição dos valores entre as Unidades Federadas dessa Região, empreguei a mesma metodologia utilizada na repartição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

1.3.3 - Dos remanejamentos de dotações

Para o acatamento das emendas, evitei efetuar cortes adicionais na programação dos órgãos. Utilizei os valores que me foram transferidos pelo Relator-Geral, tanto os oriundos dos cancelamentos previstos no item 15 do Parecer Preliminar quanto os das reestimativas de receitas. Não obstante, foi necessário efetuar um cancelamento adicional no Programa de Integração de Bacias Hidrográficas.

O valor médio de atendimento às emendas coletivas, no ano passado, atualizado monetariamente, foi de aproximadamente 5 milhões de reais. Considerando a relevância das propostas apresentadas pelas bancadas, entendi ser necessário atendê-las com o valor mínimo de 7 milhões de reais.

Ademais, como é de conhecimento geral, compete aos órgãos dessa Área Temática desenvolver políticas com vistas à redução das desigualdades inter-regionais, promovendo o desenvolvimento integrado das unidades federadas. Nesse sentido, no acatamento das emendas, priorizei as unidades da Federação com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Atribuí também valor maior aos projetos de grande alcance social e econômico para as comunidades envolvidas e ainda àqueles que se encontravam em fase de conclusão. Nesse processo decisório, consultei representantes das bancadas estaduais, que me forneceram valiosas informações adicionais sobre os pleitos apresentados.

Atendi integralmente aos valores solicitados nas emendas individuais, totalizando R\$99.829.700,00, e às coletivas, parcialmente, no valor total de R\$767.400.000,00.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por vezes, procedi a correções nos subtítulos das emendas, de modo a adequá-los às normas regimentais e à boa técnica orçamentária, respeitando, no entanto, a vontade expressa pelos autores.

Os quadros anexos a este Parecer detalham as decisões que tomei.
Das indicações ao Relator-Geral.

Alertaram-me sobre o não-cumprimento, na proposta do Executivo, do art. 2º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005, segundo o qual “*as ações prioritárias, e as respectivas metas, da Administração Pública Federal para o exercício de 2005 são as constantes do Anexo I desta Lei, cujas dotações necessárias ao cumprimento das metas fixadas deverão ser incluídas no projeto e na lei orçamentária*”, especificamente destacados os seguintes projetos: implantação do Perímetro de Irrigação Pontal, com 7.862 hectares no Estado de Pernambuco — meta para 2005, 8% de sua execução física; implantação do Canal Sertão de Pernambuco — meta para 2005, 1% de sua execução física.

Considerando que o item 9.1.3 do Parecer Preliminar atribui ao Relator-Geral a correção desses erros, indico ao nobre Senador Romero Jucá a efetivação dessas correções.

Com os recursos de que dispunha, não me foi possível dar integral atendimento ao disposto no art. 42 do ADCT, que trata da distribuição dos recursos destinados à irrigação, razão pela qual indico ao Relator a complementação dos valores que destinei a esse fim.

Das obras com indícios de irregularidades.

O Tribunal de Contas da União informou a ocorrência de indícios de irregularidades graves na execução de obras integrantes dessa área temática, conforme mencionado no quadro VI do relatório.

Esta Relatoria optou por manter esses projetos no Orçamento da União. No entanto, a execução orçamentária dessas programações ficará condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º da Constituição, nos termos do art. 197 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005.

Do atendimento ao art. 18 da LDO para 2005 — obras com valor total superior a R\$10,5 milhões.

O Ministério do Meio Ambiente informou não haver obras em sua programação cujo valor total seja superior ao limite da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Em relação ao Ministério da Integração Nacional, conforme verificado por esta Relatoria a partir das informações encaminhadas pelo órgão, comparadas com as do PPA 2004/2007, verifica-se que atendeu às exigências contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005, isento quanto aos referenciais de custo de que trata o art. 105. Dessa forma, remeto ao Relator-Geral a decisão de aplicar as penalidades previstas no § 3º do art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005.

Voto do Relator.

Ante o exposto, voto pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2005, no que concerne às Unidades Orçamentárias constantes da Área Temática IX, nos termos em que foi apresentada pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas, que constam da relação em anexo.

Esse é o relatório, com o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O Relator da última área, Deputado Abelardo Lupion, informou-me que assumiu outro compromisso por imaginar que não teríamos condições ler todos os relatórios hoje. Por esse motivo, só terá condições de apresentar seu relatório amanhã.

Portanto, suspendo a presente reunião, que será retomada amanhã às 10h.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a primeira reunião extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 36 (itens remanescentes), 37, 38, 39, 40, 41 e 42.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Informo que tivemos este atraso em função de um problema no sistema de som, que foi restabelecido.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Um momento, por favor.

Só para informar a V.Exas., paramos ontem na leitura dos relatórios, e vamos retomar também com a leitura do relatório do Deputado Abelardo Lupion sobre a Área X — Desenvolvimento e Planejamento Urbano.

Antes de passar a palavra ao Relator, vamos ouvir o Deputado Jovair.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente, trago uma questão de ordem com relação ao art. 28 do Regimento Comum, que reza: “*As sessões somente serão abertas com a presença mínima de 1/6 (um sexto) da composição de cada Casa no Congresso*”, e no § 2º do art. 29 lê-se: “*No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28, o Presidente encerrará os trabalhos, ex-officio ou por provocação de qualquer Congressista.*”

Peço verificação de *quorum*, para comprovarmos se temos, neste momento, número suficiente de congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Na verdade, Deputado Jovair Arantes, não haverá votação; portanto, não há como fazer a verificação.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - O dispositivo reza o seguinte, Sr. Presidente: “*No curso da sessão, verificada a ausência de Senadores...*”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O Regimento exige 28 Srs. Parlamentares. Se V.Exa. olhar em volta, vai perceber que há 28 Parlamentares aqui.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Eu gostaria de fazer uso da minha prerrogativa de pedir a verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não há verificação. Temos de ter 28 Srs. e Sras. Parlamentares presentes aqui.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois não, Deputado Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, eu não estava disposto a apresentar questão de ordem no momento. Combinamos até que iniciáramos o processo de votação. Mas agora quero contestar, pois o art. 28 reza: “*As sessões serão abertas com a presença no mínimo de 1/6 (um sexto) da composição de cada Casa do Congresso*”; portanto, tem que haver um sexto de Deputados e um sexto de Senadores. O art. 29 refere-se ao art. 28. Então, até pediria ao Deputado Jovair Arantes que nos permitisse a leitura desse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Só para esclarecer, Deputado Alberto Goldman, o Regimento da Comissão determina que tem de haver a presença de 1/3 dos Congressistas. Se V.Exa. quiser examinar o relatório...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não, temos o Regimento da Comissão aqui, que trata especificamente...

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Qual é o que vale, Sr. Presidente, o da Casa, do Congresso, ou o da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não. Se o Regimento da Comissão fosse omissivo, valeria o Regimento Comum. Como o Regimento especifica claramente qual é o *quorum*, então temos aqui...

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Sr. Presidente, eu também gostaria de fazer um apelo ao Deputado Jovair Arantes no sentido de que lêssemos... É o mesmo apelo que o Deputado Alberto Goldman fez, no sentido de que deixássemos que se fizesse a leitura do último relatório, e aí, no momento certo, as bancadas poderiam pedir a verificação de *quorum*. É isto, Deputado Jovair: que V.Exa. permita a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - No Regimento Comum, Deputado Jovair, leia o art. 12.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - O art. 12 reza: “*Os trabalhos da Comissão Mista somente serão iniciados com a presença mínima de 1/3 (um terço) de sua composição.*” É o mesmo que está no art. 28, da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não, é diferente. Um terço da composição significa a soma dos Deputados e Senadores.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Mas o mesmo Regimento, no art. 28, estabelece: “As sessões somente serão abertas...”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Mas isso se refere ao plenário, Deputado Jovair. O art. 28 refere-se à sessão no plenário. Aqui estamos falando da Comissão, e, portanto, o *quorum* está delimitado no art. 12.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Nós só temos 1 Senador na Casa, Sr. Presidente. Só temos 1 Senador aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Eu sei, mas aqui o art. 12 reza o seguinte: “Os trabalhos da Comissão Mista serão iniciados com a presença mínima de 1/3 (um terço) da sua composição.” Sua composição é de Deputados e Senadores. Portanto, temos aqui número mais do que suficiente para começar. Não é preciso ter um terço dos Senadores, nem um terço dos Deputados; temos que ter um terço do total da Comissão.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - E nós não estamos deliberando. Acho que a gente pode ler. Se houver deliberação, aí, é claro, cabe qualquer... Cabe ao Deputado fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não, mas ele tem razão.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Negativo. Negativo, amigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Ele tem razão. V.Exa. tem razão. Só que nós temos o número para fazer a sessão, sem contar que V.Exa....

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - E a verificação é visual?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - É visual, claro.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Basta a constatação visual?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - É claro. V.Exa. sabe bem que há uma comissão reunida ali, designada por esta Comissão para discutir as emendas. Há mais de 10 Deputados lá ainda.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Em todo o tempo em que estou nesta Casa, e já estou aqui há 10 anos, sempre que é pedida, a verificação é feita de acordo com a contagem. Pega-se e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A verificação faz-se no momento de uma votação. O que estamos fazendo aqui é verificar se, de acordo com o art. 12...

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Então, nós vamos aguardar o momento de se fazer a verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - É claro. Está certo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, eu só queria deixar clara a questão regimental, porque, não só especificamente para este momento, questão regimental é sempre importante esclarecer-se.

Em primeiro lugar, o Regimento Comum — e pediria até ao Deputado que saísse um pouco da frente, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Por favor, Júlio, peça ao seu assessor...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - No Regimento Comum que tenho em mãos... Desculpem-me. São os arts. 28 e 29 que tratam da questão. E o Regimento Comum é superior ao Regulamento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Mas nós estamos falando do Regimento Comum, Deputado. Acontece que os arts. 28 e 29 se referem às sessões no plenário do Congresso, e o art. 12 é bem específico sobre o funcionamento da Comissão.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, o art. 12 reza: “Os trabalhos da Comissão Mista serão iniciados com a presença mínima de 1/3 (um terço) da sua composição”. O art. 29 estabelece o seguinte: “No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28...” — no curso da sessão! E o art. 28 reza: “Não havendo número regimental...” Pelo art. 28, o número é exatamente de um sexto de membros da composição de cada Casa do Congresso. Então, para a abertura, V.Exa. tem razão, mas para a continuidade da sessão, vai ter de haver *quorum*, sim. Não é neste momento; V.Exa. está fazendo a abertura agora, está abrindo a reunião. Neste momento V.Exa. tem razão, vale o art. 12; a partir daí deve valer o art. 29. É isto que quero dizer: neste momento V.Exa. tem razão e pode dar continuidade; agora, no curso da sessão, o que vale é o art. 29, combinado com o art. 28. É isso, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente, só para que fique claro, para não dizerem que estou, como diz a história, engolindo uma coisa por outra, aqui se lê: *Das Comissões Mistas*; é o Título III, que vai até o art. 30.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vai até o art. 21; depois, V.Exa. sabe, pois está vendo aí, na pág. 22 começa o Título IV.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - *Das Sessões Gerais.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Sim, e aí já se trata do plenário.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Aí se trata das sessões gerais. Sessão geral é quando está composto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não, aí é no plenário.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - No plenário? Tudo bem. Vamos aguardar a votação, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Passo a palavra ao Deputado Abelardo Lupion.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, coube-me a responsabilidade de relatar a Área Temática X — Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Passo a ler o respectivo relatório:

1. Introdução.

1.1. Histórico.

O Exmo. Sr. Presidente da República, nos termos do art. 61, § 1º, inciso II, alínea “b”, da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 151, de 2004-CN (nº 543, na origem), projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005. Tal projeto de lei, recebido no Congresso Nacional, passou a tramitar como PL nº 51/2004-CN.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do que estabelece a Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, coube-nos a honrosa missão de apreciar, na condição de Relator-Setorial, a proposta orçamentária na parte relativa a Área Temática X — Planejamento e Desenvolvimento Urbano, que inclui as Unidades enumeradas na epígrafe.

1.2. Apreciações gerais sobre a proposta do Poder Executivo.

No exame da proposta do Executivo coube-nos, como preliminar, atentar para a sua adequação às disposições legais em vigor, em particular para o que dispõe a Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005), doravante referida como LDO/2005, bem como as demais normas legais que regem a elaboração orçamentária, em particular as da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Quanto ao Plano Plurianual, a adequação leva em conta a lei em vigor (Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004), bem como os aspectos essenciais do projeto de revisão, que se encontra em tramitação no Congresso Nacional. Da mesma forma, na apreciação das emendas e no remanejamento dos recursos afetos à área sob nossa responsabilidade, levamos em conta as atribuições legais do Ministério das Cidades e do MPOG, incluídas suas entidades vinculadas e fundo, bem como as normas da Resolução nº 1, de 2001-CN, e do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei nº 51/2004-CN, aprovado na reunião ordinária de 25 de novembro de 2004, no âmbito desta Comissão Mista.

Na forma do projeto oriundo do Poder Executivo, o Orçamento do conjunto de unidades da Área Temática, para o ano de 2005, totaliza R\$5.451,0 milhões, sendo R\$3.371,9 milhões no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e R\$2.079,1 milhões no Ministério das Cidades. O detalhamento de tais recursos, por unidades orçamentárias e grupos de natureza da despesa, encontra-se indicado na “Tabela 1”, que V.Exas. receberam, no anexo que foi distribuído.

Observa-se, contudo, que, deduzidas as alocações para despesas com pessoal, juros, amortização da dívida e reserva de contingência, o orçamento da Área Temática se reduz para R\$ 1.374,8 milhões, dos quais R\$ 833,6 milhões estão alocados ao Ministério das Cidades e suas entidades vinculadas.

Em vista das proteções legais que cercam os gastos com pessoal, juros e amortização da dívida, reforçadas pelas restrições impostas pelo Parecer Preliminar, restringiremos nossas apreciações ao que denominamos “orçamento real da área temática”, cuja base de cálculo parte do valor citado no parágrafo anterior, ou seja: R\$ 1.374,8 milhões. Esse valor requer outras deduções para que se apure o orçamento efetivamente programável na área temática, como se pode perceber quando se analisa a programação da despesa por fontes de recursos.

Com o sentido de possibilitá-lo, incluímos em nosso Relatório, sob a forma de anexo, a “Tabela 2”, na qual a despesa se acha detalhada, segundo os grupos de despesas, “outras



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras”, por unidades e fontes de recursos. Nessa fica evidente que apreciável parcela das alocações na área temática é custeada por fontes de limitada flexibilidade do ponto de vista de sua aplicação. Isso ocorre com as fontes: 148 (recursos derivados empréstimos externos), com R\$ 270,9 milhões; 150 (recursos diretamente arrecadados), com R\$ 27,9 milhões; 250 (recursos próprios não financeiros), com R\$ 113,8 milhões, e 280 (recursos próprios financeiros), com R\$ 6,7 milhões. Em seu conjunto, os créditos fundados nessas fontes montam a R\$ 419,3 milhões. Algumas dessas restrições geram outras limitações, como ocorre com a fonte 148, que exige contrapartidas sob a forma de recursos livres.

No presente orçamento, casos como esse respondem por contrapartidas de R\$ 99,5 milhões, dos quais R\$ 86,6 milhões somente nas unidades orçamentárias Ministério das Cidades e CBTU.

A “Tabela 3” detalha a distribuição dos recursos dos GNDs 3, 4 e 5 por fonte, nas duas grandes áreas em que se desdobra a Área Temática. Nela é possível notar a importância relativa de cada uma das fontes do conjunto das despesas da área. Como se pode observar, as fontes 148, 150, 250 e 280 respondem, combinadamente, por 30,5% dos recursos aplicados em “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras”.

São peculiaridades como essas que rebaixam a base de cálculo do orçamento da área temática, passível de ajustes, para apenas R\$855,9 milhões. Esse número, contudo, não é final, pois há outros limites e restrições, a exemplo das referentes a benefícios devidos a servidores públicos federais, alocados nas unidades orçamentárias que compõem a área temática, cuja natureza os preserva de eventuais remanejamentos, assim como os relativos a cumprimento de sentenças judiciais. De igual modo, as contribuições a fundos, organismos e entidades internacionais, devidas pelo Brasil em razão de compromissos assumidos e, via de regra, irretratáveis no curto prazo. A dedução dessas contribuições, combinada à dos créditos alocados ao pagamento de benefícios ao servidor, respondem pela redução do “orçamento real da área temática” para R\$635,5 milhões. Porém, nesse montante se acham incluídos R\$352,0 milhões num amplo espectro de ações finalísticas, que incluem abastecimento de água, sistemas de esgotos sanitários, sistemas de resíduos sólidos, adequação de vias urbanas, habitações de interesse social, pesquisas econômicas e estatísticas, treinamento de recursos humanos, educação e segurança de trânsito e melhorias dos sistemas de trens urbanos, além de R\$ 55,0 milhões para o pagamento de indenização a anistiados políticos, nos termos da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

1.3. Evolução das alocações orçamentárias nas áreas temáticas.

Deduzidas as parcelas relativas às provisões para gastos especiais com pessoal, centralizadas no MPOG, nota-se que a programação de recursos para o exercício de 2005 supera, em montante, a observada em exercícios anteriores. Com relação ao exercício de 2004, esse fato se demonstra verdadeiro na comparação do projeto de 2005 tanto com o projeto de 2004 quanto com os créditos autorizados na lei orçamentária para este exercício. Se, entretanto, forem consideradas as provisões relativas a gastos com pessoal, o que se verifica é a redução dos créditos orçamentários propostos para 2005 em face dos para anos anteriores, notadamente para 2004. Esse comportamento está retratado na “Tabela 4”, a que V.Exas. podem ter acesso.

Evolução das alocações orçamentárias por Unidades e GNDs.

As unidades orçamentárias MPOG, IBGE, Ministério das Cidades e CBTU abrangem a maior parte dos créditos na área temática, ou seja, cerca de R\$ 4.959,2 milhões. Esse montante representa 91% do total dos créditos programados para o setor. A evolução das alocações nessas unidades se acha detalhada nas “Tabelas 5-A, 5-B, 5-C e 5-D”, em anexo.

Cumpra observar que a redução nas alocações do MPOG, para gastos com *Pessoal e Encargos Sociais* (GND 1), em relação a 2003 e 2004, não deriva propriamente da contenção nos gastos do Ministério, mas sim da redução nos montantes “provisionados” para despesas gerais da Administração Federal nesse tipo de gasto. Como nos anos anteriores, o Governo centralizou nessa unidade orçamentária os recursos para os gastos relativos a benefícios legais destinados à Administração Federal como um todo. Tais gastos totalizam, no projeto em análise, R\$959,7 milhões, contra R\$3.003,7 milhões no Orçamento de 2004. Portanto, deduzidas tais alocações, os recursos para *Pessoal e Encargos* na unidade orçamentária se reduzem para R\$1.067,3 milhões, valor bastante superior aos R\$512,4 milhões destinados, de fato, para os gastos com pessoal e encargos da unidade no ano de 2004. Porém, se deduzidas as parcelas, em 2004 e 2005, o orçamento da MPOG apresenta um crescimento de 6,2%.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No que tange aos R\$63,6 milhões em inversões financeiras, se referem às obrigações assumidas pelo Governo brasileiro junto a organismos internacionais como o BID, a Corporação Andina de Fomento, o FUMIN, a Corporação Interamericana de Fomento, o Fundo Africano de Desenvolvimento, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola e outros, situando-se em patamar bem inferior à média dos efetivamente realizados nos últimos 5 anos.

No IBGE, como se pode notar, as alocações se apresentam consonantes com o usual nos últimos anos. A elevação de 18% em relação ao seu orçamento em 2004 se explica pela expansão nos gastos com pessoal (mais 24% em relação à LOA 2004), fato justificável pelo fato de as dotações de 2004 estarem sendo objeto de suplementação. Nas demais categorias de gasto ocorrem expressivas reduções, como se acha evidenciado na “Tabela 5-B” em anexo.

No Ministério das Cidades, os números constantes na “Tabela 5-C”, em anexo, evidenciam a crônica limitação dos recursos alocados na sua programação, em comparação com os valores constantes das Leis Orçamentárias dos anos precedentes. Cabe destacar que, dos R\$232,2 milhões previstos para investimentos em 2005, nada menos que R\$97,1 milhões são relativos a recursos de operações de crédito vinculadas a programas como o PASS, HABITAR BRASIL, CONVIVER e PAT/PROSANEAR e R\$54,9 milhões destinados a propiciar a necessária contrapartida aos recursos de tais operações de crédito. A nível agregado o orçamento proposto para a unidade expressa um crescimento de 43,8% sobre o PLO/2004, derivado das maiores alocações para despesas em investimentos e outras despesas correntes.

Quanto à CBTU, como pode ser observado na “Tabela 5-D”, em anexo, as alocações para os gastos de custeio, ou seja, R\$222,4 milhões para pessoal e R\$176,7 milhões para outras despesas correntes, se apresentam coerentes com as alocações nos anos anteriores, em especial com as na LOA 2004, sobretudo se considerado que tais dotações estão sendo objeto de suplementações por meio de créditos adicionais ora em tramitação no Congresso Nacional. No que se refere aos investimentos, ocorre uma redução de 16,1% em relação aos valores propostos para a unidade no PLO/2004.

1.4. Orçamento nominal versus orçamento programável.

Conforme já deixamos assinalado, o limitado valor dos recursos “teoricamente livres” para investimentos na área temática, ou seja, R\$157,0 milhões, combinado com as restrições e condições — legais e regimentais — sobre as receitas e despesas, torna o orçamento da área pouco suscetível a mudanças. Cabendo lembrar que parte desses R\$157,0 milhões sofre outras restrições, como, por exemplo, o fato de serem custeadas também com receitas próprias.

Ao nível geral, as limitações existentes ficam bem evidentes na “Tabela 6”, a seguir, que demonstra o nível de rigidez a que está submetido o orçamento desta área temática, em razão das restrições legais e regimentais que limitam a atuação da Relatoria-Setorial, como V.Exas. podem ver na “Tabela 6”.

1.5. Regionalização da Programação.

A regionalização dos investimentos programados na Área Temática apresenta situação crítica similar à constatada no PLO/2004, ou seja, apenas R\$215,4 milhões se acham regionalizados, dos quais R\$129,0 milhões no âmbito da CBTU e TRENSURB, correspondentes a 56,2% do montante de investimentos programados na Área Temática.

Chamo a atenção dos senhores para o fato de que, no Ministério das Cidades, 82,65% de todos os recursos estavam nacionalizados quando assumimos a Relatoria. Fizemos uma divisão, e hoje se acham nacionalizados 55,44%. O Centro-Oeste, que não tinha meio por cento, foi para 4,61%. O Nordeste, de 8,77% para 19,59%; o Norte, de 0,26% para 3,18%; o Sudeste, de 2,76% para 9,13%; o Sul, de 5,06% para 8,05%.

2. Análise da Execução Orçamentária Recente.

Em atenção ao que estabelece a Resolução nº 1/2001-CN, em seu art. 30, II, a Relatoria-Setorial empreendeu a análise da execução orçamentária “recente” das unidades orçamentárias abrangidas pela área temática. Como despesas “executadas” foram tomadas as “despesas pagas”, por entender que tais são as únicas que expressam, efetivamente, a realização dos gastos. Como execução “recente” foram adotadas as despesas relativas ao período 2002 a 2004, devidamente considerado que a execução de 2004 apontada nos demonstrativos a seguir se refere à posição existente no início de novembro e que a LOA/2004 ainda será alterada por uma série de créditos adicionais em apreciação no Congresso Nacional.

O resultado das apurações feitas pela Relatoria-Setorial, por unidades orçamentárias, se acha expresso nas “Tabelas 7-A, 7-B, 7-C, 7-D e 7-E, 7-F, 7-G e 7-H”, em anexo.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No caso da unidade MPOG, embora esta unidade apresente um reduzido percentual de execução orçamentária em 2004, se deduzida a parcela alocada para gastos com pessoal e encargos sociais destinada a cobrir gastos gerais do Poder Executivo, a execução agregada se eleva para cerca de 76% do total autorizado. Não obstante, é forçoso reconhecer que os níveis de execução nos GNDs, Investimentos e Inversões Financeiras expressam grande contraste em relação aos níveis dos anos anteriores.

Quanto ao IBGE, sua execução agregada totaliza despesas pagas equivalentes a 71% da despesa autorizada, constando-se um nível muito baixo apenas na execução relativa aos investimentos, onde foram pagas apenas 3% da dotação autorizada.

No IPEA, a execução orçamentária de 2004 se acha em consonância com a dos exercícios anteriores, seja no que se refere aos gastos com pessoal e encargos, seja no que tange aos gastos de custeio, com 55% do autorizado, seja nos investimentos, com 78% do autorizado. Aplicam-se à ENAP as mesmas considerações feitas em relação ao IPEA, situando-se a sua execução agregada em 66% da despesa autorizada.

No Ministério das Cidades, unidade responsável pela programação nas áreas de Habitação, de Desenvolvimento Urbano e de importantes programas da área de Saneamento, a execução orçamentária dos investimentos apresenta um quadro preocupante, já que, até meados de novembro, haviam sido pagos apenas R\$101,4 milhões, correspondentes a 11% do montante autorizado. Chamo a atenção de V.Exas.: até novembro, apenas 11% do volume autorizado foi gasto pelo Ministério das Cidades. A nível agregado, sua execução ficou em apenas 18% da despesa autorizada.

Na TRENURB, a execução agregada situa-se no patamar dos 55% do autorizado, não muito distante do desempenho final nos anos de 2003 e 2004, porém, na categoria investimentos, os resultados são igualmente preocupantes, já que esses ficaram em apenas 17% dos R\$22,6 milhões autorizados. Esse quadro apresenta forte contraste com o que ocorreu no âmbito da CBTU, que, com despesas pagas equivalentes a 59% do orçamento autorizado, contabilizava, como pagos, em meados de novembro, 65% dos investimentos e 68% das despesas de custeio.

Devido a isso, V.Exas. vão entender o fato de nosso relatório destinar recursos apenas para obras que podem ser concluídas e não para as que têm qualquer tipo de irregularidade ou impossibilidade, como o metrô de Belo Horizonte, de gastar mais do que determinado montante.

No FUNSET, os dados de execução colocam em evidência resultados bem melhores do que os dos anos anteriores, com execução superior a 64% das despesas autorizadas no GND 3, contra 46% e 49% nos anos de 2003 e 2002, respectivamente.

Ao nível das principais ações a cargo das unidades que integram a área temática, o panorama da execução no GND 4 acha-se retratado na “Tabela 8”, em anexo, que indica um nível de execução agregado de 57,3%, pelo conceito de “despesas empenhadas” e de 19,7%, se consideradas apenas as “despesas pagas”.

3. Créditos especiais e extraordinários em 2004.

A apreciação realizada pela Relatoria, em atenção ao que estabelece a Resolução nº 1, de 2001-CN, em seu art. 30, III, com relação aos créditos especiais e extraordinários aprovados ou em tramitação nos últimos quatro meses do exercício, evidenciou que, até 8/12/2004, encontravam-se na situação preconizada apenas dois créditos adicionais, quais sejam:

a) PLN nº 107/2004, abrindo crédito especial no valor de R\$6.290.000,00, alocando recursos ao Ministério das Cidades e CBTU para aplicações relacionadas aos sistemas de trens urbanos de Porto Alegre, Natal, Maceió e João Pessoa;

b) Medida Provisória nº 217/2004, abrindo crédito extraordinário no valor de R\$9.100.000,00, para o MPOG, para gastos no GND 3 da Unidade, relativos à cobertura de encargos contratuais com o SERPRO em razão da prestação de serviços ao SIAPE e SIASG.

Dada a natureza fragmentada das despesas no caso do crédito especial e o vulto típico dos gastos em sistemas de trens urbanos, esse crédito não deve ter maiores implicações no exercício de 2005, ainda que os gastos respectivos não possam ser integralmente realizados em 2004, ensejando sua reabertura em 2005. No caso do crédito extraordinário, a natureza dos compromissos que o motivaram não deve ensejar saldos para 2005.

4. Informações demandadas pelo parecer preliminar.

4.1. Obras com indicio de irregularidades.

Com relação às apreciações sobre “*Obras com irregularidades apontadas pelo TCU*”, constantes do PLN nº 51/04, requeridas pelo Parecer Preliminar, apenas uma obra foi identificada na programação da Área Temática, ou seja, a “*Implantação do Trecho Eldorado — Vilarinho do*



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte — MG”, da CBTU, no que se refere aos contratos 035-2002/DA e 023-2002/DA, obra que se acha prevista no PLO/2005 com o valor de R\$20.376.290,00.

4.2. Obras cujo valor ultrapassa R\$10,5 milhões.

Apesar de não terem sido informadas pelos órgãos que integram a área temática e não obstante o que estabelece o art. 18, § 3º, da LDO/2005 — “A falta de encaminhamento das informações previstas neste artigo implicará a não-inclusão da obra na lei orçamentária de 2005.” —, são apontadas, a seguir, as obras que se enquadram na situação prevista no artigo. V.Exas. podem ver no quadro.

4.3. Padrões de custos unitários médios adotados.

Quanto aos padrões de custos unitários médios usados como referenciais para o acolhimento de emendas — cuja informação é demandada pelo item 24.3 do Parecer Preliminar —, a Relatoria adotou os custos explicitados nas “Instruções para a Elaboração de Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2005”, reproduzidos na “Tabela 9”, em anexo.

5. Emendas à programação das unidades da área temática.

A Área Temática abrangida pela Relatoria recebeu um total de 1.586 emendas, sendo 118 coletivas e 1.468 individuais. Em termos de sua distribuição por programas e ações mais expressivas, tais emendas apresentam a distribuição do quadro que V.Exas. podem ver no relatório.

As emendas coletivas totalizaram solicitações no montante de R\$8.192,0 milhões, sendo R\$7.537,0 milhões nas 110 Emendas de Bancadas Estaduais, R\$40,0 milhões na emenda (única) de Bancada Regional e R\$615,0 milhões nas 7 Emendas de Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. As 1.468 emendas individuais — 1.410 de Deputados e 58 de Senadores —, por sua vez, totalizaram proposições no montante de R\$515,3 milhões, com grande ênfase nas ações relativas à infra-estrutura urbana.

Seguindo o procedimento adotado nos anos anteriores, os erros de enquadramento setorial de proposições foram sanados por meio da transferência das emendas para as áreas temáticas apropriadas. Nesse sentido, foram transferidas para a área temática Saúde as emendas nºs 1064.0005, 1700.0007 e 1700.0013, pelo fato de as localidades não terem população compatível com a programação a cargo do Ministério das Cidades. Por motivo similar, foram transferidas para a Área Temática Integração Nacional e Meio Ambiente as emendas nºs 3593.0001 e 1334.0004. As emendas individuais nºs 1982.0001 e 1982.0017 tiveram seus valores ampliados para R\$350.000,00 e R\$300.000,00, respectivamente, em razão da reapropriação do valor alocado à emenda 1982.0008, que se evidenciou insusceptível de execução, em razão de restrições legais.

Quero chamar a atenção dos Deputados que apresentaram as referidas emendas, pedindo que consultem o Orçamento da União para ver onde elas estão.

6. Recursos para o atendimento às emendas.

A Relatoria mobilizou R\$1.115,3 milhões nos atendimentos realizados no âmbito da Área Temática. Desses, R\$ 1.075,3 milhões foram disponibilizados pela Relatoria-Geral e R\$40,0 milhões derivados de remanejamentos feitos pela Relatoria-Setorial para complementar os atendimentos dados às emendas. Dos recursos disponibilizados pela Relatoria-Geral, uma parcela de R\$515,3 milhões foi destinada ao atendimento das emendas individuais.

6.1. Recursos Disponibilizados pela Relatoria-Geral.

Dos recursos disponibilizados pela Relatoria-Geral, uma parcela de R\$18,7 milhões foi derivada de cancelamentos facultados pelo Parecer Preliminar, R\$515,3 milhões da dotação alocada na Unidade Reserva de Contingência e previamente definida como fonte de recursos para o atendimento às emendas individuais e R\$541,3 milhões de reestimativas de receitas.

6.2. Recursos remanejados no âmbito da Relatoria-Setorial.

Observadas as restrições fixadas pelo Parecer Preliminar, a Relatoria-Setorial adotou o critério de concentrar os remanejamentos no menor número possível de subtítulos para atingir os R\$40,0 milhões facultados nos investimentos. Essa orientação foi adotada por duas razões: a) pelo fato de os investimentos programados na Área Temática serem bastante restritos, como já ficou demonstrado; b) em razão da grande pulverização dos investimentos no âmbito do Ministério das Cidades. No que tange a essa última, tal programação se acha constituída por vasto número de pequenas alocações (em títulos relativos a ações de saneamento básico, habitações populares, reurbanização de assentamentos precários, planejamento urbano, entre outros de elevada prioridade social), sendo alguns desses desdobrados por regiões.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Desse modo, não tivemos outra alternativa senão a de impor reduções significativas nas programações de investimentos da CBTU (R\$16,0 milhões), bem como nas alocações em seis subtítulos do Ministério das Cidades (R\$20,4 milhões) e em quatro subtítulos das unidades do MPOG (R\$3,6 milhões), conforme demonstrado a seguir.

Importa salientar que o remanejamento mais expressivo, imposto à programação da CBTU, no subtítulo *“Implantação do Trecho Eldorado—Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte — MG”*, teve como fundamento o fato de a citada programação se achar constante da relação de obras com indícios de irregularidades, encaminhada pelo TCU ao Congresso Nacional, conforme salientado no item 4.1. deste Relatório. O pressuposto adotado pela Relatoria foi o de que, sanadas as atuais restrições, poderá a Relatoria-Geral readequar as alocações ainda no presente processo orçamentário. Se isso não for possível, caberá fazê-lo, posteriormente, por intermédio de crédito adicional.

7. Critérios para as decisões sobre as emendas — chamo a atenção de V.Exas para este ponto.

a) Critérios em relação às emendas individuais à despesa.

Não há grandes novidades. As emendas individuais relativas a programações das unidades orçamentárias abrangidas pela Área Temática apresentaram grande concentração nas ações típicas de apoio à infra-estrutura urbana, ou seja, as relativas a pavimentação urbana, adequação de vias urbanas, drenagem e assemelhadas, totalizando 1.270 emendas, ou seja, 80,0% do número total de emendas. Os dois outros grupos mais significativos foram: habitação popular, com 234 emendas (14,7% das emendas) e saneamento, com 58 emendas (3,5% das emendas).

Tendo em conta que as deficiências relativas a essas áreas afligem praticamente todas as Unidades da Federação e que a necessidade de equacionamento é plenamente reconhecida por todos os segmentos da sociedade, a Relatoria-Setorial adotou a orientação tradicional de apenas formalizar a aprovação de tais emendas, promovendo as correções técnicas e legais — como já demonstramos — necessárias à viabilização de sua posterior execução sem maiores percalços, com o cuidado de preservar o intento evidenciado pelos respectivos autores nas suas justificações.

b) Critérios em relação às emendas coletivas à despesa.

Com vistas a atuar de forma consistente na alocação dos recursos, a Relatoria-Setorial buscou sistematizar, de forma articulada, um conjunto de critérios que ensejassem o maior grau de justiça na distribuição dos recursos. Para tanto, tomou como base os critérios que vêm sendo adotados e defendidos no âmbito da Comissão Mista, combinados com alguns mecanismos de ajuste, com vistas a evitar a penalização das unidades da Federação que tenham apresentado muitas emendas nas programações relativas à Área Temática.

Assim, com base na experiência concreta dos Relatores que nos antecederam nesta área, percebemos que essa empreitada não seria fácil. Como tem sido asseverado por vários Relatores, a definição de critérios para alocar recursos é sempre uma questão complexa, pois as demandas são bem superiores aos recursos disponíveis e muitos os interessados que disputam tais recursos. Sob tal circunstância é praticamente impossível articular um critério ou um conjunto de critérios que seja satisfatório para todos os públicos envolvidos.

Tendo constatado que as emendas das Comissões Permanentes têm âmbito nacional ou institucional, pareceu-nos apropriado, diante da escassez dos recursos disponibilizados à Relatoria-Setorial para atendimento às emendas coletivas, transferir o seu mais apropriado atendimento para a órbita do Relator-Geral, inclusive pelo fato de grande parte das demandas a que se referem serem equacionadas por intermédio das emendas individuais e das emendas das bancadas estaduais, como ocorre no contexto das ações relativas aos programas de habitação, saneamento, infra-estrutura urbana, urbanização de assentamentos e adequação de vias. Assim, não obstante reconhecer seus méritos, só pudemos destinar R\$30,5 milhões para seu atendimento, alocando R\$5,0 milhões a cada uma das emendas relativas à execução de ações relativas à melhoria das cidades, e R\$0,5 milhão à emenda relativa a ações de desenvolvimento gerencial na área de planejamento governamental, a fim de não caracterizar a situação prevista no Item 26.2, da Parte B, do Parecer Preliminar. Por motivos assemelhados, foram destinados R\$4,0 milhões à emenda de bancada regional vinculada à Área Temática, ou seja, um valor próximo à média das alocações nas emendas das bancadas estaduais, recomendando à Relatoria-Geral que reexamine a possibilidade de complementar tais recursos.

Devidamente avaliadas as múltiplas alternativas que poderiam ser adotadas para orientar o processo de alocação de recursos às emendas das bancadas estaduais — pela combinação de variáveis como população, IDH, inverso da renda *per capita*, número de emendas, valor das



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

emendas, vulto dos atendimentos em anos anteriores, caráter estruturante dos investimentos — acabamos optando pela fórmula que nos pareceu a mais adequada, dentro das limitações existentes, para chegar a decisões revestidas de equilíbrio e racionalidade. Tal fórmula combina e sistematiza três variáveis significativas: a população, o inverso da renda *per capita* e o número de emendas na área temática. A primeira, assegurando proporcionalidade; a segunda, a redistributividade; e a terceira, valorizando a concentração de emendas na Área, ou seja: um terço dos recursos distribuídos proporcionalmente à população dos Estados; um terço dos recursos distribuídos pelo inverso da renda *per capita* de cada Unidade da Federação; e um terço dos recursos distribuídos proporcionalmente ao número de emendas na Área Temática.

Tais critérios observam a orientação redistributiva do texto constitucional (art. 165, § 7º), de que as alocações nos orçamentos devem ser feitas de modo a contribuir para a redução das desigualdades inter-regionais, propiciando um tratamento mais favorável aos Estados mais pobres, sem deixar de atender razoavelmente às demais unidades da Federação, além de levar em conta o número de emendas apresentadas pelas bancadas estaduais.

Como fator de ajuste, levamos em conta também as manifestações das vontades que nos foram trazidas pelas bancadas e as percepções sobre as diferenças que marcam as múltiplas realidades das diversas regiões que compõem esse complexo quadro conjuntural da realidade do nosso País. É nessa componente que se acha a explicação para algumas concessões, na aplicação dos critérios, os quais, repito, foram a principal diretiva adotada pela Relatoria. Assim o fizemos pela convicção de que, não fosse isso, despiciendo seria a instituição de Relatorias-Setoriais, podendo a alocação dos recursos disponibilizados ser realizada por meio de uma simples fórmula matemática ou de um programa de computador.

Ressaltamos, ainda, que os critérios supracitados foram aplicados sobre o montante remanescente à destinação de R\$150 milhões para importantes obras de transporte ferroviário urbano de passageiros, nos Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia, por ser tratarem de obras que, além de possuírem grande relevância para o equacionamento das necessidades de transporte das respectivas regiões metropolitanas, se acham em condições de mais expressiva implementação no ano de 2005.

Em relação às obras dessa natureza no Estado de Minas Gerais, observadas as pendências apontadas no item 4.1 deste Relatório, destinamos às obras de outro trecho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte (Calafate-Barreiro) valor equivalente à previsão de gastos, do Ministério das Cidades, para os exercícios de 2003 e 2004 (R\$5,4 milhões), tendo em vista que a previsão do Plano Plurianual para o período 2004/2007 é de R\$ 40,9 milhões para essa obra. Assim, os critérios supracitados foram aplicados sobre o montante de R\$415 milhões, ou seja: os R\$560 milhões disponibilizados pela Relatoria-Geral, somados aos R\$40 milhões remanejados pela Relatoria Setorial, reduzidos dos R\$150 milhões relativos às citadas obras de transporte ferroviário urbano e dos R\$34,5 milhões destinados às emendas de Comissões e da bancada regional.

8. Decisões sobre as emendas.

a) Emendas individuais à despesa.

Foram aprovadas as 1.468 emendas individuais dos Srs. Parlamentares, no montante de R\$515 milhões, integralmente cobertos com recursos oriundos de excedentes da reserva de contingência disponibilizados pela Relatoria-Geral.

A fim de poder dar acolhimento às emendas formalizadas pelos Srs. Parlamentares, foi necessário promover ajustes em muitas dessas para adequá-las aos instrumentos legais e/ou corrigir imperfeições técnicas, mantida a essência de cada proposição. Tal providência objetivou, também, assegurar uniformidade nas padronizações de subtítulos e classificações; compatibilizar as proposições com normas legais e regulamentares vigentes; e para ajustar as metas e respectivos quantitativos aos padrões estabelecidos e aos montantes alocados em cada emenda.

Sempre que possível, os gabinetes dos Parlamentares foram contatados para informá-los sobre os problemas ou obter informações complementares. Porém, em razão da limitada disponibilidade de tempo para ultimar o relatório, isso não foi feito enquanto a nossa assessoria entendeu, pelos elementos contidos na emenda, existir uma alternativa mais adequada para atender o pretendido pelo autor.

Por essa razão, recomendamos aos autores das emendas individuais que verifiquem atentamente como se acham aprovadas as suas emendas, a fim de que eventuais ajustes por nós realizados com o propósito de bem atender aos seus objetivos, que tenham sido mal interpretados, possam ser corrigidos em tempo a fim de preservar seus direitos e suas vontades.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

b) Emendas de bancadas estaduais à despesa.

No que se refere às emendas coletivas de autoria das bancadas estaduais, em número de 110, os recursos disponibilizados foram alocados com base nos critérios enunciados por esta Relatoria Setorial — ou seja, um terço proporcionalmente à população de cada Unidade da Federação, um terço pelo coeficiente do inverso da renda *per capita*, e um terço proporcionalmente ao número de emendas apresentadas —, ajustados pelos fatores corretivos já indicados. Da aplicação desse conjunto de critérios resulta o seguinte quadro de alocações que V.Exas. têm a seu dispor.

No caso das emendas de abrangência nacional e regional, em número de 8, sendo 7 de Comissões e 1 de bancada regional, como já salientado no item 7, essas foram aprovadas dentro dos limites possíveis à Relatoria, envolvendo alocações no montante de R\$34,5 milhões, com sua indicação ao Relator-Geral para avaliação quanto a possíveis alocações complementares.

d) Emendas de relator.

Observadas as restrições estabelecidas pela Resolução nº 1/2001-CN, não foram apresentadas emendas de Relator Setorial no âmbito desta área temática. Por outro lado, foi apresentada, no âmbito desta, uma emenda do Relator-Geral, com vistas a promover os cancelamentos no GND 4 fixados pelo item 15 da Parte B do Parecer Preliminar.

Assim, em resumo, esta Relatoria Setorial acolheu, parcialmente, todas as 118 emendas coletivas vinculadas à área temática sob sua responsabilidade, além das 1.468 emendas individuais.

Da aplicação dos critérios fixados resultaram as seguintes médias de alocações que V.Exas. têm à disposição.

9. Programação da área temática e Plano Plurianual.

No decorrer de seus trabalhos, a Relatoria não deparou com nenhuma inconsistência da programação proposta pelo Poder Executivo com o Plano Plurianual, adotando a premissa legal fixada pela LDO/2005, em seu art. 22, a faculdade de se levar em conta, além da Lei nº 10.933/04, também o projeto de lei de alteração do PPA.

No que se refere às emendas, individuais e coletivas, essas puderam se ajustar, em termos de enquadramento programático, na estrutura de programas e ações fixadas pelo PPA vigente, com exceção das ações relativas a sistemas de abastecimento de água e de esgotos sanitários, cujo limite populacional, para empreendimentos a cargo do Ministério das Cidades, segundo o que estabelece o projeto de revisão do PPA, foi elevado para 30 mil habitantes, ficando as localidades com população inferior a essa no âmbito de atuação do Ministério da Saúde.

10. Recomendações à Comissão Mista.

A Relatoria-Setorial, no desenvolvimento de suas atividades, defrontou com alguns problemas — não pôde resolver em seu próprio âmbito —, os quais merecem apropriado equacionamento.

Dentre as recomendações, são particularmente importantes as seguintes:

a) A conveniência de que a Relatoria-Geral reveja, no âmbito de suas apreciações e disponibilidades de recursos, a situação das alocações feitas às emendas coletivas, com vistas a complementar os recursos nos projetos de maior alcance social e/ou econômico;

b) A promoção de ajuste na classificação funcional da Ação 0580, vinculada ao Programa 1038 (Drenagem Urbana Sustentável), no PLN nº 51, de 2004-CN, que se acha erroneamente enquadrado na Função 17 (Saneamento) e na Subfunção 512 (Saneamento Básico Urbano), enquanto, pela sua natureza, essa deveria se achar classificada na Função 15 (Urbanismo) e na Subfunção 451 (Infra-Estrutura Urbana). Como é típico dessa área de atuação governamental, cumpre observar que as emendas apresentadas nesse programa e ação já se acham corretamente classificadas.

Erratas sobre alocação de recursos.

Errata do Relatório Planejamento e Desenvolvimento Urbano considera as seguintes alterações de conteúdo do relatório referente à Área Temática X com relação à Emenda nº 71.190.011, da bancada do Piauí — nº 56.101, do Ministério das Cidades, Ação nº 109-A (Implementação e Melhorias de Infra-Estrutura Urbana em Municípios de até 100 mil habitantes) —, fica alterado o valor aprovado no Parecer de R\$2 milhões para R\$5 milhões.

Com relação à Emenda nº 7.190.012, da bancada do Piauí — nº 56.101, do Ministério das Cidades, Ação nº 109-A (Implementação e Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana em Municípios com até 100 mil habitantes) —, fica alterado o valor aprovado no Parecer, de R\$5 milhões para R\$2 milhões.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A Proposta Orçamentária para 2005 considera a seguinte alteração do conteúdo do relatório referente à Área Temática X, com relação à Emenda nº 71.030.001, da bancada de Alagoas — nº 56.101, Ministério das Cidades, Ação nº 636 (Apoio à Implementação do Sistema de Abastecimento de Água em Município com população superior a 30 mil habitantes) —, fica alterado o valor aprovado no Parecer, de R\$6,5 milhões para R\$5,4 milhões.

Com relação à Emenda nº 71.030.009, da bancada de Alagoas, Ministério das Cidades, Ação nº 0578 (Apoio, Implementação e Ampliação do Sistema de Drenagem Urbana), fica alterado o valor aprovado no Parecer de 6,5 milhões de reais, para 5,4 milhões.

Com relação à Emenda nº 71.030.011, da bancada de Alagoas — Ministério das Cidades (Implementação e Melhoria da Infra-Estrutura Urbana em Municípios com até 100 mil habitantes) —, fica aprovado o valor aprovado no Parecer, de R\$6,5 milhões para R\$5,4 milhões.

Com relação à Emenda nº 7.103.014, da bancada de Alagoas — Ministério das Cidades, Ação nº 590 (Apoio a Projeto de Corredor Estrutural de Transportes Coletivos Urbanos) —, fica aprovado o valor aprovado no Parecer, de R\$6,5 milhões para R\$5,4 milhões.

Com relação à Emenda nº 71.030.013, da bancada de Alagoas — Ministério das Cidades, Ação nº 578 (Apoio e Implementação de Sistema de Drenagem Urbana Sustentável) —, fica alterado o valor no Parecer, de R\$1 milhão para R\$5,4 milhões.

Considero as seguintes alterações no conteúdo do relatório referente à Área Temática X com relação à Emenda nº 711.900.009, da bancada do Piauí — nº 56.101, Ministério das Cidades, Ação nº 109-B (Obra de Infra-Estrutura em Municípios de médio e grande porte) —, fica alterado o valor aprovado no Parecer, de R\$7 milhões para R\$2,5 milhões.

Com relação à Emenda nº 71.190.018, da bancada do Piauí — Ministério das Cidades (Obras de Infra-Estrutura Urbana em Municípios de médio e grande porte) —, fica alterado o valor aprovado no Parecer do GND 4, de R\$2 milhões para R\$6,5 milhões, mantido o valor aprovado no Parecer do GND 4, de R\$500 mil.

Todas essas alterações foram solicitadas pelos respectivos autores.

II. Voto do Relator.

Face ao exposto, somos pela aprovação do PLN nº 51, de 2004, do Congresso Nacional, na forma de Mensagem nº 151, de 2004, do Congresso Nacional, relativamente aos órgãos orçamentários afetos a esta Área Temática, isto é, ao Ministério das Cidades e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com as alterações derivadas das emendas aprovadas por esta Relatoria Setorial, conforme discriminado nos Anexos.

Portanto, Sr. Presidente, este é o nosso relatório, com o definido voto do Relator pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Abelardo Lupion.

Informo que outras 3 reuniões estão acontecendo neste momento: a do Comitê de Emendas, a do Comitê de Receitas e outra com o Senador Romero Jucá. Portanto, vamos suspender esta reunião para retomá-la às 14h30min.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS - Sr. Presidente, antes peço a leitura da substituição de membro do PSDB havida hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não estou ouvindo, Deputado Ronaldo Dimas...

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS - Houve uma substituição: o Deputado Anivaldo Vale não pôde vir hoje, e estou em seu lugar. Gostaria que V.Exa. confirmasse a substituição; é preciso fazer a leitura do ato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Já veio o ofício?

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS - Já deve estar aí com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - É preciso o ofício, Deputado Ronaldo Dimas...

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS - Já foi entregue.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - ... da Mesa do Senado.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS - Já foi entregue. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois não. Será feita a leitura do ato da substituição.

Pois não, Deputado Moka.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA - Sr. Presidente, quanto ao decreto legislativo apresentado pelo ilustre Deputado Abelardo Lupion para corrigir e sanar aquela falha da medida



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

provisória, lamentavelmente, o Senado não entendeu isso como errata e pediu que fosse votado aqui na Comissão ainda hoje, para ser submetido à sessão do Congresso Nacional. Estou levantando esta questão a V.Exa. para que a gente pudesse fazer isso ainda hoje, porque se trata apenas e tão-somente de um decreto legislativo que quer, na verdade, dar embasamento jurídico a uma medida provisória que caducou por não ter sido votada a tempo no plenário da Câmara dos Deputados.

Quero submeter a V.Exa. a urgência da reapresentação desse decreto legislativo, para que a gente possa ainda hoje votá-lo na sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vamos consultar as Lideranças partidárias, Deputado Moka, e já decidiremos essa questão.

Vou fazer a leitura do ofício.

O Presidente José Sarney dirige-se em ofício ao Presidente da Comissão Mista de Orçamento indicando o Deputado Ronaldo Dimas como membro titular para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Anivaldo Vale.

Está lido. Fica valendo desde já a substituição.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Sr. Presidente, pela ordem. Quero fazer um apelo a todos os nossos pares com relação ao que o Deputado Moka acabou de explicar. Já foi aprovado por esta Comissão e votado no Congresso Nacional um termo que não permite que o Ministério da Agricultura possa usar os recursos destinados a ele, principalmente para o combate à febre aftosa. Esse assunto é, para nós, de extrema importância. Então, gostaria de fazer um apelo a todos os pares, a todos os partidos, para que pudéssemos votar isso agora e depois submetermos essa decisão a votação na sessão do Congresso, para que possamos dar vazão a esses recursos. Do contrário, vamos ter um comprometimento sanitário no País.

Portanto, essa questão é muito importante. E quem está falando é um Deputado da Oposição. Faço este apelo a todos os nossos pares, pois se trata de uma questão de segurança sanitária nacional. Faço este apelo para que votemos isso agora, Deputado Jovair.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente, pela ordem.

Entendemos que nenhuma das matérias que tratamos aqui não tenha importância fundamental para o País. Mas, realmente, a questão da febre aftosa é algo urgente, principalmente em Estados agropecuários como o nosso, Goiás, e outros, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná. Então, é importante que a gente possa estar votando isso agora.

O PTB vai abrir mão de qualquer verificação e vai acompanhar a votação.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Obrigado, Deputado Jovair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Então, não havendo nenhum obstáculo, vou ler a alteração feita no Decreto Legislativo nº 14, conforme já foi explicado pelos Deputados Moka e Lupion, que "*disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 196, de 2 de julho de 2004*".

Foi detectada a existência de erro material no disposto no parágrafo único do art. 1º, havendo necessidade de correções e ajustes técnicos, conforme se seguem. Onde se lê "*Parágrafo Único. Ficam convalidados os atos administrativos derivados da Medida Provisória mencionada no caput deste artigo e iniciados por força do art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei 8.666, de 1993*", leia-se lê "*Parágrafo Único. Ficam convalidados os atos administrativos derivados da medida provisória mencionada no caput deste artigo e iniciados por força da Lei 8.666, de 1993*".

Esclarecemos oportunamente que esta correção não envolve o mérito da proposição.

Portanto, vou colocar em votação a alteração desse parágrafo único.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com a alteração permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

APROVADA.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, abstenho-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Eduardo Valverde se abstém. Será anotado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, está aprovada a alteração, Deputado Moka. Agora ela vai ser submetida ao Plenário do Congresso Nacional, que, parece, está com sessão marcada para ainda hoje. Só não sei se já está confirmada.

Vamos suspender agora a reunião. Retomaremos os trabalhos às 14h30min.

Já combinei com o Senador João Ribeiro que o relatório dele será o primeiro a ser discutido.

Portanto, a partir das 14h30min retomaremos os trabalhos, com a discussão do Relatório Setorial nº 1, do Senador João Ribeiro.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA - Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Foi uma boa lembrança, Deputado Moka. Muito obrigado.

Está suspensa a reunião. Retomaremos os trabalhos às 14h30min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a primeira reunião extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 36 (itens remanescentes), 38, 39, 40, 41 e 42, de 2004.

Passa-se à Ordem do Dia.

Pauta nº 42.

Item nº 1.

Apreciação do relatório apresentado aos Avisos nºs 079, 091, 092-005, 092-008, 092-016, 092-019, 092-020, 092-022, 092-026, 092-035, 092-038, 092-040, 092-052 e 092-056, de 2002, do Congresso Nacional; nºs 039 e 103, de 2003-CN; nºs 017, 024, 027, 031, 032, 033, 038, 049 e 051, de 2004-CN, que tratam de acórdãos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União acerca de obras com indícios de irregularidades graves.

O Relator é o Deputado Claudio Cajado, e o voto foi pela suspensão e/ou autorização da execução parcial ou total, na forma do projeto de decreto legislativo apresentado ou pelo arquivamento da matéria.

O relatório foi alterado em 21 de dezembro de 2004.

Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado, para apresentar o relatório.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, trata o presente parecer dos Avisos nºs 079, 091, 092-005; 092-008, 092-016, 092-019, 092-020, 092-022, 092-026, 092-035, 092-038, 092-040, 092-052 e 092-056, de 2002, do Congresso Nacional; nºs 039 e 103, de 2003, do Congresso Nacional; e nºs 017, 024, 027, 031, 032, 033, 038, 049 e 051, de 2004, do Congresso Nacional, que tratam de acórdãos do Tribunal de Contas da União-Plenário acerca de obras com indícios de irregularidades graves, pendentes de apreciação pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A centralização dos pareceres desses avisos com o único Relator se faz pertinente, uma vez que o prazo é exíguo para apreciação e tramitam nesta Comissão matérias relacionadas às Leis Orçamentárias.

Nesse sentido, examinam-se os assuntos constantes dos avisos relacionados no Anexo I.

As obras objeto que apresentarem indícios de irregularidades graves apontados em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União devem ser incluídas no Anexo VIII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004 (Lei Orçamentária Anual de 2004), nos termos do art. 93, *caput*, da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003 (LDO/2004), que assim mencionou:

“O projeto de lei orçamentária anual e a respectiva lei poderão contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União, permanecendo a execução orçamentária, física e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista, de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, nos termos do § 6º deste artigo”.

Portanto, a alteração do Anexo VIII da Lei Orçamentária Anual de 2004, de acordo com a LDO, está a cargo desta Comissão Mista, cuja decisão de “exclusões ou inclusões dos subtítulos,



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

contratos, convênios, parcelas ou subtrechos no rol em anexo à Lei Orçamentária observará decreto legislativo elaborado com base nas informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União, que nelas emitirá parecer conclusivo a respeito do saneamento dos indícios de irregularidades graves apontados”, e terá caráter terminativo, nos termos do Regimento Comum do Congresso Nacional.

É o relatório.

Voto.

A análise das matérias em questão encontra-se efetuada nas peças em anexo, que se considera parte integrante deste meu parecer.

Com base em suas disposições, voto no sentido de que esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização:

- a) tome conhecimento dos avisos relacionados no Anexo 1;
- b) inclua no Anexo VIII da Lei nº 10.837 (Lei Orçamentária Anual de 2004), na forma do projeto de decreto legislativo (Anexo 29), os empreendimentos relacionados no Anexo 2;
- c) exclua do Anexo VIII da Lei Orçamentária Anual de 2004, na forma do projeto de decreto legislativo (Anexo 29), os empreendimentos relacionados no Anexo III;
- d) solicite ao Tribunal de Contas da União que informe, no prazo de 15 dias, os empreendimentos referentes aos convênios e contratos de repasse elencados no Item 9.2 do Acórdão nº 1.936, de 2003 — TCU (Plenário), que não estão concluídos ou não se apresentam em plenas condições de uso pela sociedade, bem como apresente uma breve descrição do estado de cada um desses empreendimentos quando da última fiscalização realizada pela SECEX de Minas Gerais; e

e) autorize o arquivamento dos autos.

Sala da Comissão, em 21 de dezembro de 2004.

Estão lidos o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Relator, consta do rol de obras com indícios de irregularidades a construção de trechos rodoviários na BR-319, no Estado do Amazonas. Essa rodovia liga a cidade de Porto Velho a Manaus e foi pavimentada na década de 70. Durante um tempo serviu como via de integração entre Rondônia e Amazonas. Na década de 80 foi abandonada em função de erros na sua concepção originária, deteriorou-se e, na década de 90, a sua recuperação foi retomada. Evidentemente, na época em que foi retomada a sua recuperação, houve irregularidades. Tanto que o TCU fez constar do rol de obras irregulares esse trecho.

A pergunta que faço ao Sr. Relator é a seguinte: o que está faltando para que sejam levantadas essas irregularidades?

É uma estrada de extrema importância, pois liga 2 Estados e é a única via de acesso do norte do Amazonas ao centro-oeste, ao sudeste e ao sul do Amazonas, ao Município de Humaitá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Eduardo Valverde, qual é o aviso?

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - É o Aviso nº 33. Consta do relatório como incluído no Aviso nº 33.

Essa inclusão já perdura 5 anos. Parte da obra já foi concluída, e um trecho já foi recuperado. Conforme estabelece a Lei Orçamentária, em caso de irregularidades, se for possível, mantém-se a vedação ao trecho irregular e liberam-se os regulares. Isso é possível. Se não for dada continuidade à restauração da rodovia, o que já foi restaurado vai se perder com o tempo. Com isso, o investimento alocado para aquela recuperação vai se perder. Há 4 anos e meio a obra está parada.

Repito: é uma via de integração de extrema importância tanto para o Estado do Amazonas quanto para o Estado de Rondônia.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Deputado Eduardo Valverde, na verdade, seguimos literalmente a determinação do Tribunal de Contas da União.

V.Exa. pode verificar claramente, à pág. 39 do meu relatório, no Anexo 25, que a auditoria “verificou que ainda não havia ocorrido a contratação da empresa supervisora e, embora o DNIT já tenha delegado competência para a 1ª UNIT abrir o competente processo licitatório, essa unidade ainda não havia publicado o edital de licitação”.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, é uma questão que não tem como ser superada. Por isso consta dessa exclusão da Lei Orçamentária, inclusive com o voto do ex-Parlamentar desta Casa e eminente Ministro Adylson Motta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A matéria segue em discussão. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados o parecer do Relator.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O Item nº 2, também da Pauta nº 42.

Apreciação do relatório apresentado aos Avisos nºs 092-027, 092-047, 092-089, 092-091, 092-093, 092-100, 092-105, 092-109, 092-119, 092-133, 092-135, 092-149, 092-153 e 095, de 2002-CN; nºs 061, 076 e 087, de 2003-CN; e nºs 011, 025, 039, 040, 043, 046, 050, 052, 055, 057, 058, 059 e 060, de 2004-CN, que tratam de acórdãos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União acerca de obras com indícios de irregularidades graves.

O Relator é o Deputado Márcio Reinaldo Moreira. O voto é pela suspensão e/ou autorização da execução parcial ou total, na forma do projeto de decreto legislativo em anexo ou pelo arquivamento da matéria.

O relatório foi alterado em 21 de dezembro de 2004.

Passo a palavra ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira para a apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Sr. Presidente. Sras. e Srs. Congressistas, trata o presente parecer dos Avisos nºs 092-027, 092-047, 092-089, 092-091, 092-093, 092-100, 092-105, 092-109, 092-119, 092-133, 092-135, 092-149, 092-153 e 095, de 2002-CN; 061, 076 e 087, de 2003-CN; e 011, 025, 039, 040, 043, 046, 050, 052, 055, 057, 058, 059 e 060, de 2004-CN, que tratam de acórdãos do TCU-Plenário acerca de obras com indícios de irregularidades graves, pendentes de apreciação pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A centralização dos pareceres destes avisos com um único Relator se faz pertinente, uma vez que o prazo é exíguo para apreciação e tramitam nesta Comissão matérias relacionadas às Leis Orçamentárias.

Nesse sentido, examinam-se os assuntos constantes dos avisos relacionados no Anexo 1.

As obras objeto que apresentarem indícios de irregularidades graves apontados em auditoria realizada pelo TCU devem ser incluídas no Anexo VIII da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004 (LOA/2004), nos termos do art. 93, *caput*, da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003 (LDO/2004), que assim mencionou:

“O projeto de lei orçamentária anual e a respectiva lei poderão contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves informados pelo TCU, permanecendo a execução orçamentária, física e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista, de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, nos termos do § 6º deste artigo”.

Portanto, a alteração do Anexo VIII da LOA/2004, de acordo com a LDO/2004, está a cargo desta Comissão Mista, cuja decisão de “exclusões ou inclusões dos subtítulos, contratos, convênios, parcelas ou subtrechos no rol em anexo à lei orçamentária observará o decreto legislativo elaborado com base nas informações prestadas pelo TCU, que nelas emitirá parecer conclusivo a respeito do saneamento dos indícios de irregularidades graves apontadas”, e terá caráter terminativo, nos termos do Regimento Comum do Congresso Nacional.

É o relatório.

Voto.

A análise das matérias em questão encontra-se efetuada nas peças em anexo, que se considera parte integrante deste parecer.

Com base em suas disposições, voto no sentido de que esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização:



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- a) tome conhecimento dos avisos relacionados no Anexo 1;
- b) inclua no Anexo VIII da Lei 10.837/2004 (LOA/2004), na forma do projeto de decreto legislativo (Anexo 34), os empreendimentos relacionados no Anexo 2;
- c) exclua do Anexo VIII da LOA/2004, na forma do projeto de decreto legislativo (Anexo 34), os empreendimentos relacionados no Anexo 3;
- d) altere o Anexo VIII da LOA/2004, na forma do projeto de decreto legislativo (Anexo 34), no que tange aos empreendimentos relacionados no Anexo 4; e
- e) autorize o arquivamento dos autos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A matéria está em discussão. *(Pausa.)*
Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação o parecer do Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Pauta nº 40.

Item nº 3.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 116/2004-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 75.300.000,00 (setenta e cinco milhões e trezentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Deputado Humberto Michiles.

Foram apresentadas 73 emendas.

O voto é favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

Tendo em vista que o Deputado Humberto Michiles está no Comitê de Emendas, peço ao Deputado Wellington Roberto que faça a leitura do relatório.

O voto é favorável, nos termos do substitutivo.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, trata-se do parecer ao Projeto de Lei nº 116, de 2004, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de 75 milhões e 300 mil reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Passo a ler o voto do Relator.

“II - Voto.

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO/2004 e à sua conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício de 2004 — LOA/2004 (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004).

Em atendimento ao art. 30, II, da Resolução nº 1, de 2001-CN, consta em anexo a execução orçamentária recente (acumulada até 26 de novembro de 2004) dos subtítulos objeto de suplementação (Anexo I) no crédito suplementar em análise.

Comunicamos ao Presidente desta Comissão a inadmissibilidade da Emenda nº 00001, por contrariar o inciso I do art. 29 da Resolução nº 1, de 2001-CN, ao contemplar subtítulo em unidade orçamentária não prevista no projeto de lei.

Comunicamos ao Presidente desta Comissão a inadmissibilidade das Emendas nº 00013, 00015, 00029, 00036, 00037, 00039, 00040, 00046, 00049, 00050, 00052 a 00054, 00056 a 00060, 00062 a 00069, por contrariarem o § 1º do art. 29 da Resolução nº 1, de 2001-CN, ao proporem a criação de subtítulos novos em projeto de lei de crédito suplementar.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não obstante o mérito e a relevância das proposições, optamos pela rejeição das Emendas nº 00002, 00004, 00007 a 00009, 00011, 00012, 00018 a 00026, 00032 a 00035, 00041 a 00043, 00045, 00048, 00051, 00055, 00061, 00070 a 00073, com vistas a evitar a descaracterização do crédito proposto.

Aprovam-se as seguintes emendas, nos valores e com os pareceres indicados abaixo:

- Emenda nº 00003: 2 milhões de reais — aprovada parcialmente;

- Emenda nº 00005: 1 milhão de reais — aprovada parcialmente;

- Emenda nº 00006: 1 milhão de reais — aprovada parcialmente;

- Emenda nº 00010: 1 milhão de reais — aprovada parcialmente;

- Emenda nº 00016: 1 milhão de reais — aprovada parcialmente;

- Emenda nº 00017: 500 mil reais — aprovada parcialmente;

- Emenda nº 00027: 1 milhão de reais — aprovada parcialmente;

- Emenda nº 00028: 1 milhão de reais — aprovada parcialmente;

- Emenda nº 00030: 5 milhões de reais — aprovada na totalidade;

- Emenda nº 00031: 1 milhão de reais — aprovada parcialmente;

- Emenda nº 00038: 2 milhões de reais — aprovada parcialmente;

- Emenda nº 00044: 500 mil reais — aprovada parcialmente;

- Emenda nº 00047: 2 milhões e 500 mil reais — aprovada parcialmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado.

Em conformidade com o estabelecido na alínea “o” do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, declaro inadmitidas as Emendas nºs 00001, 00013 a 00015, 00029, 00036, 00037, 00039, 00040, 00046, 00049, 00050, 00052 a 00054, 00056 a 00060, 00062 a 00069, conforme sugestão do Relator.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

O parecer do Relator está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Sobre a mesa requerimento de inclusão de matéria na Ordem do Dia, no seguinte teor:

“Requeiro, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do relatório ao PLN nº 95, de 2004, na Ordem do Dia da primeira reunião extraordinária desta Comissão, realizada no dia 21 de dezembro de 2004.

Sala das Comissão, 21 de dezembro de 2004”.

Assina o Deputado Claudio Cajado.

Sobre a mesa outro requerimento de inclusão de matéria na Ordem do Dia, no seguinte teor:

“Requeiro, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do relatório apresentado ao PLN nº 135, de 2004 na Ordem do Dia da primeira



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reunião extraordinária desta Comissão, realizada em 21 de dezembro de 2004.

Sala da Comissão, 21 de dezembro de 2004”.

O Deputado Wellington Roberto é o autor.

Não havendo quem queira discuti-los, declaro encerrada a discussão.

Em votação os requerimentos.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADOS.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADOS.

Vou pedir ao Deputado Claudio Cajado que faça a leitura do parecer ao PLN nº 135, cujo Relator é o Deputado Amauri Gasques.

O voto é pela aprovação, nos termos do projeto.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o PLN nº 135, de 2004, do Congresso Nacional, “dispõe sobre alterações dos Programas Gestão da Política dos Transportes, Corredor São Francisco, Corredor Leste, Corredor Transmetropolitano, Corredor Sudoeste, Corredor Mercosul e Corredor Nordeste, constantes do Plano Plurianual para o período 2004-2007, e dá outras providências”.

Passo a ler o parecer do Relator:

“I - Relatório.

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem 270, de 2004-CN, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 135, de 2004-CN, que dispõe sobre alterações dos Programas Gestão da Política dos Transportes, Corredor São Francisco, Corredor Leste, Corredor Transmetropolitano, Corredor Sudoeste, Corredor Mercosul e Corredor Nordeste, constantes do Plano Plurianual para o período 2004-2007 (Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004) — PPA 2004-2007.

(...)

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei em exame no prazo regimental.

É o relatório.

II - Voto do Relator.

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes e está compatível com o art. 5º do PPA 2004-2007, que prevê que ‘a alteração ou a exclusão dos programas constantes do Plano Plurianual, assim como a inclusão de novos programas, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual específico (...)’.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 135, de 2004-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo”.

Assina o nobre Relator, Deputado Amauri Gasques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Claudio Cajado.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em apreciação agora o PLN nº 95, cujo Relator é o Deputado Claudio Cajado, a quem peço que faça a leitura de seu parecer.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o Projeto de Lei nº 95, de 2004-CN, abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 368.481.871,00 (trezentos e sessenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, oitocentos e setenta e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.

II - Análise da matéria.

Do exame do projeto, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes.

Com efeito, encontram-se satisfeitas as disposições constitucionais do art. 167, incisos V e VI, que vedam a abertura de crédito suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, bem assim a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.

Da mesma forma, há perfeita conformação do projeto com as disposições constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2004, em especial quanto às prescrições dos §§ 5º, 6º e 11 do art. 63.

Das emendas apresentadas, 66 estão sendo indicadas para a inadmissão, nos termos dos arts. 20 e 29 da Resolução nº 1-CN, de 2001, por pretenderem inserir no presente crédito suplementar subtítulos não constantes da Lei Orçamentária em vigor (Emendas nºs 3, 13 a 16, 27, 45, 69 a 88 e 110 a 128), ou por oferecerem para cancelamento recursos de dotações não constantes do projeto de lei (Emendas nºs 5 a 7 e 28 a 41), ou vinculados a unidade orçamentária diferente daquela proposta na Emenda nº 109.

As Emendas nºs 8, 9 e 17 a 19 pretendem cancelar "cancelamentos", ou seja, preservar dotações que estão sendo oferecidas como fontes de recursos para atender ao crédito em questão. Propomos a rejeição das mesmas por implicarem redução no valor total do crédito, com evidentes prejuízos a ações suplementadas de indiscutível importância para o setor de saúde.

As Emendas nºs 4, 20, 26, 63 e 64, 89, 93 e 94, 100, 102 a 104, 107 e 108, por sua vez, propõem cancelar dotações classificadas na Lei Orçamentária como despesas de natureza obrigatória (RP1), o que contraria o disposto no item 11.10, IV, da Parte B do parecer preliminar que regeu a apreciação do Orçamento de 2004. Dessa forma, em face do que dispõe o art. 29, § 2º, da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, que determina aplicarem-se aos projetos de lei de crédito adicional as mesmas restrições quanto a receitas e cancelamentos existentes na apreciação da Lei Orçamentária, propomos a rejeição das referidas proposições.

Quanto às demais emendas, fica assim designado: as de nºs 1 e 2 — aprovo parcialmente o valor individual de 350 mil reais; as de nºs 10 a 12 ficam parcialmente aprovadas no valor individual de 170 mil reais; as de nºs 22 a 25 ficam parcialmente aprovadas no valor individual de 175 mil reais; as de nºs 46 e 47 ficam parcialmente aprovadas no valor individual de 200 mil reais; as de nºs 48 e 49 ficam parcialmente aprovadas no valor individual de 350 mil reais; a de nº 50 fica parcialmente aprovada no valor individual de 800 mil reais; a de nº 65 fica parcialmente aprovada no valor individual de 800 mil reais; as de nºs 66 e 67 ficam parcialmente aprovadas no valor individual de 350 mil reais; a de nº 68 fica parcialmente aprovada no valor individual de 450 mil reais; a de nº 90 também fica parcialmente aprovada no valor individual de 300 mil reais; a de nº 91 fica parcialmente aprovada no valor individual de 200 mil reais; a de nº 92 fica parcialmente aprovada no valor individual de 200 mil reais; as de nºs 95, 96 e 97 ficam parcialmente aprovadas no valor individual de 200 mil reais; as de nºs 98 e 99 ficam parcialmente aprovadas no valor individual de 450 mil reais; a de nº 101 fica parcialmente aprovada no valor individual de 500 mil reais; as de nºs 105 e 106 ficam parcialmente aprovadas no valor individual de 350 mil reais.

Ficam rejeitadas as emendas de minha autoria, de nºs 42, 43 e 44; as Emendas nºs 51 a 62, de autoria do Senador Efraim Moraes; e a de nº 21, do Deputado Bismarck Maia.

III - Voto do Relator.

Diante do exposto e tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 95, de 2004, do Congresso Nacional, na forma do substitutivo em anexo.

Estão lidos o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Nos termos dos arts. 20 e 29 da Resolução nº 1, declaro inadmitidas as Emendas nºs 3, 13 a 16, 27, 45, 69 a 88 e 110 a 128, conforme sugestão do Relator.

A matéria está em discussão.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Pauta nº 39.

Item nº 6.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 109, de 2004, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$80.484.705,00 (oitenta milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, setecentos e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente e dá outras providências”.

Relatora: Deputada Rose de Freitas.

Foram apresentadas 104 emendas.

O voto é favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

A nobre Relatora está com a palavra, para a apresentação do parecer.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, foram apresentadas 104 emendas ao PL nº 109, de 2004.

Das 104 emendas apresentadas, as de nºs 15 a 28, 30 a 34, 52 a 68, 70 a 73, 75 e 88 a 103 propõem a inclusão/alteração de subtítulos novos, contrariando assim o que dispõe o art. 29, §1º, da Resolução nº 01/2001, do Congresso Nacional, e alterações, e com o disposto no art. 63, § 6º, da Lei nº 10.707, de 2003 (LDO/2004), que restringe cada projeto de lei a um único tipo de crédito adicional.

Portanto, nos termos do art. 50, § 1º, do Regulamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, propomos a inadmissão das referidas emendas.

As Emendas nºs 2, 37 e 40 indicaram cancelamentos inválidos ou não indicaram os recursos compensatórios, conforme exige o art. 166, § 3º, II, da Constituição Federal, e o art. 21, II, da Resolução nº 1/2001, do Congresso Nacional, motivo pelo qual propomos a inadmissão das 3 emendas, com base no que dispõe o art. 46 do Regulamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foi-me possível acatar integralmente as Emendas nºs 3, 6, 29, 74, 79 e 84, e parcialmente as de nºs 1, 11, 12, 38, 41, 42, 43, 50, 76, 77, 87 e 104, rejeitando-se as 26 emendas restantes devido à insuficiência de recursos disponíveis para o atendimento dos pleitos, em que pese seu reconhecido mérito. Em quadro anexo a este relatório acham-se elencadas as decisões tomadas em relação a cada emenda.

Voto.

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2004-2007 (Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004), à conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2004 — LDO/2004 (Lei nº 10.707, de 31 de julho de 2003), e a Lei Orçamentária vigente (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004).

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 109, de 2004-CN, na forma do substitutivo apresentado em anexo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Machado) - Em conformidade com o estabelecido na alínea “o” do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, declaro inadmitidas as Emendas nºs 2, 15 a 28, 30 a 34, 37, 40, 52 a 68, 70, 73, 75 e 88 a 103, conforme sugestão da Relatora.

A matéria está em discussão.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, já discutimos o projeto hoje e decidimos liberá-lo, pois trata de recursos do Ministério da Integração Nacional, que, entendemos, estão no limite. Caso não seja aprovado, não mais será possível utilizar os recursos que devem estar disponíveis.

O nosso voto é favorável.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA - Sr. Presidente, a Relatora fez realmente magnífico trabalho.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É pública a grande insatisfação do Ministério, contornada pela habilidade da Relatora. Caso contrário, a apreciação desse projeto causaria muito mais problemas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Machado) - Sobre a mesa requerimento, do Deputado Virgílio Guimarães, que solicita a aprovação da Emenda nº 37, de sua autoria.

Informo que não há possibilidade de o requerimento ser aprovado, porque já houve manifestação da Relatora pela sua inadmissibilidade.

Encerrada a discussão.

Sobre a mesa o Requerimento de Destaque nº 1, de autoria do Deputado Benedito de Lira.

Em votação o parecer da Deputada Rose de Freitas, ressalvado o destaque.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO POR UNANIMIDADE.

Com a palavra o Deputado Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Relatora, o que motiva esse requerimento de destaque é o fato de se tratar de uma obra de drenagem da parte alta da Capital do meu Estado, Alagoas. No período das chuvas, as águas invadem e inundam o pólo industrial, causando enormes prejuízos.

O Tribunal de Contas da União, em relação ao Orçamento do ano passado, apresentou restrições quanto à alocação de recursos para essa obra. Depois disso, o Estado tomou providências e sanou todas as dificuldades elencadas pelo TCU, que liberou a obra.

Para ela podem ser destinados recursos em 2005. O meu destaque é no sentido de que não se faça a supressão dos recursos alocados pelo Governo, no valor de 2,5 milhões de reais, aproximadamente, relativos à emenda de 2004. O meu objetivo é, pois, a recomposição do repasse que a Comissão Mista de Orçamento aprovou para vigor em 2004, porque a obra é necessária, e os recursos já são insignificantes. Se for mantida essa posição, Maceió enfrentará sérias dificuldades.

Peço que sejam alocados recursos para a obra, que está pronta para recebê-los. Já foram aprovados pelo Relator e pelo Sub-Relator recursos da ordem de 7 milhões de reais.

É a ponderação que eu queria fazer em relação ao destaque que apresento ao projeto de lei do qual V.Exa. é Relatora, Deputada Rose de Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Machado) - Com a palavra a Relatora, Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Deputado Benedito de Lira, vou fazer um esclarecimento. Essa obra constava da listagem do Tribunal de Contas da União quando fiz o relatório. Conversei com o Deputado Ricardo Barros sobre isso. Agora V.Exa. me comunica que ela não mais consta da lista.

Peço a V.Exa., em primeiro lugar, que me dê oportunidade de checar a informação e, em segundo lugar, que me dê o número da emenda, que não consta do seu destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Parece-me que a questão será resolvida mais facilmente se o Deputado Benedito de Lira conversar com a Relatora.

Vou aguardar alguns minutos.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Só quero esclarecer a V.Exa., Sr Presidente, que o corte foi feito pelo Ministério e não pela Relatoria.

Para atender ao requerimento do nobre Deputado seria uma verdadeira engenharia.

Acato a sugestão do Presidente de dialogarmos e tentarmos encontrar uma saída para o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vamos interromper o debate.

O parecer está aprovado, ressalvados os destaques.

Temos de esclarecer o destaque do Deputado Benedito de Lira. Peço à Deputada Rose de Freitas que converse com S.Exa. e tente resolver o problema.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, tenho aqui a função programada da emenda e a informação do Tribunal de Contas da União, que posso fornecer a S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - V.Exas. podem discutir o assunto. Depois retornaremos à apreciação da matéria.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Votamos todos os itens sobre os quais havia acordo, mas há ainda um impasse a ser resolvido antes do início da discussão e votação dos relatórios setoriais. Portanto, vou suspender a reunião por 1 hora.

Retomaremos os trabalhos daqui a 1 hora, às 17h15min.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Está reaberta a reunião.

Havendo número regimental, declaro reiniciada a primeira reunião extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 36 (itens remanescentes), 38, 39, 40, 41, 42, de 2004.

A Presidência informa que teve início o período da Ordem do Dia da sessão do Senado Federal, com processo de votação. Dessa forma, não podemos reabrir os nossos trabalhos. Após consulta aos Líderes, convoco o reinício desta reunião para amanhã, às 10h.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Machado) - Tendo em vista sessão do Congresso Nacional marcada para as 11h, suspendo a presente reunião e convoco sua continuação para após a referida sessão.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 1ª reunião extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 36 — itens remanescentes — 38, 39, 40, 41 e 42/2004.

Retomaremos os trabalhos com a discussão dos relatórios setoriais.

Começaremos com o relatório preparado pelo Senador João Ribeiro para a Área Temática I – Poderes do Estado e Representação.

Como o relatório já foi lido, está aberta a inscrição para a discussão.

Está iniciada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques, o qual será encerrado ao término dos debates.

Lembro aos Srs. Deputados e Senadores que há acordo firmado no colégio de representantes das lideranças partidárias com assento na Comissão para que destaques não sejam aceitos nesta fase.

Com a palavra a primeira inscrita, Deputada Laura Carneiro, que disporá de até 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, nobres Parlamentares, antes de tudo, parabeno o nobre Senador João Ribeiro, representante do nosso partido, o PFL, nesta Comissão e do glorioso Estado do Tocantins, pelo relatório apresentados para a área específica de Poderes do Estado e Representação.

Essa é uma área para a qual normalmente não há muitos recursos, mas S.Exa., como sempre, fez verdadeira mágica ao atender a todas as bancadas e, especialmente, às Comissões, de onde, no caso dessa Área, vêm os maiores pleitos.

Estou apresentando destaque no sentido de que V.Exa. analise emenda da Comissão de Direitos Humanos e Minorias referente à violência contra a mulher, à prevenção de maus tratos a idosos e à questão específica dos quilombos.

A Ministra Nilcéa Freire e vários representantes da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial pediram que, se possível, houvesse aumento dos recursos destinados para a questão específica da mulher, do idoso, dos quilombos e ainda quanto ao combate à pedofilia.

Peço também a S.Exa. que verifique o seguinte: embora as pessoas não dêem o devido respeito à Comissão de Legislação Participativa, ela é da maior importância: recolhe a opinião da sociedade brasileira através de suas entidades representativas. Presidida pelo Deputado André de Paula, do PFL, essa Comissão discutiu e aprovou algumas emendas, mas os valores consignados são absolutamente irrisórios para os programas específicos de abuso, tráfico, exploração sexual de crianças e adolescentes.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Importante projeto de cultura do Instituto Portinari foi transferido para o Ministério da Ciência e Tecnologia e há ainda uma emenda que trata da modernização da infra-estrutura tecnológica dos arquivos, que se perdem neste País por absoluta falta de recursos.

Parabenizo o Sr. Relator pelo trabalho apresentado. E, mesmo sabedora das suas dificuldades, peço-lhe que reveja os valores destinados tanto à Comissão de Direitos Humanos como à de Legislação Participativa, para que possamos efetivamente, por intermédio do Orçamento da União, contribuir para resolver problemas cruciais que, no fundo, são de assistência social, mas estão sob a alçada da Relatoria dessa Área.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputada Laura Carneiro.

Não há outros Parlamentares inscritos.

Recebo agora a inscrição do Deputado Sérgio Miranda.

Lembro que, ao encerrarmos a discussão, esgota-se também o prazo para a apresentação de destaques.

Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, não seria melhor o Senador João Ribeiro responder à Deputada Laura Carneiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não. Faremos blocos de 3 questionamentos e, em seguida, o Relator responderá.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, reforço a proposta apresentada pela Deputada Laura Carneiro quanto à ação para o fomento do desenvolvimento de comunidades remanescentes de quilombos. Trata-se de emenda da Comissão de Direitos Humanos, reforçada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, que preconiza o valor mínimo de 40 milhões de reais. O Relator abriu a emenda e deu-lhe recursos.

É grande a importância do pleito. Já foram identificadas mais de 1.500 comunidades de remanescentes de quilombos. Com esses recursos a União pode executar programas locais — uma casa de farinha, uma escola, um posto de saúde — como forma de auxílio concreto para essas comunidades.

Este é o primeiro ponto para o qual chamo atenção de V.Exas.

O segundo ponto são emendas da Câmara dos Deputados. O Diretor-Geral trouxe às minhas mãos uma série de emendas apresentadas pela Comissão Diretora da Câmara dos Deputados. O destaque envolve o processo legislativo; recomposição de dotações da Câmara; encargos previdenciários com ex-pensionistas do IPC (a União determinou que o pagamento das aposentadorias e pensões de Parlamentares declarados anistiados seja feito pelo IPC e não com recursos da União; então, existe um buraco que deve ser preenchido por uma emenda do Congresso Nacional); a remuneração dos servidores e a implantação do canal internacional.

São emendas da Comissão Diretora da Câmara dos Deputados acerca das quais faço um apelo ao Sr. Relator, a fim de que possamos conseguir recursos. Não sei se S.Exa. ainda guarda reserva para esses destaques e reivindicações que considero importantes serem atendidos.

Era essa a minha intervenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO - Gostaria de fazer um apelo ao Sr. Relator em relação ao projeto de interiorização das varas federais.

Muitos Municípios populosos não têm varas federais, e as pessoas têm de ajuizar suas demandas em outras cidades, o que é sempre muito oneroso e leva à perda de causas porque grande número delas não tem recursos para esses deslocamentos.

Portanto, faço apelo ao Relator, nobre Senador João Ribeiro, no sentido de que aumente o valor disponibilizado de 40 milhões para as varas federais de todo o Brasil. Em Roraima e no Rio de Janeiro, por exemplo, há grande deficiência de varas federais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Senador Augusto Botelho.

Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, ao iniciar a discussão do relatório, farei uma argumentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Silêncio, por favor.



O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Qual foi o critério por mim adotado para iniciar a discussão com os consultores e preparar este relatório?

Conversei com o Relator-Geral, a fim de verificar quais os recursos que teria para atender à demanda das emendas que tivemos em nossa Área.

Primeiro, Sr. Presidente, preciso fazer um esclarecimento com referência aos cortes. Fui o único Relator, Deputado Sérgio Miranda, que não trabalhou com cortes. Minha primeira atitude foi fazer a recomposição dos cortes.

Por que adotei essa providência? Porque a maioria dos órgãos que constam da Área que estou relatando — Poderes do Estado e Representação —, não tinham emendas apresentadas. Setenta e quatro por cento dos órgãos da minha área não têm emendas apresentadas. Surgiu, então, um impasse. Eu trabalharia com os cortes? E como ficariam esses órgãos que não têm emendas apresentadas? Ficariam por demais prejudicados. Por isso adotei esse critério.

O Senador Romero Jucá, de início, foi contra. Achou que teríamos de trabalhar com os cortes para atender às emendas. Eu disse a S.Exa. que não iria fazer isso no meu relatório, porque estaria cometendo injustiça com aqueles 74% dos órgãos da Área Poderes de Estado e Representação e não apresentaram emendas. E como ficaria? Eu beneficiaria 26% dos órgãos e prejudicaria 74%. Naquele momento convenci o Relator-Geral a, primeiro, fazer a recomposição dos cortes.

Portanto, Deputado Sérgio Miranda, não há um centavo de corte no meu relatório. Recompus todos os cortes para começar a trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Por favor, silêncio. Caso contrário, vou determinar a desocupação das laterais.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Tenho de explicar a V.Exas, nobres Parlamentares, o critério que adotei. Por isso, também peço a compreensão, como já o fez o Presidente, das pessoas que aqui estão, porque a explicação é importante para que cada um faça seu juízo.

Parti, então, para outra etapa: acertar com o Relator-Geral os recursos que teria para atender às emendas. Tive 150 milhões. Deputado Sérgio Miranda, dispus de 150 milhões de reais para atender a 43 emendas. Conversei com representantes de todos os órgãos interessados em meu gabinete. Em alguns casos, fui até o órgão, como foi o caso do TST, onde conversei com o Presidente, que me explicou a importância e por que precisava daqueles recursos.

Chegamos à conclusão de que é importante — V.Exa. citou a Câmara dos Deputados, e vou responder depois um por um, estamos somente iniciando a discussão — adotar o mesmo critério para a Câmara, o Senado e o Tribunal de Contas da União, mais ou menos com os mesmos valores, já que a Câmara e o Senado tinham a mesma quantidade de emendas, e até porque esses órgãos não têm, como os outros, tanta dificuldade em obter recursos, Deputado Sérgio Miranda, de conseguir suplementação para melhorar a sua dotação no decorrer do exercício. Foi por isso que carreguei mais na questão, sobretudo dos órgãos do Judiciário e do Ministério Público.

Dispúnhamos de 150 milhões de reais para atender a todas essas emendas. Pedimos, então, aos órgãos que fizessem escolhas. Por exemplo, quem tivesse 5 emendas que priorizasse alguma, para que eu pudesse carregar, dirigir um valor maior. E assim foi feito com todos os órgãos.

Deixei uma janela aberta — acertei isso com o Relator-Geral — exatamente para atender à suplementação, de acordo com as possibilidades de S.Exa. Fiz a indicação de algumas emendas, para que pudessem ser contempladas no relatório geral. E isso foi feito.

Como eu não tinha mais recursos, Deputado Sérgio Miranda, acertei com o Senador Romero Jucá que faria indicações, que seriam discutidas no Relatório Geral. S.Exa. me disse que atenderia a uma parte dessas indicações e que eu trabalhasse de acordo com as solicitações, procurando enxugar o máximo que pudesse. Foi assim que fizemos.

Recebi a Ministra de Políticas de Promoção da Igualdade Racial para discutir a questão do quilombos.

Deixei uma janela aberta em cada uma das emendas. Contemplei o que eu tinha condições, atendi ao que eu podia.

Sobre a questão das Varas, Deputada Laura Carneiro, acho que já respondi a V.Exa. ao responder ao Deputado Sérgio Miranda. A solicitação de V.Exa. foi praticamente a mesma de S.Exa., com uma pequena diferença, já que o Deputado referiu-se às emendas da Câmara dos Deputados.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Com a palavra a Deputada Laura Carneiro para a réplica.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Vou dizer a V.Exa. o número dos destaques.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Desculpe, mas ainda tenho de responder ao Senador Augusto Botelho.

Senador Augusto Botelho, com referência à questão das Varas Federais, atendi a elas com uma emenda de 4 milhões de reais. Mantive mais ou menos um critério. Atendi a algumas emendas de Comissão com 4 milhões de reais; outras, com um pouco mais.

Às emendas de bancada atendi com, pelo menos, 6 milhões de reais. As Varas Federais já vêm na proposta original contempladas com 37 milhões e 146 mil reais. Com mais 4 milhões de reais, recebem pouco mais de 41 milhões de reais.

Portanto, V.Exas. podem fazer destaques. Vou discutir com o Relator-Geral. Não tenho recursos para contemplar os destaques, mas vou acertar isso com S.Exa., que se comprometeu a me atender.

A Deputada Almerinda de Carvalho esteve em meu gabinete. Discutimos prolongadamente e encontramos inclusive uma saída para que ela pudesse resolver o problema da Vara Federal em seu Município, o Rio de Janeiro.

Deputada Laura Carneiro, se quiser voltar a discutir, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Quero apenas citar os números dos destaques.

Os destaques sobre a questão da violência contra a mulher são os de nºs 9 e 10 — na GND 3 é o 9, na GND 4 é o 10. No destaque da Comissão de Legislação Participativa é o nº 11 — Unidade de Interação Restritiva. Os outros da Comissão de Legislação Participativa são os de nºs 12, 25, 17 e 19.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Está certo, Deputada Laura Carneiro. Está anotado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então são as 5 da Comissão de Legislação Participativa, especialmente sobre a questão da violência contra a mulher, na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Obrigado, Deputada.

Deputado Sérgio Miranda, deseja V.Exa. usar da palavra?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – A discussão do destaque é agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Estamos em discussão. Regimentalmente, enquanto estivermos discutindo, podem ser apresentados destaques. Quando se encerrar a discussão, não mais serão aceitos destaques. Informo, porém, que há acordo entre as Lideranças para que todos os destaques sejam rejeitados na votação dos relatórios setoriais. O que ficou poderá ser reapresentado quando da apreciação do Relatório Geral.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – O acordo feito com as Lideranças não é para a rejeição. Combinamos que, como não teremos tempo, em função da tentativa de votarmos o Orçamento até o dia 30, se V.Exa. os rejeita, que pelo menos os Srs. Relatores que concordem possam indicar ao Sr. Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – É isso. Mas, assim mesmo, eles têm de ser reapresentados para o Relatório Geral. É regimental.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Claro, se não reapresentarem... Regimentalmente, reapresenta-se, mas a indicação vem junto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Então, formalmente, os destaques serão rejeitados, mas o Parlamentar pode reapresentá-los. Se não o fizer, do ponto de vista formal não existirá destaque na hora da discussão do Relatório Geral.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, vou pedir a palavra para uma questão de ordem, porque há uma fila de colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – É normal.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sim, mas há destaques a serem apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Quando encerrarmos a discussão, se houver fila, vamos autorizar que continuem recebendo. Ninguém vai perder o direito de apresentar destaques porque a discussão encerrou. Isso não será problema. Se for o caso, daremos um prazo de 30 ou 40 minutos.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA - Se um Parlamentar tiver um destaque sobre um determinado relatório setorial e, por opinião pessoal, evitar a apresentação e guardar o destaque só para o relatório final, haverá prejuízo? É necessário que se apresente o destaque no relatório setorial e, depois, no relatório geral?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não há prejuízo algum.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Passo a palavra aos Deputados Paes Landim, Gilmar Machado e Benedito de Lira, nesta ordem.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador João Ribeiro, apresentei destaque a respeito dos recursos alocados para a Justiça do Trabalho. Apresentamos uma emenda temática à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, objetivando valorizar a instalação de Varas Federais do Trabalho. Mas a emenda foi dividida, de certa maneira, em outras, havendo mais recursos para a construção do prédio do Tribunal Superior do Trabalho e para outras iniciativas do que para a construção das varas. Ora, a Justiça mais próxima do povo são as Varas do Trabalho. Importante mesmo é a construção das Varas Federais do Trabalho. Acho que o Tribunal Superior do Trabalho tem mecanismos, tem *lobby*, tem tudo para conseguir recursos próprios, mas as Varas Federais do Trabalho, perdidas nos confins do Brasil, são as que não têm condições. O Piauí, por exemplo, tem 7 Varas para instalar e está sem condições de fazê-lo por falta de recursos. Por isso apresentei destaque para aumentar recursos para a construção de Varas Federais do Trabalho, a serem instaladas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Vamos ouvir mais oradores, antes de ouvirmos o Sr. Relator.

Tem a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nobre Relator, Senador João Ribeiro, eu só queria fazer uma observação.

Considero importante o seu trabalho, o relatório foi apresentado, mas V.Exa. deveria dar atenção especial a uma emenda da Comissão de Constituição e Justiça que estamos destacando, que diz respeito ao fundo partidário. Depois vamos trabalhar com o Relator-Geral.

Não se trata de uma questão só minha, mas de todos os partidos que têm interesse no sentido de que se recomponham os recursos do Fundo Partidário do ano anterior — pelo menos é o que estamos buscando.

Sei que V.Exa. atendeu às emendas, de acordo com as limitações. Mas V.Exa. poderia apresentar uma observação ao Relator-Geral, já que a questão do Fundo Partidário é fundamental, pois diz respeito à vida dos partidos de que todos nós participamos. Entendo que ele é fundamental para as nossas fundações, para a pesquisa e para o trabalho que os partidos desenvolvem. E os partidos, evidentemente, são fundamentais para o processo democrático.

Então, solicito a V.Exa. que dê especial atenção ao Fundo Partidário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Com a palavra o Deputado Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de iniciar a discussão conversei com o Sr. Relator a respeito de destaques que eu havia formulado. S.Exa. disse que encaminharia os destaques ao Relator-Geral, para que S.Exa. pudesse observar seu teor.

Criamos, por intermédio do Congresso Nacional, 123 Varas da Justiça Federal, espalhadas pelos diversos Municípios brasileiros. As Comissões de Justiça da Câmara e do Senado apresentaram emendas. Mas, na verdade, não houve possibilidade de se alocar os recursos necessários para que a Justiça Federal pudesse não só implantar as Varas nos diversos Municípios, mas também informatizá-las. Já reclamamos demais, a sociedade brasileira reclama da morosidade da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Deputado, peço permissão para interrompê-lo. Alguém deixou o celular ligado e ele está causando interferência no som. Peço aos senhores que tomem cuidado e também façam silêncio, pois estamos debatendo temas importantes que precisam de atenção.

Continua com a palavra o Deputado Benedito.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Como eu estava dizendo, Sr. Relator, a sociedade brasileira reclama da morosidade da Justiça, que não atende aos seus reclamos. O



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

jurisdicionado não tem acesso aos processos. Então, criamos aqui as Varas. Cabe ao Congresso Nacional e a esta Comissão alocar recursos para que a Justiça Federal possa dinamizar seus trabalhos e fazer com que a sociedade tenha mais acesso à Justiça.

Pois bem. Acho que foi muito açodada a decisão dos Líderes de rejeitar sumariamente todos os destaques que serão apresentados aos Sub-Relatores. O que deveria ser feito? O plenário ou o Sub-Relator deveria recomendar a apresentação dos destaques ao Relator-Geral para uma avaliação. É exatamente o que pretendo fazer com os destaques que ora estamos apresentando, repito, para informatizar, melhorar e implantar as Varas da Justiça Federal em todo o território nacional.

Por isso eu faço esta ponderação ao Presidente da Comissão: em vez de rejeitarmos sumariamente os destaques, que haja uma decisão, por intermédio das Lideranças, a fim de que esses destaques sejam encaminhados ao Relator-Geral — pois sabemos das dificuldades que os Sub-Relatores têm para que sejam atendidos os pleitos. Portanto, solicito a V.Exa., Sr. Presidente, que os destaques sejam encaminhados, a fim de evitar que tenhamos de reapresentá-los ao Relator-Geral. Então, Sr. Presidente, havendo entendimento por parte das Lideranças, em vez de rejeitá-los sumariamente, que os destaques sejam encaminhados ao Relator-Geral, para as providências necessárias. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Só para esclarecer, isso não pode se feito regimentalmente. Informalmente, vamos fazer a indicação para o Relator-Geral. Regimentalmente, não há como encaminhar, repito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Sr. Presidente, pela ordem. Quero apenas fazer coro com o Deputado Benedito de Lira sobre esse destaque, que é da maior importância. Quero associar-me aos demais companheiros quanto à necessidade de, se possível, aprovarmos esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - O Regimento diz que o destaque é aprovado, parcial ou totalmente, ou rejeitado. O destaque será votado. Ele foi rejeitado porque o Relator-Setorial não tem como atendê-lo. S.Exa. pode, entretanto, fazer uma indicação ao Relator-Geral, para que o analise com cuidado. E ele será reapresentado na fase seguinte. Regimentalmente, é o que faremos.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Sr. Presidente, e se o Plenário da Comissão aprovar o destaque?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Estão dizendo que as Lideranças decidiram rejeitá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Vamos manter o procedimento. Já ouvimos 3 Parlamentares; agora ouviremos o Relator.

Com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Sr. Presidente, vou responder, primeiro, ao Deputado Paes Landim, que solicita mais recursos para implantação das Varas Federais. Essa é a reivindicação também de outros Parlamentares que usaram a palavra anteriormente. Digo que receberemos os destaques e os vamos discuti-los com o Relator-Geral. Sou simpático a esse destaque e tenho o maior desejo de atendê-lo, desde que o Relator-Geral me conceda os recursos. Caso S.Exa. não me conceda os recursos, farei um encaminhamento a fim de que façamos um acordo e sejamos atendidos, de acordo com as possibilidades.

O Deputado Gilmar Machado fala sobre o Fundo Partidário. Nobre Deputado, eu atendi seu pedido, criando uma emenda. Realmente, houve diminuição dos recursos do Fundo Partidário. A informação que tive é de que, no próximo ano, como não há eleição, não há período eleitoral, haverá um decréscimo nos recursos desse fundo. Assim mesmo, atendi uma emenda no valor de 4 milhões de reais. E vamos solicitar ao Relator-Geral o reforço dos valores por mim destinados.

Sr. Presidente, creio que dei a mesma resposta aos Deputados Paes Landim e Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente, quero cumprimentar o Senador João Ribeiro. Tomando conhecimento do relatório de S.Exa., tive a grata satisfação de perceber sua sensibilidade. Não atendeu à altura nossos desejos, mas reconheço seu esforço e não poderia deixar de registrar seu



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

belíssimo trabalho. S.Exa. foi bastante dedicado, falou com desenvoltura, negociou e defendeu os Parlamentares e suas respectivas emendas.

Não obstante, gostaria de registrar, como um dos coordenadores da bancada do Distrito Federal, que S.Exa. acolheu 3 grandes projetos, com recursos de 6 milhões de reais cada um, ainda que, segundo seu critério, tenha sido o menor valor de bancada.

Reconheço que temos utilizado das emendas de bancada para fortalecer o Judiciário de Brasília, dando-lhe capilaridade. Queremos democratizar o acesso da população às decisões judiciais e contar com a presença da Defensoria Pública e do Ministério Público nas mais diferentes regiões do Distrito Federal.

Temos sido procurado também por órgãos do Judiciário Federal e pelo Ministério Público.

Gostaria também de fazer a defesa da Procuradoria-Geral do Trabalho. Trata-se de uma instituição que tem papel fundamental no resgate do direito do trabalhador... *(Tumulto em plenário.)*

Sr. Presidente, desculpe-me, não sou Presidente desta Comissão, mas está sendo impossível falar.

(O Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Pedimos encarecidamente aos presentes que queiram conversar que se dirijam a outra sala. Precisamos manter o debate, até mesmo por questão de tempo, para realizarmos a reunião do Congresso no horário previsto.

Continua com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, faço um apelo aos Parlamentares para que aprovem estes projetos. O primeiro trata da Procuradoria-Geral do Trabalho, por sua importância no resgate do direito do trabalhador e, conseqüentemente, do direito à cidadania. Trata-se de projeto de construção e instalação da sede definitiva da Procuradoria-Geral do Trabalho no Distrito Federal, que servirá a toda a União. Há um indicativo por parte do Senador João Ribeiro de ampliar para 9 milhões de reais, e uma emenda foi acolhida no valor de 6 milhões de reais. Esperamos que o Relator-Geral, Senador Romero Jucá, seja sensível ao acolhimento dessa proposição. Não menos importante para nós, é a construção de novas varas cíveis e criminais no Tribunal de Justiça do Distrito Federal para as cidades que compõem o complexo da Capital da República.

Faço um apelo aos Parlamentares para que seja dado um aumento tanto ao Tribunal de Justiça, quanto ao Ministério Público do Distrito Federal e territórios. Trata-se de uma grande oportunidade de democratização, do direito da população à cidadania, motivo de satisfação para todos nós.

É o apelo de 3 Senadores e 8 Deputados Federais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Relator, faço minhas as palavras de elogio do nosso colega, Deputado Wasny de Roure.

Peço a atenção e a sensibilidade de V.Exa. com relação ao destaque do Programa Brasil Quilombola. Logicamente, é uma posição política do Relator acatar ou não um destaque. Esse, talvez, seja um dos principais programas do Governo Lula de inclusão social, de resgate histórico de populações afro-descendentes, de origem escrava, que, pela primeira vez em nossa história republicana, passam a ser protagonistas de um programa de governo. Na mensagem orçamentária do Governo existia um valor, que foi reduzido no relatório.

Pretende-se, nesse destaque, simplesmente, recuperar o valor apresentado pelo Governo, sob pena de inviabilizar esse programa. Então, não se trata de acréscimo de recurso, mas de preservação do valor originalmente apresentado, para não prejudicarmos um programa de impacto, de resgate da nossa sociedade, o Programa Brasil Quilombola, que merece a maior consideração do Parlamento e de todos os brasileiros.

Eu sei que a decisão política de não acatar os destaques não pode ser levada aos extremos. Sou contrário ao trabalho de apresentação de emendas. As ações estruturantes do Governo, fruto de políticas estruturais, não podem ser fatiadas no Parlamento. Nosso papel fundamental é fiscalização. Uma vez que essa é a prática desta Casa, uma cultura aqui instalada, não dá para mudá-la neste momento.

Mas solicito ao Relator, que considere o que foi apresentado pelo Poder Executivo e recupere o valor proposto para o Programa Brasil Quilombola.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Deputado, não cortei nem 1 centavo. A proposta original do Executivo veio com o valor de 3 milhões 500 mil reais. No meu relatório, coloquei mais 3 milhões. A emenda é de 3 milhões de reais; não houve corte.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Não há corte?

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Digo isso apenas para esclarecer V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Mas foi feito um destaque, acatando as demandas por parte dos movimentos sociais quilombolas, para que o valor apresentado, com o acréscimo de V.Exa., sensível a essa causa, pudesse ser elevado. Nós apresentamos esse destaque, acolhendo a demanda do movimento social quilombola, para que o valor pudesse ser elevado, a fim de que se permita a efetivação do programa, sob pena de ser apenas um programa sem efetividade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Para fechar esse bloco, concedo a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Senador João Ribeiro, sei que não é e não foi fácil o trabalho de V.Exa. na Sub-Relatoria de Poderes de Estado, depois de ouvir o Ministro Edson Vidigal dizer ao vivo na televisão que: *"ou os Poderes Executivo e Legislativo ajudam o Poder Judiciário, ou é melhor um juiz ou um Ministro ou um desembargador dizer a quem procurar na Justiça, que 'se acerte lá fora', porque ainda existem varas no Brasil com máquina de escrever."*

Sei que V.Exa. não teria recursos para atender às emendas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal — que coincidentemente são 4. Elas solicitam 170 milhões e 126 milhões de reais, respectivamente. V.Exa. concedeu o possível: 4 milhões de reais a cada uma; mas abriu uma janela e vai indicá-las ao Relator-Geral, para que consigamos completar esses recursos.

A primeira emenda, da Câmara dos Deputados, trata da implantação do sistema de integração de gestão de informatização jurisdicional da Justiça Federal, principalmente com a Fazenda Nacional, o INSS, o Banco Central e a Caixa Econômica. Isso ainda não existe, por isso, existem as grandes fraudes. A segunda emenda, do Senado Federal, que V.Exa. também apoiou, trata da criação de 123 varas.

Gostaria de parabenizar V.Exa. pelo trabalho e pedir, além da indicação formal, que se junte aos Parlamentares que querem ver uma Justiça dinâmica, no sentido de que o Senador Romero Jucá atenda a essas duas emendas do Superior Tribunal de Justiça.

Parabéns e muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Com a palavra o Relator.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Sr. Presidente, quero começar, respondendo à justa indagação e do Deputado Wasny de Roure.

Mais uma vez, explico que atendi a todas as emendas de bancada com o valor de 6 milhões de reais. Portanto, não há a interpretação de que o menor valor foi de 6 milhões. Portanto, atendi à bancada do Distrito Federal com 18 milhões de reais, que é a soma das 3 emendas. E vamos trabalhar, junto ao Relator-Geral, para que S.Exa. possa, se tiver recursos, melhorar a posição do Distrito Federal.

Ao Deputado Eduardo Valverde, a quem até já dei uma breve explicação, explico que também fui sensível a seu pedido. Recebi em meu Gabinete a Ministra, uma pessoa muito simples e determinada, que me convenceu. No início, pensei que iria colocar um recurso menor, por causa das dificuldades. Mas acabei colocando quase 100% do valor da proposta original, que veio do Poder Executivo com apenas 3 milhões 500 mil reais. Coloquei mais 3 milhões de reais para atender à Ministra.

Considero muito importante esse programa dos quilombos, assim como a questão racial. Sendo assim, vou acolher os destaques e estarei, juntamente com S.Exa., lutando para que o Relator-Geral também atenda.

Por último, quero agradecer aos Deputados Gonzaga Patriota, Wasny de Roure e Eduardo Valverde as palavras de incentivo ao meu relatório. Realmente, houve um esforço muito grande para que pudéssemos chegar a esses números. São importantes todas essas ações.

Deputado Gonzaga Patriota, V.Exa. pertence a esta Comissão há muito tempo e é veterano nesta Casa e sabe da admiração e do respeito que tenho por seu trabalho. Portanto, vamos trabalhar juntos com o Relator-Geral. Tenho certeza de que o Senador Romero Jucá, embora represente outro Estado, é filho do Estado de Pernambuco, é sensível a todos os problemas e está em busca de recursos para complementar esses relatórios setoriais. S.Exa. está fazendo esforços



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

no sentido de atendê-los, e até me pediu que fizesse as indicações, para que pudesse decidir o que poderá complementar.

Portanto, mais uma vez, repito que houve esse acordo entre nós. S.Exa. me deu a oportunidade da discussão desses destaques, mesmo não sendo algo oficial da Comissão. Se o nobre Relator-Geral me conceder os recursos, com certeza atenderei a V.Exas., e com o maior prazer. Se isso não ocorrer, S.Exa. os atenderá, dentro das possibilidades de seu relatório.

Sr. Presidente, uma vez que não há mais nenhum Parlamentar para discutir, quero reportar-me à questão das obras superiores ao valor de 10 milhões 500 mil. Não recebi a documentação dos custos de algumas obras, sobretudo para o exercício de 2005, com custos superiores a 10 milhões 500 mil reais.

Recebi mais 4 documentos justificando a importância dessas obras e a aplicação desses recursos. Ficou apenas uma pendência. Espero que, antes do final da discussão e da votação do meu relatório, eu receba os documentos, para que faça uma errata e a tire do quadro das dúvidas que encaminharei ao Relator-Geral.

As obras que estão sendo retiradas são: Modernização de Instalações de Justiça Federal — que ainda não tinha sido justificada —, e Construção de Sede da Secretaria de Controle Externo nos Estados.

As obras que tinham asterisco indicando que não havia sido entregue a documentação são: a construção do Edifício-Sede do Judiciário em Belo Horizonte, Minas Gerais, e a construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juiz de Fora. Portanto, em nosso relatório, essas obras estão com autorização, sem nenhum problema.

Encaminharei ao Relator-Geral sem essas pendências. Só ficou uma obra com problema. Espero que o órgão possa sanar esse problema a tempo.

Sr. Presidente, agradeço aos Parlamentares o apoio. Continuo à disposição de todos para atender, juntamente com o Relator-Geral, o que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Senador João Ribeiro.

A discussão está encerrada.

Há uma pequena fila para entrega de destaques, que serão recebidos normalmente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, sugiro a V.Exa. que peça à Secretaria que distribua senha, e que V.Exa. encerre agora a discussão. Assim, passaríamos ao segundo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Isso já está sendo administrado. Todos que estiverem na fila receberão senha e entregarão destaques.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pelo acordo, poderíamos passar à discussão do segundo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Temos uma solicitação do Deputado Pedro Novais para que seu relatório seja o próximo a ser discutido, se não houver nenhuma discordância.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Então, o Deputado Pedro Novais vai ouvir as ponderações dos Parlamentares no debate sobre o seu relatório.

Tem S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Sr. Presidente, os destaques apresentados automaticamente já estão incorporados e serão remetidos ao Relator-Geral — ou o Relator-Setorial vai acatar ou não os destaques?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Abelardo Lupion, o Relator-Setorial não tem como acatar os destaques. O acordo de Lideranças é para que ele rejeite os destaques. Quem quiser recolocá-los terá que fazer a reapresentação do destaque quando do Relatório Geral. Não há regimentalmente essa possibilidade. Houve um acordo informal de que o Relator-Setorial vai indicar para o Relator-Geral, mas não há um procedimento regimental para se fazer isso.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Sr. Presidente, o nosso entendimento, e já o expusemos ao Relator-Geral, é de que todos os destaques que o Relator-Setorial julgasse procedentes seriam remetidos como indicação para o Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Nobre Deputado, formalmente o destaque vai ser rejeitado, mas haverá um entendimento político: S.Exa. vai dizer que deveria ser acatado o destaque.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Se não há recurso, S.Exa. não pode atender ao destaque, mas não pode deixar pendente; então, vai ter que rejeitar formalmente e fazer uma recomendação ao Relator-Geral, que terá sensibilidade para tratá-los politicamente, como estamos conversando.

O SR. DEPUTADO IBERÊ FERREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem sobre o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Iberê Ferreira.

O SR. DEPUTADO IBERÊ FERREIRA - Sr. Presidente, há um entendimento no sentido de que os relatórios foram lidos, agora estão sendo discutidos e, posteriormente, serão votados. Já que existe um entendimento no sentido de se fazer a discussão, sugiro que os destaques, uma vez que já foram lidos, fossem todos entregues. Todos já foram lidos. E os Parlamentares já tiveram acesso à documentação e sabem o tipo de destaque que vão fazer. Se há um acordo para que eles não sejam aprovados, por que toda essa fila protelando os trabalhos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Iberê Ferreira, a Secretaria pode ter problema com esse grande fluxo. Mas, se acabar o volume de destaques ao relatório, nada impede que eles possam recomeçar. Vamos autorizar, então, que sejam recebidos. Se houver uma fila de 80 a 100 pessoas no corredor para entregar destaques, tenho de administrá-la.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, a situação é mais grave. Já fiz esse trabalho e sei que é absolutamente impossível. Tem que ser dividido por número: o relatório 1 tem que ter os destaques ao relatório 1. Se forem colocados 10, a Secretaria vai ficar enlouquecida, porque haverá 10 molhos de etiquetas diferentes. Não há condições de ser assim.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Sr. Presidente, nós devemos usar o bom senso. Se o Relator-Setorial não dispões de dinheiro e vai rejeitar todos os destaques, para que apresentarmos destaques ao relatório setorial?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Esta é fase de discussão, Deputado Abelardo Lupion. V.Exa. tem toda a razão, mas não podemos proibir esse procedimento. Não há, regimentalmente, como impedi-lo. Vale o alerta de V.Exa. Não temos condições de acatar os destaques nesta fase.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, muito embora os Relatores-Setoriais não possam acatar os destaques, vão indicá-los. Se não digo o que preciso ao Deputado Pedro Novais, S.Exa. não poderá indicar nada ao Relator. Perdoe-me, mas, independentemente do PFL, pela bancada do Rio de Janeiro e pelas Comissões que represento, vou continuar apresentando meus destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Como disse o Deputado Abelardo Lupion, com bom senso vamos tocando os trabalhos.

Estão inscritos a Deputada Laura Carneiro e o Deputado Pauderney Avelino.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro. Será iniciada a discussão e o prazo para a apresentação dos destaques.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiramente, quero parabenizá-los e dizer que o relatório da infra-estrutura é o mais difícil. Tenho certeza de o nobre Relator tentou de todas as maneiras, em função dos poucos recursos que teve nessa primeira fase, acudir a todas as bancadas.

Estou apresentando, em nome da bancada do Rio de Janeiro, 4 destaques: um trata da questão específica do arco rodoviário; outro, da iluminação de pontos críticos, que é notório no Estado, especialmente na BR-101; e 2 dizem respeito à usina termelétrica de Angra e à adequação ferroviária do Estado do Rio de Janeiro. Peço a V.Exa., tendo em vista as outras emendas apresentadas, que, de alguma maneira, nos auxilie no que diz respeito à iluminação de pontos críticos, com algum valor. Se for possível, indique ao Relator-Geral esse destaque. O povo do Estado do Rio de Janeiro sofre com o absoluto destrato que ocorre nessa localidade. Trata-se de uma dificuldade, principalmente nas regiões de Angra dos Reis, Parati, Macaé e Campos.

Para o destaque do Porto de Sepetiba. V.Exa. já concedeu 10 milhões de reais. O destaque de Angra vamos resolver por meio da Comissão de Minas e Energia. Para o pátio de manobras V.Exa. só concedeu 8 milhões de reais. Gostaria que V.Exa. concedesse mais, porque ele vai



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

custar algo em torno de 15 milhões de reais. Já começamos a obra com os recursos do Orçamento de 2004, mas os valores que vamos gastar estão em torno de 15 milhões de reais, um valor um pouco maior do que o dos pontos críticos, cuja discussão já conseguimos, na reunião do Comitê de Emendas, avançar um pouco.

Portanto, são esses os pleitos da bancada do Rio de Janeiro, que neste momento represento. Agradeço a V.Exa. desde já a possibilidade de atendimento

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputada Laura Carneiro. Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino.

(Tumulto em plenário.)

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, está muito barulho; não estou ouvindo minha própria voz. O barulho está incomodando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Peço aos funcionários que aumentem o volume dos microfones e aos Parlamentares que baixem o volume da conversa. Muito obrigado pela boa vontade.

Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, temos uma novidade neste Orçamento de 2005 na questão de infra-estrutura. Lamentavelmente, isso traz uma segunda novidade: o acordo que o Governo brasileiro vem fazendo com o Fundo Monetário Internacional para excluir do superávit primário 2 bilhões 740 milhões de reais.

Esse acréscimo, que será introduzido no Relatório, não foi feito pelo Deputado Pedro Novais, mas deverá sê-lo pelo Relator-Geral. O Deputado Pedro Novais já teria, nesse relatório setorial, condições de fazer o acréscimo para as despesas constantes na peça de Orçamento que veio do Poder Executivo. O Fundo Monetário Internacional direciona os acréscimos para os programas convencionados por ele mesmo.

Portanto, Sr. Presidente, esses recursos vão desde a recuperação de rodovias, passando pela necessária duplicação da BR-101 nas Regiões Sul e Nordeste, pela duplicação da BR-381, Minas Gerais, e pelo cinturão viário do Rio de Janeiro, além dos principais portos, que estão numa agenda que tenho em mão. Estou lendo aqui em português, mas o original do FMI está em inglês.

Portanto, lamento que a determinação dessas ações tenha vindo de fora para dentro. Ou seja, o Congresso Nacional não pode definir a prioridade desses acréscimos. Deputado Pedro Novais, V.Exa., como Relator-Setorial, deveria ter discutido essas questões talvez até com o próprio Ministro, para saber exatamente quais são as prioridades do Poder Executivo no que diz respeito à recuperação e duplicação de rodovias. Além do mais, temos um fechamento que ainda não se pode dizer que está completado, porque ainda faltam negociações. Essa exclusão do superávit primário, nesse valor de 2 bilhões 740 milhões de reais, muito ajudaria o fechamento desse acordo, inclusive com a Lei Kandir.

Deixo registrado, Deputado Pedro Novais, o meu repúdio pela forma como foi ou como está sendo feita essa negociação, passando-se por cima do Congresso Nacional. V.Exa., um Deputado experiente, que muito respeito, meu companheiro de 14 anos no Congresso Nacional, deveria ter se posicionado contrário a essa forma, deveria ter, junto com os demais membros, discutido as prioridades do Brasil no que tange a rodovias.

Agora, descendo para questões micro, quero fazer uma crítica a V.Exa. Não é admissível que, pela primeira vez, tenhamos no Orçamento da União recursos para recuperação da estrada de integração nacional do Amazonas com o Brasil, em que foram alocados 100 milhões de reais pelo Sr. Ministro, V.Exa. tenha passado a navalha em 51 milhões, deixando apenas 49 milhões. Ora, estimávamos que pudesse haver o corte dos 15% do anunciado pelo Relator, Senador Romero Jucá, mas não imaginávamos que V.Exa. fosse além e patrocinasse o corte de mais 36%.

Portanto, Deputado Pedro Novais, fica registrado o protesto de quem entende que essa rodovia é necessária para a integração do Amazonas com o restante do Brasil, para reduzir os fretes dos produtos fabricados em nosso pólo industrial para as demais Regiões do País, favorecendo, assim, a diminuição do Custo Brasil.

Torna-se mais difícil o sonho dos amazônidas, principalmente dos Estados de Amazonas, de Rondônia e de Mato Grosso, de ver asfaltada e recuperada essa estrada tão importante para o escoamento da produção do pólo industrial e também do transporte de bens intermediários que vêm de São Paulo para Manaus.

Fica, portanto, esse protesto. V.Exa. poderia também ter cortado em outros projetos da mesma forma que fez com o Estado do Amazonas.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado Deputado Pauderney Avelino.

Com a palavra o Deputado Mauro Lopes.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Sr. Presidente, meu caro amigo, Deputado Pedro Novais, quero fazer uma reivindicação. Peço a V.Exa. que leve ao Relator-Geral — ainda bem que houve solicitação do Presidente dizendo que seriam acatados os destaques — este apelo.

Vou encaminhar, já registrei no setor competente e peço a V.Exa. a sensibilidade com relação à BR-381, que liga Belo Horizonte, Betim, Monlevade, Vale do Aço, Ipatinga. Ali há um escoamento de ferro e aço para o MERCOSUL. Trata-se de uma rodovia que já não comporta o seu volume de trânsito, está totalmente saturada, com acidentes gravíssimos. Um trecho possui um material chamado filito que, como esponja absorve a água que cai na rodovia, interrompendo-a. Trata-se de um trecho muito importante nessa estrada. Temos que desviar em alguns locais porque não há mais como fazer sua recuperação.

Eu gostaria de poder contar com V.Exa., porque foi feito um corte drástico na emenda de bancada. O meu destaque é para que V.Exa., com sua sensibilidade, nos ajude a salvar vidas e continuar com o desenvolvimento de Minas Gerais. Trata-se de nossa principal estrada, que liga todo o Vale do Aço a São Paulo e ao MERCOSUL.

Sr. Presidente, muito obrigado pela compreensão e pelo meu destaque que foi encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, nobre Deputado Mauro Lopes.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO DAVI ALCOLUMBRE - Sr. Presidente, estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Há vários inscritos. A Deputada Laura Carneiro e os Deputados Pauderney Avelino e Mauro Lopes já falaram. Agora vou passar a palavra ao Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO DAVI ALCOLUMBRE - Sr. Presidente, pela ordem. Sugiro a V.Exa. que corra a lista e que, depois, dê a palavra ao Deputado Pedro Novais para sua explanação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois não. V.Exa. concorda, Deputado? *(Pausa.)*

Então, continuemos.

O Deputado Davi Alcolumbre é o próximo inscrito. Depois falarão os Deputados José Rocha, Darcísio Perondi, Eduardo Valverde e Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO DAVI ALCOLUMBRE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Relator-Setorial, quero solicitar apenas uma correção: na modalidade de aplicação da emenda, Errata nº 1, do Relatório da Área Temática V (infra-estrutura); foi colocada como Modalidade de Aplicação 90, enquanto a modalidade de aplicação do espelho da emenda que vou entregar agora para o Relator-Setorial é Modalidade de Aplicação 30.

É uma solicitação para a qual espero a compreensão do Relator-Setorial.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Davi Alcolumbre.

Anuncio a presença do nosso Ministro Amir Lando, que está visitando a Comissão, decerto sem nenhuma preocupação com o Orçamento da Previdência. S.Exa. veio nos visitar e lhe agradecemos a presença.

Com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero registrar a alta compreensão do nosso Sub-Relator de Infra-Estrutura, Deputado Pedro Novais, em relação ao nosso Estado, a Bahia. Em um primeiro momento, nos sentimos altamente prejudicados, mas o Sr. Relator entendeu a necessidade, a importância de trechos rodoviários e ferroviários em nosso Estado.

Apresentamos 4 destaques. Um deles diz respeito à BR-235, uma rodovia que interliga o Nordeste, passando pelo nosso Estado, e é da mais alta importância para a Região Nordeste e para a Bahia.

Também apresentamos destaque relativo à BR-418, uma rodovia que oferece suporte ao pólo de celulose que está se desenvolvendo no extremo sul do nosso Estado. Essa rodovia liga a Bahia a Minas Gerais, sendo uma via de escoamento da produção do pólo de celulose do nosso Estado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Outro destaque refere-se a trechos ferroviários que vão proporcionar o escoamento da produção do oeste do nosso Estado para o Porto de Aratu.

Apresentados também destaque relativo a contornos rodoviários. Vamos resolver sérios problemas na região de Barreiras e de Faria Santana com a adequação desses contornos rodoviários, pois hoje há gargalos nas BRs, justamente nos acessos de entrada para essas cidades importantes do nosso Estado.

Contamos com a generosidade do nosso Relator no sentido de que acate esses destaques que representam muito para esses trechos rodoviários e ferroviários no nosso Estado. Agradeço antecipadamente ao Relator Pedro Novais pela boa vontade, com a certeza de que a sua sensibilidade e compreensão farão com que esses destaques sejam acatados, atendendo, assim, à economia da Bahia, e, certamente, com grande repercussão na economia do Nordeste e do País como um todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) – Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Sr. Presidente, Sr. Relator, agradeço pela atenção. Sr. Presidente, o barulho aqui está muito alto...

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) – Insistimos com os presentes que conversem mais baixo a fim de que possamos tocar os nossos trabalhos. É o apelo que a Mesa faz.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, ousou fazer um comentário: está faltando pulso na condução dos trabalhos. Está havendo aqui uma verdadeira poluição sonora, provocada pelos Deputados quanto por aqueles que estão no fundo da sala. É necessário pulso por parte de V.Exa.

Deputado Pedro Novais, V.Exa. foi atencioso, carinhoso, recebeu todos os Deputados e sempre cumpriu horários, mas eu, como Deputado do PMDB, concordo com a observação do Deputado Pauderney Avelino: esta Casa, esta Comissão, o PMDB, todos nós fomos desmoralizados. O Governo tem uma proposta para o Fundo Monetário Internacional, proposta essa que está redigida em inglês, e não vem discuti-la conosco! Para onde vai o dinheiro? Quem vai destiná-lo?

É uma falta de consideração do Governo para com o Parlamento brasileiro não discutir para onde vão esses recursos que estão sendo acordados com o Fundo Monetário Internacional. Imagino eu o que seria desta Casa e desta Comissão se isso tivesse sido feito nos Governos anteriores, no Governo Itamar ou no Governo Fernando Henrique Cardoso. O PT iria incendiar esta Comissão!

Tenho um outro comentário a fazer, Deputado Pedro Novais. V.Exa. conhece as necessidades do Rio Grande do Sul, mas olhou para elas com um olho só. Vou começar pelo lado bom, razoável: o Rio Grande vai abrir o Porto de Rio Grande para a América Latina e para o mundo. É fundamental concluir aquela obra. Mas na área de adequação de estradas há graves problemas, e R\$ 6 milhões não significam absolutamente nada. Isso é só um trocado. Eu sei que V.Exa. não é diretamente responsável por isso, mas V.Exa. conhece a malha rodoviária do Rio Grande do Sul. Para a construção de estradas, R\$ 12 milhões?! Ora, existem 3, 4 ou 5 trechos a serem concluídos. Com R\$ 40 milhões poderíamos concluí-los. O próprio Presidente Lula poderia inaugurar em seu Governo essas 5 ou 6 estradas — a 468, a 158, a Estrada do Inferno, a 481. São trechos de 6, 10, 15 quilômetros, que V.Exa. ignorou!

V.Exa. não foi legal com a bancada gaúcha. Não olhou para seus colegas do PMDB. Em outras épocas, V.Exa. tinha um olhar melhor. O Senador Romero Jucá está dizendo que foi generoso com os Sub-Relatores, está dizendo de boca cheia que nunca lhes deu tantos recursos, mas o Rio Grande do Sul nunca recebeu tão pouco.

Precisamos concluir as obras de algumas estradas. E não são obras novas. Trata-se da conclusão e da adequação de alguns trechos. Olhe para nós, Deputado. Converse com o Relator. É a oportunidade que V.Exa. tem de recuperar o bom relacionamento com o nosso Estado, o que mais exporta, superando São Paulo em valor *per capita*, mas a logística lá está horrível, e queremos contribuir com o Governo brasileiro.

Para encerrar, quero dar um recado aos Deputados dos 10 Estados exportadores: o Brasil precisa exportar mais do que nunca. O Governo não alocou um tostão para o fundo de compensação pela Lei Kandir. Todos nós ficamos felizes quando o Presidente Lula foi até a televisão — e bato-lhe palmas — para dizer que o Brasil está exportando, que a exportação é fundamental e é responsável pela geração de empregos em todo o Brasil. Só que não veio do



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Governo Federal um tostão sequer no Orçamento para a compensação dos Estados pela Lei Kandir, deixando para o coitado do Relator, o Senador Romero Jucá, a tarefa de arrumar os R\$ 9 bilhões, que representam a metade do que o Governo deveria compensar.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Pelo segundo ano consecutivo, Deputado Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - É verdade. Nos Governos anteriores pelo menos os Estados recebiam 50%. No ano passado e neste não vão chegar a 20% de compensação. Isso é dizer não à riqueza do Brasil, é dizer não à geração de empregos e é penalizar os Estados que estão produzindo, não só os do Sul, mas também os do Norte e do Nordeste. O Ceará, o Rio Grande do Norte, Bahia, Goiás e Alagoas também estão perdendo dinheiro.

Esta Casa não pode votar nenhum Relatório setorial, muito menos o Relatório Geral, se não forem compensados os Estados com no mínimo os R\$ 9 bilhões. Coitado do Senador Romero Jucá! O Ministro Palocci, que aparece todo faceiro nos jornais de hoje, tem a fórmula e pode usá-la, se quiser.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Relator, V.Exa. é do PMDB, e certamente não é da parte do PMDB que tem saudades do Governo passado. É do PMDB que tem visão de futuro e quer ajudar o Governo Lula a governar o País e tirá-lo deste atoleiro em que se meteu por conta de políticas passadas.

É óbvio que sempre haverá vozes saudosas, viúvas dos excessos, que entendem que o passado é melhor que o presente. Ora, a Lei Kandir não foi feita agora, mas em 1996. Deveriam naquele momento tê-la questionado. Os que hoje falam contra a Lei Kandir foram os que a aprovaram e bateram-lhe palmas em 1996. Evidentemente, hoje fazem esses discursos para convencer a população que vê a *TV Câmara* de que eles estão certos.

Entendo a posição do Sub-Relator. É difícil elaborar um relatório setorial e distribuir os recursos. Sou sempre crítico quanto a essa função, porque é muito difícil ter uma visão estruturante de país, uma visão do que é prioritário, com tanta pulverização de recursos. É evidente que há uma perda da visão do que é importante. É natural que haja essas reivindicações pontuais, regionais, e muitas vezes perde-se a noção do todo, do que é importante.

Digo isso, Sr. Sub-Relator, com relação à Região Norte. Há ali uma rodovia que atende a 2 Estados: Rondônia e Acre. Se não fossem as emendas das bancadas tanto do Acre como de Rondônia, não haveria recuperação das rodovias federais, que são as poucas estradas daquela Região. Pela primeira vez está havendo recuperação. Depois de muito tempo de descaso, desde 2003 vem havendo a efetiva recuperação das estradas federais do Brasil.

O Estado de Rondônia é cortado pela BR-364, que nos liga ao nosso vizinho Estado do Acre. Essa rodovia estratégica para a nossa ligação com o Pacífico tem duas pontes igualmente estratégicas, uma sobre o Rio Abonã, outra sobre o Rio Madeira — essa é a que nos liga ao Amazonas. A bancada de Rondônia pediu, em emenda de bancada, prioridade para a sustentação dessa malha viária e a conclusão dessas duas obras. Infelizmente, os recursos apontados no Relatório serão insuficientes, Sr. Relator, para completar essa obra, para concluir esse investimento. Com isso, a interligação com o Pacífico e a integração rodoviária de Rondônia com os Estados do Acre e do Amazonas por meio dessas duas vias ficam impossibilitadas, pois os recursos alocados não são suficientes para completá-las.

Fizemos adendos a esse Relatório, e num apelo não só nosso, mas da bancadas dos Estados do Acre e de Rondônia, pedimos que seja feita uma suplementação desses recursos para que a malha viária federal, a única existente no Estado de Rondônia, possa ser contemplada, o que acabaria com o gargalo de escoamento da produção de soja de Mato Grosso e de todo o Centro-Oeste, que passa por esse rodovia. Sem a suplementação, fica difícil essa interligação.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Deputado Valverde, para eu me situar melhor, V.Exa. poderia explicar quais são as emendas? Ou são todas?

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - São emendas de bancada.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - As emendas de bancada de Rondônia?

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O valor total das emendas de bancada de Rondônia é de R\$ 40 milhões.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - V.Exa. refere-se às 4 ou só às 3 que foram atendidas?



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Na verdade, a bancada ofereceu 4 emendas para as rodovias federais; uma genérica, é a primeira emenda que aparece aí, e duas são específicas para a BR-429 e para a duplicação de um trecho da rodovia, mas a mais importante é a primeira, porque ela é genérica, e poderia atender não só a recuperação da rodovia, como também a conclusão das pontes, num total de R\$ 25 milhões.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - V.Exa. quer aumentar esse valor?

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - A idéia é permitir a construção das pontes e a recuperação da ferrovia, a interligação Rondônia—Amazonas e Rondônia—Acre. Queremos que essas obras sejam concluídas, e o recurso orçamentado aqui é insuficiente.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Muito obrigado, Deputado Valverde.

O próximo inscrito é o Deputado Gonzaga Patriota

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eminente Relator, como estou há muitos anos nesta Comissão, sei que a Sub-Relatoria de V.Exa. sempre fica por último. Não há acordo, ninguém se entende, principalmente em se tratando de um País que cresceu 5% este ano, e espera-se que cresça no próximo também 5%, mas não tem estradas, não tem portos, não tem ferrovias. E o interesse de cada um dos Parlamentares, principalmente desta Comissão, é ver seus Estados atendidos.

Mas, Deputado Pedro Novais, primeiro gostaria de pedir-lhe a reposição de alguns recursos que V.Exa. cortou. Peço toda a atenção de V.Exa. para essa reposição. Primeiramente, tivemos o corte de importantes projetos encaminhados pelo Executivo, a exemplo da Ferrovia Transnordestina e muitos outros. São esses os destaques que faço, para reposição de recursos, e gostaria de pedir a V.Exa. toda a sua atenção.

Por outro lado, na Comissão de Transportes, da qual faço parte, tivemos de retirar uma emenda importantíssima, de pontos críticos, porque conseguimos transferir essa emenda para a Comissão da Amazônia; infelizmente, porém, V.Exa. alocou para ela apenas R\$ 500 mil reais — e trata-se de pontos críticos no Brasil.

Sr. Relator, defendemos essa emenda porque ano no passado aprovamos aqui R\$ 4 milhões ou R\$ 5 milhões para pontos críticos, tendo feito de pronto um carimbo para a Ponte Presidente Dutra, que fica entre Petrolina e Juazeiro e liga grande parte do Nordeste com o restante do País. Por causa das más condições dessa ponte, está praticamente paralisado todo o transporte rodoviário da Região Nordeste para o restante do País. Portanto, para esse nosso Destaque nº 46, para a Emenda nº 0004 da Comissão de Integração Nacional e Amazônia, eu pediria a V.Exa. uma atenção especial, principalmente porque temos o entendimento de que o DNIT pode dar continuidade ao trabalho de salvação da Ponte Presidente Dutra.

Temos outros destaques aqui. Um deles trata...

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Deputado Patriota, desculpe-me; V.Exa. referiu-se à Emenda nº 0004?

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - À Emenda nº 4 da Comissão da Amazônia, que é objeto do Destaque nº 46 da Comissão de V.Exa. Depois eu passo os dados à assessoria.

Por outro lado, a infra-estrutura ferroviária neste País carece de recursos, e temos uma emenda da Comissão de Transportes, a qual V.Exa. atendeu com o que pôde, R\$ 22 milhões, mas precisamos de muito mais. Por isso, fazemos um apelo para que V.Exa. possa indicar um valor maior, porque temos os metrô de Fortaleza, de Recife, de Belo Horizonte e de outros Estados.

Há também a emenda que iríamos apresentar na Comissão de Transportes para o controle de velocidade. Tanto o DNIT quanto a Polícia Rodoviária Federal, de acordo com a Lei de Trânsito, poderiam fazer um controle maior da velocidade nas rodovias, mas, infelizmente, não há recursos. Não há recursos sequer para contratar empresas particulares para isso. É o Destaque nº 47, sobre a Emenda nº 0003, da Comissão de Transportes.

Eminente amigo e Relator Deputado Pedro Novais, estamos aqui destacando as emendas da bancada de Pernambuco com a permissão dos nossos Coordenadores José Chaves, Cadoca e o Senador Sérgio Guerra. Trata-se da BR-202. Pedimos recursos também para o trecho de Caruaru a São Caetano. O Porto de Suape, agora, com essa grande indústria que será instalada em Pernambuco, precisa de mais calado. É disso que tratam o Destaque nº 42, para a BR-232, e o Destaque nº 43, para o Porto de Suape. O Porto do Recife também atende a um grande número de contêineres de todas as pequenas indústrias da Região Nordeste. E a BR-104 liga Caruaru a Paraiba.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por último, Sr. Relator, estamos apresentando mais um destaque, além das reposições. É um destaque da Comissão de Viação e Transportes. Vamos passar todos esses destaques a V.Exa.

Quero parabenizá-lo, Deputado, porque nos mais de 15 anos que estou aqui nunca vi essa Sub-Relatoria chegar com um acordo e seu Relatório ser o segundo a ser votado. Encaminho, com a permissão do meu partido, o PSB, o voto pela aprovação do Relatório, e parabeno também todos os Srs. Deputados pelo acordo que fizeram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Gonzaga Patriota. V.Exa. tem toda a razão.

O próximo orador inscrito é o Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Deputado Paulo Bernardo, é uma honra ter V.Exa. presidindo a Mesa, depois da nobre Presidência do Senador Sibá, ainda por cima tendo um Relator dessa magnitude, com a grandeza que lhe é peculiar. Inclusive começo dizendo que nós da Bahia agradecemos muito a V.Exa. o atendimento das nossas solicitações. V.Exa. certamente compreendeu a justiça dos nossos pleitos, que já foram mencionados pelo Deputado José Rocha, mas gostaria de frisar a importância deles, porque têm a ver com o contorno ferroviário e o contorno rodoviário. Foram os 2 destaques que apresentamos. E fui informado de que V.Exa., da forma que lhe é muito peculiar, não só acatou nossos pleitos mas também, respondendo positivamente, ampliou esses recursos.

Quero dizer a V.Exa. da importância desse trecho de ferrovia. Trata-se de um projeto muito antigo. Fala-se, desde Juscelino Kubitschek, do Porto de Campinho, na Bahia. Agora fica mais justificada ainda essa ação, a partir de todo o crescimento do plantio da soja e do desenvolvimento da região oeste. Portanto, ali se configurará um grande corredor para o escoamento da produção, o que representa, à medida que se vá estabelecendo lá a nossa ferrovia, um enorme potencial de crescimento da região. Então, esse é um pleito de toda a Bahia, não só daquela região, do sul e do oeste baiano, mas de todo o Estado, porque assim se resolvem também várias outras questões. À medida que implantamos o corredor ferroviário, obviamente todo o movimento que hoje ocorre nas rodovias será deslocado, conseqüentemente melhorando sobremaneira o tráfego nas nossas rodovias, aliviando o volume de carga, que tem também prejudicado a pavimentação asfáltica, e, é claro, dando um novo suporte econômico para a nossa região, particularmente nesse trecho a que me referi agora, que é importante para o escoamento da soja.

Então, quando dirigimos este pleito a V.Exa. a fim de que pense no assunto com um grau de benevolência ainda mais elevado, temos em vista o desenvolvimento regional e econômico da Bahia.

Quero ainda referir-me à BR-235, afirmando que não se trata de um pleito só dos baianos, mas da bancada sergipana desta Comissão, comandada pelo companheiro José Carlos Machado. A BR-235, que liga a Bahia a Sergipe, passa por diversos Municípios importantes e possibilita o encurtamento da distância até Juazeiro, cidade de muita importância, ali na beira do São Francisco. Portanto, resolve o problema de deslocamento. Quem anda por aquela região sabe o que significa isso. Hoje, para chegar a cidades como Uauá, passa-se necessariamente por estradas sem pavimentação. Por isso é importante essa ligação entre Bahia e Sergipe, na região da divisa, porque isso trará para os 2 Estados uma efetiva possibilidade de desenvolvimento.

Portanto, quero desde já agradecer a V.Exa. o atendimento de nossos pleitos, particularmente esses que citei, e gostaria que V.Exa. pensasse na possibilidade de ampliar os valores que estão destinados à consolidação desse trecho da rodovia BR-235, principalmente entre Juazeiro e a divisa da Bahia com Sergipe. Isso contemplaria uma importante região do Estado da Bahia, aproximando-nos cada vez mais dos nossos irmãos sergipanos, e resolveria com certeza os problemas do velho sertanejo. Apesar de ser uma área de muita caatinga e muito bode, essa região tem um enorme potencial, mas falta exatamente essa estrada para consolidar o seu desenvolvimento, para, de uma vez por todas, permitir que o sertanejo se locomova para escoar sua produção sem o sacrifício que é obrigado a enfrentar nos dias de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Walter Pinheiro.

O próximo é o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI - Sr. Presidente, Sr. Relator — com quem já conversei —, apresento os Destaques de nºs 25 e 26, que tratam da recomposição dos valores atribuídos a duas rodovias. Gostaria que o Sr. Relator desse toda a atenção aos Destaques nºs 25 e 26.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O próximo é o Deputado Renato Casagrande. *(Pausa.)* O Deputado não está aqui. Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente Paulo Bernardo, Sr. Relator Deputado Pedro Novais, eu disse a V.Exa. que iria chorar muito, e vou, porque, como Senadora por Mato Grosso, pela primeira vez na história sinto não sei se inveja ou ciúmes de Minas Gerais, por exemplo. Trata-se de um Estado geograficamente grande, mas o nosso Mato Grosso também é muito grande. E veja, Deputado Pedro Novais, a situação das rodovias de Minas Gerais e das rodovias de Mato Grosso; Minas Gerais mereceu R\$ 220 milhões, e Mato Grosso R\$ 64 milhões. É muito pouco, Deputado. É pouco, muito pouco mesmo.

Mato Grosso hoje é o maior produtor de soja do mundo — não é do Brasil, mas do mundo. Antes era os Estados Unidos, hoje é o Estado do Mato Grosso o maior produtor de soja, e o maior produtor de algodão. Veja, Deputado Pedro Novais, produzimos hoje algodão colorido, de 4 cores. Não é preciso mais tingir o nosso algodão. E somos também o maior produtor de carne bovina.

Digo tudo isso, Deputado, porque nós somos um Estado eminentemente produtor de matéria-prima e precisamos de estradas. Praticamente não temos hidrovias, nem temos ferrovia; há só um pedacinho, lá em Mato Grosso, agora que está começando a expansão da Ferronorte. Temos rodovias — a 156 e a 163 — que estão em dificuldades, e a 364, de que trata, fundamentalmente, uma das nossas emendas. Ela ficou com apenas R\$ 5 milhões. É preciso alocar no mínimo mais R\$ 10 milhões para a 364, para podermos avançar um pouquinho nessa questão.

Tivemos aqui, por exemplo, o ex-Senador Carlos Bezerra, que foi um lutador ferrenho pela 364. Mesmo quando deixou de ser Senador, deixou aqui emendas para a 364.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Desculpe-me, Senadora. Para a 364 há duas emendas, uma para a construção de contornos, que foi contemplada com R\$ 20 milhões, e outra para a construção de trechos rodoviários; essa, sim, foi contemplada com apenas R\$ 5 milhões.

A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO - Era exatamente para essa que eu pedia R\$ 50 milhões, e V.Exa. reduziu para 10% disso, Deputado. Vamos aumentar um pouquinho aí, Deputado, por favor. Realmente, isso não dá. Nosso Mato Grosso precisa dessa rodovia, que é um corredor fundamental para o escoamento da produção na região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Peço silêncio. A Senadora Serys está usando a palavra.

A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO - Sr. Relator, com certeza sabemos das suas dificuldades de dividir o pouco de que dispõe entre tantas necessidades em nosso País, mas nosso Estado do Mato Grosso, especialmente por ser eminentemente um produtor de matéria-prima, precisa que suas estradas avancem. Então, em nome do povo do Mato Grosso, faço esta reivindicação para a 364, e tenho certeza de que, ao ser aprovado esse Orçamento, essa rodovia será mais contemplada. Tenho essa certeza porque realmente esse é um fator decisivo, determinante para o nosso crescimento. Se V.Exa. verificar, e sei também das dificuldades de fazer isso, os outros Estados estão com uma situação muito mais avançada, em termos de rodovias. Nosso Estado tem muitas dificuldades, e tem um potencial gigantesco de turismo etc., mas falo aqui apenas do escoamento da produção.

O responsável por grande parte da nossa balança de pagamentos é a exportação de soja, como de outros grãos também; por isso essa estrada é fundamental para nós. Mais do que uma reivindicação, é o apelo que faço aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Senadora Serys.

O próximo é o Deputado Pastor Francisco Olímpio.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO - Sr. Presidente, demais companheiros, inicialmente quero parabenizar o ilustre Relator Deputado Pedro Novais e reafirmar a necessidade de serem alocados mais recursos para a BR-104. Está aqui, na Área V: é a Emenda 1180015, para a BR-104, adequação de trechos rodoviários na divisa de Pernambuco com a Paraíba. Trata-se de um trecho com um fluxo muito grande de pessoas.

Peço vênias aos ilustres coordenadores...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O Pastor Francisco Olímpio está enfrentando uma barreira visual.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO - É verdade. Mas são Senadores, devemos respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - É o Senador Sérgio Guerra. Não podemos reclamar.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO - Tenho que esperar aqui pelos Senadores. Dêem-me licença aí, Senadores.

Peço vênia aos coordenadores José Chaves e Carlos Eduardo Cadoca, e também aos mais velhos, como Gonzaga Patriota, com quase 50 anos de Comissão, para solicitar a V.Exa. maior carinho para a BR-104. É a 0015, Sr. Relator. Também necessitamos de maior carinho, tendo em vista a necessidade de mais recursos. É a Emenda 71180015.

Queremos parabenizar V.Exa. e em nome do nosso partido, o PSB, pedir a aprovação do seu relatório, muito bem-feito.

Muito obrigado, Sr. Relator e Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Pastor Francisco Olímpio.

O próximo inscrito é o Deputado Humberto Michiles.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES - Sr. Presidente, Sr. Relator, o Estado do Amazonas, como todos sabem, não tem malha rodoviária. Ele tem pouquíssimas estradas, sendo a principal delas a BR-319. Como sabe o ilustre Deputado Pedro Novais, é a estrada que liga o Estado do Amazonas ao resto do Brasil.

Não podemos imaginar que um Estado como o Amazonas, com a sua dimensão, com um distrito industrial que cresce e exporta, e inclusive contribui para o saldo positivo da balança comercial, na medida em que evita importações, tenha uma estrada construída há décadas a qual há quase 10 anos, Deputado Pedro Novais, está intransitável. Agora, neste momento em que o Governo do Presidente Lula, que tem como Ministro dos Transportes Alfredo Nascimento, que é do nosso Estado, sensibiliza-se e toma a decisão de recuperar essa estrada, integrando o Estado do Amazonas ao restante do Brasil pela via rodoviária, houve um corte profundo de quase 40% do que foi proposto pelo Ministério, feito pelo ilustre Deputado Pedro Novais.

Faço um apelo a S.Exa. no sentido de que isso seja revisto e seja recomposto o valor o mais próximo possível da proposta do Ministério, do que veio na proposta original encaminhada a esta Casa. É o apelo que faço, tanto no que diz respeito à proposta do Ministério quanto à emenda de bancada, que aloca recursos para a BR-319. Evidentemente, só há sentido se pudermos torná-la transitável em toda sua inteireza e extensão, senão o Estado do Amazonas continuará isolado ainda por alguns anos. Essa não é a intenção de V.Exa. nem do Governo.

Quero cumprimentá-lo e ao mesmo tempo agradecer a V.Exa. a atenção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Humberto Michiles. Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Paes Landim.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Sr. Presidente, Sr. Relator setorial, trata-se do destaque assinado pelo Deputado Júlio Cesar a respeito do pedido de recomposição do crédito que veio na proposta orçamentária para a BR-020, no Estado do Piauí, a chamada Fortaleza a Brasília. O valor a ser recomposto é de R\$ 1,39 milhão. Trata-se de rodovia construída pelo 3º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro. Tenho certeza de que se fosse uma empresa privada o valor seria muito maior.

Essa rodovia é mais importante para o Estado do Piauí do que todas as outras que estão no Orçamento. Apelo para V.Exa. no sentido de que esse destaque seja deferido, recompondo-se o valor original do PL do Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Paes Landim.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, Sr. Relator Deputado Pedro Novais, tem sido uma satisfação trabalhar na companhia de V.Exa. nesta Comissão e observar a maneira equilibrada e sensata como V.Exa. tem conduzido seu mandato, que culmina com uma Relatoria brilhante e bastante ponderada, na utilização equilibrada da distribuição regional dos recursos, que sabemos serem escassos.

Nós do Distrito Federal, que não temos um sistema viário tão exuberante, dada a dimensão geográfica desta Unidade da Federação, temos 2 projetos, e sobre apenas um deles oferecemos emenda de bancada; trata-se da duplicação da BR-020, que conduz nossa população e introduz a população nordestina, e tem havido ali um altíssimo índice de acidentes. Muitos



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nordestinos sobrevivem às dificuldades de chegar até o Distrito Federal mas não conseguem chegar ao Plano Piloto porque são vítimas de acidentes nessa estrada, principalmente no trecho dentro do DF. Há uma reclamação geral da população.

Houve um esforço bastante significativo do Deputado Pedro Chaves, e reconheço o trabalho de S.Exa. na duplicação dessa rodovia no trecho dentro do Estado de Goiás. Na última semana estivemos no IBAMA solicitando a liberação da licença ambiental. Sua posição, neste momento, é de fundamental importância. Dos R\$ 15 milhões propostos, V.Exa. está deixando apenas R\$ 7 milhões. Por favor, seja um pouco mais condescendente. Na área de infra-estrutura para o Distrito Federal houve tão-somente essa emenda. Deixo aqui, portanto, nosso apelo, em nome da bancada, formada por 3 Senadores e 8 Deputados Federais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra a Deputada Maria Helena.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Pedro Novais, refiro-me ao Destaque nº 19, que diz respeito à construção da BR-210, que liga o Município de São João da Baliza até o Distrito de Entre Rios, no Município de Caroebe, no interior do Estado de Roraima. Essa região, Sr. Relator, é altamente produtiva, tanto de gado quanto de banana. O Estado de Roraima é o maior produtor de banana do Norte do País, e inclusive exporta para a Venezuela, mas nos meses entre abril e setembro, que é o período das chuvas, essa rodovia torna-se intransitável.

No ano passado apresentamos um destaque para aumentar os recursos para a construção dessa rodovia, o que infelizmente não aconteceu. Voltamos a pedir que V.Exa. se sensibilize com essa questão. Essa rodovia, no período das chuvas, torna-se intransitável, e lá têm ocorrido muitos acidentes. V.Exa. destinou R\$ 7 milhões para a construção dessa rodovia, praticamente inviabilizando que isso venha a acontecer. Pedimos mais R\$ 15 milhões no nosso destaque. Se recebermos pelo menos a metade desse valor, já conseguiríamos dar início às obras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, o DNIT do Estado do Piauí fez uma programação de restauração das rodovias estaduais com um valor mínimo de R\$ 18 milhões, mas foram cancelados R\$ 3.981.000,87. Nesse item de restauração de rodovias, Sr. Relator, apresentei um destaque para repor esse corte da restauração das rodovias, e também um outro destaque de uma verba de R\$ 5 milhões para conservação preventiva e rotineira das rodovias federais do Piauí, mas foram cortados R\$ 1.000.055,00. O segundo destaque de nossa autoria foi para repor também esse corte. O terceiro, muito bem defendido pelo Deputado Paes Landim, visa repor a proposta original do Governo para a BR-020, que é uma rodovia de integração do Nordeste que está sendo construída pelo Exército Brasileiro.

São esses os 3 destaques, Sr. Relator, que propomos à consideração de V.Exa., para reposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, em primeiro lugar quero parabenizar V.Exa., Deputado Pedro Novais, que dá um exemplo de trabalho, dedicação e compromisso com a Comissão de Orçamento, com o Governo Federal e com o Brasil.

Sr. Relator, apelo a V.Exa. que indique ao Relator-Geral a Emenda nº 6 — adequação de estradas rodoviárias no Estado do Ceará — e lhe peça que aumente a quantidade de recursos, já que temos as BRs-020, 116 e 222. Já está em andamento essa adequação. Dezesete milhões de reais é pouco, pela necessidade de conclusão da BR-116 e início do trecho de duplicação da BR-222, que leva ao Porto do Pecém.

Apelo ao nobre Relator que indique ao Relator-Geral o aumento de recursos para 30 milhões de reais, o que seria adequado para atender ao Estado do Ceará. Falo em nome da bancada do Estado do Ceará.

A Emenda nº 17, Sr. Relator, que trata da ampliação do Porto do Pecém, no Estado do Ceará, só foi aquinhoadada com 5 milhões de reais. Peço ao nobre Relator que acresça pelo menos 15 milhões de reais, para consolidar o Porto do Pecém e dar melhores condições de vida ao povo do Ceará.

É o apelo que faço ao nobre Relator. Tenho certeza de que, com seu trabalho e dedicação, percebendo a necessidade do Estado do Ceará, V.Exa. há de indicar esses acréscimos ao nosso Relator Romero Jucá, para melhorar essas duas emendas e alocar os recursos necessários.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Zé Gerardo. O próximo orador é o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, apresentei 2 destaques a emendas da Comissão de Fiscalização e Controle e da Comissão de Minas e Energia, uma destinada ao aumento de recursos para a fiscalização na ANP e a outra à realização de estudos de geologia e geofísica para prospecção de petróleo.

Qual a razão dessas emendas? A ANP tem orçamento vinculado. Parte dos *royalties*, dos bônus de assinatura e do pagamento de retenção de área fazem com que a ANP tenha um orçamento de 2 bilhões e 393 milhões de reais. Desse orçamento, a União faz superávit primário com mais de 2 bilhões. Serviços como a fiscalização de postos de combustível que adulteram a gasolina e a exploração das áreas de petróleo do País não podem ser executados pela ANP nem garantem sua auto-suficiência.

Sr. Presidente, está-se fazendo uma reavaliação de receitas por parte do Comitê. Quero apenas lembrar que os recursos dessa reavaliação, no que diz respeito à participação especial pela produção de petróleo ou gás natural, são vinculados — dos 70%, 40% são da ANP.

Pode-se fazer uma manobra: esses recursos são alocados à Agência, mas encaminhados para a reserva de contingência, liberando-se a Fonte 100 e prejudicando-se a função efetiva da ANP.

Problema semelhante existe em relação à ANATEL. O Deputado Jorge Bittar fará também pronunciamento sobre o órgão.

A ANP deu-me todas as informações para demonstrar essa distorção. Fiz os destaques. O Relator é homem sensível a esse problema e acolheu a emenda num baixo valor, mas abriu uma janela. Espero contar com seu apoio para sensibilizar o Relator-Geral e manter a vinculação, destinando os recursos não à reserva de contingência, mas à atividade-fim da ANP.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Sérgio Miranda.

O próximo orador é o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, nossa preocupação é que, verificando o relatório, percebemos que várias rodovias também no Estado de Mato Grosso do Sul tiveram seus valores cancelados. Estamos destacando e apelando ao nobre Relator.

Na pág. 173, quando se diz: “*Construção de anel rodoviário no Estado de Mato Grosso do Sul, no Município de Corumbá*”, está havendo cancelamento de R\$1.265.000,00.

O mesmo procedimento ocorre com relação à construção de trecho rodoviário na BR-158, trecho Três Lagoas/Selvíria, no Estado de Mato Grosso do Sul. Houve cancelamento de R\$950.000,00. Neste caso, há compensação.

Também chamamos a atenção para a construção do trecho rodoviário da BR-158, contorno Aparecida do Taboado, acesso à ponte sobre o Rio Paraná, em Mato Grosso do Sul. Nobre Relator, a proposta inicial era de R\$7.000.000,00, mas está havendo cancelamento de R\$1.475.000,00. Vejam bem: o valor era de R\$7.000.000,00, pequeno em relação à necessidade, mas estão se cortando R\$1.475.000,00.

Com relação à recuperação de pontes, na BR-267, também no Estado de Mato Grosso do Sul, há a Ponte Maurício Joppert, na divisa com Minas Gerais, e que interessa também aos Deputados mineiros — o Deputado Gilmar Machado poderia ajudar nesse sentido. Entretanto, está havendo cancelamento de R\$950.000,00.

Por último, Sr. Presidente, também no Estado de Mato Grosso do Sul, na BR-158, no Município de Paranaíba, o valor era de R\$3.600.000,00, nobre Relator, e estão sendo cancelados R\$760.000,00. Estamos pedindo a recomposição do valor.

Também estão retirando de Mato Grosso do Sul R\$2.110.000,00. Nesse caso, estamos fazendo destaque.

Em alguns casos, os valores são pequenos, mas retirar R\$760.000,00 de R\$3.600.000,00 é, na nossa avaliação, significativo, considerável.

Portanto, fazemos esse apelo em relação a Mato Grosso do Sul.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Qual é o valor mencionado? Não estamos identificando aqui.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - O último é de R\$2.110.000,00.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - É em Mato Grosso do Sul?



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sim. Dois milhões e cento e dez mil reais. Sr. Presidente, na pág. 171, Construção de Contornos Rodoviários. Verifico aqui e levo a V.Exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Mais isso é no Estado do Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Não, é em Mato Grosso do Sul. Pegarei os dados de forma detalhada e os levarei a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado João Grandão.

O próximo orador é o Deputado Welinton Fagundes. Depois, a Deputada Maria Helena fará um complemento.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, com sua permissão, só quero comunicar ao Relator que fiz o destaque e já apresento a S.Exa.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Sr. Presidente, nobre Relator, como em todas as bancadas, há uma preocupação, porque os recursos sempre são muito aquém do necessário para promover o desenvolvimento dos Estados.

Nós, de Mato Grosso, especificamente, temos preocupação muito grande com essa área, já que nosso Estado é o que mais tem respondido em volume de exportação e também no aumento da produção agrícola.

É claro que, para produzir *commodities*, precisamos importar muitos insumos, o que exige estradas em condições de trafegabilidade. Da mesma forma, precisamos das estradas para exportar nossos produtos.

Com relação às *commodities*, estamos importando principalmente soja, além de outros produtos, como algodão. A soja e a carne bovina apresentam o maior volume de exportação, mas são produtos de alto volume e baixo valor agregado. Portanto, necessitamos urgentemente de condições viáveis em nossas estradas.

Falo como Relator-Setorial também da área de agricultura. Há hoje preocupação muito grande com o setor agrícola, porque os produtores compraram insumos com o dólar alto. Como há perspectiva para o ano que vem de superprodução mundial dessas *commodities*, teremos de exportar nossos produtos com o dólar baixo. Se as estradas estão esburacadas, é mais uma preocupação, porque o Custo Brasil e o custo dos nossos produtos acabam sendo extremamente onerados.

Mato Grosso, Estado continental com longas distâncias, depende basicamente de estradas para exportar seus produtos. Cabe principalmente a essa área receber volume de recursos mais considerável. É claro que o Relator procurou, na medida do possível, fazer esse atendimento, mas ainda é muito pouco pela necessidade de nossas estradas.

É bom salientar também que a maioria das estradas de Mato Grosso, como no restante do Brasil, foram construídas há muitas décadas e têm manutenção extremamente deficiente. Daí as emendas que fez a bancada do Estado na área de infra-estrutura, mais precisamente relacionadas ao DNIT e ao Ministério dos Transportes.

Destacamos todas as emendas que fizemos. Pedimos a compreensão do Relator-Setorial com a possibilidade de ainda contemplar o que for possível e de encaminhar ao Relator-Geral o que não for.

Apresentamos emenda para adequação de trecho rodoviário na BR-364, do quilômetro 343 ao 360, na Serra de São Vicente. Esse é um ponto de estrangulamento do trecho do Município de Rondonópolis até Cuiabá. Essa obra começou há muito tempo e já recebeu recursos de emendas orçamentárias. Acabou perdendo esses recursos devido a problema com o Tribunal de Contas. Este ano, o Tribunal liberou a obra. Portanto, é o momento de retomá-la. Esse é um dos trechos onde mais acontecem acidentes no Estado de Mato Grosso. Daí a necessidade de recursos para concluir o mais rápido possível essa obra.

Também há emenda para a construção do trecho Diamantino—Sapezal—Comodoro. Essa obra está sendo tocada há 4 anos e recebeu recursos em todos eles. Precisamos concluí-la. Esse trecho da BR-364, o único em construção no Estado de Mato Grosso, é importante para a exportação de nossos produtos, já que a região é grande produtora.

Ainda há outra emenda para a construção de contorno rodoviário no Estado de Mato Grosso, o Contorno Norte/Sul de Cuiabá. As BRs-158, 70, 364 e 163 desembocam nesse contorno. Hoje, isso causa transtorno a todos aqueles que chegam ou saem da Amazônia, principalmente porque também é gerado um problema urbano.

Outra emenda refere-se à construção de trecho rodoviário da BR-158, no Estado de Mato Grosso, na divisa com o Pará. A essa emenda o Relator atendeu relativamente bem. Sendo um trecho muito grande, de 500 quilômetros, é claro que qualquer valor é pequeno, mas é uma das



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

obras mais importantes para o Estado de Mato Grosso. Além disso, ela atenderá a outra região grande e agregará mais de 2 milhões de hectares de produção.

Também gostaríamos que o Vale do Araguaia e toda aquela região, que tem condições de responder muito em termos de produção para o País, tenha pelo menos os recursos para as travessias urbanas, as pontes que precisam ser feitas etc. Com aproximadamente 50 milhões de reais, isso seria possível neste ano, além, principalmente, da ligação do trecho de Sapezal a Ribeirão Cascalheira, um trecho de apenas 30 quilômetros.

Há ainda emenda sobre adequação de trecho rodoviário no Estado de Mato Grosso, para a qual queremos chamar a atenção do Relator. Nobre Relator Pedro Novais, pedimos atenção para essa emenda, que foi a que menor valor recebeu. Dessa forma, resolveremos o problema de uma passagem urbana ou de um rompimento, visto que não há, na redução de pontos críticos, recursos previstos para o Estado. Se o nobre Relator conseguir mais alguma coisa no que diz respeito a essa emenda, encaminhando os outros destaques para o Relator-Geral, já nos sentiríamos atendidos.

Agradecemos ao Relator-Setorial, que está de parabéns pelo belo trabalho realizado. Para o Estado de Mato Grosso, conseguimos agregar valores maiores do que no ano passado, embora o Ministério devesse alocar mais recursos para restauração e manutenção. Como não havia emenda, não cabia ao Relator-Setorial atender.

Portanto, em nome da bancada do Mato Grosso, agradecemos a S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Welinton Fagundes.

Coma palavra a nobre Deputada Maria Helena, que quer fazer uma complementação.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA - Sr. Relator, Deputado Pedro Novais, refiro-me ao Destaque nº 155. Apresentamos, pela Comissão da Amazônia, uma emenda para a eliminação de pontos críticos em toda a região amazônica. E, entre tantas apresentadas pelos Parlamentares que compõem a Comissão, essa foi considerada uma das de maior relevância. V.Exa. destinou para essa emenda 500 mil reais. Se for mantido esse valor, ele se perderá. Pedimos que V.Exa. reconsidere, porque essa emenda eliminará os pontos críticos na região amazônica. Pedimos, portanto, que V.Exa. reavalie essa emenda e acate o nosso destaque.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, quero dialogar com a Mesa e, em especial, com o Relator Pedro Novais.

Hoje pela manhã, por meio de acordo de bancada, apresentei destaque relativo à recomposição da BR-230, a Rodovia Transamazônica. A proposta do Governo era de 50 milhões de reais, mas houve um corte de 10 milhões de reais. O destaque que apresentei é no sentido de que permaneçam os 50 milhões de reais para uma rodovia que, no Pará, somente no trecho de Marabá a Itaituba, tem 980 quilômetros, sendo apenas 80 asfaltados. Em alguns trechos, as obras se iniciaram ainda no final da gestão passada, mas, por problemas de regularização ambiental, elas foram suspensas. Queremos dar continuidade ao asfaltamento da rodovia. Cinquenta milhões de reais dão apenas para retomar a obra, que, passados 34 anos, não teve nem conservação.

Garantimos, por meio de medida provisória aprovada recentemente no Congresso, 15 milhões de reais para conservação. As empresas foram licitadas no trecho de 560 quilômetros entre Marabá e Medicilândia. Esse recurso possibilitará a trafegabilidade da rodovia. No final de janeiro, dia 28, em Altamira, e no dia 30, em Medicilândia, haverá audiências públicas com vistas a que esse trecho receba autorização prévia para gastarmos esses recursos a partir de junho, quando se inicia o período de sol na região.

Peço ao nobre Relator que nos ajude na articulação com o Relator-Geral, Senador Romero Jucá, até porque fizemos, na parte da manhã, acordo sobre a recomposição desses 10 milhões de reais. Tais recursos ajudarão a amenizar o sofrimento de milhões de brasileiros de todos os Estados do Brasil que para lá foram na década de 70 e que, ansiosamente, esperam essa recomposição, pelo menos nos trechos mais produtivos, populosos e trafegáveis, como é o caso do trecho de 84 quilômetros entre Altamira e Medicilândia, e alguns outros de Marabá a Altamira. Estamos falando de uma das rodovias mais longas deste País e que, infelizmente, depois de 34 anos, continua sem asfaltamento nos principais trechos.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É o destaque que queria comentar. Houve acordo em outras áreas e nas bancadas de cada Estado. Sentir-me-ia contemplado se esses 10 milhões de reais fossem recompostos e já me preparo para, no próximo ano, garantir maior recurso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem a palavra o Deputado Renato Casagrande.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, fizemos uma emenda regional relativa a turnos e travessias ferroviárias na Região Sudeste para que sejam feitas intervenções ferroviárias principalmente no Espírito Santo, meu Estado, e em Minas Gerais.

Temos especial interesse em duas intervenções na Ferrovia Centro-Leste, que liga Vitória a Anápolis, em Goiás, uma ferrovia moderna, mas que tem 2 gargalos em Minas Gerais. Um fica na Serra do Tigre, região montanhosa em que a velocidade do trem é muito pequena e há necessidade de uma travessia, de investimento alto, que terá de ser acordado em parceria com a Vale do Rio Doce. É fundamental que tenhamos também o investimento do Governo. Essa parceria poderá viabilizar a travessia de aproximadamente 300 quilômetros, agilizando em 2 dias a viagem de carga nessa linha ferroviária.

Outro investimento importante nessa mesma ferrovia, que liga o Espírito Santo até a região central do Brasil, é o contorno de Belo Horizonte. Atravessar Belo Horizonte é uma dificuldade. Por isso estamos fazendo um contorno na cidade para agilizar sua velocidade média.

Temos uma emenda para a Região Sudeste, que atenderá também os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, pensando muito nesses 2 gargalos da mencionada ferrovia. O Estado do Espírito Santo é um grande exportador e está de portas abertas para o mundo. Isso ajudaria ainda mais a movimentação do sistema portuário do Estado do Espírito Santo. V.Exa. destinou 500 mil reais. Tínhamos proposto um valor superior a esse. Faço um apelo ao Relator-Geral no sentido de que aumente esse valor, mesmo que depois o Governo suplemente a verba por meio de créditos adicionais, para que essa obra seja iniciada e, assim, seja melhorado o tempo médio de viagem de transporte de carga e a movimentação portuária do Estado do Espírito Santo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, com agrado, registro o trabalho desenvolvido pelo Relator Pedro Novais, Deputado experiente que, ao longo de vários anos, tem realizado trabalho altamente respeitado e significativo nesta Comissão.

Sr. Relator, em alguns pontos, a caneta usada por V.Exa. tinha muita tinta e pesou muito sobre o Estado do Pará.

Vejamos os recursos destinados à geração de energia em Tucuruí, onde estivemos recentemente com o Presidente da República e sua comitiva. O Presidente da República externou ao Ministro dos Transportes e a todos os que estão realizando a obra sua preocupação de antecipar o cronograma de novembro de 2006 para julho de 2006. No PPA e no Orçamento foram destacados 425 milhões de reais para o atendimento dessa obra. A bancada do Pará, preocupada com a energia excedente produzida em Tucuruí e com a escassez de energia no oeste paraense, já vem, desde o ano passado, trabalhando com a Comissão e todos os membros do Governo para implantar o sistema de transmissão no oeste do Pará.

Da parte do Ministério da Defesa, houve sensibilidade no tocante à inclusão de vários Municípios no Programa Calha Norte. Agora vemos pinçados do Orçamento 90 dos 425 milhões de reais. E, dos 90 milhões de reais retirados, 50 milhões estão sendo destinados para a implantação de energia no oeste paraense, com o que ficamos muito agradecidos. Surpreende-nos, porém, que, desses 90 milhões, há 40 para implantação do sistema de transmissão de Itaituba, Parintins, Barreirinha, Maués e Boa Vista, na região norte do Estado do Amazonas.

Outras fontes poderiam ter sido utilizadas sem prejudicar o andamento da nossa obra, que é importante para os paraenses e, sobretudo, para os brasileiros. O processo de transposição de energia para o oeste paraense ajudará o Estado do Amazonas e, amanhã, o Estado do Amapá, pois levará energia de qualidade para essa região. Esse é o objeto do Destaque nº 60.

O Relator atende nossa emenda de bancada para Tucuruí em 6 milhões de reais, mas retira 14 milhões e 770 mil reais da proposta do Executivo, que era de 70 milhões para a realização da Eclusa de Tucuruí, já constante do PPA. Em vez de melhorar, nossa situação piorou.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Relator nos destinou 6 milhões, mas retirou 14. Portanto vamos ficar com apenas 61 milhões para essa obra.

Quanto à Rodovia Transamazônica, devemos ter maior atenção. O dinheiro que já se gastou na recuperação dessa rodovia para garantir sua trafegabilidade dava para asfaltá-la umas 3 ou 4 vezes. O Governo se propõe a investir 50 milhões na rodovia. Fizemos até uma emenda de texto. E a emenda do Relator retira dessa emenda 11 milhões e 550 mil reais. Como se não bastasse, fica essa rodovia mais uma vez prejudicada. Desde novembro do ano passado, temos nos empenhado junto ao Ministério dos Transportes no sentido de destinar cerca de 5 milhões de reais para que seja feito justamente o trecho reclamado pelo Deputado Zé Geraldo, de Altamira a Medicilândia, porque até hoje a burocracia falou mais alto e não foi permitida a ordem de serviço para o início dessa obra. Estamos inclusive acionando o Ministro dos Transportes.

Essa nossa reclamação é objeto do Destaque nº 85. O de Tucuruí é o Destaque nº 59.

Da recuperação de rodovias federais, foram retirados 2 milhões e 400 mil reais do Estado do Pará. Portanto, Sr. Relator, gostaria de merecer de V.Exa. um exame mais acurado desse processo, com vistas a não punir ainda mais este Estado.

Falou-se aqui na Lei Kandir. Quando essa lei foi aprovada, havia um seguro de receita. A Lei Kandir não permite a exportação de ICMS. O Estado do Pará é atípico, Sr. Presidente. De 3 bilhões e 400 milhões de exportação, importamos apenas 200 milhões de dólares. Mas as despesas realizadas pelas empresas exportadoras geram, sem dúvida, crédito de ICMS junto ao Governo do Estado. Qualquer juiz que determinar o cumprimento dessa lei vai inviabilizar o Estado do Pará. No primeiro momento, a Lei Kandir tinha um seguro de receita que dava 8,5 bilhões de reais. Hoje, a perda do Estado é de 520 milhões de reais por ano. Não temos condição de arcar com essa perda.

Queremos, sim, que, com interferência direta do Presidente da Comissão junto à equipe econômica do Governo, se apresse a instituição desse fundo. A decisão de criar o fundo já está tomada. Queremos verificar o seu tamanho como forma de corrigir essa distorção que estamos experimentando e que está incomodando o processo de manutenção e até de desenvolvimento do Estado do Pará.

Espero que o Relator reveja essa posição de corte tão drástico que foi feito nessa área de infra-estrutura do Estado do Pará.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Anivaldo Vale.

Concedo a palavra ao Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente, solicito ao nobre Relator, Deputado Pedro Novais, que indique ao Relator-Geral nosso Destaque nº 00345, Emenda de Bancada de Minas Gerais de nº 71140015, que trata da BR-265. Os recursos alocados por S.Exa. são insuficientes para a conclusão dessa obra, que já está quase no final.

Então, eu gostaria que S.Exa. fizesse uma indicação ao nobre Relator, a fim de ser aumentado o valor alocado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois não, Deputado João Magalhães.

Concedo a palavra ao Deputado Vignatti.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo Federal tem investido muito, inclusive por intermédio do Ministério dos Transportes, na recuperação e conclusão de rodovias para o próximo ano no Brasil.

Quero fazer uma saudação especial ao Relator Pedro Novais, meu colega na Comissão de Finanças e Tributação e competente Deputado, por ser conciso no seu parecer. Com a experiência de professor, S.Exa. com certeza tentou atender da melhor forma possível as bancadas de todos os Estados.

Quero fazer uma referência, Sr. Presidente, Sr. Relator, a um destaque que nós apresentamos e no qual ainda vamos trabalhar, mesmo com o acordo todo que envolve a questão.

Há uma obra em Santa Catarina, cuja conclusão vem se prolongando há anos, porque foi declarada irregular pelo Tribunal de Contas. Trata-se da BR-282, que atravessa o Estado inteiro e faz a ligação com a Argentina. Há 2 anos consecutivos, estamos vendendo mais para eles do que deles comprando. Historicamente, sempre comprávamos mais dos argentinos do que para eles vendíamos. E esse acesso nos garante vendermos ainda mais. Afinal, hoje, a única ligação de Santa Catarina com a Argentina tem de passar por parte do Estado do Paraná, para acabar indo para o Porto Seco de Dionísio Cerqueira, que se situa em Santa Catarina. A conclusão dessa BR é



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

conclamada também por um companheiro de partido de V.Exa., o Governador Luiz Henrique da Silveira.

Portanto, nós, da bancada de Santa Catarina, priorizamos nessa emenda recursos para as obras da BR-282, e fizemos o Destaque nº 0075. A propósito, essa acabou sendo a emenda que teve maior recurso. Mas, na nossa avaliação, precisaríamos de mais 10 milhões para garantir o início da obra e a finalização daquele trecho que nos liga à Argentina. A Argentina já concluiu a obra do outro lado. E a ponte entre os 2 países já está feita. Falta, de nossa parte, a conclusão desse trecho e a conclusão entre Lages e São José do Cerrito — cuja finalização depende do Tribunal de Contas.

Então, em nome do Deputado Federal Vignatti, da bancada catarinense e do Governador do Estado, peço a V.Exa. que faça o que puder para ampliar os recursos para tanto agora ou no relatório final. Isso, com certeza, será bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, seguramente, em razão da quantidade de pessoas que intervieram no processo, vou esquecer algum item, porque não deu para anotar todos. Mas peço àqueles que não forem contemplados com alguma informação que me relembrem, para que eu dê a informação necessária.

Em primeiro lugar, a Deputada Laura Carneiro pede acréscimo de recursos para pontos críticos e para o pátio de manobras ferroviárias do seu Estado. Anotei os valores que S.Exa. reclamou e, com certeza, farei a recomendação ao Relator-Geral.

Lembro aos nobres companheiros que ficou acordado com o Relator-Geral que os Relatores-Setoriais não atenderiam a nenhum destaque, mas os encaminhariam a S.Exa. com recomendação para aceitá-los. Da mesma forma, ficou combinado que nós, Relatores, faríamos outras recomendações que não constassem de destaques, a fim de o Relator-Geral poder estudá-las e, dentro das possibilidades atendê-las.

Deputado Pauderney Avelino, congratulo-me com V.Exa. por ter trazido à baila discussão que estava quase esquecida, a relativa aos investimentos de 2,7 bilhões que o Fundo Monetário Internacional afinal concordou em retirar do cálculo do superávit primário.

A meu ver, foi uma medida boa, mas não concordo com V.Exa. em um ponto: o FMI não ditou as obras que o Brasil deveria fazer, ele apenas foi ao encontro do interesse brasileiro em construir aquelas obras que são realmente prioritárias e facilitou sua construção ao autorizar a retirada dessas obras do cálculo do superávit primário. Na verdade, o que o Fundo Monetário exige do Governo brasileiro é o cálculo do superávit primário, não esta ou aquela obra.

Congratulo-me com V.Exa. por ter trazido o assunto à baila.

Quanto a BR-319, do Deputado Humberto Michiles, um dos Parlamentares mais educados que conheço na Câmara Federal, S.Exa. não pode imaginar o constrangimento que tive ao cortar recursos daquela emenda, mas tive de fazê-lo por duas razões. Primeiro, porque me pareceu que o Ministério dos Transportes favoreceu demasiadamente o seu Estado, quando há outros com tantas necessidades quanto o seu.

Em segundo lugar, eu precisava atender as emendas dos Parlamentares. E só posso fazê-lo com recursos que corto daquilo que veio na peça orçamentária, no PL, ou, então, naquilo que o Relator-Geral me passou.

Deputado Humberto Michiles, o corte que aparece na BR-319 não é todo feito pelo Deputado Pedro Novais, 15% vieram do Relator-Geral — e eu cortei provisoriamente. Aliás, cortei provisoriamente mais 6 milhões além daquele valor de 50 que considere excessivo. Mas esses 6,1% voltarão com certeza, porque é um compromisso do Relator-Geral, e V.Exa., depois que tiver esse valor estabelecido, tenho certeza, terá menos raiva de mim.

Deputado Mauro Lopes, o seu pedido de recomposição será encaminhado.

Deputado Davi Alcolumbre, o seu pedido de mudança de modalidade da Emenda nº 007 será atendido.

Deputado José Rocha, sim, conforme disse a V.Exa., encaminharei ao Relator-Geral o pedido de suplementação dos valores que aprovei, a fim de que a Bahia possa estar em pé de igualdade com os outros Estados brasileiros.

O Deputado Darcísio Perondi foi bastante incisivo em criticar o Relator setorial. Agradeço a S.Exa., que, bem sei, faz isso em razão, em grande parte, da amizade que nos une, mas sabe que terei o máximo prazer em atender seus pedidos tanto com relação à adequação das estradas do Rio Grande do Sul, como em relação à construção daquela que mencionou no seu destaque.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Concordo com o Deputado Darcísio Perondi. Ontem, na presença do Senador Fernando Bezerra, o Deputado Darcísio Perondi, o Deputado Pauderney Avelino, a Deputada Laura Carneiro, eu e outros Parlamentares discutimos uma solução para o problema da Lei Kandir. Nós, que a aceitamos em 1996, não estamos contra ela agora. Pelo contrário. Nós a defendemos e queremos exatamente que o Governo Federal cumpra o que ela dispõe, isto é, fazer o ressarcimento aos Estados dos recursos relativos à exportação de produtos manufaturados.

Deputado Eduardo Valverde, com relação a Lei Kandir, a resposta pode ser a mesma para V.Exa.

Quanto aos destaques, eu os estou encaminhado ao Relator, para que S.Exa. os atenda dentro das possibilidades.

Deputado Gonzaga Patriota, o Estado de Pernambuco não foi dos menos aquinhoados, mas terei muito prazer em tentar ampliar os recursos.

A informação que dei sobre as emendas do Estado da Bahia também serve para o Deputado Walter Pinheiro, que não está presente.

Senador Mozarildo Cavalcante, realmente cometi uma grave injustiça com o Estado de Roraima. Mas procurarei, dentro da exposição que V.Exa. me apresentou, corrigi-la. Porém, ela não foi tão grande quanto os números demonstram. Na verdade, os 6,1% serão repostos pelo Relator-Geral. Contudo, pedirei que parte do corte que fiz indevidamente por engano seja repostos.

A Senadora Serys Slhessarenko solicitou a construção de trechos rodoviários na BR-364 (Emenda nº 004, do Estado do Mato Grosso). O pedido de S.Exa. será atendido, assim como os outros que me foram feitos, com uma recomendação ao Relator-Geral.

O Pastor Francisco Olímpio, de Pernambuco, pede melhoria no valor da emenda relativa à adequação na BR-104. Também encaminharei ao Relator-Geral o pedido e a recomendação para que acate o pedido.

Deputado Humberto Michiles, mais uma vez, peço desculpa pela minha caneta. Mas, com muita veemência, lembrarei ao Senador Romero Jucá o atendimento da sua emenda. E já conversei com o Senador a respeito do assunto.

O Deputado Paes Landim pede destaque para recomposição da BR-020, no Estado do Piauí, e será atendido.

O Deputado Wasny de Roure pede um acréscimo para a BR-020. Lembro que a BR-020 tinha o valor de 15 milhões. Eu atendi a emenda em quase 50%. Isso, porém, não quer dizer que atendi naquilo que o Distrito Federal precisava. Prontifico-me a apelar para o Relator-Geral no sentido de que faça um acréscimo.

Quanto às reclamações da Deputada Maria Helena com relação à BR-210, também encaminharei ao Relator-Geral o pedido de acréscimo.

O mesmo farei com relação às reclamações do Deputado Júlio Cesar relativamente à restauração, conservação e recuperação da BR-020.

Deputado Zé Gerardo, os assuntos abordados por V.Exa. serão atendidos no meu relatório.

Deputado Sérgio Miranda, conversei com o Relator-Geral a respeito da Agência Nacional de Petróleo e até propus a S.Exa. que me facultasse fazer a reavaliação da receita. S.Exa. não me permitiu porque já havia feito a avaliação da receita, mas se prontificou a reavaliar, no âmbito do seu relatório, no momento oportuno, para atender as reclamações de V.Exa. Realmente existe o perigo de que os recursos sejam desviados para Reserva de Contingência, mas farei uma anotação no meu relatório pedindo que isso não ocorra, a fim de atender as reclamações de V.Exa.

Deputado João Grandão, seu pedido será atendido no meu relatório.

Deputado Welinton Fagundes, da mesma forma, procurarei atender no meu relatório o seu pedido. Quero apenas justificar que a emenda relativa à Serra de São Vicente foi combinada com o Senador Jonas Pinheiro. Como expliquei que não havia mais recursos, S.Exa. aceitou que eu, provisoriamente, aprovasse o valor de 9 milhões de reais. S.Exa. e eu, porém, nos comprometemos a conseguir um aumento com o Relator-Geral.

Deputado Zé Geraldo, o pedido de V.Exa. será feito para que ocorra a recomposição do valor de 10 milhões de reais solicitado.

Deputado Renato Casagrande, com relação à emenda da Região Sudeste bem como a várias outras emendas, realmente não pude aprovar o valor que seria justo, mas dei ao Relator-Geral condição para que pudesse aprovar um valor razoável, abrindo a janela necessária. Meus companheiros sabem que se não houvesse aprovação de pelo menos 1 real que fosse naquela emenda, o Relator-Geral não poderia ressuscitá-la. Assim, o valor de 500 mil reais, embora pareça



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

muito pequeno, é essencial para que o Relator-Geral possa ampliá-lo e atender satisfatoriamente ao interesse do Estado do Espírito Santo.

Meu amigo Deputado Anivaldo Vale, tenho medo de V.Exa. porque é um dos Deputados mais competentes desta Câmara Federal. E se existe uma coisa de que tenho medo é a inteligência do homem. Não tenho medo de tamanho, de força ou de zanga, mas tenho medo de inteligência. No meu relatório, procurarei pedir ao Relator-Geral que recomponha os valores que V.Exa., com justiça, julga pequenos.

Da mesma forma, refiro-me ao Deputado João Magalhães, pedindo um acréscimo para a Emenda nº 015, relativa à BR-265, Destaque nº 345.

Por último, Deputado Vignatti, peço a V.Exa. que não considere pequeno o valor que aprovei. Realmente não é pequeno, se V.Exa. compará-lo com os valores destinados aos demais Estados. Mas vou pedir ao Relator-Geral que faça um acréscimo dentro das suas possibilidades.

Assim, Sr. Presidente, concluo as informações que deveria prestar. Não sei se esqueci alguma coisa mas, se por acaso isso ocorreu, peço aos companheiros que me reavivem a memória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra à Deputada Terezinha Fernandes.

A SRA. DEPUTADA TEREZINHA FERNANDES - Sr. Presidente, apresentei destaque para emenda da bancada do Maranhão, e apelo para V.Exa. no sentido de que solicite ao Relator a recomposição dessa emenda para a Ferrovia Norte—Sul, no trecho Estreito—Balsas, obra de suma importância para o meu Estado. Sei que conto com sua sensibilidade, pois se trata do local por onde circula a produção de grãos, principalmente a soja do Maranhão e de parte do Piauí. Os produtores da região, principalmente do sul do Estado, no período da safra padecem para escoar sua produção.

Sr. Relator, apelo para V.Exa. no sentido de que reconsidere os valores apresentados nessa emenda, a fim de que aquela obra tenha início.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Respondo afirmativamente ao seu pleito; encaminharei ao Relator-Geral o pedido de acréscimo à Ferrovia Norte—Sul, ramal Estreito—Balsas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A discussão está encerrada, bem como o prazo para a apresentação de destaques. Agradeço ao Deputado Pedro Novais e parablenizo S.Exa. pela apresentação e sustentação do relatório.

O próximo item é o Relatório Setorial nº 3, cujo Relator é o Deputado José Chaves. Convido S.Exa. para participar do debate com nossos Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que, assim, que saíamos da fase da Ordem do Dia no Congresso Nacional, iniciemos a votação do Relatório nº 1 e a do Relatório do Deputado Pedro Novais, já acordada com o PFL, no Senado.

Esperamos que, até o final da madrugada, consigamos a aprovação de todos os relatórios setoriais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois não. Ainda estamos na fase de Ordem do Dia na Câmara dos Deputados e continuaremos os debates desta Comissão; começaremos pela votação desses relatórios.

Concedo a palavra ao Deputado José Chaves.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu relatório foi o mais longo e não o repetirei aqui. Usarei o mesmo procedimento dos colegas que me antecederam, colocando-me à inteira disposição para responder toda e qualquer pergunta. Só não será respondida aquela que não estiver ao meu alcance responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado José Chaves.

A primeira inscrita para a discussão da matéria é a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizar o Deputado José Chaves pela conduta na elaboração do relatório da Área Temática Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.

Tenho certeza de que não foi muito simples para o nobre Deputado atender todas as demandas, tendo em vista que o Ministério do Turismo foi um dos poucos Ministérios do Governo Lula que efetivamente liberaram as emendas. Como é natural, as bancadas e, individualmente, os Deputados se utilizaram desse instrumento e apresentaram emendas na área de turismo.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tenho também a certeza de que, de alguma maneira, mesmo que com insuficiência de recursos, o Deputado José Chaves tentou auxiliar todas as bancadas, regionais e estaduais.

Primeiramente, tenho delegação do Senador Heráclito Fortes, do meu partido, para pedir a V.Exa. que amplie para a bancada do Piauí os recursos para a Emenda nº 71190004, Destaque nº 12, Área Temática nº 3.

Trata-se de emenda apresentada pelo Senador Heráclito Fortes, que trata daquela funcional global para o turismo no Estado do Piauí.

Da mesma maneira, por delegação da bancada do Rio de Janeiro, gostaria de dizer que no Estado temos as regiões centro-sul, sul, fluminense, de Parati e Angra, de Vassouras, Valença e Volta Redonda, que fazem parte do ciclo do café, e a região dos Lagos, que vivem do turismo. As regiões centro-sul e sul poderiam gerar grandes recursos e, mais do que tudo, emprego, se tivéssemos um programa global específico para a questão do ciclo do café.

Infelizmente, o PRODETUR Sudeste não tem funcionado até agora. Mas tenho certeza de que o Ministro Walfrido Mares Guia vai envidar esforços para que funcione. Temos de contribuir de alguma maneira para o Estado do Rio de Janeiro.

A meu pedido, V.Exa. colocou na emenda o valor de 9 milhões de reais. Expliquei a situação, mas efetivamente são mais de 30 Municípios. Então, eu peço a V.Exa. que, se possível, amplie os recursos dessa emenda específica para que possamos trabalhar ao mesmo tempo as questões da Costa Verde e da região do ciclo do café no Estado do Rio de Janeiro.

Esse é o pleito da bancada do Rio de Janeiro.

Parabenizamos V.Exa. pelo trabalho desenvolvido.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Próximo orador, Deputado Paes Landim.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Sr. Presidente, Sr. Relator, o Deputado Iberê Ferreira fez um destaque de interesse da bancada do Piauí e por mim estimulado a respeito da recomposição do valor inicialmente solicitado, no que for possível. O valor concedido foi muito pequeno.

O Sr. Relator não pode esquecer de que o Piauí tem hoje grande perspectiva de ecoturismo. E o ecoturismo é uma política pública importante para o desenvolvimento sustentável. Basta falar do Delta do Parnaíba, de um lado; da Serra da Capivara, do outro, e das nascentes do Rio Parnaíba, para mostrar como o turismo ecológico é fundamental para gerar renda e emprego no meu Estado e hoje é parte integrante do desenvolvimento sustentável.

Portanto, apelo para o Sr. Relator no sentido de que recomponha os valores adequados à nossa emenda para o turismo do Piauí, a exemplo do que fez também o Senador Heráclito Fortes e o Deputado Simplício Mário, pois tal iniciativa é fundamental para que o Estado do Piauí, repito, gere renda e emprego. Hoje, o turismo é uma fonte essencial para a economia do Estado.

Na política compensatória que o orçamento tem de fazer para as regiões mais pobres do País, nada melhor do que o orçamento para recompor essa desigualdade. Daí a razão por que faço a V.Exa., Sr. Relator, proposta no sentido de ajudar o Relator-Geral a defender a ampliação dos recursos da emenda de bancada do Piauí junto ao Ministério da área de que V.Exa. é Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Deputado Arnon Bezerra.

O SR. DEPUTADO ARNON BEZERRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabeno o nobre Deputado José Chaves pelo brilhante relatório e aproveito para solicitar a S.Exa. indicação para reposição dos valores da emenda destinada à infra-estrutura turística do Município de Juazeiro do Norte.

Trata-se da Emenda nº 71070019, que vem atender a profunda ânsia não só deste Município mas também de todo o turismo religioso, principalmente o nordestino.

Na condição de nordestino e de Pernambuco, V.Exa. sabe muito bem que Juazeiro do Norte cresceu pela inspiração de Pe. Cícero Romão Batista. Hoje, a cidade detém uma população flutuante em torno de 1 milhão de habitantes, com visitantes durante o ano inteiro, em torno de 2,5 milhões. Portanto, sentimos falta de infra-estrutura capaz de abrigar a todos que fazem sua peregrinação e também os que querem conhecer a vida e a obra social de Pe. Cícero Romão Batista.

Ele foi um líder político — Vice-Presidente do Estado do Ceará; primeiro Prefeito de Juazeiro do Norte e Deputado Federal, teve, portanto, assento nesta Casa. Não tenho dúvida de que ele foi um dos pioneiros na defesa da Amazônia, quando se colocou contra sua



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

internacionalização; foi defensor do meio ambiente, um dos pioneiros na reforma agrária, na educação de massas e também na geração de emprego e renda. Essa é a brilhante história de um homem que, ao longo de sua vida, defendeu seus ideais e muito reivindicou, até ser cassado pela Igreja Católica. No que pese as dificuldades de locomoção, de transporte, ele saiu de Juazeiro no fim do século XIX e foi a Roma defender os seus direitos.

Portanto, trata-se de uma reivindicação justa que fazemos, para atender a população de nordestinos, principalmente a alagoana, a primeira população turística e religiosa que visita Juazeiro do Norte, seguida pelo Estado de V.Exa., Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, enfim, pelo Brasil todo.

Gostaria que V.Exa. se sensibilizasse ante esse pleito e fizesse a indicação ao Relator-Geral, a fim de recompor essa importante emenda, que visa oferecer infra-estrutura adequada e decente para essa população sofrida, que tanto tem necessidade de visitar com frequência a cidade de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará.

Não apenas na condição de nordestino, mas também de brasileiro e de homem público que é, tenho certeza de que não será difícil fazer essa indicação ao Relator-Geral, a fim de recompor os valores para essa emenda de infra-estrutura turística do Município de Juazeiro do Norte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Arnon Bezerra.

Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, sei da sensibilidade de V.Exa. como nordestino. O Estado do Ceará tem diversas praias, mas nossas regiões ainda não têm acesso de ida e vinda. A Emenda nº 5 apóia projeto de infra-estrutura e turismo no Estado do Ceará. Sei dos bons sentimentos e do companheirismo de V.Exa., sabedor que é das dificuldades do Estado do Ceará e de seus Municípios, cujas praias são distantes.

Apelo para V.Exa. no sentido de que indique recursos de mais 8 milhões de reais, chegando a 16 milhões de reais o total, para terminarmos os projetos iniciados, melhorando a qualidade do turismo no Estado do Ceará. Assim, quem vem visitar nossas belíssimas praias poderá usufruir de melhor infra-estrutura turística.

É o apelo que faço ao nobre Relator, cujo sentimento conheço. Portanto, solicito a S.Exa. que indique esse pedido ao Relator-Geral e sejam destinados 16 milhões de reais ao nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Ilustre Presidente, ilustre Relator, Deputado José Chaves, Sras e Srs. Parlamentares, a Bahia apresentou duas emendas de bancada na área do turismo. Uma delas foi apresentada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães; a outra, pela bancada de Deputados. O destaque que apresentei visa defender as duas emendas.

A primeira é a Emenda nº 71060019, que trata da implantação de projeto de infra-estrutura turística no Estado da Bahia, do Senador Antonio Carlos Magalhães. Solicito a V.Exa. atendimento ao nosso destaque, tendo em vista que os outros Senadores tiveram suas emendas contempladas num valor bem acima do estabelecido para a emenda do Senador Antonio Carlos Magalhães. Também solicito a V.Exa. acréscimo de mais 6 milhões para essa emenda.

A outra é a Emenda nº 71060007, que trata de apoio a projetos de infra-estrutura turística no Estado da Bahia, e é de autoria da bancada de Deputados. Foi contemplada no valor de 12 milhões. Desejamos que V.Exa. estude a possibilidade de um acréscimo a essa emenda, tendo em vista que quase 100% da Bahia é realmente voltada para o turismo, carecendo de infra-estrutura para poder oferecer melhores condições para quem nos visita.

Portanto, esperamos contar com o apoio de V.Exa., Deputado José Chaves. Na certeza da sua boa vontade no sentido de melhorar essas dotações é que apresentamos destaques e solicitamos a V.Exa. total empenho no sentido de acolhê-los.

É essa a reivindicação da bancada baiana em relação às duas emendas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Nazareno Fonteles.

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES - Sr. Presidente, Sr. Relator, dando continuidade ao que o Deputado Paes Landim disse, nós sabemos da importância que tem o turismo para o desenvolvimento do Nordeste, em particular do Piauí, Estado que ainda não está bem integrado com a questão do turismo, mas que, com o esforço do Governador Wellington Dias



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

e com o apoio do Presidente Lula, fará do turismo um dos seus pólos de desenvolvimento. E sabemos também que há muitas necessidades relativas à infra-estrutura no Piauí.

Como já foi lembrado pelo Deputado Paes Landim, temos 3 emendas de bancada na área de turismo que estão com um valor muito pequeno, um décimo do valor proposto: de 40 milhões foi para 4 milhões. Estamos pedindo encarecidamente. Como já foi defendida as outras pelo Deputado Paes Landim, estou defendendo a Emenda nº 71.190.005. A dele foi a Emenda nº 71.190.004 e a Emenda nº 71.190.015. Então, estou defendendo essa. Queremos é de fato melhorar, recuperar, nem que seja parcialmente, aproximando dos 15 milhões pelo menos, é o que nós desejamos. Foram pedidos 40 milhões, o valor desceu para 4 milhões. O nosso apelo é no sentido de chegarmos pelo menos a 12 milhões, o mínimo viável, porque, do contrário, não vai haver o impacto necessário.

Quero deixar claro a V.Exa. o nosso entendimento — sabemos das dificuldades relativas ao Orçamento — de que o Piauí tem que ser uma prioridade nacional. Conto com a sensibilidade do Relator, que se esmerou no seu relatório. O Nordeste e o Piauí, com certeza, merecem infra-estrutura turística para servir melhor nosso Estado e nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Nazareno Fonteles.

Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Relator, a bancada de Rondônia apresentou emenda para a SUFRAMA. Entre as bancadas que obtiveram menor percentual encontra-se a de Rondônia, com apenas 5 mil. A emenda para a SUFRAMA objetiva estimular o desenvolvimento sustentável. Rondônia é um dos Estados da Região Norte que mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Eduardo Valverde, por favor, aguarde um instante. Peço silêncio. O pessoal vai relaxando, e começa a aumentar o vozerio. Fica praticamente impossível continuar. *(Pausa.)*

Pode continuar, Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - A Emenda nº 71230004, relativa à SUFRAMA, agência de desenvolvimento regional muito importante. Para nós, de Rondônia, até para combater o modelo predatório utilizado até as décadas de 70 e 80, o qual devastou quase a metade do Estado, é necessário fazer com que as populações tenham acesso a outro nível de desenvolvimento, com bases sustentáveis. Temos projetos de desenvolvimento sustentável, principalmente para regiões ribeirinhas, de seringueiros, regiões em que se pode manejar a floresta, o consórcio florestal, de tal forma que o desenvolvimento não mais impacte o meio ambiente.

Essa emenda, que a bancada discutiu de maneira intensa, proposta no original em torno de 20 milhões, aqui está com 5 milhões. Isso é muito pouco para estender às populações tradicionais — ribeirinhas, indígenas e da floresta — os mecanismos necessários para iniciar no nosso Estado um novo nível de desenvolvimento, que possa respeitar o meio ambiente, gerar renda e ocupação e combater a miséria.

Peço ao Relator, com sua sensível visão de apoio ao desenvolvimento sustentável — não se trata do turismo, embora o turismo esteja envolvido nisso, mas da SUFRAMA, que tem recurso disponível —, que destine parcela maior para o Estado de Rondônia, até para compensar ao Estado o seguinte fato: um PL aprovado no Congresso Nacional, fruto de acordo, destinava 5 milhões para Rondônia, no entanto, por haver mudança no acordo, a emenda não foi acatada posteriormente.

Peço ao Relator que dê atenção especial a Rondônia, um dos Estados que teve a menor dotação para essa área segundo o relatório que S.Exa. apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu caro Deputado José Chaves, eminente Relator desta área tão importante que é a estrutura do desenvolvimento do nosso País, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pelo trabalho eficiente que foi desenvolvido para apresentação do seu relatório.

Em segundo lugar, gostaria de fazer um apelo a V.Exa., em nome da relação que existe entre o Estado de V.Exa. e o meu Estado, Alagoas, um Estado sofredor, encravado no pedaço de terra do Nordeste que sofre através do tempo. A saída para o desenvolvimento de um Estado pequeno como o meu, sem dúvida nenhuma, Deputado José Chaves, é a estrutura. Temos belezas



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

naturais. O homem do meu Estado não se preocupou muito com a sua organização e com a sua estrutura, mas a natureza, esta sim, foi extraordinária para com o Estado de Alagoas.

Anteriormente, não faz muito tempo, Srs. Deputados, meu caro Relator e meu caro Presidente, meu Estado era o segundo pólo de turismo do Nordeste, perdendo para a Bahia, logicamente. Hoje, em decorrência de falta de estrutura capaz de chamar visitantes para apreciar as belezas naturais de Alagoas, o Estado é o quinto pólo turístico do Nordeste. Isso porque, infelizmente, não se alocaram recursos necessários para infra-estrutura capaz de viabilizar a indústria sem chaminé, gerar emprego, renda e, ao mesmo tempo, satisfação e tranquilidade para os visitantes.

Pois bem, Sr. Presidente, apresentamos a Emenda nº 71030010, para a conclusão da obra do Centro de Convenções de Alagoas, sediado na capital do Estado, que tem recebido recursos praticamente insignificantes, considerando-se que também não tem capacidade maior de investimento.

Aproveito esse ensejo, Deputado José Chaves. Sei perfeitamente das suas dificuldades, mas gostaria que V.Exa. fizesse uma indicação ao Relator-Geral. Precisamos de cerca de 16 milhões para concluir a obra, que será, sem dúvida nenhuma, um passo fundamental para desenvolver o turismo de Alagoas, para que posamos voltar, no menor espaço de tempo possível, à condição que tínhamos no passado.

Temos um dos maiores litorais, com belíssimas praias, que são um chamamento extraordinário para aqueles que nos visitam. Mas nos faltam exatamente as condições para proporcionar essa futura oportunidade ao meu Estado, particularmente à cidade de Maceió.

Faço este apelo a V.Exa., Deputado, para viabilizar junto ao nosso Relator-Geral, que é homem sensível — e sei perfeitamente que haverá de compreender esse apelo da bancada de Alagoas que faço por intermédio de V.Exa. —, a Emenda nº 71030010, a fim de que sejam alocados recursos para que possamos alcançar o montante de 16 milhões. Recursos esses suficientes para concluir uma obra que é da maior importância para Alagoas e particularmente para Maceió.

Sr. Presidente, Sr. Relator, o Ministério do Turismo, sem demérito para os demais Ministérios desta República, foi quem honrou os compromissos com as emendas, quer de bancada, quer individuais. O Ministro diz — não sei por que os outros não dizem a mesma coisa: *“Destine as emendas no Ministério do Turismo que o Ministério libera”*. Seria bom se esse exemplo fosse seguido pelos demais Ministros do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Enquanto esse liberou todas as emendas, muitos deles sequer empenharam a maioria ou grande percentual de emendas.

E nós estamos às vésperas do prazo para empenho de emendas de bancada e de emendas individuais e não sabemos qual é o destino que essas emendas de infra-estrutura para os Estados brasileiros receberão de determinados Ministérios do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É lamentável que eu diga isso, mas é absolutamente verdade.

Esperamos e gostaríamos muito que os demais Ministros seguissem o exemplo do Ministro do Turismo e adotassem as providências. Daí por que faço esse apelo a V.Exa. Se for alocado esse recurso, tenho certeza de que S.Exa. liberará, em 2005, para concluir a obra de construção do nosso Centro de Convenções, criando condições para melhorar a infra-estrutura daquilo que na verdade é corredor de emprego e renda para os alagoanos sofridos.

Agradeço a V.Exa., nobre Deputado José Chaves, e aos companheiros pelo que possam fazer em benefício dos interesses maiores do meu Estado e da capital do meu Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Benedito de Lira.

Com a palavra o Deputado Domiciano Cabral.

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL - Sr. Presidente; Sr. Relator, Deputado José Chaves, nosso companheiro do Estado vizinho de Pernambuco, realmente V.Exa. fez um belo trabalho. Mas quero lembrá-lo de que a nossa pequena Paraíba, que fica entre o Rio Grande do Norte e Pernambuco, é o Estado mais sofrido que temos da Região Nordeste. Por isso, a nossa bancada teve a deliberação de alocar 2 emendas.

Neste momento, falo sobre a Emenda nº 14, da qual já fiz destaque, o Destaque nº 16. Apelo a V.Exa. para que atenda melhor à Paraíba, especialmente no que respeita a essa emenda, que permitirá que o Estado saia do marasmo. Realmente, não temos petróleo, não temos turismo ainda, estamos em fase inicial. Quero dizer ao nobre Deputado que não se preocupe: quando a



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Paraíba implementar o seu turismo, não vai tirar turistas de Pernambuco. Pelo contrário, vai aumentar o número.

Faço um apelo ao eminente colega para que realmente possa dar uma ajuda melhor à Paraíba. Estamos precisando de 25 milhões. V.Exa. concedeu 7, e estou fazendo um destaque de 15, o que daria aproximadamente o que seria necessário. Essa emenda vai realmente trazer benefício. Seria também para um centro de convenções. Temos necessidade ainda de duplicar o acesso do aeroporto à BR. A reforma do aeroporto pela INFRAERO vai fazer com que grandes aeronaves venham a aterrizarem em João Pessoa. Tenho certeza absoluta de que o dinheiro que V.Exa. destinar vai representar muito para a nossa pequena Paraíba.

Apelo ao Sub-Relator para que atenda ao Destaque nº 16. Agradeço o que for possível. A Paraíba ficará muito agradecida ao nosso colega José Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, Deputado José Chaves, quero pedir a atenção de V.Exa. para um destaque para a única emenda da bancada do Maranhão relativa ao turismo. Gostaria que V.Exa. recomendasse ao Relator-Geral para que o valor dessa emenda seja aumentado. V.Exa. não foi mau com o Maranhão, mas não teve a generosidade que o caracteriza, e eu sei o porquê — porque os recursos eram escassos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Pastor Francisco Olímpio.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO - Sr. Presidente, demais companheiros, ilustre Relator José Chaves, a cujo Estado tenho a honra de pertencer, depois de ouvir as afirmativas de Alagoas e o choro clássico da Paraíba solicitando recursos, tenho a dizer que a bancada do Estado de Pernambuco fez apenas uma emenda relativa a infra-estrutura turística. Sr. Relator, V.Exa. sabe que o turismo hoje gera empregos diretos e indiretos, e o nosso Estado tem crescido acentuadamente. Pedimos maior olhar de amor para o nosso querido Estado. Estou aproveitando o ensejo, porque, já que somos de Pernambuco, ninguém se machuca entre nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar o nosso Relator, José Chaves, por sua postura absolutamente ética. Durante toda a execução desse orçamento setorial, S.Exa. foi muito decente para com todos os Deputados e muito mais para com a própria execução do orçamento.

Mas cada Estado, cada cidade, cada orçamento, cada emenda tem a sua razão. Buscamos sempre resolver os problemas que temos de resolver. Na verdade, o Brasil tem problemas represados há muitos anos. Com esse represamento, acaba sendo dificultada a questão dos orçamentos, da liberação de recurso.

V.Exa., Sr. Relator, colocou 8 milhões para a nossa emenda de Goiás de turismo e infra-estrutura. Peço a V.Exa., por meio do nosso destaque, que acrescente um pouco mais. Pedimos por volta de 15 milhões. Sei que será difícil, mas se V.Exa. puder implementar mais um pouco será importante, porque o destaque versa sobre uma das cidades mais importantes de Goiás, Itumbiara, que fica na região sul do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, V.Exa. conhece profundamente Mato Grosso do Sul e até já nos deu a honra de ser Secretário de Fazenda no Estado. Hoje, V.Exa. está no comando desta importante Comissão. Nobre Relator, também quero cumprimentá-lo pelo trabalho, mas quero fazer um alerta em relação a uma emenda de bancada do nosso querido Estado de Mato Grosso do Sul, de apoio a projeto de infra-estrutura turística.

Com certeza, nobre Relator, V.Exa. já ouviu falar em Mato Grosso do Sul, já ouviu comentários sobre o Pantanal, sobre a cidade de Bonito. Cito isso, nobre Relator, para chamar a atenção para o fato de que na nossa emenda de bancada estão alocados somente 4 milhões de reais.

Então, faço um apelo para que V.Exa. pense bonito, para que V.Exa. nos ajude com mais recursos. Não vou falar em termos de valores, porque realmente sei do aperto em que está o



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamento, mas faço aqui um apelo para que V.Exa. pense bonito e já aproveite para fazer o convite para conhecer Bonito, conhecer o Pantanal sul-mato-grossense. Peço que acrescente à nossa emenda de bancada um valor que seja pelo menos razoável, para que possamos efetivamente contribuir para o turismo em Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O que V.Exa. está fazendo é uma espécie de assédio ecológico sobre o Relator.

Com a palavra o Deputado Welinton Fagundes.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Da mesma forma, Sr. Presidente, fizemos uma emenda para Mato Grosso. Em relação ao que o Deputado João Grandão disse, Mato Grosso ainda é até um pouco mais. Temos a felicidade de possuir 3 ecossistemas: o cerrado, a Amazônia e o Pantanal. Só que são 2 Estados com pouca infra-estrutura. Temos lá o Programa Pantanal, que na verdade ficou apenas no projeto. Ele seria uma grande redenção para o Pantanal, mas o atual Governador não concordou com a forma com que tramitava — aliás, os 2 Governadores. Então, cabe-nos alocar recursos para atender à mínima necessidade.

Mato Grosso do Sul tem a cidade de Bonito, hoje já com uma grande infra-estrutura. Nós temos a cidade de Nobres, com as mesmas riquezas naturais, mas com a falta de pelo menos uma estrada asfaltada. Faltam condições para transformar aquela cidade de Nobres na mesma potencialidade que representa Bonito, que hoje já tem aeroporto internacional, em virtude do trabalho inicial referente a infra-estrutura. Essa nossa emenda objetiva isso.

Também viemos solicitar ao Relator a possibilidade, já que ela foi com valor bastante pequeno...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Duas emendas de Mato Grosso são referidas aqui.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Mas estamos falando da emenda de infra-estrutura de apoio ao turismo, de bancada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Seis milhões para cada uma. São duas emendas.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Isso. Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Infra-estrutura.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Que V.Exa. veja a possibilidade de atender no que for possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado. Não havendo mais nenhum inscrito, passo a palavra ao Relator, para que responda.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Relatoria, como todas as outras, trabalhou com extrema dificuldade. Acredito que o turismo trabalhou com um pouco mais, com a expectativa do intangível, de quem realizou e pode realizar muito mais.

Ouvi muitos elogios. O próprio Ministro Walfrido dos Mares Guia teve uma atuação suprapartidária. Em momento algum perguntou em que partido atuava o Parlamentar, Deputado ou Senador, e procurou liberar os recursos. Talvez tenha sido o maior índice de aprovação de emendas individuais. A demanda cresceu demais, não só pelo atendimento ao Parlamentar.

Nesses 2 anos do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva alguns setores devem ter evoluído, outros, involuído, mas tenho absoluta certeza de que na área de turismo crescemos muito: o número de turistas, os vôos *charter*, as cidades, o programa, o treinamento.

Hoje, neste País, tenta-se enfrentar o turismo-saúde, sabendo que hoje os Estados Unidos são uma barreira para o árabe, essa coisa toda. O Ministério está tentando nessa área incentivar não só São Paulo, mas até o meu Estado de Pernambuco. Em Recife, há um grande centro de saúde tentando incentivar.

O turismo cresceu bastante. Então, é normal essa demanda. Recebemos uma demanda imensa e adotamos um critério eminentemente político. Quando digo critério político, não desprezamos a variável técnica. Iniciamos pela questão da renda *per capita*, depois discutimos o IDH e a relação PIB/bancada, e saímos fazendo índice, criando conceitos para tomar uma decisão política.

Evidentemente que a decisão final pertence à própria bancada. O Estado do Piauí pede 3 emendas, ultrapassa o Estado do Rio de Janeiro, onde desembarcam 47% dos turistas que chegam ao País. O Rio já tem. O Piauí entende que é a sua única saída e pede 3 emendas, ultrapassando o Rio de Janeiro. Olhamos o presente, o passado, mas sobretudo o potencial. E vem cada uma das explicações aqui.

Não vou tomar o tempo nesta Casa madura e política, cuja limitação maior chama-se recursos, mas vou falar rapidamente sobre o que me solicitaram.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A Deputada Laura Carneiro apontou todas as condições, e não preciso mais falar: o Rio de Janeiro é a porta do turismo neste País. No ano passado, não teve nenhuma emenda, atendimento zero. Esse foi um critério que a bancada utilizou, não para eliminar, mas talvez com o espírito de compensação, porque não estamos tratando de ciências exatas. A Deputada Laura fez o pedido, acrescentou uma questão do Piauí, defendendo um companheiro de partido. Legítimo. Já disse que o Piauí tem uma situação especial. O próprio Ministro Walfrido me procurou diversas vezes e me pediu que fizesse alguma coisa pelo Piauí. Acredita que o crescimento do Piauí, sem querer ser o economista das vocações de progresso do Estado, passa necessariamente pelo turismo. Esse foi um pedido dele, nós vamos enfrentar.

Vem o caso do Paes Landim, que está dentro do Piauí também, é a mesma situação.

Vem o Arnon Bezerra, que fala do Padre Cícero, no Juazeiro. Creio que no Nordeste todos nós nos conhecemos. Sabemos que o turismo não está só no litoral. Hoje, há um estudo no Ministério do Turismo no sentido de fazer um turismo via São Francisco, que é uma interiorização do próprio turismo, depois de fruticultura e de tantas outras atividades e respostas econômicas, mas sobretudo social, pois criam emprego.

Tivemos o Zé Gerardo, na mesma condição. Tenho absoluta certeza de que, se não é em Juazeiro do Norte, é dentro de um espectro que necessita, eu diria, muito mais ou tanto quanto qualquer Estado do Nordeste. São 2 emendas.

O Deputado José Rocha pede que se repare talvez um equívoco nosso. Diz que cada um dos Senadores tem uma emenda. O Senador ACM teve uma emenda de 9 milhões. S.Exa pede que seja reparada, para que haja igualdade com todos os outros Senadores. Passaria para 15 milhões. Digo que vamos depender de recursos. Mas se todos os Senadores tiveram essa emenda, é justo que o Senador ACM não fique com uma emenda inferior. Podemos discordar em tese da existência dessa emenda, eu discordo, mas, já que aceitamos, teríamos que dar o mesmo tratamento.

Pede também por emenda de bancada. O Estado da Bahia, depois do Rio de Janeiro, dispensa qualquer tipo de comentário. Talvez seja o segundo Estado deste País em turismo receptivo. Fico muito feliz em anotar e ver no que posso atender.

O Piauí repete, por intermédio do Deputado Nazareno Fonteles, a mesma questão do Senador Heráclito Fortes e do Deputado Paes Landim. Vamos olhar. Ainda hoje, o Ministro Walfrido disse que uma das poucas alternativas do Estado do Piauí é o turismo.

Vem a questão da SUFRAMA, do Deputado Eduardo Valverde. Tinha que cortar, e cortamos da SUFRAMA. Cortamos talvez em igualdade de condições. Mas se tecnicamente há uma condição, talvez seja a única que foge um pouco do critério político e se enquadra mais no critério técnico. Não poderia dizer ao nobre Deputado que se enquadra somente no critério técnico, pois houve um corte em todas elas. Vamos examinar, são 5 emendas, todas elas foram atendidas no mesmo valor, apesar de pedidos diferentes, mas todas elas enquadradas na SUFRAMA: o Acre, o Amazonas, Roraima e Rondônia. Todas elas em 5 milhões. Vamos tentar ver juntos na questão do corte, da tesoura, vulgarmente falando, o que podemos fazer, Deputado. Mas estou a sua disposição.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Pediria a V.Exa. que, com sua sensibilidade, olhasse isso. A SUFRAMA tem recursos próprios.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Eu anotei, não afetou as emendas de bancada, em absoluto, V.Exa. tem razão. Acredito que este foi um critério: atender ao máximo as emendas de bancada. No caso da SUFRAMA, não afetaria.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Até para evitar, Sr. Relator, que ao longo do ano haja suplementação orçamentária. Se há recursos disponíveis, se ela arrecada, se tem recursos próprios, é interessante haver um orçamento. Depois as bancadas — sou um dos que vou à SUFRAMA — tentam fazer a liberação, reconhecendo o contingenciamento, porque a SUFRAMA tem recursos contingenciados. Mas isso é um trabalho nosso, posteriormente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - O nosso assessor técnico informa que nós atendemos a um pedido da SUFRAMA para retirar o pedido da reserva de contingência. Mas é uma solução técnica, não uma solução política. Eu vou encaminhá-la ao diretor. Talvez de todas essa é a que diferencia. Não é uma solução de mérito político. Neste caso talvez não possa usar o maior argumento que uso para toda bancada: de que estamos em uma Casa política, tentando atender à bancada dentro de critérios técnicos, mas a decisão final é política.

Sr. Presidente, já estamos concluindo.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Depois que encerramos a discussão, o Deputado João Magalhães e a Deputada Maria Helena pediram a palavra pela ordem. Depois que o Relator concluir, passarei a palavra para o Deputado João Magalhães, a fim de completar a discussão. Logo em seguida, para a Deputada Maria Helena.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - O destaque do Deputado Domiciano Cabral, que vem junto com o do Philemon e enfatiza a questão do Nordeste, é idêntico ao do Benedito de Lira e ao do companheiro de Pernambuco.

Informo a V.Exas. que a emenda de Pernambuco diferenciou-se muito pouco da média de todas as emendas. Foi inferior ao somatório de qualquer outra. O Ceará teve 2 emendas; a Bahia, mais do que Pernambuco. Isoladamente, Pernambuco teve a maior emenda, por conta da pernambucanidade do Relator.

Usarei o mesmo critério de Pedro Novais para dizer que o que faz medo ao homem é a inteligência. Vou atender no for possível ou repassar o que for possível. Mas o Maranhão foi atendido em 8 milhões. Tem uma emenda só.

O Deputado Pastor Francisco Olímpio trouxe uma emenda do meu Estado, a qual peço licença para não comentar. Tudo que eu falar, falo sobre o meu Estado. Seria o caso de legislar em causa própria. A emenda será recebida, será examinada e será encaminhada.

O Deputado Jovair Arantes mostra o caso difícil de uma cidade extremamente próspera. O turismo também caminha pela interiorização do Centro-Oeste. Itumbiara é uma das cidades mais prósperas, com forte conteúdo industrial. Ele pede que seja atendida não só essa cidade, mas também outras.

Deputado João Grandão, confesso que o pleito mais modesto é o de Mato Grosso do Sul. A cidade de Bonito é bonita. Tenho certeza de que vamos procurar atendê-lo. Vou levar ao Relator. Faltou, talvez, um entendimento maior, Deputado. Nós recebemos pressões nesta Casa. Eu não recebi nenhuma visita. Creio que a única bancada de quem não recebi uma visita direta para pleitear foi a de Mato Grosso do Sul.

O potencial político de Mato Grosso do Sul é imenso. O assédio ecológico não existe. Mas fique tranqüilo. Faltou um entendimento maior nosso, a fim de levarmos, com essa ponderação, ao Relator-Geral e fazermos a correção.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Eu agradeço, nobre Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - O último, do Deputado Welinton Fagundes, de Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Espero que o nosso Estado não seja o último a ser atendido pelo nobre Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Não. O último daqueles que usaram da palavra. Talvez com o critério os últimos serão os primeiros.

Mato Grosso tem 2 emendas diferentes. Houve uma tratativa, houve uma pressão legítima na política, e nós atendemos com 6 milhões. Vamos levar ao Relator-Geral, com a velha teoria de que os recursos estão escassos. Vamos ver no que ele vai atender.

Sr. Presidente, encerro e passo a palavra para mais 2 Parlamentares que a solicitaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado. Vamos ouvir os Deputados João Magalhães e Maria Helena.

Com a palavra a Deputada Maria Helena.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA - Sr. Presidente; Sr. Relator, Deputado José Chaves, refiro-me ao Destaque nº 73, sobre uma emenda apresentada pela Comissão da Amazônia para infra-estrutura turística na região amazônica. V.Exa. sabe do potencial turístico que temos na região.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - É uma emenda de Comissão, Sra. Deputada?

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA - É a Emenda nº 5. O total que apresentamos no pedido que fizemos era de 60 milhões para atender a todos os Estados da região. V.Exa. aprovou 6 milhões. V.Exa. sabe do potencial que essa região apresenta voltado para turismo. Poderíamos gerar empregos e renda nessa região tão rica e em pontos que poderíamos explorar, mas que infelizmente, por falta de recursos até para a qualificação de pessoal local, não podemos explorar e atrair com isso turistas estrangeiros, que muitas vezes procuram pontos para o turismo que chamamos de aventura ou radical, o turismo ecológico.

Sabemos que um dos meios de mostrarmos para o mundo as belezas de que dispomos e uma das formas de gerar renda é por meio do turismo.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pedimos a V.Exa. que olhe com mais carinho o turismo sustentável e que a bancada da Amazônia receba um pouco mais de aporte de recursos para sua emenda.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente; nobre Relator, Deputado José Chaves, gostaria que V.Exa. fizesse indicação ao Relator-Geral do Orçamento do nosso Destaque nº 88. Emenda da bancada de Minas Gerais nº 71140019. Essa emenda visa a obras de infraestrutura turística no Estado de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Repita por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Destaque nº 88. Emenda da bancada de Minas Gerais nº 71140019. Gostaria da indicação de V.Exa. junto ao Relator-Geral, uma vez que Minas Gerais, com seu potencial turístico, necessita de um pouco mais de recursos para fomentar o turismo em todo o Estado. Gostaríamos que V.Exa. pedisse ao Relator-Geral que aumentasse o valor aprovado para nossa emenda, uma vez que a indicação inicial foi de 150 milhões de reais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado.

Com a palavra o Relator, Deputado José Chaves.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Relatoria, Deputada Maria Helena, optou pelas emendas de bancada. As emendas de Comissões são extremamente justas e têm uma abrangência bem maior. Em termos macroeconômicos, talvez tenham penetração maior, mas a experiência tem demonstrado sua pouca eficácia, pois elas se perdem. Elas são muito amplas, enquanto as do Estado são muito mais fixas. Houve entendimento político nosso para dar preferência à chamada emenda de bancada. Mas vou anotar seu pleito.

O potencial do Amazonas é imenso. Ele possui um turismo diversificado e popular, mas até certo ponto sofisticado. Há menos de um mês tivemos uma comitiva imensa, com a presença de um rei. A região amazônica tem todo um potencial diferenciado do litoral.

Está anotado o pedido de V.Exa. Entre pedir e ser atendida há grande diferença. Em todas as emendas de Comissão, a diferença é brutal. Com o maior prazer e carinho, levarei o pedido de V.Exa. ao Senador Romero Jucá.

Deputado João, anotei o destaque e o número da emenda. Atendemos a 2 emendas para Minas Gerais. Sabemos de todo o potencial do Estado, que, apesar de não ter litoral, foi palco de rico processo histórico. Assisti neste ano à Olimpíada do SENAI, na qual o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reviu o torneio em que trabalhou na Vilares e viu o potencial que o próprio turismo de negócio traz ao Estado de Minas.

A sugestão está anotada. Com o maior prazer e boa vontade, vou levá-la ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A Deputada Rose de Freitas estava no plenário e, agora que chegou, quer fazer a defesa do seu destaque. Nosso trabalho está um pouco informal. Mas temos de entender que estamos tendo Ordem do Dia, portanto, os Parlamentares estão se revezando.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Com o maior prazer.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Muito obrigada. Sr. Relator, na condição de Coordenadora da bancada do Espírito Santo, fiquei responsável por solicitar a V.Exa. reforço da verba de turismo para nossa região, que há muito tempo vem sendo prejudicada.

Parabenizo o Ministro Walfrido dos Mares Guia por todo o esforço que tem feito para tentar socorrer principalmente as regiões turísticas, como a nossa.

Gostaria de destacar para V.Ex.a. a Emenda nº 71090002, que tem como objetivo exatamente fortalecer a infra-estrutura turística do nosso Estado. Sr. Relator, solicito a V.Exa. empenho no sentido de atender ao nosso pleito. Nossa emenda foi muito pequena, e não temos quase nenhum recurso nessa área. Solicito, portanto, a atenção inicial de V.Exa.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Reconheço, Deputada Rose, que na realidade foi um atendimento pequeno. Levaremos seu pedido ao Relator final. O Espírito Santo, juntamente com Mato Grosso do Sul, talvez sejam os Estados que tenham recebido a menor condição nessa primeira etapa. Não sei o comportamento no Comitê de Emendas. Não sei se houve acréscimo ou não, mas deixo registrada nossa posição, independentemente da primeira colocação de Relator-Setorial. De nossa parte, fica esquecido o acréscimo dado pelo Comitê. Está anotado o pedido



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

como maneira de tentar atender V.Exas. e por achar que realmente a quantia foi um pouco menor. Como não somos perfeitos e estamos dentro de um processo político, nem sempre acertamos tudo.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado José Chaves.

A discussão da Área Temática III — Fazenda, Desenvolvimento e Turismo está encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques.

O SR. DEPUTADO BISMARCK MAIA - Sr. Presidente, na condição de representante do turismo, gostaria de fazer um elogio ao nobre Relator, Deputado José Chaves, pelo discernimento e pela sensibilidade em relação à causa do turismo em seu relatório, mostrado claramente boa vontade no atendimento aos Estados com grande potencial turístico. Parabéns, Sr. Relator, Deputado José Chaves.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Obrigado, Deputado Bismarck Maia.

Sr. Presidente, ao encerrar, quero dizer que procuramos fazer justiça numa Casa plural. Não é fácil uma Relatoria-Setorial trabalhar com poucos recursos. A demanda de turismo triplicou. Na verdade, as emendas individuais também cresceram. Posso, porém, dizer que fizemos o máximo, tivemos uma visão nitidamente legislativa, não partidária. Se houve apelo de algum Ministro ou Governador, eles foram atendidos, mas numa visão nitidamente legislativa.

Fica registrado um apelo: esta Casa precisa atender à emenda parlamentar. Esta é uma Casa legislativa e sempre sofrerá pressões do Poder Executivo, mas deve entender que são Poderes distintos e que terá, para crescer, de atender ao Parlamentar. Esta é a Casa do Parlamentar, então, essa foi uma Relatoria do Parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Estão encerrados a discussão e o prazo de destaques do relatório da Área Temática III.

Obrigado, Deputado José Chaves.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, como a Casa sabe, estou presidindo o Comitê de Emendas. Precisamos implementar as emendas ao Orçamento já aprovadas, de todas as bancadas. Para fazermos isso, precisamos votar o relatório de receitas. Sem a receita, não existe despesa.

Peço a V.Exa. que coloque agora, na alteração de pauta, a votação do relatório do Comitê de Receita, já com acordo com todas as bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O Deputado Abelardo Lupion será o próximo. Vou pedir a S.Exa. que faça a leitura do relatório da receita, para o colocarmos em votação.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, gostaria de comunicar ao eminente Deputado José Chaves um destaque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Já está apresentado o destaque?

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Já o apresentei pela bancada de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pronto. Diga o número, Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Deputado José Chaves, apenas para comunicar a V.Exa. que apresentei, em nome da bancada de Pernambuco, destaque de uma emenda do Estado. Não estou com ele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Peço ao Deputado Abelardo Lupion que proceda à leitura do relatório da receita.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION -
“PAUTA Nº 38, DE 2004

(Alterada).

Apreciação do Primeiro Relatório do Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária, do Relator-Geral, Senador Romero Jucá, do Projeto de Lei nº 51, de 2004-CN, que ‘estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005’.

Observação: com adendo apresentado em 15 de dezembro de 2004.

(...)



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária adotou, para o desenvolvimento dos seus trabalhos, o seguinte:

1 - a mesma metodologia consagrada pela Secretaria da Receita Federal para as estimativas das receitas por ela administradas, conforme detalhamento contido nas informações complementares ao PL nº 51/04, aplicada sobre a base ajustada contida na proposta;

2 - novos parâmetros, em alguns casos divergentes daqueles recentemente enviados pelo Poder Executivo, a título de autorização. Os principais estão na tabela I ("Congresso");

3 - o mesmo efeito-legislação subjacente à proposta encaminhada pelo Poder Executivo; e

4 - ainda que não impacte nesta etapa dos trabalhos, a revisão do Produto Interno Bruto de 2003, recentemente divulgado pelo IBGE, com crescimento real de 0,54% em vez de queda.

Anexos.

Há em anexo 2 quadros. O primeiro demonstra o procedimento adotado para a reestimativa inicial parcial das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal. O segundo reparte o aumento das receitas pelas diferentes fontes de recursos orçamentários.

Recomendações.

Recomendamos ao Sr. Relator-Geral que proponha à Comissão o acolhimento dessa reestimativa parcial das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, na forma dos resultados demonstrados nas tabelas do texto e quadros anexos, para que as Relatorias possam continuar desenvolvendo suas tarefas.

É o relatório".

Assinam o Senador Romero Jucá, o Senador Luiz Otávio, a Deputada Rose de Freitas, o Deputado Paulo Kobayashi e o Deputado Iberê Ferreira.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, esta é a primeira reestimativa de receita. Diria a V.Exa. que o correto seria ter discutido e votado essa reestimativa antes ainda do trabalho dos Relatores-Setoriais, que já utilizaram esses valores para a elaboração dos relatórios setoriais, e antes da reunião com as bancadas, que também foram aquinhoadas com algum recurso desses que estão disponíveis nessa reestimativa.

Ressalto apenas que certamente teremos de ter outros elementos de reestimativa muito mais ponderáveis do que este, que nos dá recursos disponíveis a programar de 3 bilhões e 6 mil. Certamente, em virtude da necessidade do salário mínimo, da mudança na tabela do Imposto de Renda, de atendimento à Lei Kandir, que o Executivo enviou a esta Casa com valor zero, ou seja, nenhum ressarcimento, não obedecendo, portanto, à lei em vigor, teremos de ter reestimativas bastante ponderáveis.

Lembro que amanhã haverá reunião dos Governadores com a área econômica, com V.Exa. e com o Relator, e deverão chegar a um acordo para que possamos de fato terminar nosso trabalho de votação do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Alberto Goldman.

Há quem queira discutir esta matéria?

Não há quem queira discutir.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório da receita na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o relatório da receita no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passaremos à discussão.

Área Temática X — Planejamento e Desenvolvimento Urbano.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Relator-Setorial é o Deputado Abelardo Lupion.

S.Exa. já fez a apresentação e leitura do relatório.

Está iniciada a discussão e aberto o prazo para apresentação de destaques.

A primeira oradora inscrita é a Deputada Laura Carneiro. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Paes Landim, para começar a discussão.

A Deputada Laura Carneiro falará na seqüência.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Há uma emenda, Sr. Relator, caro Deputado Abelardo Lupion, da bancada do Piauí. Refiro-me a uma emenda de federação para a Prefeitura de Teresina, para revitalização do centro da cidade.

Sr. Presidente, Sr. Relator, embora o Prefeito eleito na cidade, Sílvio Mendes, rapaz da maior categoria, seja do PSDB, esta emenda é assinada pelo Senador Heráclito Fortes, do PFL, e pelos Deputados Nazareno Fonteles, do PT, Paes Landim, do PTB, e Átila Lira, do PSDB. É, portanto, uma emenda suprapartidária. O Senador Heráclito Fortes foi um competente Prefeito da Capital do Estado e sabe da importância dessa emenda para revitalização da cidade, cada vez mais dinâmica, grande centro rodoviário, aeroviário e de entroncamento. Precisamos da revitalização para melhorar o lazer da população e gerar trabalho e renda no Município. Por isso, peço a V.Exa. que aumente o recurso previsto, reconhecendo o valor que tem a cidade de Teresina.

Muito obrigado, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Passo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, parabenizar o nobre Relator pelo esforço que fez para atender no máximo possível as bancadas regionais nessa matéria de tão difícil execução.

Sr. Relator, em nome do Senador Heráclito Fortes, faço um apelo pela aprovação de emenda do Piauí. Depois darei a V.Exa. o número do destaque, que está sendo apresentado neste momento. V.Exa. sabe da importância do Ministério das Cidades e sabe como sofre o Estado do Piauí com deficiências na área de urbanização. O Senador Heráclito Fortes pediu-me que fizesse a defesa do seu destaque.

A bancada do Rio de Janeiro também apresentou destaques. Pela primeira vez na história, é bom que se registre, V.Exa. conseguiu atender a bancada do Rio de Janeiro com 50 milhões para o nosso metrô. Devemos a V.Exa. um agradecimento especial. Trata-se de uma obra importante, que ligará Niterói a São Gonçalo. Há quase 12 anos integro esta Comissão, e é a primeira vez que um Relator — fico feliz que ele seja do PFL — consegue destinar recursos substanciais para o início da construção desse trecho.

V.Exa. ouviu a bancada e não acatou outras 2 emendas, uma das quais é a dos trechos rodoviários, que estaria se resolvendo com a emenda do metrô.

No que diz respeito à Baixada Fluminense, V.Exa. nos atendeu com 5 milhões. A Região Metropolitana Leste, Emenda nº 13 da bancada, V.Exa. atendeu com outros 5 milhões. Atendeu ainda outra emenda da Baixada Fluminense e uma de São Gonçalo. Pois bem. A situação da Baixada Fluminense e de São Gonçalo nós conseguimos de alguma maneira equacionar no Comitê de Emendas, mas infelizmente não tivemos o mesmo êxito no que diz respeito à Emenda nº 13, que trata da Região Metropolitana Leste, Niterói, Itaboraí, Rio Bonito, Silva Jardim, etc. É essencial para a bancada do Rio de Janeiro que V.Exa. destine mais recursos para a Emenda nº 13. Acho que todos aqui conhecem Niterói. O Município oferece muito boa qualidade de vida, mas, infelizmente, vários Municípios ao seu redor não têm a mesma sorte. Niterói também precisa de recursos, e esses Municípios menores do seu entorno merecem a complementação dos recursos a eles destinados.

Peço a V.Exa. que, dos destaques que apresentei, priorize o da Emenda nº 13 da bancada do Rio de Janeiro. Falo em nome de todos os Deputados, agradecendo mais uma vez a aprovação da verba para a Linha 3 do metrô do Rio de Janeiro, que ligará Niterói a São Gonçalo.

Obrigada a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Welinton Fagundes.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Nobre Presidente, companheiro Relator, Deputado Abelardo Lupion, nós do Estado do Mato Grosso, como já dissemos anteriormente, achamos que cometemos um erro, mas queremos registrar a importância que damos à área relatada por V.Exa. A bancada do Mato Grosso apresentou 5 emendas a essa Relatoria, dada a



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

importância da área para o desenvolvimento do nosso Estado. Como V.Exa. sabe, a maioria dos Municípios do Mato Grosso são novos, criados nos últimos 20 anos, mas muitos deles já têm mais de 100 mil habitantes, e com esse rápido crescimento a infra-estrutura urbana está deixando muito a desejar.

Brasileiros migraram de diversos Estados para o Mato Grosso em busca de uma vida melhor, acreditando no progresso e no desenvolvimento do Estado. Foi seguindo essa linha que apresentamos os destaques, e peço, Nobre Relator, a especial atenção dessa Relatoria para 2 destaques específicos. Na ordem de preferência, registramos as Emendas nº 18 e nº 13. A Emenda nº 18, para obras de infra-estrutura urbana em Municípios de médio e grande porte, ações de infra-estrutura urbana na área da grande Cuiabá, Estado do Mato Grosso, visa atender principalmente a região metropolitana de Cuiabá, ou seja, Cuiabá e Várzea Grande, duas cidades unidas pelo Rio Cuiabá que sofrem sérios problemas nas áreas social e de transportes. A Capital também sofreu muito com o aumento populacional e teve sua infra-estrutura abalada. A Emenda nº 13 destina-se a obras de infra-estrutura em Municípios do interior do Estado.

Sabemos das suas dificuldades, mas esperamos ver atendido nosso apelo ainda no relatório setorial. O que não for possível contemplar, que seja recomendado ao Relator-Geral.

Parabenizamos o Relator pelo trabalho realizado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O próximo inscrito é o Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente, Sr. Relator, pedi a palavra porque, entre outras reclamações que teríamos a fazer com relação a algumas emendas de Goiás, estou preocupado com o Entorno de Brasília. Há em volta desta cidade Municípios muito populosos, que recebem todas as pessoas que Brasília não consegue abrigar. Refiro-me a imigrantes do Nordeste, do Norte, do Sul, do Centro-Oeste, enfim, de todas as partes do Brasil, que vieram à Capital Federal em busca de emprego ou de dias melhores, mas não puderam ficar aqui porque os terrenos são muito caros e o custo de vida é muito alto. Essas pessoas acabaram alojando-se nas cidades situadas na divisa do Estado de Goiás com o Distrito Federal, a chamada Região Integrada do Entorno. No início da construção de Brasília, Luziânia, por exemplo, deu lugar à criação de muitas outras cidades, como a Cidade Ocidental, Valparaíso, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas, Planaltina, Formosa.

Os recursos que cabem à bancada do Centro-Oeste estão divididos em duas emendas. Mato Grosso do Sul e Mato Grosso agregam uma delas, a que destina recursos à Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul e à Universidade do Estado do Mato Grosso. Historicamente, Brasília abre mão da sua parte; então destina-se o valor da emenda a cidades de Goiás. O manancial de água de Brasília, por exemplo, a água que a população bebe, toda ela é tirada de rios de Goiás, e esses rios estão muito poluídos. Está em construção a Barragem de Corumbá, em Goiás, a Corumbá IV. Essa barragem vai levar água para toda a Região Metropolitana de Brasília, aí incluídas as cidades do Entorno. Para que Brasília tenha água potável daqui a 10, 15 ou 20 anos, temos de corrigir essa distorção do saneamento.

Todos os anos, Brasília e Goiás apresentam a chamada Emenda RIDE, que no ano passado recebeu R\$ 12 milhões, mas este ano, para surpresa nossa — sei que V.Exa. teve toda a boa vontade no que se refere a atender a região —, foram destinados apenas R\$ 4 milhões para o saneamento básico dessas cidades todas. Ora, pelo menos 4 ou 5 delas precisam de intervenção imediata, porque ainda usam fossa negra e não têm água tratada. Em Valparaíso, muita gente tem fossa negra na ponta do lote e no fundo uma cisterna de onde tira água para beber, pertinho da fossa do vizinho. O lençol fica absolutamente contaminado. A preocupação de Brasília e de Goiás — falo também por Brasília — é com o fato de que precisamos oferecer, no médio prazo, um mínimo de atenção ao esgotamento sanitário dos Municípios goianos da RIDE.

Faço um apelo a V.Exa. Quando estou em Brasília, no meio da semana, eu sempre convido alguns Deputados para irem comigo conhecer o Entorno. Quem só conhece Brasília acha que isto aqui é uma maravilha. Só quando se passa para o lado de Goiás, para o Entorno do Distrito Federal, para as chamadas cidades-dormitório, é que se descobrem os problemas da Capital. Goiás faz um certo represamento dos problemas de Brasília.

Deputado Abelardo Lupion, faço um apelo a V.Exa. no sentido de que aumente um pouco os recursos da Emenda da RIDE, Destaque nº 0022. Será beneficiada uma população de cerca de 2 milhões de habitantes que vivem em volta de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Jovair Arantes.

Tem a palavra a Deputada Professora Raquel Teixeira.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Sr. Presidente, em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentar o Relator pelo brilhante trabalho que fez. Com certeza a experiência e a sensibilidade estão ajudando S.Exa. na difícil tarefa de dividir recursos esparsos entre demandas tão grandes.

Chamo sua atenção, nobre Relator, para a Emenda nº 71100018, da bancada de Goiás. Compreendendo as enormes necessidades de saneamento básico na Região Metropolitana de Goiânia, reivindicamos recursos para esse trabalho. A emenda atenderá 11 Municípios. Sabemos que o crescimento das regiões metropolitanas em geral causa sérios problemas. Saneamento significa saúde e qualidade de vida. Tenho certeza de que V.Exa. fez o esforço possível, mas a emenda ficou com dotação aquém do que é necessário, menor até do que as de outras. Apelo para a sensibilidade de V.Exa. no sentido de que dê prioridade a esse destaque. Infelizmente, ainda não sei dizer que número ele recebeu, mas minha assessora está protocolando-o.

A emenda é a de nº 18. Logo informarei a V.Exa. o número do destaque.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputada Professora Raquel Teixeira.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Relator, a bancada de Rondônia apresentou a Emenda nº 3, para implantação do sistema de abastecimento de água em Municípios do Estado de Rondônia. O valor aquinhado no relatório é de apenas R\$ 1.500,00. Ora, Rondônia é dos Estados da Região Norte o que tem o maior índice de falta de água tratada. Foi até um ato de coragem da bancada de Rondônia apresentar uma emenda para esse fim.

Esse tipo de obra subterrânea não dá votos, mas pode salvar inúmeras vidas, principalmente de crianças. A utilização no meu Estado do chamado poço amazônico, aquele poço pouco profundo utilizado pela população da periferia, é responsável por quase 90% dos atendimentos hospitalares de crianças de 1 a 5 anos de idade. Elas estão bebendo água impura. Com R\$ 50 milhões, o mesmo valor destinado ao metrô do Rio de Janeiro, conseguiríamos tratar a água de todos Municípios do Estado de Rondônia. Segundo uma estimativa da companhia de água e esgoto do meu Estado, atenderíamos todo o Estado, evitando a morte de muitas crianças que ainda bebem água impura ou água de igarapé.

Apelo para sua sensibilidade, Sr. Relator, a fim de que acolha o destaque apresentado pela bancada e eleve o valor destinado, os R\$ 1.500,00. É impossível prestar o atendimento com tão pouco. A obra não é eleitoreira, é estruturante, e é parte do programa do Governo Lula ampliar o fornecimento de água tratada em todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Machado) - Com a palavra o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, eu também quero cumprimentar o Relator Deputado Abelardo Lupion, com quem convivemos na Comissão de Agricultura há vários anos, pelo trabalho nessa Relatoria.

Deputado Abelardo Lupion, morei 17 anos no Paraná, em Terra Rica, um Distrito de Adhemar de Barros.

Apresentei 2 destaques para emendas da nossa bancada. Uma delas, a de nº 7113006, destina-se a apoio para implantação e aplicação de sistema de drenagem urbana em Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. V.Exa. acolheu a emenda apenas parcialmente, aprovando R\$ 1 milhão. As várias cidades de Mato Grosso do Sul, sem sombra de dúvida, estão carentes de um sistema de drenagem. Preocupado com essa questão, discuti com a bancada e defendi a apresentação de uma emenda específica para drenagem. Sei das dificuldades que V.Exa. tem para atender a tantos pleitos, por isso não estipulei um valor de recomposição. Quero que V.Exa. fique à vontade. A emenda atenderá, repito, inúmeros Municípios do Estado.

O outro destaque é para a Emenda nº 00117113011, aprovada parcialmente, com R\$ 7 milhões.

Sr. Relator, ressalto a primeira emenda que citei, para a qual só foram aprovados R\$ 1 milhão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Machado) - Com a palavra o Deputado Wilson Santiago.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, eu li atentamente o relatório de V.Exa. Encontrei em algumas emendas uma certa justiça, em decorrência do fato de que as necessidades de determinados Municípios são comprovadas.

A bancada da Paraíba apresentou duas emendas, para os Municípios de Campina Grande e João Pessoa. A Capital do Estado da Paraíba V.Exa. atendeu com R\$ 7 milhões, e a cidade de Campina Grande, a segunda maior do Estado, com apenas R\$ 1 milhão. Apelo para V.Exa. a fim de que melhore os recursos destinados tanto à Capital do Estado quanto à cidade de Campina Grande, que precisa muito da compreensão de V.Exa. e dos demais integrantes da Comissão.

As novas administrações dos 2 Municípios precisam ter condições de desenvolver um grande e necessário trabalho na área de infra-estrutura urbana. V.Exa., conhecedor que é do caso, com certeza fará de tudo para corrigir essa distorção e melhorar os recursos destinados.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Machado) - Com a palavra a Deputada Maria Helena.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA - Sr. Presidente, Sr. Relator Deputado Abelardo Lupion, venho fazer a defesa do meu destaque de nº 1, referente a uma emenda de bancada do meu Estado que recebeu o nº 71240015, para infra-estrutura urbana dos Municípios de médio e grande porte do Estado de Roraima. Os recursos atenderão principalmente a Capital, que concentra mais de 60% da população do Estado.

Hoje Roraima tem uma população de 340 mil habitantes, e só em Boa Vista concentram-se 220 mil moradores. A periferia da cidade está inchada em decorrência da migração da população que vivia no interior do Estado. Agricultores malsucedidos em razão de uma série de adversidades, até mesmo por falta de assistência do INCRA, produtores que tiveram de deixar o campo por questões fundiárias, tais como demarcação de terras indígenas e a falta de titulação, que inviabiliza qualquer financiamento agrícola, toda essa população fixou-se na periferia da Capital, que não estava preparada para recebê-la, e hoje enfrenta toda sorte de problemas, de iluminação pública, drenagem, pavimentação, saneamento, enfim, de infra-estrutura.

Além disso, Boa Vista é toda entrecortada por igarapés, que nesta época de estio secam e se transformam em valas a céu aberto, servindo até como receptáculo de lixo. Depois, quando vêm as chuvas, são seriíssimos os problemas que afetam a saúde da população. E é preciso considerar também que o Estado concentra uma série de endemias próprias da Região.

Sr. Relator, nós pedimos R\$ 30 milhões. Sabemos que é impossível o atendimento do total desses recursos, e não conhecemos seu esforço, mas só conseguimos R\$ 3 milhões, e uma série de obras necessitam ser realizadas urgentemente. Solicito a V.Exa. que estude a possibilidade de acrescentar à nossa emenda pelo menos R\$ 6 milhões, ou R\$ 8 milhões, para viabilizar algumas dessas obras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Machado) - Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, a quem parabeno pelo grande relatório apresentado, fruto de um grande esforço para atender aos Parlamentares, pedi a palavra para defender os 4 destaques de minha autoria.

O primeiro é para a Emenda nº 009, que atenderá a região metropolitana de Fortaleza, abrangendo 18 Municípios que sofrem com a migração da população do interior do Estado do Ceará. Os recursos serão destinados à infra-estrutura urbana da região metropolitana. Os Municípios de Maranguape, Maracanaú e Caucaia, entre outros, têm sofrido muito com a invasão de pessoas que vêm do interior e ali se instalam sem a mínima infra-estrutura, vivendo à beira de rios, em terrenos impróprios.

Sr. Relator, sei da sua boa intenção, da sua vontade de atender os Municípios da região metropolitana de Fortaleza, mas R\$ 2 milhões é muito pouco; por isso, peço a V.Exa. que recomende ao Relator-Geral o acréscimo que for possível.

Peço também a V.Exa. que recomende ao Relator a Emenda nº 13, para apoio à implantação do trem urbano, a Emenda nº 04, para construções habitacionais, e a Emenda nº 14 da bancada do Ceará, para obras de infra-estrutura urbana em pequenos Municípios no Estado do Ceará, Municípios de 100 mil habitantes.

Agradeço a V.Exa. a boa vontade demonstrada e peço-lhe que faça essas indicações, para que o povo do Ceará reconheça o trabalho de seus Parlamentares, que tanto lutam pela melhora da vida da população do Estado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Machado) - Com a palavra o Deputado José Chaves.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, nós de Pernambuco trabalhamos há cerca de 25 anos pela implantação de um metrô que, quando pronto, transportará cerca de 700 mil pessoas. A obra foi iniciada no Governo do Senador Marco Maciel, do partido do nobre Relator. Estamos realmente achando que a quantia aprovada é insuficiente. Houve um corte de cerca de R\$ 4,5 milhões nos recursos destinados ao metrô de Recife.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Deputado, eu não tenho essa emenda.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - É uma emenda de bancada.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Não tenho essa emenda.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Existe um PL do Governo prevendo cerca de R\$ 30 milhões, e houve um corte de R\$ 4,5 milhões. O que pretendo é a recomposição. Para Salvador houve um acréscimo; já estão destinados R\$ 86 milhões. Talvez seja o mais justo, porque as obras lá estão em estágio mais atrasado. Segundo os meus cálculos, para o Rio de Janeiro foram concedidos R\$ 50 milhões, para Porto Alegre mais de R\$ 50 milhões, e para Fortaleza R\$ 30 milhões.

A bancada de Pernambuco não apresentou emenda para o metrô de Recife. Estamos tentando, com o destaque, repor R\$ 10 milhões, R\$ 20 milhões, R\$ 30 milhões, para podermos dar continuidade às obras.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Deputado, veja bem, eu não tenho a emenda para poder acolher o destaque. Quem fez esse corte foi o Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Deputado Abelardo Lupion, existe uma emenda da Comissão de Desenvolvimento Urbano tratando exatamente desse assunto, na área de corredores de transporte urbano. Está lá escrito: "*apoio a projetos de corredores estruturais de transporte coletivo urbano*". Acreditamos que esse é exatamente o caso do metrô de Recife. Estamos apresentando o destaque na esperança de conseguir evitar a paralisação das obras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Machado) - Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO - Sr. Presidente, Sr. Deputado Abelardo Lupion, meu destaque é o de nº 00044; trata-se apenas de um remanejamento de recursos de emendas de bancada. Temos a autorização de toda a bancada, Sr. Relator. O pedido é simples, e eu gostaria de vê-lo atendido. Quer que eu cite os números das emendas?

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - De que Estado, Senador?

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO - Do Estado de Roraima.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - As Emendas são as de nº 02, 06 e 15.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO - Não, a Emenda é a nº 0007, 71240007; queremos remanejar para a 71240002. Os recursos sairiam da 0007 para a 0002.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - De que Comissão?

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO - Da Comissão de Saúde para a das Cidades.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Senador, para isso nós dependemos de autorização da Presidência da Comissão. Precisamos de um ofício da Presidência da Comissão. Da nossa parte, não há problema.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO - Vou encaminhar ofício ao Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Machado) - Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Relator, quando conversei com V.Exa., fiz a defesa do destaque apresentado pela minha bancada. No papel de coordenadora, tentei interpretá-lo da melhor maneira possível. Quero ressaltar para V.Exa., que talvez não conheça os problemas do nosso Estado, que o Espírito Santo é uma região turística, mas sofre com problemas absurdos de saneamento básico e de déficit habitacional. Somos um Estado pequeno cravado na Região Sudeste e sempre competimos por recursos de infra-estrutura com Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Vila Velha tem 50 quilômetros de valas a céu aberto. Não conseguimos inverter essa situação nem na época do PROSEGE. Agora que estamos novamente enfrentando chuvas e inundações, e convivemos com doenças de toda natureza; nem assim conseguimos sensibilizar o



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Governo para o fato de que a prioridade do Estado do Espírito Santo é o saneamento básico. A falta de saneamento compromete nossas praias e a qualidade de vida da nossa população.

Peço a V.Exa. especial atenção para as Emendas nº 71090012 e 0015. Sei que V.Exa. está lidando com inúmeras limitações, mas espero que reconsidere esses valores e transmita ao Relator este apelo da bancada do Espírito Santo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputada Rose de Freitas.

O Deputado José Rocha é o próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sr. Deputado Abelardo Lupion, Sras. e Srs. Parlamentares, meus cumprimentos.

Sr. Relator, parabeno-o pela maneira como exarou o relatório, atendendo a todas as bancadas. A bancada baiana deve-lhe um agradecimento pela atenção às necessidades maiores do nosso Estado, principalmente de Salvador.

Como coordenador da bancada, tenho o dever de defender um aumento nas dotações acolhidas por sua Relatoria. Por meio de destaque, solicitamos a V.Exa. que estude a possibilidade de aumentar os recursos destinados ao metrô de Salvador, uma obra que se arrasta há alguns anos e cuja conclusão é urgente. Salvador sofre um problema muito sério no setor de transporte de passageiros. Em outra emenda pedimos recursos para a adequação das vias urbanas da Capital.

Acreditamos que V.Exa. dará às duas emendas a atenção que merecem. Tenho certeza de que entenderá a extrema justeza deste nosso pleito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado José Rocha.

Com a palavra o Deputado Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Meu caro companheiro Deputado Abelardo Lupion, eu não gostaria de importuná-lo mais. Quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pela sabedoria na elaboração do relatório. Dentro do possível e da margem estabelecida pelo Relator-Geral, V.Exa. atendeu os Parlamentares no máximo que pôde, mas eu gostaria de fazer algumas observações com relação a emendas do meu Estado, principalmente no que diz respeito à infraestrutura básica para Municípios importantes, como Arapiraca, o segundo maior do Estado.

Algumas emendas alocam recursos para infra-estrutura em diversos Municípios de Alagoas, particularmente na Capital. Há 2 obras da maior importância na cidade de Maceió. Uma delas é a do Vale do Reginaldo. Deverá ser construído um corredor de escoamento de trânsito, considerando que temos uma única via de entrada e saída da Capital.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Qual o número da emenda?

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - O número da emenda é 71030014.

A via Fernandes Lima, que dá acesso à Capital e saída para os diversos Municípios do Estado e para outros Estados da Federação, está absolutamente intransitável, totalmente congestionada a qualquer hora do dia. Apenas após as 23h há melhor condição de trânsito nessa via. O corredor que deverá ser construído no Vale do Reginaldo trará benefícios consideráveis ao Estado, particularmente à Capital de Alagoas.

Além do mais, nessa via há uma espécie de esgoto a céu aberto, que é sem dúvida a grande preocupação das autoridades administrativas de Maceió, e particularmente da população. Todo o esgoto da parte alta de Maceió invade a parte baixa, exatamente numa das mais belas praias da Capital do meu Estado, impossibilitando o banho de mar.

Nobre Deputado, a emenda recebeu valores insignificantes em relação ao tamanho e à importância da obra. Sei que apenas pela sensibilidade de V.Exa. foi possível alocar recursos da ordem de R\$ 6,5 milhões, mas a quantia é insignificante. O que fazer? É lógico que estamos apelando para a sensibilidade de V.Exa. no sentido de que faça a indicação ao nosso Relator-Geral, a fim de que S.Exa. aumente o valor.

O mesmo peço com relação a uma outra emenda sobre a macrodrenagem, que trata do processo de degradação de toda a parte alta da cidade de Maceió.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Qual o número da emenda?

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Emenda nº 71030013. É na área degradada da parte alta da cidade que se situa o pólo industrial de Maceió. A maioria das indústrias já foram fechadas por conta das freqüentes inundações, infelizmente. E a obra está prestes a ser construída, e precisa de aporte maior de recursos. Apelo, portanto, para V.Exa., no sentido de que faça a indicação junto ao Relator-Geral.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Também há as Emendas nº 7103008, 7103009, 71030014, 15 e 16. As emendas de final 008 e 009 tratam do esgoto sanitário para o Município de Arapiraca. As outras contemplam obras de infra-estrutura básica, para a dignidade de vida dos habitantes desses Municípios.

Nobre Relator, ao encerrar minhas considerações, apelo para a sensibilidade de V.Exa., mais uma vez, no sentido de que indique esses acréscimos ao nosso Relator-Geral, a fim de que S.Exa. possa também sensibilizar-se e aportar maior volume de recursos, particularmente para as emendas de final 013, 014 e 008, que são para a cidade de Arapiraca, para a macrodrenagem e para o Vale do Reginaldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem a palavra o nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Relator, infelizmente não assisti à exposição inicial de V.Exa. Talvez minhas dúvidas já estejam deslindadas, mas queria tratar com V.Exa. da questão do metrô de Belo Horizonte. V.Exa. cortou quase 99% dos recursos do metrô: dos R\$ 20.376.000,290 restaram apenas R\$ 1,3 milhão — isso porque V.Exa. considerava que a obra estava incluída entre aquelas que o TCU determinava que não poderiam ser executadas. Mas V.Exa. e eu, na condição de membro do Comitê que trata dessas chamadas obras consideradas irregulares pelo TCU, já verificamos que isso não existe. O TCU já mandou uma informação dizendo que não existe irregularidade. O contrato dessa obra sobre a qual pairava essa suspeita já foi anulado. Nós do Comitê do TCU consideramos que não existe óbice para que esses recursos mantenham o encaminhamento original.

A pergunta que faço a V.Exa. é: visto que houve esse corte, quem vai fazer a recomposição? Vai ser V.Exa., já, de forma imediata, para que possamos ter a tranquilidade de que esses recursos possam ser no mínimo viabilizados para a construção da obra do metrô de Belo Horizonte?

Essa era a pergunta que queria fazer a V.Exa., para podermos transmitir alguma tranquilidade ao Prefeito da Capital e ao Presidente da CBTU, que vêm de forma insistente querendo esclarecer definitivamente a questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Sérgio Miranda.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, Sr. Relator Deputado Abelardo Lupion, quero pedir a atenção de V.Exas. para 2 destaques por mim assinados, relativos a 2 emendas da bancada do Maranhão, pedindo a V.Exa., Sr. Relator, que recorra ao Relator-Geral para que acrescente um valor às nossas emendas, aprovadas por V.Exa., mas com um valor muito aquém daquilo de que precisamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Pedro Novais.

Concedo a palavra ao Deputado Domiciano Cabral. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eminente Relator, Deputado Abelardo Lupion, inicio minha fala pedindo a V.Exa. a recomposição de R\$ 4.624.000,00 do metrô do Recife. Ele está na seqüência 58-17 dos recursos do Orçamento.

Temos uma emenda na Comissão de Desenvolvimento Urbano, a Emenda nº 1, para corredores de transportes urbanos, para a qual V.Exa. alocou R\$ 5 milhões. Faço a mesma pergunta do eminente Deputado Sérgio Miranda. Não sei se V.Exa. pode fazer a recomposição ou se poderá colocar nessa emenda de desenvolvimento urbano esses recursos e fazer um carimbo para que eles sejam destinados ao metrô de superfície do Recife.

Por outro lado, Sr. Relator, constatamos que as emendas de bancada de Pernambuco nºs 8, 10, 17 e 19 V.Exa. contemplou linearmente com R\$ 4 milhões cada uma, sendo que a de nº 17 foi aumentada em R\$ 7 milhões. Em razão de estarem todas destacadas, quero fazer um apelo a V.Exa. no sentido de que, caso seja possível, faça uma indicação ao Relator-Geral para que se destine a cada uma pelo menos R\$ 7 milhões. Todas são importantes. Até assumo a culpa de não ter procurado V.Exa. para dizer qual seria a mais importante, porque todas têm importância.

Solicito a V.Exa. que atenda aos Destaques nºs 66, 67, 68 e 69. Ressalto a Emenda nº 17, já atendida com mais R\$ 7 milhões. Caso V.Exa. aceite nossa sugestão, ficaremos muito satisfeitos.

Por último, e sei que é difícil, quero parabenizar V.Exa. Não deve ser fácil relatar, ainda mais com pouco dinheiro, uma subcomissão tão importante como a das Cidades.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nobre Relator, não deixe nosso metrô sem esses R\$ 4 milhões, e atenda cada uma das emendas com R\$ 7 milhões, para que todas fiquem iguais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Gonzaga Patriota.

Concedo a palavra ao nobre Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente, nobre Relator Deputado Abelardo Lupion, solicito a V.Exa. que encaminhe ao nobre Relator-Geral do Orçamento 2 destaques de nossa autoria. O primeiro é o Destaque nº 0091, Emenda da bancada de Minas Gerais nº 71140005, que contempla o metrô de Belo Horizonte. A bancada apresentou uma emenda pedindo R\$ 100 milhões e V.Exa. concedeu apenas R\$ 12 milhões.

Há vários anos o metrô de Belo Horizonte está emperrado, ou seja, sua construção nunca termina. Espero que V.Exa. examine com carinho e atenção a situação do metrô mineiro, junto com o Relator-Geral, a fim de que se autorize um valor pouco maior para essa obra. Devo esclarecer que no relatório de V.Exa. aparece a quantia de R\$ 5.400.000,00, mas hoje, no comitê de emendas, conseguimos adequar para R\$ 12 milhões.

Outro destaque é o de nº 70, também emenda de bancada de Minas Gerais, a Emenda nº 71140018, para infra-estrutura urbana e pequenos Municípios do Estado de Minas Gerais. Como muito bem sabe V.Exa., há necessidade de tratamento de esgotos, saneamento básico e distribuição de água.

Solicito, assim, a V.Exa. uma atenção especial, junto com o Relator-Geral, para esses 2 destaques. Que eles possam ser mais apreciados e os valores dos recursos aumentados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado João Magalhães.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nazareno Fonteles.

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES - Sr. Presidente, quero reforçar a reivindicação dos Deputados Paes Landim e Átila Lins e do Senador Heráclito Fortes. Defendemos uma emenda de bancada, portanto uma emenda suprapartidária. Nesse caso, a indicação seria feita por 4 partidos, e não como normalmente se faz, com um deles indicando a área. A indicação seria dos 4. O objetivo da emenda é a revitalização do centro de Teresina. É a Emenda nº 0018, do Ministério das Cidades, obra de infra-estrutura urbana em Municípios, e de revitalização de áreas centrais de Teresina, a nossa querida capital, cuja região metropolitana abrange mais 11 Municípios, incluindo o de Timon, no Maranhão. É a chamada Grande Teresina. Com a melhora da infra-estrutura urbana, toda a região será beneficiada.

Ressalto que é uma reivindicação antiga. Vários projetos já foram avaliados e tudo mais. Então, neste momento pedimos às diversas forças políticas uma maior sensibilidade. Esperamos da parte de V.Exa. deferência à nossa Capital.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, quero defender o destaque da Emenda nº 007, que propõe aumento de recursos para urbanização de cidades com mais de 100 mil habitantes no Estado do Pará. Hoje pela manhã, no Comitê, fizemos um acordo para acrescentar R\$ 13 milhões. Já havíamos sido atendidos, mas com somente R\$ 8 milhões. Com esse acréscimo chegaremos aos R\$ 21 milhões.

A proposta inicial da bancada era de R\$ 90 milhões, naturalmente um valor significativo; porém, infelizmente, nosso País ainda não tem condições de conceder tais recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Emenda nº 6, Deputado?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Esse é o destaque apresentado pela bancada. Eu havia feito outro destaque, no qual acrescentava mais R\$ 3 milhões, mas vou retirá-lo para que fique valendo a emenda da bancada, já encaminhada ao Relator.

Quis fazer essa referência porque desejo defender mais recursos para a urbanização de cidades com mais de 100 mil habitantes no Estado do Pará.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Zé Geraldo.

Concedo a palavra ao Deputado Miguel de Souza.

O SR. DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA - Sr. Presidente, Sr. Relator, em nome da bancada do Estado de Rondônia, quero chamar a atenção para a emenda seqüencial nº 16326, referente a obra de infra-estrutura do Município de Ji-Paraná, que é o segundo maior do meu Estado, com



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apenas 21 anos, mas é um Município carente. Lembro que na nossa região, na Amazônia, há 9 meses de chuvas regulares e apenas 3 de estiagem.

Portanto, nossos Municípios dependem muito da infra-estrutura de saneamento básico, principalmente obras de drenagem e de pavimentação. Apresentamos uma emenda solicitando R\$ 50 milhões; o Relator atendeu-nos com R\$ 2,2 milhões. Espero que V.Exa. aumente o valor, como solicitado no destaque apresentado, assinado pelo Deputado Jaime Martins, para recomposição da emenda.

Em nome dos rondonienses, solicitamos atenção especial no que tange a essa emenda de bancada do Estado de Rondônia, por entender que o atual valor está muito aquém das necessidades do Município de Ji-Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Miguel.

Concedo a palavra ao Deputado Givaldo Carimbão.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Sr. Relator, quero destacar a Emenda 71030016, do Estado de Alagoas. Com muito boa vontade, atendeu V.Exa. a 11 das 18 emendas apresentadas. É claro que V.Exa. teve dificuldades para atender a todos.

Maceió tem hoje 3 milhões de habitantes, 1 milhão dos quais vivem no centro da cidade, uma área que está totalmente abandonada, porque nenhuma ação foi praticada nos últimos 50 anos, nada foi feito ali em relação a saneamento, drenagem, eletricidade e gás.

Em janeiro, em decorrência da chuva catastrófica, foi decretado estado de calamidade pública no centro da cidade. A água invadiu as lojas e chegou a alcançar 1 metro e 20 centímetros. Foi feita uma licitação internacional para recuperar a área, e para esse fim foram destinados R\$ 60 milhões; mesmo assim, nenhum comerciante quer mais ficar no centro. Todos querem mudar-se para os *shoppings*. Preferem pagar de 14 a 16 mensalidades de aluguel a ficar ali.

Para recuperar aquela área, para obras de drenagem e saneamento, intervimos e buscamos recursos junto ao BIRD e ao BID; no ano passado alocamos R\$ 5 milhões e conseguimos dar início à obra. Foi a única emenda de bancada que saiu antes da eleição. O Governo Federal, bastante sensibilizado com as chuvas que caíram na cidade, liberou o dinheiro proveniente da emenda. Pudemos então iniciar as obras no centro da cidade.

Nosso Prefeito perdeu as eleições, mas a situação transcendia a disputa política. O Líder da bancada, o Deputado Benedito de Lira, sabe que digo a verdade. Fui pressionado pelo meu partido para retirar a emenda que previa verba para recuperação do centro da cidade, mas acabei bancando a obra, porque não achava justo que a população de Maceió pagasse um preço tão alto. Mesmo assim, a emenda veio com R\$ 3 milhões.

Ora, há emendas que prevêm R\$ 8 milhões, R\$ 10 milhões, até R\$ 14 milhões, o que está mais do que certo, porque Alagoas precisa desse dinheiro. O companheiro João Caldas defendeu a construção do Centro de Convenções de Maceió, porque nossa cidade vive do turismo. Ainda há pouco, o Deputado Benedito de Lira defendeu outro projeto importantíssimo referente ao Vale do Reginaldo. O fato é que eu briguei com o meu partido para manter a emenda, e disse que Maceió era muito maior do que qualquer Prefeito. Portanto, Sr. Presidente, solicito ao Relator que atenda o nosso pedido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Deputado Alceste Almeida.

O SR. DEPUTADO ALCESTE ALMEIDA - Sr. Presidente, refiro-me ao Destaque 00041, inerente ao Ministério das Cidades, com o seguinte título: *"Voltado à implantação e à ampliação do sistema de drenagem urbana nos Municípios do Estado de Roraima com menos de 30 mil habitantes"* — as comunidades mais carentes da nossa Unidade Federativa.

Nossos Municípios vêm crescendo, como é o caso de Rorainópolis. Nossos índices de crescimento são os maiores do Brasil, de acordo com o IBGE. A população migrante do Nordeste, especialmente do Maranhão, desloca-se rumo a Roraima, e antes de chegar à Capital instala-se em Rorainópolis, Caracará e São João da Baliza. Assim, a população desses Municípios cresce, e tem de enfrentar problemas sérios, com a falta de drenagem. Empoçamentos fazem aumentarem os casos de dengue e malária, enfermidades típicas da região amazônica.

Queremos fazer um apelo ao Sub-Relator, Deputado Lupion, porque S.Exa. nos contemplou apenas com 1 milhão de reais, insuficiente para fazer o mínimo. As drenagens são muito importantes para essas populações. Solicitamos um pouco mais de recursos, para, com a realização dessa obra, melhorar a saúde daquele povo.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Alceste Almeida.

Vou passar a palavra ao Deputado Lupion, enquanto os 2 Deputados que estão inscritos não voltam — Bismarck Maia e Domiciano Cabral. Em seguida, concederemos a palavra a eles.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quando li o meu relatório, expliquei os critérios adotados para atender a cada Estado. Nossa preocupação, antes de mais nada, e peço a atenção de todos as companheiras e companheiros, era a de poder olhar nos olhos dos senhores no dia seguinte. Muitos nesta Casa têm a possibilidade momentânea de ter algum poder nas mãos e se esquecem do dia seguinte. Já vimos muito esse filme.

Minha preocupação era poder fazer alguma coisa com tal transparência e coerência que pudesse continuar cultivando o respeito e a amizade dos meus colegas. Para isso adotei como sistema a média ponderada entre número de habitantes, renda *per capita* e número de emendas apresentadas à nossa Comissão. Tiramos um valor desses números. Tivemos o cuidado, já que estávamos relatando com um Ministério, de mandar nossa assessoria ao Ministério para verificar exatamente quais recursos precisaríamos aprovar em relação a obras em andamento. Conversamos com o Relator-Geral. Teve S.Exa. extrema boa vontade ao nos atender. Dois dos nossos pleitos foram atendidos. Lógico: aqui é uma Casa política, onde nós nos relacionamos e, como dizia o saudoso Ulysses Guimarães, o nosso combustível é a saliva. Recebi todos aqueles que quiseram conversar conosco. Ponderei assunto por assunto.

Hoje e no decorrer desta semana, após a quarta-feira, há uma semana quando entreguei o relatório, vi que cometi erros e algumas injustiças. Agora, espero resolver cada uma delas. Se terei a força necessária junto ao Relator, não sei. Também é certo que não me contentarei apenas em fazer as indicações e jogar para frente a responsabilidade. Assumi compromissos com muitos dos senhores de que acompanharia cada caso. Alguns já consegui resolver no Comitê de Emendas.

Quero aqui parabenizar o Deputado João Leão e todos aqueles que fizeram parte do Comitê de Emendas pelo grande trabalho realizado. S.Exas. facilitaram a vida desta Comissão. Se hoje estamos aqui discutindo cada relatório e vamos votar, inclusive o meu, é porque o Comitê de Emendas entrou em campo e resolveu muitos dos assuntos pendentes.

Quero parabenizar a todos, incluindo o nosso Presidente, o grande Deputado Paulo Bernardo, referência em nosso Estado, de quem me orgulho de ser companheiro. Teve S.Exa. extrema paciência e entendeu a nossa luta em favor daqueles que nos trouxeram aqui.

Vou responder caso a caso. Sei que terei sucesso com alguns; outros, talvez não, porque não poderei defender com a mesma ênfase, mas podem estar certos de que darei todas as explicações, não esquecendo de pedir desculpas e tentar resolver na próxima fase desse relatório.

O Deputado Paes Landim não está presente, mas a Deputada Laura fez a defesa. Vou fazer o máximo possível para atender seu pleito extremamente justo.

Quanto à Emenda nº 13, da Deputada Laura Carneiro, poderemos trabalhar um pouco mais. Vou fazer o máximo possível, Deputada, minha Líder na Comissão, uma guerreira que tem feito um trabalho maravilhoso e é motivo de orgulho de toda a nossa bancada. Muitos de nós, se não fosse a sua competência e a sua garra, não conseguiríamos ter dado vazão aos anseios dos nossos Municípios.

Muito obrigado, Deputada Laura.

Deputado Welinton Fagundes, meu companheiro e Sub-Relator do Ministério da Agricultura, temos tanto ainda a fazer em defesa desse Ministério. Quero dizer-lhe que me empenharei o máximo. Já assumi o compromisso com V.Exa. É de extrema importância o seu pleito. Vou conversar com o Relator-Geral para tentar aumentar o valor dos recursos da sua emenda.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Obrigado, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - O Deputado Jovair Arantes não está presente, mas me permito conversar depois com S.Exa. Farei o máximo possível para resolver o seu problema.

Deputada Professora Raquel, quero dizer de público que mantenho o compromisso com V.Exa. Não tivemos oportunidade de conversar sobre a elaboração do meu relatório. Procurou-me V.Exa. após o relatório já ter sido entregue. Realmente, o seu caso é um daqueles a que me referi: de injustiça. Faço questão de reparar a injustiça. Vou levá-lo ao Relator-Geral. Tenho certeza de



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que S.Exa. estará sensível e faremos a devida justiça. Fique tranqüila, porque estarei acompanhando o andamento.

Deputado Eduardo Valverde, aqui também cometi outra injustiça. Não fui procurado por V.Exa., mas, a meu ver, seu pleito é de extrema importância. Nós, às vezes, quando não ouvimos, não nos sensibilizamos. Quero dizer-lhe que o caso de V.Exa. é um desses. Peço desculpas de público, porque, realmente, o seu caso está abaixo da média do atendimento por nós estabelecido. Faço questão de estar junto de V.Exa. para majorar os recursos relacionados ao seu pleito.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Relator, eu não o procurei porque confiei na sua capacidade e sensibilidade de entender as questões cruciais que afetam a população amazônica.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Deputado João Grandão, abusa V.Exa. da nossa amizade e do respeito que tenho por V.Exa. Conversamos sobre a emenda e eu lhe atendi. Acrescentamos 7 milhões à Emenda nº 11. Tenho certeza de que V.Exa. foi atendido.

Quanto à Emenda nº 6, realmente V.Exa. não me avisou da sua importância. É óbvio que eu precisava atender àqueles casos que conhecia. E como havia um limite para cada Estado, realmente abusei da compreensão dos companheiros da bancada e liberei recursos até superiores ao limite estabelecido.

Portanto, em relação à Emenda nº 6, houve realmente uma injustiça, porque 1 milhão de reais é muito pouco. Tenho a obrigação de atendê-lo. Farei o máximo possível para isso.

Deputado Wilson Santiago, é o mesmo caso do Deputado João Grandão. Na Emenda nº 11, destinamos 7 milhões de reais. Tenho certeza de que, nesse caso, seu entendimento com o Relator-Geral é maior do que o meu. No entanto, em relação à Emenda 10, eu o acompanharei, a fim de tentarmos majorar os recursos.

Deputada Maria Helena, talvez Roraima tenha sido um dos Estados menos atendidos. Fizemos um levantamento e chegamos à conclusão de que teríamos a obrigação de melhorar o valor desses recursos. Conte com meu apoio, pois buscaremos os recursos necessários com o Relator-Geral, com quem me reunirei e apresentarei seu caso também como emergencial.

Deputado Zé Gerardo, conversei com vários companheiros da bancada do Ceará e fiz exatamente o que me pediram, ou seja, aumentar num dos casos e diminuir noutro. Tenho certeza de que a bancada do Ceará tem muita força com o Relator-Geral e poderá ser muito bem atendida. No entanto, acredito que tenha cumprido meu papel na condição de Sub-Relator, pois fiz exatamente o que me foi pedido. Não que eu entenda que não precisamos aumentar recursos, pois acho que deve ser aumentado o valor de todas as bancadas. Tentarei ajudar o máximo possível.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Compreendo sua dificuldade, Sr. Relator, mas peço a V.Exa. que nos recomende ao Relator, em virtude das dificuldades que temos em termos de transportes, principalmente em relação a trens na região metropolitana, à infra-estrutura urbana nas pequenas cidades e à habitação como um todo. O Estado do Ceará é pobre e necessita de mais recursos.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Mas é rico em homens públicos, Deputado.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - É rico em bondade, amor e carinho, mas é pobre em recursos. O Estado de V.Exa. é muito mais rico do que o nosso. Espero que seja o pão distribuído igualmente a todos. Estamos aqui cumprindo nossa missão. A bancada do Ceará precisa de recursos para os Municípios e também para a região metropolitana. Precisamos de verbas para o trem urbano, para as habitações. Ainda hoje há várias casas de taipa no nosso sertão e nas regiões metropolitanas.

Parabenizo V.Exa. mais uma vez pelo relatório, mas peço a indicação ao Relator-Geral de nossas emendas para que possamos trabalhar e, se Deus quiser, fazer justiça ao Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - V.Exa. pode concluir suas respostas. Os Deputados Bismarck Maia e Domiciano Cabral estavam participando de uma reunião e irão falar depois de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Deputado José Chaves, entendi perfeitamente o seu pleito. Vamos recomendar ao Relator-Geral, para que possa restaurar aquilo que foi tomado do Estado de Pernambuco.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Deputado Abelardo Lupion, por favor, está bastante claro. Não houve emenda de bancada, mas há, sim, necessidade premente da conclusão do metrô de Recife, em relação a todos os outros. Então, a bancada fez por bem apresentar esse destaque à



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comissão de Desenvolvimento Urbano. V.Exa. já havia concedido 5 milhões. Sem a proposta, ficaríamos com eles, pois se enquadram perfeitamente às nossas necessidades.

Peço o maior carinho, o maior apreço e consideração, para que possamos repor alguma coisa com o Relator-Geral. Estarei batalhando, a partir de amanhã, para que não cometamos injustiça com a população da Grande Recife.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Fique tranqüilo. Sabemos que em relação aos metrô, por mais recursos que consigamos incluir aqui, será insuficiente para todas as obras.

O Relator-Geral assumiu conosco o compromisso de estudar caso a caso. Já recebi a visita do Presidente da TRANSURB. Conversamos e vamos estudar uma solução para obras já em andamento, pois se parássemos agora o prejuízo seria muito grande. Então, o caso de V.Exa., assim como o de Belo Horizonte, que irei relatar, será discutido novamente a fim de alocar recursos necessários para continuidade da obra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Fico grato, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Senador Augusto Botelho, já havia respondido a V.Exa. e vamos fazer o que V.Exa. nos solicitou. Vamos precisar da anuência do Deputado Paulo Bernardo, mas da nossa parte não haverá problema.

Deputada Rose de Freitas, outra guerreira.

Infelizmente seu pai teve um problema de saúde e S.Exa. não pôde estar presente. Fizemos apenas uma indicação nas duas emendas, de 3 milhões cada uma. O caso é exatamente o mesmo da Deputada Professora Raquel Teixeira. Vamos tentar resolver. Vou me empenhar o máximo, a fim de resolver esse caso — outro caso de injustiça. Faço questão de acompanhar. Sou seu devedor. Fique tranqüila. Haveremos de majorar os recursos.

Deputado Benedito de Lira, com todo o respeito, amizade e a admiração que nutro por V.Exa., após tantos anos juntos, é óbvio que todos os desejos de V.Exa. são também os meus. Seu trabalho em defesa de Alagoas é muito bonito. É tão transparente, tão humano e apaixonado que é difícil não ficar do seu lado.

Fique V.Exa. certo de que tem em mim um companheiro para todas as horas em que estiver em jogo os problemas da nossa querida Alagoas.

Deputado Sérgio Miranda, quanto ao metrô de Belo Horizonte, acabamos de checar aqui o caso da linha Vilarinho-Eldorado. Verificamos que ela já saiu da situação de irregularidade. Contudo, até o dia em que entregamos o relatório ainda estava irregular, e V.Exa. sabe da nossa dificuldade em aportar recursos quando há irregularidades.

Já estive com o Presidente da TRANSURB, com o Ministro e com o Relator-Geral. Pedi ao Deputado Virgílio Guimarães que fizesse um destaque, logo que conversei com o Presidente da empresa. Desta vez, juntamente com V.Exa., voltarei a conversar com o Relator-Geral a fim de resolver o problema de Belo Horizonte, que hoje estou convencido não pode ficar sem atendimento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Relator, apenas um esclarecimento: qual a lógica desse corte? O Relator-Geral cortou 15%.

Mesmo que estivesse incluída, a proposta poderia ser retirada depois, bastando aprovar nesta Comissão aviso do TCU que superasse a irregularidade.

Considero que houve excesso.

Todas as propostas irregulares foram cortadas dos relatórios?

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - No nosso caso, sim.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Quais outras foram cortadas?

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - A única era a sua.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Mas isso não é lógico. Caberia a V.Exa. corrigir o erro claro e evidente que houve por meio de fazer a reposição, cortando linearmente das outras emendas, o que resolveria o problema.

E se o Relator-Geral não aceitar nossos argumentos? Vamos cometer uma enorme injustiça. Chamo a atenção do Presidente Paulo Bernardo para o que vem acontecendo com o metrô de Belo Horizonte. E isso não aconteceu com nenhuma outra emenda. Se houvesse lógica no corte de 15%... Agora, cortar 99% da emenda não faz sentido.

O Relator, Deputado Lupion, pretende transferir o problema para o Relator-Geral; não acho que essa seja a solução. Seria melhor resolver agora, ainda nesta Subcomissão. Repito que houve um erro: a ação não está no relatório do TCU, logo não poderia ser cortada; mesmo que estivesse, não deveria ser cortada, porque quando presente no relatório do TCU pode ser retirada, bastando para tanto votar o aviso nesta Comissão.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Presidente, aguardar solução do Relator-Geral nos deixa em situação de grande insegurança.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Deputado Sérgio Miranda, a assessoria da Comissão informa-nos que até semana passada constava do relatório do TCU. Em função disso houve o corte. Não tínhamos a mínima intenção de fazer qualquer...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Há autorização do parecer preliminar e da LDO para um corte desse montante? Essa emenda poderia ser recomposta. Vamos supor que ela estivesse na relação do TCU. Amanhã se votaria o aviso, e ela poderia de novo ser executada. Não há nenhuma orientação no parecer preliminar e na LDO no sentido de que as emendas contidas no relatório do TCU devam ser canceladas. Não existe isso.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - V.Exa. sabe que temos a obrigação da Relatoria-Setorial de atender a todas as bancadas estaduais com poucos recursos e a faculdade de cortar poucos recursos do Orçamento. Se não usarmos essa faculdade, deixaremos de atender algumas bancadas. Não jogamos o recurso simplesmente ao léu. Atendemos bancadas dentro da Casa em assuntos tão importantes quanto o metrô de Minas Gerais.

Quero apenas dizer que, numa combinação com o Relator-Geral, destinamos todos os recursos que tínhamos para não podermos fazer qualquer espécie de barganha. Combinamos ainda que, nas grandes obras, a exemplo dos metrôs, o Relator-Geral atenderia o que não conseguirmos atender. Peço a V.Exa. me dê esse crédito.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - V.Exa. desatendeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Sérgio Miranda, deixe o Deputado Abelardo Lupion concluir. Dois Deputados inscritos que tiveram de sair já voltaram. Na hora de votar, veremos como resolver isso. Esse diálogo não vai resolver o problema do corte feito. Temos de procurar uma saída.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Chamo a atenção de todos os mineiros, representantes da bancada de Minas Gerais. Não podemos votar o relatório com esse corte dos recursos a serem destinados ao metrô de Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Abelardo Lupion, conclua.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Deputado Pedro Novais, a bancada do Maranhão apresentou duas emendas. De acordo com o cálculo feito e proposta que apresentei desde o começo, caberia ao Maranhão 16 milhões de reais. Para cada emenda destinamos 8 milhões de reais. É óbvio que, se V.Exa. precisar de qualquer tipo de indicação, terei o máximo prazer em atendê-lo.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Cada emenda ficou com 8 milhões de reais?

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Oito milhões cada uma das duas emendas.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - O que peço é que os meus destaques sejam encaminhados ao Relator-Geral com o pedido de que suplemente esses valores no que for possível.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Com toda a certeza. Terei o maior prazer em fazê-lo.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Obrigado.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Deputado Gonzaga Patriota, em reunião realizada hoje, fizemos um apelo ao Comitê de Emendas, que imediatamente nos atendeu — agradeço mais uma vez, de público, ao Comitê de Emendas —, para resolvermos o problema de Pernambuco. Em nosso relatório, pelos cálculos que fizemos, caberia a Pernambuco 16 milhões de reais. Distribuimos o valor em 4 emendas de 4 milhões de reais. A importância de Pernambuco não é menor. Vamos ajudar o Estado e fazer uma indicação para que possamos aumentar cada uma dessas emendas.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Relator, por que foram destinados 8 milhões de reais para o Maranhão e 4 milhões de reais para Pernambuco?

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Veja bem: para o Maranhão foram destinados 16 milhões de reais, distribuídos em duas emendas. Para Pernambuco também foram destinados 16 milhões de reais, distribuídos em 4 emendas. O recurso foi dividido por 4.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - E por que não 32 milhões de reais distribuídos por 4 emendas?

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Nesse caso teríamos de discutir um novo sistema para trabalhar dentro da Casa. Fazemos um cálculo de população, de renda *per capita* e



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de número de emendas na Comissão. Temos de ter um critério. Do contrário, não conseguimos aprovar absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Gonzaga Patriota, faço um apelo para que deixe o Relator concluir. Estamos há 2 horas discutindo.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Vamos concluir, Sr. Presidente, só um minuto. Esta Casa é de debate, temos de debater.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O Relator está explicando o critério utilizado.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, o Deputado Sérgio Miranda mencionou a situação do metrô de Minas Gerais. O problema de Pernambuco não tem nada a ver com o Tribunal de Contas da União. Peço a V.Exa. que consiga com o Relator-Geral a recomposição dos 4 milhões de reais.

Quanto às emendas, fica nas mãos de V.Exa. destinar mais uns 7 milhões de reais para cada uma.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Com toda a certeza.

Deputado João Magalhães, Minas Gerais nos apresentou duas emendas: a do metrô, motivo da nossa discussão, e a emenda do Ministério das Cidades, no valor de 8 milhões de reais, a que atendi.

O único que me procurou foi o Deputado Odelmo Leão. Combinamos inclusive o valor da emenda. Posso indicar o aumento do valor da emenda e colocar-me à sua disposição para ajudá-lo. Seguimos o critério.

Deputado Nazareno Fonteles, destinamos à emenda 7 milhões de reais. Alertado pelo Senador Heráclito Fortes, imediatamente fiz a majoração da emenda, conforme a errata, de 2,5 milhões de reais para 7 milhões de reais. Conseguimos agora uma majoração para a emenda junto ao Comitê de Emendas, com o Deputado João Leão. Acredito que tenha atendido a V.Exa. O valor destinado à emenda é de 15 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Nobre Relator, V.Exa. resolve os problemas de outros Estados e não resolve o de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - O problema de Minas de Gerais, Deputado...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - V.Exa. cortou de forma não prevista no parecer preliminar.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Eu disse que resolveremos o problema de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - V.Exa.?

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Vou resolver junto com aqueles que detêm os recursos necessários para tal, como fiz agora com o Deputado Nazareno Fonteles e com o Senador Heráclito Fortes.

O Deputado Zé Geraldo está presente? *(Pausa.)*

Deputado Miguel de Souza, quanto à Emenda nº 17, V.Exa. estava presente junto com o meu conterrâneo, o Prefeito eleito de Ji-Paraná, ex-Senador e ex-Governador, José Bianco, quando assumi o compromisso de destinar 2,2 milhões de reais para a emenda. Acho pouco. Podemos trabalhar mais. Farei a indicação ao Relator-Geral para que possamos melhorar a situação de Ji-Paraná.

Deputado Givaldo Carimbão. *(Pausa.)*

Deputado Alceste Almeida. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Domiciano Cabral.

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL - Sr. Presidente, o Relator tem feito um belo trabalho. A conversa que tivemos foi cumprida na íntegra, mas faço um apelo diante das distorções. O Relator afirmou que fará gestão junto ao Relator-Geral. Trata-se de emendas de bancada que atenderão ao Estado como um todo. A Paraíba vive praticamente de transferência de recursos federais. Não tem uma economia forte como a de Pernambuco, nosso vizinho, ou o petróleo e o turismo em alta do Rio Grande do Norte. A Paraíba fica no impressado. O Governador do Estado está em situação muito difícil, sem poder de investir nos Municípios carentes, no sertão da Paraíba.

As emendas do Ministério das Cidades atenderão ao esgotamento sanitário da área metropolitana. Para se ter idéia, em Bayeux, cidade com 100 mil habitantes, apenas 5% do esgotamento sanitário está pronto. Seria de grande importância para o Estado o incremento dos



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

recursos para as Emendas nºs 29 e 32, que atenderão ao Governo do Estado e aos Municípios carentes da Paraíba, que só fazem obra quando recebem recursos do Governo Federal. Se depender do dinheiro do Estado e do ICMS da produção, a Paraíba não faz nada. Diferentemente de outros Estados, a exemplo de Minas Gerais, que basta arrecadar o ICMS do queijo que vende para realizar grandes obras em metrô e em outros pontos, a Paraíba depende desse nosso trabalho.

Por essa razão, a bancada da Paraíba encontra-se presente e apela para os colegas no sentido de destinar um pouco mais de recursos ao nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Bismarck Maia.

O SR. DEPUTADO BISMARCK MAIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, tudo o que foi expressado por meu companheiro de bancada, Deputado Zé Gerardo, é também nossa opinião.

Temos preocupações concretas com recursos para o Ministério das Cidades para desenvolver uma terra que merece muito mais do que vem recebendo. Temos problemas de desenvolvimento urbano na região metropolitana, problemas sérios com relação à habitação no interior da Ceará, local de população merecedora de casas dignas. No caso da habitação, esse problema não se evidencia tão-somente no sertão ou no interior, ou em regiões mais pobres, mas também no entorno da região metropolitana e na própria Capital do Estado, Fortaleza, onde há também problemas de saneamento básico. A nossa preocupação com esses aspectos vem manifestada nas emendas de bancada do Ceará, mais precisamente nas que direcionam recursos para o Ministério das Cidades.

Sr. Relator, veja V.Exa. que tivemos oportunidade de apresentar 4 emendas para esse Ministério, solicitando recursos para apoio na construção de habitações, para implantação do sistema de trens urbanos, para desenvolvimento urbano da região metropolitana de Fortaleza, onde há problemas crônicos, e também para ações de infra-estruturas em geral nos Municípios do Estado do Ceará. Apresentamos propostas nos valores de 60 milhões de reais para 3 delas e de 200 milhões de reais para a dos trens urbanos.

Não podemos deixar de registrar que contamos com a boa atenção de V.Exa., mas, quanto à emenda dos trens urbanos de Fortaleza, da proposta de 200 milhões de reais, aprovada na reunião de bancada do Estado do Ceará e, portanto, apresentada a V.Exa., tivemos aprovação de tão-somente 0, 25% do valor, portanto, 500 mil reais, fração de recursos que não dá para comentar, imagine para tratar de qualquer operacionalidade do projeto que está em curso.

Há exatamente 1 ano, aqui eu falava sobre o problema dos trens urbanos de Fortaleza. Dizia que a obra estava em andamento, com todo o risco, com todo o custo para o Estado do Ceará não só por investimento próprio, mas também por causa do financiamento e endividamento com o banco japonês. O Governo cearense está pagando um ônus por esse endividamento, às vezes, até pela não-utilização do recurso, uma vez que não existe contrapartida. No entanto, há o esforço que estamos fazendo junto com o Governo Federal.

Gostaríamos de ter tido a oportunidade de começar um trabalho com o Comitê de Emendas, com o Relator-Geral, dentro do contexto da Comissão de Orçamento, já partindo de um valor maior, pois esse valor, praticamente insignificante, apenas abre uma janela de uma dotação orçamentária apresentada pela bancada do Ceará.

Sr. Relator, tive oportunidade de conversar com V.Exa. sobre o assunto, de saber do esforço que será feito junto ao Relator-Geral. Todo o esforço da bancada está sendo feito nesse sentido, porque o Governador do Estado, que conta com o apoio de toda a bancada do Estado do Ceará, com esses poucos recursos, não poderá continuar com o projeto que está em andamento. O empreendimento conta com apoio do Governo Federal na medida do que pode ser feito, mas lembro que o nosso Estado, além dos juros que estão sendo pagos pelo financiamento contraído com o banco japonês, tem pago encargos da dívida pela não-utilização dos recursos disponíveis, porém, não utilizados.

Deixo nosso registro, contando com o esforço de V.Exa., prometido à bancada do Estado do Ceará, para esses recursos como também para os recursos das outras emendas, mais precisamente no tocante à que visa ao desenvolvimento urbano do Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Deputado Abelardo Lupion.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Deputado Bismarck Maia, assumi o compromisso com V.Exa. de acompanhá-lo e fazer gestão pelos recursos. Vou fazer um relatório sobre cada assunto tratado hoje nesta reunião, indicando e pedindo atendimento.

Anotamos todos os pleitos. O caso, por exemplo, do metrô, considero extremamente importante. Deveremos fazer um esforço para conseguirmos que o Relator-Geral, que tem os recursos necessários, possa alocá-los para as grandes obras que estão em andamento, como já havíamos combinado anteriormente.

Na emenda do Deputado Domiciano Cabral, atendi exatamente o que havíamos combinado. É óbvio que nenhum valor é suficiente. Sabemos que a nossa limitação é muito grande, mas, em que precisar, faço questão de acompanhá-lo, pois realmente o pleito é de muita valia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A discussão está encerrada, assim como o recebimento de destaques para essa área.

Vamos passar à discussão do relatório setorial da Área Temática IV — Agricultura e Desenvolvimento Agrário, Relator Deputado Welinton Fagundes.

A primeira inscrita é a Deputada Laura Carneiro, que se retirou. Estão pedindo inscrição os Deputados Eduardo Valverde e Miguel de Souza.

Com a palavra o Deputado Jovair Arantes. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, a bancada do Paraná fez algumas emendas e quero pedir ao Relator, Deputado Welinton Fagundes, que depois lhes dispensasse a necessária atenção. Sei que já foi feita a equalização das bancadas, mas é importante que as emendas da bancada do Paraná tenham atendimento especial. Gostaria que o Relator pudesse colaborar mais. Foram atendidas razoavelmente, mas fica o pedido não meu só, mas de toda a bancada do Paraná, no sentido de que as emendas tenham um atendimento melhor.

Parabenizo S.Exa. pelo relatório.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Agradeço ao Deputado Ricardo Barros. Vamos procurar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Um minuto, Sr. Relator. Vamos ouvir 3 Parlamentares e V.Exa. responde em bloco. Já ouvimos o Deputado Ricardo Barros. O próximo inscrito é o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, Rondônia é um Estado agrícola com grandes problemas fundiários. Por isso, busca encontrar alternativa que permita aumentar a produtividade de sua agricultura dentro das áreas a ela destinadas, para não aumentar as tensões nas áreas de florestas, já que Rondônia é um dos Estados da Região Norte mais antropizado.

O investimento na agricultura é muito importante não só para melhorar a qualidade de vida, mas para evitar que a população abandone suas áreas e crie mais tensões nas florestas. Há diversas ocupações em reservas florestais, em parques nacionais, por causa da velha tendência de se esgotar o solo e depois buscar terra nova.

A bancada do Estado de Rondônia apresentou 2 emendas para a agricultura: as Emendas nºs 7 e 8, uma no valor de 2,5 milhões de reais e a outra no valor de 8 milhões de reais. A primeira é para apoio a projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais em Municípios do Estado de Rondônia, e a outra é para apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário. Essas emendas visam não só melhorar a infra-estrutura, a exemplo das estradas vicinais e da armazenagem, mas também ao investimento em equipamentos que permitam melhorar a produtividade da agricultura do Estado de Rondônia e evitar a baixa renda, a baixa produtividade e o abandono do solo em busca de novos.

Sabemos do apoio do Relator à agricultura e, por isso, pedimos a S.Exa. que restabeleça essa emenda de 2,5 milhões de reais. Se formos fazer uma comparação com emendas de outras bancadas, veremos que o valor está muito aquém. Para um Estado cuja base econômica está no campo, a quantidade de recursos sugerida seria insuficiente para atender à grande quantidade de cooperativas, de associação de produtores e principalmente aos investimentos na infra-estrutura rural para estimular a permanência da família no campo.

Apelo para a sensibilidade de S.Exa, pois já foi apresentado destaque para poder recompor as emendas da bancada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Jovair Arantes.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente, gostaríamos de falar com o Relator da Área de Agricultura e defender o Destaque nº 20, que se refere a patrulhas agrícolas para o Estado de Goiás.

Trata-se de emenda muito importante da bancada de Goiás. O Relator é quase goiano, pois é de Rondonópolis. Goiás e Mato Grosso são Estados irmãos, siameses, que têm progredido muito exatamente por causa da agricultura. Cabe a nós, Parlamentares, dar sustentação aos agricultores.

A nossa emenda versa exatamente sobre a distribuição de tratores, equipamentos ou implementos na área de agricultura, objetivando incentivar, no Estado de Goiás, os pequenos produtores, as cooperativas, os assentamentos.

A bancada gostaria muito de poder contar com a possibilidade de aumento... Se o Relator depois negar esse destaque, vamos pensar que é porque não prestou atenção no que estava sendo dito.

Gostaríamos muito de contar com o companheiro de Rondonópolis nessa emenda, que acaba beneficiando também o seu Estado, à medida que tivermos em Aragarças, Baliza, Alto Araguaia, cidades que fazem fronteira com o Mato Grosso, a produção agrícola mais pujante.

Pedimos ao Relator um incremento a mais no Destaque nº 20 da bancada de Goiás, que diz respeito à patrulha agrícola. Desde já agradecemos ao Relator.

Sr. Presidente, agradecemos a oportunidade de defender o Estado de Goiás. Seria muito importante o Sr. Relator nos atender.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Com a palavra o Sr. Relator. *(Pausa.)*

Vamos continuar ouvindo os Parlamentares para agilizar os trabalhos.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Miguel de Souza.

O SR. DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA - Sr. Presidente, parabênizo o Sr. Relator, Deputado Welinton Fagundes, pelo relatório. Calculo a dificuldade de S.Exa. para atender a todos nós, embora seja membro da Comissão da Agricultura, que tão bem conhece o assunto.

Sendo do Centro-Oeste, do Estado de Mato Grosso, S.Exa. conhece bem a realidade de Rondônia. É de Estado vizinho e sabe da importância, no contexto nacional, que Rondônia atualmente representa, consequência dessa bela colonização do Governo Federal.

Para se ter idéia, Rondônia atualmente tem em torno de 110 mil propriedades, das quais 85% são destinadas à agricultura familiar. Essas áreas foram formadas de 1970 para cá, pois, na época, Rondônia tinha apenas 237 propriedades privadas e 111 mil habitantes. Hoje, o Estado está com 1,5 milhão de habitantes e com 110 mil propriedades privadas, sendo 85% delas área de agricultura familiar.

Como disse o nobre Deputado do meu Estado, tivemos uma antropização muito grande em Rondônia e está na hora da verticalização. Não queremos mais ver a ocupação de novas áreas de reserva.

Por essa razão, a bancada de Rondônia incluiu emenda de apoio para aquisição de máquinas agrícolas para os Municípios.

Sr. Relator, esse projeto visa aumentar a produtividade sem aumentar a área de desmatamento, indo ao encontro do que tanto deseja a nossa Ministra Marina Silva e ao encontro do anseio ambiental. Uma vez que a agricultura é familiar, o Poder Público precisa atender às reivindicações.

O nobre companheiro, Deputado Jaime Martins, subscreveu o destaque da bancada de Rondônia — Destaque nº 0049, Emenda de Rondônia nº 7123008.

Gostaríamos, Sr. Relator, que S.Exa. pudesse nos atender na recomposição daquilo que foi pedido pelo Estado de Rondônia. Entendemos ser justo o pleito daqueles que saíram de vários rincões do território brasileiro para ocupar a Amazônia. Antes de mais nada, querem o seu sustento. Para que haja viabilidade econômica, são necessários a patrulha agrícola, o trator, o pneu, os equipamentos.

Com a aquiescência do Relator, contamos com a melhoria do valor destinado, a fim de atender ao maior número possível de reivindicações. Temos 52 Municípios e 85 mil propriedades de pequenos agricultores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Com a palavra o Deputado Hamilton Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Na oportunidade, cumprimento também o Relator, Deputado Welinton Fagundes.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Relator, como bem explicitou o Deputado Miguel de Souza, não é diferente a situação em Rondônia e em Mato Grosso.

Temos enorme quantidade de pequenas e médias propriedades que necessitam incorporar tecnologia para que possamos pensar em escala, em aumento de produtividade. Acima de tudo, queremos compatibilizar esse nosso acréscimo de produção com a proteção ambiental, para que possamos abrir novos mercados e criar competitividade para os produtores. Dessa forma, estamos pensando em dar maior apoio à agricultura por meio da mecanização, da incorporação de tecnologia, para que a conciliação, exigida pelos novos tempos de mercado, possa aumentar a produtividade e conferir sustentabilidade e competitividade.

Sr. Relator, gostaríamos de solicitar a V.Exa. a recomposição solicitada por meio do Destaque nº 49 da Emenda nº 71230008.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Deputado Welinton Fagundes, a área da agricultura é extremamente importante para nós, que militamos no setor e somos da Comissão da Agricultura e da Frente Parlamentar da Agricultura. O Relator faz parte da mesma frente e já esteve com o Ministro da Agricultura. Estamos estabelecendo um plano para trazer os recursos necessários para a agricultura.

Apresentamos os destaques como havíamos combinado com o Relator, para que S.Exa. pudesse fazer uma indicação ao Relator-Geral, que está sabendo de todos os nossos pleitos, já almoçou e conversou com o Ministro. Esses destaques das Comissões Temáticas, tanto da Câmara quanto do Senado, reestruturaram o Ministério da Agricultura, onde resolvemos diversos problemas. Cito o problema da EMBRAPA, da extensão rural, entre outros.

Há uma emenda da Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado, no valor de 2 bilhões de reais. Essa emenda significa que o País vai continuar a ter agricultura. É uma emenda para se fazer política agrícola, para que o Governo Federal, por meio da política de preços mínimos, por meio de todos os instrumentos de que dispõe no Ministério, faça com que a especulação não grasse em nosso País e o produto agrícola não seja aviltado no seu preço.

Governo que não tem recursos para fazer política agrícola de preços não faz agricultura. Infelizmente, o Governo Federal não destinou recursos para essa política agrícola. Cabe a esta Casa a responsabilidade de salvar os milhares e milhares de agricultores brasileiros que já plantaram e terão a maior safra da história no ano que vem. Se não tivermos dinheiro para fazer estoques para os anos que virão, derrubaremos o preço de tal modo que ele ficará abaixo do mínimo. Nossa responsabilidade é muito grande. Tenho certeza de que o Ministro Antonio Palocci destinará recurso específico para que o problema seja resolvido.

Peço ao Relator que faça a indicação ao Relator-Geral. Apresentaremos de novo essas emendas, para que possamos resolver esse problema que está tirando o sono do agricultor brasileiro, do Ministro e de todos nós que militamos nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Ilustre Presidente, ilustre Relator Welinton Fagundes, Sras. e Srs. Parlamentares, apresentamos, em nome da bancada da Bahia, a Emenda nº 7106006 — apoio a projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais. A emenda visa apoiar os projetos de infra-estrutura e serviços na área da agricultura familiar, priorizando os assentamentos, que são inúmeros na Bahia. Naquele Estado, o INCRA tem implantado grande número de assentamentos, mas todos sem infra-estrutura condizente com as pessoas que lá moram e trabalham. Essa emenda é da mais alta importância para melhorar principalmente a infra-estrutura desses assentamentos realizados pelos órgãos federais e estaduais.

Desejaríamos contar com a boa vontade de V.Exa., nobre Relator, no sentido de ampliar o valor dessa emenda, tendo em vista que a contemplação feita foi bastante inferior às necessidades mínimas para atender as comunidades e melhorar a agricultura familiar em nosso Estado. Assim, apelamos para V.Exa. no sentido de que aumente os recursos da sua Sub-Relatoria em relação a tão importante tema para os pequenos produtores do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, pedi a palavra para fazer uma ponderação junto ao Relator. Estamos recebendo recursos, de acordo com o relatório, da ordem de 5 milhões de reais, quantia muito aquém da nossa necessidade, haja vista que apenas no sul do Pará há cerca de 60 mil famílias assentadas. É o Estado que apresenta as maiores dificuldades dos últimos tempos no que diz respeito à parte agrária. E 5 milhões de reais nada resolvem, pelo contrário, vão até trazer problemas para nós. Esses assentamentos precisam de estradas, escolas, energia, etc. E não estou dizendo nem do lado da outra Superintendência, do oeste do Pará.

Parece-me que essa emenda de Comissão é mais emenda de Ministro. E o valor que está sendo oferecido à Comissão é altamente significativo. O Relator bem que poderia refletir sobre a angustiante situação que vivemos no Pará, com conflitos de toda ordem. E não é justo repassar para o Governo do Estado essas dificuldades que dizem respeito a responsabilidade do Governo Federal.

Pesou muito a mão nos recursos para a Comissão, que é um recurso para o Ministro em nível nacional. As emendas de Comissão deveriam sofrer corte maior e a partir daí dar-se melhor condição para podermos administrar essas 2 Superintendências — eu acho que é o único Estado do Brasil que tem 2 Superintendências do INCRA —, mesmo levando em conta esse problema que está acontecendo lá. Acho que é uma quebra de rotina no processo do trabalho do INCRA. Prefiro pensar assim.

Falo em nome daquilo que precisa ser feito para melhorar a qualidade de vida do pessoal que está lá. Não há, no conflito existente hoje pela posse da terra, pela dificuldade de acesso a ela, pela falta de estradas e de escolas, a mínima condição de repassar esse valor para o Estado ou para o Município, pois estes não terão condição de suportar. A quantia de 5 milhões está muito distante de atender às nossas necessidades atuais.

Faço um apelo ao amazônida Relator Welinton Fagundes. V.Exa. certamente vai buscar um ponto de equilíbrio que possa pelo menos melhorar um pouco as dificuldades que estamos experimentando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Welinton Fagundes, o Rio Grande do Sul tem 400 mil propriedades, a maioria com menos de 50 hectares. É um Estado profundamente minifundiário, com agricultura familiar de subsistência. Os agricultores precisam mais do que nunca de apoio, pois produzem para o Rio Grande e para o Brasil. A agricultura é eminentemente de subsistência. Pedimos, Deputado Welinton Fagundes, V.Exa. conhece a agricultura muito mais do que eu, apoio.

Peguei pela primeira vez em uma enxada quando era adolescente, para capinar o fundo do quintal, a pedido de minha mãe. V.Exa., não. No entanto, convivo — ouço, aprendo e discuto — com a situação da pequena propriedade rural em meu Estado há muito tempo.

Solicitamos 40 milhões de reais, para projetos simples de desenvolvimento rural, que vão ajudar 10, 20, 30, 40 famílias, reunidas em comunidade ou via Prefeitura. V.Exa. não pôde nos atender porque os recursos são poucos — sabemos disso. Não queria estar no lugar de V.Exa. Em épocas de vacas magras, o Estado recebia mais. E neste ano, em que a vaca não está gorda nem tão magra, foram destinados apenas 6 milhões de reais. Deputado, coopere com aquelas 400 mil famílias, cerca de 2 milhões de pessoas. Aumente um pouco mais, passe para 10 ou 9,5 milhões.

Apresentamos outra emenda, destinada à fruticultura. Há uma busca obsessiva em meu Estado por alternativas ao cultivo da soja e do trigo. E a saída, tanto para a região como para outros Estados, é a diversificação da pequena propriedade rural. Isso apenas se consegue com apoio. Temos lá, há 3 anos, um projeto desenvolvido pela EMATER e pelo próprio Ministério. Pedimos pouco recurso, 15 milhões. V.Exa., com muita dificuldade, concedeu 4 milhões. Mas tenho certeza de que passará para 6 milhões, para dar mais estímulo ao programa. Ele não pode parar. Aliás, nem sei se receberemos tais recursos, mas o Ministro Roberto Rodrigues tem se mostrado sensível, e o Presidente Lula está entusiasmado com a perspectiva de crescimento. Seguramente, no próximo ano cresceremos mais que 7% do PIB, pois haverá mais arrecadação.

Deputado, coopere com essas 400 famílias, mais de 2 milhões de pequenos produtores rurais, jovens agricultores e agricultoras. Contamos com sua sensibilidade, mesmo sabendo que os recursos são escassos. Por favor, leve nossa reivindicação ao Senador Romero Jucá.

Muito obrigado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, já ouvimos vários apelos, inclusive quanto à situação do próprio Relator, que não dispõe de tantos recursos para distribuir.

Estou muito preocupado com a questão, até porque há praticamente 6 anos milito na Comissão de Agricultura, defendendo o setor como um todo, particularmente a agricultura familiar, os assentamentos rurais e a valorização da assistência técnica, que entendemos ser de fundamental importância para os pequenos produtores. Eles não conseguem competir em função de não disporem de meios de aumentar sua produtividade. Então, temos de discutir a questão da assistência técnica.

Todos os anos, quando discutimos emendas de Comissões, temos a preocupação de atender à EMBRAPA. Estamos então apresentando um destaque para pesquisa e desenvolvimento de sistemas inovadores de produção, em benefício inclusive do agronegócio, para não dizerem que apenas defendemos o pequeno produtor. Até porque entendemos que o setor é mal interpretado. A impressão que se tem é a de que o agronegócio apenas se desenvolve em latifúndios, quando não é verdade. Sabemos hoje que a carne suína produzida no País tem tudo a ver com o agronegócio. Ela é, contudo, muito desenvolvida por agricultores familiares, e estes estão passando por situações de penúria em relação à produção de agregados. A criação do frango é desenvolvida em pequenas propriedades, por meio da produção agregada. Os pequenos produtores estão passando por constrangimentos, em função de não terem como obter renda.

Por isso, nobre Relator, apresentamos 3 destaques. Um deles diz respeito ao fomento à assistência técnica e extensão rural para agriculturas familiares. É uma emenda nacional, para a qual foram parcialmente aprovados 13 milhões e 800 mil reais.

Estamos destacando as emendas da EMBRAPA e da aquisição de patrulha mecanizada. Trata-se de emenda nacional, para a qual foram parcialmente aprovados 10 milhões de reais. Entendemos o quanto é importante essa questão, principalmente quando se trata de assentamentos.

Para encerrar, imagino a dificuldade de V.Exa. com relação a recursos, mas gostaria de chamar a atenção especialmente para essa emenda de fomento à assistência técnica e extensão rural para agriculturas familiares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Relator, peço a atenção de V.Exa. para os destaques que apresentei a 2 emendas do meu Estado, para as quais V.Exa. atribuiu valor muito pequeno, diferentemente do que fez seu amigo com relação às emendas de Mato Grosso. As emendas às quais me refiro são as de nºs 14 e 15.

Agradeço a V.Exa. a atenção. Gostaria que o Relator-Geral atendesse ao meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra à Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Relator, V.Exa. conhece tudo sobre meu Estado e sabe da nossa enorme vocação agrícola. Apenas tenho a lamentar o tratamento até hoje dispensado pelo Ministério da Agricultura ao Espírito Santo. Para resumir, no ano passado, tivemos 20 milhões de reais em emendas aprovadas e nenhum milhão liberado. Reiteramos o pedido para a mecanização agrícola, o que nos faz falta. Temos vários assentamentos em quase todas as regiões do norte do Estado, ainda temos problemas com o plantio do café, nossa grande produção, assim como com a fruticultura. Estamos num verdadeiro deserto de verbas do Governo Federal para apoio à expansão, ao crescimento e à evolução da produção do Estado.

Quero dizer a V.Exa. que julgo injusto o tratamento dispensado ao Espírito Santo pelo Governo Federal.

Deixo registrado o nosso pedido de destaque para a emenda de aumento de verba para mecanização agrícola, o que foi 100% suprimido no ano passado. O Governo do Estado está revoltado com o tratamento dispensado ao Espírito Santo. Solicito a V.Exa. que, com sua sensibilidade, transmita os reclamos desta Deputada, que é Coordenadora da bancada, ao Relator-Geral.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Deputado Welinton Fagundes.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES - Nobres colegas, realmente, repartir poucos recursos não é fácil, mas procuramos atender, de acordo com os critérios, a todos os Estados. Atendemos a 100% das emendas coletivas e de Comissão, inclusive as individuais. No caso das coletivas, conseguimos elevar o índice de praticamente todos os Estados. Evidentemente, procuraremos responder a cada um.

O Deputado Jovair Arantes reclama pelo Estado de Goiás. Sei da justeza da reivindicação de S.Exa., assim como da importância do Estado como grande líder de produção do Centro-Oeste brasileiro, que tem respondido pela grande produtividade do Brasil, principalmente da soja e do algodão, produto que, há pouco tempo, quase não era produzido naquela região, mas hoje é recorde nacional.

Portanto, encaminharemos ao Relator-Geral a possibilidade de atender à reivindicação do Deputado Jovair Arantes.

Agradecemos ao Deputado Ricardo Barros pelo elogio à repartição de recursos. Encaminharemos o seu destaque ao Relator-Geral.

Deputados Eduardo Valverde, Miguel de Souza e Hamilton Casara, conheço bem o Estado de Rondônia, do qual sou vizinho, e sei do seu processo de colonização, do tempo em que para lá se dirigiram tantos brasileiros e da fase do desânimo. Reconheço a importância dessas 2 emendas para a fixação do homem ao campo naquele Estado. Evidentemente, procuramos atender a Rondônia com valores bem acima dos limites. Mesmo assim, sou sensível às reivindicações, pois sabemos de suas necessidades. Atualmente, grande parte da produção do norte do de Mato Grosso requer o Estado de Rondônia para exportação, por meio do porto da capital, Porto Velho. Peço ao Relator-Geral que atenda melhor ao Estado de Rondônia.

O Deputado Abelardo Lupion reconhece o trabalho que fizemos no relatório, procurando atender a todos os Estados. Em relação ao que disse S.Exa., quero informar que fizemos algumas reuniões com o Ministro Antonio Palocci e com os Ministros do Planejamento e da Agricultura. Há grande preocupação da Comissão de Agricultura, assim como de nossa parte, como Relator, no sentido de atender à emenda de equalização de nossos produtos. Teremos no próximo ano supersafra mundial, o que nos trará problemas. Os produtores brasileiros importaram grande parte de insumos, e mesmo os produzidos no Brasil são cotados em dólar. Os insumos foram comprados na alta da moeda, o custo de produção do Brasil é muito alto e houve aumento do preço do óleo diesel. Temos perspectiva de comercializar nossa safra num momento de baixa do dólar, com grande produção mundial, o que leva à tendência de queda nos preços internacionais. O Brasil precisa ficar atento a esse fato.

Quero chamar a atenção do Governo, principalmente da equipe econômica. Precisamos de recursos para que a CONAB possa fazer estoque regulador e os produtores não fiquem endividados, como no passado. Trata-se de política agrícola. A Comissão de Agricultura muito trabalhou para renegociar a dívida tanto dos grandes quanto dos pequenos produtores. No passado, os grande produtores foram chamados de caloteiros, mas responderam à altura. Foi o Congresso Nacional que fez a negociação entre a sociedade e o Governo.

Conversamos com o Relator-Geral sobre a necessidade de atender a essa emenda de 2 bilhões para a equalização dos produtos. O Relator-Geral está apressado, mas sei que S.Exa., paranaense que é, sabe da preocupação que está ligada à equalização. Fazemos questão de deixar isso bem claro, para que a equipe econômica tome providências.

Esclareço ao Deputado José Rocha que a Bahia foi atendida um pouco acima dos critérios estabelecidos para a distribuição dos recursos. A Bahia é um Estado muito grande e merece os recursos e nossa consideração. Vamos fazer o pedido ao Relator-Geral.

O Pará, conforme disse o Deputado Anivaldo Vale, possui 2 Superintendências do INCRA. O Estado está voltado principalmente para o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Procuramos atender ao pedido do Ministro de mais recursos para a assistência técnica. Portanto, o Pará poderá ser atendido também pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da assistência técnica.

As argumentações do Deputado Darcísio Perondi não foram apenas românticas, mas apelativas, já que sabe da grande problemática do Rio Grande do Sul, um dos Estados que têm maior número de pequenas propriedades. Procuramos atender ao Ministério do Desenvolvimento Agrário não fazendo os cortes permitidos à Relatoria. Não fizemos cortes no Ministério do Desenvolvimento Agrário, para dar a ele a possibilidade de promover as políticas sociais. Hoje, a maior força do Ministério é o atendimento por meio do PRONAF. Alocamos volumosos recursos para o PRONAF. O Ministério do Desenvolvimento Agrário poderá fazer justiça com o Rio Grande



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do Sul, por meio do Ministro, que é sulista e terá de condições de atender ao apelo dramático do Deputado Darcísio Perondi.

Deputado João Grandão, procuramos atender, acima dos critérios, Mato Grosso do Sul, Estado de V.Exa. Fizemos 5 emendas no Ministério das Cidades, mas não alocamos emenda específica para o Ministério da Agricultura. Este ano, tivemos uma emenda no Ministério da Agricultura, feita pelo Senador Jonas Pinheiro, na área de eletrificação rural. Até agora nada foi liberado. Acredito que todos nós da Comissão de Agricultura teremos de fazer verdadeira cruzada, porque estão ficando alguns recursos para que o Ministro possa atender alguns pedidos, como patrulha mecanizada, promoção de feira e outras atividades. Mas não adianta apenas colocar os recursos no Orçamento se o Executivo não os liberar.

O Deputado João Grandão, na condição membro da Comissão de Agricultura e influente no PT, vai ajudar a agricultura com relação a todos esses problemas de que tratamos aqui, principalmente para trazer mais recursos.

Concordo com a Deputada Rose de Freitas. Não adianta colocar recursos no Orçamento se depois não forem liberados. Foi isso que aconteceu com o Estado da Deputada, o Espírito Santo, que teve recurso alocado, fruto do trabalho da bancada, mas não foi liberado.

Agradeço ao Deputado Pedro Novais o atendimento dos pedidos do meu Estado. Gostaria de relatar a área de infra-estrutura, porque o volume de recursos é muito maior e deixa todos os Deputados um pouco mais satisfeitos.

Hoje o Ministério dos Transportes, pela primeira vez no Brasil, conseguiu pagar todas as dívidas e está com recurso em caixa, ao contrário do Ministério da Agricultura. Vamos encaminhar a reivindicação e os destaques de V.Exa. Pedimos ao Relator-Geral que atenda um pouco mais à agricultura brasileira, porque é o setor que responde por 43% da exportação brasileira. Portanto, merece atenção da equipe econômica.

Sr. Presidente, agradecemos a todos a compreensão. Nosso relatório procurou atender a todos. Espero que agora o Relator-Geral possa corrigir qualquer diferença e necessidade a mais. Agradeço ao Presidente e ao apoio que nos deu na confecção do relatório e à Assessoria o apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Conforme o estabelecido no art. 8º, alínea "o", do regulamento interno da Comissão, declaro inadmitida a emenda nº 50170005, da Comissão de Finanças e Tributação, sugerida pelo Relator.

A discussão está encerrada, bem como o prazo para apresentação de destaques.

Convido o Deputado Bismarck Maia para fazermos a discussão do relatório da Área Temática VII, Saúde. O relatório setorial e a errata já foram apresentadas, e S.Exa. é o Relator.

Está iniciada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques, que será encerrado ao término dos debates.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, nobre Relator, a matéria é vital para a Comissão, e o relatório é muito difícil de ser feito. O nobre Deputado Bismarck Maia, na medida do possível, tentou atender aos pleitos de todas as bancadas, embora nós, do Rio de Janeiro, tenhamos sempre alguns problemas a serem resolvidos.

Nobre Relator, apresentamos 4 emendas ao relatório. Uma trata especificamente da ABBR. Por meio do Comitê de Emendas, conseguimos solucionar o problema emergencial da ABBR no Rio de Janeiro, que pode fechar as portas se não tiver os recursos liberados. Portanto, poderá haver dificuldade no atendimento a pessoas com deficiências físicas e em tratamento de traumatismo ortopédico.

Ainda apresentamos 2 emendas na área da Fundação Nacional de Saúde, uma do Governo do Estado, que é Saneamento Básico para Controle de Agravos, nº 19, que também foi resolvida no Comitê de Emendas. A outra apresentada é para a FUNASA — é um projeto da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, de interesse do Prefeito César Maia, do nosso partido, que trata de esgoto sanitário para a região de Sepetiba, que fica na zona oeste da cidade e é bastante populosa. Há entre 600 e 800 mil habitantes nessa região, composta de áreas deficitárias e carentes, e, efetivamente, todo o saneamento será vital para o desenvolvimento da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Então, inicialmente a bancada pede que, na Emenda nº 0007, Destaque nº 34, V.Exa. envide os esforços necessários para complementar os recursos necessários.

Além disso, nobre Relator, a bancada sempre faz uma emenda, que chamamos guarda-chuva, para beneficiar o Estado, os Municípios e as entidades filantrópicas privadas de



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

assistência pública do Rio de Janeiro. V.Exa. destinou a essa emenda, que é sempre a maior da bancada, quase 39 milhões e 700.

No ano passado, muito embora a execução orçamentária tenha sido pífia, conseguimos liberar dessa emenda alguns recursos para as vacinas da FIOCRUZ. O valor da emenda era de 46 milhões no ano passado. Dos 40 milhões que seriam da bancada do Rio de Janeiro propriamente dita nada ou muito pouco foi liberado. Então, se ainda lhe sobraem recursos depois de resolver a questão da Emenda nº 7, V.Exa. poderia ampliar os valores da Emenda nº 10, Destaques nº 36. Com isso facilitaria o trabalho da bancada.

Por outro lado, há 2 componentes que me preocupam por ser não apenas integrante da bancada do PFL, mas também membro da Frente Parlamentar da Saúde. O primeiro é a recomposição de todos os recursos relativos à PEC. Para compensar os recursos da PEC nº 29, V.Exa. está se utilizando das emendas individuais e coletivas dos Srs. Deputados, o que não é justo, já que esse não foi objetivo da emenda constitucional. A emenda constitucional tem como principal objetivo, na questão global relativa ao custeio, o atendimento direcionado ao PAB. Assim, o ideal seria que V.Exa. não tivesse de contar com as emendas para efetivar o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29.

Além disso, sempre foi um pleito desta Comissão, mais especialmente do Deputado Pauderney Avelino, que se diminuísse de alguma maneira as desigualdades existentes entre o *per capita* das Regiões Norte e Sudeste do País. No meu Estado, não temos problema de *per capita*, mas a consequência é a mesma tanto para o Rio de Janeiro, quanto para São Paulo.

Vou dar um exemplo a V.Exa. Pelo menos 30% dos atendimentos feitos no INCA do Rio de Janeiro são de pessoas de outros Estados. Isso ocorre porque dificilmente teremos no Norte um instituto como o INCA, já que seu *per capita* não lhe permitirá alcançar a alta complexidade que exige a criação do INCA. Então, no momento em que conseguirmos ter no País *per capita* igualitário em função da população, e não do tamanho do Estado ou da sua importância, provavelmente diminuiremos as deficiências e as desigualdades nos Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Essa medida não prejudicará o Sudeste. Ao contrário, facilitará a vida no Sudeste. Provavelmente, não haverá no INCA atendimentos de pessoas de outros Estados.

A mesma coisa deve acontecer em São Paulo, na área de tratamento cardiovascular.

Peço a V.Exa. que reveja tanto os números do *per capita* do SUS, do PAB, quanto os números de forma geral. Para facilitar seu diagnóstico sobre os números, devo dizer-lhe que tanto a cidade do Rio de Janeiro, quanto o Estado vivem drama específico. Temos 10 hospitais federais, que foram municipalizados. Os recursos para custeio chegam a esses hospitais via SUS. O mesmo não acontece com os recursos para reformas. Isso significa que o conserto do telhado de um hospital federal leva todo o dinheiro mensal do SUS. Por isso, é impossível para o Município fazer todas as reformas necessárias. Refiro-me a hospitais com 2 mil ou 3 mil leitos. Trata-se de herança difícil de ser administrada, já que o Município do Rio de Janeiro não poder arcar com reformas que são também de responsabilidade da União.

Peço a V.Exa. que reveja sua posição principalmente no que diz respeito aos Municípios do Rio de Janeiro contemplados pela Emenda nº 10 e o caso de Sepetiba com a Emenda nº 7.

Agradeço-lhe antecipadamente, sabendo que fará de tudo, principalmente junto ao Relator-Geral, Senador Romero Jucá, para que seja possível restabelecer os valores da PEC, resolver o problema das bancadas e o *per capita* dos Estados do Norte, principalmente.

Parabéns pelo relatório e boa sorte.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Relator, Deputado Bismarck Maia, a bancada do Paraná apresentou 4 emendas na sua área. Uma para construção, ampliação e manutenção do SUS em Municípios do Paraná; outra para estruturação de unidades de saúde em atendimento especializado em Santas Casas e hospitais filantrópicos.

Essa emenda é muito importante. As Santas Casas e os hospitais filantrópicos têm recebido todos os anos atendimento muito especial da bancada do Paraná. Por isso, pedimos maior atenção de V.Exa. para essa área.

Além disso, temos uma emenda para estruturação de unidades de atenção primária nos Municípios do Paraná e outra para atenção à saúde nas populações, em gestão plena. Essa é a mais importante e foi muito bem atendida pelo Relator.

Sei que o Secretário de Saúde do Paraná, Cláudio Xavier, falou com V.Exa. sobre essa emenda, que permitirá a equalização do *per capita*, hoje distribuído entre as cidades com gestão



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

plena. Há atualmente grande disparidade entre o *per capita* das cidades. Essa medida permitirá ao Secretário e à Comissão bipartite equalizar o *per capita* ou, pelo menos, diminuir a desigualdade do atendimento entre as cidades do Paraná. Pedimos ao Relator que dê atenção especial ao assunto.

Parabenizamos o Deputado Bismarck Maia pelo bom senso na distribuição das verbas. Tenho certeza de que o companheiro receberá por parte dos Parlamentares que compõem a Comissão o reconhecimento pela forma sensata, correta e coerente adotada na distribuição das verbas no seu relatório.

Era o que tinha dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Bismarck Maia, quando cessa a vida, tudo cessa. Estamos brigando por estradas, pontes, escolas, patrulhas, metrô, trens urbanos, mas, se não houver saúde, acesso a uma consulta especializada, vaga para o filho doente na UTI de uma cidade média, assistência à mulher grávida e toxêmica, que dará à luz um bebê de 1 quilo e meio, nada vale.

Persistem as UTIs superlotadas e a deficiência de leitos. Além disso, assistimos ao aumento do número de mulheres com câncer de colo de útero. Em função do extraordinário programa de agentes de saúde, pessoas com câncer e tuberculose são encontradas, mas têm enorme dificuldade de tratamento. Com certeza, os indicadores de saúde do País melhoraram nos últimos anos, durante este e o Governo anterior, mas a situação não é nada boa.

O Relator fez um brilhante relatório. Ouviu entidades como CONASS, CONASEM, Santas Casas, hospitais privados. Sofreu conosco e decepcionou-se quando soube que não podia mudar os programas do Ministério. O Deputado Bismarck Maia achou que poderia consertar 3 problemas que existem no relatório do Ministério da Saúde, mas não conseguiu.

São 3 os problemas destacados pelos Secretários Estaduais de Saúde. O primeiro diz respeito à farmácia básica. Na proposta orçamentária, há mais dinheiro destinado à farmácia popular do que à básica. A farmácia básica contém remédios essenciais, como analgésicos, antibióticos para combater infecções severas, remédio para cólica. São 43 produtos comprados com recursos do Governo Federal e de Estados e Municípios, na proporção de um para um.

Entretanto, há mais dinheiro destinado ao programa Farmácia Popular. Para criar esse programa, Lula ouviu o seu marqueteiro Duda, que parece até ter feito curso de saúde pública na Sorbonne, na França, ou em Harvard, nos Estados Unidos. A idéia é abrir lojinhas para vender remédios, o que é contra a universalização da saúde e os princípios do SUS.

O Ministro Humberto Costa, de forma constrangida, protelou, protelou, mas não conseguiu deixar de implantar o programa. O Palácio pediu, o doutorado mago Duda pediu, e há mais dinheiro para a seletiva farmácia popular. Um Deputado do PT fez careta — isso é verdade, e S.Exa. sabe. Precisamos corrigir essa distorção. Pode-se manter o programa Farmácia Popular, que o Lula ama, mas é preciso corrigir o dinheiro destinado às farmácias básicas.

Medicação excepcional. Isso não é culpa de ninguém. Juízes despreparados estão dando remédio que existe apenas na Índia ou nos Estados e não tiveram a venda autorizada no País. Precisamos consertar isso.

Vou levar a emenda coletiva da Comissão de Seguridade a Plenário. Se ela não for atendida lá, lançarei mão do art. 58 do Regimento Comum e pedirei verificação de *quorum* no dia da votação.

Assim como a Governadora Rosinha, do Rio de Janeiro, tem sua briga com o Ministro da Fazenda, também tenho a minha. Brigo pelos doentes que precisam de atendimento nas UTIs e nas emergências de hospitais. Luto para que continuem os programas de patrocínio de ambulâncias e de melhoria das emergências, ainda que tímida.

O Governo aumentou em 4% os recursos para custeio da média e alta complexidade — esse é um ponto fundamental. No próximo ano, V.Exas. vão receber telefonemas de toda ordem para arrumar leitos nas UTIs do Brasil. Faltarão dinheiro para as UTIs, na média e alta complexidade.

Os Secretários de Estado estão pedindo 2,6 bilhões de reais, dinheiro que não existe. Deveria existir. Tenho noção do limite. Sei que não existe. Estou propondo emenda no valor de 1,3 bilhão de reais. Avisei ontem ao Relator que S.Exa. precisa atendê-la. Caso contrário, vou pedir verificação de *quorum*. Conto com a sensibilidade de S.Exa. e do Deputado Paulo Bernardo, de nosso querido Paraná, Estado vizinho de meu Rio Grande do Sul, para esse conserto necessário.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vimos o trabalho distribuído a todos pelo Deputado Rafael Guerra, brilhante Líder da Frente Parlamentar. Não sei o que aconteceu com os técnicos do Ministério da Saúde quando analisaram o custeio da média e alta complexidade, que não é problema apenas do Governo Humberto Costa, mas também do outro. Não se corrige a defasagem que há nos procedimentos de média e alta complexidade: para cada 100 reais, 60 reais não são pagos pelo SUS nos hospitais pequenos e médios, de até 70 ou 80 leitos, e 40 reais não são pagos pelo SUS em hospitais maiores, com mais de 120 leitos. Isso não é o que diz apenas o Vice-Presidente da Confederação das Santas Casas. Sabemos disso por meio também do brilhante estudo da Secretaria de Saúde de Minas Gerais.

Tivemos de enfrentar o salário mínimo, o Imposto de Renda, para atender à classe média, à Lei Kandir, que vai para os nossos Estados. Quanto a tudo isso que estamos fazendo aqui, conseguindo dinheiro, sei lá se vão executar 10% do que vamos aprovar trabalhando até as 6h da manhã. Mas isso é outra história. Apesar da pouca mobilização, temos o compromisso com todos os brasileiros de fazer esse conserto. O ideal não é possível ser alcançado, mas é possível fazermos um conserto.

Tenho confiança em que V.Exa. vai sensibilizar o nobre Senador Romero Jucá. Se não conseguir, tentarei fazê-lo no dia da votação. Pedirei verificação de *quorum*, e não apenas eu, mas também o Deputado Rafael Guerra e todos aqueles ligados à saúde ou possuidores de alguma sensibilidade.

Isso é necessário. Não está na pauta dos 12 bilhões que o Senador Romero Jucá removeu e conseguiu. Esse conserto é necessário. O Ministro Palocci terá de diminuir o superávit primário, porque senão vai haver complicação. A Lei Kandir vai com certeza dificultar a aprovação se os Governadores acertarem com algum troco, o que espero que não aconteça.

Nós, da área da saúde, vamos lutar até o dia da votação em plenário, na terça ou na quarta-feira. Reivindicamos mais 1 bilhão de reais para a saúde, no mínimo, o que é apenas um pouquinho mais para meu Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Bernardo, Sr. Relator da Área Temática da Saúde, Deputado Bismarck Maia, Sras. e Srs. Parlamentares, às vezes o comportamento deste Governo me entristece.

Relativamente à área da saúde, a boa vontade e a inteligência do Relator Bismarck Maia para compor relatório que atendesse na média aos interesses dos Estados e com isso a situação da saúde melhorasse não encontraram eco no Governo Federal, que, até agora, não liberou um centavo das emendas aprovadas no ano passado nesta Comissão para entidades de meu Estado, como as organizações da Irmã Dulce, o Hospital Aristides Maltez, a Santa Casa de Misericórdia, o Hospital Santa Isabel, a Santa Casa de Feira de Santana e o hospital do Município de Santo Antônio de Jesus. Notem que eram emendas resultantes de compromisso firmado entre o Relator, o Presidente desta Comissão e Líder do Governo.

Repito, Sr. Presidente: salvo estejam empenhando recursos para essas entidades nesta virada de noite, até agora essas obras e entidades tão importantes de meu Estado não receberam um centavo da emenda de bancada aprovada.

As organizações da Irmã Dulce prestam relevante serviço na área da saúde, com 100% de atendimento pelo SUS, atendem a todos os segmentos da sociedade em todas as áreas de saúde. O Hospital Aristides Maltez, único da Bahia dedicado ao câncer, é totalmente gratuito, com 100% de atendimento pelo SUS. Ambas essas instituições, assim como o Hospital Santa Isabel e a Santa Casa de Misericórdia, não receberam um único centavo.

Portanto, Sr. Presidente, até me frustra ver que o Relator Bismarck Maia contemplou recursos, pois correm o risco de não serem liberados, a exemplo do que aconteceu com o Orçamento deste ano. Mesmo assim, agradeço-lhe a boa vontade, a compreensão e a sensibilidade. S.Exa. entendeu que as entidades que acabo de citar são importantes em meu Estado no contexto do atendimento aos mais carentes e necessitados, aos que mais necessitam e menos dispõem de recursos para tratamentos tão onerosos. Por meio de nossas emendas, o nobre Relator soube destinar recursos que, apesar de insuficientes, são prova da sensibilidade de S.Exa.

No entanto, este Governo não tem compromisso com a saúde. Gerou déficit, que precisa ser recomposto, de 949,8 milhões de reais no Piso 2003 e contingenciamento de 770 milhões do Orçamento de 2004.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Trabalho muito bem realizado pela Frente Parlamentar da Saúde, tão bem presidida pelo colega Rafael Guerra, apresenta proposta orçamentária que aloca 15,3 bilhões de reais para os procedimentos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar. Secretários de Saúde de todos os Estados, por intermédio de estudo, detectaram a necessidade de 18,1 bilhões. Portanto, seria necessário um acréscimo de 2,6 bilhões de 2004 para 2005. E o Governo oferece apenas 670 milhões. Portanto, de 2 bilhões e 600, fica um déficit de 2 bilhões. Organizam a tabela da média e alta complexidade com distorções em todas as regiões, em todos os Estados.

Parabenizo a Frente Parlamentar da Saúde, por meio do seu Presidente, Deputado Rafael Guerra, que elabora tabela propositiva de um meio de equalizar as distorções de Estado a Estado e de região a região. Se a Relatoria puder acatá-la, certamente estará resolvendo o problema crucial do atendimento de alta e média complexidade dos Estados. A Bahia, meu Estado, perde na tabela proposta pelo Governo. Sai de 78,05 *per capita*, para 77,52 *per capita*. Portanto, é inadmissível que tenhamos uma perda *per capita* no nosso Estado de um ano para outro, 2004 para 2005. Portanto, vemos a distorção existente nessa tabela.

Ressalto também que o Governo prioriza a farmácia popular, em detrimento da farmácia básica, retirando recursos da farmácia básica para que sejam destinados à farmácia popular, onde os medicamentos são vendidos. Na farmácia básica, eles são doados àqueles que não têm condições de comprar medicação. Não podemos admitir que o Governo maltrate tanto a saúde, já bastante debilitada, daqueles que mais necessitam, o povo mais carente do nosso País.

Portanto, é nesse sentido que nos comprometemos — afinal somos médicos, conhecedores das necessidades da área da saúde — a defender os interesses da saúde do povo brasileiro. Não aceitamos que essa proposta orçamentária na área da saúde possa ter a tramitação que o Governo deseja.

Apelamos ao Relator, Deputado Bismarck Maia, no sentido de diminuir essas distorções e tentar obter mais recursos com o Relator-Geral, a fim de diminuirmos as distâncias existentes entre nossas necessidades e o que o Governo oferece em termos de recursos para a área da saúde.

Caso contrário, teremos apenas um caminho: apoiar a proposta do Deputado Darcísio Perondi de pedirmos verificação de *quorum* na sessão do Congresso se essas distorções não forem solucionadas de hoje até a aprovação do Orçamento pelo Congresso Nacional.

Sr. Presidente, temos compromisso com a saúde do povo brasileiro e vamos defender esses interesses na Comissão de Orçamento e na sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem a palavra o Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente, nobre Relator, a bancada de Minas apresentou 2 emendas ao PL nº 51/04-CN. Apresentamos o Destaque nº 152 à primeira delas, a Emenda nº 71140007, que trata da estruturação de unidades de atenção especializada em saúde e relativa ao programa de fortalecimento de hospitais macrorregionais do Estado de Minas Gerais. O Governador Aécio Neves está fortalecendo os hospitais macrorregionais, e é importante aumentar o valor atual, da ordem de 20 milhões de reais, para que o Governo Estadual possa implementar, no ano de 2005, o programa.

À outra emenda de bancada, de nº 71140020, para estruturação de unidades de atenção especializada em saúde, apresentamos o Destaque nº 135.

Nobre Relator, solicitamos seu apoio, para que possamos alocar mais recursos e implementar essas emendas relativas ao Estado de Minas Gerais. Sabedor que é V.Exa. de que, a cada dia, a saúde vem enfrentando mais e mais problemas por falta de estrutura física, solicitamos a V.Exa. que interceda junto ao Relator-Geral, a fim de que o Governo do Estado possa melhorar o atendimento de saúde às pessoas carentes de Minas Gerais.

Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem a palavra o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Prezado Relator, minha intervenção visa pedir a V.Exa. atenção para os destaques relativos às Emendas nºs 8, 9, 10 e 11, emendas de bancada do meu Estado na área da saúde. Peço que os valores dessas emendas sejam aumentados, uma vez que V.Exa. não olhou bem para o seu vizinho, o Estado do Maranhão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputada Professora Raquel Teixeira.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Cumprimento o Sr. Presidente e o nobre Relator da Área Temática da Saúde.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em primeiro lugar, quero parabenizá-lo, Deputado Bismarck, pela competência na elaboração do relatório. Com certeza, a profunda discussão feita com as entidades e a sensibilidade de V.Exa. de ouvir as pessoas diretamente ligadas à área, a fim de conhecer suas necessidades, resultaram num relatório extremamente equilibrado.

Com certeza, esse não é o relatório dos sonhos de V.Exa., mas o possível dentro das circunstâncias, elaborado com muito equilíbrio, com atendimento correto, adequado — inclusive inova no formato. Acho que as recomendações que V.Exa. faz ao Relator-Geral ao final da sua exposição são extremamente importantes.

Não vou discutir os itens, até porque os Deputados Perondi e Machado já falaram sobre os medicamentos básicos, da média e alta complexidade, dos medicamentos excepcionais, mas digo que o meu partido, o PSDB, tem orgulho do relatório feito por V.Exa.

Goiás teve 2 emendas de bancada e sente-se, de certa forma, contemplado, entendendo as dificuldades que V.Exa. teve. Mas eu gostaria de abusar da sua boa vontade e pedir atenção e carinho especiais para uma dessas emendas.

No Estado de Goiás, o Governador Marconi Perillo criou um centro de reabilitação nos moldes do Hospital Sarah Kubitschek, que tem inclusive aliviado a demanda dessa instituição em Brasília, porque tem atendido não só o Estado de Goiás, mas também toda a região do entorno. Há um mês, tive o prazer de ir com a Primeira-Dama e o Governador ao Japão, para tentar realizar convênios e conseguir recursos e apoio de um centro de reabilitação similar sediado em Tóquio.

Na verdade, a emenda, que V.Exa. contemplou com 12 milhões, não beneficia apenas esse hospital, mas também 3 grandes instituições, o Centro de Reabilitação, o Hospital das Clínicas da Universidade Federal — todos conhecemos suas necessidades — e o Hospital do Câncer, sobre o qual não preciso falar. Portanto, apelo para sua generosidade no sentido de aumentar o valor da emenda, com o que atenderá a 3 importantíssimas instituições na área da saúde.

No mais, quero reafirmar meu orgulho tucano pela qualidade do relatório apresentado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, cumprimento o Relator pelo equilíbrio na confecção do relatório, na distribuição de recursos para as diversas emendas que chegaram a suas mãos.

A bancada do meu Estado, Alagoas, propôs 3 emendas coletivas: as de nºs 71030005, 71030006 e 71030007. As 2 primeiras dizem respeito a esgotamento sanitário em diversos Municípios, e a terceira à reestruturação da rede de saúde pública da cidade de Maceió, que se encontra totalmente sucateada, sem as mínimas condições para atender à população.

Nobre Relator, sei muito bem das dificuldades que V.Exa. teve na distribuição dos recursos para área fundamentalmente frágil não só em meu Estado, mas no País como um todo. Em decorrência das atuais dificuldades, por maiores que sejam os recursos aplicados na área da saúde, eles são insuficientes para atender à demanda. Mas se o Governo, por exemplo, investisse na área de saneamento básico, os gastos com o tratamento de pessoas nos diversos hospitais do País diminuiriam consideravelmente.

Quero fazer uma observação sobre a pouca atenção que o Ministério da Saúde tem dado ao maior parceiro do SUS, as Santas Casas de Misericórdia. A Santa Casa de Misericórdia de Maceió presta extraordinário atendimento a diversos segmentos da sociedade de todos os Municípios de Alagoas. E uma coisa é imperdoável: por mês, a instituição faz em torno de 5 mil atendimentos, e o Governo arca com somente 50% das despesas, ou seja, tem um débito considerável com a entidade. Sem sombra de dúvida, não só no Estado de Alagoas, mas também no Brasil inteiro, as Santas Casas de Misericórdia são extraordinárias parceiras da saúde pública.

Nobre Relator, peço a V.Exa. que faça ao Relator-Geral a indicação de aumento dos recursos para as 3 emendas, que dizem respeito aos serviços de saúde na Capital do Estado — os recursos alocados não são suficientes, embora eu saiba que V.Exa. fez o que foi possível — e tratam de assunto fundamental como esgotamento sanitário, ou seja, saneamento básico, para que o Governo passe a gastar menos e a rede de saúde de Maceió melhore.

Como é muito grande o êxodo rural, a cidade de Maceió tem hoje praticamente 1 milhão de habitantes sem ter, contudo, a infra-estrutura necessária para tal população. Por incrível que pareça, Alagoas é o penúltimo Estado da Federação e a quinta Capital brasileira, proporcionalmente, em número de favelas. Há hoje, em Maceió, mais de 127 mil residências



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

faveladas — imaginem as condições de habitação —, e é preciso que o Governo Federal, por meio do Orçamento da União, aloque recursos que atendam às necessidades prementes dessa população.

A V.Exa., mais uma vez, meus cumprimentos e meus agradecimentos pela oportunidade.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Sr. Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, quero apenas parabenizar o nobre Relator Bismarck Maia pelo trabalho realizado em uma área tão complexa. Normalmente, muitos Parlamentares estariam reclamando dos recursos destinados a suas emendas. Isso não está acontecendo esta noite exatamente pela sensibilidade que teve S.Exa. ao destinar recursos às emendas apresentadas aos Estados de maneira justa, e tudo aquilo que é feito com justiça e critério faz com que os outros fiquem satisfeitos. Mesmo não tendo sido atendidos na totalidade de nossas ambições, ficamos satisfeitos por termos a certeza de que a S.Exa. não concedeu privilégios e garantiu a todos resultados equânimes.

Ouvimos o Deputado Benedito de Lira falar sobre as emendas apresentadas para o Estado de Alagoas, e não se apresentou sequer destaque. Sabíamos das dificuldades do nobre Relator e vimos que havia, no relatório, contribuição no sentido de que se resolvesse o seriíssimo problema de nossa Capital e também do interior.

Trata-se de duas emendas para esgotamento sanitário: uma para as cidades às margens dos Rios Mundaú e Paraíba, cidades que, saneadas, vão despoluir os rios, que vão para as Lagoas Mundaú e Manguaba, e a outra é exatamente para o vergel que fica às margens dessas lagoas e que também sofre com a poluição dos rios gerada em outros Municípios.

Embora acreditemos que os recursos alocados não sejam suficientes, muito poderá ser feito com o que foi destinado.

Nossos agradecimentos e cumprimentos a S.Exa. pela Relatoria tão importante para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Sr. Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Relator Bismarck Maia, meus cumprimentos a V.Exa. pelo trabalho realizado.

Sobre a idéia que tinha o Relator de remanejar os recursos das farmácias populares para a farmácia básica, como disse o companheiro Deputado Darcísio Perondi, trata-se na realidade de uma lojinha, um totem, e o Governo quer vender a imagem da farmácia popular, criada pelo Sr. Duda Mendonça, que não atende ao interesse de se ter um setor de saúde universal e gratuito. Como disse o Sr. Gastão Wagner, Secretário-Executivo demitido do Ministério da Saúde, este é um governo de propaganda, e a farmácia popular é mais uma jogada de *marketing* criada pelo Sr. Duda Mendonça. Então, é triste ver a forma como a saúde tem sido tratada em nosso País. O nobre Relator tentou fazer remanejamentos, mas infelizmente não foi possível contemplar todos.

Quero aqui cumprimentá-lo pelo relatório e aproveitar a oportunidade para registrar que a bancada do Estado do Paraná apresentou 3 destaques, os de nºs 103, 104 e 105, com a finalidade de corrigir algumas distorções. O Destaque nº 103 trata da estruturação da Santa Casa e dos hospitais filantrópicos do Estado, o de nº 104 diz respeito à estruturação de unidades de atenção básica e o de nº 105 trata da construção e ampliação de sistemas básicos de saúde. Os valores contemplados no Orçamento estão aquém do necessário.

Por isso, Sr. Relator, ao cumprimentá-lo pelo trabalho realizado, peço o acolhimento desses destaques para que possamos minorar os problemas de saúde pública do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Sr. Deputado Rafael Guerra.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, meu caro Relator-Setorial da Saúde, Deputado Bismarck Maia, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pelo relatório, que contém importantes indicações ao Relator-Geral do Orçamento. Sei de suas limitações como Relator-Setorial, e quero aqui apenas reforçar o que V.Exa. inseriu no relatório.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Presidente, foi muito bom o fato de vários colegas terem falado antes de mim — os Deputados Darcísio Perondi, José Rocha, Eduardo Sciarra, Deputada Professora Raquel Teixeira — pois deu para perceber que há um sentimento coletivo de defesa da cidadania, da saúde. É realmente uma pena que o Ministério da Saúde não esteja engajado nessa luta.

Ninguém está aqui pedindo recursos em prol de interesses regionais, locais, absolutamente. Estamos aqui reivindicando recursos para o gestor nacional da saúde. Precisava haver essa solidariedade. Precisa haver correção na aplicação dos recursos.

No ano passado, o Ministro da Saúde solicitou que aprovássemos uma inclusão de recursos para a construção de uma planta de medicamentos no Rio de Janeiro. Assim foi feito. Posteriormente, encaminharam o projeto de lei criando a HEMOBRAS, o qual contou com o nosso apoio — inclusive gostaria de obter melhores argumentos sobre a ida da HEMOBRAS para Pernambuco além do fato de o Ministro ser pernambucano. Não se pode tratar a saúde do Brasil dessa maneira!

Eu gostaria que realmente o Relator, Senador Romero Jucá, ficasse sensível a essas questões e participasse dos debates. Lembro-me de que, em anos anteriores, o Senador Fernando Bezerra e o Deputado Jorge Bittar estiveram conosco discutindo as questões da saúde, defendendo o setor e o cidadão. A verdade é que, em relação ao que V.Exa. disse sobre medicamentos excepcionais, quantos mandados de prisão já foram expedidos contra Secretários Estaduais e Municipais porque deixaram faltar recursos para a compra de tais medicamentos? Para evitar a prisão, o Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte teve de se esconder até que saísse o *habeas corpus*. E os recursos para medicamentos excepcionais são federais! Hoje, na televisão, o jornalista Boris Casoy denunciou que os transplantados estão sem medicamentos. No Brasil, falta medicamentos para os transplantados! Esta denúncia foi feita 6 horas atrás, porque já são 1h30min da madrugada.

As reivindicações que trago, endossando a proposta dos Secretários Estaduais de Saúde, têm todo o embasamento legal e estão de acordo com a Emenda Constitucional nº 29. Há hoje um contingenciamento do Orçamento de 2004 de 770 milhões. Ora, a Emenda nº 29 determina um piso. Se não se aplica o recurso do Orçamento, o piso está sendo descumprido. Ao mesmo tempo em que se contingenciam 770 milhões, faltam medicamentos de alto custo para pacientes transplantados, pacientes em hemodiálise e outros.

Não preciso me estender muito, porque os oradores que me antecederam já dissecaram esse documento feito pela Frente Parlamentar. Estou aqui, Presidente, cumprindo meu papel como Parlamentar: defender a saúde do cidadão brasileiro. Tenho o dever, a obrigação de fazer as denúncias e as reivindicações. Espero que o nosso companheiro Deputado Bismarck Maia consiga sensibilizar o Relator, Senador Romero Jucá, para que essas reivindicações sejam atendidas. Não vou detalhar o documento, porque o mesmo foi distribuído e outros oradores já o abordaram. Apenas resalto alguns pontos.

Em primeiro lugar, os recursos da Agência Nacional de Saúde Suplementar não podem ser retirados da Emenda nº 29 para o Sistema Único de Saúde. Ações e serviços de saúde do SUS são universais, ou seja, para todos os cidadãos brasileiros. A saúde suplementar é um programa que atinge cidadãos que não têm ou não querem a cobertura do SUS. Portanto, é um programa focal. Não podem ser retirados recursos da Emenda nº 29 para a Agência Nacional de Saúde, como não podem ser retirados recursos do SUS para o programa de farmácias populares.

Não concordo com o programa, mas, se o Governo quiser fazê-lo, que o faça com outras fontes, e não com as do SUS. As fontes do SUS têm que ser universais, para todos os cidadãos brasileiros, com distribuição gratuita de medicamentos. O Governo não pode vender remédio com o orçamento da Emenda nº 29. Absolutamente, não pode. Isso é ilegal. Vamos lutar até o último momento para que isso não aconteça.

Por isso, apresentamos os Destaques de nºs 144 a 148 visando exatamente remanejar recursos e identificar as fontes para que o Relator possa corrigir esses erros da proposta orçamentária da saúde que são, em alguns casos, até inconstitucionais.

Era o que queria deixar registrado neste momento, ao tempo que faço esse apelo aos Parlamentares e ao Relator-Setorial, que tem feito um trabalho árduo. Estamos procurando ajudá-lo nessas negociações para que haja correção do orçamento final da saúde de acordo com a Constituição, com todas as normas, com o princípio da universalidade. Estamos aqui, repito, é 1h da manhã, lutando pela dignidade, pela saúde do cidadão brasileiro. Ninguém está aqui defendendo o interesse próprio, mas lutando pela saúde do cidadão.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A luta está começando, temos ainda alguns dias e esperamos que haja compreensão para essa reivindicação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Rafael Guerra. Tem a palavra o Sr. Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, eminente Relator, Deputado Bismarck Maia, antigamente tínhamos na Comissão mais advogados do que médicos. Percebi agora que a Comissão de Orçamento tem um grande número de Parlamentares médicos, inclusive V.Exa. A bancada de Pernambuco escolheu um veterinário para representá-la nesta madrugada e apresentar os Destaques nºs 85 e 87 às Emendas nºs 7 e 14.

O relatório de V.Exa. não merece mais comentários além dos que já foram feitos, mas sabemos que, quanto mais dinheiro se conseguir, melhor. Deixo nas mãos de V.Exa. esses destaques e tenho certeza de que, na condição de médico e nordestino, vai fazer com que esses recursos sejam ampliados, inclusive para o IMIP do Estado de Pernambuco, que atende às crianças de toda a Região Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Gonzaga Patriota. Tem a palavra o Sr. Deputado Zé Gerardo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Bismarck Maia, Relator da Saúde, em primeiro lugar quero parabenizá-lo pelo relatório e pela maneira como o formalizou. Esse relatório é de grande importância para o País, pois trata da saúde, da qualidade de vida do nosso povo. Destaco a importância do relatório e a seriedade com que V.Exa. o elaborou.

Quero chamar a atenção para um fato. V.Exa. é cearense. Somos da bancada do Ceará, um Estado pobre que precisa de recursos para a área da saúde. V.Exa. destinou para o Hospital Geral de Fortaleza 12 milhões de reais. Esse valor ainda é muito pouco para concluir aquele hospital, que recebe pessoas de todo o interior do Ceará que se concentram em Fortaleza em busca de atendimento médico. Solicito a V.Exa. que encaminhe a Emenda nº 3 ao Relator-Geral, a fim de que se destine mais recursos para que seja concluída a reforma desse hospital, que então poderá prestar o atendimento que o povo do Ceará merece. Eu queria também lembrá-lo de que temos o Hospital Frotinha, em Fortaleza, que está na Emenda nº 18. Então, solicito a V.Exa. que recomende as Emendas nºs 18 e 08, do Município de Fortaleza, para melhorar a saúde no Estado do Ceará.

Solicito ainda que encaminhe a Emenda nº 16, que trata do saneamento básico e controle de agravo, para ajudar a todos os Municípios carentes do Estado do Ceará que tanto precisam de saneamento. Saneamento é saúde, prevenção de doenças, qualidade de vida do nosso povo. V.Exa. caminhou muito pelo Estado do Ceará e sabe da dificuldade do nosso interior. A estruturação dos hospitais do interior está prevista na Emenda nº 10. Foram alocados 10 milhões, mas, como as dificuldades no Ceará são grandes na área da saúde, peço que a encaminhe ao Relator-Geral para que sejam atendidos os Municípios mais pobres e distantes, levando qualidade de vida e de saúde àquelas pessoas e evitando que procurem os hospitais da Capital, como o Frotinha e o Hospital Geral de Fortaleza, que ficam lotados.

Parabenizo V.Exa. pelo relatório e peço sua intervenção no que se refere às Emendas nºs 10, 16, 03, 18 e 08, para levar qualidade de saúde ao Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem a palavra o Sr. Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, nobre Relator, tenho algumas observações a fazer, mas, ao verificar o relatório, percebi que uma delas foi citada. Refiro-me aos 7,5 milhões de reais destinados a um programa específico sobre a saúde da mulher. Verificando o relatório, observei que houve um erro quando do envio da mensagem. Nesse sentido, houve simplesmente uma inversão para poder adequar as rubricas.

Questiono o nobre Relator sobre o cancelamento de 20 milhões, 999 mil e 575 reais e um acréscimo de 26 milhões e 306 mil reais, que estão na pág. 184. Observando esse detalhe, percebi que esse corte foi feito exatamente no PL. Verificando as emendas do Mato Grosso do Sul, há uma de 8 milhões e 770 mil, e também de outro Estado que não me recordo agora, para implantação, aplicação ou melhoria de sistema público de esgotamento sanitário para prevenção e controle de agravo em Municípios de até 30 mil habitantes. Faço esta observação porque a intenção da emenda é aumentar o recurso, e me parece que foi retirado do próprio PL para atender o recurso. Essa é uma dúvida que estou apresentando.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Uma outra situação, nobre Relator, é em relação a cortes de investimentos. No Mato Grosso do Sul houve um cancelamento de 606 mil e 600 reais na rubrica Estruturação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde. Os cortes são todos em modalidade de Estado e Município, até Modalidade 90. Havia um valor de 4 milhões e 44 mil reais numa rubrica, e foram cancelados 606 mil e 600 reais. Há um corte de 101, outro cancelamento de 14, e gostaria de saber do nobre Relator o porquê desses cortes. Evidentemente, fiz um destaque tentando recompor esse valor para investimento.

São essas as minhas indagações ao nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, sou advogado e isso me dá certa condição de olhar mais imparcialmente a situação. Ouvi alguns discursos. No Brasil, não apenas se gasta pouco, mas se gasta mal os recursos da saúde.

O art. 198 dispõe que são prioritárias as ações preventivas. Vejo no relatório das bancadas que boa parte das emendas é para estruturação de unidades de atenção especializada, ou seja, saúde corretiva.

Ninguém é contra a saúde. Por ninguém ser contra a saúde, cometem-se iniquidades. Às vezes, por trás de um bom discurso, está o interesse de uma fundação filantrópica, algumas sérias, mas outras ligadas a algum cacique político local, alguma empresa que quer fornecer equipamentos, medicamentos ou algum outro insumo. Portanto, muitas vezes, por trás de um bom discurso, há interesses outros que não a saúde, e isso se comprova no relatório.

A minha bancada apresentou emenda para o término da construção do hospital de Cacoal, que se iniciou em 1994 — aquele hospital da pasta rosa, que se tentou utilizar naquela época para ajudar a reeleição. Quer se construir um hospital num local em que, talvez, daqui a 50 anos, não haja população para ser atendida. Já se gastou 14 milhões de dólares e o hospital está incompleto. No entanto, deixá-lo abandonado seria muito mais caro. Por isso a bancada apresentou essa emenda. Como o de Cacoal e Rondônia, outros exemplos há no Brasil da má aplicação do recurso da saúde.

Devemos ter muito cuidado ao fazer algumas acusações, porque nem sempre falta dinheiro. Muitas vezes ele é mal aplicado, e não no aspecto preventivo, mas no aspecto corretivo, que estimula uma cadeia grande de fornecedores, de insumos, de atendimento e até mesmo das redes de hospitais, alguns ditos filantrópicos, mas na verdade não são. Muitas vezes atendem apenas o interesse político local.

Faço este reparo até em homenagem à retidão e firmeza do Deputado Rafael Guerra, um defensor da saúde. Creio que S.Exa. faz essa defesa honestamente. Mas não posso deixar rebater o seu *paper* com relação à farmácia popular.

Vinte e dois milhões de brasileiros utilizam planos de saúde. Essa camada da população que não utiliza o SUS também é uma população empobrecida, tem de ter facilitado o seu acesso aos medicamentos. Não oferecer a essa camada empobrecida, sem alternativa, que utiliza plano de saúde amparado pela própria Constituição Federal, a saúde complementar, seria onerar essa população. Logo, não é uma medida populista ou demagógica a farmácia popular oferecer remédios a preço mais baixo para essa população.

Isso não quer dizer que não deva ser dada atenção ao medicamento gratuito oferecido pelos postos de saúde. Não são coisas incompatíveis. São complementares, porque atendem públicos diferentes.

Então, Sr. Relator, peço a V.Exa. que atenda esse nosso pleito porque vamos deixar uma obra imensa em Rondônia, que já consumiu 14 milhões de dólares e está inacabada. Precisamos terminar a obra sob pena de termos um prejuízo maior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Sr. Deputado Nazareno Fonteles.

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES - Sr. Presidente, Sr. Relator, pedi destaque para uma emenda da Comissão de Seguridade Social e Família, que tinha o valor de 1 bilhão de reais e baixou para 4 milhões de reais. Trata-se da emenda da estruturação da especialidade em saúde.

Sabemos que nas bancadas isso foi contemplado em vários Estados — São Paulo mais de 100 milhões; outros com 40, 25, 30 milhões. Já o Estado do Piauí não teve essa chance. Portanto, gostaríamos que houvesse reposição. Como se trata de emenda nacional, é preciso dar essa



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

chance para que o Estado do Piauí e outros que também enfrentam dificuldades estruturarem seus hospitais regionais.

Fui Secretário de Saúde por quase um ano e tive como tarefa principal levar o sistema à condição de gestão plena. Conquistamos esse *status*, mas é preciso estruturação. Nosso Estado não tem capacidade financeira de empreender essa estruturação por si mesmo. Para isso havia um compromisso no âmbito do Ministério.

Como V.Exa. sabe, hoje, com a descentralização de recursos, e o nosso Governo tem priorizado muitos Municípios, terminam os hospitais regionais. E no Piauí, pela sua pobreza, a presença maior é realmente nos hospitais públicos do que nos privados. A rede pesa muito em termos de custo para o Estado, que deve transferir, no próximo ano, 77 pequenos hospitais para os Municípios dentro do espírito da municipalização. Os hospitais regionais, porém, não têm condições, vão continuar como estão. Os hospitais realmente necessitam de estruturação. A nossa idéia, ao fazer o destaque para uma emenda nacional, é no sentido de ajudar o Estado por meio dessa emenda. No que se refere à média do valor das emendas, verifiquei que a da bancada de São Paulo estava em torno de 25 milhões. Espero que sirva de parâmetro para algumas das reposições dessa emenda nacional.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra à Sra. Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Relator, Sr. Presidente, considero tarefa difícil falar de assunto que julgo dos mais polêmicos: o tratamento dado à saúde, principalmente neste Governo que apoiamos. Não posso falar para V.Exa. apenas da questão do Espírito Santo. Seria subestimar a grande batalha que trava o Congresso, por intermédio da Frente Parlamentar da Saúde, e também o País inteiro.

Vimos este ano e o ano passado o tratamento dado às emendas e aos projetos prioritários de atenção à saúde especializada e à saúde básica. É vergonhoso citar os números e saber que retornam aos cofres públicos volumosos recursos que poderiam resolver grandes problemas na área da saúde. Informo a V.Exa., por solicitação também do Deputado coordenador da Frente da Saúde, que foi feita uma reestimativa da receita do Orçamento — faço parte dessa Comissão. Fica a sugestão dada pelo Deputado Rafael Guerra no sentido de que 5% dessa reestimativa da Receita sejam destinados à saúde. É um pleito justo. V.Exa. com certeza pode defender porque estará inclusive preparando uma forma de repor as perdas obtidas ao longo do processo de aplicação e administração dos recursos na área de saúde.

O tratamento é desigual, a verba é mal utilizada, o atendimento é ruim. O Ministro não está presente. Não vou tecer consideração alguma a respeito da pessoa de S.Exa., mas simplesmente da sua administração: o Ministro trata mal a saúde no Estado e dá pouca atenção à saúde no País. O relatório de V.Exa. vai com o esforço supremo de quem tenta, num momento como este, fazer justiça a tantas demandas. V.Exa. vai observar que foi exatamente quanto a esse relatório que todos os Deputados desta Comissão presentes se inscreveram para falar. Ora para caracterizar os problemas que eles próprios vivem, ora para lembrar a V.Exa. os problemas que todos vivem. O País está cansado dos descasos com a saúde. É o Ministério que não funciona, é o Ministério que não prioriza, é o Ministério que despreza os menores problemas espalhados nessa rede de tantos beneficiados e de tantos não beneficiados pela política que aí está.

A bancada do Espírito Santo, só para exemplificar, resolveu retirar a emenda colocada na área da FUNASA, cujo valor aprovado está em torno de 5 bilhões. Trata-se da emenda que fala do saneamento básico para o controle de agravos. Por quê? Porque 100% das emendas aprovadas durante os últimos 2 anos não foram empenhadas nem pagas — pasme, Sr. Relator — para o Estado do Espírito Santo. Temos zero de aplicação. A bancada, por ofício enviado ao Presidente e à Secretária da Comissão, solicita a retirada dessa emenda e sua substituição. Entendemos que esse recurso não virá. A FUNASA aplica recurso, e não deveria ser assim, apenas nos grandes centros para os grandes projetos. Luto há muitos anos e faço parte da Frente de Saneamento Básico. A luta que travamos nesta Casa é no sentido de obtermos atenção especial para o saneamento das pequenas localidades onde incidem os grandes problemas e a saúde fica muito maltratada por não ter sequer uma atenção especial.

Solicito a V.Exa., feito o remanejamento, que esse recurso venha para atender a saúde básica e a saúde especializada, porque temos hospitais-escolas, temos o Hospital das Clínicas, temos um hospital infantil que atende todo o sul da Bahia, temos todo o hospital especializado na rede de tratamento ao câncer que até hoje luta para ter equipamentos adequados e não tem.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relembro a declaração da Prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, há aproximadamente 2 anos, e isso serve também para o restante do País, no sentido de que pegou a Prefeitura de São Paulo com apenas 1 aparelho de mamografia. Hoje possui 20 aparelhos para atender a cerca de 14 milhões de habitantes, presumivelmente 8 milhões de mulheres nessa faixa de atendimento. Solicito a V.Exa. que dê atenção especial para se adotarem equipamentos nos hospitais e na rede especializada da saúde para atender a casos específicos como o tratamento e a prevenção do câncer.

Em fortalecimento ao trabalho que V.Exa. desempenhou, afirmo que sua sensibilidade tornou o relatório melhor do que poderia, melhor do que teria condições de fazer. V.Exa. não pode fazer, com uma única peça, justiça a tanto descaso como foi tratada a saúde. Todo ano, em todo o Orçamento realizado nesta Casa, a saúde tem um corte vertical de 20%. Todas as discussões que travamos nesta Casa, todas as prioridades que exaustivamente expomos, como vimos a Deputada Laura fazer, depois com uma simples canetada fria, distante da realidade do depoimento do trabalho dos Parlamentares, são cortadas. A caneta corta 20% de tudo o que lutamos para construir durante todo o tempo que trabalhamos no Orçamento da União. Não consigo entender.

Agradeço sobretudo a V.Exa., que foi um dos relatores mais atenciosos com todos, quando tinha que dizer “não” e quando tinha de dizer “sim”. Peço que reverta essa nossa solicitação utilizando recurso de onde tiramos a função para estabelecê-la na rede especializada e na saúde básica.

Parabenizo V.Exa. Não é à toa que tem sido, em tão pouco tempo, reconhecido como grande, capaz, competente e sensível Deputado que elabora uma peça fundamental que auxilia a saúde numa hora mais grave de doença diante do tratamento dado pelo Governo atual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Agradecemos as palavras à Deputada Rose de Freitas.

Não havendo mais inscrito, concedo diretamente a palavra ao Relator-Setorial, Deputado Bismarck Maia.

O SR. DEPUTADO BISMARCK MAIA - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, começo o meu relato dirigindo-me ao Deputado Gonzaga Patriota e conseqüentemente a todos os membros da Comissão e àqueles que nos ouvem. Explico o quão difícil foi tratar dessa questão, porque não sou médico, como V.Exa. mencionou. Exatamente com essa explicação é que inicio minhas palavras. Na realidade, diante da missão a mim dada pelos membros da Comissão do meu partido, que me designaram participe de um dos Sub-Relatores, essa missão se tornou muito difícil até porque é uma área extremamente complexa, diferente de outras áreas também difíceis para os Sub-Relatores, porque trata, como afirmou o Deputado Darcísio Perondi, de vida. Esse fato encheu-me de responsabilidade. A nossa característica de nordestino orientou-me no sentido de que uma das premissas básicas para tratar da questão da saúde são as desigualdades, como estavam dirigidos os recursos para os programas oriundos dos projetos do Poder Executivo e como eu dirigiria aqueles recursos dados pelo Relator-Geral para fazer face às propostas de emendas apresentadas pelas bancadas e pelas Comissões.

A segunda referência, entre outras, foi o comportamento que temos no dia-a-dia de acompanhar a vida do País constatando as dificuldades por que passa hoje a saúde no Brasil. Em qualquer momento que se veja ou ouça uma reportagem na televisão, na rádio, nos jornais, presenciamos a situação crítica por que passa a saúde no Brasil. Ainda ontem o *Jornal Nacional* colocou um ponto fortíssimo, extremamente debatido por nós e que faz parte dos nossos relatórios: a questão dos remédios de alto custo. O noticiário mostrou uma senhora que há um ano percorre os hospitais. Ela foi filmada durante vários momentos desses últimos 12 meses, e a filmagem mostrou a dificuldade para conseguir os remédios de alta complexidade. Esse foi um dos fatores que nos moveu, entre outras referências, para tocar essa questão.

Antes de abordar as emendas, quero falar a respeito de 3 pontos mencionados, incluindo vários pronunciamentos de Parlamentares que se manifestaram. São eles: a questão da farmácia básica versus farmácia popular, o atendimento de remédios de alto custo e o atendimento de média e alta complexidade.

Em relação à questão da farmácia básica versus farmácia popular, não estamos contra o programa Farmácia Popular. Deixo claro isso. O que gostaríamos de dizer é que, diante do quadro em que se encontra o atendimento às pessoas carentes do Brasil que procuram aqueles 43 tipos de remédios básicos, é na farmácia básica que cada um dos brasileiros carentes procura sanar as dificuldades da saúde do dia-a-dia.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ao procurar fazer justiça no meu relatório, que trata de recursos públicos e que por isso têm de ser tratado com justiça, sobretudo procurei dar condição maior para que a farmácia básica atenda à população carente. Essa, sim, não pode comprar em farmácia privada e também não pode comprar na farmácia mesmo subsidiada, a farmácia popular. Esse foi um ponto que procurei tratar com muita atenção.

O remédio de alto custo foi bastante discutido pelo nosso grande Presidente da Frente Parlamentar, ilustre colega de bancada, Deputado Rafael Guerra, e o Deputado Darcísio Perondi, também membro da Frente. A responsabilidade também colocamos para o Relator, diante da impossibilidade de mexermos na questão das GNDs 3, do problema que atinge, ainda, o atendimento de média e alta complexidade e a necessidade de recursos nesse ponto. Embora tenha havido aumento grande de 26% em relação a 2004, ainda se faz necessário um aumento maior para atender àquilo que se prevê para o atendimento da média e alta complexidade no ano de 2005. Basta fazer uma comparação com 2004 que vemos que o crescimento foi de aproximadamente 4%, tendo então esse percentual abaixo da inflação.

Com relação às emendas, procurei adotar o mesmo critério do ano passado, com uma diferença. No ano passado, foi adotado pelo ilustre Senador Fernando Bezerra o critério de um terço proporcional à população, um terço para o inverso do Índice de Desenvolvimento Humano — IDH e um terço pelo número de emendas coletivas apresentadas por bancada, de acordo com a maior ou menor prioridade que ela tenha dado à saúde. No critério passado, 50% correspondia ao critério técnico e 50% ao critério de mérito dado ao Relator. Neste nosso relatório, mais de 80% corresponde ao critério técnico. Portanto, guardando os índices de IDH, de população e número de emendas.

Deixo claro que o total do valor apresentado por este Relator, mais de 800 milhões, é quase o valor final do Orçamento Geral da União de 2004 para todas as bancadas. Portanto, é um pouco inferior ao valor que este Relator apresentou, tendo ainda as apresentações de destaques dos Srs. Deputados e do próprio Relator-Geral a serem somados a este valor.

Agradeço desde já, em nome de toda a bancada, a disposição do Relator-Geral de dar a este Sub-Relator um valor bem maior do que o do ano passado. O Relator Romero Jucá foi extremamente sensível à questão da saúde. Diante de todas aquelas questões apresentadas, todos os destaques, como sabemos, serão encaminhados e este Sub-Relator, que encaminhará ao Relator-Geral para que sejam apreciados. A bancada do Piauí não apresentou emendas. Tentaremos reforçar a Emenda de Comissão, para que, eventualmente, atenda ao Piauí, tendo em vista também a Emenda nº 29 que apresentamos.

Deputado João Leão, conceda-me mais 1 minuto, para que eu dê explicações a todas as bancadas, como desejo e farei. Todos os destaques que foram apresentados serão encaminhados, desde o primeiro, da Deputada Laura Carneiro, sensível à preocupação da BBR, à questão do saneamento de Sepetiba e de saneamento básico de outras cidades.

Na presença do Deputado João Grandão, gostaria de dizer que foi aprovado 15% do corte linear nas GNDs 4. No caso específico de Mato Grosso do Sul, não houve nenhum corte, até porque eram valores inferior a 3 milhões. S.Exa. pode verificar, na página 222, que não houve nenhum corte.

Gostaria ainda de me referir à Deputada Rose de Freitas, que falou sobre a atenção especial à emenda. A questão de saneamento básico é substancialmente importante. Aliás, uma cidade não é boa para nada se não for boa para o cidadão que nela habita, que não precisa de lixo nas ruas nem de esgoto a céu aberto. Saneamento básico é realmente fundamental não só para a Capital de S.Exa., mas para Vila Velha, Cariacica, Serra e para todas aquelas cidades que compõem a Região Metropolitana de Sua capital.

Gostaria, mais uma vez, de repetir para todos os Deputados, que procurei fazer o máximo, logicamente, contando com o apoio do Senador Romero Jucá, que nos contemplou com um valor substancialmente maior do que o do ano passado.

Por último, quero dizer ao Deputado José Gerardo que procurei ouvir não só as entidades de classe da Saúde, para compor nosso relatório, as indicações e a formação das emendas, mas também — e não poderia deixar de fazê-lo — as bancadas e, conseqüentemente, as do meu Estado. Em relação ao Hospital Geral de Fortaleza, o orçamento disponibilizado prevê o término da obra.

Em relação ao Instituto José Frota, a Prefeita Luizianne apresentou o valor necessário para iniciar a recuperação.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agradeço ao Presidente e as palavras generosas que me dedicaram os Srs. Deputados pela maneira que me dediquei à questão, como fiz nesses primeiros 2 anos, nesta Casa, com muita atenção e muito esforço, realizando parcerias com a determinação de servir a nossa Pátria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A discussão está encerrada, bem como o prazo para apresentação de destaques.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Não estava presente no momento da discussão, mas gostaria de reforçar os elogios já feitos ao Deputado Bismarck Maia pela importante conduta que manteve, acatando, de forma muito carinhosa, todas as discussões apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem a palavra o Sr. Deputado Carlito Merss. *(Pausa.)* Ausente.

A primeira inscrita é a Deputada Laura Carneiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, aguardarei até que o Sr. Relator se sente para começarmos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem a palavra a Sra. Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nobre Deputado Carlito Merss, V.Exa. já teve uma reunião com todos os Srs. Líderes, Parlamentares e coordenadores de bancada, e, de alguma maneira, modificou seu relatório, tentando equalizar as questões das bancadas, ampliando os valores dados a todas de forma igual, 1 milhão a mais para cada uma, diminuindo dos programas a partir das emendas setoriais.

Entendi, a partir de sua proposta, que V.Exa., de alguma maneira, quis priorizar os programas de governo e diminuiu, portanto, os valores que poderiam ser destinados às emendas de bancada. Por exemplo, V.Exa. quis atender a todas as universidades do Brasil, aumentando a rubrica nacional e não especificamente a de cada uma dos Estados.

Nem vou discutir os outros problemas, mas gostaria que V.Exa. prestasse atenção a uma questão vital para o Rio de Janeiro. Todos nós, Parlamentares, falamos muito dos Jogos Pan-Americanos, do Pan 2007 no Rio de Janeiro, mas fiquei muito preocupada quando, acompanhando os dados trazidos por V.Exa., vi na página 441 do relatório inicial que teremos no Programa Rumo ao Pan mais ou menos 35 milhões. V.Exa. não somou aqui, não sei por quê, mas, enfim, teremos 57 milhões e 450 mil no Rumo ao Pan, que é mais ou menos o valor previsto no Orçamento 2004. Ocorre, nobre Relator, que no Orçamento de 2004 tivemos 54 milhões e agora vamos ter 57. Só que não liberam um tostão. E V.Exa. coloca tudo na Rubrica 90. O gestor final do Pan é o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Então, tinha que haver algum dinheiro na Rubrica 30.

Ao contrário disso, na emenda que a bancada do Rio apresenta para o Rumo ao Pan, que é a do Estádio Olímpico, temos 3 milhões na 40, quando deveríamos ter na modalidade 40, na execução, por intermédio do Município, pelo menos metade dos recursos, pois, afinal de contas, quem faz as obras é a cidade do Rio de Janeiro. Portanto, não entendo o que adianta colocarmos tudo na 90. Neste ano não tivemos um tostão liberado. E aí todo mundo diz a mesma coisa: "*Não, mas tivemos a questão da Vila Olímpica*". É um financiamento da Caixa Econômica Federal, é um empréstimo, não é dinheiro a fundo perdido, não é orçamentário não, é a Caixa Econômica que está financiando uma obra, e vai ser paga por ela.

Então, gostaria que V.Exa. fizesse uma indicação, não sei se ao Relator-Geral para que o proceda, quando da aprovação do Orçamento. E peço a todos os Líderes, especialmente aos da base, aos do PT e aos do Governo, pois é absolutamente vital mantermos não só o discurso bonito que fizemos quando o corredor Vanderlei veio aqui, a pedido do Deputado Ricardo Barros, mas que também tenhamos esse compromisso público de fazer com que as coisas aconteçam, que o dinheiro seja liberado. Não adianta dizer que há um Programa Rumo ao Pan, pois teve Rumo ao Pan em 2004, mas ficamos esperando o Pan, esperando o rumo, porque não teve rumo nem Pan, teve zero de execução.

Espero que não tenhamos zero de execução no Rumo ao Pan. Talvez V.Exa. pudesse resolver muitos problemas se remanejasse parte desses recursos da Rubrica 90, ou da Modalidade 90, para a Modalidade 40. Liberando os recursos para a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, quem sabe conseguiríamos terminar o Estádio Olímpico? São necessários 80 milhões para sua construção. Na sua emenda, com o acréscimo, V.Exa. chegou a 4 milhões.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

V.Exa. há de convir que o Governo Federal não ajuda, com 4 milhões, a construção do Estádio Olímpico, que vai servir ao Pan-Americano tão falado por todos nós, inclusive Deputados de todos os Estados.

Então, nobre Relator, além disso, na bancada do Rio de Janeiro, destacamos a questão do CEFET, que são as escolas técnicas da zona oeste, um pleito da bancada há muitos anos. Só recebemos 2 milhões; mas com acordo recebemos 3.

Há também a emenda do Senador Saturnino Braga, que visa auxiliar as universidades federais. Essa emenda também não recebeu recursos suficientes. Mas, de qualquer maneira, sei que o Senador do PT pode ter mais chance de ajudar as universidades do que eu. De 5, conseguimos chegar a 6.

De qualquer forma, peço a V.Exa., mesmo sabendo que não o pode fazer pessoalmente, na condição de Relator, que indique ao Relator-Geral prioridade absoluta para a questão da construção do Estádio Olímpico na cidade do Rio de Janeiro.

Agradeço-lhe e diria que sei que não foi fácil construir esse relatório, muito menos o adendo. Imagino que V.Exa. esteja com um pedaço de si cortado, e a sua assessora tão chateada quanto o nobre colega. Ela passou por mim, olhou como quem diz: “*Meu Deus, tiraram 20%*”. Mas, na verdade, ninguém tirou os 20%. Eles eram da nacional e vão ser direcionados por meio das emendas parlamentares. Afinal de contas, é para isso que serve o Parlamento e esta Comissão.

Parabenizo V.Exa. pelo esforço. Tenho certeza de que vamos aprovar o relatório a partir do acordo firmado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, fiz uma observação ao Relator no sentido de que o relatório do Deputado Carlito Merss tem justamente 229 milhões de reais para 74 emendas de bancada e 357 milhões de reais para 27 emendas de Comissão.

Portanto, ao contrário de todos os outros relatórios, as Comissões foram privilegiadas em relação às bancadas. É evidente que isso, aqui na Comissão, tem uma reação muito forte, porque quem vota o relatório são as bancadas e não os Ministros. Como sabemos, as emendas de Comissão se referem ao atendimento dos interesses dos programas de Governo dos Ministros.

Então, fizemos uma solicitação, e quero agradecer a presteza do Deputado Paulo Bernardo em articular uma reunião, para que pudéssemos, pelo menos, melhorar essa referência.

Hoje, o relatório do Deputado Carlito Merss, após uma reformulação acordada entre os Líderes na Comissão, praticamente vai para meio a meio, metade Comissão, metade bancada. Este ainda é, disparadamente, o relatório que mais atende às Comissões e que menos atende às bancadas em relação aos demais.

Para os senhores terem idéia, no Ministério da Cultura, para 7 emendas de bancada, foram destinados 17 milhões, e, para 4 emendas de Comissão, 100 milhões. Então, há muita diferença entre a prioridade das bancadas e a das Comissões. No Ministério do Esporte, são 18 emendas de bancada, com 36 milhões, e 4 emendas de Comissão, com 55 milhões.

É por isso que gostaria de justificar a solicitação dessa revisão. Não é justo termos os pleitos das bancadas atendidos de forma tão sumária. A emenda de bancada que o nosso companheiro Vanderlei Cordeiro de Lima veio aqui pedir — emenda de bancada do Paraná — foi atendida com 2 milhões de reais. Realmente é muito pouco para os pleitos que são apresentados.

Então, gostaria de dizer ao Deputado Carlito Merss que, mesmo com as correções, ainda assim considero seu relatório muito propenso aos programas de Governo e pouco atento às necessidades identificadas em cada bancada, em cada Estado brasileiro.

De qualquer forma, dentro do acordo, vamos acompanhar o voto favorável. Mesmo assim, considero que poderíamos ter avançado mais no atendimento das bancadas em relação ao das Comissões.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, apenas para deixar o número de destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Trata-se do Destaque nº 54, que diz respeito especificamente à construção do Estádio do Pan-Americano.

Aproveito a oportunidade para repassar a V.Exa. o destaque do Senador Hélio Costa, que me pediu que assinasse junto com ele o destaque da Comissão de Educação, pedindo mais recursos para a educação.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas, pelo que sei, Minas Gerais conseguiu dar uma solução interna para as universidades do Estado.

Então, talvez V.Exa. já tenha acolhido esse pleito em outro acordo e não faz sentido esse destaque. Mas, de qualquer forma, o Senador Hélio Costa deixou o Destaque nº 49.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente, Deputado Paulo Bernardo, Sr. Relator, Deputado Carlito Merss, primeiramente, gostaria de falar de um programa da maior importância que este Governo tem, o Programa de Expansão da Educação Profissional. V.Exa., inclusive, é professor de uma escola técnica e sabe da importância da qualificação, da formação da nossa juventude. Juventude essa que espera uma oportunidade de trabalho. A mão-de-obra não qualificada, com certeza, dificulta, e muito, nosso jovem trabalhador ter uma oportunidade de emprego. E esse programa tem grande importância para o País.

Para que os companheiros da Comissão tenham uma idéia, neste Governo ainda não há novos projetos voltados para a educação profissional por absoluta falta de recursos. Existe um convênio de 500 milhões de dólares com o BID e, lamentavelmente, estamos pagando taxa de permanência por não estarmos utilizando o dinheiro que o BID colocou à disposição do Governo brasileiro.

Então, a despeito do que falou nosso companheiro e amigo Deputado Ricardo Barros, esse programa, que é de âmbito nacional, tem atendido a todos os Estados e merece por parte de V.Exa. e do Relator-Geral atenção especial. Se destinarmos mais recursos para o PROEP, com certeza, teremos, a partir do próximo ano, projetos novos. O Governo, como eu disse, ainda não executou nenhum projeto novo. No ano de 2002 foram assinados 107 convênios que foram cancelados, e a expectativa é de que no começo do ano se iniciem alguns projetos daqueles que foram cancelados. Se destinarmos recursos, teremos oportunidade de começar novos projetos neste Governo. Esperamos que isso possa acontecer.

Aliada a essa questão da educação profissional, peço, sabendo da dificuldade de V.Exa. devido à escassez de recursos, que dê atenção especial à educação profissional no País. A bancada do Paraná também apresentou emenda relacionada à ciência e tecnologia, apoio à pesquisa e inovação, e o valor destinado é muito aquém da necessidade do Estado. Para o CEFET-Paraná, que é referência para o Brasil, pedimos apoio a V.Exa. para que possamos incrementar essa emenda. No Ministério da Ciência e Tecnologia temos outra emenda de bancada para o apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social, isso nas universidades estaduais do nosso Estado. Quero também pedir apoio, como disse o Deputado Ricardo Barros, a uma emenda do Ministério do Esporte voltada para a implantação da Vila Olímpica no Município de Maringá, que merece o apoio dos Deputados da Comissão de Orçamento.

Era o que desejava deixar registrado, Sr. Relator e pedir o apoio de V.Exa, sabendo das dificuldades, da escassez de recursos, para dar atenção especial para educação profissional e para as emendas da bancada do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Alex Canziani.

Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Relator, de todos os relatórios apresentados a esta Comissão o único em que há distorção significativa entre a média das emendas de bancada e as de Comissão é o de V.Exa. Foram apresentadas 74 emendas no total de 229 milhões de reais, com a média inferior a 3 milhões e 100 mil por emendas. As de Comissões, 27, no total de 357 milhões, com média de 13 milhões e 200 mil por emenda. Isso demonstra que as bancadas têm importância de segundo nível no relatório de V.Exa.

Peço, no intuito de diminuir essas desigualdades, pelo Destaque n.º 00322, que se destine 10 milhões de reais à Universidade do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Júlio Cesar. V.Exa. poderia enviar uma cópia para o Relator.

Com a palavra a Deputada Professora Raquel Teixeira.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, antes de falar especificamente sobre as emendas que gostaria de defender e para as quais apresentei destaques, vou fazer uma observação de cunho geral.

Educação, ciência, inovação tecnológica e pesquisa são assuntos que deveriam estar acima de interesses de grupos partidários.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nesse sentido, talvez contrariando o direcionamento mais forte desta Comissão, quero dizer ao Deputado Carlito Merss que considero sua proposta original correta. Temos que ter a grandeza de perceber que o Brasil precisa enfatizar os investimentos nessas áreas. Não temos os recursos necessários, e uma forma de obter resultados concretos é fazer a universalização dos programas que efetivamente farão diferença.

É claro que, na condição de Deputada, gostaria de ter emendas individuais e de bancada. No entanto, não vou falar na condição de Deputada, mas na posição de alguém que, na área da educação, age acima dos interesses pessoais e partidários.

Lamento que se tenha retirado recursos do projeto original para atender às bancadas. Entendo as necessidades das bancadas. No entanto, agindo assim, estamos dispersando recursos que precisam ir para as universidades federais, para a Rede Nacional de Pesquisa, para o CNPq, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, enfim, para programas que farão o Brasil dar um salto na inserção no mundo do século XXI.

Dentro desse espírito, gostaria de pedir-lhe a compreensão e o apoio — sei que é do interesse de V.Exa. também — para fazermos um apelo ao Relator-Geral no sentido de que analise com atenção os 4 destaques que apresento.

O primeiro é à Emenda n.º 50.11.0001, ligada ao apoio à pesquisa e à inovação, à difusão e à divulgação tecnológica para inclusão social. É o Destaque n.º 0118.

Com esses recursos, estaremos implantando centros vocacionais tecnológicos, telecentros, rede nacional de pesquisa científica em paleontologia, programas extremamente importantes.

Ainda na área do Ministério da Ciência e Tecnologia, apresentei à Emenda n.º 50.11.0004 o Destaque n.º 00.121, ligado ao CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Não tenho dúvida de que o fator decisivo para o desenvolvimento das nações tem sido a formação e a capacitação de recursos humanos. Portanto, quanto mais recursos obtermos para o CNPq, para serem destinados às bolsas de desenvolvimento científico e tecnológico, estaremos ajudando o País.

Na área do Ministério da Educação, gostaria de pedir-lhe especial apoio para um programa desenvolvido em conjunto pelo ME e pelo MCT, que é da Rede Nacional de Pesquisa. É a Emenda n.º 60.04.0005, que tem o Destaque n.º 00.111.

É um programa importantíssimo porque a Rede Nacional de Pesquisa permite a comunicação entre as unidades de pesquisa. Se não fortalecermos essa rede, teremos sérios problemas no avanço tecnológico.

Finalmente, ainda no Ministério da Educação, o Destaque n.º 00.113 à Emenda n.º 50.16.0002, que visa complementar dotações nas universidades federais, a chamada Emenda ANDIFES.

Todo país tem que ter um grupo de universidades que sirva como parâmetro de excelência acadêmica e de pesquisa. No Brasil, as universidades federais têm exercido esse papel.

É muito triste, Sr. Relator, vermos a universidade federal ter que depender de emenda parlamentar. Alguma coisa está errada num país cujas universidades públicas dependem de emendas parlamentares. No entanto, diante dessa situação, que não é de hoje e não será resolvida de hoje para amanhã, não temos outra alternativa a não ser defender essas emendas para elas.

Cumprimento V.Exa. pela coragem do relatório original e peço-lhe atenção para esses 4 destaques que estou apresentando.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o nobre Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Carlito Merss, peço-lhe atenção para as emendas do Maranhão. Já lhe passei o que pretendemos e apresentei os destaques respectivos. Peço-lhe o deferimento e o encaminhamento ao Relator-Geral dos destaques apresentados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, quero cumprimentar o Deputado Carlito Merss, porque soube hoje que ele é professor do ensino profissionalizante. Além de ser um Deputado brilhante, estudioso e dedicado, é professor do ensino profissionalizante.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tal qual o Deputado do Paraná, Alex Canziani, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Educação Profissional, sou radical. Eu fecharia todas as universidades e só abriria por 10 anos escolas profissionalizantes. Assim, teríamos menos desemprego, mais pequenos empreendimentos, mais mão-de-obra para as fábricas e uma juventude mais feliz.

Parabéns, Deputado Carlito Merss. V.Exa. estudou o assunto, dedicou-se. No entanto, faço uma pequena observação: V.Exa. priorizou as emendas de Comissão — e os valores são impressionantes — para ajudar os Ministros, em especial o Ministro Tarso Genro.

Respeito V.Exa., que optou por esse critério. Não sou professor. De repente, foi pelo caminho certo.

Vou lhe pedir um pouquinho mais de atenção para o Rio Grande do Sul. Trata-se da questão do CEITEC.

A bancada do PT gaúcho convenceu o restante dos Deputados, há 4 anos, a criar esse programa. Foi no Governo Olívio Dutra que se criou esse programa de microeletrônica. V.Exa. destinou-lhe poucos recursos. Melhora um pouquinho, Deputado Carlito.

Há outro programa, que é o CENTEC, no Estado do Rio Grande Sul. Foram-lhe destinados 600 mil reais. Também é na linha do ensino profissionalizante, e merece um pouco mais. Tira um pouquinho do Ministro Tarso Genro; tira um pouquinho das Comissões e destine para a juventude, que precisa de ensino profissionalizante. V.Exa. é professor do ensino profissionalizante.

Um terceiro programa é da ex-Senadora Emília Fernandes, que foi Ministra do Governo Lula e madrinha e estimuladora desse programa. Ninguém em Santa Maria sabia o que era INPE, que faz o controle espacial da Região Sul. E há 6 anos nós reagimos, e a ex-Senadora Emília Fernandes, do seu partido, agiu como missionária e convenceu 1 a 1. V.Exa. destinou apenas 400 mil reais. Melhora um pouquinho, por favor.

Para o Brasil todo, Deputado Carlito Merss, o Ministério de Ciência e Tecnologia está apresentando 3 emendas. Uma foi apresentada pelo nosso brilhante Deputado Pedro Novais. Ela destina mais recursos para a metrologia. É um programa importante para o Brasil, e V.Exa. destinou-lhe apenas 1 milhão de reais. Tire um pouquinho dos recursos da Comissão de Educação que o Ministro Tarso Genro vai mobilizar e destine para o Ministério da Ciência e Tecnologia. V.Exa., que é professor, sabe da importância desse programa. Esse destaque foi assinado pelo Deputado Pedro Novaes. Evidentemente vai ser rejeitado em bloco, mas V.Exa. pode pedir para o paizão, que sempre tem o dinheiro, o Relator, Senador Jucá.

Outro destaque que assino, apresentado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, é para fortalecer o arsenal de coleções biológicas.

Vou ler rapidamente:

“As coleções biológicas existentes nas instituições de ensino e pesquisa do País formam um patrimônio de informação e conhecimento de mais de 130 anos de pesquisa sobre a fauna, a flora e a microbiota brasileiras, constituindo, respectivamente, acervos de cerca de 26 milhões de espécimes animais, 5 milhões de exemplares de plantas e 80.500 cepas de microrganismos.

Esses acervos têm crescente importância científica, econômica e educacional, além de grande potencial para apoiar a elaboração de políticas públicas voltadas ao uso sustentável de recursos naturais do País.”

Nos últimos 20 anos, Sr. Relator, o Estado brasileiro não tem apoiado as coleções biológicas, e o Governo que V.Exa. elegeu, o Governo do Presidente Lula, recuperou esses programas. Seu trabalho é pesado, duro, as pressões são enormes, sei que sua assessoria é brilhante, mas talvez não saiba, como também eu não sabia, da importância dos acervos biológicos, que conheci depois de receber a visita dos técnicos do Ministro Eduardo Campos. V.Exa. destinou ao programa 1 milhão de reais. V.Exa. é um homem inteligente. Faça um apelo ao paizão, Senador Romero Jucá, e destine 10 milhões de reais para esse programa.

Por último, outro destaque da Comissão de Ciência e Tecnologia, para dar apoio à biotecnologia no Nordeste.

Não sabia que seu Governo a estava recuperando. Somos do Sul. Lá, não sofremos com a seca. Isso é muito raro. Em Chapecó — não sei se é o Município de V.Exa. — teve uma no ano passado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No Nordeste, temos um programa maravilhoso na área da biotecnologia. Não é da Monsanto, nem da Votorantim. É do seu Governo, que recuperou esse programa. Destine a ele 10 milhões de reais. Tire um pouco do rico e aquinhoado Ministério da Educação e destine ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Deputado Carlito Merss, que V.Exa. tenha sucesso com o paizão, Senador Romero Jucá. É muito pouco, com significado extraordinário para todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o nobre Deputado José Chaves.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, antes de entrar no mérito da defesa de um destaque, quero fazer coro com tantos outros que analisaram em termos globais e criticaram o relatório do Deputado Carlito Merss.

Quero iniciar esta discussão discordando da nobre Deputada que deu enfoque eminentemente universitário, e merece todo respeito. Nenhum país vai conquistar soberania e desenvolvimento sem investir na universidade, no ensino. Disse S.Exa. que estava acima do Parlamento ou que estava pensando na condição de professora universitária, de cidadã. Concordo com tudo, menos passar por cima da função do Parlamentar. Exercemos uma função pública. Para isso, temos de ter espírito público.

É coerente que a grande maioria, com todo respeito ao ensino universitário, entenda que saúde, habitação, saneamento, segurança pública são questões tão fundamentais quanto educação. Talvez o cidadão, sem ter como se transportar, não possa ir à universidade, muito menos ao colégio.

Esse tema precisa ser discutido profundamente.

Voltemos à função desta Casa. Esta é uma Casa eminentemente política. A nossa visão deve ser a do Parlamentar, que defende sua instituição dentro do espírito público, no papel de homem público.

Portanto, meu caro Deputado Carlito Merss, quero fazer coro com todos que estão discordando do percentual de quase 40% para as emendas parlamentares e de 60% para as emendas de Comissão. O raciocínio de que as Comissões têm maior profundidade não é aceito pelos Parlamentares. O raciocínio de que só os Parlamentares conhecem as verdadeiras necessidades dos seus Estados, parece-me correto.

Esta Casa precisa ter cada vez mais espírito público para defender a educação sem sair de sua função parlamentar. Do contrário, ficaremos presos à questão das universidades. Não estamos no setor acadêmico. Estamos um pouco mais além.

Para encerrar, quero dizer ao Deputado Carlito Merss que emenda pedida pelo Ministro Eduardo Campos, de 50 milhões de reais, não pode ser atendida em 1 milhão de reais.

O Ministro da Ciência e Tecnologia fez a solicitação à sua bancada, foi feita uma discussão política na bancada, foi feito um pleito, que foi atendido apenas com o valor de 1 milhão de reais. É menos do que qualquer emenda individual.

Fica registrado o meu protesto. Ao mesmo tempo, apelo para que se atenda a essa emenda. Estamos visando ao apoio à pesquisa e à inovação, para promover o desenvolvimento social.

A atuação do Ministro engrandece o Estado de Pernambuco. É um jovem atuante que quer o progresso. S.Exa. não se conforma que uma emenda destacada pela bancada do seu Estado seja aviltada dessa maneira. Portanto, faço um apelo para que seja reavaliada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de abordar os temas em debate na Comissão, quero agradecer ao Deputado Abelardo Lupion a correção de erro que havia no relatório da Área Temática X — Planejamento e Desenvolvimento Urbano, ou seja, o corte de recursos para o metrô de Belo Horizonte.

Vou falar novamente de cortes orçamentários. A Universidade Federal de Minas Gerais tem um conjunto de prédios no centro de Belo Horizonte. São prédios antigos e bem localizados. A idéia inicial era negociá-los com a Prefeitura. Seria necessário um financiamento por parte do BNDES para a Prefeitura adquiri-los. A Lei de Responsabilidade Fiscal impede esse tipo de acordo. A solução encontrada foi a compra dos prédios pela União. Depois de fazer um levantamento, a União comprou os prédios da universidade. Os recursos que a universidade



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

recebeu mediante essa venda vão viabilizar a construção de novos *campi*, principalmente da Escola de Engenharia e da Faculdade de Ciências Econômicas.

Esse é o acordo. Creio que o critério adotado foi o linear. No entanto, houve um corte de 4 milhões, 716 mil e 540 reais, que praticamente inviabiliza esse projeto. Faço um apelo a V.Exa. para que corrija esse erro.

Agora quero fazer um comentário mais geral sobre o relatório de V.Exa. A valorização das emendas de Comissão é algo de que V.Exa. deve se orgulhar. As emendas de Comissão são as emendas do Brasil, dos grandes projetos. Valorizo essa questão. O que houve foi uma enorme distorção, nobre Deputado Carlito Merss. Tenho aqui o relatório sobre Minas Gerais. Apresentamos 9 emendas para o DNIT. Cada estrada recebeu 30 milhões de reais; e 2 emendas de adequação receberam, para construção e pavimentação genérica, 5 milhões de reais cada uma.

Apresentamos outras emendas de bancada. Uma delas se refere à instalação de um ciclotron anexo a um tomógrafo PET — Positron Emission Tomography. É uma tecnologia nova para identificação de câncer com o uso de tomógrafo por emissão de positrons. Existem 5 equipamentos desse tipo no Brasil, todos instalados no Rio de Janeiro e em São Paulo e em entidades privadas. Estamos propondo a instalação de um tomógrafo PET numa entidade pública de Minas Gerais. Goiás também se empenha nisso. Teríamos de fazer um ciclotron para produzir radioisótopo de meia vida curta.

Portanto, é um projeto interessantíssimo. Fiquei orgulhoso porque, da minha bancada, 48 Deputados apoiaram esse projeto. Um deles pensou se tratar de uma rádio comunitária, mas isso já passou. (*Risos.*) Foi uma surpresa para mim ver um projeto dessa grandeza ser contemplado com apenas 2 milhões de reais. Para estradas foram destinados 30 milhões de reais; para a produção de rádio-isótopo, 2 milhões de reais; para as universidades públicas de Minas Gerais, 5 milhões de reais; para o CDTN, 2 milhões de reais; para os Centros de Vocação Tecnológica, 2 milhões de reais; para os CEFET, 5 milhões de reais; para a inclusão social, 1 milhão de reais.

Sorte da bancada, que viu com clareza a necessidade de um exame coletivo de todas essas emendas e de um critério mais proporcional. Encaminhamos nossa análise ao Comitê de Emendas, com a assinatura de todos os Líderes, e propusemos a diminuição dos recursos para as estradas.

É evidente que no processo de elaboração do Orçamento algumas áreas receberam muito mais recursos do que outras. Como foram definidos os critérios para tal procedimento? Será que a área de Ciência e Tecnologia, as universidades e a educação básica não merecem recursos maiores em virtude de seu aspecto estratégico? Sei que são necessários investimentos em infraestrutura. Aliás, todos os investimentos são necessários neste País. No entanto, é preciso combinar essas prioridades.

Sr. Relator, fizemos uma série de destaques. Sei que todos serão transferidos para o Relator-Geral. Chamo a atenção de V.Exa. somente para a necessidade de fazermos já a correção do relatório, no que diz respeito ao corte de recursos destinados à UFMG, aproveitando a oportunidade para discutir a importância dessa Área Temática de que V.Exa. é o Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o nobre Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Carlito Merss, inicialmente, vou passar às mãos de V.Exa. os 14 destaques, de nºs 157 a 171. Neles peço a recomposição dos cortes orçamentários relativos ao Ministério da Ciência e Tecnologia. São recursos destinados a importantes projetos do Governo, principalmente para a Base de Alcântara e o lançamento de foguetes espaciais. Esses projetos científicos não podem sofrer 1 centavo de corte; eles já estão calculados para tal prática.

Aqui estão vários Deputados da bancada do Nordeste, que, durante a Constituinte, juntou-se às bancadas do Norte e do Centro-Oeste e conseguiu cortar em 3% a arrecadação fiscal da União para desenvolvimento dessas 3 regiões. É uma bancada que se reúne todas as quartas-feiras, sob o comando do eminente Deputado Roberto Pessoa, para discutir o desenvolvimento do Nordeste. Quanto ao Rio São Francisco, fala-se sobre a desertificação e, principalmente, sobre o problema educacional na região.

Essa emenda da bancada do Nordeste propõe a destinação de R\$200 milhões para a área de biotecnologia. Fiquei muito animado, Deputado Carlito Merss, quando soube que V.Exa. indeferiu o pedido das bancadas estaduais e atendeu, com os recursos disponíveis, as emendas de Comissão. Infelizmente, a bancada do Nordeste foi atendida com R\$1 milhão. Sei que V.Exa.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

não terá mais condições de nos atender, por isso, solicito que faça essa indicação ao Relator-Geral. Somos mais de 100 Deputados do Nordeste.

O *campus* da Universidade Federal do Vale do São Francisco em Petrolina é novo — acredito que o Deputado Osvaldo Coelho tenha falado a respeito disso com V.Exa., Sr. Relator —; foi inaugurado no ano passado. V.Exa. destinou a ela R\$5 milhões. Gostaríamos que fossem previstos alguns recursos a mais.

Apresentamos o Destaque nº 153, que trata de recursos para pesquisa na área de meio ambiente — a emenda da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável só recebeu R\$1 milhão; e o Destaque nº 143 à Emenda nº 4, da bancada de Minas Gerais.

Por último, Deputado Carlito Merss, quero fazer minhas as palavras do Deputado José Chaves. O eminente colega Deputado Eduardo Campos, atualmente no cargo de Ministro da Ciência e Tecnologia, conseguiu a unanimidade da bancada de Pernambuco para apresentar uma emenda de apoio à pesquisa ao desenvolvimento social no Estado de Pernambuco, no valor de R\$50 milhões. V.Exa., a princípio, previa R\$1 milhão, mas ficou em R\$3 milhões. Sabemos que V.Exa. não terá mais condições de obter recursos, mas peço seu apoio: faça essa indicação ao eminente Senador pernambucano Romero Jucá, para conseguirmos pelo menos R\$20 milhões para essa emenda.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - O Senador é pernambucano?

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - É pernambucano, mas está emprestado a Roraima.

Peço a V.Exa. que faça essa indicação também, mas principalmente a revisão dos cortes relativos ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Deputado Paulo Bernardo, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Gonzaga Patriota.

Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nobre Relator-Setorial concedeu apenas R\$1 milhão para as universidades estaduais do Ceará, que enfrentam muitas dificuldades. Peço a S.Exa. que encaminhe ao Relator-Geral a Emenda nº 2, da bancada do Estado do Ceará, para acrescer esse valor e dar condições à Universidade Estadual do Ceará de melhor promover o ensino superior.

Quero também apresentar, na área do esporte, a Emenda nº 12. Espero que V.Exa. indique ao Relator-Geral a necessidade de melhorá-la, uma vez que a atendeu em R\$3 milhões. Do mesmo modo, a Emenda nº 11, do Estado do Ceará, que apóia a pesquisa, e a Emenda nº 15, que trata da implantação de espaços culturais em Fortaleza.

Quanto ao PROEP, informo que no Estado do Ceará, Município de Caucaia, um projeto existente desde 1999 até hoje não foi concluído por falta de recursos. Várias vezes tentamos aqui dar qualidade ao ensino profissionalizante realizado no Estado por meio do PROEP. Só no Município de Caucaia, que tem 29 quilômetros de praia, há 45 mil desempregados. Falta treinamento e qualificação na área de turismo. Peço a V.Exa. que veja com bons olhos esse ponto e solicite ao Relator-Geral que faça o mesmo.

Manifesto a insatisfação da bancada do Ceará quanto à emenda da universidade estadual. V.Exa. alocou apenas R\$1 milhão, muito pouco diante do que a instituição necessita e do que pode representar para o Estado na área de ensino superior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Deputado Jovair Arantes. (*Pausa.*)

Concedo a palavra à Deputada Terezinha Fernandes.

A SRA. DEPUTADA TEREZINHA FERNANDES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Carlito Merss, os temas tratados são muito importantes — saúde, saneamento, habitação e outros —, mas a educação tem papel fundamental no processo de desenvolvimento do País e de inclusão social da população brasileira, o que está sendo analisado com muito carinho por V.Exa.

Venho fazer a defesa da emenda que a bancada apresentou para a Universidade Federal do Maranhão, consciente de que as Regiões Nordeste e Norte são as mais pobres do País. O Nordeste, por exemplo, com cerca de 28% da população brasileira, contribui com pouco mais de 10% do PIB e tem condições de contribuir muito mais se forem feitos investimentos no desenvolvimento da região. Acredito que investimento em ciência e tecnologia e em educação é fundamental para que essas regiões se integrem no processo de desenvolvimento nacional.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com essa consciência e essa preocupação, e tendo em vista que o nosso Estado é o que apresenta os piores indicadores sociais, a bancada do Maranhão apresentou 4 emendas — uma para a área de ciência e tecnologia; duas para a do esporte; e outra para a Universidade Federal do Maranhão, a Emenda nº 71110006 —, além do Destaque nº 78. Entendemos que aquela universidade tem papel importantíssimo na mudança dos indicadores sociais do Estado.

O Deputado Pedro Novais já fez a defesa dessas emendas. Vou me referir especificamente à emenda para a universidade. Ela se destina à melhoria da infra-estrutura da instituição universitária e dos hospitais-escola; à construção de residência estudantil na Capital do Estado; e à ampliação do espaço físico do Campus II da UFMA, na cidade de Imperatriz, a minha cidade.

Pedimos a V.Exa. empenho para que tratemos os desiguais de forma desigual. Não podemos dar ao Estado do Maranhão — que apresenta a pior situação social e econômica do País — o mesmo tratamento dado aos Estados do Sul ou do Sudeste. Pedimos seu apoio para mudar o relatório setorial. A mudança de R\$5 milhões para R\$8 milhões ou R\$10 milhões vai fazer uma diferença muito grande para o Maranhão.

Quero elogiar o trabalho de V.Exa., que respeitou os anseios dos Deputados e contemplou a necessidade do País de se voltar para as desigualdades regionais. O Governo precisa de recursos para implementar o desenvolvimento dessas regiões. É importante o trabalho de V.Exa. de destinar mais recursos para as emendas de Comissão, sem desconsiderar, logicamente, os anseios dos Deputados. Temos uma visão localizada do meu e do seu Estado, mas o País precisa ser visto como um todo. O trabalho de V.Exa., com o apoio da Comissão e da sua assessoria, é muito importante para o Brasil neste momento.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, são 02h22min da madrugada. Ainda temos de apreciar 3 relatórios setoriais. Se não houver tempo predeterminado para a manifestação dos Parlamentares, votaremos o último relatório às 9h.

Proponho a V.Exa. que peça aos Deputados que sintetizem a manifestação em 2 minutos, e ao Relator que dê sua resposta aos Deputados em 3 minutos. (*Palmas.*) Era essa a proposta que gostaria fosse votada na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado João Leão, o tempo regimental é de 5 minutos. Na verdade, não estamos observando-o porque desde o início não fizemos isso. Se houver concordância do Plenário, esta Presidência começará a fiscalizar o tempo.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sim, há um acordo de bancada, das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - V.Exa. sugere 3 minutos para cada Parlamentar?

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Não. Sugiro 2 minutos para os Parlamentares e 3 minutos para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A Presidência vai alertar os Parlamentares para se aterem aos 2 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Sr. Presidente, poderíamos abrir uma exceção para o Deputado Carlito Merss, porque S.Exa. pode precisar de 5 minutos ou mais. Os demais Parlamentares se enquadrariam nesse procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Nazareno Fonteles, já enquadrado na nova regra.

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES - Sr. Presidente, caro Relator, que já entende das necessidades do Piauí, temos uma única emenda de bancada, na área do esporte, exatamente por haver carência muito grande no Estado, na Capital e no interior.

O Comitê de Emendas, de certa maneira, já fez um acordo. Precisamos dobrar o valor que conseguimos no Comitê de Emendas. Se dobrarmos, vamos comemorar depois.

Além disso, gostaria que V.Exa. contemplasse a emenda da bancada do Nordeste. Trata-se de um acordo de que V.Exa. já tomou conhecimento.

Quanto ao resto, estamos satisfeitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro, por 2 minutos.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Sr. Presidente, para cooperar com a proposta do Deputado João Leão, já que S.Exa. é Presidente do Comitê de Emendas, abro mão da minha inscrição. (*Palmas.*)



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Deputado Carlito Merss, por 5 minutos. Conforme propôs o Deputado José Chaves, esta Presidência terá tolerância. S.Exa. dispõe desse generoso tempo para a sua resposta.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, Deputado João Leão, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Jovair Arantes, Deputada Professora Raquel Teixeira, quando elaborei, junto com a nossa Assessoria, este relatório setorial, vi com muita clareza o risco que corria.

É lógico que estamos tentando desmontar ou rediscutir o conceito desta Casa. Estou aqui há 6 anos, Deputado Sérgio Miranda, talvez até me espelhando no exemplo de V.Exa. Aprendi nesta Casa que, antes de ser Deputado de Santa Catarina, sou Deputado do Brasil. É muito difícil fazer isso, e entendo os anseios de V.Exa. Por isso, fizemos mudanças no relatório. Em algum momento vamos ter de entender que vale mais a pena lutar para defender um programa de governo, discordando ou não dele, como vi agora há pouco, durante a discussão sobre a área de saúde — e não vou entrar no mérito da questão, Deputado Gonzaga Patriota, cujo nome já diz tudo —; é muito mais importante ter dinheiro para o programa, Deputada Laura Carneiro, e brigar para que seu Estado seja contemplado, do que o que eu vi aqui em 6 anos.

Deputado João Leão, sejamos francos: durante esse período, presenciei a pulverização dos recursos. É óbvio que cada um, no seu Estado, diz que brigou por recursos. No entanto, se são desmontados os programas, R\$1 milhão, R\$2 milhões ou R\$3 milhões que conseguimos não adiantam muita coisa. É só observar, neste Governo e no anterior, de que participei, a execução orçamentária.

Estou um pouco frustrado, não nego. Quero agradecer a V.Exas. as muitas manifestações de apoio, mas quero pedir licença ao Deputado Gilmar Machado, do PT, para reiterar o que disse a Deputada Professora Raquel Teixeira, do PSDB. S.Exa. sentiu minha angústia, ao pegar o relatório e mudar os valores de 1 para 2, de 3 para 4, por exemplo. Mas estamos numa democracia, e eu entendo isso. Também tenho de dar justificativas à minha cidade, em Santa Catarina, para a qual também não destinei recursos, embora eu entenda que esse não seja o papel de um Deputado, pelo menos não desta forma.

Tomemos como exemplo o CNPq, que tem um programa com o qual vai lutar para que, ao final de 2006, tenhamos 10 mil doutorandos no País. Se não apostarmos nisso, como a Coréia, a China e outros países estão fazendo, não vamos sair da situação em que estamos. Vejam bem: conseguimos alocar R\$40 milhões, mas com o acordo de 20% sobraram R\$32 milhões. Não sei se isso vai resolver muita coisa.

Da mesma forma, os Programas Inclusão Digital, Casa Brasil, Fome de Livro, Ponto de Cultura e PROEP, Deputado Alex Canziani. É muito angustiante para mim essa situação. Sou professor de escola técnica e sei que estamos pagando juros por projetos e convênios assinados no Governo Fernando Henrique Cardoso, porque não havia contrapartida, o que é uma pena.

As Regiões Norte e Nordeste, principalmente, precisam de escolas técnicas para qualificar os jovens e ajudá-los a atuar na área do turismo. Alguns Estados estão provando que têm excelente capacidade em algumas áreas. Se não tivermos técnicos, nada conseguiremos. O Governo Lula está preocupado com essa situação. O Presidente da República disse, há poucos dias, que o País está voltando a crescer e que não temos técnicos para atender à demanda atual, ainda muito pequena.

A minha vontade, portanto, foi enfatizar essas áreas, assim como os CEFETs e a ANDIF. De que maneira vamos ampliar o número de universidades federais, os campi? Como vamos interiorizar as universidades federais, se não apostarmos em qualidade? Temos conhecimento dos problemas enfrentados por quem se aposentou.

Eu aceitei o acordo, Senadora. Muitos programas vão ser prejudicados. Não vai adiantar, infelizmente, pelo que entendo, aumentar em R\$1 milhão a dotação de R\$1 milhão ou de R\$2 milhões, porque não vai resolver o problema. Eu acatei o acordo, repito, mas vou fazer muitas recomendações ao Relator-Geral. Boa parte dos recursos que temos de tirar do programa vamos tentar recuperar junto aos Ministérios.

A Relatoria do PT já deveria ser, pelo segundo ano consecutivo, da área de infra-estrutura. Fiquei feliz neste mês porque tive contato com educação, ciência e tecnologia, cultura e esporte. Aprendi muito. Sem pretensão de desmerecer os demais Ministros, a meu ver, o Ministro Eduardo Campos fez um trabalho belíssimo. Nenhum Ministério fez tanto *lobby* quanto o dele. Eu diria que foi o bom *lobby*, porque o *lobby* não é algo ruim. Isso ocorreu em diversas Comissões e bancadas. E o que mencionaram o Deputado Sérgio Miranda e outros Deputados é impressionante.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Estou muito feliz por perceber bancadas estaduais incluindo emendas na área de ciência e tecnologia. Isso representa um avanço. Qual é normalmente o objetivo? Estrada e estrada. Mas não é assim que deve ser. Foi muito bom o que houve aqui, e estou muito feliz.

Pelas questões específicas, Deputada Laura Carneiro, vamos brigar. Trata-se de um programa que depende da integração entre Prefeituras, Governos Estaduais e Governo Federal. Não vamos passar o vexame de fazer um mau programa.

O Deputado Ricardo Barros mencionou a questão do ginásio. Nós atendemos 74 emendas e alocamos R\$1 milhão.

O Deputado Alex Canziani manifesta uma preocupação que também é minha.

Agradeço à Deputada Professora Raquel Teixeira, de postura republicana, os 4 destaques. Vamos encaminhá-los.

Deputado Tarcisio Zimmermann, não poderia deixar de mencionar o ensino. Quanto aos CITEC, aumentamos os recursos para R\$1 milhão. Agora é preciso buscar o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Deputado Sérgio Miranda, quanto às universidades federais, quero dar uma explicação. Esse corte linear não foi do Relator-Setorial, mas da Comissão. Infelizmente, no caso de Minas Gerais, trouxe uma complicação à parte, mas vamos tentar resolver a questão dos prédios públicos.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Não podemos esquecer a implantação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sim, a implantação da Universidade de Mato Grosso do Sul, que está difícil de ser concretizada.

Deputado Sérgio Miranda, quanto àquela emenda, aumentamos em R\$1 milhão, mas sei que não resolve, por experiência própria.

No mais, o critério foi este: num primeiro momento, 40 e 60. Entendo que a solução foi razoável.

Quero agradecer a todos os Líderes por terem respeitado a minha posição. Agimos corretamente no embate e no debate. Fiquei feliz porque todos entenderam que usei um critério. Mesmo que seja discutível, é um critério. E eu o usei com toda a transparência e a tranquilidade. O que for possível encaminhar ao Relator-Geral nós encaminharemos.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Não era minha intenção intervir, nobre Relator, Deputado Carlito Merss, mas não sou daqueles que entendem que a gratidão é a esperança do dever cumprido.

Fui Líder do Presidente Fernando Henrique e só sairia daqui feliz, se V.Exa. apontasse nominalmente quais foram os erros que seu Governo cometeu. Acusações genéricas, para mim, não funcionam. Nós estamos numa Casa de leis e de homens responsáveis.

Eu gostaria que V.Exa. mencionasse, literalmente, para que a Nação ouvisse, os erros que imputou ao Governo Fernando Henrique Cardoso, do qual fui Líder e me orgulho muito. Eu fico complexado de saber que o Governo anterior interferiu na perfeição do seu relatório. Daí por que eu gostaria que as coisas ficassem claras.

É comovente ouvir, pelo celular, de minuto a minuto, pessoas de todas as partes do Brasil que ligam para dizer que estão acompanhando o que se discute aqui nesta noite. Seremos levianos e irresponsáveis se simplesmente fizermos acusações, sem detalhá-las.

Como sei que V.Exa. é um homem público respeitado, por quem tenho a maior admiração, gostaria que essas acusações contra um governo do qual participei e que fez a transição mais pacífica e democrática de toda a história deste País ficassem bem claras, para registro nos Anais desta Casa.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Senador, com todo o respeito, posso até estar enganado...

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Quanto a mim ou ao ex-Presidente Fernando Henrique?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - A única menção...

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Eu queria que V.Exa. deixasse bem claro se diz respeito a mim ou ao ex-Presidente Fernando Henrique.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Republicanamente, ao ex-Presidente Fernando Henrique.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - A única menção que fiz — e peço que me corrijam, se estiver enganado —, quando comentei a preocupação do Deputado Alex Canziani, foi a de que boa parte dos convênios e dos empréstimos do BID relativos ao PROEP está sendo... Até porque os Governos Fernando Henrique e Lula... Espero que neste ano comecem a utilizar esse dinheiro para a ampliação dos PROEP. Estamos pagando taxa de permanência desde o Governo anterior.

Foi só isso o que mencionei. Não fui desrespeitoso.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Eu queria clareza quanto ao erros do Governo Fernando Henrique. V.Exa. está tergiversando.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Não, Senador, mas não vou entrar nessa discussão.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - V.Exa. vai ter de entrar ou, então, não se vota mais nada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Senador...

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - V.Exa. é um homem público e tem sob sua responsabilidade um relatório importante para esta Casa. Eu não admito esse tipo de ilação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Senador Heráclito Fortes, o Deputado Carlito Merss está esclarecendo o assunto. Como V.Exa. levantou uma questão de ordem, posso me manifestar também.

O Deputado Alex Canziani, quando fez sua intervenção, lamentou que um empréstimo do BID para um programa de educação profissional ainda não tenha sido implementado e que estejamos pagando taxa de permanência. O Deputado Carlito Merss só mencionou isso, portanto, não falou de nenhum erro. Repito: não foi mencionado nenhum erro.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Não, Presidente, o ex-Presidente da República foi citado nominalmente. Se esse programa não foi implantado até agora, os erros do Governo passado, passados 2 anos, juntam-se à incompetência do atual, que não o viabilizou.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Pois é.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - O que é isso?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Mas eu disse isso.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Vamos analisar a questão.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - *(Inaudível.)* ...do Governo passado. É isso mesmo.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - O Governo atual não viabilizou e não denunciou. Ele está pagando por incompetência e inoperância. Não aceitamos isso.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por 1 minuto apenas, só para esclarecer.

O PROEP foi criado no Governo Fernando Henrique Cardoso. O Ministro Paulo Renato começou a revolução das escolas profissionalizantes. Dezenas e dezenas de convênios foram assinados e implantados. Foram deixados em caixa mais de 500 milhões de dólares. O Governo que entrou suspendeu, como disse o Deputado Alex Canziani, muitos convênios.

Talvez porque nós, da Frente Parlamentar, tenhamos insistido tanto no ano passado e neste, tenha começado uma ação em resposta às nossas. O programa foi suspenso nos últimos 2 anos. No Governo anterior funcionou. Graças a Deus, o Presidente Lula acordou e o está retomando. Tenho plena confiança de que S.Exa. vai ativá-lo outra vez. Mesmo que o Orçamento seja anêmico, é possível fazer uma transfusão.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Concordo.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Só 1 minuto, Deputado.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Concordo plenamente com o que foi dito aqui. O Presidente Fernando Henrique manteve um Ministro no cargo durante 8 anos. O Presidente Lula, quando o Ministro da Educação estava em Portugal, por telefone o demitiu.

Esses fatos precisam ficar bem claros para que não transformem os erros do passado em Geni. Isso nós não vamos aceitar.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Só 1 minuto, Deputado João Leão.

O assunto já foi levado ao debate. Não há questão de ordem a ser resolvida.

(Não identificado) - Nós estamos numa Casa política, vamos encerrar isso.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Por favor, permitam-me concluir.

Conforme estabelecido no art. 8º, alínea “o”, do Regulamento Interno da Comissão, declaro inadmitida a Emenda nº 60.090.001, da Comissão de Legislação Participativa do Senado Federal, sugerida pelo Relator.

Como não há mais quem queira discutir essa Área Temática, a discussão está encerrada, bem como o prazo para apresentação de destaques.

Vamos passar à apreciação do relatório setorial da Área Temática VIII — Trabalho, Previdência e Assistência Social. Relator: Senador Sibá Machado.

A Deputada Laura Carneiro é a primeira oradora inscrita.

Lembro que o relatório setorial e a errata já foram apresentados. Estamos iniciando a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques, que será encerrado ao término do debate.

Tem a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Meus cumprimentos ao nobre Sr. Presidente e ao Sr. Senador Sibá Machado, que parableno pelo trabalho que fez com os poucos recursos de que dispunha, principalmente para a área de assistência social, tema importante para nós.

Exatamente em função dos poucos recursos, a Comissão de Participação Legislativa da Câmara dos Deputados apresentou uma emenda, e apresentamos 2 destaques, de nºs 9 e 22, à Emenda nº 50.340.005, que trata dos deficientes físicos. Portanto, recursos para o Serviço de Proteção aos Portadores de Necessidades Especiais.

Na verdade, o meu pedido é simples. V.Exa. sabe do drama em que vivem os portadores de necessidade especial no País. Peço a V.Exa. que, de alguma maneira, aumente os recursos ou indique ao Relator-Geral, se não tiver mais recursos, o aumento dos valores destinados a esse programa tão importante para a área de assistência social. Tenho certeza de que, se V.Exa. puder, fará com que a emenda da Comissão de Participação Legislativa desta Casa seja acatada.

É apenas isso, agradecendo a V.Exa. por todo o trabalho desenvolvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputada Laura Carneiro.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Serei breve na homenagem ao Senador. Já pedi pelos pobres do Rio Grande e acho que S.Exa. vai atender ao meu pedido.

Encerro aqui.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Darcísio.

Passo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Serei breve também.

Para atender aos pedidos, à maneira que os demais já fizeram, também vou recomendá-los ao Relator-Geral.

Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy pediu que registrasse de público a emenda de redação feita ao texto no que concerne à renda básica de cidadania. S.Exa. pediu que a lesse. Não vou lê-la porque tem 3 páginas, mas faço o registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Peço ao Senador Sibá Machado que distribua cópias para que cada um a leia antes de deitar-se em casa.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Cada Parlamentar faria a leitura, e ela seria registrada em plenário. Peço ao Senador Suplicy que esteja em plenário para fazer isso.

Agradeço a todos a compreensão. *(Palmas.)*

(Não identificado) - Esse é o Relator-Setorial!

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Esse é o Senado da República!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A discussão está encerrada, bem como o prazo para apresentação de destaques.

O próximo relatório é do Deputado Antonio Joaquim, para a Área Temática IX — Integração Nacional e Meio Ambiente.

O relatório setorial e a errata já foram apresentados.

Está iniciada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques, o qual será encerrado ao término do debate.

Com a palavra a Deputada Laura Carneiro, a primeira inscrita.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, se não tivessem rasgado a página da minha cópia, eu poderia iniciar. Alguém pode me emprestar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Sra. Deputada, vou conceder a palavra a outro orador enquanto V.Exa. se localiza.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É porque retiraram a página, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - É verdade.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, nobre Relator, a bancada do Rio de Janeiro apresentou 3 emendas. A primeira trata da construção de uma barragem em Miracema, para que o noroeste do Estado, região muito pobre, posse ter água; a segunda diz respeito à despoluição das lagoas do Estado, especialmente as de Saquarema, Juparanã e da Região dos Lagos, enfim, de várias lagoas que têm de ser recuperadas por um consórcio já existente, presidido pelo Prefeito de Rio das Ostras, e a terceira é sobre a macrodrenagem e microdrenagem nos Municípios da Baixada Fluminense.

O Sr. Relator concedeu 7 milhões para cada emenda. Queremos apenas, Sr. Presidente, a ampliação dos recursos destinados à Baixada Fluminense, a região com maior número de habitante, e também a ampliação de recursos para a despoluição das lagoas do Estado, que são muitas.

Mais do que tudo, Sr. Relator, gostaria de entender o critério utilizado. Verifiquei o seguinte: São Paulo apresentou 6 emendas e obteve 42 milhões; Roraima apresentou 3 emendas e obteve 42 milhões; Piauí apresentou 9 emendas e obteve 96 milhões; Tocantins apresentou 4 emendas e obteve 64 milhões; o Maranhão, tão querido por V.Exa., apresentou 2 emendas e recebeu 32 milhões; mas Rio de Janeiro apresentou 3 emendas e obteve 21 milhões.

Gostaria que V.Exa. me explicasse qual o critério para decidir quantos milhões serão destinados para cada Estado e quantos milhões foram destinados para cada emenda. Se V.Exa. me convencer de que o critério foi justo, fico calada. Eu apenas quero entender. Eu e os outros Deputados temos o direito de entender o critério, da mesma maneira que tentamos entender o critério adotado por todos os Relatores.

Essa é minha pergunta e o pleito de ampliação dos valores destinados ao Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, Sr. Relator, apresentei, como membro da bancada do Estado do Piauí, 3 destaques: o Destaque n.º 11 à Emenda n.º 10; o Destaque n.º 12 para reposição da Barragem Piaus — foram cortados 900 mil — e o Destaque n.º 141.

O mais importante destaque, Sr. Presidente, Sr. Relator, é o Destaque n.º 141. O Governo Federal resolveu suspender o andamento de quase todos os projetos de irrigação do Nordeste. Cito aqui 2 grandes projetos do Piauí: Platôs de Guadalupe e Tabuleiros Litorâneos — 2 do Maranhão e 2 do Estado do Ceará, os grandes projetos administrados pelo Governo Federal.

Alega o Governo que não tem dinheiro para a conclusão desses projetos ou das etapas seguintes, mas encaminhou a esta Casa pedido de quase 900 milhões de reais para a transposição do Rio São Francisco, e V.Exa., Sr. Relator, cortou aproximadamente 300 milhões.

A transposição do Rio São Francisco, Sr. Relator, é o projeto mais controvertido do País. Eu tenho em mão artigo do Governador Miguel Arraes contra a sua execução, assim como vários artigos do *Correio Braziliense*, do *Estado de S. Paulo* e de outros jornais, e há várias ações em Sergipe e Bahia também contra a transposição do Rio São Francisco.

Sr. Relator, estou propondo que seja anulada, totalmente, a transposição do Rio Parnaíba, uma vez que não tem anteprojeto, não tem RIMA, não tem licitação e os recursos a ela destinados que ainda não foram cortados sejam redistribuídos entre as emendas de bancada da integração nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Sr. Deputado.

Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Parabéns pelo relatório, Deputado Antonio Joaquim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Sr. Deputado.

Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, quero apenas que V.Exa. indique ao Relator-Geral a Emenda n.º 007, da bancada do Ceará — infra-estrutura hídrica para os Municípios do Estado. O Ceará possui Municípios pobres e necessita de maior quantidade possível de recursos, além dos 10 milhões que V.Exa. destinou.

Sei das dificuldades existentes no tocante à destinação de mais recursos. Quero apenas que V.Exa. encaminhe ao Relator-Geral a indicação de aumento de recursos para essa emenda e também para Emenda n.º 001, do Açude Castanhão.

É o meu pedido ao nobre Relator, ao tempo em que o parabenizo pelo relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente, quero apenas agradecer ao Deputado Antonio Joaquim por sua atenção de nos receber em seu gabinete e pedir, em nome da bancada de Goiás, que S.Exa. indique ao Relator-Geral a questão da irrigação do Centro-Oeste.

O Centro-Oeste precisa — está na Constituição — de 20% dos recursos destinados à irrigação, e não estamos sendo contemplados com esse percentual, mas com menos de 10%. Faltam vinte e poucos milhões de reais para o Centro-Oeste ser atendido.

Gostaria, portanto, que fosse indicado ao Relator-Geral a necessidade de atendimento desse preceito constitucional. O Nordeste tem, o Norte tem e o Centro-Oeste também. Só queremos os 20%, preceito constitucional aprovado por esta Casa e prorrogado por mais 10 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Relator, tenho 2 destaques — o de n.º 83 e n.º 84 — que visam à recomposição de recursos para o Rio São Francisco.

O Destaque n.º 91, da Comissão da Amazônia, pede a V.Exa. que faça uma indicação ao Sr. Relator-Geral, a fim de conseguirmos alguns recursos da transposição para os projetos em andamento nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, pois não existem recursos no Orçamento para tanto. Esse destaque é muito importante.

Nos Destaques n.ºs 85 a 90, Sr. Relator, pedimos mais um reforço para as emendas da bancada de Pernambuco, principalmente para a Emenda n.º 005, relativo ao Destaque n.º 86, da CODEVASF. São 58 Municípios na 3ª Regional no Estado de Pernambuco. Mas V.Exa. alocou apenas 7 milhões e 800 mil reais. Pedimos uma indicação nesse destaque.

O outro é Destaque n.º 88, referente a Ipojuca, também com 7 milhões e 800 mil reais; e o último diz respeito a Pirapama, projeto para abastecimento d'água da cidade de Recife.

Parabéns pelo relatório, Sr. Relator. Que Deus o ilumine para que V.Exa. consiga esses recursos para Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Falarei muito rapidamente, nobre Presidente.

Quero indicar ao Sub-Relator uma emenda da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para o programa sobre controle, triagem e recuperação de animais silvestres contrabandeados. Essa emenda é para o IBAMA. O destaque é o de n.º 132.

Na verdade, o valor da emenda está muito aquém dos 75 milhões solicitados. A emenda prevê apenas 10% desse total — 7 milhões e 500 mil.

Como consideramos essa emenda de fundamental importância, solicitamos ao nobre Sub-Relator que faça a indicação ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Relator, apesar de conhecer as dificuldades do abastecimento d'água de São Luís, V.Exa. não contemplou devidamente a Emenda n.º 03. Por isso, faço o destaque, pedindo a V.Exa. que o encaminhe ao Relator-Geral. Peço um acréscimo de 8 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Nazareno Fonteles.

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES - Sr. Presidente, nobre Relator, que foi muito sensível à causa do Piauí, fizemos 2 destaques, o de n.º 31 e o de n.º 32.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Trata-se de duas emendas de bancada do nosso Estado que mereceram carinho especial do Governador Wellington Dias, que esteve aqui pessoalmente para pedir por elas. Os valores são os mais baixos no relatório de V.Exa.

Peço a V.Exa., cujo coração é sensível aos pleitos do Piauí, que eleve o valor dessas emendas junto ao Relator-Geral.

Era só. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Antonio Joaquim, para responder aos Srs. Parlamentares.

O SR. DEPUTADO ANTONIO JOAQUIM - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente, quero comunicar a todos o critério, atendendo a pedido da ilustre Deputada Laura Carneiro, que procuramos seguir na elaboração do nosso relatório.

Levamos muito em consideração o IDH brasileiro e as desigualdades regionais existentes, que são muito grandes.

Sr. Presidente, gostaria que os Estados do Maranhão, do Piauí e de Alagoas tivessem o mesmo IDH do Estado do Rio de Janeiro. Infelizmente, isso não ocorre.

Fizemos o relatório tendo como base principalmente o IDH e o entendimento com as bancadas, as maiores autoridades do Congresso Nacional. Procurei reunir-me com a bancada do Rio de Janeiro, mas tive dificuldades. Procurei o Coordenador da bancada, não tive condições de encontrá-lo. Mas procurei atender às bancadas, com que conversei, da melhor maneira possível.

O valor médio contemplado, no ano passado, na integração nacional, foi 4 milhões e 300 mil. Sobre esse valor jogamos o fator corretivo, o que dava, mais ou menos, 4 milhões e 800 mil. Fomos ao Relator-Geral e explicamos a ele que estávamos com dificuldades em atender aos anseios das bancadas e solicitamos recursos. Realmente, todos estávamos em dificuldades.

O que fizemos? Colocamos o mínimo de 6 milhões para atender a cada pedido de bancada. Não tivemos oportunidade de conversar com as bancadas de alguns Estados que têm o IDH maior, mas mesmo assim aumentamos em 1 milhão de reais cada uma das propostas das bancadas. Foi o que aconteceu com os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul. Enfim, procuramos atender, na medida do possível, às bancadas cujas reivindicações diziam respeito a obras que já estavam em andamento. E assim, negociando com o Relator-Geral, atendemos à maioria das bancadas.

Para as que não foram atendidas, juntamente com as reivindicações dos Parlamentares, iremos fazer as indicações e discutir com o Relator-Geral a correção de algumas distorções que porventura tenham ocorrido no nosso relatório.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Como me permite o Regimento, quero pedir o direito de réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pode fazê-lo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Obrigada, Sr. Presidente.

Queria apenas enfatizar ao Relator alguns pontos.

Neste Parlamento, as pessoas costumam ver o Rio de Janeiro como Ipanema. O Rio de Janeiro não é Ipanema, o Rio de Janeiro não é a Barra da Tijuca.

Convido V.Exa., Sr. Relator — a bancada do Rio e eu — para passear no noroeste fluminense, onde verá o mesmo que vê no seu Estado: fome, seca, crianças nas ruas. Na verdade, o IDH do noroeste fluminense é igual ou pior do que o do Nordeste e o do Norte do País.

V.Exa. conhece Ipanema. Vou convidá-lo para conhecer o noroeste fluminense, assim como vou convidá-lo a conhecer, em Minas Gerais, o sofrido povo do Vale do Jequitinhonha, onde meninas são usadas por cinquenta centavos.

Segundo ponto, nobre Relator. No ano passado, tivemos 4 milhões e 300 mil reais por emenda. Este ano o Relator-Geral Romero Jucá dobrou o que tiveram os Relatores Setoriais. Portanto, se formos considerar isso, a bancada do Rio de Janeiro terá de ter, por emenda, 8 milhões e 600 mil e não 7 milhões. Mesmo assim estamos perdendo.

Em terceiro lugar, se V.Exa., eventualmente, não encontrou o Deputado Luís Sérgio, nosso Coordenador, o que é quase impossível, porque ele é o Líder do PT e está de plantão em todas as sessões da Câmara, o fato causa-me absoluta estranheza, como também o de V.Exa não saber que todos os dias trabalho nesta Comissão. Se V.Exa não encontrasse o Deputado Luís Sérgio, com certeza me encontraria aqui.

Então, peço a V.Exa que não só recomende, mas também envide todos os esforços para que, efetivamente, o Rio de Janeiro seja contemplado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro.

O nosso partido fez uma boa escolha na indicação para Relator do Deputado Antonio Joaquim, que apresentou um excelente relatório.

Meus agradecimentos a S.Exa. por ter atendido meu pedido.

Muito obrigado e parabéns pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem a palavra o Deputado Antonio Joaquim.

O SR. DEPUTADO ANTONIO JOAQUIM - Parabenizo a Deputada Laura Carneiro pela grande preocupação que teve em relação a seu Estado. Todos os seus colegas de Parlamento têm comentado sua preocupação. Vou fazer a defesa de sua solicitação junto ao Relator-Geral.

(Não identificado) - Sr. Presidente, recomendo ao Relator que aceite o convite da Deputada para ir à Ipanema.

O SR. DEPUTADO ANTONIO JOAQUIM - Está aceito o convite. Faço o mesmo convite a V.Exa. para que conheça as regiões pobres do Maranhão e faça a devida comparação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Deputado, por acaso, quando na CPI do Narcotráfico, visitamos várias cidades do Maranhão.

O SR. DEPUTADO ANTONIO JOAQUIM - Só foram à Capital.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, senhor. V.Exa. não sabe de nada. Pergunte aos Deputados do PFL.

(Não identificado) - A CPI percorre todos os campos de maconha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A discussão está encerrada, bem como o prazo para apresentação de destaques.

Próximo e último relatório setorial: Área Temática II - Justiça e Defesa.

Relator: Deputado Pedro Chaves. *(Palmas.)*

O relatório setorial e a errata já foram apresentados.

Conforme estabelecido no art. 8º, alínea o, do Regulamento Interno da Comissão, declaro inadmitidas as Emendas nºs 5013.0004, da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, e 5031.0001, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, sugeridas pelo Relator.

Alerto a Secretaria que a Comissão de Defesa do Consumidor mudou o nome, tendo em vista ter sido desmembrada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, mas começa com "Defesa do Consumidor".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Está iniciada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques, o qual será encerrado ao término do debate.

Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vou terminar apanhando dos Deputados, mas quero tratar de 3 emendas simples.

Primeiramente, parabenizo o Deputado Pedro Chaves pelo excelente trabalho que desenvolveu, como sempre, nesta Comissão, companheiro de tanto tempo, ao lado do Deputado João Leão.

Agora mesmo conversávamos com representantes da Defensoria Pública da União — e peço a atenção de S.Exa. para 2 emendas: uma, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado; a outra, da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, ambas do mesmo teor. Ou seja, S.Exa. poderá acatar qualquer uma delas.

São os Destaques nºs 36 e 37, que dizem respeito à assistência jurídica ao cidadão brasileiro. Sabe V.Exa., Sr. Relator, da deficiência que sofrem as Defensorias, de maneira geral. Imagine a Defensoria Pública da União.

Por outro lado, há ainda um destaque apresentado pelo Deputado Mauro Lopes que, por não se sentir bem, teve de se ausentar. S.Exa. pediu-me que defendesse o seu destaque no sentido de ampliar os recursos destinados à Polícia Rodoviária Federal.

Para que V.Exas. tenham noção da gravidade da situação, Sr. Parlamentares, basta dizer que 6 mil pessoas morrem no local do acidente, fora tantas outras que morrem apenas no trânsito. É preciso que se mude, ou pelo menos se equipe e se transforme a nossa Polícia Rodoviária Federal.

São esses os pleitos: Defensoria Pública da União e Polícia Rodoviária Federal. Tenho certeza de que V.Exa. acatará as sugestões dos Srs. Deputados.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputada Laura Carneiro.
Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, quero apenas elogiar o Deputado Pedro Chaves pelo excelente relatório que apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado.
Com a palavra o Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, temos o Destaque nº 71, sobre o qual já falei com o Deputado Pedro Chaves, exatamente o com o mesmo teor do apresentado pela Deputada Laura Carneiro sobre a Polícia Rodoviária Federal. Estamos pedindo que S.Exa. faça uma indicação para que o Relator-Geral aumente o valor.

Sr. Presidente, o Ministério do Planejamento se habituou a desrespeitar o Código de Trânsito Brasileiro, que em seu art. 320 estabelece:

“Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.”

Os guardas da Polícia Rodoviária Federal passam dias e noites fazendo autuações, com o que se arrecada às vezes até 200 milhões de reais por ano, mas o Ministério do Planejamento destina esse dinheiro para outras finalidades, ferindo a letra da lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República.

No ano atrasado, levou 68 milhões, e o Relator, Deputado Sérgio Machado, conseguiu trazer de volta esse dinheiro através de Reserva de Contingência. O eminente Deputado Pedro Chaves infelizmente não pôde trazer de volta esses recursos. Por isso, peço ao Deputado Paulo Bernardo, Presidente desta Comissão, que faça chegar às mãos do Relator-Geral, Senador Romero Jucá, esse documento — não se trata de uma indicação do Deputado Gonzaga Patriota, mas do ex-Secretário Nacional de Trânsito que encaminhou o Código de Trânsito Brasileiro a esta Casa —, a fim de que S.Exa. devolva esses 68 milhões de reais à Polícia Rodoviária Federal, para educação de trânsito e outras finalidades.

Sr. Presidente, Sr. Relator, é o pedido que faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado.
Deputado Gonzaga Patriota, o Relator-Geral já está de posse desse documento.

Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, em primeiro lugar, parabênzo o nobre Relator, Deputado Pedro Chaves, pela dedicação e maneira de trabalhar o relatório setorial.

Gostaria de pedir ao Relator Setorial que acolhesse a Emenda nº 04, de interesse da Polícia Rodoviária Federal, e o Destaque nº 85, e os encaminhem ao Relator-Geral, já que a Polícia Rodoviária Federal muito serve ao nosso País, proporcionando condição de ida e vinda nas estradas federais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Relator. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado.
Com a palavra o Deputado Davi Alcolumbre.

O SR. DEPUTADO DAVI ALCOLUMBRE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agradeço ao Deputado Pedro Chaves, Relator Setorial, a forma cortês com que me tratou quando visitei seu gabinete e a forma democrática como dividiu os recursos destinados à sua Área.

Na condição de Coordenador da Bancada do Amapá, agradeço ao Deputado Pedro Chaves o tratamento especial que dispensou ao nosso Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Deputado Pedro Chaves, parabéns pelo seu relatório. V.Exa. é um dos melhores Deputados desta Casa e honra sobremaneira a bancada do meu partido, o PMDB.

Peço a V.Exa. que dê atenção especial ao Destaque nº 87, do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho a curiosidade de saber do Sr. Relator quanto está destinado, no capítulo da Defesa, para o reequipamento da Aeronáutica brasileira.

E também, no capítulo da Justiça, quanto está destinado para aquisição de equipamentos de segurança para as grandes cidades e para bombeiros, como escada Magirus etc.

Eram as duas questões que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Com a palavra o Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente, desejo apenas lembrar, para uma descontração dos nossos trabalhos, do nepotismo existente nesta Comissão: Pedro Chaves e José Chaves, dois Sub-Relatores. Temos tantos Silva, tantos Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - José Carlos Machado, Sibá Machado.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Além de Pedro Novais.

Brincadeira à parte, gostaria de elogiar o relatório do nosso conterrâneo.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - É Hugo Chávez, Presidente da Venezuela, interferindo.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Nós, goianos, ficamos honrados com seu relatório, pela seriedade com que o elaborou. Com certeza, estou falando em nome dos 3 Deputados goianos presentes: Luiz Bittencourt, Professora Raquel Teixeira e do representante do Tocantins, Estado irmão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não havendo mais nenhum inscrito, passo a palavra ao Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, com relação à fala da Deputada Laura Carneiro, referentemente à Defensoria Pública da União, atendemos obviamente com um valor que, tenho certeza, não é suficiente para a demanda daquele órgão, mas, dentro das nossas limitações de atendimento, procuramos fazer o máximo.

Como bem disse S.Exa., faremos o encaminhamento ao Relator-Geral, para que S.Exa. possa completar os recursos que colocamos no relatório setorial. Assim, poderemos aumentar um pouco os recursos para a Defensoria Pública da União.

Com relação ao pleito do Deputado Mauro Lopes, mencionado igualmente pelos Deputados Gonzaga Patriota e Zé Gerardo — o aumento dos recursos para a Polícia Rodoviária Federal —, também dentro das nossas limitações atendemos no valor de 4 milhões de reais, mas indicaremos ao Relator-Geral, para que possa aumentar esse valor e, assim, contemplar da melhor maneira a Polícia Rodoviária Federal.

O Deputado Gonzaga Patriota se referiu aos recursos mencionados no art. 320, do Código de Trânsito Brasileiro. Na Relatoria do Deputado Sérgio Machado, S.Exa. fez o atendimento de acordo com o art. 320.

O Deputado Gonzaga Patriota apresentou esse pedido à Relatoria Setorial, mas não temos competência para fazer a alteração, que compete exclusivamente ao Relator-Geral. Esta Relatoria Setorial fará o encaminhamento favorável ao Relator-Geral, para que S.Exa. proceda à alteração, fazendo cumprir o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro.

O Senador Heráclito Fortes nos questiona sobre equipamentos para a Aeronáutica. Atendemos ao Comando da Aeronáutica, como aos do Exército e da Marinha, através de emenda para o Ministério da Defesa apresentada pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Com essa emenda, no valor de 36 milhões de reais, o Ministério da Defesa atenderá aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Trinta e seis milhões de reais?

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Para o Ministério da Defesa e mais 7 milhões de reais diretamente para o Comando da Aeronáutica.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Isso se refere à emenda?

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - À emenda.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - O acréscimo é de 36 milhões?

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - A proposta da Comissão foi de 1 bilhão de reais. Claro, é impossível.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - E quanto ficaram as duas, englobadas?

Existe um programa de reequipamento das Forças Armadas. Em anos anteriores, houve na Câmara dos Deputados e no Senado também, debate sobre o assunto, debate em que todo o País se envolveu. Trata-se de um programa de despesas continuadas. A preocupação é a seguinte:



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o valor consignado mais as emendas seria de montante tal a assegurar a continuidade desse programa?

São equipamentos de valor elevado e contratos de períodos longos. Parece-me, Senador Heráclito Fortes, que a pergunta seria: ao final, quanto teremos para dar equilíbrio a esses programas que são, por definição, de prazo mais longo?

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Deputado Virgílio Guimarães, posso assegurar...

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Posso esclarecer a intenção da minha pergunta?

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Posso esclarecer ao Senador e ao Deputado que atendemos o Comando da Aeronáutica com 7 milhões de reais e o Ministério da Defesa com 36 milhões de reais. E posso afirmar mais ainda que os recursos alocados para o Ministério da Defesa estão bem acima do percentual cortado nos investimentos da autorização do relatório preliminar. Agora, se os recursos que vieram do projeto do Executivo, com o acréscimo que demos nesta Comissão, são suficientes, não tenho segurança para afirmar a V.Exas. Mas, com certeza, a nossa Comissão ampliou os recursos para o Ministério da Defesa.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Nobre Relator, evidentemente que estamos em uma Casa de pessoas maduras. Não estou preocupado com o que se liberou no ano passado ou com o fundo social para aquisição do avião da Presidência da República. A minha preocupação é saber o que está sendo previsto neste orçamento para equipamentos de defesa.

Tivemos, recentemente, a entrada em vigor da Lei do Abate. Não adianta ter a lei aprovada se não há aeronaves propícias para colocá-la em execução.

Estranhamente, aqui embaixo, Sr. Relator, temos para a modernização e revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro 150 milhões de reais. Ora, controlar o espaço aéreo para quê, se não temos aeronaves para circulação? O espaço aéreo, que atende o SIVAM e uma série de outros programas, tem de ser compatível com a renovação de frota.

A aquisição do avião do Presidente Lula, no ano passado, foi paga adiantada e não está em jogo. A minha curiosidade é saber quanto a aviões de defesa, do tipo Tucano, para fiscalização, para abate. Estou muito preocupado com a invasão do território brasileiro, Sr. Relator, daí por que gostaria de saber o que se colocou para defesa e salvaguarda do País.

Minha preocupação aumentou quando alguém lembrou que esta Comissão está sendo comandada pelos Chaves. Imagine: com os Chaves daqui e o da Venezuela, minha preocupação fica dobrada. V.Exa. haverá de compreender.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Senador Heráclito Fortes, na proposta orçamentária do Executivo para aquisição de aeronaves há 100 milhões de reais; para modernização e revitalização de aeronaves, 110 milhões de reais. Essa é a proposta que veio do Executivo.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Para continuar o pagamento de aeronaves adquiridas ou aquisição de novas aeronaves?

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Novas aeronaves.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Estou satisfeito com a explicação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Na página 76 do relatório está "Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira", total 255 milhões de reais, e "Desenvolvimento da Aviação Civil", que é outro assunto. Então, são 255 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - São outros programas associados a esse e realmente há, nessa rubrica, 255 milhões de reais. Naquela parte específica consta 110 milhões; na outra, 100, e com os outros programas, englobados a esse, totaliza 255 milhões de reais. São outros programas no Ministério e no Comando da Aeronáutica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - É isso, Sr. Relator?

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - É isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço um esclarecimento ao Relator. A última parcela do avião do Presidente Lula, no valor de 2 milhões e 600 mil dólares, vence em janeiro. Não achei no relatório a previsão dessa verba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O Deputado Pedro Chaves vai informar depois ao Deputado Ricardo Barros em qual página está essa última parcela.

Como eu já havia declarado inadmitidas as duas emendas de Comissão, declaro encerrados a discussão e o prazo de apresentação de destaques.

Este foi o último relatório. Não há mais prazo para a apresentação de destaques.

Há sobre a mesa o Requerimento nº 14, de 2004, do Senador Antero Paes de Barros, que "*requer sejam considerados inválidos todos os atos praticados por esta Comissão após as 11h40 do*



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dia 21 de dezembro de 2004, terça-feira, momento em que teve início a Ordem do Dia do Plenário do Senado”.

O Senador Antero Paes de Barros não está presente, mas o requerimento que ele apresentou tem sustentação no Regimento. Portanto, vou acatá-lo, na forma de questão de ordem. Está acatado o requerimento.

Vamos refazer a votação de alguns PLNs.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, esse é um requerimento polêmico. Gostaria que fosse submetido a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Na verdade, Sr. Senador, é uma questão de ordem do Senador Paes de Barros.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Mas é uma decisão que esta Comissão tem de tomar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vai ser acatado.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Gostaria que fosse submetido a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Indago de V.Exa. o seguinte: quando o Presidente acata uma questão de ordem, que votação tem de ser feita?

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - *(Inaudível.)* ...porque essa questão do Senador Antero Paes de Barros eu inclusive subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Está acatada. Não há votação sobre isso.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - A minha proposta é no sentido de que seja votado o requerimento, porque na realidade ele está questionando um ato desta Comissão. E como esta é uma Casa de leis, e sei que V.Exa. é um homem bem atrelado aos princípios que regem o Legislativo, recomendo, por questão de cautela, que o requerimento seja votado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não há necessidade de votação. Já acatei a questão de ordem.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Sugiro que seja posto em votação. V.Exa. pode até não acatar...

(Não identificado) - Sr. Presidente, eu sugiro, como alternativa, que seja feita a inclusão dessa matéria na pauta.

(Não identificado) - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vamos esclarecer. Quero saber por que temos de colocar na pauta e votar.

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Eu quero entender...

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Está sendo questionado que uma ilegalidade foi cometida ou não por esta Comissão. Então, todos nós...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Senador, nós fizemos...

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - ... somos responsáveis ou não. É evidente que V.Exa. é o Presidente e condutor da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Nós fizemos, Senador...

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - ...mas acho prudente que essa responsabilidade seja dividida. É uma questão muito grave, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Mas é uma questão da competência da Presidência. A Presidência já considerou procedente a questão de ordem ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Senador Heráclito Fortes, o Senador Antero Paes de Barros está ...

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - *(Inaudível.)* ...a funcionária mais competente que a Câmara tem, mas acho prudente. Somos Parlamentares; o Brasil todo está assistindo aos nossos trabalhos. Trata-se de uma suspeição levantada por um Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não, não é uma suspeição.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não é suspeição, de jeito nenhum!

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - É uma suspeição de ilegalidade dos atos praticados, a partir do descumprimento do nosso Regimento.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Pela ordem.

(Não identificado) - Pela ordem.

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Só um minuto. Vou ler o teor do requerimento:

“Requeiro, com fundamento no parágrafo único do art.107 do Regimento Interno do Senado Federal...”

(Intervenção ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O requerimento não está dirigido a ninguém. Ele entregou...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Ele entregou o requerimento no plenário do Senado e foi remetido para cá. Então, ele requer que todos os atos — ou seja, as votações que fizemos — praticados pela Comissão Mista de Orçamento após as 11h40min de 21 de dezembro de 2004, momento em que teve início a Ordem do Dia do Plenário do Senado, sejam considerados inválidos.

Então, Senador Heráclito, estou declarando inválidos todos eles. Nós vamos...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Foi dirigido para cá pelo Presidente do Senado.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois não, Deputado.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - A partir do momento em que foi lido e V.Exa. o acatou, é uma responsabilidade muito grande para V.Exa. assumir essa decisão. Caso contrário, não precisaria nem ler. Trata-se de uma decisão única e exclusivamente de V.Exa. A partir do momento em que V.Exa. faz essa leitura, V.Exa. está dividindo a responsabilidade com esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Estou enganado ou V.Exa. pede que eu leia depois de eu ter tomado a decisão?

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - É indiferente....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O que V.Exa. queria era tomar conhecimento.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Então só li para dar conhecimento.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Só dei conhecimento.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Exatamente, isso é um documento público.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Esta é uma casa política e merece um melhor esclarecimento por parte da Presidência. O que a Presidência pretende, de acordo com esse tipo de requerimento? Parece-me que o esclarecimento é esse. É muito importante para os que estão aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vou ouvir o Deputado Pedro Novais. Na terça-feira, dia 21, votamos alguns projetos, alguns PLNs e avisos, e os mandamos para o plenário do Congresso. O Senador Antero Paes de Barros, sabendo que havíamos feito a votação e que tinha sido a partir do momento em que havia começado a sessão, pediu que fossem declaradas inválidas aquelas votações. Então, temos que refazer as votações. É isto, a decisão é esta: refazermos as votações.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Não, Sr. Presidente. Não estou pedindo para se refazerem as sessões; estou pedindo que votemos o requerimento do Senador. Talvez eu não me tenha feito entender. Peço até desculpas.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vamos ouvir o Deputado Pedro Novais.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Eu quero que seja acatado ou não o requerimento do Senador.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, esse requerimento foi apresentado por um Senador, no Senado, logicamente ao Presidente do Senado. Ele não foi apresentado a V.Exa.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Ele foi encaminhado do Senado para cá.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Posteriormente, ele foi encaminhado pelo Presidente do Senado para cá. Pode-se presumir: primeiro, que o requerimento foi deferido lá e veio para cá a fim de ser cumprido; segundo, o Senador Antero Paes de Barros não poderia dirigir esse requerimento à Comissão, já que ele não estava presente na Comissão naquele momento, nem está presente agora.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Subscrevo o requerimento do Senador Antero Paes de Barros. Se for preciso, vou até a Mesa. Mas há um erro aí: ele o dirigiu a um Senador que é o Presidente do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Pela ordem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Estou inscrito, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Para esclarecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Há 3 Parlamentares pedindo a palavra pela ordem: a Deputada Laura Carneiro e os Deputados Gilmar Machado e Ricardo Barros.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Apenas para esclarecer. O pedido do Senador Antero Paes de Barros é ao Presidente da Comissão. É assim que manda o Regimento. Ele não se dirige ao Presidente do Senado. Ele se dirigiu ao Presidente do Senado em questão de ordem; aqui ele se dirige ao Presidente da Comissão através de um requerimento em que exige o cumprimento do Regimento Interno. E o Regimento diz...

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Ele não poderia dirigir um requerimento ao Presidente da Comissão se ele não estava aqui presente na Comissão.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Mas ela estava funcionando. Ele pode, sim. Ele entrou com o requerimento. E, automaticamente, na hora em que entra o requerimento, tem que haver uma decisão. E a decisão do Presidente é no sentido de acatar o requerimento. Então, qual é o problema?

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Se esse requerimento não foi dirigido ao Presidente do Senado, é inepto.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Sr. Deputado Pedro Novais, o Presidente o legitimou a partir do momento em que o leu.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, pela ordem. Solicito a suspensão dos trabalhos por 3 minutos, para conversarmos, equacionarmos essa questão e, depois, voltarmos à normalidade dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Senador Sibá...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Eu discordo da idéia de suspensão da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de receber a atenção especial do Senador Heráclito Fortes. O que aconteceu de fato é um direito que cabe ao Senador Antero Paes de Barros de requerer ao Presidente do Senado que as votações desta Comissão fossem nulas em função de as Casas estarem trabalhando ao mesmo tempo. O Senador Antero Paes de Barros requereu que fossem consideradas nulas as votações realizadas no mesmo período de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Só para esclarecer: ele entregou aqui na Comissão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Ele poderia ter entregue aqui na Comissão ou no Senado, tanto faz como tanto fez. O que acontece com isso, de fato e de direito, regimentalmente, nesta Casa? Cabe ao Presidente da Comissão decidir se realmente o fato aconteceu ou não. E o fato aconteceu. O Presidente Paulo Bernardo reconheceu que realmente as duas Casas votaram ao mesmo tempo. Então, o que aconteceu? Ele considerou as votações que fizemos aqui nesse período nulas. E o que ele vai fazer? Pôr novamente em votação. Acabou! É um direito que cabe ao Presidente da Comissão: definir se o fato foi ou não correto, regimentalmente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Sr. Presidente, em qual horário esse requerimento chegou à Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Chegou ontem.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Não importa o horário.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Então, votamos todo esse processo diante de um requerimento que o tornava nulo?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Não votamos nada. De ontem para hoje não votamos nada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – Ah! Não estamos votando ainda?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – É claro que não. Ainda não fizemos nenhuma votação.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Não temos o que discutir. Temos de seguir realmente a orientação do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Muito bem, Senador Heráclito Fortes, está acatado na forma de questão de ordem. Então aquelas votações estão invalidadas. Vamos fazer as votações novamente.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Sr. Presidente, *data venia*, eu jamais teria conhecimento, como nenhum de nós aqui, desse requerimento. V.Exa. o tornou público, e ele questiona a legalidade da Comissão. O Deputado João Leão foi sábio quando disse isso. Mas, para V.Exa. anular as votações, como ele disse, é preciso haver a concordância do Plenário. E V.Exa. não tem vocação autoritária, tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Já consultei a Mesa do Senado e fui orientado. O Secretário Carreiro me orientou no sentido de que acatasse a solicitação na forma de questão de ordem. Já o fiz e, posteriormente, li...

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Sr. Presidente, mais uma vez reforço minha convicção: V.Exa. é um dos Parlamentares mais competentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Não tem problema. Então V.Exa. recorra da decisão.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Mas o Secretário Carreiro não é Parlamentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – V.Exa. recorra.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Essa é uma questão de um auxiliar técnico, de uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Está certo. Está acatada.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – É de V.Exa. a responsabilidade de acatar ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Já acatei.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Então solicito verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Mas não estamos votando nada.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – V.Exa. acata um documento que exige o reconhecimento do Plenário?! Então, para que o trouxe?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Eu comuniquei ao Plenário.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Mas V.Exa. traz ao Plenário um documento que coloca em dúvida a legalidade das votações realizadas por esta Comissão, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Exatamente. E acatei a solicitação do Senador.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Mas V.Exa. não tem poderes para anular votação, algo que é soberano, é de todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – As votações foram inválidas porque realizadas ao mesmo tempo em que ocorria a Ordem do Dia.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES – Essa é uma decisão monocrática, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, lembro ao Senador Heráclito Fortes o seguinte: quem diz que a votação é anulada é o Regimento. Apenas constatou-se que durante a Ordem do Dia — de qualquer das Casas, não necessariamente no Senado — houve também deliberação nesta Comissão. E isso é nulo, de acordo com o Regimento. Então, o que o Presidente fez foi apenas acatar uma solução prevista no Regimento da Casa. Portanto, a partir do



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reconhecimento de que houve deliberação nesta Comissão ao mesmo tempo em que ocorria a Ordem do Dia no Senado, as decisões tomadas aqui foram consideradas nulas.

O que o Presidente está propondo é que se refaça apenas a votação dessas matérias.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, não quero ser intransigente, mas colaborar para a rapidez dos trabalhos. Quais foram as votações que foram consideradas nulas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - São 8 votações — se contei direito. Vou citar todas.

Há um decreto legislativo, de autoria do Deputado Waldemir Moka, em que foi preciso fazer uma correção. Votamos decreto que trata do problema da febre aftosa. Trata-se de uma medida provisória que não votamos, mas sobre a qual estamos regularizando os efeitos jurídicos.

Outra votação se refere ao relatório apresentado a uma série de avisos do Tribunal de Contas da União. Há uma votação sobre esses vários avisos.

Há o Projeto de Lei nº 116, do Ministério dos Transportes; o Projeto de Lei nº 135, que trata da alteração do Plano Plurianual; o Projeto de Lei nº 95, referente ao crédito do Ministério da Saúde; e o Projeto de Lei nº 109, que foi votado, com parecer da Deputada Rose de Freitas, mas que ficou pendente de votação de destaque.

Foram esses os projetos e relatórios que foram votados.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra, Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Estamos em processo de votação do Orçamento. Não sei se cabe pedido de inclusão de pauta dessas matérias e sua deliberação durante a votação do Orçamento. Diante da insistência do Senador Heráclito Fortes quanto à propriedade desta questão, estou apenas fazendo uma consulta se, regimentalmente, podemos interromper a votação dos relatórios setoriais e realizar essas outras votações neste momento, ou se deveríamos fazê-las ao término dos trabalhos, quando faríamos sua inclusão de pauta.

Parece-me que isso seria mais próprio, Sr. Presidente, e também menos polêmico neste momento, para que pudéssemos avançar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Ricardo Barros, V.Exa. tem razão. Informo apenas que a votação de todos esses créditos foi inválida. O termo usado pelo Senador foi "inválida". A sessão foi realizada no momento em que ocorria a Ordem do Dia no Senado.

Opotei por colocar em votação antes dos relatórios. Consultei, antes de retomarmos hoje a reunião, a Deputada Laura Carneiro, o Deputado Alberto Goldman, inclusive o Senador Heráclito Fortes, sobre a necessidade de se fazer a votação desses créditos. Entretanto, se não há acordo sobre isso, podemos retomar a votação dos relatórios setoriais, lembrando que esses créditos ficarão pendentes de votação. Eles não foram votados. Portanto, a votação ficou inválida. Mas o Senador Heráclito Fortes há de concordar que foi consultado, antes de iniciarmos os trabalhos hoje, sobre a votação desses créditos.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Concordo plenamente. Inclusive, deixei sobre a mesa de V.Exa. uma relação daquilo que o meu partido, do qual sou um escravo — nunca pensei sofrer tanto nesse meu regime de escravatura, estar aqui às 3 horas e 46 minutos, dentro das minhas limitações, sob o açoitado das Lideranças que me cobram limitações nas aprovações. E não só sobre esse, como também de mais 3 créditos. Infelizmente, V.Exa. me ponderou que não pode cumprir o acordo porque tem de avançar mais e que amanhã a votação deveria estar concluída. Como tenho limitações, e V.Exa. não as possui porque é Governo, na minha insignificância de representante da Oposição declaro que não há consenso para votação alguma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Neste caso, vamos suspender a reunião e convocar a retomada...

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - A sugestão que dou é no sentido de que qualquer reunião seja realizada após o encontro dos Governadores, porque isso será fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Temo que isso não seja possível, Senador, e por uma razão muito simples: a reunião com os Governadores está marcada para às 15 horas, fora do Congresso — 17 horas, corrija-me a Deputada Laura Carneiro —, e a convocação extraordinária está marcada para encerrar-se neste dia 23, não sei se à meia-noite ou às 18 horas. O Senador José Sarney já me informou que concorda em fazer a prorrogação da convocação para o dia 30, desde que estejam votados os relatórios setoriais. Portanto, marcar para depois é pedir ao Presidente José Sarney que não prorrogue.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, fiz todo um esforço, assumi até compromissos em alguns itens, sem consultar o Presidente e o Líder do partido. Mas, infelizmente, temos limitações, V.Exa. a sua e eu, a minha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - É verdade.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - A orientação que tenho do partido é de que o PFL ficará em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Então, vamos colocar em votação agora. V.Exa. faz obstrução; depois, comunicamos ao Presidente José Sarney.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Ao Presidente José Sarney e ao Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Claro.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - É uma injustiça comunicar apenas ao Presidente José Sarney. O Presidente Lula, dono do Orçamento, tem que tomar conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concordo em suspendê-la. Vamos convocar outra para ter início às 9 ou 10 horas. Mas para depois da reunião dos Governadores não será possível.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, às 10 horas da manhã vamos votar. Se não houver *quorum*, V.Exa. a suspende.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Quero fazer um apelo ao Senador Heráclito Fortes. S.Exa. foi Líder do Governo no Congresso e eu fui o seu Vice-Líder, que cuidava desta Comissão. Realmente, temos um impasse. Não me parece que a posição do Senador Heráclito Fortes mudará daqui até as 10 horas da manhã. Então, ou S.Exa. permite a votação dos relatórios setoriais e transfere sua obstrução para o plenário do Congresso Nacional, possibilitando que durante este período aconteça a reunião dos Governadores e a área técnica da Comissão possa trabalhar, ou efetivamente não teremos mais condições de votar o Orçamento neste ano. Se não votarmos até amanhã os relatórios setoriais, o Relator não poderá trabalhar durante o Natal e não teremos condições de viabilizar a solução de termos um Orçamento pronto para votar até o dia 30. E, em não havendo a possibilidade de votar até o dia 30, parece que o Senador José Sarney não aditará a autoconvocação do Congresso.

Estamos, neste momento, tomando uma decisão que pode efetivamente ser inviabilizada. Como isso não é algo que devemos fazer sem a devida reflexão sobre as conseqüências. O melhor seria convocar reunião para amanhã às 10 horas, ou às 11 horas, e até lá podemos ter a possibilidade de um novo entendimento. Se não houver, efetivamente, fica prejudicada a possibilidade de votação do Orçamento neste ano e baldados os esforços de todos para este fim.

E falo isso, Sr. Senador Heráclito Fortes, como ex-Líder do Governo, como V.Exa. foi, e como ex-Líder do Governo nesta Comissão. Por alguns anos, no período em que fui Líder, quando assumi a Comissão, o Orçamento não era votado no ano anterior a sua execução. Depois, consegui, por 3 anos, votar o Orçamento dentro do ano, com a colaboração dos colegas.

Por isso faço este apelo, Senador Heráclito Fortes. De fato, quando éramos Governo, tivemos a colaboração dos companheiros para que o Orçamento pudesse ser votado sempre no ano anterior ao de sua execução.

Era o que tinha a registrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Ricardo Barros.

Senador Heráclito Fortes, o Deputado Ricardo Barros fez um apelo. Antes de V.Exa. se manifestar, quero dizer que endosso esse apelo. Se V.Exa. quiser refletir, ou prolongar um pouco o diálogo, é preciso que saiba que temos um problema concreto. Haverá uma reunião com os Governadores para discussão de um assunto fundamental: a Lei Kandir. Acredito que podemos chegar a um acordo que viabilizaria a continuação da votação do Orçamento na semana que vem. Só poderíamos votar na próxima semana, porque o Relator-Geral precisa ter os relatórios setoriais aprovados para apresentar o relatório final. Caso não consigamos votar os relatórios setoriais — lembrem-se de que o prazo esgota-se hoje, 23 de dezembro; e o Presidente José Sarney já me garantiu, ontem, que só prorrogaria esse prazo se eles estiverem votados —, ficaremos impossibilitados, mesmo com o acordo das Lideranças com os Governadores, de fazer a votação na próxima semana.

Eu confirmo o que disse o Deputado. O Senador Heráclito Fortes me ligou e disse que sua orientação era no sentido de que votássemos apenas 4 relatórios. Eu disse que já estávamos no último dia do prazo e que, a menos que S.Exa. estivesse na reunião, eu submeteria todos à



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

votação. E parece-me que isso é razoável, e S.Exa. há de me entender. Imaginem se eu recebo uma solicitação de não fazer as votações, e, amanhã, nem consiga completar a votação! Um grande número de Parlamentares está com passagem aérea marcada. Vamos fazer uma sessão fantasma amanhã, sem ninguém?!

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Eu estarei aqui, Sr. Presidente. Fantasma não serei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Ouvirei a Deputada Laura Carneiro, mas insisto nesse apelo. A situação é extremamente difícil. V.Exa. tem quase 30 anos de Congresso Nacional e sabe da dificuldade acerca dessa decisão.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, não sabe V.Exa. com que constrangimento estou nesta tribuna. Por ironia do destino, 10 minutos antes do telefonema de V.Exa., eu estava num jantar com alguns companheiros. Um amigo comum nosso estranhava minha disposição de estar aqui até altas horas da madrugada.

O Deputado Ricardo Barros era Vice-Líder do Governo Fernando Henrique quando era Líder. Eu nunca passei nesta Comissão. Tenho horror a isto; não é do meu estilo esta negociação. Estou aqui fazendo um sacrifício que V.Exa. não imagina. Admiro aqueles que têm vocação para discutir o Orçamento, mas não é esse o meu forte. Tenho urticária quando ouço essas discussões em que se misturam interesses públicos com interesses que, às vezes, não são públicos. A gente entra aqui e logo os lobistas nos abordam: “*E o meu, está aqui?*” Não gosto disso, tenho pavor a isso.

Sr. Presidente, estou aqui cumprindo uma tarefa partidária. Eu disse então a esse meu amigo que o que me fazia ficar aqui até essas horas era o respeito que tenho por um cidadão chamado Paulo Bernardo, um injustiçado do PT. V.Exa. merecia posições maiores. É um dos homens mais competentes desse partido. Portanto, era em homenagem a V.Exa. que eu estava nesta Comissão.

Minha tranqüilidade era tão grande, que eu me dirigi à minha residência. Vesti um pijama azul e tive a infelicidade de lhe ligar. Foi quando V.Exa. disse que não podia cumprir o acordo.

V.Exa. diz, com toda a razão, que eu estou chegando aos 30 anos de Congresso. Nesta Casa, sempre cumprimos o que é acertado. O homem é dono da palavra guardada e escravo da palavra empenhada.

V.Exa. e a Comissão não me queiram mal. Estou aqui com a maior tristeza. Uma noite de sono é irrecuperável, mas não posso trair aqueles que me delegaram a missão de estar aqui; aliás, missão que nunca mais vão me dar, porque esta é a primeira e última. Mas esta eu vou cumprir até o fim. Fico constrangido quando pessoas a quem eu quero bem me pedem coisas que eu não posso atender.

Sr. Presidente, V.Exa. e alguns companheiros sabem que fui além do limite da delegação que recebi. A orientação era deixar votar apenas 1, e permiti 4. Não tenho vocação para açude, que, depois de quebrada a primeira pedra, arromba a barragem toda. Cheguei ao meu limite! E V.Exa. me tirou de casa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Senador, permita-me um aparte. V.Exa. está dizendo coisas sobre o meu comportamento e quero ter o direito de me defender.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Só tenho elogios a fazer ao comportamento de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Quero apenas ter o direito de fazer um pequeno reparo. V.Exa. deixou aqui uma relação de 4 créditos, de 4 setores, com que concordava fosse votada. Eu não lhe disse nenhuma palavra a respeito disso. Eu o respeitei, tanto que não votamos nenhum até agora. Em nenhum momento eu descumprí o que havia acertado com V.Exa. Mas eis que V.Exa. me ligou e disse: “*Vamos votar só os quatro?!?*” Eu então lhe disse que eu era o Presidente da Comissão e que, se V.Exa. não concordava com a votação de todos os 4, seria bom que viesse para cá, porque eu os colocaria em votação.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, se o Senador Heráclito Fortes disse que poderíamos votar os 4 créditos, vamos votar esses 4 créditos.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Não, não vamos votar não! Vamos pedir verificação!

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Os 4 créditos com que V.Exa. concordou.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Deputado João Leão, Não vamos votar nada hoje. O trato foi interrompido. Vou voltar a pedir uma delegação ao meu partido. Peço desculpas aos senhores, mas hoje, infelizmente...



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - V.Exa. não precisa pedir desculpas.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Peço desculpas principalmente aos funcionários da Casa e aos telespectadores que sofrem de insônia ou têm amor redobrado pelo País e estão nos assistindo a esta hora. Tenho certeza de que eles haverão de compreender a minha posição. Esta posição é ingrata, é infeliz. Estou cerceando alguns do direito de passar o Natal em casa — embora alguns até encontrem Papai Noel nesta sala. Respeito a todos, mas peço que respeitem a minha limitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Senador, diante desse impasse, vou pedir a compreensão de V.Exa. para o seguinte. A Dra. Myrna está me informando que é possível que haja sessão do Congresso Nacional amanhã, às 11h30min. Ela ainda não está confirmada.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Não haverá, Sr. Presidente; ela será obstruída.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois é, mas está marcada.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Estava, Sr. Presidente; já foi comunicado que não haverá sessão do Congresso Nacional amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Diante do impasse, vou suspender esta reunião, antes convocando a continuidade dos trabalhos para as 9 horas. Se não houver acordo...

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, em nome do bom diálogo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não há problema algum em marcarmos a reunião, Senador! Se às 9 horas não pudermos votar, então suspendemos novamente os trabalhos.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, não vamos fazer isso. V.Exa. é Presidente e tem o poder de convocar as reuniões, mas nós temos o poder de obstruí-las. Não vamos perder tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Se não houver acordo, não vai haver votação. Faço um apelo aos companheiros, para que estejam aqui às 9 horas. Vamos descansar e voltar às 9 horas. Se houver possibilidade, votamos.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Estaremos aqui às 9 horas, Sr. Presidente, para continuar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado. A reunião está suspensa; vai continuar às 9 horas.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 1ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas n.ºs 36 (itens remanescentes), 38, 39, 40, 41 e 42 de 2004.

Estamos aguardando a chegada de alguns Líderes. Suspendemos a reunião por 42 minutos e retomaremos os trabalhos às 10 horas, depois de consultar as Lideranças sobre os procedimentos a serem tomados na sequência.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 1ª reunião extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas n.ºs 36 (itens remanescentes) e 41, de 2004.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, qual é a pauta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Começaremos pela votação dos créditos e de alguns relatórios sobre avisos que já havíamos votado nesta Comissão. Lamentavelmente, a decisão teve de ser invalidada, porque a votação aconteceu durante a Ordem do Dia, e o Regimento Interno é muito claro quanto a isso. Foi levantada uma questão de ordem pelo Senador Antero Paes de Barros, e nós deferimos a solicitação.

Vamos colocar em votação as seguintes matérias, votadas após as 11h40min do dia 21 de dezembro, terça-feira.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No primeiro item, correções e ajustes técnicos, preparados pelo Deputado Waldemir Moka, no parágrafo único do art. 1º do Decreto Legislativo nº 14 de 2004, que disciplina as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 196, de 2 de julho de 2004.

A Medida Provisória nº 196 não foi apreciada pelo Congresso Nacional, portanto perdeu a validade, mas temos de regulamentar as relações jurídicas decorrentes do período em que ela foi aplicada. Trata-se de recursos para a campanha contra a aftosa. O Ministério da Agricultura foi autorizado a fazer as compras e assim procedeu, mas a medida provisória perdeu a validade. Já tínhamos feito a votação, e agora iremos repeti-la.

Estão em votação, na Câmara dos Deputados, os ajuste técnicos e as correções.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADOS.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADOS.

O segundo item era o item 1 da Pauta nº 40: relatório apresentado aos Avisos nºs 079, 091, 092-005, 092-008, 092-016, 092-019, 092-020, 092-022, 092-026, 092-035, 092-038, 092-040, 092-052 e 092-056, de 2002, 039 e 103, de 2003, e 017, 024, 027, 031, 032, 033, 038, 049 e 051, de 2004, encaminhados pelo Tribunal de Contas da União acerca de obras com indícios de irregularidades graves.

O parecer do Relator, Deputado Claudio Cajado, já aprovado, vai a votos novamente na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, quero apenas pedir um esclarecimento. Parece-me que todos os avisos foram discutidos na reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - É verdade.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - A dúvida é quanto ao início da Ordem do Dia, e por isso foi pedida a anulação da votação. Essa matéria já foi amplamente discutida e agora precisa ter a votação validada. É esse o processo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Exatamente, Deputado Anivaldo Vale. O Senador Antero Paes de Barros apresentou um requerimento, que foi acatado na forma de questão de ordem, pedindo que fossem declaradas invalidadas essas decisões. Estamos fazendo novamente a mesma votação. Essa formalidade é necessária.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Questão de ordem, Sr. Presidente. Quais são os PLs?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Esses que eu acabei de ler são os avisos. Os PLNs são o 116, o 135 e o 95. O de nº 109 nós tínhamos votado, mas não votamos o destaque. Falta votar o destaque da Deputada Rose de Freitas.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Então são os PLs nºs 116, 135, 95 e...?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - E o 109, que já está votado. Mas falta aprovarmos o parecer da Relatora, Deputada Rose de Freitas, sobre o destaque.

Em votação, na Câmara dos Deputados, o parecer do Relator, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, sobre os avisos.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, V.Exa. já fez a votação dos que eu relatei?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Desculpe-me, eu li errado. O parecer era do Deputado Claudio Cajado. O do Deputado Márcio Reinaldo Moreira, que vamos votar agora, é o item 2 da mesma Pauta nº 40.

Relatório apresentado aos Avisos nºs 092-027, 092-047, 092-089, 092-091, 092-093, 092-100, 092-105, 092-109, 092-119, 092-133, 092-135, 092-149, 092-153 e 095, de 2002, 061, 076 e 087, de 2003, e 011, 025, 039, 040, 043, 046, 050, 052, 055, 057, 058, 059 e 060, de 2004,



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

encaminhados pelo Tribunal de Contas da União acerca de obras com indícios de irregularidades graves.

Em votação, na Câmara dos Deputados, o parecer do Relator Márcio Reinaldo Moreira.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Item 3 da Pauta nº 40. Projeto de Lei nº 116, de 2004, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios dos Transportes, crédito suplementar de R\$73.300.000,00, para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente.

Em votação, na Câmara dos Deputados, o parecer do Deputado Humberto Michiles.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, quero pedir um esclarecimento a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois não, Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, ontem o dia foi bastante tumultuado. Havia previsão de uma sessão do Congresso Nacional. Nós, de Brasília, temos interesse no PLN nº 85, fundamental para o auxílio-alimentação dos servidores da segurança. Mas essa sessão não ocorreu. Eu gostaria de saber se há previsão de votarmos essa suplementação ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Wasny de Roure, a informação que temos é de que está convocada sessão do Congresso Nacional para as 11 horas. Temos de votar pelo menos uma parte da nossa pauta antes da sessão do Congresso Nacional.

Em votação requerimento dos Deputados Claudio Cajado e Wellington Roberto, para inclusão na pauta dos relatórios dos Projetos de Lei nºs 95 e 135, que serão votados na sequência.

Em votação o requerimento, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Estamos revalidando estas votações por causa do recurso interposto pelo Senador Antero Paes de Barros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Interposto e acatado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Acatado porque votamos matérias enquanto se realizava a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Então não há necessidade de ler os relatórios que já foram discutidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Eles já haviam sido discutidos e votados. Estamos apenas confirmando a votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Agradeço a V.Exa. a explicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Relatório do Deputado Amauri Gasques apresentado ao Projeto de Lei nº 135 de 2004, que dispõe sobre alterações dos programas Gestão da Política dos Transportes, Corredor São Francisco, Corredor Leste, Corredor Transmetropolitano, Corredor Sudoeste, Corredor MERCOSUL e Corredor Nordeste, constantes do Plano Plurianual para o período 2004/2007, e dá outras providências.

Em votação o parecer, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 95 de 2004, que abre ao orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$368.481.871,00, para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente, e dá outras providências.

Em votação o relatório do Deputado Claudio Cajado, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Projeto de Lei nº 109 de 2004, que abre crédito suplementar, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor global de R\$80.484.705,00, para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente, e dá outras providências.

Em conformidade com o estabelecido na alínea "o" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, declaro inadmitida as Emendas nºs 2, 15 a 28, 30, 34, 37, 40, 52 a 68, 70 a 73, 75 e 88 a 103, sugeridas pela Relatora.

O requerimento de autoria do Deputado Virgílio Guimarães que solicita a aprovação da Emenda nº 37, de sua autoria, tendo em vista a ocorrência de erro de preenchimento, está prejudicado em decorrência do voto da Relatora pela inadmissibilidade da emenda.

Em votação o parecer da Relatora, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Agora faremos a votação de matéria que ainda não foi votada.

Apreciação do destaque apresentado pelo Deputado Benedito de Lira, pela supressão de R\$2.200.000,00 da obra de macrodrenagem de Tabuleiro dos Martins, em Maceió, Alagoas. O Deputado pede a retirada desse valor do anexo de cancelamento.

Em substituição à Relatora, o Deputado Ricardo Barros irá se manifestar sobre o destaque.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O parecer é pela aprovação do destaque e pelo cancelamento da Dotação 18.544.0515.3617 — Adutora Jucazinho. Dos R\$6.000.000,00 atendidos serão retirados R\$2.200.000,00.

O parecer é pela aprovação do destaque do Deputado Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O voto é pela aprovação do destaque.

Em votação o destaque, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Passaremos à votação do relatório da Área Temática I, Poderes do Estado e Representação, constante da pauta nº 41.

Não estou vendo aqui o Senador João Ribeiro, por isso farei a votação da Área Temática II, Justiça e Defesa.

Em votação, na Câmara dos Deputados, o relatório setorial referente à Área Temática II, Justiça e Defesa, com as alterações decorrentes do adendo, ressalvadas as obras com indícios de irregularidades graves e os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nos termos do art. 13 da Resolução nº 1, de 2001, alterada pelas Resoluções nºs 1 e 2, de 2003, com exceção do art. 2º da Resolução nº 3, anuncio a votação das obras com indícios de irregularidades graves, ressalvados os destaques, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Temos acordo para votar globalmente os 87 destaques.

Solicito ao Sr. Relator que dê seu parecer.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, já há acordo firmado pelas Lideranças. Por falta de recursos desta Relatoria para atender aos destaques, somos pela rejeição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O parecer do Relator é pela rejeição dos destaques.

Com a palavra o Deputado Waldemir Moka.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA - Sr. Presidente, insisto: o fato de estarem sendo rejeitados esses destaques em razão de acordo das Lideranças não inviabiliza a reapresentação no momento da discussão do relatório geral. E aqueles que por ventura ainda não apresentaram destaque poderão fazê-lo durante a votação do relatório geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA - Sendo assim, somos favoráveis à votação em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Em votação o parecer do Relator, pela rejeição em globo dos destaques.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Rejeitados os destaques na Câmara, não há votação no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Área Temática V, Infra-Estrutura, relatada pelo Deputado Pedro Novais.

Foram apresentados 374 destaques.

Em votação, na Câmara dos Deputados, o relatório setorial referente à Área Temática V, Infra-Estrutura, com as alterações decorrentes da errata apresentada, ressalvadas as obras com indícios de irregularidades graves e os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Estamos em processo de votação. Assim que o concluirmos, passo a palavra a V.Exa.

Nos termos do art. 13 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, alterada pelas Resoluções nºs 1, 2 e 3, de 2003, com exceção do art. 2º da Resolução nº 3, de 2003, anuncio a votação, na Câmara dos Deputados, das obras com indícios de irregularidades graves, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Com a palavra o nobre Relator, para emitir seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Enquanto o Deputado Pedro Novais examina a matéria, concedo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, votaremos os destaques logo após a manifestação do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Exatamente.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - S.Exa. vai se manifestar sobre os destaques de forma global?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A manifestação será em globo, conforme entendimento das Lideranças. Mas o Relator apresentará depois conclusão por escrito, em função das reivindicações aqui feitas. Todos os destaques que o Relator não teve condições de atender serão encaminhados ao Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é esta a conclusão do parecer da Área Temática V.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em reunião realizada em 22 de dezembro de 2004 para apreciação do relatório setorial da Área Temática V, Infra-Estrutura, adotou as seguintes decisões:

I - Aprovar o Destaque nº 89, do Deputado Davi Alcolumbre, no que se refere à mudança de modalidade na Emenda nº 71050007, de 90 para 30;

II - Rejeitar os demais destaques apresentados;

III - Indicar ao Relator-Geral os seguintes destaques, para que sejam oportunamente atendidos no valor proposto pelas respectivas emendas ou para recomposição das dotações dos sequenciais relacionados: Laura Carneiro, Emenda nº 7120006; Laura Carneiro, Emenda nº 018; Eduardo Valverde, Emenda nº 01; Wasny de Roure, Emenda nº 02; Maria Helena, Emenda nº 016; Anivaldo Vale, Emenda nº 02; Mozarildo Cavalcanti, Emendas nºs 3846 e 3839; José Rocha, Emendas nºs 011, 010, 09 e 21; Gonzaga Patriota, Emendas nºs 01, 03, 12, 15, 04 e 03; Anivaldo Vale, Emendas nºs 057 e 060; Vignatti, Destaque nº 075; Pastor Francisco Olímpio, Destaque nº 087; Humberto Michiles, Destaque nº 091; Mauro Lopes, Destaque nº 0111; Walter Pinheiro, Destaques nºs 114, 115 e 116; Serys Shessarenko, Destaque nº 126; Zé Gerardo, Destaques nºs 148 e 149; Maria Helena, Destaque nº 0155; Gonzaga Patriota, Destaques nºs 170, 171, 172, 173, 174, 175 e 176; Darcísio Perondi, Destaque nº 196 e 197; Sérgio Miranda, Destaques nºs 02, 03; Welinton Fagundes, Destaques nºs 04, 05, 06, 07, 08; Júlio Cesar, Destaque nº 229; Renato Casagrande, Destaque nº 230; Zé Gerardo, Destaque nº 284; Júlio Cesar, Destaques nºs 285 e 344; João Magalhães, Destaque nº 345; João Grandão, Destaques nºs 363, 364, 365, 366, 367, 368; e Terezinha Fernandes, Destaque nº 369.

Restou reiterado, ainda, o compromisso acordado com o Relator-Geral para a recomposição aos seus respectivos subtítulos do corte provisório linear de cerca de 6% mencionado no relatório setorial da Área Temática V, quando da consolidação dos relatórios setoriais e da elaboração do parecer final por parte da Relatoria-Geral.

Sr. Presidente, há duas erratas, que já foram distribuídas. Uma trata do Destaque nº 089, do Deputado Davi Alcolumbre, referente ao Estado do Amapá. A outra é relativa ao Estado de Roraima, de interesse do Deputado Alceste Almeida e do Senador Mozarildo Cavalcanti.

É a conclusão do relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, não ouvi menção aos nossos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - A Presidência vai proceder à votação da seguinte maneira. Há 1 destaque aprovado pelo Relator, para mudança da modalidade de aplicação da Emenda nº 71050007, de 90 para 30. Esta S.Exa. acata. Então, vamos votá-la em separado. O parecer é pela rejeição das demais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, só 1 um destaque foi acolhido?

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - O Deputado José Rocha apresentou o Destaque nº 34, referente à Emenda nº 011, o Destaque nº 35, referente à Emenda nº 010, o Destaque nº 36, referente à Emenda nº 109, e o Destaque nº 37, referente à Emenda nº 021.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eles foram acolhidos?

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Para que sejam atendidos no valor proposto pelas respectivas emendas ou para recomposição das dotações.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, pelo que o Relator está me dizendo, S.Exa. acolheu os destaques.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Não acolhi o destaque, Deputado José Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Vamos esclarecer o que sucede desde ontem.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Adotou, entre outras, a seguinte decisão: indicar o Relator-Geral os seguintes destaques, para que sejam atendidos no valor proposto nas respectivas



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

emendas — pode ser de 5 milhões ou até mais — ou para recomposição das dotações dos sequenciais relacionados.

Essa recomposição não se refere ao seu caso, Deputado José Rocha. O seu caso é para que sejam atendidas no valor proposto nas respectivas emendas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, o acordo feito entre a bancada da Bahia e o Deputado Pedro Novais foi no sentido do acolhimento dos destaques. Estranho a decisão do Sub-Relator de não acolhê-los. Houve compromisso de acolher os destaques. Apresentamos os destaques, e houve por parte do Sub-Relator o compromisso de acolhê-los.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Deputado José Rocha, conforme entendimento, os Relatores vão rejeitar todos os destaques, ressalvando ao Relator-Geral...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Não foi esse o acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Foi o acordo que chegou a esta Mesa, inclusive...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Não foi esse o acordo feito com o Sub-Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Foi o acordo apresentado para todos os relatórios, Deputado. Não vamos acatar nenhum destaque, porque todos serão recomendados ao Relator-Geral, mediante o grau de interesse das bancadas, que ontem fizeram suas defesas. Eu, inclusive, na condição de Relator, acatei duas e vou recomendá-las ao Relator-Geral, rejeitando a formalidade. Este é o procedimento: rejeita-se a formalidade, mas se recomenda ao Relator-Geral para um possível atendimento conforme a capacidade, ou melhor, o montante financeiro disponível. Esse é o procedimento.

A única diferença que se verifica nesta emenda é a mudança da fonte de atendimento, isto é, de 90 para 30. É a única diferença.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Na verdade, Sr. Presidente, não há mudança de fonte.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Não, há um único destaque que faz essa mudança e não é o de V.Exa.; no restante, o procedimento é igual.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, houve esse tipo de desentendimento na bancada da Bahia. Contudo, como já confirmou o Deputado Gilmar Machado, mantidas as condições iniciais do acordo feito com o Relator, até para apressar o processo, vamos acatar o procedimento.

Vamos partir do princípio de que as condições acordadas com o Sub-Relator e principalmente as recomendações encaminhadas ao Relator-Geral estarão asseguradas a partir do relatório apresentado pelo nobre Deputado Pedro Novais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Em votação.

Vamos votar, primeiro, o destaque aprovado pelo Relator.

Destaque nº 089, do Deputado Davi Alcolumbre.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação a rejeição em bloco dos demais destaques, ressalvadas as recomendações justificadas pelo Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado na Câmara, não vai ao Senado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, está marcada sessão do Congresso às 11 horas. Para que não tenhamos novamente o problema de ter de votar aqui e naquela sessão ao mesmo tempo, consulto V.Exa. sobre se a Ordem do Dia já foi iniciada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Deputado Ricardo Barros, é válida a contribuição de V.Exa., mas sugiro que continuemos a tratar do tema. No momento em que me for comunicado o início daquela sessão, imediatamente suspenderei o regime de votação.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Quero apenas informar ao Deputado Ricardo Barros e aos demais membros que entrei em contato com o Deputado Inocêncio Oliveira. S.Exa. estará na presidência daquela sessão e vai suspendê-la até a conclusão da votação dos relatórios



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nesta Comissão. Estou me dirigindo ao plenário do Congresso para garantir isso, mas posso assegurar a todos que aquela sessão não terá início enquanto não concluirmos a votação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - A Presidência agradece a V.Exa.

Área Temática I.

Com a palavra o Senador João Ribeiro.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Sr. Presidente, como consta do meu relatório — e, na verdade, todos sabem que houve acordo —, os destaques serão rejeitados e as recomendações posteriormente discutidas com o Relator-Geral. Tenho ainda audiência para discutir com o Relator-Geral e ver se consigo de S.Exa. alguma coisa a mais para o meu relatório.

Portanto, rejeito todos os destaques apresentados, em função de não ter recursos para atendê-los, tendo em vista ainda o acordo feito pelos Líderes desta Comissão. Vou trabalhar com o Relator-Geral a fim de ajudar os Parlamentares, ressaltando todas as recomendações feitas a S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Está em regime de votação a Área Temática I, que trata dos Poderes do Estado e Representação.

Está em votação o relatório setorial referente a esta área, ressalvadas a errata e os destaques, a serem votados em separado, tendo parecer desfavorável do Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Foram apresentados 103 destaques. Aqui não existem obras com indícios de irregularidades. Vamos, portanto, votar em globo o parecer contrário do Relator, sem prejuízo do encaminhamento ao Relator-Geral.

Votação em globo do parecer contrário do Relator aos destaques, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado na Câmara, não vai ao Senado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, foi feito acordo com a Presidência da Mesa e o PFL, representado pelo Senador Heráclito Fortes, no sentido de votarmos 3 relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - A Presidência aguarda o encaminhamento das negociações, tendo em vista também que ainda não teve início a sessão do Congresso Nacional.

Temos tempo para continuar a votação. Como não temos parecer ou acordo para mais um dos relatórios, consulto o Plenário sobre se devemos, por conveniência, manter a discussão — a meu ver, não se pode discutir sem encaminhamento —, ou suspender os trabalhos, aguardando o início da sessão do Congresso ou mesmo um novo entendimento entre as Lideranças.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, causa-me espanto, já que ontem ficamos aqui até 4 horas da manhã para agilizar a aprovação e discussão dos relatórios, a suspensão desta votação, que pode vir a representar a não-votação do relatório final do Orçamento Geral da União para o ano de 2005.

Sabemos que a Oposição se utiliza dessa chicana regimental para negociar; sabemos também — e sempre tenho dito isto aqui — que, enquanto discutirmos da maneira pulverizada como temos feito nesta Comissão, vamos atentar contra o interesse público, deixando o País refém de situações semelhantes.

A negociação é importante, mas há pendências em relação à Lei Kandir e à diferença de 3 bilhões no Orçamento para atender ao aumento do salário mínimo e à correção da tabela do Imposto de Renda. Contudo, isso não pode ser utilizado para emperrar a votação de matérias de interesse do povo brasileiro.

Em nenhum momento, quando éramos Oposição, destacamos, em primeiro lugar, neste plenário, interesses corporativos, de determinados grupos, em detrimento do povo brasileiro.

Então, Sr. Presidente, para dar mais agilidade ao processo, sugiro prosseguir a discussão dos relatórios, o que não impede algum ajustamento posterior. Muitos Parlamentares presentes neste momento poderão não estar mais tarde, prejudicando o *quorum*.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, sabe V.Exa. que talvez eu seja uma das pessoas mais cordatas aqui, mas não vou admitir que o Deputado Eduardo Valverde diga que isso é uma chicana, porque não é verdade. Eu me sinto ofendida não só partidariamente, mas também como Parlamentar responsável, porque fiquei aqui até as 4h da manhã e, às 8h, já estava ao telefone com o Presidente.

Na verdade, existe chicana, sim, mas é da parte do Governo que acertou reunião com os Governadores ontem, mas já adiou para hoje, às 17h, porque sabia que tínhamos de votar os relatórios até esta manhã. Não cumpriu, portanto, o acordo feito. Não vou admitir que chamem isso de chicana, ofendendo Deputados e Senadores. Prezo muito o Parlamento. Se o Deputado Eduardo Valverde acha que alguém aqui está cometendo algum ato ilícito, que diga o nome, mas não generalize. Não é assim que se faz política. Além disso, tudo que o PFL fez foi dito clara e publicamente ao microfone.

Deixo aqui o meu protesto, solicitando a V.Exa., Sr. Presidente, que determine a retirada dessa expressão dos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Deputado Laura Carneiro, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. e determina a retirada da expressão inadequada ao parâmetro da Casa.

Peço ao Deputado Eduardo Valverde que compreenda o momento que vivemos, de legítimo exercício da democracia. Solicito que os trabalhos voltem a transcorrer da mesma maneira que transcorriam ontem no início da noite.

Tem a palavra o nobre Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, conversei agora com o Senador Heráclito Fortes. Entendemos que a medida mais adequada seria a suspensão desta reunião a fim de votar os créditos na sessão do Congresso Nacional, uma vez que há entendimento para aquela votação. Assim que se encerrar aquela sessão, retomariamos os trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Vou ouvir o Deputado Gilmar Machado para tomar conhecimento do procedimento adotado pelo Presidente Inocêncio Oliveira e depois volto a falar com V.Exa.

Tem a palavra o nobre Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, o Deputado Inocêncio Oliveira, que preside a sessão do Congresso Nacional, suspendeu os trabalhos. Enquanto não terminarmos aqui, não vai reabrir aquela sessão. Aguarda S.Exa. o término da votação dos créditos aqui para reabrir a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Os créditos já foram votados. Só faltam os relatórios.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Já votamos todos os créditos? S.Exa. só vai reabrir a sessão quando concluirmos todo o processo de votação iniciado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sibá Machado) - Peço a atenção do Plenário. Senador Heráclito Fortes, já vencemos algumas barreiras, votamos matérias muito importantes, e não me consta, até o presente momento, que devamos votar mais. Sugiro irmos ao Congresso Nacional para votar o que já passou por aqui. As negociações continuam e, tão logo votemos o que já foi acordado aqui, daremos prosseguimento à reunião. Se V.Exas. concordam, vamos suspender esta reunião. Será a sugestão desta Presidência ao Deputado Inocêncio Oliveira.

Dois Deputados pediram a palavra pela ordem.

Tem a palavra o nobre Deputado Abelardo Lupion.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Sr. Presidente, ontem foi feito acordo, inclusive com a presença do Ministro Palocci, para resolvermos o problema do desempenho relativo a Curitiba e ao Ministério das Cidades. O Relator é o Deputado Eduardo Sciarra. Sem o cumprimento desse acordo e sem a destinação de recursos a Curitiba, não vamos votar mais nada. Então, é importante que votemos esse crédito, para que o acordo seja cumprido.

Concordo com a sugestão de V.Exa.: vamos à sessão do Congresso Nacional para votar. Depois retornamos aqui para resolver o assunto que o Presidente Paulo Bernardo conhece bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem a palavra o nobre Deputado Waldemir Moka.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA - Sr. Presidente, concordo com a proposta: suspendemos esta reunião, votamos o que já foi aprovado aqui na sessão do Congresso, enquanto



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

prosseguem os entendimentos, para, o mais rápido possível, retomarmos nossas votações na Comissão. Sem entendimento, não há como votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem a palavra o nobre Senador Heráclito Fortes. V.Exa. tem alguma sugestão?

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, deixo para V.Exa. a decisão. Se for conveniente suspender os trabalhos para irmos à sessão do Congresso Nacional, não haverá problema. Depois voltamos para cá. Da minha parte não há nenhum problema.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, sabe V.Exa. quais matérias serão apreciadas na sessão do Congresso Nacional?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Só os créditos? Então, Sr. Presidente, sugiro a suspensão desta reunião para irmos à sessão do Congresso Nacional. Assim que ela for encerrada, voltaremos para cá.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, fiz apelo ao Senador Heráclito Fortes para que possamos apreciar um relatório setorial — sei que V.Exa. também concorda com isso, Deputada Laura Carneiro.

Depois de analisar esses 2 relatórios setoriais, poderemos suspender esta reunião para participar da sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Podemos fazer isso, se houver acordo.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - O Senador Heráclito Fortes concorda.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, de acordo com esse critério que V.Exa. tem adotado, não vejo nenhum problema.

(Não identificado) - O PSDB concorda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Indago aos Deputados Claudio Cajado e Laura Carneiro quais relatórios setoriais vamos apreciar.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, em homenagem ao Deputado Eduardo Valverde... *(falha na gravação)* ...defesa das Forças Armadas.

(Intervenção inaudível.)

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Já foi votado? Votaríamos, então, do Ministério das Cidades. V.Exa. não está preparado, Deputado Abelardo Lupion? Vamos votar o relatório setorial da Saúde.

(Não identificado) - Saúde, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Machado) - Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sugiro ao Senador Heráclito Fortes e à nossa guerreira Deputada Laura Carneiro apreciarmos os relatórios setoriais das áreas Ciência e Tecnologia e Educação, que já estão prontos e sobre os quais há acordo. Poderíamos começar por eles.

(Não identificado) - Sr. Presidente, o da Saúde também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Machado) - Acredito que a sugestão do Deputado Walter Pinheiro encontre ressonância entre todos os Srs. Parlamentares, tendo em vista se tratar de relatórios acordados com as Lideranças. Pergunto ao Senador Heráclito Fortes se concorda.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Sugiro votarmos agora o relatório setorial da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Machado) - E o da educação?

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Primeiro o da saúde e, após a sessão do Congresso Nacional, daríamos continuidade aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Machado) - Encerrada a discussão.

Foram apresentados 160 destaques.

Em votação na Câmara dos Deputados o relatório setorial referente à Área Temática VII, Saúde, com as alterações da errata, ressaltados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado por unanimidade.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Conforme acordo, os destaques receberam parecer pela rejeição.

Em votação os destaques na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Rejeitados os destaques na Câmara dos Deputados, a matéria não vai ao Senado Federal.

Parabéns ao Sub-Relator, Deputado Bismarck Maia!

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Machado) - Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Sugiro tratarmos agora dos relatórios referentes às áreas Educação e Ciência e Tecnologia, também fruto de acordo.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, sugiro suspendermos a reunião para votarmos os créditos na sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vou suspender a reunião e, após a sessão do Congresso, retomaremos imediatamente os nossos trabalhos.

(Não identificado) - Sr. Presidente, a sessão do Congresso está suspensa.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, não teve início a sessão no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Já se iniciou a sessão do Congresso.

Vou suspender os trabalhos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 1ª reunião extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta nº 36 (itens remanescentes) e demais matérias em tramitação na Comissão.

Está havendo reunião de Líderes. O Relator Romero Jucá entregou ontem o relatório, mas as Lideranças marcaram reunião para debater a sistemática de discussão e votação do texto.

Vamos suspender novamente esta reunião e retomá-la às 14h30min, espero que para leitura do relatório e início do debate. Se houver possibilidade, faremos isso mais cedo. Os Parlamentares serão avisados.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Havendo número regimental e um excelente humor na platéia, declaro reiniciada a 1ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta nº 36 (itens remanescentes), e demais matérias em tramitação na Comissão.

Leitura do Expediente.

A correspondência recebida pela Secretaria da Comissão foi enviada aos membros da Comissão e às Lideranças partidárias por correio eletrônico no dia 28 de dezembro de 2004, está disponível na mesa de trabalhos e constará das notas taquigráficas da reunião.

Sobre a mesa Ofício nº 1.072, de 28 de dezembro de 2004, do Líder do PFL, Deputado José Carlos Aleluia, indicando o Deputado Júlio Cesar representante da Liderança do partido no colegiado de representantes das Lideranças partidárias com assento na Comissão, em substituição à Deputada Laura Carneiro.

Ordem do Dia.

Requerimento para inclusão na pauta do relatório final apresentado ao Projeto de Lei nº 51, de 2004, que estima a receita e fixa a despesa da União para 2005. Relator-Geral: Senador Romero Jucá.

Foram apresentadas 8.319 emendas.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O voto é favorável, nos termos do substitutivo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, o texto que recebemos como relatório final é mesmo o relatório final ou existem adendos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Alberto Goldman, há um adendo sobre a Lei Kandir, recursos do ICMS, e um adendo com as alterações decorrentes do entendimento com as bancadas. Dois adendos vão ser apresentados.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, antes de ser colocada em pauta a matéria, precisamos ter o relatório completo. Se o relatório não está completo, é impossível colocá-lo em pauta. Não podemos discutir matéria que ainda não está em nossas mãos.

Como temos de discutir e votar reestimativas de receita, sugiro a V.Exa. que coloque essas matérias em pauta primeiro. Elas têm mesmo de ser discutidas e votadas antes do relatório. Poderíamos avançar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - As estimativas de receita serão votadas separadamente, mas já estão incluídas no relatório. Mesmo para fazermos essa votação, temos de incluir na pauta o relatório final.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Mas, Sr. Presidente, eu não posso discutir o relatório se ele não está completo. Isto que tenho é apenas uma parte do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Mas podemos ler e votar o relatório de receitas. Enquanto isso, os 2 adendos são distribuídos, Deputado Alberto Goldman. É essa a idéia.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O Relator pode, sem dúvida, fazer a leitura do relatório, a apresentação do texto, mas a discussão só poderá ser iniciada depois que tivermos o relatório em nossa mão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Certo. Para tal, temos de incluí-la na pauta de discussão.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não impede lermos a parte do relatório que já está pronta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Então V.Exa. concorda em incluir a matéria na pauta?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sim. Mas não a discussão. Esta apenas pode ser feita com o relatório completo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Dentro de alguns momentos, o relatório já vai ter os 2 adendos. Vamos votar o requerimento.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não tenho nenhuma objeção à leitura do relatório. A discussão, contudo, apenas poderá acontecer se todos o tiverem em mão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos passar à apreciação do relatório final apresentado ao Projeto de Lei nº 51, de 2004, que estima a receita e fixa despesa da União para 2005. O Relator é o Senador Romero Jucá, e 8.319 emendas foram apresentadas. O voto é favorável, nos termos do substitutivo.

Passo a palavra ao Relator, para apresentação do relatório.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, antes de entrar diretamente no assunto específico da receita, levantado pelo Deputado Alberto Goldman, e em outras questões operacionais, gostaria de fazer alguns registros extremamente importantes e de justiça.

Primeiro, eu não poderia deixar de registrar o dedicado e competente trabalho realizado pela incansável equipe da Consultoria de Orçamento Câmara e do Senado. Sem esses dedicados profissionais não teríamos condições de hoje discutir o relatório. Durante todo o período de festas natalinas a equipe do Senado e da Câmara esteve aqui comigo trabalhando e processando todo esse sistema de informações, que é de grande porte. Portanto, meus agradecimentos ao Fábio, ao



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eugênio, enfim a toda a equipe que contribuiu de forma muito forte para que esse trabalho pudesse ser realizado.

Quero agradecer o brilhante trabalho ao pessoal do Comitê de Emendas, coordenado pelo Deputado João Leão, e ao Comitê de Obras Irregulares, coordenado pelo Senador Tião.

O Orçamento chegou ao Congresso com algumas pendências graves. A primeira delas era a ausência de recursos para a Lei Kandir, o que já tinha ocorrido no ano anterior e efetivamente gerava diferença muito grande, devido à falta de recursos. A Lei Kandir para 2004 é de 4 bilhões e 300 milhões, portanto, recursos que, mesmo que fossem repetidos, já seriam um valor extremamente significativo.

A proposta orçamentária não tinha valor definido em condições de atendimento ao pleito de salário mínimo com ganho real, portanto, era outro desafio. Durante a discussão do Orçamento foram apresentadas algumas outras questões: o reajuste da tabela do Imposto Renda, por exemplo. Ele efetivamente representa menos receita ou menos arrecadação para o Governo Federal, para Estados e Municípios.

Começamos a discussão com esses desafios, sem contar com outro que é permanente: o do atendimento às bancadas. Em muitos Estados, inclusive em Roraima, o investimento é feito com recursos federais.

A luta dos Parlamentares por recursos que representem melhoria no atendimento à população é entendida por todos, por mim especialmente, como algo legítimo para ser trabalhado e fortalecido, a fim de efetivamente fazer justiça social e promover o desenvolvimento regional.

Começamos então a trabalhar. Nosso maior desafio era buscar receitas, já que as despesas encaminhadas pelo Executivo eram justas e as demandadas pela sociedade eram muito grandes. O grande desafio, sem dúvida alguma, era definir uma receita compatível com a capacidade da despesa. Graças a Deus, conseguimos fazer isso. Definimos as receitas seguindo o padrão histórico da própria Comissão de Orçamento.

Nos últimos 8 anos, a proposta do Executivo foi encaminhada de determinada maneira. O Congresso brasileiro aumentou as receitas, e, mesmo assim, com todo o crescimento de receita nesse período, sempre se arrecadou mais do que o previsto pelos técnicos do Congresso Nacional. Portanto, há uma *expertise*, uma condição técnica ímpar, também nos nossos quadros técnicos, de definir as receitas no âmbito da Comissão de Orçamento.

As receitas foram divididas em alguns grandes grupos. O primeiro diz respeito à reavaliação macroeconômica: taxa de juros, crescimento do PIB, enfim, grandes números. Isso levou a determinado crescimento da receita.

Além disso, a proposta do Executivo não continha receitas atípicas. E a média de receita atípica nos últimos 8 anos girou em torno de 5 bilhões e 500 milhões. Inserimos as receitas atípicas.

Para nossa sorte, para fazer contrapartida a tantos pleitos sociais, que são justos, o Governo tomou 2 medidas que beneficiam diretamente a arrecadação, não apenas o estoque, mas também o fluxo futuro. A aprovação da MP nº 219 melhorou a sistemática de funcionamento da Receita Federal, portanto, inibiu uma série de artifícios que diminuían a receita no País, e a definição, em julgamento no Supremo Tribunal Federal, de que a alíquota zero de IPI não gera crédito. Tínhamos grande expectativa quanto a essa questão. Existe um estoque de dívida muito grande a receber, devido à decisão, e também um incremento do fluxo financeiro por conta do aumento de arrecadação do IPI.

Essas foram as medidas que nos possibilitaram criar cerca de 22 bilhões de receita bruta e 16 bilhões de receita líquida, para fazer frente às demandas da Comissão de Orçamento.

Criadas as receitas, passamos a enfrentar os desafios que se apresentavam. O primeiro foi o do salário mínimo. Nos anos de 2003 e 2004, o ganho real do salário mínimo foi de 3%. Estamos estabelecendo neste Orçamento um ganho real de 9%. Portanto, 3 vezes mais do que o estipulado nos últimos anos. Esse é um fator importante. É o salário mínimo que almejamos? Não, mas é o valor adequado para o atual Orçamento e, mais do que isso, possível, com grande esforço, de ser pago.

A SRA. DEPUTADA TELMA DE SOUZA - Sr. Presidente, o Relator do Orçamento está falando. Assim não é possível. Como sou a única voz feminina, peço aos colegas que por favor ouçam o relato do Senador Romero Jucá sobre o Orçamento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - V.Exa. não é a única voz feminina, mas tem nosso apoio.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Obrigada, Sr. Presidente. Eu ia fazer essa observação.

A SRA. DEPUTADA TELMA DE SOUZA - Desculpe-me, Deputado Paulo Bernardo, não tinha visto outra mulher no recinto. Fiquei assustada, e até me perguntei quais seriam as outras vozes femininas. Ainda bem que tudo foi explicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Aproveito essa pequena interrupção para indagar ao Plenário se concorda com o recebimento de destaques, porque ainda há muitos Parlamentares que querem apresentá-los. Se não houver quem discorde, fica autorizada a apresentação.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, fizemos um acordo com o intuito de não haver destaques. Caso isso ocorra, haverá uma multidão de destaques, e o Relator tem o compromisso de não acatar nenhum deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Todos os Parlamentares sabem do acordo, mas regimentalmente não podemos impedir a apresentação.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - O acordo fica mantido com todas as bancadas no sentido de não haver destaques.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - A bancada de Rondônia não aceitou esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Informo a V.Exas. que o Congresso Nacional está convocado para amanhã, às 11h.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, regimentalmente V.Exa. teria de submeter a matéria à apreciação do Plenário, principalmente para que cada bancada possa apresentar destaques. Se as bancadas insistem em não fazer acordo, proponho que um membro de cada bancada apresente os destaques. Tal prerrogativa é de todos os Parlamentares. No entanto, faço essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado, estamos na apresentação do relatório. A Deputada Raquel fez uma interrupção e aproveitei para fazer a consulta ao Plenário sobre os destaques. Continua com a palavra o Relator. Posteriormente, resolveremos essa questão.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, eu falava sobre o salário mínimo. Se seu valor for fixado em 300 reais a partir de maio de 2005, ele terá um ganho real de 9%, ou seja, 3 vezes mais do que os reajustes somados dos 2 últimos anos. Esse valor terá impacto não somente nas contas federais, mas sobretudo nas municipais. Mais de 3.500 Prefeituras do País alegaram dificuldades para pagar essa quantia. Entendo, portanto, que fomos ao limite da capacidade de pagamento, tanto da Previdência Social quanto das Prefeituras Municipais. O valor desse salário mínimo ainda não é o ideal — sabemos bem disso. Vamos fazer com que sua data base passe para o mês de janeiro. Em virtude disso, apresentamos projeto que sugere a retroação de 1 mês por ano, até que se chegue a janeiro, a fim de que efetivamente a data base seja estabelecida naquele mês, com um piso de cálculo que poderia ser o PIB *per capita* mais uma vez e meia. Portanto, o salário mínimo foi bem equacionado.

O Governo também definiu reajuste de 10% na tabela do Imposto de Renda, algo pelo que clamava a sociedade. Portanto, foi uma ação tomada pelo Governo Federal bastante bem-vinda, embora também gerasse dificuldades a esta Relatoria.

Além disso, tínhamos o desafio da Lei Kandir, que colocava 4,3 bilhões para repasse neste ano. Desses 4,3 bilhões, é importante dizer que 3,4 bilhões correspondem à Lei Kandir e 900 milhões correspondem à medida provisória que define outra fórmula de repasse aos Estados.

Como transferência para os Estados, tivemos um FPEX de 2,2 bilhões neste ano. Pois bem, para o próximo ano, vamos ter um FPEX de 3,05 bilhões, portanto, de 850 milhões a mais. Além disso, vamos ter para a equalização, por Lei Kandir ou medida provisória, 5,2 bilhões, valor fruto de entendimento com os Governadores na reunião do último final de semana. Esse valor representava um grande desafio, já que equivale a mais do dobro dos recursos destinados ao salário mínimo, se somarmos tudo. Foi um grande esforço.

Além disso, existem as demandas por investimentos. O Orçamento Federal trazia 11 bilhões para investimentos. Estamos discutindo a proposta que fixa os investimentos em 21 bilhões. Portanto, estamos praticamente duplicando os investimentos no País no momento em que a infra-estrutura precisa ser fortalecida para dar sustentabilidade ao crescimento econômico.

É importante dizer que, desses 21 bilhões, 2,8 bilhões são referentes a acordo como o FMI e ficam fora da base de cálculo do superávit, portanto, do impacto primário. Desses 2,8 bilhões



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

destinados principalmente à infra-estrutura, 2,1 bilhões ficam no Ministério dos Transportes e o restante dividido entre os Ministérios das Cidades, do Meio Ambiente e da Fazenda.

Esse o perfil do Orçamento que estamos votando, um orçamento que visa enfrentar os desafios que o País está vivendo.

Sr. Presidente, coloco-me à disposição para prestar qualquer tipo de esclarecimento mais detalhado que se faça necessário sobre a peça orçamentária.

Mais uma vez, meus agradecimentos aos partidos políticos de todos os Estados, que julgaram importante a aprovação de um orçamento ainda neste final de ano, para que, no próximo ano, tenhamos condições de começar a implementá-lo.

Meus agradecimentos a todos os que contribuíram com a confecção desta peça.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Em conformidade com o estabelecido na alínea "o" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, declaro inadmitidas as Emendas nºs 50130004, 50170005, 50310001, 60010002, 60010005, 60090001, 60090003, 60090004 e 60090005, sugeridas pelo Relator.

Está iniciada a discussão, bem como o prazo, como já acatado, para apresentação de destaques.

Deputado Alberto Goldman, indago a V.Exa. se mantém a questão anteriormente apresentada.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Certamente, Sr. Presidente. Como discutir matéria cujo relatório desconheço?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vamos proceder à suspensão.

Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, temos de votar o texto final do relatório. Antes disso, contudo, temos de discutir e votar o relatório das receitas. Não há como iniciarmos a discussão do relatório final sem ter discutido e votado o relatório das receitas. Isso é fundamental para discussão do relatório final.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois não, Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, enquanto aguardamos as cópias do documento da Receita, sugiro iniciarmos o debate sobre o relatório geral, que acabou de ser apresentado, visto que todos o conhecem, já foi amplamente divulgado e trabalhado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, não tenho conhecimento sobre o montante acrescido pelo Relator-Geral em termos de receita. Parece-me que o valor estipulado no relatório, de 25,5 bilhões de reais, foi ampliado. Não queremos obstruir a votação do relatório, mas, pelo menos, saber o que estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vou suspender os trabalhos por 1 hora. Se, ao retornarmos, tudo estiver publicado, iniciaremos a discussão. Caso contrário, protelaremos até que isso seja feito.

Portanto, retomaremos os trabalhos às 19h30min.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 1ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação dos assuntos constantes da Pauta nº 36 (itens remanescentes), e demais matérias em tramitação na Comissão.

Vou passar a palavra ao Relator, que fará as considerações iniciais.

Na seqüência dos trabalhos, decidiremos procedimentos de tramitação. Alguns Parlamentares acham que deveríamos prosseguir com a discussão; outros propõem a interrupção da reunião daqui a 1 ou 2 horas e o retorno dos trabalhos amanhã. Depois vou consultar o Plenário a respeito do assunto.

Passo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, antes de mais nada, quero dar 2 notícias. A primeira delas diz respeito à Lei Kandir. Nosso entendimento é o seguinte: manutenção dos 5 bilhões e 200 milhões de reais, sendo 3 bilhões e 400 milhões referentes à Lei Kandir, como no ano passado; 900 milhões relativos à medida provisória; e 900 milhões, complemento que conseguimos, também referente à medida provisória, mas com distribuição mista, equilibrando — 77% de 22% — os critérios da Lei Kandir e da medida



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

provisória. Mantivemos contato com alguns Governadores, e essa é a alternativa que, em tese, atende à expectativa de todos.

Além disso, registro que promovemos uma rodada de discussão com as bancadas. Como já esperava — e explicitarei isso aqui —, o debate gerou uma demanda. Para atender às reivindicações, para evitar qualquer tipo de discriminação, conversando com as Lideranças, sugeri que fizéssemos um corte linear: 10% nas emendas de Comissão e 6% nas emendas de bancada. Então, o Plenário discutirá a proposta. O relatório será distribuído. Na minha opinião, essa é a melhor forma de resolver a questão. Não tenho como criar mais receita.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Relator, quero apenas fazer uma observação para complementar a informação. O Relator, neste momento, não tem condições de se comunicar com os demais Governadores. Por isso, entendeu que podemos dar andamento a essa forma, votar isso na Comissão. Amanhã, durante a manhã, entrará em contato com os Governadores — S.Exa. não pode falar sozinho —, para ver se todos estão de acordo com essa forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Luiz Carreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Acredito que essa sistemática pode ser seguida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O corte fica a critério da bancada ou é feito pelo Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - É linear.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - O corte é linear: 6%.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Mas a bancada não pode indicar onde vai ser dado o corte?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Não, porque isso reabriria a discussão. O corte vai ficar linear mesmo.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, quero registrar minha preocupação com essa decisão relativa à Lei Kandir. O Estado do Pará vem experimentando perdas horríveis ao longo do tempo. O Governador do Estado fez uma impugnação, para amenizar as perdas. Tomando como base os 9 bilhões e 100, para, a partir de janeiro, pagar na distribuição 500 milhões por mês. O Ministro da Fazenda apresentaria um trabalho aos Governadores, que, até o final de janeiro e a partir de fevereiro, o avaliariam, para então dar uma carimbada naquilo que seria permanente no Orçamento da União. Na forma em que esses 5,2 bilhões estão sendo dispostos — certamente estão incluídos os 200 milhões —, não vem a distribuição dos 500 milhões em janeiro, fevereiro e março.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Mas isso já está garantido, Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Se está garantido, fico satisfeito de virem os 500 milhões, mas quero saber se está garantido que o Ministro vai fazer a apresentação aos Governadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Anivaldo Vale, V.Exa. tem toda a razão. Já está garantido o repasse de 500 milhões nos 3 primeiros meses. O saldo vai ser dividido nos 9 meses seguintes, e, no começo de janeiro, o Ministério da Fazenda vai fazer a apresentação aos Governadores. A reunião entre os Governos Estaduais e o Governo Federal, que tem o objetivo de buscar um entendimento, já está marcada para o dia 21 de janeiro. Pode até ser que não saia em janeiro, mas em breve será iniciado o debate sobre a busca de um critério definitivo para resolver o problema das exportações nos primeiros 3 meses de 2005. Se esse critério for feito de comum acordo, ele vai substituir todo esse arranjo que estamos fazendo no Orçamento de 2005.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Se é esse o entendimento, pelo menos fico aliviado e com a consciência um pouco mais leve, mesmo porque, ao longo do tempo, tenho visto essa injustiça, principalmente com o Estado do Pará, o que mais perde. Quis deixar esse registro na Comissão.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, com relação à Lei Kandir, quero saudar os Srs. Governadores pela boa vontade de permitir o encaminhamento dessa solução. Realmente, os Estados estão muito prejudicados com a falta desse repasse. Muitos deles têm convênios prontos para assinar com empresas exportadoras, e não o estão fazendo porque não têm segurança de que vão ter a restituição dos valores da desoneração.

Percebo, infelizmente, que vamos caminhando para enfrentar dificuldades no crescimento das empresas exportadoras, porque a solução de 5,2 bilhões definitivamente não é satisfatória, está muito aquém do pleito dos Governadores. Pode ser uma solução paliativa para esse momento de dificuldade, para podermos avançar na votação do Orçamento, mas não deixa os Governadores confortáveis para continuar autorizando e incentivando a instalação de indústrias exportadoras.

O saldo da balança comercial já começa a diminuir, devido ao aumento das importações. Há risco a longo prazo se não tratarmos com seriedade a reposição dos valores do crédito de exportação.

Quero saudar os Governadores, que estão permitindo o avanço da discussão, mas efetivamente a solução de 5,2 bilhões não atende ao anseio dos Estados e vai prejudicar a instalação de novas indústrias exportadoras no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Quero cumprimentar, o Deputado Paulo Bernardo, ilustre Presidente desta Comissão, cumprimentar o Presidente Lula, visto que este ano vamos passar a tão desejada barreira dos 100 bilhões de dólares na exportação, uma conquista extraordinária.

Não serão atingidos somente 4 ou 5 Estados, como defendem alguns colegas. É difícil compreender isso. Não entendo tudo da Lei Kandir, somente um pouco. A proposta atinge mais de 15 Estados, além de outros que precisam exportar. O percentual que compensava a perda de isenção do ICMS que incide sobre o que os Estados produzem era o mesmo de 1997, com pequeno acréscimo. Isso quadruplicou as exportações, que passaram a marca de 100 bilhões de dólares.

Meus caros colegas, ficamos brigando por mais 10, 20, 30 milhões. Ficamos noite adentro, Deputado João Leão — V.Exa. é tão aguerrido —, para levar dinheiro nas emendas de bancada, e a sangria está aqui, na Lei Kandir. O Governo Lula não reconheceu os Estados que produzem, que estão ajudando a melhorar a balança comercial, porque não mandou, no Orçamento para 2005, valores para compensar a Lei Kandir, deixando o grave problema para ser revolido pelo Senador Romero Jucá. Este é o Governo que vibra com a exportação, mas deixa o abacaxi para todos nós.

Minas Gerais perde mais do que nunca; o Pará perde 800 milhões por ano; Mato Grosso, 500 milhões; o meu Estado, 1,1 bilhão por ano. É um sufoco federativo em cima dos nossos Estados. O correto seriam 18 bilhões. Os Governadores querem 9 bilhões e acordaram 5,2 bilhões. Agora, querem tirar alguns trocados desse valor.

Temos de pensar muito para votar a matéria nesta noite na Comissão e amanhã no plenário. Se votarmos essa proposta, esta Casa terá de discutir no próximo ano o pacto federativo, a Lei Kandir e a renegociação da dívida que atinge os 27 Estados. Falar da Lei Kandir e da renegociação é pecado mortal, é nome feio para o Palocci.

Se votarmos isso, vamos ser obrigados a discutir muito a partir de fevereiro. É um sufoco. Estão tirando recursos das escolas, dos hospitais, das estradas, da agricultura. Estão desestimulando Governadores e Prefeitos, meus caros colegas. Os Prefeitos também perdem, porque têm a participação de 25% no ICMS.

Não devemos ajoelhar-nos nem votar amanhã. Vou aguardar a ordem do meu Governador. Até agora, o Rio Grande do Sul não concorda com isso, porque perde brutalmente na renegociação da dívida, assim como perdem Pará e Alagoas. A Paraíba perde um pouquinho. Tudo isso é feito para garantir o superávit primário.

Colegas, no próximo ano, vamos discutir o pacto federativo, a Lei Kandir e a renegociação da dívida. Se não o que fizermos, não vale nada. Este é o Governo Lula.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, já é quase meia-noite. Se a Mesa não estabelecer tempo para a fala de cada um, surgirão discursos infundáveis. Sugiro a V.Exa. que estabeleça um tempo máximo para os oradores.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, sugiro a V.Exa. que siga a lista dos inscritos para a discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vamos ouvir o Deputado Ivan Paixão.

O SR. DEPUTADO IVAN PAIXÃO - Quero tirar uma dúvida com o Senador Romero Jucá. S.Exa. afirma que, durante a rodada de discussões e negociações com as bancadas, foi gerado um déficit, de forma que vai ser obrigado a fazer um corte de 6% nas emendas de bancada e 10% nas emendas de Comissão. Quero saber se esse corte vai incidir sobre aquilo que cresceu após a rodada de negociação ou se é sobre tudo.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - É sobre tudo, exatamente para manter a proporcionalidade entre as que foram melhoradas e as que eram maiores. Se eu considerasse somente as que foram atendidas, estaria beneficiando as maiores, que não estavam sendo equalizadas.

O SR. DEPUTADO IVAN PAIXÃO - Mas, nesse caso, talvez o corte de 6% seja maior do que aquilo que foi concedido. Isso não ocorrerá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não, Deputado Ivan Paixão.

Vou passar à discussão da matéria.

Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Relator, agora em dezembro, antes do encerramento do período normal de funcionamento do Congresso Nacional, tivemos na iminência de aprovar a reforma tributária, que prevê o aumento de 1 ponto percentual na constituição do Fundo de Participação dos Municípios. Isso não foi aprovado, mas era para vigor a partir de 2005. Pelo acordo, ficou para fevereiro, de acordo com o interesse dos Governadores dos diversos Estados brasileiros.

Não vi em lugar algum, Sr. Relator, previsão orçamentária para esse 1%. Um por cento de 131 bilhões, que corresponde à arrecadação do IPI e do Imposto de Renda, dá 1,3 bilhão. E mais: na última avaliação de receita, o FPE e o FPM somam 6,6 bilhões, embutidos os 10% do IPI Exportação.

Uma coisa que me tem chamado a atenção, Sr. Relator, são os fundos regionais, que detêm 3%. Três por cento de 130 bilhões são quase 4 bilhões, arredondando a conta, mas aqui há a previsão de 1,222 bilhão, que, segundo a consultora, entra como despesa. Despesa de montante destinado a 3 regiões e que representa 31,11% do que é ou será devido em 2005?

Gostaria de ter uma explicação mais convincente em relação a esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vamos começar a discussão, e o Senador depois se manifesta.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Não é debate, mas questão de ordem. Os números não estão batendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vamos esperar o Senador pesquisar para responder à sua questão de ordem.

Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Senadores, começamos com imenso atraso a discussão da lei mais importante que o Congresso examina.

Desta vez, batemos todos os recordes de improvisação. Trabalhamos num tempo inteiramente imprudente. É impossível ao mais lúcido dos companheiros trabalhar a questão do Orçamento no prazo em que o estamos fazendo. Não interessa agora aferir responsabilidades, mas é sensato fazer o reconhecimento de que não podemos reproduzir isso nunca mais. Estamos criando uma situação de perda de consistência, de autoridade, de credibilidade das instituições, no plural.

Quando alguém imaginou períodos e prazos para aprovação e discussão da lei orçamentária, fê-lo de maneira experiente: os prazos não são, de nenhuma forma, os que estamos praticando. Se formos sensatos, vamos reconhecer que não estamos aqui discutindo orçamento algum. Na verdade, cuidamos de algumas emendas, fazemos uma colagem dos nossos interesses, e o Relator faz 2 tarefas essenciais: uma de racionalização e outra de mágica. Numa cena completamente surrealista, estamos tendo de aprovar a lei mais importante do País.

Não responsabilizo ninguém, senão a todos nós, mas isso não dá para continuar, porque, quanto mais reproduzimos situações como essas, mais se instala o cenário de que as leis aprovadas no Congresso não são cumpridas pelo Executivo. Nós as aprovamos, criamos uma



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

imagem de trabalho, de produção, de números que não se confirmam depois, porque seguramente perdemos nesse processo ampla legitimação.

O Senador Romero Jucá, que conhecemos há muitos anos, é pessoa de inegável talento e capacidade de trabalho. Não fosse isso, não teríamos chegado hoje a essa peça que não vamos discutir, mas apenas comentar rapidamente.

A Oposição fez uma grande renúncia — falo disso com absoluta clareza. Nós, da Oposição, não deveríamos ter concordado com esses prazos, porque efetivamente o que vai valer é a lei oriunda do Governo. Nossa capacidade de questionar e de polemizar foi mínima.

Alguns projetos importantes para meu Estado e para minha região deveriam ter sido necessária e amplamente discutidos, como, por exemplo, a transposição de águas do Rio São Francisco, um contencioso de baixo acima, de cima abaixo. Os recursos estão aí: alguns saíram, outros ficaram. Há centenas e centenas de projetos para nossa área que não têm financiamento. E vejam que estou falando apenas de questão regional.

Inauguramos uma modalidade nova de emenda: a do FMI. Tenho total confiança no Relator, mas é evidente que estamos aqui aprovando não sei quantos bilhões de reais, sem o mínimo de crítica e discussão, para projetos relacionados com esse órgão. O FMI teve muito mais o que aprovar no Orçamento do que o Congresso inteiro. É provável que aquilo que o Fundo aprova tenha efetiva validade, quando o que aprovamos normalmente não tem. Portanto, aprovamos emendas do FMI.

Há uma coisa quero reclamar do Relator, meu amigo e companheiro: a multiplicação de janelas orçamentárias. Tínhamos eliminado isso da lei do Orçamento. Há dezenas de obras aprovadas com recursos de mil reais. Por que aprovar mil reais para uma obra?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Posso explicar já?

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Sem dúvida.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - O que aconteceu foi o seguinte: na LDO, foram relacionados quase 390 programas obrigatórios, que deveriam constar na proposta do Executivo, mas 83 deles não foram incluídos. Como não havia recursos para tudo isso, abri as 83 janelas, para cumprir a lei. Efetivamente, esses programas poderão ser suplementados ao longo do ano, dependendo do debate político. Foi uma saída para não deixar prejudicados os 83 programas.

O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA - Em tudo, não estamos discutindo efetividade, e é evidente que essa não é uma boa prática. Estamos aprovando algo que vai ser suplementado ao longo do ano. Sabemos que estamos abrindo outra janela. Os recursos poderiam vir na forma de crédito especial ou de outra modalidade.

Enfim, quero dizer que, para ser sincero, não dá para discutir esse relatório. Posso levantar a questão de uma emenda que não foi atendida, a de um Estado que teve mais ou teve menos, mas estamos aprovando o projeto de lei sem exame, sem discussão, de maneira completamente imprudente.

Quero reconhecer o esforço do Presidente, pessoa sincera que todos nós respeitamos, o enorme esforço do Líder Fernando Bezerra, dos Srs. Relatores-Setoriais, do companheiro Relator Romero Jucá. Eu disse algumas vezes que S.Exa. era capaz de fazer o relatório oralmente. E provou que é. Em poucas palavras, vai ser aprovado relatório que praticamente é oral.

Temos de tomar uma decisão este ano: não continuar dessa forma, porque essa situação nos levará a um ponto em que não mais poderemos explicar, por mais que sejamos sinceros, por mais espírito público que tenhamos, o que estamos fazendo aqui.

A Oposição ajudou demais o Governo dessa vez. Aliás, como sempre tem feito. Isso precisava ter sido reconhecido. Fizemos um grande esforço de renúncia para votarmos hoje essa lei.

No mais quero dizer que, do ponto de vista da Minoria no Senado e do PSDB, de maneira especial, contribuiremos para aprovar essa lei, que é finalmente o que temos para votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra, pelas palavras e pelo brilhante discurso de V.Exa., que durou 5 minutos e 30 segundos. Solicitamos a todos os outros oradores que observem esse tempo, que aliás é o regimental. São 5 minutos, com essa pequena tolerância.

Tem a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, tentarei ser o mais breve possível.

Sras. e Srs. Parlamentares, aos 23 minutos do dia 29 estamos definitivamente votando o Orçamento que não é o que gostaríamos de votar. Como bem disse o Senador Sérgio Guerra, este



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamento poderia ter sido amplamente discutido no prazo previsto, mas fomos perdulários com o tempo, digamos assim. Com isso não cumprimos o principal dever do Parlamento, qual seja o de construir, votar e fiscalizar o Orçamento do Executivo. Estamos já no dia 29 de dezembro, com muitas dúvidas que vão desde a maneira pela qual o Relator alocou os 2,7 bilhões de reais excluídos do superávit primário — como disse o Senador Sérgio Guerra, é a emenda do FMI. Trata-se de programa piloto do Governo voltado principalmente para as estradas brasileiras, que abrange operação tapa-buracos e duplicação de rodovias, até recursos para fiscalização mais efetiva na Receita Federal.

Ora, Sr. Relator, com quem esses programas foram combinados? E os 2,7 bilhões de reais que constam de emenda de Relator foram combinados com quem? Foi com o FMI? Eu trouxe o anteprojeto ainda escrito em inglês. Ou foi feito na Esplanada dos Ministérios? Lamento que esse tipo de coisa esteja acontecendo. Não somos contra o investimento, muito pelo contrário. Gostaríamos que o FMI excluísse muito mais do que 2,7 bilhões de reais, ou que permitisse a exclusão do superávit primário de muito mais do que esse valor, para que pudéssemos ter capacidade de investimento. E essa é a primeira indagação que faço ao Relator. Eu gostaria de saber o método utilizado para exclusão e aplicação desses recursos como investimento no Orçamento do nosso País.

Minha segunda ponderação refere-se ao Fundo de Compensação das Exportações, Lei Kandir, nos Estados. Lamentavelmente, pelo segundo ano consecutivo, o Executivo não envia no projeto de lei orçamentária nenhum recurso para compensação dos Estados exportadores de produtos semi-elaborados.

Tais produtos tão caros aos Estados do Pará, do Mato Grosso, do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Rondônia, da Bahia e de outros tantos Estados exportadores de produtos semi-elaborados que precisam de regras claras, de lei que regulamente o excedente, ou seja, o que não está comprometido pelos critérios da Lei Kandir.

Quero falar ainda sobre a equalização do SUS, tão cara para todos aqueles que têm responsabilidade com a saúde. A equalização do SUS ficou para terceiro plano, nem foi para o segundo. O Relator assumiu o compromisso conosco, numa reunião prévia, de equalizar ou pelo menos aumentar em 10 reais a renda *per capita* da Região Norte, a menos aquinhoadada. Sem investimento não há progresso, principalmente na área da saúde. Se não há recurso, o melhor é contratar aviões da VARIG, da TAM e da Gol, a fim de transferir os doentes para São Paulo ou outros centros urbanos.

Para concluir, Sr. Presidente, refiro-me às receitas atípicas para as quais no ano passado o Relator, Deputado Jorge Bittar, incluiu 4 bilhões de reais apenas. Este ano o Relator inclui 13 bilhões de reais, e vou ler o que está escrito em seu relatório: “*O expressivo aumento do IPI é decorrente em sua maior parte (R\$ 6,2 bilhões) da estimativa de receita atípica, refletindo expectativa*” — friso — “*de vitória judicial do governo sobre*” uma questão relativa ao IPI, como S.Exa. mesmo já disse.

Sr. Presidente, vou parar por aqui, porque meu tempo já está esgotado. Entretanto, ressalto que essas questões são primordiais e não foram discutidas nesta Comissão, pela exiguidade do tempo. Deixamos as coisas acontecerem e não discutimos o Orçamento no seu tempo previsto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado.

Informo que ainda há 17 Parlamentares inscritos. Penso que deveríamos verificar se todos querem realmente falar. Caso queiram, vamos tentar fazer um acordo para falarem no tempo regimental ou até, se possível, em tempo um pouco menor. Consulto o Plenário.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - V.Exa. poderia diminuir o tempo para 3 minutos, mas é compreensível que, na única discussão da noite, os Parlamentares possam pelo menos posicionar-se. Esta é a última sessão desta Comissão.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - É a última e a única.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, estamos discutindo o Orçamento sem sequer termos a peça orçamentária. Ao usar da palavra, os Parlamentares estão prestando um favor à Comissão. Caso contrário, estaríamos sem o que fazer. Estamos discutindo sem ter a peça orçamentária, e ainda há essa discussão sobre o tempo dos oradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vamos manter o tempo regulamentar.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Se os oradores acabarem em 10 minutos, vamos fazer o quê? Ficar esperando a gráfica entregar os trabalhos? Então, Sr. Presidente, até que cheguem os impressos e os Parlamentares leiam — será um relatório extenso —, podemos dar a oportunidade para que todos os 17 inscritos falem.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Sr. Presidente, eram 17 oradores e agora são 18, porque estou inscrevendo-me neste momento. Se todos abrissem mão de usar da palavra, eu faria o mesmo. Mas, como todos querem falar, eu também pretendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, desejo inicialmente registrar que este é um orçamento que trabalha com números significativamente maiores do que os do Orçamento do qual tive a honra de ser o Relator. Este Orçamento reflete o momento do processo de reestruturação econômica do País. Hoje, os resultados da política econômica do Governo Lula estão à mostra, recebendo os aplausos generalizados da sociedade brasileira. Na condição de Parlamentar, dialogo com empresários, motoristas de táxi, trabalhadores assalariados e tenho recolhido os maiores elogios em relação aos resultados da política econômica que estão aí para que todos possam observar. Somente neste ano, geramos mais de 1,8 milhão de novos empregos com carteira assinada; mantivemos a inflação sob controle.

Ainda que alguns possam questionar o que consideram excessivo rigor em matéria fiscal ou monetária, não há como se negar que a política econômica do Governo Lula é de extremo êxito. E esta política nos permite disponibilizar esse extraordinário volume de recursos para investimentos da União, inclusive os que foram questionados, os que estão apartados do cálculo do superávit primário. O que deveria ser visto como uma conquista é criticado por alguns de nossos companheiros. Claro que deveríamos ter discutido melhor. Se não o fizemos, a grande responsabilidade é nossa. A peça orçamentária, sempre é bom lembrar, chegou ao Congresso Nacional em 1º de setembro e ficou adormecida durante mais de 3 meses. Enquanto isso discutíamos, à exaustão, a Resolução nº 1, do Congresso Nacional, ou seja o Regimento que rege esta Comissão que havia caducado em face de uma deliberação tomada por este mesmo fórum no ano passado. Toda a responsabilidade pela discussão apressada, com tempos inadequados para o grau de profundidade que ela merece, deve ser atribuída a nós mesmos. Fica essa lição para que no ano que vem possamos discutir novamente a Resolução nº 1, a metodologia de tratamento do Orçamento nesta Comissão. Caso contrário, continuaremos a tratar a peça orçamentária de forma açodada o tempo todo.

Os resultados estão aí: o crescimento do PIB em mais de 5% este ano, o emprego, a inflação sob controle, o saldo da balança comercial de mais de 33 bilhões de dólares que nos oferece um colchão de proteção contra as flutuações externas, os ataques especulativos internacionais, oferecendo portanto um clima de estabilidade para os investimentos não só públicos, mas também privados que ocorrem em volumes crescentes na sociedade brasileira. E é isso que nos dá a garantia de que a economia brasileira continuará a crescer de maneira saudável e sustentável durante os próximos anos.

Quero elogiar o Relator, Senador Romero Jucá, que mais uma vez demonstrou sua competência, brilhantismo e lucidez, conseguindo equacionar de maneira amplamente satisfatória o problema do salário mínimo — uma grande vitória desta Casa, do Governo e do povo brasileiro alcançarmos o patamar de 300 reais —, a correção da tabela do Imposto de Renda e a desoneração das exportações, questão que não deve ser afeta apenas ao Poder Executivo, como quiseram fazer entender alguns dos nossos companheiros Parlamentares. É uma questão que deve ser discutida, sim, por esta Comissão e pelo Congresso Nacional, para que possamos ter uma solução definitiva para ela

Por fim, Sr. Relator, eu gostaria de abordar alguns temas que, a meu ver, merecem tratamento adequado. Refiro-me aos recursos para a Agência Nacional do Petróleo, que teve sua receita reestimada, oriunda de *royalties* e participações especiais. Ela não está dispondo dos recursos necessários para realizar importantíssimos estudos geofísicos e geológicos, essenciais para identificar novas áreas promissoras para prospecção, exploração do petróleo ou para futuras licitações. Eu gostaria que todos fizéssemos um esforço para assegurar os 190 milhões de reais necessários ao bom funcionamento da ANP.

Ressalto ainda a necessidade de se equacionar os problemas, que não tenho certeza se que V.Exa. já encaminhou, relativos à ELETRONUCLEAR, cancelamentos efetuados e não plenamente equacionados.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria de verificar a possibilidade de reforçarmos, ainda que de maneira não tão intensa como seria desejável, os recursos para bolsas do CNPq e para as universidades federais.

Como o próximo ano será de grandes investimentos, seria adequado que as universidades recuperassem sua infra-estrutura e seus equipamentos que se encontram verdadeiramente sucateados. Considero da maior importância a possibilidade de reforçarmos as duas dotações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Darcísio Perondi, que já estava inscrito e havia pedido a palavra anteriormente para debater a Lei Kandir, assunto que estávamos abordando naquele momento.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Cumprimento o Deputado Bittar, pois a política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso continuou sendo efetivada com mais rigor, e no segundo ano do Governo Lula começou a dar certo.

Só espero — e vamos torcer para isso — que o mercado internacional continue comprando. Mas com uma taxa SELIC de 18% no ano passado, a renda caiu e o crescimento foi negativo. Tinha de haver criação de emprego este ano.

Nos últimos 2 anos, a COFINS passou de 59 bilhões de reais e vai fechar este ano com 85 bilhões de reais. Olha a derrama de impostos! A Contribuição sobre Lucro Líquido, que era 16 bilhões de reais, vai fechar com 23 milhões de reais, ou seja, 50% de diferença. E esse dinheiro está indo para a área social? Aqui não se discute recursos para assistência social. Engraçado que já participo há 6 ou 8 anos desta Comissão e sempre ouvi o discurso estrondoso da aguerrida bancada, que hoje é Situação, em relação à área social.

Lei Kandir. Só para fixar, neste e no ano passado, o repasse foi de respectivamente 18% e 29% da média. As suas metas, desde a sua existência, eram de 50% da cobertura das perdas. No Governo Lula a expectativa caiu para 29% e, neste ano, 18%. Tiraram recursos de todos os Estados. Fixem bem, caros Senadores, caros Deputados e imprensa que aqui está: não vale nada, ou quase nada, lutarmos pelas emendas se não atacarmos esse ponto.

O Deputado Guerra falará sobre a área da saúde. O Relator foi duro, frio, incorporou o espírito dos Ministros Pedro Malan e Palocci.

Já havia dito que o Governo erra em 3 pontos na área da saúde: o primeiro deles é em relação à farmácia popular. Para os 43 medicamentos essenciais que devem ser enviados aos postos de saúde, o Governo destinou uma miséria de recursos. E vejamos, é farmácia básica.

Agora, meu caro Deputado Carlito Meross, brilhante Deputado do PT de Santa Catarina, para a farmácia popular, o Governo vai vender remédio nas lojinhas do SUS. Pasmem, caros Deputados, o Governo vai abrir lojinhas em 100 cidades do Brasil. Vai vender remédio, quebrando a espinha dorsal do Sistema Único de Saúde, que é a universalização de recursos. Até quem tem dinheiro vai comprar na lojinha do SUS, na lojinha do Lula. O Sr. Relator não mexeu nesse ponto apesar do apelo do Relator Bismarck Maia e do Conselho Nacional dos Secretários de Estado — CONASE.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Para concluir, vou para o terceiro ponto: escolha de Sofia. É o caso do internista que está na UTI neste momento, lá em Maceió, lá em João Pessoa, lá em Fortaleza, lá em Belo Horizonte, onde não há respirador, não há leito de UTI, e vai ter de escolher quem vai colocar no respirador ou quem vai tirar dele, acabando com o último sopro de esperança de vida.

Recursos para hospitais de média e alta complexidades, de urgência e de emergência, UTIs e os hospitais de porte. O Governo não colocou um tostão para reajuste. Minto, minto, colocou 1%, que não cobre nem o equivalente ao crescimento vegetativo.

No ano que vem, as UTIs e os serviços emergenciais dos hospitais das cidades médias e grandes ou vão fechar, ou vão piorar o atendimento. Conseqüentemente, mais gente vai morrer.

Este é o Governo do social. Viva o superávit primário!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Darcísio Perondi.

Próximo orador inscrito, Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o Senador Sérgio Guerra teve a preocupação oratória de usar eufemismos. Disse que o nosso trabalho peca pela improvisação, pela imprudência, e falou da perda de consistência.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se ele fosse mais realista, os qualificativos seriam muito mais fortes. Acho que há uma consciência generalizada na Casa de que se esgotou essa forma de elaborar o Orçamento. Não tem mais sentido trabalharmos assim: ficamos durante várias madrugadas para aprovar peças que não conhecemos na sua inteireza. Há enorme desqualificação do trabalho.

Alguns exemplos: as chamadas emendas de Relator-Geral. Ora, as emendas de Relator foram coibidas quando se fez a primeira resolução após a CPI do Orçamento, justamente para evitar problemas.

Agora, mesmo o anexo do Volume III, no qual aparecem as emendas de Relator, não tem justificativa, grande parte não tem espelho, não sabemos qual a causa, qual a origem e em quais se respeitam as limitações regimentais para elaboração desse tipo de emenda. Mas, talvez, o problema maior desse debate orçamentário seja a omissão de algumas áreas-chaves para este País.

Fiquei envergonhado agora, conversando com um assessor do Exército porque os Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica têm recursos reduzidos em relação à proposta original. O Congresso reduziu o orçamento de todas as Forças Armadas. Aumentou a do Ministério da Defesa, principalmente a parte vinculada ao trabalho do Calha Norte.

Outros exemplos: alguns programas importantes, como o da proteção aos quilombolas, que é um resgate social, falta debate sobre eles.

O Deputado Bittar fez referência às agências reguladoras: ANP, ANATEL e ANEEL. O Relator aprofundou a manipulação feita por este Governo e pelo anterior, visto que grande parte dos recursos vinculados às agências se situam nas chamadas reservas de contingência.

Então, o excesso de arrecadação, que no caso da ANATEL serviu para elaborar quase um novo orçamento, para a ANP, há um erro. É evidente que teria que ser corrigido, quando se apresentasse o novo Adendo nº 3.

No adendo inicial havia uma previsão das PE de 757 que implicava, por vinculação legal, 211 milhões de reais para a ANP. No último relatório a previsão das participações especiais é de 1 bilhão, 460 milhões reais, mais 200 milhões. Em que lugar serão alocados esses recursos? O que se faz? Coloca-se na reserva de contingência, amplia-se o superávit primário e troca-se a fonte. Sobra a Fonte 100 para as chamadas emendas dos Parlamentares, prejudicando áreas-chaves na questão da fiscalização.

Quero rapidamente buscar esclarecimento para a questão da dívida. V.Exa. reduziu a dívida, no GND de amortização da dívida, em 1 bilhão e meio de reais. Há uma vedação constitucional no art. 66 da Constituição. Quero explicação para isso. Seria caso de erro e omissão? Houve erro no cálculo do refinanciamento da dívida?

A segunda questão refere-se às chamadas emendas do acordo com o FMI. Quando se discute o chamado resultado primário, todas estão com o indicador zero, isto é, são despesas financeiras financiadas com receitas financeiras. Pergunto: como isso será feito na prática? Como vai funcionar? Vamos, de fato, aumentar a emissão de títulos para financiar as obras ou será feito com os recursos primários, arrecadados por nós, que implicará no corte nas emendas dos Deputados e Senadores? Qual é a forma mágica? Como isso se materializará? Receitas financeiras vão financiar as ditas despesas financeiras que, na prática, não são despesas financeiras, são despesas reais, primárias? Quero também discutir a questão do excesso das reservas de contingência.

Sr. Presidente, alguns órgãos, a partir do crescimento da sua receita própria, como, por exemplo, o DNPM. Esse é um órgão simples, porém mais de 40 milhões de reais foram ampliados porque ele detém parte dos *royalties*, foi ampliado para a receita reserva de contingência a fim de liberar recursos para as nossas emendas. Isso não é correto.

A página que se refere à reserva de contingência como emenda de Relator apenas para trocar fonte para viabilizar receitas primárias de Fonte 100 para as emendas parlamentares, é bastante extensa. O tempo não dá para aprofundarmos o debate em relação a esses problemas da qualidade do relatório, mas é importante termos a noção. Se por uma noção da ética parlamentar não devemos usar determinadas expressões, devemos, no entanto, pensar nelas, pensar que estamos chegando no limite ou que o estamos ultrapassando. Que isso sirva para todos os Parlamentares da Comissão, no sentido de rever os atuais métodos.

É isso que espero para o próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar não poderia deixar de cumprimentar o Relator e toda a sua equipe de trabalho, o comitê de receitas, o comitê de emendas, na pessoa do Deputado João Leão e mais aqueles que colaboraram para que fosse feito esse fantástico trabalho, que se realizou em condições extremamente desfavoráveis, más condições de tempo, dificuldades de recursos, pouca disponibilidade de tempo para a busca de fontes consistentes de recursos. Daí não chegarmos ao melhor dos mundos.

Tivemos que mudar a fonte para atender às emendas, e caímos em algumas distorções inevitáveis quando há uma briga de cobertor curto: quando se tapa o queixo, destapa o pé; quando se tapa o pé, destapa o queixo. É aquela briga em que sempre vai faltar alguma coisa.

O trabalho ficou notável. Devemos tomar algumas lições para o ano que vem. Creio que esse trabalho está pronto e devemos aprová-lo, mas há 2 pontos de reflexão.

O primeiro ponto foi mencionado há pouco pelo Deputado Sérgio Miranda. Trata-se de modelo um tanto esgotado, o que já foi que foi percebido por todos. Mas é bom que se diga como são as coisas. Com a votação de última hora, as bancadas discutem pouco a destinação de recursos para obras estruturantes. É bom que se ressalte que as emendas dos Parlamentares precisam de contar com espaço adequado na formulação do Orçamento, inclusive levando em conta a LDO.

Devemos, com toda clareza, estabelecer um projeto de formulação e de execução das emendas parlamentares. Sou um defensor do Orçamento participativo e, na esfera nacional, é na emenda que mais nos aproximamos da idéia do participativo. É na emenda que se tem o máximo de relação custo/benefício. Talvez o que um técnico do Ministério, de um programa nacional não enxerga, no âmbito do Município é o orçamento participativo que detecta aquela necessidade, e no âmbito nacional é a reclamação da comunidade, é a demanda de um Prefeito. São questões fundamentais também e temos que dar dignidade a isso de forma a torná-lo exequível.

Hoje, a única maneira que temos de fazer com que as emendas sejam incluídas e liberadas é quando entra na reta final e o Governo tem de atendê-las. Há que se pensar também na maneira de executá-las. Por que não incorporar — quem sabe no ano que vem — as prioridades da LDO para que, quando o Governo mandasse o projeto já estabelecesse o quantitativo das emendas, que já viriam incorporados ao projeto para ter a execução iniciada em janeiro do ano seguinte? Aí teríamos condição de alterar o nosso funcionamento. Chamo a atenção de todos para o fato de que com todos os defeitos é esse o melhor caminho para encontrar o espaço de consignação no Orçamento e de buscar sua execução. Cada Deputado sabe do que estou falando, porque fui também Deputado de Oposição e sei que é assim que tudo funciona. Temos de pensar no novo funcionamento a respeito de tudo, inclusive com relação a esse aspecto tão importante. Temos de incorporar adequadamente uma reflexão sobre o Orçamento, distribuindo forças, atendendo áreas que não sofrem pressão eleitoral. É o caso das Forças Armadas.

Saúdo também o nobre Presidente pela compensação das exportações. É importante que todos entendam o seguinte: há compensação ideal? Não quero falar do que houve no passado, sobre a Lei Kandir, nada disso. Temos de fazer uma nova lei. Qual é a coisa correta? É que as exportações e importações sejam neutras, ou seja, que o Estado não perca nem ganhe com isso. Hoje temos uma situação esdrúxula. O Estado, muitos secretários, corretamente — não critico, o resultado é impatriótico... A medida que o Secretário de Fazenda toma é obrigação dele; ele tem de estimular a importação, porque quando importa, a totalidade do ICMS fica para o Estado e quando ele cumpre o dever patriótico de exportar para o exterior, fica com o prejuízo. Temos de trazer a neutralidade. Daí, Sr. Presidente, temos de repensar corajosamente a questão das importações. Fazer com que na importação o Estado receba o mesmo que receberia se tivesse trazendo o produto de um Estado vizinho. A exportação deve ser remunerada da mesma forma. Deveremos ter as liquidações dos créditos, porque o crédito não liquidado imediatamente é um câncer. O que foi feito até hoje está ajudando o Brasil a exportar. Apesar de o câmbio estar mais baixo, o Brasil não perdeu força competitiva, graças à compensação das exportações, que, até agora, têm ido muito bem, e à não-cumulatividade da COFINS. Temos de repensar o assunto.

Acho que o valor global seria de aproximadamente igual ao saldo da balança comercial, que para o ano que vem deve ser de 8 bilhões, que é o valor global total.

Acho que os Estados devem participar porque ficam com resultado positivo quando há crescimento das atividades econômicas. Deveria ser valor um pouco menor. Creio que o valor estabelecido está de bom tamanho, mas é preciso estabelecer critérios permanentes na lei para



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

acabar com a situação absurda de ser interessante para o Fisco estadual quanto mais importar do exterior, melhor, e quanto mais exportar, pior. Isso tem de acabar.

Tudo isso fica como elogio ao número encontrado, à solução encontrada para o Orçamento deste ano e, para o ano que vem, estabelecermos a lei definitiva da compensação das exportações. Parabéns ao Presidente e ao Relator pelo trabalho realizado. Colocamo-nos à disposição para que no próximo ano resolvamos esses 2 assuntos tão importantes para a elaboração de um bom orçamento para os anos vindouros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, desisto da minha inscrição, uma vez que aguardo resposta à questão de ordem que formulei em relação ao FPE, ao FPM e aos Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado.
Concedo a palavra ao Deputado Paes Landim.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Sr. Presidente, os Deputados Sérgio Miranda e Sérgio Guerra, não sei qual dos 2 é mais brilhante, falaram muito bem a respeito da reformulação da estrutura do Orçamento.

Quando estudante no Rio de Janeiro, eu freqüentava o Palácio Tiradentes e, durante 4 anos seguidos, vi o Deputado Israel Pinheiro ser o Relator de uma Comissão que realmente estudava os problemas do País. Agora vejo o Relator Setorial cortar recursos para uma estrada construída pelo Exército Brasileiro sem ter a menor idéia do que se trata. Gostaria que fosse revisto o critério de corte.

Por outro lado, o Relator manda cortar, segundo ele anuncia, 6% das emendas acordadas pelos Parlamentares. Ao mesmo tempo, incluiu, para o meu Estado, o Piauí, emenda de Relator, por conta própria. Os cortes somados são muito maiores do que os das emendas.

Sr. Presidente, eu me inscrevi para falar sobre o texto que seria distribuído, mas como não foi, fica difícil abordar o assunto.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Paes Landim.
Com a palavra o Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sub-Relatores, parabéns-os pelo trabalho. Somo minha opinião a alguns discursos e vou tentar aduzir algumas observações que devem servir de reflexão para formulação de nova metodologia a ser utilizada por esta Comissão. O funcionamento da Comissão não se restringe apenas a votar créditos suplementares, adicionais ou especiais. Tampouco se restringe à votação da LDO ou do próprio Orçamento. A Comissão deve estabelecer uma rotina de trabalho a ser iniciada no começo do próximo ano, a fim de que possamos discutir em profundidade nova formulação, elaboração, votação e discussão do Orçamento Geral da União, que, conforme já foi dito, é a lei mais importante votada pelo Congresso Nacional.

A discussão teve vários enfoques. Quero ater-me a apenas uma questão. Coordeno a bancada de São Paulo e entendo que os recursos impostos pelo Orçamento devem servir para dirimir ou pelo menos tentar reequilibrar as diferenças regionais que temos no País. Isso é função do Governo, da Comissão e do Orçamento. Acredito que mesmo assim a forma de estabelecimento das emendas de bancada deve ser revista. Temos um mínimo de 15 emendas. Fica fácil para uma bancada de 8 Deputados estabelecer as prioridades dentro de 15 emendas, sem falar das outras 3 que são destinadas aos Senadores. É difícil na bancada de São Paulo, que possui 70 Parlamentares, estabelecermos 20 prioridades.

Adotamos há vários anos, e acho que acontece com outras bancadas, a forma mais democrática de resolver o problema: fazemos uma votação secreta para que as prioridades sejam estabelecidas, tendo em vista a escassez do número de emendas. Não quero que se diminua o número de emendas de outros Estados. Mas é preciso, dentro dessa regra, investir mais onde o País mais necessita, que se trate o assunto com certo cuidado, a fim de que as distorções não fiquem ainda mais gritantes.

Sensibilizei o Relator Setorial da saúde. As emendas de bancada do Estado de São Paulo servem para atender a hospitais de alta complexidade: INCOR, Hospital das Clínicas, Hospital São Paulo, Dante Pazanezi, Hospital do Câncer de Jáu e Hospital do Câncer de Barretos. Esses hospitais atendem a pessoas de todos os Estados da Federação. É preciso discutir com seriedade nova formulação para a execução e discussão do Orçamento.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Presidente, cumprimento o Relator, que encarou 2 dificuldades com capacidade e altivez, como lhe é peculiar, que foi a solução dada ao salário mínimo, importante para o País, para a Comissão, para o Congresso Nacional, e a redução da tabela do Imposto de Renda. O Relator começou seus trabalhos em débito, com dificuldades.

Saliento o trabalho do Deputado João Leão, que chefiou o Comitê de Emendas e teve a paciência necessária para receber todas as bancadas. Ouviu todos os apelos e choramingos, inclusive o meu. Não devemos apenas discutir aqui se o Estado irá ter 15, 18, 20 ou 50 emendas, mas também a forma como elas estão sendo tratadas. Criamos a expectativa de que a emenda irá se concretizar no Orçamento que será votado, mas, muitas vezes, ela não é aceita. Isso é pior. Seria melhor que não tivéssemos dotação específica para determinado projeto, atividade ou programa. Criamos expectativa, o Orçamento é contingenciado, porém ficamos em situação pior do que se não tivéssemos alocado recursos para o Orçamento. No início do próximo ano, esses assuntos devem ser tratados de forma exaustiva na Comissão, com o objetivo de que o Orçamento seja melhor discutido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, infelizmente, a discussão, da forma como vem sendo feita, não permite que se debata, de fato, o Orçamento do Brasil. Deveríamos discuti-lo durante semanas, com a presença de autoridades e de Ministros. Programas também deveriam ser debatidos. O Ministério dos Transportes, que este ano passará a receber recurso ponderável em função do projeto piloto, deveria vir aqui e discutir quais são as prioridades do Governo a serem alocadas no Orçamento.

Infelizmente as questões não são debatidas nessa profundidade e muito menos ainda as macroeconômicas. Por que o Relator imaginou que o PIB vai crescer 4,3% no próximo ano? Não há nenhum dado. Nem o Governo nem o mercado imaginam por que o Relator propôs 4,3% de aumento do PIB. Isso aumenta enormemente ou pelo menos virtualmente a receita. O que o Relator fez — e quero cumprimentá-lo pelo difícil trabalho — foi procurar receitas imaginárias em grande parte, ou hipóteses altamente otimistas que não se vão realizar. O que se vai realizar neste ano será o maior contingenciamento que já se teve notícia nos últimos anos. E por quê? Não pode o Governo imaginar, pelo menos no começo do ano, que vai trabalhar com esse dado de 4,3% do PIB. Ele não vai poder trabalhar com a hipótese de receber mais de 5 ou 6 bilhões de receitas atípicas de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que ainda não terminou, que pode levar meses ou 1 ano. Aliás, mesmo depois da decisão ninguém garante que aqueles recursos vão entrar de imediato. Portanto, apesar de tudo, se desse certo, o aumento da carga tributária — é bom se atentar para esse fato — no próprio relatório o Relator estipula, analisa: 2003, carga tributária federal em torno de 23%; 2004, de 24%; 2005, de 25%. Todo ano aumento de 1% na carga tributária mesmo além do aumento do PIB positivo.

Ouçõ todo o dia o Ministro Palocci dizer na televisão: “*Nós estamos diminuindo a carga tributária*”. Mas está escrito aqui que está aumentando a carga tributária! Está escrito. Talvez o Ministro Palocci não acredite nessa receita. Se essa receita não se der — vai ser difícil que se dê de fato —, vamos ter enorme expectativa, mas essa fantasia não vai se realizar.

Sr. Presidente, é preciso deixar claro: não nos vamos enganar com alguns momentos de crescimento da economia, se relacionados com o ano de 2003. Não quero ver estatísticas de aumento de emprego fornecidas pelo fantasioso cadastro do Ministério do Trabalho. Quero ver aumento de emprego pelo IBGE. Não temos registro de aumento de emprego nos últimos meses. Não há mais aumento da produção industrial. Em certos momentos, saímos daquele fundo de poço de 2003; crescemos em 2004. Há crescimento, mas não há hipótese de manutenção desse crescimento. O saldo de exportação não vai mais manter o ritmo. Vai ser um desastre, uma crise? Não. Provavelmente não. As condições internacionais não são para isso. Estamos, felizmente, ainda navegando num mundo em crescimento: China, Índia, Estados Unidos, o que nos facilita nossa situação econômica. Não estamos pegando crises. Isso vai fazer com que ainda tenhamos um aumento.

Pergunto, contudo, se alguém nesta Casa é capaz de me dizer se houve melhor distribuição de renda nesses 2 anos do Governo Lula em relação aos Governos anteriores ou há uma concentração de renda na mão de exportadores, de banqueiros, de algumas poucas empresas capazes de competir no mercado nacional e internacional?

Isso não se dá nas pequenas empresas, na distribuição de renda e na média de vencimentos dos trabalhadores. O PT fez esse discurso durante anos, mas não mais tem coragem



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de repeti-lo. O PT nunca mencionou nos seus discursos a distribuição de renda, as mudanças e as transformações no País. O que é fazer reformas senão melhorar a distribuição de renda? E ela está se dando. Ou vamos adotar a tese do Delfim, do passado, a de que é preciso primeiro o bolo crescer para depois dividir. Já ouvi muito isso. Não quero mais ouvir isso da boca deste Governo do PT.

Não consideramos este relatório realista. Ele é fantasioso. A situação do País não é aquela mesma que o *Jornal Nacional* nos transmite todo dia. A realidade é bem diferente.

Sr. Presidente — e sei que não foi por sua culpa —, V.Exa. nos deu uma informação errada a respeito da sessão do Congresso, que seria realizada hoje às 19h30min. Às 18h, o Presidente da sessão, Inocêncio Oliveira, mudou de idéia e transferiu-a para o dia seguinte, às 10h. Ficamos sabendo disso e não fomos ao plenário. O Presidente Inocêncio, contudo, resolveu não suspender a sessão e continuou com as votações. Ficou tudo muito confuso.

Portanto, solicito a V.Exa. e ao Líder que sugeriram ao Presidente Inocêncio Oliveira o cancelamento da sessão de hoje e a sua transferência para amanhã, a qualquer hora. Estamos dispostos a aprovar a matéria. Não concordamos com a atitude tomada pelo Presidente Inocêncio. É inaceitável. Este Congresso não pode chegar a esse ponto, não por culpa de muitos de nós, mas, às vezes, por culpa de algumas figuras importantes nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Alberto Goldman. O senhores têm razão. Agradeço-lhes por reconhecer que eu não tive culpa. Era a informação que eu tinha no momento.

Concedo a palavra ao Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, assim como os outros colegas, também critico a forma de atuação desta Comissão. Ela não pode, à 1h15min da manhã, começar a discutir algo muito importante para o País: o Orçamento.

Sr. Presidente, precisamos tratar essa questão com mais seriedade e responsabilidade. Já são altas horas da madrugada e todos estão cansados. Esse tipo de procedimento tem acontecido há vários anos. Não podemos decidir dessa forma a lei mais importante do País: a Lei Orçamentária. Ressalto o valioso trabalho do Relator. Há, contudo, dados que não consigo entender. Como o Governo não cumpre sua própria lei? Aprovamos uma LDO. Nela apontamos, no quadro de planos e metas, prioridades para determinados projetos.

O Sr. Relator aponta que, em função de o Executivo não ter cumprido — como não cumpre — a lei maior e mais importante do País, foi obrigado a colocar janelas de mil reais para projetos tão importantes decididos por esta Casa. Considero a omissão do Governo um desrespeito ao Congresso e a esta Comissão.

A bancada da Bahia apresentou suas prioridades. Por que elas estão totalmente mudadas no relatório? Há um corte linear e aumenta em um projeto 23 milhões, sem que a bancada tivesse opinado em relação ao aumento desses recursos. Fundo Nacional de Saúde, estruturação de atenção especializada em saúde, estruturação de unidade de atenção especializada do Estado da Bahia. A bancada entendeu que 14 milhões eram suficientes e agora vêm 23 milhões. A bancada não decidiu isso. Decidiu por outros projetos mais importantes. Não aceitamos que isso ocorra quando se faz um corte linear sem que a bancada seja consultada.

Sr. Presidente, não temos condições de votar este Orçamento sob pena de termos de pedir verificação. Não é dessa maneira que queremos ver tratados os assuntos nesta Comissão.

O tempo é muito exíguo: apenas 5 minutos. Acabo de receber este relatório. Identifico na Emenda nº 03 de bancada um aumento, com o qual a bancada não concorda. A bancada tem outras prioridades.

Temos importantes projetos de parque tecnológico na Bahia, de infocentros muito mais importantes e que não têm tido a mesma atenção por parte da Relatoria.

A Emenda nº 10, Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes — DNIT, construção de trechos ferroviários, vai para 32 milhões sem a bancada ao menos discutir se há a necessidade ou não desses recursos. A bancada não foi ouvida novamente, não houve discussão. Entendemos que a distribuição desse recurso não deve ser dessa maneira.

Portanto, solicitamos que essa questão seja discutida com a bancada. Não podemos aceitar que esses recursos sejam alocados de maneira que a bancada não tome conhecimento para opinar sobre essa distribuição de recurso aqui que acabamos de receber. E falo na condição de coordenador da bancada do Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, registro minha satisfação de estar presente em uma reunião que discute recurso da maior importância. Aqui ouvimos as preocupações do Senador Sérgio Guerra, agregadas às sábias observações do Deputado Sérgio Miranda e do registro feito pelo nosso colega Deputado Virgílio Guimarães.

Não tenho condição de falar nesta reunião sem registrar alguma coisa sobre a Lei Kandir, porque ela machuca o Pará. Isso é o mesmo que eu achasse um sapato muito bonito, mas me esquecesse do calo que estivesse fazendo no meu pé. Então, não tenho condições.

Sou contra a questão da neutralidade de importação para exportação. Este ano exportamos 3 bilhões e 400 milhões de dólares e importamos apenas 200 milhões de dólares. Se houvesse equilíbrio na importação, certamente não haveria o prejuízo que está aí, porque teríamos 17% sobre o produto produzido pela importação.

Quero fazer um chamamento ao Presidente. Em razão das observações feitas por vários Deputados, penso que é hora de buscarmos fazer no travesseiro profunda reflexão sobre o dia-a-dia desta Comissão. Devemos cortar, sim, mas já começar a cortar para o próximo ano as emendas de Comissão. Devemos acabar com as emendas de Comissão, de bancada e de Relator e fortalecer as individuais dos Deputados.

Penso que estamos dando um grande passo, já que o Orçamento é uma peça muito nova que a cada dia tem de ser aprimorada. Se não internalizarmos a responsabilidade de pensar na sua modernização, certamente não daremos a contribuição que a sociedade tanto espera.

Temos de trabalhar no sentido de a Comissão e o Congresso Nacional examinarem as prioridades do Executivo, mesmo porque, embora se trate de lei, os Ministros não têm obrigação de liberar os recursos das emendas de bancada e individuais aqui aprovadas.

Devemos caminhar no sentido do aprimoramento do Orçamento a partir de um processo que corrija injustiça como essa que o Estado do Pará experimenta: destinam-se recursos a determinada comunidade ou Município, mas estes não são liberados; em razão disso, o Município fica sem serviço médico, sem transporte, sem estrada. Por isso, não posso concordar.

Respeito o Relator e tenho fantástica admiração pelo seu trabalho, mas o relatório, na forma apresentada, prejudica meu Estado, o Pará. Meu partido pode até votar favoravelmente ao relatório, mas não o Deputado Anivaldo Vale.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Anivaldo Vale.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, Sr. Relator, em primeiro lugar, o fato de o Governo ter mandado zero para a Lei Kandir na proposta orçamentária já foi um sinal de que não tinha boa vontade em cumprir com os compromissos assumidos com os Governadores.

Quero também lembrar aos meus colegas da Comissão que no ano passado já obstruímos uma sessão do Congresso Nacional para resolver a questão da rediscussão da Resolução nº 1, porque o sistema que temos adotado, com emendas de bancada e de Comissão, não atende efetivamente aos interesses do Brasil.

As bancadas não estão conseguindo se organizar em termos das prioridades que se apresentam. As eleições municipais atrasam o início da tramitação do Orçamento — as eleições atrapalham a cada 2 anos a sua discussão — e agora há a novidade das PPPs, que gastam dinheiro público, saque a futuro, sem que se discuta isso no Orçamento.

As Parcerias Público-Privadas vão implicar obrigações do Orçamento da União, sem que isso seja discutido ou sequer autorizado pela Comissão de Orçamento.

Nós, da Oposição, temos feito discussão muito ampla, mas sem as exigências que a Oposição nos impingia anteriormente.

Deputado Virgílio Guimarães, tínhamos de votar nominalmente o salário mínimo e o superávit. Colocávamos a base do Governo para essas votações na Comissão. Agora, temos permitido que o debate se dê apenas durante essas discussões que temos procurado fazer.

Sr. Presidente, peço cópia do ofício que definiu as prioridades do FMI. Quero saber o que é do programa do FMI e o que surgiu de outras demandas cuja origem não sabemos. O Relator, Senador Romero Jucá, deverá ser nosso convidado logo mais para o *Programa do Ratinho*, ao qual comparecerá para que se descubra o DNA das emendas de Relator: quem as pediu. Isso é muito grave.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No relatório, no adendo às emendas de Relator, há 2 emendas em que o Relator inicialmente colocou mil reais apenas para abrir a rubrica, mas já acrescentou em uma 5 milhões e 300 e, na outra, 3 milhões de reais. O acréscimo foi feito imediatamente: uma está agora com 5 milhões e 300 e outra com 2 milhões. Precisamos saber de onde vieram essas emendas, Sr. Presidente.

Solicito a V.Exa. cópia desse ofício antes da votação do relatório deste Orçamento na sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não temos como atender a esse pedido: o DNA de quem indicou.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Estou pedindo cópia do ofício do FMI...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não, claro. A relação é uma coisa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - ...ou do DNIT, ou de quem pediu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - V.Exa. pediu outra coisa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - A cópia do ofício do FMI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Para deixar claro, não temos outra coisa a não ser a relação.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Outra questão: votamos a LDO nesta Comissão e no plenário. O que é LDO? Lei de Diretrizes Orçamentárias. Votamos a diretriz do Orçamento. Aí o Governo envia a proposta orçamentária e esquece 83 itens votados na LDO. O Governo esqueceu os programas que o Congresso Nacional definiu que deveriam estar no Orçamento. Então, essas coisas precisamos resolver.

Consulto também por que os cortes propostos de 10% nas emendas de Comissão e de 6% nas de bancada não atingiram as emendas de Relator, as quais não sofreram nenhum corte. São 2 bilhões e 800 milhões de reais.

Esses 2 bilhões e 800 milhões de reais estão na pág. 20 do relatório, Volume I:

“a) Restauração e conservação de rodovias federais, com R\$1 bilhão; b) Duplicação das BR 101 Sul; BR 101 Nordeste e Adequação da BR 381, com R\$745 milhões; c) Adequação, recuperação e ampliação de portos, com R\$ 226,1 milhões; d) Eclusas nos Rios Tucuruí-Tocantins, com R\$150 milhões; e) Desenvolvimento das Cidades—Metrô de BH (Deputado Virgílio Guimarães, em sua homenagem), com R\$81,6 milhões; f) Projetos de irrigação e Pró-Água, com R\$59,7 milhões; g) Projetos de aperfeiçoamento das receitas tributária federal e previdenciária, com R\$500 milhões; e h) Projetos de Centro de Biotecnologia da Amazônia e Laboratório de Meteorologia, com R\$17,6 milhões”.

Total das emendas de Relator: 2 bilhões e 800. Não houve nenhum corte nessas emendas. É preciso respeitar um pouco mais as decisões das bancadas, porque nós é que votamos.

Para concluir, quero elogiar o trabalho desenvolvido por V.Exa. na Presidência da Comissão, pelo Relator, pelo Líder Fernando Bezerra e por todos os membros desta Comissão e lembrar que receberemos o avião do Presidente Lula. Apesar de estar pronto, o avião não chegou agora para que as *charges* dos jornais não registrassem sua presença no saco de Papai Noel. Em janeiro, os brasileiros poderão se alegrar com o presentinho de Natal do Lula, de R\$186 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Ricardo Barros.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domiciano Cabral.

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL - Sr. Presidente, parabéns o nobre Relator pelo brilhante trabalho e V.Exa. pela condução das atividades da Comissão.

Como o corte foi feito linearmente em todas as emendas de bancada, peço ao Relator que dispense tratamento diferenciado ao Nordeste. O Relator sabe que nossa região vive praticamente de transferência de recursos federais, enquanto o Sul tem recursos de receita própria. Peço-lhe que o Nordeste brasileiro seja contemplado como no relatório anterior.

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Domiciano Cabral.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ronaldo Dimas.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS - Serei breve ao complementar o que foi dito em relação ao Orçamento e à sua execução.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É interessante constatar que, no Orçamento do ano passado, relatado pelo Deputado Jorge Bittar, do Rio de Janeiro, a estimativa, que todos no Congresso Nacional achávamos que não se realizaria, não somente se realizou, como também superou em aproximadamente 8 bilhões, 7 bilhões de reais o inicialmente previsto. Pena que, por incrível que pareça, o Orçamento não é cumprido.

Se a arrecadação foi suficiente, fica a pergunta: por que não há o cumprimento da lei orçamentária aqui aprovada? Por que nós, Deputados, temos de pleitear dia após dia empenho, liberação de recursos? Por que as bancadas têm de fazer do mesmo jeito? Os recursos de muitas emendas de bancada destinadas aos nossos Estados ainda não foram empenhados. Estamos tratando de novas emendas de bancada sem que as atuais estejam garantidas. Não entendo por que isso ocorre uma vez que o Orçamento se realizou.

Tenho a impressão de que a desfiguração do Orçamento dá-se em decorrência dos créditos suplementares enviados a esta Casa. Hoje mesmo, na sessão fantasma do Congresso Nacional, que não aconteceria segundo avisaram, foram aprovados vários créditos suplementares, que desfiguram o Orçamento que aprovamos. No próximo ano, estaremos sujeitos ao mesmo tipo de ação. Aprova-se agora o Orçamento e, em março ou abril, começam a chegar créditos suplementares. Desfigura-se o Orçamento aprovado. Aí não há recursos para empenhar as emendas individuais nem de bancadas.

Pergunto ao Relator, que fez tremenda mágica e, segundo S.Exa. mesmo disse, não deixou margem ao Governo para que receitas novas não fossem devidamente computadas no seu cálculo, se há alguma coisa prevista no relatório que não verifiquei claramente para o propalado projeto das PPPs, carro-chefe do Governo para investimentos, que teoricamente teriam de estar bem contempladas neste Orçamento. Essa é a pergunta que faço.

Parabenizo V.Exas. e todos os que se dedicaram à peça orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Wilson Santiago.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de fato ouvimos do Relator-Geral o anúncio do corte linear dos 6% em todas as emendas e dos 10% das emendas de Comissão. Ao que mais se referiu durante todo esse Orçamento foi à Lei Kandir, porque vários Estados exportadores reclamam do atendimento ou da compensação.

Durante toda a discussão deste Orçamento, Sr. Presidente, Sr. Relator, surpreendemo-nos muito com a questão dos Municípios brasileiros. Nós, especificamente do Nordeste, que acompanhamos de perto o sofrimento dos Municípios do Brasil, fomos surpreendidos com cortes de recursos. Houve cortes para, em função da Lei Kandir, atender aos Estados exportadores, a várias outras emendas e a várias outras prioridades do próprio Governo.

Entendemos a situação do Relator-Geral. S.Exa. não pôde atender à demanda, que de fato é muito grande. Sabemos que seu esforço foi enorme, mas, mesmo assim, precisamos dar atenção maior aos Municípios do Brasil, principalmente aos do Nordeste.

Sabemos das dificuldades dos Municípios. Muitos deles estão vivendo em estado de calamidade — uns por excesso e outros por falta de chuva, especificamente os do Nordeste. Entendemos o esforço do Relator em ter procurado compensar de alguma forma os Municípios mais pobres, mas mesmo assim a grande maioria não foi atendida na proporção das suas necessidades.

Esperamos que, com os destaques até então apresentados, sejam corrigidas algumas das distorções, como, por exemplo, a relativa à Capital da Paraíba, João Pessoa.

Sr. Relator, ao observar as emendas apresentadas para as Capitais do Brasil, noto que João Pessoa foi a que recebeu, por meio de emenda, o menor número de recursos, daí o nosso apelo de que, no relatório final ou no acatamento dos destaques finais, seja revisto o caso de João Pessoa, que está sendo prejudicado.

No mais, agradeço a V.Exa. a atenção e a todos a compreensão. Todos nós estamos cansados nesta madrugada. Todos, comprovadamente, estão demonstrando cansaço.

Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Sr. Deputado Devanir Ribeiro.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Sr. Presidente e Sr. Relator, primeiramente, elogio o trabalho e a coordenação de V.Exas., mas gostaria de fazer algumas reflexões, até concordando com alguns Deputados que falaram anteriormente.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Este tipo de discussão que ora travamos sobre o Orçamento está totalmente superado e equivocado. Há uma velha máxima que diz que na casa em que falta pão, todos brigam e ninguém tem razão. É por isso que o Relator não pode fazer milagre. O Orçamento é 100, é um inteiro. Para dar a um, é preciso tirar do outro. Não há jeito.

Fiquei 14 anos discutindo o terceiro Orçamento do nosso País, o da cidade de São Paulo. Lá havia uma outra concepção. Por quê? Não há emenda de Vereadores nem de bancada. Pode-se emendar dentro da proposta que vem do Poder Executivo e ser co-responsável pela execução orçamentária. E, às vezes, nós, ao fazermos uma discussão, transmitimos a impressão de que não somos também co-responsáveis. Temos de refazer o pacto federativo e acabar com essa choradeira do Estado A ou B reclamando do Estado C ou de outro qualquer. Não podemos continuar ouvindo que um Estado é rico e o outro é pobre. É a mesma discussão quando queremos discutir os países ricos com os pobres. Aqui ninguém quer dividir nada com ninguém. É a mesma discussão.

Precisamos de outro método. Não compete apenas à Comissão de Orçamento encontrar a fórmula, mas à Casa como um todo. Não há como discutir o Orçamento Geral da União em um prazo tão exíguo como estamos fazendo. Precisaríamos de no mínimo 6 meses para sermos co-responsáveis deste Orçamento. Nesse tempo, poderíamos discutir sobre o que é estratégico, tecnológico, importante ou não, quais os investimentos necessários e o que precisamos para os nossos Estados.

Infelizmente, vou fazer nesta Comissão uma declaração sem magoar ninguém. Se alguém se magoar eu também me incluo. Na política há outra máxima: há os espertos e os inteligentes. Muitas vezes, os inteligentes pagam por serem inteligentes, ficam quietos e pagam um preço muito alto porque há os mais espertos: os que gritam, reclamam e choram mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Nobre Deputado Devanir Ribeiro, peço a V.Exa. que conclua a sua intervenção.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Concluo, Sr. Presidente. Se fosse olhar as diferenças que há inclusive nas emendas do meu Estado, ia dar uma encrenca danada. Não há pacto nem compreensão. E isso dá a impressão de que somos Vereadores nesta Casa: que cuidamos da rua, do buraco, da creche, da iluminação pública. Posso até dizer que o que difere nesta Casa é a BR e não a rua.

Muito bem. O que vejo é o seguinte: estamos fazendo um papel, na minha modesta opinião, deprimente. Não podemos aprovar um Orçamento assim. Essa forma que estamos aprovando o Orçamento — e desde já quero dizer que pertenço à base do Governo e quero aprová-lo — não pode nunca mais se repetir. Se o aprovarmos estaremos passando atestado de incompetência da Comissão de Orçamento e da Câmara dos Deputados. Se não acabarmos com isso, não mereceremos e não seremos dignos dos votos dos que nos elegeram para representá-los na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, nobre Deputado Devanir Ribeiro.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero — e estou seguindo a mesma linha dos vários Parlamentares que me antecederam — dizer primeiramente que todo o mundo tem a compreensão de que esta é a peça mais importante, diria até que é a única que todos os anos repetimos, apreciamos e aprovamos. Portanto, quando alguns falam que ela se exauriu ou saturou, quero dizer que estamos nesta Casa fazendo isso há pelo menos 2 mandatos e na metade do terceiro mandato. Se há disposição efetiva para modificação, ela deve ser assumida por este Parlamento. Essa foi uma prática que criticamos no Governo Fernando Henrique Cardoso e estamos criticando no Governo Lula. Portanto, não é o Governo que faz lei para determinar quais os procedimentos, Senador Fernando Bezerra. Quem faz é esta Casa.

É bom lembrar que esta Comissão de Orçamento, Senador Romero Jucá, começou a apreciar o relatório há exatos 30 dias. Os Relatores-Setoriais o receberam no dia 25 ou 28 de novembro. Então, a responsabilidade pela mudança cabe a esta Casa, ao Congresso Nacional.

Portanto, se quisermos mudar as coisas — e diria até que esta Comissão de Orçamento passou por uma CPI rigorosa — essa...

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA - Nobre Deputado Walter Pinheiro, permita-me V.Exa. uma intervenção?

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Pois não, nobre Senador Fernando Bezerra.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA - Nobre Deputado Walter Pinheiro, o Presidente José Sarney já acertou com o futuro Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional que vai designar uma Comissão de 10 Deputados e 5 Senadores para, em um prazo de 60 dias, reformular toda a resolução que rege a forma de elaboração do Orçamento.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Nobre Senador Fernando Bezerra, isso é positivo. Primeiro, acabará com essa forma de trabalhar até de madrugada, como, por exemplo, a de hoje, quarta-feira, à 1h48min. Estamos na realidade fazendo algo que não conseguimos fazer em hora alguma, ou seja, o debate sobre quais as linhas mestras do Orçamento. Fizemos, de afogadilho, reuniões de valores.

Estamos falando agora de parcelas significativas. Isso vai servir para registro taquigráfico, talvez para registro externo, e não mais para aplicação nessa peça orçamentária.

Vamos votar a peça orçamentária, vamos aprová-la, e, com isso, todos irão para casa. A peça orçamentária entra em uma outra seara que este Parlamento não consegue dar conta: a de acompanhar, fiscalizar e garantir a execução. Há pouco fizemos diversas críticas, por intermédio do nobre Deputado José Rocha, da Bahia, sobre o orçamento daquele Estado. Não vamos ver esse orçamento executado. As prioridades serão definidas pelo outro lado da rua. Não vamos ter oportunidade de exigir o cumprimento daquilo que é acordo da bancada enquanto prioridade.

Portanto, precisamos refazer essas coisas. É bom salientar nesta Comissão que as bancadas estão sendo tratadas com 6 bilhões de reais. Repito: 6 bilhões de reais. É o maior volume de recursos para as bancadas, do ponto de vista de Orçamento que acompanhei nos últimos 8 anos. O Orçamento passado foi votado do mesmo jeito, Sr. Presidente, nobre Deputado Paulo Bernardo. Ficamos naquele plenário do Senado Federal, com uma bancada do PT — recordo-me — com 4 Deputados. O restante teve de ir embora, porque estava difícil encontrar vôos em outro horário. Vão repetir o feito. Estamos fazendo críticas porque é óbvio que há problemas sérios. Se há esses problemas vamos trabalhá-los na perspectiva de resolvê-los.

E aí quero salientar, nobre Senador Romero Jucá, alguns pontos de extrema importância. Primeiro, V.Exa. fez um trabalho digno, correto e decente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Nobre Deputado Walter Pinheiro, peço a V.Exa. que conclua sua intervenção.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Concluirei, Sr. Presidente.

Nobre Senador Romero Jucá, à medida que as coisas vão se avolumando e a pressão vai crescendo do ponto de vista do tempo e da resposta, é natural que elas aconteçam com distorções. E quero citar duas delas para termos como referência, fora inclusive do Orçamento para não dizer que estou fazendo apenas as críticas ao absurdo da bancada do Estado da Bahia. Principalmente, localizada, por exemplo, na questão do CNPq. Vamos tratar um órgão de suma importância e algo de relevância neste País. É prioridade do Governo, e aí essa prioridade não se expressa no Orçamento. O CNPq, quando lhe for aplicado o corte de 10%, vai ficar com 42 milhões. Para o CNPq cumprir o que programou para aquele ano seriam necessários 60 milhões. Portanto, vão ficar 18 milhões a menos da verdadeira e real necessidade para trabalhar o campo que todo mundo levanta como prioritário: a pesquisa.

A Defensoria Pública é outro importante setor que presta assistência jurídica ao cidadão. Ele, porém, entrou no Orçamento com 38 milhões, mas devido aos cortes vai ficar com 3,6 milhões. Está com menos de 10% dos recursos para funcionar. Isso é fruto de quê? Não da irresponsabilidade ou da perversidade do nobre Relator, porque seria leviano e insano atribuir-lhe essa acusação, mas fruto do afogadilho, da ausência do debate. Não tive oportunidade de fazer esse debate em nenhuma hora nesta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. E não é apenas nesse estágio. Participei de 8 estágios e em todos eles senti a mesma coisa. Ou discutimos o destaque, pegando a boa ou má vontade, ou a disposição ou indisposição de um comitê para atender à demanda desse tipo.

Precisamos urgentemente de fazer duas coisas: parar de falar em demasia, como diz Charles Chaplin, para ver se produzimos bem mais. E a produção passa pelo Congresso Nacional, que deve pegá-la na unha com responsabilidade. Os Parlamentares desta Comissão Mista devem dizer que o ano que vem a discussão do Orçamento Geral da União tem de começar em setembro. Neste ano, perdemos tempo discutindo resolução, fazendo obstrução — o que é uma manobra lícita —, mas não enfrentamos o processo eleitoral de algo que poderia ser da dinâmica e da prática do Parlamento. Na realidade, a obstrução serviu ao Governo — seja qual for. Vamos discutir, mas também vamos entregar o Orçamento aprovado. Quanto à dinâmica do Parlamento e à oportunidade de produzir algo sério e consistente, perdemos na história. Acabou. Porque no



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dia 30 de dezembro vamos apresentar o relatório publicado e aprovado, queixas registradas, sugestões positivas, como as feitas nesta noite, mas que são meras palavras e não conseguem ser traduzidas para uma prática real.

Portanto, o desafio é para a Casa. Se quisermos fazer isso, temos condições de moralizar, de uma vez por todas, a lógica de funcionamento, de discussão e eliminar a desconfiança. Muitos falaram em jabuti e uma série de coisas, há uma aura de desconfiança para uma lógica e uma metodologia que precisam ser alteradas, mas que vêm sendo mantidas pelos Srs. Deputados e pelos Srs. Senadores. Portanto, compete a nós fazer essa mudança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Sr. Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, na verdade, sinto-me muito satisfeito por estar nesta Casa e nesta Comissão votando o Orçamento, que gostaria que fosse maior. Eu queria, por exemplo, que o Estado do Pará tivesse tido a oportunidade de ter garantido os 50 milhões para começar a construção de trechos importantes na BR-230, aberta há mais de 30 anos e que foi se acabando — agora estamos iniciando a sua recuperação.

Fiz um trabalho durante o ano, fui ao Ministério de Transportes, que mandou para o planejamento uma proposta de 100 milhões. Naturalmente, o Ministério do Planejamento fez os cortes e a verba de 50 milhões foi apresentada a esta Casa. Infelizmente, o Relator-Setorial de Infra-Estrutura fez o corte de 10 milhões e não foi possível, em acordo, fazer a recomposição desses 10 milhões, para termos pelo menos os 50 milhões.

O que me revolta é estar aqui discutindo recursos que nem poderiam mais ser discutidos. Para uma rodovia como essa, se tivessem sido gastos 30, 40 milhões por ano nos últimos 20 anos, ela já estaria toda asfaltada. Ouço alguns discursos e fico lembrando o que foi feito com os bilhões e bilhões arrecadados neste País com a privatização das nossas estatais. Quando eu estava na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, pensava que só na Região Norte havia rodovias estragadas ou rodovias que precisavam ser asfaltadas. Ao chegar nesta Casa, para minha surpresa, percebi que a situação das rodovias também é precária no Rio Grande do Sul, na Bahia, em Minas Gerais, em qualquer lugar.

O Governo Lula tem como meta restaurar as rodovias brasileiras até o final de 2005, por isso estamos cravando neste Orçamento 40 milhões para a BR-230.

Penso que as bancadas às vezes cometem erros — como a bancada do Pará, na minha avaliação, cometeu. Por exemplo, neste Orçamento, a bancada priorizou aprovar 50 milhões para transmissão de energia em uma região realmente necessitada. Mas sabemos que hoje é necessário fazer estudos de viabilidade, estudos de impacto ambiental, fazer os projetos de construção e não há tempo hábil para se gastar 50 milhões em um ano. Portanto, seria muito inteligente se tivéssemos priorizado 10 ou 20 milhões para outras áreas como, por exemplo, de ensino público superior ou de desenvolvimento agrícola. Mas a bancada não teve maturidade para promover esse debate e, muitas vezes, perdemos recursos.

Não poderia deixar de registrar a minha insatisfação. Consegui empenhar 80% das minhas emendas, mas 80% das emendas não estão sendo aplicadas por inadimplência das Prefeituras. Há Prefeituras deixando de aplicar neste ano 700 mil reais, porque não pagam INSS, porque estão em tomada de conta especial, porque receberam 40 mil reais de um convênio para a construção de biblioteca pública e desviaram o dinheiro. Agora, não podem receber 700 mil. Às vezes penso que o País está se preparando para receber volume maior de recursos. A maioria das Prefeituras, pelo menos no meu Estado, o Pará, não têm condições de receber emendas parlamentares nem convênios, porque os Prefeitos não levaram a sério os convênios anteriores — a maioria até renegociou a dívida do INSS, mas não está pagando.

Portanto, penso que algumas obras em cada Estado precisam ser priorizadas. E na Região Norte, principalmente no Pará, temos apenas um período de 6 meses para trabalhar, de julho a dezembro, que é seco e tem sol. A partir de janeiro temos um inverno rigoroso. E, às vezes, em novembro e em dezembro.

Estamos assinando contratos para a conservação de rodovias. Vamos assinar nesta semana contratos para a conservação, graças a um PL que aprovamos na Casa e que garantiu 15 milhões. Como hoje acabamos de garantir para o Estado do Pará mais 36 milhões, com os PLs que foram votados, uma parte já será empenhada para conservação das estradas.

Vou empenhar-me para fazer com que os recursos aprovados neste Orçamento seja aplicados em 2005. Esses 40 milhões, se forem aplicados em 2005, possibilitarão asfaltar 45 a 50



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

quilômetros. No Estado do Pará, na Transamazônica, isso já é uma revolução, porque há 30 anos não se asfalta nada.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, sugiro que seja encerrada a lista de inscritos. Todos os inscritos fariam, mas não haveria novos inscritos. Depois seria concedida a palavra apenas para os encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vou consultar o Plenário. Depois de sua sugestão, nobre Deputado, choveram inscrições. Vou conceder mais 5 minutos para inscrições. O Plenário está de acordo? *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. Senador João Ribeiro.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, teria muito a dizer, sobretudo sobre meu relatório setorial — as recomposições, os ajustes, as disparidades. Mas devido ao adiantado da hora, Sr. Presidente, para contribuir com o bom andamento dos trabalhos e por solicitação de V.Exa. — o nobre Presidente sabe da admiração que nutro por ele — e também do meu amigo, Senador Fernando Bezerra, vou declinar da minha inscrição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Brillante discurso do Senador João Ribeiro.

Com a palavra o Sr. Deputado Carreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, serei breve também. Vou me ater a 2 ou 3 pontos que considero relevante comentar.

Primeiro, quero me associar aos Deputados que aqui falaram antes sobre o funcionamento desta Comissão, questão que já foi respondida de certa forma pelo Senador Fernando Bezerra, quando disse que já há autorização para rever os procedimentos.

Eu, pessoalmente, que exerci o cargo de Secretário de Planejamento e tratei de Orçamento durante 8 anos no meu Estado, nunca vi nada tão anárquico em relação à questão orçamentária como o que ocorre na União, quando se trata de um tema tão relevante para o País.

Um segundo ponto importante é que todo esforço é feito pelas bancadas para definir os valores das emendas, em uma discussão muitas vezes dolorosa. O tema é longamente debatido, cada um manifesta sua posição. Fechada essa proposta, discute-se com o Relator, discute-se como o Comitê de Emenda. De repente, aparece um relatório e se arranjam mais 25 milhões, que são alocados indiscriminadamente em determinados projetos. Essas coisas realmente não podem acontecer, porque desmoralizam não só esta Comissão, como também o que as bancadas fizeram, com todos os Deputados discutindo cada emenda de per si e a sua importância para o Governo do Estado.

Outro ponto que gostaria de ressaltar é a lista do FMI. Ela tem de estar explícita. A imprensa tem de tomar conhecimento da lista que foi colocada pelo Governo no acordo com o FMI. Ela está dividida em todo o Orçamento. Tem de ser um anexo específico para que se possa avaliar cada projeto, avaliar o que está sendo feito, o que está sendo proposto pelo Governo, porque essa lista não resiste à mínima análise de quem quer que seja.

Vou citar um exemplo: por que está lá o Metrô de Minas Gerais e não está o Metrô de Salvador, o de Recife e os outros? É uma decisão meramente do Ministério dos Transportes? Isso tem de ser discutido com a sociedade e com o Congresso. Essa lista precisa efetivamente vir a público e ser discutida por todo mundo.

Acho que a imprensa nacional deveria se interessar em pedir ao Relator ou mesmo ao Governo que faça a divulgação dessa lista e não se deve dar ao trabalho de buscar no Orçamento, em cada uma das emendas de bancada ou mesmo do Relator, onde estão efetivamente essas prioridades definidas no acordo com o FMI. Essas prioridades deveriam ter sido discutidas longamente com o FMI, até porque são projetos que devem ter um retorno.

Vejo alguns projetos que se referem a pequenos trechos de estrada, que quase têm um carimbo dizendo de quem é, e não a um trecho que efetivamente deveria ser recuperado.

Essas coisas precisam ser efetivamente esclarecidas. O Governo, que se propõe a ser transparente e que no passado foi contra o FMI e tudo o mais, hoje abraça essa causa, inclusive omitindo, de certa forma, e não dando transparência a esses recursos que estão alocados no Orçamento da União para 2005.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Finalmente, quero fazer aqui uma consideração sobre a Lei Kandir. Acho que avançamos muito na discussão. O Senador Jucá fez um grande trabalho, empenhou-se, foi buscar receita até onde não tinha, para tentar viabilizar aquilo que é de responsabilidade do Governo. O Governo deveria ter mandado na proposta orçamentária a previsão de receitas para pagamento da desoneração das exportações dos Estados da Federação. Não o fez. Transferiu a responsabilidade para este Congresso. Coube ao Senador Jucá buscar, com toda a sua criatividade, capacidade e competência, os recursos necessários para essa alocação, inclusive nessa discussão interminável com os Governadores, que muito desgasta a todos nós, inclusive o próprio Senador, que se saiu muito bem nessa tarefa, conseguindo encontrar evidentemente uma solução.

Portanto, mais uma vez registro que, se esses fatos ficarem devidamente esclarecidos, vamos votar o Orçamento sem problema, até porque já estamos pressionados pelo tempo. Nunca há nesta Comissão o tempo necessário para se discutir bem a proposta orçamentária.

Eu teria mil questionamentos a fazer, mas não vou me estender mais, porque estou respeitando o tempo destinado a cada Parlamentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Com a palavra o Sr. Deputado Eduardo Gomes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES - Sr. Presidente, meus cumprimentos ao Presidente da Comissão, Deputado Paulo Bernardo, ao Relator do Orçamento, Senador Romero Jucá, ao Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra. Meus cumprimentos também ao Comitê de Emenda, o qual tive a oportunidade e a honra de ter sido indicado pelo Relator e pelo meu partido para compor na discussão do Orçamento.

Sr. Presidente, também quero agradecer ao Deputado Ronaldo Dimas e ao Senador João Ribeiro, que nesta Comissão também representam nossa bancada do Estado do Tocantins.

Neste momento, faço um registro e um agradecimento ao Relator por ter atendido, no início da discussão do Orçamento, o pedido relativo aos 98 milhões da transferência constitucional de recursos, proveniente do acordo e da lei que indica esse investimento nos primeiros 10 anos de criação do Estado do Tocantins.

No momento em que a bancada do Estado, unida, tem a oportunidade de atender aos pleitos do Governador Marcelo Miranda, registro também que, analisando o Orçamento da União, as transferências constitucionais dos Estados que eram territórios, o Fundo Constitucional do Distrito Federal, as leis de compensação e os acordos firmados também em função do cumprimento da Lei Kandir, novas fórmulas devem ser providenciadas por esta Comissão para análise e execução do Orçamento a partir do próximo ano.

Tenho certeza de que tanto o Senador João Ribeiro quanto o Deputado Ronaldo Dimas, bem como a bancada federal do Estado do Tocantins, a partir de agora, Sr. Presidente, Sr. Relator, solicitarão da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento a repactuação da dívida constitucional do Governo Federal com o Estado do Tocantins. São aproximadamente 2,1 bilhões de reais que o Governo Federal deixou de passar ao Estado, mas continua passando aos Estados que eram territórios, e o Estado sente-se prejudicado.

Entende-se que se trata de um novo momento na política econômica e de uma injustiça que precisa ser corrigida e que teve como uma sinalização de que é correto o cumprimento do Governo, por meio do atendimento que tivemos do Relator. Mas, a partir do primeiro dia do ano de 2005, todos nós, do Estado do Tocantins, estaremos defendendo a repactuação da dívida do Governo Federal com o nosso recém-criado Estado, que abriga todos os brasileiros com muita honra e muito prazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O próximo orador inscrito é o Sr. Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA - Sr. Presidente, atendendo ao apelo do Senador, vou apenas lembrar ao nobre Relator dos nossos compromissos. Encerro agradecendo. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Tem a palavra o Sr. Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, meu caro Líder Fernando Bezerra, meu caro Relator Romero Jucá, realmente tivemos uma luta árdua. Fizemos 2 atendimentos a todas as bancadas e tenho certeza de que, em sua maioria absoluta,



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

elas estão satisfeitas com aquilo que foi aquinhoado. Nós nunca tivemos um Orçamento tão bom quanto o que vamos ter em 2005.

Agradeço ao Relator Romero Jucá, pois nunca demos um salto tão grande com referência ao salário mínimo como vamos dar neste Orçamento. Este Orçamento foi de conquistas.

Infelizmente, não podemos agradecer a todos. Há algumas pessoas que querem tudo. Mas tenho certeza de que a maioria dos Srs. Parlamentares estão satisfeitos, apesar da hora, 2h13min da madrugada.

Agradeço a todos os Parlamentares a compreensão com o Comitê de Emendas. Tivemos uma luta árdua. Estão aqui o Deputado Claudio Cajado, o Deputado Eduardo Sciarra, o Deputado Eduardo Gomes, a Senadora Lúcia Vânia, o Deputado Nelson Meurer, o Deputado Gilmar Machado, o Deputado Pedro Chaves, enfim, todos os companheiros que compuseram o Comitê de Emendas. O Deputado Jovair Arantes foi um grande guerreiro no processo de ajeitar as coisas com os companheiros.

Finalmente, quero dizer ao Sr. Relator que S.Exa. é um vitorioso. Para fazer o que fez, realmente, só sendo uma pessoa da sua qualidade e da sua competência.

Portanto, agradeço-lhe em meu nome e no de todos estes Parlamentares, que, tenho certeza, estão satisfeitos com seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, serei breve.

Quando vim para a Comissão Mista de Orçamento para participar das discussões, a pedido do meu partido, tinha o intuito de discutir os programas de reforma agrária, as ações sociais, principalmente em relação ao Programa Brasil Quilombola, a ampliação dos recursos para combater o trabalho escravo, a infra-estrutura urbana nas cidades e nos Estados mais pobres da Federação para que houvesse igualdade. Pela manhã, fiquei na situação de muitos que estão aqui, ou seja, discutindo situações isoladas. A imprensa até batizou isso de "rachadinhas".

Na verdade, isso não é uma visão do conjunto. Praticamente, sinto-me participando de uma Câmara Municipal ampliada ou de uma Assembléia Legislativa ampliada, e não de um Congresso Nacional, que deve discutir temas de importância nacional. Mas essa é a regra colocada.

Sou muito céptico em acreditar, embora o Presidente do Congresso Nacional possa formar uma Comissão para discuti-las, que novas regras serão aprovadas na Casa. Até porque a emenda é fator de influência política na região eleitoral, inclusive de barganha.

Sinto-me um pouco frustrado ao participar dessa primeira discussão ampliada do Orçamento da União. Pensava que pudéssemos trabalhar em outro nível.

Inclusive ouvi alguns discursos um pouco contraditórios, do passado.

Sr. Relator, fiz destaques para recuperar alguns valores originários, principalmente em algumas emendas de Comissão. São Comissões importantes, como a Brasil Quilombola e a Igualdade Racial. É uma emenda composta pela Secretaria e restabelece o valor originário proposto no Orçamento.

O outro destaque é para a ELETRONORTE. Visa a recuperar o investimento no Pará, restabelecendo uma linha de transmissão que leva energia de um canto para outro. Está correto dentro de uma visão técnica.

Também há uma ressalva ao texto apresentado na errata de uma emenda da Senadora Fátima Cleide, que mudou a função programática e não o valor. Só muda a função programática apresentada ao Presidente da Comissão e ao Relator. Há pedido da bancada de Rondônia para fazer essa mudança programática.

Para concluir, no tocante ao corte, a bancada de Rondônia sugere que esse corte seja feito não nas emendas de bancada, e, sim, na emenda do Relator, já que apresenta um valor novo que não foi discutido com a bancada.

Portanto, se se tiver que fazer corte no valor de 6% ou 10%, que seja na emenda do Relator.

São essas as sugestões que tenho a oferecer.

Oxalá, no próximo ano, tenhamos um processo de debate um pouco mais técnico e político.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Com a palavra o Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, para uma breve intervenção.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA - Companheiros, faltam 12 oradores. Quero fazer um apelo: uma vez que construímos de forma exaustiva um acordo, deveríamos caminhar o mais rapidamente possível para a votação. Peço aos companheiros que façam, se puderem, o cancelamento da inscrição ou sejam objetivos nos seus discursos, não repetindo o que já ouvimos de outros companheiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o nobre Deputado Givaldo Carimbão.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Atendendo ao apelo do nobre companheiro Senador, vou abrir mão da minha inscrição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Serei breve, Sr. Presidente.

Quero deixar registrado que toda a celeuma em torno da Lei Kandir poderia ter sido evitada. Não teríamos perdido tantas horas discutindo esse assunto se o Governo tivesse encaminhado em tempo hábil os recursos para a desoneração do ICMS sobre as exportações e não fizesse como fez, deixando ao Relator o trabalho de fazer mágica, a fim de buscar os recursos para atender algo que deveria ser compromisso da União em função do pacto federativo, que não está sendo observado ao longo dos últimos anos, principalmente quando iniciou a compensação da Lei Kandir entre 47% e 55%, níveis históricos de compensação aos Estados. Buscamos, ao longo de todo esse tempo, fórmulas para encontrar os recursos para atender os direitos dos Estados ao ressarcimento das perdas decorrentes da Lei Kandir.

Urge que encontremos uma solução definitiva para essa questão.

Além disso, espero que o que discutimos aqui com relação à correção da tabela do Imposto de Renda seja estendido às deduções com dependentes e gastos com educação. Da forma como está apresentada a medida provisória, isso não está claro. O Presidente Lula disse que faria isso, mas os técnicos da Receita, em todos os momentos, demonstram que será somente a correção da tabela, que não haverá o reajuste das despesas com educação.

Cumprimento o Relator por ter buscado em todos os momentos soluções para fecharmos o Orçamento.

O Governo dificultou muito nossa tarefa, mas estamos votando o Orçamento no final do ano, no final do tempo, graças ao trabalho e ao empenho de todos.

Meus cumprimentos ao Relator pelo trabalho realizado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o nobre Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO - Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção do Sr. Relator para o fato de que em Alagoas, exatamente em minha cidade de Palmeira dos Índios, está sendo construída uma barragem no Rio Bálsamo, que vai dar mais de 2.400 empregos, inicialmente. Veio no PL 9 milhões de reais. Houve o corte linear: 1 milhão e 600 mil reais. Apresentamos o Destaque nº 60 para restabelecer essa quantia.

Quero dizer ao Sr. Relator que reconheço suas dificuldades e sei que está no limite. Portanto, estou oferecendo a fonte para que esse valor seja restabelecido. Há uma emenda da minha terra, a qual tenho defendido na bancada. O que vou propor conta com o apoio de toda a bancada de Alagoas, inclusive do coordenador. Que da Emenda nº 71030003 sejam retirados os recursos para recompor a parte da barragem no Rio Bálsamo, de acordo com o Destaque nº 60 que apresentamos.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Peço ao Deputado Helenildo Ribeiro que formalize por escrito a solicitação.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO - Já existe o Destaque nº 60.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Não é o destaque. Gostaria que viesse uma solicitação com o visto do coordenador da bancada.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO - Sr. Relator, fiz outros destaques. Apresentamos inclusive 2 que visam restabelecer os recursos da MP. Foi uma grande injustiça o que se fez com a MP, que coloca nos cofres do Governo Federal mais de 8 bilhões de reais. Estão sendo negados 270 milhões para pesquisa, prospecção, exatamente para modernizar um setor de tanta importância para o País.

Muito obrigado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o nobre Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, reconheço o esforço hercúleo do nobre Relator, Senador Romero Jucá. Não é fácil, na condição de Relator auxiliado pelos membros do Comitê de Receitas e de Emendas, equacionar essas demandas colocadas pelo Poder Executivo, como recursos para contemplar os Estados exportadores, recursos para majoração da tabela do Imposto de Renda e recursos para o aumento real do salário mínimo.

A solicitação feita pelo Governo Central tinha de encontrar neste Parlamento os meios para ser efetivada. Coube-nos viabilizar os recursos financeiros para que essas questões graves pudessem ser equacionadas. E mais: para solucionar as demandas justas e necessárias dos Estados, haja vista que o Orçamento deve ser encarado não apenas como um ordenador de despesas, mas acima de tudo como um instrumento de combate às desigualdades regionais. E isso está sendo feito. Nunca tivemos um Orçamento que contemplasse tanto as bancadas e as Unidades da Federação como este de 2005.

Não foi fácil chegar onde chegamos. Por isso, quero dizer que lamentarei muito se todo esse esforço que fizemos não for pragmatizado na execução dessa peça orçamentária.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, muito do que estamos elaborando como políticas públicas para serem implementadas pelo Governo Federal poderá se tornar natimorto, poderá não conseguir sobreviver a um dia sequer depois da sanção, porque vem o famigerado contingenciamento e fulmina de morte as expectativas que estamos construindo.

Por isso, faço votos de que este Orçamento não seja mera peça fictícia e seja efetivamente executado.

Ao lado disso, parablenizo o Relator e também o Deputado João Leão, Presidente do Comitê de Emendas, por terem feito um belo trabalho.

Espero que possamos ainda nesta madrugada concluir os trabalhos na Comissão para podermos proceder à votação em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra a nobre Deputada Professora Raquel Teixeira.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, apesar de todas as dificuldades, estamos realmente desempenhando a difícil tarefa de alocar recursos para um país que quer crescer, mas tem dificuldades e defasagens históricas nas áreas de infra-estrutura, de educação, de formação de sua gente.

Considerando a hora e em respeito aos colegas Deputados e Senadores, apenas vou pontuar alguns destaques que fiz, para os quais peço ao Relator atenção.

A emenda da ANDIFES requer atenção especial devido à importância das universidades federais no País. A emenda do CNPq, devido à importância...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Emendas de Comissão?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Sim. A emenda da Comissão de Educação, da ANDIFES, Destaque nº 00269; a emenda da Comissão de Ciência e Tecnologia, do CNPq, Destaque nº 00270, e também o Destaque nº 271, relativo à Rede Nacional de Pesquisa, são importantíssimos para a modernidade que o século XXI exige.

Peço atenção especial ao Relator para o Destaque nº 00267, relacionado à infra-estrutura na Região Metropolitana de Goiânia, que atende a 11 Municípios na área de saneamento.

Parablenizo o Sr. Relator pelo esforço e pela disponibilidade que tem demonstrado com todos desta Comissão. Desejo-lhe sucesso na continuação dos trabalhos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Sr. Senador Jonas Pinheiro.

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO - Sr. Relator, também serei bastante rápido. Registro assunto que considero até desagradável. Quando estávamos negociando as emendas da bancada do Estado de Mato Grosso, negociamos também as da bancada do Centro-Oeste. Uma das emendas do Centro-Oeste refere-se às duas universidades: a de Mato Grosso e a de Mato Grosso do Sul.

Naquela oportunidade, estava presente o Magnífico Reitor da Universidade Federal de Cuiabá, e foi prometido ao reitor e às bancadas do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul que a emenda, que estava com 5 milhões de reais, seria acrescida de mais 5 milhões de reais. Infelizmente, Sr. Relator, não apareceu o acréscimo prometido naquele momento. E isso, com



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

certeza, vai deixar muito mal as bancadas de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul com suas universidades, uma vez que a outra emenda da bancada do Centro-Oeste, que corresponde ao Estado de Goiás e ao Distrito Federal, teve seu valor ampliado. Essa é a nossa reclamação. Se puder, espero que V.Exa. atenda a essa nossa solicitação, com base em acordo na Comissão das Emendas. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois não, Deputado Abelardo Lupion.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Sr. Presidente, eu e o Senador Jonas Pinheiro recebemos uma incumbência do Ministro da Agricultura a respeito dos recursos para a política agrícola. O Relator conversou com o Presidente da República, que assumiu um compromisso. Gostaria que o Senador falasse desse assunto, porque a emenda é de sua autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, acredito que, quanto a esse assunto, quem deveria discuti-lo mais propriamente seria o Relator, que conversou com o Presidente da República sobre essa emenda que vem em defesa do agronegócio brasileiro, sobretudo dos pequenos produtores, uma vez que estamos entrando numa crise de preço dos produtos agrícolas, e o Governo, dentro da lei, haverá de precisar de recursos para garantir a política de preço mínimo. E isso só ocorrerá se recursos estiverem previstos no Orçamento.

Conversamos com o Relator, que nos deu uma resposta positiva. Gostaria que o Relator informasse à Comissão qual foi o entendimento a respeito da emenda que propõe estoque regulador para os produtos agrícolas na próxima safra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o nobre Deputado Rogério Teófilo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO TEÓFILO - Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar o Relator e a Presidência.

Sr. Relator, fiz um levantamento e verifiquei que o atendimento hoje, dia 28, a quase todos os Estados, aumentou em 297 milhões 580 mil 143 reais. Somente de 5 Estados diminuiu. Esses 5 Estados são Rio de Janeiro, Pará, Maranhão, Alagoas, Sergipe e Santa Catarina. Esses Estados têm 48 milhões de reais. Foram os únicos Estados do Brasil que, depois da reunião de hoje das bancadas, tiveram a diminuição de recursos no bojo desses 6%. Mas é importante perceber que Estados como Alagoas, Sergipe, Maranhão e Pará precisam de um mínimo de apoio. Peço a V.Exa., Sr. Relator, e ao Presidente da Comissão de Emendas, Deputado João Leão, que façam uma reflexão sobre esses 5 Estados que tiveram diminuição de recursos na noite de hoje, com relação a esses 6%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, Sr. Líder do Governo no Congresso Nacional, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Senador Romero Jucá pela sua experiência e pela competência com que se houve na formulação desse relatório, que está em fase final.

Em segundo lugar, quero cumprimentar V.Exa., Sr. Presidente, pela paciência ao longo desse período que estamos discutindo o Orçamento da União.

Ouvi diversos companheiros falarem a respeito da discussão do Orçamento. Disse o Deputado Walter Pinheiro, pela Bahia, que esta Casa recebeu o Orçamento no primeiro dia de setembro e colocou-o na gaveta. Disse que ninguém se manifestou. Esse é um posicionamento que não merece sequer ser considerado, porque, quando alguma coisa de errado acontece, esta Casa é a responsável. Daí por que, pelo tempo que tivemos para apreciar a matéria, o Orçamento já deveria ter sido aprovado pelo Congresso Nacional.

Sr. Presidente, é preciso que haja mais responsabilidade por parte da Casa.

Quero fazer um apelo ao Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo no Congresso Nacional: não adianta todo esse trabalho, não adiantam essas dificuldades, essa luta, essa guerra entre bancadas para conseguir o maior percentual possível para as obras estruturais em seus Estados, se não houver sensibilidade do Governo, se o Governo não consolidar aquilo que tivermos aprovado nesta Casa.

Vou citar como exemplo o meu Estado de Alagoas, um Estado pequeno encravado numa região difícil do Nordeste brasileiro, o penúltimo Estado da Federação. Ainda não foram liberados 10% das emendas do meu Estado relativas ao Orçamento de 2004. E isso cria um desestímulo ao



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Parlamentar e um descrédito por parte do povo com relação a seus representantes no Congresso Nacional.

Gostaria de encerrar, dizendo ao Senador Romero Jucá que existe uma obra da maior importância para a Capital do meu Estado, Maceió, que é a obra do Vale do Reginaldo, cujo número da Emenda é 710300014. Essa obra é a redenção das belíssimas praias da Capital, que estão poluídas devido ao tal Canal do Salgadinho. Se V.Exa. tiver ainda disponibilidade de recursos, gostaria que essa emenda ficasse um pouco mais vantajada, porque se trata de obra da maior importância e consumirá um volume considerável de recursos.

Sr. Presidente e Sr. Relator, quero agradecer a V.Exas. o esforço e o trabalho feito, inclusive a compreensão dos companheiros. Esta Casa é o local para formular todas as nossas reclamações. É preciso, nobre Senador Fernando Bezerra, que tem demonstrado empenho para aprovar tudo aquilo que o Governo manda para esta Casa, que o Governo tenha um pouco mais de sensibilidade. Isso fará com que cada vez mais V.Exa. fique prestigiado perante seus pares, quer no Senado, quer na Câmara dos Deputados.

Para encerrar, quero cumprimentar o nobre Deputado João Leão, que não é leão só no nome, mas também nas ações. S.Exa. soube se portar muito bem no decorrer desse processo, empenhando-se para atender às mais diversas bancadas com assento nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Deputado Nazareno Fonteles.

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES - Sr. Presidente, Sr. Relator, quero fazer um apelo relativamente às emendas da Comissão de Ciência e Tecnologia, como outros colegas já fizeram. Quero remanejar R\$13 milhões do programa Casa Brasil para o CNPq.

A idéia era chegar a R\$60 milhões, mas devemos chegar até R\$55 milhões, senão o número de bolsas vai ser ainda menor do que o deste ano. A previsão é conseguir 10 mil bolsas em 2006. É o número que o Governo Federal quer alcançar.

Com relação às questões paroquiais, não fui contemplado. No entanto, não vou entrar nesse mérito em respeito à unidade da bancada, porque acho que, no global, o Piauí foi bem contemplado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Deputado José Divino.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIVINO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Romero Jucá, quero fazer uma reclamação como coordenador da bancada do Rio de Janeiro: acordo tem que ser cumprido! Nós do Rio de Janeiro não queremos tudo, apenas o mínimo que foi acordado. Estranhamente, a Emenda nº 1, no valor de R\$ 10 milhões, evaporou, sumiu! Na publicação está o acordo: R\$10 milhões.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Posso explicar, Deputado? Essa emenda, se não me engano, é a do acesso ao Porto de Sepetiba. Não é isso?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIVINO - Contorno rodoviário.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Ela saiu daí porque recebeu mais recursos e foi para o anexo das emendas do FMI. Essa obra foi uma das definidas como obra de projeto piloto. Então, o Rio de Janeiro está sendo atendido, embora não esteja alocado nesse ponto. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIVINO - Só para complementar, Sr. Presidente, quero deixar registrado que, no ano passado, aprovamos aqui R\$193 milhões. E, vergonhosamente, até agora este Governo, que nós apoiamos, só liberou para o Rio de Janeiro 7,42% desse total. Os Estados do Acre e do Amapá levaram muito mais do que o Rio de Janeiro. Nós somos o segundo Estado da Federação que mais contribui com arrecadação para o Governo Federal. Infelizmente, pelo fato de o Garotinho fazer oposição sistemática ao Governo Federal, o Estado do Rio, que tem uma população de 15 milhões de habitantes, vem sofrendo as conseqüências dessa retaliação, por falta de sabedoria política do Governo. Sou Parlamentar do PMDB há mais de 20 anos, apóio este Governo, mas não posso concordar com essa política de discriminação, de preconceito contra o meu Estado. Infelizmente, na Comissão Mista de Orçamento, só faltaram tirar as praias de Copacabana, Ipanema e Leblon. Assim não é possível. O Estado vem sofrendo retaliações. Precisamos corrigir as injustiças. Por isso, estou apresentando 21 destaques e espero que o Relator-Geral os acate e faça justiça ao nosso Estado.

Era o que eu tinha a reclamar e cobrar do nobre Relator. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado José Divino.

Concedo a palavra ao Deputado Carlito Merres.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, em favor do término rápido dos trabalhos, retiro minha inscrição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Deputado Inácio Arruda.

O SR. DEPUTADO INÁCIO ARRUDA - Sr. Presidente, vou retirar minha inscrição e desde já peço nova inscrição em plenário. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão. *(Palmas.)*

Também encerrou-se o prazo para apresentação de destaques.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, não é possível encerrar ainda o prazo dos destaques porque ainda estão se produzindo novas erratas com mudanças. Por exemplo, temos aqui um documento que diz que os recursos de atendimento aos Estados (Lei Kandir) são R\$8,6 bilhões. Está errado.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Tomara que V.Exa. esteja certo! *(Risos.)* Os quadros não estão coincidindo; logo, estão errados. E essas erratas estão sendo feitas agora. Talvez tenhamos que fazer eventualmente algum destaque. Sugiro, portanto, que encerremos agora a discussão, abrindo um prazo para eventuais destaques. Que suspendamos a sessão e voltemos amanhã. Vamos dormir um pouco! A votação será rápida. E o Relator nos apresentará o relatório dos destaques para serem votados. Isso pode ser feito ainda durante a manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - V.Exa. propõe voltarmos pela manhã para começar a votação do projeto e, depois, dos destaques?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Exatamente. E já se poderia preparar o relatório dos destaques, evidentemente. Já votaríamos o projeto com os destaques. E nos seria concedida meia hora a mais apenas para recebermos todas as erratas, para a apresentação de eventuais destaques, se for necessário.

O SR. DEPUTADO IVAN PAIXÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN PAIXÃO - Eu gostaria de insistir na pergunta que fiz logo que se iniciou a discussão. Refiro-me à questão do Estado de Sergipe. O Deputado Rogério Teófilo identificou posteriormente mais 4 Estados que, com o atendimento da segunda coluna, a coluna "b", do dia 28 de dezembro, receberam menos do que 6%. Quando os 6% foram aplicados, perdemos recursos já consolidados no relatório final. Na verdade, esses R\$ 300 milhões, acrescidos com o atendimento do dia 28, foram distribuídos entre 22 Estados, e 5 Estados perderam.

Pergunto ao Relator e ao Presidente como vamos solucionar essa situação antes da votação desse relatório. Sergipe não só deseja voltar à situação conquistada, mas ganhar um pouco mais, a exemplo de outros Estados. Não basta recompor o que tínhamos; precisamos ganhar de igual modo como os Estados que foram beneficiados. É preciso que o Relator deixe clara essa situação antes da votação, para que isso não fique decidido dessa maneira, o que consolida uma injustiça com Sergipe e outros Estados brasileiros.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Ivan Paixão, estamos levantando essa questão. Mandamos contabilizar todas as situações dos Estados, até mesmo anteriormente. Se houver algum tipo de injustiça contra Sergipe ou qualquer outro Estado, vamos tomar providências. Ninguém quer prejudicar o Estado de Sergipe. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO IVAN PAIXÃO - Minha proposta é no sentido de que, ao votar esse relatório, já esteja consolidada a solução desses casos, para que não passem despercebidos.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Vou considerar a ponderação de V.Exa. como destaque. Na votação, em "ressalvados os destaques", ficará ressalvada a questão de se buscar uma solução para esse caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Ivan Paixão, apesar da boa vontade do Relator em considerar sua ponderação como destaque, solicito a V.Exa. que apresente o destaque por escrito, se ainda não o fez.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, está certo o valor de R\$8,6 bilhões da Lei Kandir? Se está, vamos votar rápido.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Vou fazer um registro.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Temos de aprovar isso rápido.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Em algumas emendas de Relator — a Consultoria já está fazendo o reparo — o programa contou dobrado. Nesse caso, o valor é R\$4,3 bilhões; portanto, não está correta a anotação.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Que tristeza!

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA - Sr. Presidente, proponho que votemos o relatório, ressaltados os destaques, e amanhã, às 9h30min, retomemos os trabalhos para então votar os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Há acordo?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, conforme sugeri, deixaríamos a votação do relatório para amanhã. Não temos em mão as erratas, todo o relatório. Não é possível votar um relatório que ainda não temos em mão, que ainda está sendo refeito.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, a assessoria pode nos informar de quanto tempo precisa para fazer as erratas, a fim de que possamos avaliar se vale ou não a pena continuar o debate para votarmos ainda hoje, ressaltados os destaques. Isso adiantaria o processo.

(Não identificado) - Todas as erratas foram entregues.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Acabei de receber a Errata nº 3. Os números estão diferentes agora. Mas deixemos a votação para amanhã, Sr. Presidente. Isso não faz diferença nenhuma. Não posso estar recebendo erratas e ao mesmo tempo votando matéria. Ou seja, vou receber errata depois da votação?!

(Não identificado) - A Errata nº 3 foi entregue no início da reunião. Está conosco há mais de meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Em atendimento à sugestão do Deputado Alberto Goldman, vamos suspender a reunião neste momento, para retornarmos amanhã, às 9h, quando já teremos parecer sobre os destaques.

Informo ao Deputado Alberto Goldman que todos os documentos estarão disponíveis na Secretaria a partir das 8h.

Está encerrada a reunião.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a primeira Reunião Extraordinária da quarta Sessão Legislativa Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 36, itens remanescentes, e das demais matérias em tramitação na Comissão.

A discussão está encerrada, bem como o prazo de apresentação de destaques.

Vamos proceder à votação do parecer do Relatório Geral, com as alterações decorrentes do adendo e das erratas. Depois, o Relator dará parecer sobre os destaques. Além disso, vamos ter de votar os relatórios dos 3 Comitês de Avaliação da Receita Orçamentária das emendas e das informações enviadas pelo Tribunal de Contas da União; os subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, constantes do Anexo II do relatório final e, na seqüência, os destaques.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, quero que seja observado o art. 29 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado José Rocha, quero informar a V.Exa. que há mais de 28 Parlamentares presentes; portanto, já temos *quorum*.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, peço o cumprimento do art. 29. No Senado não acredito que haja número.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Nada impede que V.Exa. queira levantar a discussão que está sendo iniciada, mas acho que nós temos número para realizar a reunião. *(Pausa.)*

Nós temos um problema com relação à Bahia que, parece, se alastrou agora para Pernambuco.

Vou suspender a reunião por alguns minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Está reaberta a 1ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 36 (itens remanescentes) e das demais em tramitação na Comissão.

Indago ao Sr. Relator, que concluiu a conversa com os Parlamentares, se podemos passar à votação.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente, peça aos presentes que se sentem e façam silêncio.

V.Exa. poderia explicitar como será o processo de votação e de apresentação de destaques?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vamos fazer a votação do relatório final, ressaltados os destaques. Vamos votar também o relatório do Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária, do Comitê de Avaliação de Emendas e do Comitê de Avaliação das Informações Enviadas pelo Tribunal de Contas da União. Vamos votar, separadamente, os subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves constantes do Anexo 2 do relatório final. E, na seqüência, votaremos os destaques, lembrando que, segundo acordo, rejeitaremos todos os destaques.

Esclareço, a pedido do Deputado Alberto Goldman, que quer orientar a bancada, que vamos votar agora o parecer do Relator-Geral, ressaltados os destaques dos 3 Comitês que já mencionei.

Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, temos divergências quanto à própria elaboração orçamentária e sobre alguns dados macroeconômicos. O dado sobre aumento do PIB em 4,3% não tem justificativa nem é baseado em levantamento feito pelo Governo Federal; não há justificativas para os dados apresentados pelo mercado, bem como não há justificativas por parte do próprio Relator. Não há razão alguma para ser 4,3% e não 4,1%, 4,7% ou 3,5%.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Alberto Goldman, ajustei de 4% para 4,3% por conta da própria reestimativa do Governo, depois da entrega da proposta do Orçamento. Quando, em outubro, começamos a discuti-la, o Governo mandou a reestimativa de alguns dados, entre elas o aumento de 4% para 4,3% do PIB. Foi isso que levei em conta.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Todos os dados de mercado utilizados pelo próprio Governo prevêem aumento do PIB para 3,5%.

Fundamentalmente, Sr. Presidente, a maior divergência é sobre a forma como elaboramos o Orçamento, que não dignifica o Congresso Nacional. A maneira como estamos votando, sem um cuidado maior, não dignifica o nosso Parlamento. Esse é um processo inaceitável. Ninguém nesta Casa, nem o Relator, pode dizer que tem amplo conhecimento da matéria que está no seu relatório. Não há, em hipótese alguma, alguém que tenha acesso e conhecimento total. Não há uma assessoria nesta Casa com amplo conhecimento das matérias orçamentárias. Temos várias erratas em mão; consolidamos uma errata e, depois, a errata da consolidação. Ou seja, mais uma errata depois de consolidadas as erratas.

Portanto, não há como votarmos a favor dessa matéria. Vamos votar contrariamente, em parte, a sua substância, mas principalmente à forma como estão sendo conduzidos os trabalhos de apreciação do Orçamento — e o Presidente vem fazendo o maior esforço possível para reverter isso —, ou seja, atabalhoadamente, atropeladamente. Não temos condições políticas para aprovar o Orçamento dessa forma.

O PSDB votará contrariamente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, pela ordem.

Poderíamos estabelecer outra falação e outra discussão.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Cada partido poderá orientar a sua bancada.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado e, na seqüência, o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, quero elogiar mais uma vez o Relator pela compreensão e pelo esforço de unificar esse relatório, garantindo a reposição de verbas. O que assegura o crescimento econômico é exatamente o esforço que o Governo vem fazendo. E o crescimento hoje está garantido. Vamos superar as dificuldades; vamos agora incluir no Orçamento do ano que vem novos investimentos em infra-estrutura para sustentar esse crescimento que obtivemos.

Tivemos a possibilidade de corrigir o salário mínimo, o que vai melhorar a renda da população e, ao mesmo tempo, promover a distribuição desses recursos pelo País. Além disso, fizemos a correção da tabela do Imposto de Renda, o que não vinha sendo feito, medida que beneficia a classe média.

Exatamente por isso entendemos que esse relatório promove avanços e melhorias. Começamos a introduzir nele elementos novos, assegurando que os recursos provenientes do acordo com o Fundo Monetário Internacional sejam destinados ao desenvolvimento, à infra-estrutura e à geração de emprego.

Diante do avanço na área social, da melhoria na distribuição da renda, através da elevação do salário mínimo, da correção da tabela do Imposto de Renda e de novos investimentos, conclamamos todos os Parlamentares a votarem favoravelmente ao parecer do Relator-Geral, possibilitando ao País um crescimento muito maior do que de 4 pontos percentuais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Gilmar Machado.

Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PFL fez uma profunda reflexão sobre os diversos pareceres, desde o primeiro, no qual foi constatado um engano quanto à avaliação do IPI, de mais de 3 bilhões, até o último. Mas o que nos deixa tristes é a ausência de previsão de 1% dos recursos para os Municípios brasileiros.

A PEC da reforma tributária já foi aprovada no Senado. A previsão, tendo em vista os acordos entre Governo Federal e Governadores, firmados com base na Lei Kandir, é de que deverá ser aprovada a partir de fevereiro na Câmara. Nela está previsto um incremento de 1 bilhão e 300 milhões para o FPM. Nada disso foi previsto.

Há também inconsistência de dados sobre a avaliação da receita e da despesa, acima de tudo número exagerado de erratas emitidas durante toda a noite para se concluir a votação do relatório final.

Em função disso, Sr. Presidente, o PFL encaminha contrariamente ao relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, quero saber do Sr. Relator se o Destaque nº 542, apresentado à emenda individual, remaneja recursos de uma emenda para outra, sendo do mesmo autor.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Acho que não é o momento de discutir os destaques, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Quero esclarecer aos Deputados José Rocha e aos demais que fizeram esse tipo de destaque que eles estão sendo acatados no parecer. Tratando-se de qualquer tipo de modificação ou de ajuste que não leve em conta aumento de despesa, não há por que não facilitar a vida do Parlamentar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Agradeço a V.Exa., Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Para orientar a bancada do PP, com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, havia pedido uma cópia do ofício citado no relatório final — Volume I, pág. 19 —, que diz: *“Dentro da Proposta de Projetos de Investimentos do Projeto Piloto, encaminhada a esta Relatoria Geral pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme ofício de 23.12.2004, foram elencadas as ‘despesas que não devem ser consideradas no cálculo do resultado primário, nos termos do § 3º art. 16 da LDO-2005, no valor total de 2,8 bilhões”*.

Nós, da bancada do Paraná, não conseguimos entender, por exemplo, por que foram escolhidas aquelas obras. Por isso, insisto na distribuição de cópia do ofício que requeremos anteriormente.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Apesar de todas as dificuldades, vamos concluir essa votação. Estou muito feliz porque percebo que hoje há consenso. A grande maioria dos Parlamentares e Líderes entendem que essa forma de estruturar o Orçamento está vencida. No passado derogamos a Resolução nº 1, que lamentavelmente foi reeditada nas mesmas condições. Precisamos alterar a forma de tramitação do Orçamento nesta Casa. E fico bastante otimista quanto ao avanço dos discursos das Lideranças nesse sentido.

Percebo também que o Presidente do Senado, José Sarney, não editou portaria criando Comissão para rever a Resolução nº 1, conforme havíamos combinado. Como disse o Senador Fernando Bezerra ontem, a providência vai ficar sob a responsabilidade do próximo Presidente do Senado. Ainda há muita resistência à mudança, mas não podemos manter essa forma de elaboração do Orçamento. Esse compromisso cobraremos depois, na sessão do Congresso.

O Partido Progressista votará a favor da matéria, com ressalvas de alguns Parlamentares que não concordam com essa fórmula, pela aprovação do parecer do Relator-Geral, Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Ricardo Barros.

Com a palavra, para orientar a bancada do PTB, o Deputado José Chaves.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, o PTB entende que esse processo está praticamente esgotado. Temos absoluta convicção de que no próximo ano discutiremos o Orçamento com um novo modelo. Acreditamos firmemente que o modelo atual está esgotado, repito. Como tudo na vida, a apreciação do Orçamento deve se tornar ágil, transparente, fácil, sobretudo justa. Não podemos manter um tipo de discussão que desagrada tantos. Hoje estamos aprovando o Orçamento possível. E, como na política, o ideal não é o possível.

Quero parabenizar o Relator pela postura política diante da extrema dificuldade de conciliar interesses conflitantes, sem condições regimentais, às vezes, para isso.

O PTB vota favoravelmente ao parecer do Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado José Chaves.

Para orientar a bancada do PL, concedo a palavra ao Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente; Sr. Relator, Senador Romero Jucá; Líder do Governo no Senado, Senador Fernando Bezerra; Sras. e Srs. Senadores; Sras. e Srs. Deputados, é um prazer muito grande encaminhar a votação pelo meu partido, o PL, para a aprovação do Orçamento.

Não poderia deixar de parabenizar o Senador Romero Jucá pela elaboração dessa bela peça orçamentária, apesar da exigüidade de tempo nesta Comissão. Aliás, S.Exa. foi um gigante na solução de todos os problemas. Cumprimento também o Deputado Walter Pinheiro, que aqui tanto trabalhou; o Deputado José Rocha; enfim, todos os Parlamentares desta Comissão. Fiz questão de citar os 2 Deputados da Bahia.

O PL sente-se honrado em votar essa peça orçamentária. Temos problemas? Sim, mas o Presidente da Comissão está criando uma Subcomissão para estudar a Resolução nº 1, a fim de mudarmos o modelo de votações.

Pessoalmente, sou favorável a que se aumente a emenda do Parlamentar e que a carimbe, para realmente saber que aquela emenda é sua, ou de Fulano, ou de Beltrano. Dessa forma, finalmente teremos um Orçamento límpido para mostrar à sociedade. Concordo que o atual modelo tem de ser modificado, mas, apesar de todos os problemas que enfrentamos, fizemos nesta Comissão um grande trabalho.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Líder do Governo, eu não poderia deixar de agradecer aos companheiros que fizeram parte do Comitê de Avaliação de Emendas, que tive a honra de presidir. Procuramos resolver todos os problemas das bancadas. Tenho certeza de que atendemos a todas, isso porque atuamos com carinho, amor, principalmente, com transparência, mostrando ao País que o Orçamento que vamos votar agora é honesto, sério e decente.

O PL vota pela aprovação do relatório final do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado.

Tem a palavra o Deputado Givaldo Carimbão, para orientar a bancada do PSB.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Sr. Presidente, companheiro Romero Jucá, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, o Partido Socialista Brasileiro vai votar a favor do relatório final do Orçamento.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Entendemos a dificuldade que teve o Relator para elaborá-lo, mas todos os acordos foram feitos consensualmente. É claro que eles passaram pela avaliação das bancadas. O Partido Socialista Brasileiro também tem interesses. No Ministério da Ciência e Tecnologia está o companheiro Eduardo Campos, que não teve dificuldade alguma no entendimento com os Parlamentares, com as Lideranças e com o Relator. Nós conseguimos construir uma boa relação, o que nos possibilitou votar hoje a matéria. Ontem à noite saímos daqui conscientes de que essa peça orçamentária seria votada hoje, por entendimento.

Parabenizo o Relator por sua postura e linha de ação. Presenciei momentos tensos, mas eles são compreensíveis porque todos estão aqui em nome de alguém. O Relator não deixou faltar em momento algum o acordo e o entendimento. Aqui o acordo realmente foi cumprido. Parabéns, companheiro Romero Jucá!

O PSB vota “sim” ao Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O Senador Garibaldi Alves Filho vai orientar a bancada do PMDB no Senado.

O SR. SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, congratulo-me com o Relator, Senador Romero Jucá, que conseguiu o chamado milagre da multiplicação dos pães, acomodando de alguma maneira interesses legítimos de Estados, Parlamentares e bancadas. Realmente, não foi um trabalho fácil. Membro da nossa bancada do PMDB, S.Exa. fez um trabalho que está sendo exaltado por gregos e troianos desta Comissão.

Parabenizo o Senador Fernando Bezerra por seu trabalho de aglutinação e de coordenação, na qualidade de Líder do Governo. Parabenizo o Presidente da Comissão, Deputado Paulo Bernardo, o grande responsável pela condução desses trabalhos.

Sr. Presidente, se há de ser reformulado o processo de apreciação da proposta orçamentária, que se comece pela própria LDO, da qual fui Relator neste ano. A proposta que relatei neste ano continha texto inadequado, impróprio, ou seja, matérias que não são pertinentes à LDO. Na verdade, embora fixe diretrizes, com o passar dos anos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias tornou-se totalmente inadequada, adquirindo um gigantismo que não lhe pode ser próprio.

Daí porque, Sr. Presidente, em nome da bancada do PMDB, manifesto a minha aprovação à votação do relatório final do Senador Romero Jucá, aplaudindo seu trabalho e o de todos os membros desta Comissão.

A LDO também precisa ser reformulada.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Cometi uma injustiça ao não citar os Líderes da Oposição.

Cumprimento o Deputado Rodrigo Maia, grande baluarte da aprovação do Orçamento bem como os Deputados Luiz Carreira, Alberto Goldman e João Grandão, essa grande figura do Parlamento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Zé Gerardo, para orientar a bancada do PMDB na Câmara.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, em primeiro lugar, registro que a bancada do PMDB quer votar o relatório principal, ressalvados os destaques, porque alguns Deputados estão insatisfeitos com o atendimento de V.Exa.

Sr. Relator, com o respeito que lhe devo, ressalto os interesses da bancada do Ceará, uma bancada unida e coesa que precisa ser atendida por V.Exa. em alguns aspectos. V.Exa. nos atendeu muito bem em alguns momentos, mas com esse corte de 6% a emenda relativa ao trem urbano do Estado do Ceará ficou prejudicada, porque não foi avaliada pelo Comitê de Emendas. Peço-lhe que reveja esse corte em plenário.

Também pergunto a V.Exa. porque a bancada de Pernambuco obteve autorização para acrescentar 2 emendas de Relator para o Perímetro de Irrigação. Na realidade, com essas “emendas de bicicleta”, a bancada de Pernambuco passou a ter 21 emendas em vez de 19.

Nobre Relator, parabenizo-o pelo trabalho, pela luta e pela dedicação à Relatoria. Espero que V.Exa. veja com bons olhos todos os destaques, principalmente a emenda da bancada do Ceará, relativa ao trem urbano. Todas as bancadas conseguiram 50 milhões de reais, mas a do Ceará conseguiu apenas 33 milhões. Nossa emenda sofreu um corte, restando ao Estado 31 milhões de reais.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em nome da bancada do PMDB, encaminho favoravelmente ao relatório final, ressaltando os destaques, porque tivemos interesses contrariados. Nosso papel é obter a unidade do PMDB e a melhoria de vida para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Rogério Teófilo, para orientar a bancada do PPS.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO TEÓFILO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, quero parabenizar V.Exa. pelo excelente trabalho e pela maneira democrática, consciente, honesta e transparente como aglutinou os interesses de todos os Parlamentares, independentemente de serem da Oposição ou da Situação.

Parabéns a V.Exa., Sr. Presidente, pelo trabalho correto à frente desta Comissão e ao Relator, pela sensibilidade de ouvir os anseios das bancadas do Norte, do Nordeste, do Sudeste e do Sul.

Parabenizo também o Deputado João Leão, que soube ouvir os Parlamentares com sua maneira própria de ser e agir.

O PPS encaminha o voto favorável ao relatório final, ou seja, pela aprovação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado.

Como não há mais nenhum Líder para orientar, passo a palavra ao Líder do Governo.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, gostaria de homenagear o Senador Heráclito Fortes pelo espírito público demonstrado na grande ajuda que deu para a aprovação do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Apoiado.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra, pela Liderança do Governo.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, na condição de Líder do Governo, reconheço o grande esforço desta Comissão para entregar ao País um Orçamento que, se não é o perfeito, é o possível.

Associo-me a todos aqueles que reconhecem que o modelo de elaboração do Orçamento está esgotado. Há um compromisso firmado pelo futuro Presidente do Congresso Nacional de que, no primeiro dia de funcionamento da Casa, editará um ato designando Comissão Mista de Parlamentares destinada a, num período curto, criar um novo modelo.

Ontem, nesta Comissão, um Deputado me disse o seguinte: *“Senador, fique tranquilo. Esse aparente tumulto vai resultar numa peça possível para o nosso País”*. Esse é sobretudo o reconhecimento vivo de que aqui se exercita a democracia. Mesmo esse aparente tumulto é motivo de grande alegria para nós, porque estamos todos exercitando a democracia.

Destaco meu reconhecimento não apenas ao apoio dos Parlamentares que compõem a base do Governo, mas também ao apoio dos Parlamentares da Oposição, que compreenderam a necessidade de aprovar o Orçamento, mesmo entendendo as dificuldades de sua elaboração.

Registro o meu reconhecimento ao talento, à competência e à dedicação do Senador Romero Jucá, que construiu esta peça, resultado do consenso entre todos. Também agradeço ao comandante, Deputado Paulo Bernardo, que, sereno, firme e dedicado, conseguiu fazer com que chegássemos a bom termo na apreciação da proposta do Orçamento.

Não vou falar sobre a peça orçamentária agora. Vou fazê-lo no plenário do Congresso Nacional.

Agradeço, de coração, a todos a contribuição que me deram, bem como para a condução dos trabalhos desta Comissão, que dentro de poucos minutos aprovará o relatório final do Orçamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado.

Informo novamente ao Plenário que vamos votar o parecer do Relator-Geral.

Senador Romero Jucá, peço a V.Exa. que informe as alterações realizadas nesta última reunião, para procedermos à votação do parecer.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, gostaria de fazer 3 pequenas correções que foram identificadas. A primeira é na Emenda nº 71200019, referente ao Rio de Janeiro. Houve um equívoco: deve-se ler o valor de R\$23.511.008,00. Na pág. 279 do Volume IV da Funcional Programática nº 12.364.1073.5189.0031, Seqüencial nº 00.64.20, deve-se ler o valor de R\$22.581.543,00. E na pág. 280 do Volume IV da Funcional Programática nº 12.364.1073.5213.0031, Seqüencial 00.64.21, deve-se ler o valor de R\$8.145.522,00.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esses 2 ajustes a que me referi são fruto de entendimento que foi mantido, mas que não constou do relatório, no que tange à Universidade Federal de Minas Gerais.

São esses os reparos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O parecer do Relator-Geral, com as alterações decorrentes do adendo e as erratas, está em votação na Câmara dos Deputados, ressalvados os relatórios dos Comitês de Avaliação da Receita Orçamentária, de Emendas e de Informações Enviadas pelo Tribunal de Contas da União; os subtítulos relativos a obras com indícios de irregularidades graves, constantes do Anexo II do Relatório Final; e os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram *(Pausa.)*.

Aprovado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, voto contrariamente.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, quero registrar o meu voto contrário, porque o Estado do Pará foi prejudicado, na Transamazônica e na eclusa de Tucuruí, com a transferência de recursos para o Estado do Amazonas.

Meu voto é contrário.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, contra os votos do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Os Deputados Anivaldo Vale e Alberto Goldman anunciam que a bancada do PSDB vota contrariamente, assim como os Deputados Rodrigo Maia, Pauderney Avelino, Eduardo Gomes, Rafael Guerra, Paes Landim e Luiz Carreira.

Em votação, nos mesmos termos, no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O voto do Deputado José Rocha não foi declarado, mas é contrário.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, quero apenas registrar meu voto, acompanhando os outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - No Senado Federal, o Senador Heráclito Fortes votou contrariamente.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES - Pelo esquecimento que se tem verificado na apreciação do Orçamento em relação ao Governador do Piauí, Wellington Dias, que merecia melhor tratamento desta Casa, já que seus aliados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Está registrada a posição do Senador Heráclito Fortes.

Passamos, agora, à apreciação do segundo relatório, do Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária, com os 2 adendos do Relator-Geral, Senador Romero Jucá, apresentados ao Projeto de Lei nº 51, de 2004, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005 — proposta orçamentária para 2005.

O primeiro relatório do Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária, com adendo, já foi aprovado no dia 22 de dezembro de 2004.

Em votação na Câmara dos Deputados o segundo relatório do Comitê, com os 2 adendos, ressalvados os relatórios dos Comitês de Avaliação de Emendas e das Informações Enviadas pelo Tribunal de Contas da União, subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, constantes do Anexo II do Relatório Final, e os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra os votos dos Deputados Pauderney Avelino, Ronaldo Dimas, Rodrigo Maia, Eduardo Gomes, Júlio Cesar, Luiz Carreira, José Rocha E Abelardo Lupion.

Em votação, nos mesmos termos, no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra o voto do Senador Heráclito Fortes.

Apreciação do relatório do Comitê de Avaliação das Emendas do Relator-Geral, Senador Romero Jucá, apresentado ao Projeto de Lei nº 51, de 2004, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.

O relatório do Comitê de Avaliação das Emendas, ressalvados o relatório do Comitê de Avaliação das Informações Enviadas pelo Tribunal de Contas da União, os subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves constantes do Anexo II do Relatório Final, e os destaques, está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra os votos dos Deputados Abelardo Lupion, Pauderney Avelino, Rodrigo Maia E Júlio Cesar.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra o voto do Senador Heráclito Fortes.

Em apreciação, na Câmara dos Deputados, o relatório do Comitê de Avaliação das Informações Enviadas pelo Tribunal de Contas da União, apresentado ao Projeto de Lei nº 51, de 2004, ressaltados os subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves constantes do Anexo II do Relatório Final, e os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra o voto do Senador Heráclito Fortes.

Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, constantes do Anexo II do Relatório Final.

Nos termos do art. 13 da Resolução nº 1, de 2001, alterada pelas Resoluções nºs 1 e 2, de 2003, exceto o art. 2º da Resolução nº 3, de 2003, anuncio a votação dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, constantes do Anexo II do Relatório Final.

Os subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, constantes do Anexo II do Relatório Final, ressaltados os destaques, estão em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Não ouvi o Senador Heráclito Fortes se manifestar.

Vamos votar os destaques agora.

Solicito a autorização do Plenário para proceder à votação, em bloco, dos destaques por tipo de voto do Relator-Geral.

A proposta para votação em bloco dos destaques por tipo de voto do Relator-Geral está em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem a palavra o Deputado Alberto Goldman e, em seguida, o Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O que V.Exa. propôs, Sr. Presidente, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Estou propondo que os destaques sejam separados por tipo de voto e, dessa forma, submetidos à votação em bloco.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Deixo destacados alguns destaques para votação em separado, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, não tenho aqui o relatório dos destaques. Não sei quais foram aprovados e quais foram rejeitados. Nada tenho em mãos. Como vou votar? Não foram distribuídos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Solicito à Assessoria que...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - É engraçado, Sr. Presidente, o fato de que alguns Deputados têm o relatório em mãos há 2 minutos e me perguntam por que não o tenho. O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Alberto Goldman, já vou responder.

Vou passar a palavra ao Deputado João Magalhães, e depois vamos encaminhar a forma de votação dos destaques.

Tem a palavra o Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente, o PMDB deseja votar os destaques separadamente, um a um.

(Não identificado) - Sr. Presidente, a distribuição dos destaques não está completa. Nem todos os Deputados os receberam. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, este relatório não tem os destaques. Dele só consta uma parte dos destaques.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O Deputado Alberto Goldman quer separar alguns destaques, e o Deputado João Magalhães quer...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não é que eu queira separar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Já entendi o que V.Exa. postula.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Quero o parecer sobre os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vou suspender a reunião por 30 minutos para debatermos o encaminhamento dos destaques.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Muito bem, Sr. Presidente. Mas solicite que o relatório seja distribuído, porque até agora não recebi nada. Esse relatório que está aí já não vale nada.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Declaro reabertos os trabalhos.

Consultei o Deputado João Magalhães, pois parece que havia um problema nos destaques do PMDB, mas felizmente já foi resolvido.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Quero fazer uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Apresentei vários destaques, cujas cópias estão aqui, e não sei nem se foram apreciados. Quero tomar conhecimento do relatório para saber para quais destaques vou pedir votação em separado. São mais de 170 destaques, e não tenho notícia de como foram tratados pela parte técnica e pelo Relator. É essa a informação que quero.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Quero saber se vai haver uma ordem na apresentação dos destaques. É a minha pergunta, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pois não, Deputado Rafael Guerra.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Da mesma forma que o Deputado Anivaldo Vale, apresentei 4 destaques para a área da saúde e queria informações sobre eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Estamos aguardando. Resolvemos o problema com o PMDB, mas ainda estamos devendo informação aos Deputados Alberto Goldman, Anivaldo Vale e Rafael Guerra, os 3 do PSDB. Solicito a V.Exas. que aguardem mais alguns instantes para combinarmos o procedimento a ser adotado.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Indago aos Deputados Alberto Goldman, Rafael Guerra, Anivaldo Vale e Professora Raquel Teixeira quais os destaques que querem colocar...

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, os destaques que apresentei, na qualidade de Presidente da Frente Parlamentar, relativos à saúde, são os de nºs 528, 553, 554 e 555, todos sobre o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Por favor, repita o número dos destaques.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - São os de nºs 528, 553, 554 e 555.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Rafael Guerra, sei que V.Exa. quer debater a questão da saúde, mas indago se podemos votar em bloco esses 4 destaques.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Podemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - V.Exa. faz a defesa de maneira global, e nós fazemos a votação.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - O destaque que se refere aos tetos estaduais poderia ser votado em separado. É o mais importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Alberto Goldman...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, só queria um pouquinho de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Alberto Goldman...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vou aguardar....

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Estou quase ficando sem voz, Sr. Presidente.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Queria destacar duas matérias. Uma delas é tratada nos destaques nºs 384 e 397. São emendas de texto. Repito: destaques nºs 384 e 397. A outra matéria diz respeito a 2 destaques, os de nºs 492 e 529, que tratam de um assunto só

Portanto, dá para discuti-los em 2 grupos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Wilson Santiago.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, gostaria de discutir duas matérias e de votá-las em separado. Trata-se dos Destaques nºs 241 e 226.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Podemos fazer a votação dois 2 em globo.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, quero que sejam também votados 3 destaques — não são destaques de bancada nem corporativos. Trata-se do Destaque nº 357, do Ministério Público Federal do Trabalho, para recomposição de valores para a implementação dos ofícios das varas da Justiça do Trabalho no interior do País; do Destaque nº 356, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para recomposição de despesas, e do Destaque nº 361, também da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para reprogramar a despesa.

Gostaria que esses destaques fossem analisados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vamos fazer votação em 2 grupos. O do Ministério Público e o da Comissão de Direitos Humanos será uma votação só.

Tem a palavra a Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, na condição de Coordenadora da bancada do Espírito Santo, já apresentei ao Relator os pleitos que a bancada pediu que fossem trazidos a esta Comissão, inclusive os destaques que eu gostaria fossem registrados: Destaque nº 01390 à Emenda nº 71090009, que é do conhecimento do Sr. Relator; e os destaques da bancada de Minas Gerais, pedidos pelo Deputado João Magalhães — o primeiro tem o nº 01395 e o outro número está com o Relator, Senador Romero Jucá —, referentes às Emendas nºs 7114006, 71140015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputada Rose de Freitas, temos que ter o número. Por favor, consiga o número do destaque, porque, do contrário, não posso fazer a seleção.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - O número do destaque do Deputado João Magalhães é 01395.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - E o outro é 1390?

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não, acho não. Por favor, verifique.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - É referente à Emenda nº 71140016 e o da bancada do Espírito Santo é o nº 01390.

O SR. DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA - Sr. Presidente, nós, da bancada de Rondônia, queremos fazer 2 destaques: Destaque nº 306 à Emenda nº 7123008, com relação à agricultura, e Destaque nº 308 à Emenda nº 7123002, que diz respeito à BR-364, importante artéria para o Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Podemos fazer em conjunto essas duas votações.

Quero lembrar aos Srs. Parlamentares o seguinte: o autor do destaque tem que estar presente na hora da votação, senão o destaque fica prejudicado.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Sr. Presidente, queria fazer os Destaques nºs 598, 599 e 600, da EMBRAPA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Miguel de Souza, não consegui anotar o número de 2 destaques de V.Exa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA - Destaque nº 308 à Emenda nº 7123002, da agricultura, e Destaque nº 306 à Emenda nº 7123008, do DNIT, BR-364.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigada.

Com a palavra o Deputado Givaldo Carimbão.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Sr. Presidente, Destaque nº 642 à Emenda 71030016.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, gostaria de apresentar, para votação em separado, o Destaque 01475, da bancada regional do Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Paulo Kobayashi.

O SR. DEPUTADO PAULO KOBAYASHI - Quero acrescentar aos destaques do PSDB o Destaque nº 816 à Emenda nº 71250013.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, estou me esforçando para ver se posso dar uma contribuição a fim de agilizar os trabalhos.

Para iniciar, queria que fossem apreciados os Destaques nºs 33, 35, 36, 74, 75, 80, 82, 83. Estou terminando de compulsar minhas anotações para ver se vai entrar mais algum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Anivaldo Vale, podemos fazer a votação em bloco dos destaques de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Não gostaria, mas se essa for a vontade da maioria, eu acato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Até porque, na toada em que vamos, acabaremos votando todos os destaques .

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Por assunto, pode ser em bloco, não tem importância.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Temos de manter a coerência nesta Comissão. *(Pausa.)* O Deputado Alberto Goldman falou com o nosso Líder no Congresso Nacional, o Senador Fernando Bezerra, falou com o Deputado Gilmar Machado e nós, ontem, tivemos reuniões o dia inteiro com as bancadas. Qualquer tipo de reclamação, qualquer tipo de postulação foi feita nessas reuniões.

Hoje, temos de acertar problemas partidários. Foi essa a postulação do Deputado Alberto Goldman.

Se viermos aqui e votarmos todas as emendas de bancada separadamente, estaremos dando um espetáculo para a platéia. O objetivo não é esse. Temos de manter a coerência. Aqui não é o lugar para resolver problemas de emenda de bancada. O momento apropriado foi ontem.

Se houver dúvidas, aqui estão os companheiros que fizeram parte da comissão de emendas e poderemos resolvê-las. Agora, vamos resolver problemas partidários.

Estou de pleno acordo com o Deputado Alberto Goldman, tem toda a razão. S.Exa. quer olhar todas as emendas apresentadas e destacar os problemas partidários, não os problemas estaduais. Senão, daqui a pouco, estaremos votando tudo de novo. Vamos criar problemas para nós mesmos.

É importante que mantenhamos a coerência neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - V.Exa. tem toda a razão. Fizemos as reuniões. Os Coordenadores não falam pelas bancadas, que não têm autoridade, assim como o Presidente não tem autoridade.

Não há como, regimentalmente, impedir que o Deputado faça o que está fazendo. Se alguém apresentar, vamos votar. Se precisar, vamos votar destaque por destaque.

Agora, é evidente que o bom senso recomenda que não façamos isso. Até porque a lógica diz que vamos rejeitar todos eles.

Com a palavra o Deputado Mauro Lopes.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Sr. Presidente, tenho o Destaque nº 01391 à Emenda nº 711.413, referente à BR-381, que é de suma importância. Gostaria de contar com o bom senso do Relator para acatá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, quero priorizar apenas um, dos vários destaques que apresentei: o Destaque nº 26.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Quero registrar a presença do Ministro Amir Lando, nosso companheiro Senador, que está nos fazendo uma visita.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito obrigado, Senador Amir Lando, Ministro da Previdência Social.

Vamos fazer a votação de todos os destaques em globo e retirar desse bloco os Destaques n°s 528, 553, 554 e 555, apontados pelo Deputado Rafael Guerra; os Destaques n°s 384, 397, 492 e 529, separados pelo Deputado Alberto Goldman, e os Destaques n°s 241 e 222, do Deputado Wilson Santiago.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, o segundo Destaque é o n° 226.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Então, são os Destaques n°s 241 e 226.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Continuando. Vamos retirar ainda os Destaques n°s 357, 356 e 361, do Deputado Eduardo Valverde; os Destaques n°s 1.390, 1.395 e 1.394, da Deputada Rose de Freitas; os Destaques n°s 598, 599 e 600, do Senador Valdir Raupp; os Destaques n°s 308 e 306, do Deputado Miguel de Souza; o Destaque n° 642, do Deputado Givaldo Carimbão; o Destaque n° 1.475, do Senador Jonas Pinheiro; o Destaque n° 816, do Deputado Paulo Kobayashi e os Destaques n°s 33, 35, 36, 74,75, 80, 82 e 83, do Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Mais, Sr. Presidente: os Destaques n°s 199 e 202.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO - Sr. Presidente, e há também os destaques da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Desculpe. Deputado Anivaldo Vale, repita o número dos destaques, por favor.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Devem ser acrescentados os Destaques n°s 199 e o 202.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vão ser votados também, separadamente, os Destaques n°s 542 e 1.389.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO - Sr. Presidente, quero acrescentar o Destaque n° 499, da Comissão de Direitos Humanos; os Destaques n°s 496, 497 e 498, da Comissão de Defesa do Consumidor; os Destaques n°s 495, 493 e 494, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e o Destaque n° 499, das Minorias Indígenas.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pode repetir, Senador?

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO - Destaques n°s 495, 493 e 494, do Combate ao Crime Organizado e Segurança Pública, e o de n° 499, das Minorias Indígenas — trata da indenização das pessoas retiradas das áreas indígenas. E o Destaque n° 396, da Saúde — é a única emenda da Saúde para Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Paes Landim.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Só um minuto, Deputada Professora Raquel Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. o exame do Destaque n° 59, da Bancada do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra a Deputada Professora Raquel Teixeira.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Sr. Presidente, quero votação em separado dos Destaques n°s 268, 269, 270 e 271, ligados ao Ministério da Educação, ao Ministério de Ciências e Tecnologia, à ANDIFE, ao CNPq, à Rede Nacional de Pesquisa e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Sr. Presidente, a pedido da Bancada do Ceará, quero pedir votação em separado para o Destaque n° 52.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vamos fazer a votação em bloco dos destaques. Votaremos esses depois, em separado.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço votação em separado dos Destaques n°s 1.417 a 1.464.

Esses destaques tratam das emendas de Relator, que foram alocadas com mil reais, porque essa questão deveria ter sido resolvida pelo Ministro do Planejamento.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Votamos, na LDO, todos esses programas e, evidentemente, o Ministério deveria ter colocado os programas previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Relator está fazendo emendas nesse particular para resolver o problema.

Eu ainda não recebi a cópia do ofício do FMI, o famoso ofício que colocou 2,8 bilhões de reais no Orçamento. Peço a cópia desse ofício.

Sr. Presidente, peço também votação em separado do Destaque nº 1.406, que trata do teto do SUS do Paraná. A emenda que recebeu 26 milhões do Relator Setorial da Saúde e, agora, após todos os cortes, está com 16 milhões.

Então, quero recompô-la, porque é um dinheiro que vai para os Municípios do Paraná indistintamente, e a decisão é da Comissão Bipartite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vamos colocar em votação os destaques, excetuados os que foram listados, inclusive mais um, que está chegando aqui agora, o Destaque nº 666.

Em votação os destaques, em globo, na Câmara dos Deputados, com parecer do Relator, Senador Romero Jucá, pela rejeição, excetuados os que já referidos. *(Pausa.)*

Deixo claro que os destaques com parecer pela rejeição que estiverem nas erratas estarão prejudicados. Se tiverem sido atendidos na errata e votarmos agora pela rejeição, ficarão prejudicados.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - A menos o que destacamos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Claro.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O.K.

(Não identificado) - Sr. Presidente, é preciso esclarecer melhor isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Estou dizendo o seguinte. Se V.Exa. teve um destaque atendido na errata e, se posto em votação agora, ficará prejudicado.

(Não identificado) - Se colocar em votação, ou seja, se pedir votação em separado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Claro, agora, nessa votação.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Permita-me explicar, Sr. Presidente. É o procedimento correto, para que a errata possa funcionar. Se rejeitarmos aqui, cairá a errata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Fica prejudicado. Vale o que estava na errata.

Em votação na Câmara dos Deputados, nos termos já anunciados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Estão rejeitados todos esses destaques, que não irão à votação no Senado.

Passaremos à votação dos destaques que separamos.

Deputado Alberto Goldman, se entendi, V.Exa. concorda em votar os Destaques nºs 384 e 397 e, na seqüência, os de nºs 492 e 529.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Para defender os Destaques nºs 384 e 397, concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, apresentamos o primeiro destaque para poder discutir a errata feita ao texto da lei.

No art. 4º, inciso I, do texto da lei, havia possibilidade de suplementação de 10% do respectivo valor e, no inciso II, de 20%.

A nossa emenda passava os valores para 5% e 10%. O Relator não acolheu, manteve 10% e 20%, mas na errata passou para 15% e 30%. Queremos voltar ao relatório original, ou seja, a 10% e 20%, o que mantém a tradição da Casa nos últimos anos. Não há diminuição nem aumento.

O Relator quer subir, e não podemos aceitar essa mudança. Já é tradição da Casa esses percentuais de 10% e 20%. O Relator não acolheu a nossa emenda, manteve 10% e 20%, mas, de repente, na errata, passou para 15% e 30%. Não aceitamos isso, Sr. Presidente. Queremos que o Relator volte ao seu relatório, ou seja, elimine a modificação feita na errata.

Esse foi um dos destaques. Falo sobre os 2, Sr. Presidente, ou somente sobre esse?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Os 2 destaques terão parecer do Relator e faremos a votação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Então, aguardo o Sr. Relator.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, a questão levantada pelo Deputado Alberto Goldman diz respeito a duas questões de mobilidade: uma é a normal do orçamento.

Havia uma emenda a fim reduzir para 5% e 10% e mantivemos os percentuais fixados inicialmente. Por que modificamos para 15%? Porque, para iniciar os cortes e a programação dos relatores setoriais, já começamos cortando todos os projetos de investimento do Executivo em 15% e, posteriormente, fizemos mais cortes. Como o valor do corte foi muito alto e percentualmente linear, colocamos em 15% para permitir que, em casos eventuais, se pudesse fazer rapidamente a recomposição.

Quanto aos 30%, esse percentual é somente para os projetos-pilotos, parte do acordo com o FMI, porque estão começando agora e, eventualmente, podem ter mobilidade maior para que o recurso não fique paralisado.

Portanto, o parecer é contrário, mas respeito a posição do Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço verificação de votação nesta matéria. Desculpe-me V.Exa., mas não posso deixar de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Alberto Goldman, essa é a mesma questão de São Paulo que V.Exa. teve de resolver, e o percentual, coincidentemente, é o mesmo: 15%. Tentamos resolver aqui e agora V.Exa. está dizendo que vai pedir verificação?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Paulo Bernardo, essa questão é menor que a de São Paulo, porque é no programa, na atividade — 15%. A mobilidade de São Paulo é 15% do orçamento geral.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não tem nada a ver. É uma pena, Sr. Relator, que V.Exa. utilize esse argumento.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Não, estou só dizendo que não ...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - É um argumento falso, equivocado. Não é um argumento que V.Exa. tenha o direito de utilizar. Não tem nada a ver esse número com aquele. São qualidades absolutamente diferentes. O número é o mesmo, mas qualidades absolutamente diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - É outra coisa.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O Relator explicou agora. Mais do que isso, o que lá tentei manter foi o que vinha sendo feito nos 4 anos do Governo Marta Suplicy e aqui eu quero manter o que também vem sendo feito.

Não quero aumentar os valores, mas manter o que está no orçamento deste exercício e que já vem sendo feito há muitos anos. A mobilidade não interessa a esta Casa, pois lhe retira o poder de discutir suplementações.

Não aceito a mudança. V.Exa. me desculpe, Sr. Relator. Peço-lhe que reconheça isso e volte ao que sempre foi feita nesta Casa, que mantenha o entendimento que sempre tivemos nesta Casa.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Esclareço ao Deputado Alberto Goldman que, no ano passado, o percentual ficou em 10% porque o corte linear foi de 10%. Neste ano, como o corte linear começou em 15%, entendemos que poderíamos chegar a uma recomposição...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Tem. Claro que tem.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não tem nada a ver uma coisa com a outra, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Claro que tem.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não tem nada a ver.

Claro que há número e vai-se votar. Tudo bem. Mas apelo a V.Exa. para que não faça essa votação. Vou ter que levar essa questão ao Plenário. É desagradável isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Alberto Goldman, mesmo com os argumentos de V.Exa., o parecer é pela rejeição.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, pergunto ao Deputado Alberto Goldman se não poderíamos chegar a um entendimento e, de certa forma, encontrar um número que pudesse ficar na média das duas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Proposta a V.Exa.: vamos fazer 12 e 20.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Doze e vinte e cinco.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Doze e vinte.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Doze e vinte e cinco, Deputado. V.Exa. está ganhando de um lado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Doze e vinte e cinco? É isso?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Está bom.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Parece negociação de mercado. O.k. Doze e vinte e cinco.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Agradeço ao Deputado Goldman a compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Se estou entendendo, os destaques estão acatados parcialmente pelo Relator nos valores de 12% e 25%.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Nos valores de 12 e 25%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vou colocar em votação os Destaques n°s 384 e 397.

Houve acordo e haverá modificação nos limites de remanejamento.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Deputado Alberto Goldman, os próximos são os Destaques n°s 492 e 529.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, os Destaques n°s 492 e 529 tratam de cancelamento e não de aumento de recursos. Visam dar ao Relator um pouco mais de recursos para remanejar.

Trata-se de contribuição ao Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar do Turismo Nacional, que veio no Orçamento da Câmara e do Senado — valores 39 e 50, algo assim. S.Exa., o Sr. Relator, colocou 1 milhão e 300 reais.

Estou no sexto mandato, Sr. Presidente. Não conheço o Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar do Turismo Nacional. Não se pode confundir isso com o Grupo Interparlamentar. Esse tem orçamento e recursos, e nós o conhecemos. Mas Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar do Turismo Nacional, Sr. Presidente e Sr. Relator, não é possível. Cancele-o.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Alberto Goldman, V.Exa. não precisa gastar o seu texto. Dou parecer favorável ao cancelamento desse recurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Em votação na Câmara dos Deputados os Destaques n°s 492 e 529, com parecer favorável.

São 2 destaques?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Pelo cancelamento, recurso no Senado e na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - É o mesmo assunto, com parecer favorável?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sim, é o mesmo assunto, com cancelamento no Senado e na Câmara — cancelamento integral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os 2 destaques. Serão cancelados os 2 recursos.

Deputado Rafael Guerra, eu havia indagado a V.Exa. se poderíamos votar os 4 destaques conjuntamente. Se bem entendi, V.Exa. quer separar um deles.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, temos esses 4 destaques. Há um destaque para o Plenário do Congresso Nacional, com a assinatura de 66 Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Ele não está aqui, então.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - A votação desses destaques pode ser feita em bloco. Ficariamos com a negociação para o Plenário do Congresso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - V.Exa. tem a palavra para defender os 4 destaques, Deputado Rafael Guerra.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, queremos registrar a nossa preocupação, porque o fato não ocorre pela primeira vez. Ano passado, ajudamos o Governo em que não errasse. Repusemos para o Ministério da Saúde 4 bilhões de reais, que estavam sendo destinados para outras ações correlatas à Saúde. Aquela foi uma contribuição que a Oposição — particularmente minha, Deputado do PSDB, mas também Presidente da Frente Parlamentar da Saúde — deu à saúde do cidadão brasileiro e ao Ministro da Saúde, pois, na verdade, nós é que fizemos a defesa.

Este ano está acontecendo a mesma coisa, Sr. Relator, Senador Romero Jucá: vemos repetidamente a má vontade para com a Saúde.

Há uma notificação do Tribunal de Contas segundo a qual o Governo tem de repor 949 milhões para a Saúde. Isso é lei, e tem de ser cumprido, pois se trata de norma constitucional. O Governo até agora não se manifestou. Ao contrário, contingenciou 770 milhões em 2004.

Especificamente quanto ao Orçamento, Sr. Senador — e essas são as objeções que levanto —, em primeiro lugar, quero referir-me às prioridades que estão sendo citadas.

Na reunião em que discutimos o Relatório Setorial, o Deputado Eduardo Valverde ressaltou a importância da prevenção — e S.Exa. não olhou o Orçamento. O Governo deu para a Fundação Nacional de Saúde 1,1% de reajuste, quando o próprio Governo estabeleceu como cálculo da inflação 9,56%, com base no IGP-M e no IPCA. Repito: para saneamento foi dado 1,1%. Portanto, o Governo não está pensando em prevenção. S.Exa., que é da base do Governo, poderia defender um reajuste maior, porque também concordamos em que a prevenção é extremamente importante.

Por outro lado, há 2 programas que estão recebendo recursos que não são universais, Sr. Senador. Um deles é a Agência Nacional de Saúde Suplementar. Ela atinge 20% da população brasileira — não é universal. O dinheiro do SUS não pode ser destinado à Agência Nacional de Saúde Suplementar, porque o SUS é universal, é destinado a todo cidadão brasileiro.

Da mesma forma, há ainda outros recursos. Peço aos Deputados que atentem ao que vou dizer, porque farei uma conta de cabeça que precisa ser acompanhada. Estou me referindo à Farmácia Popular. Isso também foi contestado no dia da votação do Relatório Setorial. O Governo está pretendendo instalar 100 farmácias. Ora, há 60 mil farmácias no Brasil, e 100 farmácias são uma gota d'água. O próprio Governo fala que vai chegar a atender 700 mil cidadãos. Para isso, destina 360 milhões de reais. Estamos dando 500 reais *per capita* para vender remédio para 700 mil pessoas.

Isso não é programa do SUS, tampouco programa universal. É um absurdo que isso ocorra em detrimento da Farmácia Básica, para onde o Governo está destinando, para todo cidadão brasileiro, R\$1,50 *per capita*. Para a Farmácia Popular serão 500 reais *per capita*, e para vender remédio.

O destaque, portanto, é para que remanejemos recursos da Farmácia Popular para a Farmácia Básica. Esses destaques basicamente se referem à retirada de recursos da Farmácia Popular para realocá-los na Agência Nacional, a fim de atender à Farmácia Básica.

O destaque que estamos fazendo ao Plenário foi elaborado com base em emenda da Comissão de Seguridade Social. Ele permite remanejar os tetos financeiros do SUS para os Estados brasileiros.

Esse é um destaque da maior importância, porque o Ministério está propondo um reajuste de 4,7% para o SUS, o que não repõe nem a inflação. O Ministério quer piorar os programas de saúde do Brasil, que já não estão bons e, repito, não vamos repor sequer a inflação. É impossível manter a Saúde dessa forma.

Há um documento — vários Deputados e Senadores o têm — em que alteramos os tetos estaduais. Como exemplo cito o Maranhão, que está com uma proposta de 419 milhões de reais. Estamos propondo para aquele Estado 465 milhões, um reajuste de 9,6%, percentual correspondente à inflação. Como a Região Norte é mais desprotegida — região do Relator, o Senador Romero Jucá —, estamos propondo que o reajuste seja entre 14% e 16%. Dessa forma, beneficiaremos todos os Estados brasileiros. Essa é a grande preocupação dos gestores estaduais e dos Secretários Estaduais de Saúde.

Peço que votemos em bloco, Sr. Presidente, o remanejamento da ANS e da Farmácia Popular. Quanto a esse destaque, eu gostaria de que o Senador Jucá refletisse sobre ele, até que chegue ao Plenário do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Esse não será votado agora?



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Quanto a esse, o Relator terá de fazer uma análise, porque abrange um volume maior. No entanto, podemos votar agora os outros 4 destaques que tratam do remanejamento dos recursos destinados à Farmácia Popular e à ANS para a Farmácia Básica, o que é doação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá para dar parecer aos destaques supressivos.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, entendo a posição do Deputado Rafael Guerra, cujo trabalho no Congresso Nacional é brilhante, principalmente no que diz respeito às questões relativas à Saúde. Mas quero registrar que o parecer é contrário aos destaques. Primeiro, porque não temos recursos para atender às demandas propostas; depois, porque a Agência Nacional de Saúde, no meu entender, presta excelente serviço. A Agência está se reestruturando, uma ação do Governo passado.

É fundamental que ela funcione bem, para que tenhamos essa questão do patenteamento de remédios e das análises processada de forma mais rápida. Portanto, mantivemos os recursos.

Quanto ao recurso para as Farmácias Populares, essa é uma prioridade definida pelo Governo. Sei que existe uma disputa entre remédios e farmácia. As duas coisas devem complementar-se. Portanto, não vamos esterilizar essa prioridade, retirando os recursos do Programa de Farmácia Popular.

O parecer, apesar do respeito que tenho pelo entendimento do Deputado Rafael Guerra, é contrário aos destaques apresentados.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Quero fazer apenas uma observação, Sr. Presidente.

Sr. Relator, o recurso não se refere a patente de remédio. Não se trata de ANVISA, mas da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Há um engano. A ANVISA precisa de recursos, e até demais. Sr. Senador Romero Jucá, o recurso a que me refiro não é o da Agência de Vigilância Sanitária, porque a ANVISA é universal. O recurso a que me refiro é da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que se destina apenas a um grupo de brasileiros, não é universal.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Deputado, o parecer continua sendo contrário, até por entender que temos de melhorar os mecanismos de acompanhamento dos planos de saúde, que atendem hoje a 40 milhões de brasileiros. Se esses planos de saúde não funcionarem bem, ocorrerá uma demanda em cima da rede pública, com sérios reflexos no atendimento.

Portanto, esse é um instrumento fundamental para a fiscalização, que precisa ser reestruturado e fortalecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O parecer do Relator é contrário.

Em votação na Câmara dos Deputados o parecer do Relator-Geral aos Destaques n^{os} 528, 553, 554 e 555.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra os votos dos Deputados Geraldo Resende, Rafael Guerra, Pedro Fernandes, Raquel Teixeira, Paulo Kobayashi, Anivaldo Vale, José Rocha e Alberto Goldman.

Rejeitados, os destaques não vão a votação no Senado.

Os próximos destaques são do Deputado Wanderval Santos.

Faço uma indagação ao Deputado Wanderval Santos. Eu gostaria de colocar em uma única votação os Destaques n^{os} 226 e 241, da bancada da Paraíba. Gostaria de que V.Exa. defendesse os 2 destaques, para que fossem colocados em votação.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sr. Presidente, desde ontem tenho rebatido a questão do atendimento — e refiro-me não só ao Relator Setorial mas também ao Relator-Geral, que melhorou um pouco — à emenda referente à Capital da Paraíba. É bom que todo o Plenário nos ouça bem, para saber se temos ou não razão.

Fizemos um levantamento das emendas apresentadas ao Orçamento Geral da União relativamente às Capitais dos Estados da Federação. João Pessoa, Sr. Relator, Capital da Paraíba, ficou em 26^a lugar no que diz respeito a recursos. Considerando a média das demais Capitais, reconhecemos — e acredito que também V.Exa., Sr. Relator-Geral — que João Pessoa está sendo injustiçada, e desde o Relatório Setorial. Daí por que a minha insistência em apelar a V.Exa., mais uma vez, para que corrija essa injustiça para com nossa Capital.

Esse assunto já é do conhecimento do Líder do Governo e da Liderança do nosso partido. Caso V.Exa., Sr. Relator, não corrija essa distorção, vamos ter de recorrer ao Plenário. Já temos 60 Parlamentares, no mínimo, para levar ao conhecimento do Plenário essa injustiça.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com relação à emenda que trata de rodovia, retiramos o segundo destaque, pois somos sabedores de que, a partir do mês de março ou abril, serão abertos alguns créditos suplementares e poderemos, então, corrigir a distorção existente quanto às rodovias federais na Paraíba.

Mas, com referência à Capital, João Pessoa, o PMDB faz um apelo ao Líder do Governo e a V.Exa., e nosso partido tem insistido nesse ponto desde ontem. O Sr. Relator-Geral corrigiu uma parte, mas a defasagem em relação àquela Capital ainda é muito grande comparativamente às demais Capitais do Brasil. Por isso, apelo para que V.Exa. corrija essa distorção e faça com que João Pessoa fique na média das demais Capitais brasileiras.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, entendendo a posição do Deputado Wilson Santiago, registro que efetivamente João Pessoa, em termos de Relatório Setorial, tinha um valor bastante aquém das outras Capitais. Corrigimos essa diferença, melhoramos substancialmente a situação de João Pessoa, mas, infelizmente, reitero que qualquer destaque de aumento de valor terá parecer contrário. Não temos como ampliar recursos agora.

Portanto, o parecer é contrário, registrando que já realizamos grande esforço para atender João Pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado. O parecer é contrário.

Em votação na Câmara dos Deputados os Destques n^{os} 226 e 241 do Deputado Wilson Santiago.

Os Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, certamente contra o voto do Deputado Wilson Santiago.

Rejeitado na Câmara dos Deputados, não vai ao Senado Federal.

Destques n^{os} 357, 356 e 361, do Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, nós da base aliada ao Governo e do PT, estamos nos sentindo muito constrangidos com essa situação que acaba por prejudicar o nosso dever ético de apoiar as ações governamentais, ao tempo em que não aceitamos ou não acatamos algumas deliberações, principalmente com referências às emendas.

É óbvio que jamais faria pedido de verificação de *quorum*. Isso não seria correto. Sei que muitas vezes isso é feito para deixar o Governo na situação de refém. Mas eu não o faria.

Os 3 destaques apresentados não são de Estado, mas de interesse de comunidades difusas. O Destaque n^o 356, da Comissão de Direitos Humanos, visa restabelecer o valor por ela aprovado para o programa Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos, um programa do Governo que resgata afro-descendentes oriundos de quilombos. No relatório, foram reduzidos drasticamente os recursos para o mesmo.

Assim sendo, a emenda visa restabelecer, pelo menos, parte desses recursos para o referido Programa, sob pena de não podermos, ano que vem, implementar o programa Brasil Quilombola, que pretende resgatar mais de 500 anos de história.

O Destaque n^o 361, também da Comissão de Direitos Humanos, refere-se a um programa de proteção à mulher vítima de violência. A proposta orçamentária da Secretaria Especial de Política para as Mulheres teve o valor reduzido. Com isso, poderá ser difícil implementar o programa de proteção à mulher que sofre violência no lar.

O Destaque n^o 357, do Ministério Público do Trabalho, visa restabelecer os valores para implementação dos ofícios das varas da Justiça do Trabalho no interior do Brasil. É muito importante que esses ofícios sejam implementados para combate efetivo e eficaz ao trabalho escravo. Com a não-interiorização desses ofícios, será muito difícil o Brasil cumprir seus compromissos com a OIT, da qual é signatário em diversos tratados internacionais para combate ao trabalho escravo. O valor a ser recomposto é pequeno, 573 mil reais, e poderá ser utilizado do valor reduzido com a emenda do Deputado Alberto Goldman.

O Destaque n^o 313, do Ministério do Trabalho, que visa restabelecer o Programa de Economia Solidária, sofreu drástica redução, o que dificultará sua implementação.

Por último, Sr. Presidente, numa reunião da bancada de Rondônia com o Relator, a bancada solicitou mudança de função programática. Teria de haver acordo político com o Relator para que se transformasse em emenda de Relator. No entanto, houve parecer negativo da Assessoria Técnica da Comissão. Assim, peço ao Relator que reveja o parecer, porque haveria rompimento do trato feito ontem entre a bancada de Rondônia e S.Exa.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

São essas as minhas considerações para as quais peço a devida atenção. Esta não deve ser a casa de quem grita muito, mas de quem é ponderado e cauteloso, pois quem muito grita e ameaça acaba tendo vantagem sobre aqueles que são cautelosos e desejam o bem do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Senador Romero Jucá, solicito o parecer de V.Exa. sobre os Destaques n^{os} 356, 357 e 361.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, Sr. Deputado Eduardo Valverde, entendo essas questões e sou sensível a todos os pleitos levantados por V.Exa., mas volto a dizer que, pela limitação de recursos e sob pena de ter de cortar mais nas bancadas e desequilibrar ainda mais o processo, tenho de dar parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O voto do Relator é contrário.

Em votação, na Câmara dos Deputados, os Destaques n^{os} 356, 357 e 361.

Os Srs. Deputados que acompanham o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra o voto do Deputado Eduardo Valverde.

Os destaques foram rejeitados e não vão à votação no Senado Federal.

Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, quero retirar os Destaques n^{os} 1.395, 1.394, e 1.390.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O Destaque n^o 1.390 foi assinado por V.Exa. e pode ser retirado. Os Destaques n^{os} 1.394 e 1.395 foram assinados pelo Deputado João Magalhães.

Vou considerar retirado o Destaque n^o 1.390 e passar para os outros 2.

Como o Deputado João Magalhães não se encontra presente, eles ficarão prejudicados.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - O Deputado João Magalhães recebeu um chamado urgente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Retirado o Destaque n^o 1.390. Os Destaques n^{os} 1.394 e 1.395 são do Deputado João Magalhães e ficam prejudicados pela ausência de S.Exa. De qualquer forma, a Deputada Rose de Freitas nos informou que S.Exa. havia concordado em retirá-los. Portanto, estão superados.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Perfeitamente. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Os próximos são os Destaques n^{os} 598, 599 e 600 do Senador Valdir Raupp, a quem passo a palavra para defendê-los, apesar de que os colocarei em votação em bloco.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, as emendas que destaco são de interesse nacional. Gostaria de chamar a atenção de todos os Senadores e Deputados Federais para esses destaques. Foram aprovadas três emendas: uma na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, no valor de 160 milhões de reais, para a EMBRAPA; outra na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, no valor de 150 milhões de reais; e outra na Comissão de Educação, no valor de 100 milhões de reais, perfazendo o total de 310 milhões de reais para a EMBRAPA. Por isso, repito, são de interesse nacional. No entanto, o Relator-Geral acatou apenas o valor de 552 mil reais para cada emenda, perfazendo o total de 1 milhão e 566 mil reais, o que não será suficiente para realizar absolutamente nada e nenhum dos três grandes projetos que a EMBRAPA pretendia desenvolver.

Sr. Presidente, Sr. Relator, proponho aglutinar essas três emendas e que se acate o valor de 10 milhões de reais na emenda apresentada na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Na verdade, haveria acréscimo de apenas 8 milhões e 434 mil reais, tendo em vista que 1 milhão e 566 mil já foram acatados nas emendas das três Comissões realizadas. Se acatada, a emenda de 10 milhões de reais visará ao fortalecimento e à modernização dos centros de pesquisa da EMBRAPA para acompanhar o desenvolvimento do agronegócio e da pesquisa agropecuária brasileira.

Apresento os destaques, Sr. Presidente, porque os recursos pleiteados pela EMBRAPA tiveram valores simbólicos, sendo necessária a recomposição desses valores para possibilitar a realização das ações previstas.

Neste momento em que o Congresso Nacional aprova a Lei de Biossegurança, é muito importante que a EMBRAPA receba esses recursos para desenvolvimento da pesquisa na agricultura brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Senador Valdir Raupp. A Senadora Lúcia Vânia pediu para repartir o tempo com V.Exa., pois deseja ajudar a defender esses destaques.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de juntar minha voz à do Senador Valdir Raupp para defender destaque de sua autoria em função da Lei de Biossegurança, que aprovamos na Comissão de Assuntos Sociais, emenda de extrema importância para viabilização do projeto de lei que havíamos aprovado.

Portanto, apelo para V.Exa. que realize ajuste que atenda ao destaque de interesse da EMBRAPA, que visa executar o projeto de biossegurança que votamos com tanto empenho.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, apesar de concordar com as afirmações da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Valdir Raupp, o acatamento do destaque implica acréscimo de 8 milhões de que não disponho, e não pretendo cortar mais recursos das bancadas porque efetivamente não há espaço para tal.

Portanto, não posso atendê-los, ficando o parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Dessa forma, os Destaques n^{os} 598, 599 e 600 receberam voto pela rejeição.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que acompanham o voto do Senador Romero Jucá permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Foram rejeitados os destaques e não vão à votação no Senado.

Destaques n^{os} 33, 35, 36, 74, 75, 80, 82, 83, 199 e 202, do Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, vou procurar colaborar com o andamento dos trabalhos desta Comissão. Compreendo perfeitamente a fala do Relator no que se refere às dificuldades experimentadas por S.Exa. quanto à suplementação de recursos.

Vou retirar meus destaques, mas faço algumas observações. A primeira segue no campo dos prejuízos que experimenta o Estado do Pará. Para a área de apoio às entidades públicas de ensino superior, 6 milhões de reais dos 40 milhões foram pedidos, inclusive para a UFRA, universidade que contempla toda a Amazônia e que tem de ser interiorizada, mas não há recursos para tal; para infra-estrutura turística no Pará, 6 milhões de reais, o que está muito distante da nossa realidade; para o Ministério do Esporte e a implantação em Municípios do Estado do Pará, 5 milhões de reais, o que é muito pouco; a reforma do hospital Sarah Kubitschek está pronta, mas para equipá-lo e evitar que as pessoas tenham de vir a Brasília ou a São Luís, 3 milhões de reais; para construção de trecho rodoviário no Pará, 9 milhões de reais; para os hospitais regionais, apenas 12 milhões de reais; para o zoneamento econômico e ecológico do Estado do Pará, pouco mais de 7 milhões.

Não posso deixar de fazer essa observação nesse primeiro tópico.

No segundo tópico, registro o prejuízo que o Pará passa a experimentar na medida em que veio recurso do Executivo e foram retirados pela ELETRONORTE cerca de 90 milhões de reais, ficando 50 milhões para transposição e 40 milhões para o Estado do Amazonas. A BR-330 ou Transamazônica vai continuar sendo a "transamargura", em um processo de dificuldade que todos conhecemos.

Por último, Sr. Presidente, votei contra a aprovação deste Orçamento, pois acredito que tenha virado realmente uma colcha de retalhos. Quero que fique no campo da ação o compromisso assumido por V.Exa. com a Comissão no sentido de que, no início do ano, vai estabelecer uma Comissão de Deputados e Senadores para rever a metodologia e a resolução sobre a condução do Orçamento.

Sr. Presidente, sugiro acabar com a emenda de Comissão, a emenda de bancada e a emenda de Relator e ficarmos apenas com as emendas de Deputados e Senadores como forma de ajudar o Governo a aprimorar o Orçamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Anivaldo Vale.

Foram, portanto, retirados os destaques, com as observações feitas pelo Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO AMAURI GASQUES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO AMAURI GASQUES - Sr. Presidente, tenho a impressão de que não foi consignada a questão das emendas da Saúde quando discutida a matéria. Gostaria que ficasse consignado meu voto favorável às emendas da Frente Parlamentar da Saúde, portanto contrário ao relatório do nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Perfeitamente, Deputado Amauri Gasques.

Fica consignado que, na votação dos quatro destaques da Saúde, o Deputado Amauri Gasques votou contra o parecer do Relator, portanto favoravelmente às emendas.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, quero louvar o gesto do Deputado Anivaldo Vale de retirar seus destaques, assim como o espírito público que sempre norteou a atuação de S.Exa. nesta Comissão e no Congresso Nacional.

Nós, do Norte do Brasil, temos de trabalhar juntos para tentarmos reduzir o grande diferencial regional que há em relação às outras regiões do Brasil. O problema da geração de energia elétrica é fundamental para todos. O oeste do Pará, o leste do Amazonas e sua Capital, Manaus, precisam de energia de qualidade e mais barata.

Vamos continuar lutando para que Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Acre, Tocantins, os Estados que compõem a Região Norte, possam ter infra-estrutura suficientemente adequada para que cresçam junto com o Brasil. Não podemos ficar à margem do processo de desenvolvimento do País, com falta de energia elétrica, apesar de estarmos gerando grande quantidade de energia em Tucuruí. Não podemos ficar mais no processo de construção de rodovias para levar o progresso àquela região.

Portanto, fica o meu registro de que temos de trabalhar juntos para que a região possa ter recursos suficientes para, juntamente com o Brasil, ir ao seu destino de desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Nos 4 destaques da Saúde, votei contra o relatório e a favor da saúde do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Será consignado. A Presidência falhou.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Quero registrar o meu voto contrário ao relatório também na questão dos destaques da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O de V.Exa. já estava consignado. Quanto ao do Deputado Darcísio Perondi, foi uma falha da Presidência, mas já fica consignado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para esclarecer a questão da energia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, a própria bancada do Pará está preocupada em levar energia para o oeste do Estado. O Ministério da Defesa, inclusive, ampliou o número de Municípios beneficiados do Calha Norte, tanto os do Estado do Pará, como os do Amazonas e os do Acre. Sobra energia de Tucuruí. A tecnologia de transporte de energia já está dominada. Queremos atravessar o Rio Amazonas e colocar energia firme para Manaus, Amapá e todas as comunidades que estão a carecer do seu processo de desenvolvimento em função da falta de energia.

O que está em discussão hoje é que o IBAMA não quer que leve a energia que faça a transposição. Se o IBAMA ainda não dominou a tecnologia ambiental, que procure sintonizar com a ELETRONORTE e a ELETROBRÁS, que já dominaram a tecnologia de transposição. Há energia sobrando em Tucuruí e há energia para sobrar em Belo Monte, em São Luiz de Tapajós, que é um potencial fantástico para a construção de novas hidrelétricas, para levar mais energia para o Brasil. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado. Na seqüência, vamos passar à votação dos destaques apresentados pelo Deputado Miguel de Souza. São os Destaques nºs 306 e 308. Os 2 são da bancada de Rondônia.

Tem a palavra o Deputado Miguel de Souza, para defender os destaques.

O SR. DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA - Sr. Presidente, para adiantar o trabalho, a pedido de V.Exa., do Relator e do nosso Líder, Senador Bezerra, vamos retirar os 2 destaques subscritos. Antes, porém, quero fazer uma ponderação.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os destaques foram feitos, Sr. Relator, primeiramente como um pedido-desafio pelo nosso próprio Ministro da Agricultura, que esteve recentemente em Rondônia, na Agroinvest. S.Exa. desafiou a bancada de Rondônia a apresentar uma emenda para a implementação da mecanização agrícola em nosso Estado. Assim o fizemos. O Ministro tinha se comprometido conosco na liberação dos recursos. Dessa forma, esperávamos que fôssemos melhor contemplados. O Sub-Relator Setorial, companheiro Welinton Fagundes, até indicou para o Relator-Geral a melhoria desse relatório. Retiramos, mas entendemos a aquiescência do Relator. Espero que possa ser, juntamente com o Ministério, melhorada essa emenda.

A outra tratava da duplicação da BR-364, em Porto Velho, que passa em frente a 4 universidades com mais de 20 mil alunos. Nos 2 últimos anos, Sr. Relator, morreram de acidente de trânsito 16 jovens universitários, levando ao suicídio um pai que perdeu o único filho no último ano. Essa obra foi iniciada pelo Governo Lula, tem o compromisso de concluí-la, mas o recurso é insuficiente para tal.

Dessa forma, tínhamos feito um destaque para que ela venha primeiramente pela vida, pela salvação da vida do cidadão naquele Estado. Mas vamos compreender a limitação de recurso e agradecemos a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Miguel de Souza. Foram retirados os 2 Destaques, os de nºs 306 e 308.

Tem a palavra o Deputado Givaldo Carimbão, com o Destaque nº 642, da bancada de Alagoas.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Sr. Presidente, não vou colocar em votação, até porque já há um entendimento. A compreensão do Relator era para sair numa errata ontem. A bancada deu todo o apoio, e o Relator assumiu um compromisso juntamente com o Comitê, de forma que estou retirando a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado. Foi retirado o Destaque nº 642 pelo Deputado Givaldo Carimbão.

Tem a palavra o Senador Jonas Pinheiro, com o Destaque nº 1.475, da bancada regional do Centro-Oeste.

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, Sr. Relator, estou insistindo nesse destaque porque, como coordenador da bancada do Centro-Oeste, apresentaram-se como de regulamento 2 emendas. A primeira, de Goiás e de Brasília. Essa emenda mereceu o apoio do Relator em torno de 12 milhões de reais. A segunda emenda é dividida entre os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e foi destinada para 2 universidades, a Federal de Mato Grosso e a Federal de Mato Grosso do Sul. Essa emenda está com 5 milhões de reais.

Quando da negociação, junto com o Comitê de Emendas, houve o compromisso de colocar mais 5 milhões nessa emenda, mas não apareceu esse valor comprometido. Portanto, as 2 bancadas, tanto a de Mato Grosso como a de Mato Grosso do Sul, ficam comprometidas junto às 2 universidades, que já propagaram que teriam 10 milhões divididos entre as duas. Esse é o nosso apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado. O Deputado Waldemir Moka, que também assinou a emenda, falará subsidiariamente.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA - Na verdade, Sr. Presidente, Sr. Relator, essa é uma bancada regional, do Centro-Oeste. Historicamente, Goiás e Distrito Federal ficam com os mesmos valores que Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Não temos absolutamente nada contra Goiás e Distrito Federal terem ficado com um valor maior. O compromisso feito quando da discussão com as bancadas estaduais foi de que Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ficariam com o valor de 10 milhões de reais para as 2 universidades, a do Mato Grosso e a do Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, gostaria de fazer um apelo para o Relator, a fim de que corrigisse isso. É muito difícil explicar. É uma emenda só, emenda da Região Centro-Oeste. O nível de compromisso é esse. Está aqui a Senadora para comprovar. Foi feito um compromisso com os 2 Estados. Essa é uma questão que tem de ser resolvida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado. Passo a palavra ao Senador Romero Jucá, para que profira o seu parecer.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, caro Senador Jonas Pinheiro, Deputado Waldemir Moka, volto a bater na mesma tecla. Não tenho recursos para ampliar mais. Se houver um entendimento dos Estados dessa bancada regional para somar e dividir por 3, não há problema, mas não tenho recurso novo para colocar. Não há como cortar mais nessa situação.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, o parecer fica contrário aos destaques, mas se houver o entendimento nesse sentido, no plenário faremos o reparo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Fica registrada a ressalva que o Senador Romero Jucá faz.

Vamos colocar em votação o parecer contrário ao Destaque nº 1.475, apresentado pelo Senador Jonas Pinheiro.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que acompanham o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra os votos dos Deputados João Grandão, Geraldo Resende, Antônio Carlos Biffi, Pedro Chaves, Vander Loubet, Waldemir Moka e Abelardo Lupion. Portanto, está aprovado. O parecer foi rejeitado.

Não vai a voto no Senado, mas fica consignado que o Senador Jonas Pinheiro, o autor, e a Senadora Serys Slhessarenko votariam acompanhando a emenda.

Tem a palavra o Deputado Paulo Kobayashi.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Queria que esta Comissão fizesse uma reflexão com relação ao que está ocorrendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem a palavra o Deputado Paulo Kobayashi com o Destaque nº 816, sobre uma emenda da bancada de São Paulo.

O SR. DEPUTADO PAULO KOBAYASHI - Sr. Presidente, estou retirando solicitação de votação, porque esperava que, com o cansaço de ontem e de hoje, desses dias, o Relator titubeasse e desse alguma sobra por aí.

Já entrei como individual. Mas como S.Exa. está firme, dizendo “não” para todos, reconheço a situação e abro mão dele. Retiro a votação do destaque. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Paulo Kobayashi. Foi retirado o destaque.

Tem a palavra o Deputado Mauro Lopes. *(Pausa.)*

Ausente S.Exa. Está prejudicado o destaque.

Tem a palavra o Deputado Júlio Cesar, com o Destaque nº 26.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, pela celeridade dos trabalhos, retiro o destaque, em homenagem ao nosso grande Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Está retirado o Destaque nº 26, do Deputado Júlio Cesar.

Tem a palavra o Senador Augusto Botelho. S.Exa. apresentou os Destaques nºs 493, 494, 495, 497, 498, 499 e 396. Tem V.Exa a palavra.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO - Esqueci-me o da Deputada Almerinda, o de nº 31. Esses destaques são da Comissão de Defesa do Consumidor e da Comissão de Justiça e de Combate ao Crime Organizado. São Destaques de interesses nacionais que prevêem melhoria para a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Militar. Por outro lado, os PROCONS precisam de recursos para poder defender os consumidores e também para fazer trabalho de educação aos consumidores, para fazer congressos, seminários. Queríamos pedir um aumento com relação a esses recursos. O outro é o da Saúde, de Roraima.

Mas, seguindo a vontade da maioria, já que esta é uma Casa democrática, vou retirar os meus destaques. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Senador Augusto Botelho, que retirou os destaques.

Tem a palavra a Deputada Professora Raquel Teixeira, com os Destaques nºs 268, 269, 270 e 271.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA - Sr. Presidente, lamento não retirá-los. Vou insistir um pouco e peço a atenção desta Comissão. Os destaques que apresentei são todos ligados ao Ministério da Educação e ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Eles tratam daquilo que é mais estratégico e essencial para o desenvolvimento de uma Nação: a formação dos seus recursos humanos. Se não nos dermos conta de que se não investirmos na educação, na ciência, na tecnologia, na capacidade de as pessoas transformarem o conhecimento em processos e bens que beneficiem todos, vamos perder a corrida para o futuro.

Com certeza, no mundo do século XXI, essas áreas são estratégicas. Os destaques que fiz são para apelar para o bom senso e a sensibilidade dos colegas no sentido de aumentarmos os



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

recursos a serem destinados à rede nacional de pesquisa, ao CNPq, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e à ANDIFES.

As universidades federais têm sido uma referência de qualidade no País, e é preciso que todos nos mobilizemos. A Comissão tem a difícil tarefa de atender a demandas dos Estados, das bancadas — demandas reais, pertinentes. Mas também temos de pensar na projeção do Brasil, na preparação do futuro.

Dessa forma, educação, ciência e tecnologia são áreas estratégicas. Gostaria que pensássemos na possibilidade de aumento de recursos para essas áreas. Apelo para a sensibilidade dos colegas e do Relator.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputada Professora Raquel Teixeira.

Tem a palavra o Senador Romero Jucá, para proferir o parecer aos Destaques n^{os} 268 a 271.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, todas as questões levantadas pela Deputada são extremamente meritórias. Estamos preocupados com a questão da ciência, da tecnologia e da educação.

Porém, registro que não temos recursos a mais para agregar a qualquer ampliação, de bancada e de Comissão. Acho que não caberia, neste momento, cortar das bancadas estaduais para destinar a emendas nacionais. Portanto, não há condição operacional de fazer essa mudança. Apóio as ponderações da Deputada, mas o meu parecer é contrário.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Há ainda muitos destaques a serem votados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Não, há mais 4 votações, se ninguém interromper.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Iria solicitar que os destaques fossem retirados, mas como só há 4...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Por favor, não leve a mal a brincadeira.

O parecer do Relator é pela rejeição. Vai para votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os destaques foram rejeitados contra os votos do Deputado Paulo Kobayashi e da Deputada Professora Raquel Teixeira, Deputado Bismarck Maia, Deputado Eduardo Gomes, Deputado Ricardo Barros, Deputado Rafael Guerra, Senador Botelho — ainda não está em votação no Senado, mas fica registrado —, Deputado Paes Landim e Deputado Pauderney Avelino, em solidariedade ao PSDB

Portanto, rejeitados. Não vão à votação ao Senado.

Fica registrado que o Senador Botelho era favorável.

Tem a palavra o Deputado Paes Landim.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Sr. Presidente, houve um pequeno erro de redação, já retificado. Eu retiro o meu destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado. Foi retirado pelo Deputado Paes Landim o Destaque n^o 59.

Tem a palavra o Deputado Zé Gerardo. *(Pausa.)*

Ausente S.Exa. Fica prejudicado o destaque.

Os Destaques do Deputado Ricardo Barros são os de n^{os} 1.417 a 1.464, e também o Destaque n^o 1.406, que está incorporado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Digo aos colegas que fiquem tranquilos, pois esses são os últimos.

O Destaque n^o 1.406 refere-se a uma emenda da bancada do Paraná, que procurou viabilizar recursos para aumentar o teto do SUS dos diversos Municípios de gestão plena. Portanto, é uma emenda meritória. Mas como sei que o Senador não tem recursos, vou retirar.

Os demais referem-se à supressão de todos os itens apresentados pelo Relator com o valor de mil reais. São os de n^{os} 1.417 até 1.464. São destaques para a supressão da inclusão, pelo Relator, desses itens no Orçamento. Essa foi uma omissão do Governo. A LDO previa esses programas. O Governo não deu bola para o que foi aprovado no Congresso, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A lei é clara: Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Governo tem de usar aquela lei para fazer o orçamento. Ele simplesmente achou que não precisava cumprir a lei. O Relator está no sacrifício, tendo que fazer tantas emendas de Relator. Aliás, foram um exagero as emendas de Relator nesse Orçamento, especialmente por conta de um acordo com o FMI.

Aliás, quero lembrar que não recebi o ofício do Ministério do Planejamento com as prioridades do FMI. Gostaria de receber antes da votação em plenário.

Sr. Relator, gostaria do seu parecer sobre a supressão desses itens incluídos no Orçamento por omissão do Ministério do Planejamento.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Ricardo Barros, V.Exa. levanta questão extremamente pertinente. Faço uma sugestão para acatar, em parte, a emenda de V.Exa.

Digo que não quero acabar com todos os programas. Alguns programas receberam emendas e, portanto, foram acrescidos no valor. Esses permaneceriam. Aqueles que não receberam emendas e, portanto, estão com o valor nominal de mil reais, dou o parecer favorável para que se retire do Orçamento.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Muito obrigado, Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - São mil reais, não é 1 milhão. Não adianta ninguém fazer conta com esse dinheiro, porque não é 1 milhão de reais, são mil reais.

Como é preciso fazer o levantamento do que tem e do que não tem, faço um acordo com o Deputado Ricardo Barros no sentido de fazermos essa modificação na sessão de votação no plenário do Congresso Nacional, quando teremos a lista dos projetos que estão sendo cancelados. Assim, evita-se qualquer tipo de injustiça.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Porém, apenas dois desses...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - V.Exa. sabe os números? Não podemos colocar em votação e depois descobrir que há uma coisa...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Os dois que foram atendidos estão na errata do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - E não estão neste...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Estão na errata porque eles foram acrescidos desses valores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Mas os destaques englobam esses aí?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sim, mas são apenas dois que serão retirados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Então, estão prejudicados esses dois.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Só para entender. As duas funcionais da errata serão mantidas. Todo o restante será retirado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Exatamente. Os dois da CODEVASF que estão na errata ficam mantidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Esses dois ficam prejudicados porque já estão na errata.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O parecer é pela rejeição.

Desculpem, o parecer é pelo apoio.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION - O bom senso nos manda verificar um por um, porque às vezes há algum Habitar BID, alguma coisa, como já vimos hoje, para verificar se existe a possibilidade de às vezes trancarmos os recursos internacionais que estão ali só para abrir...

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Não é nenhum tipo de contrapartida de financiamento. O que era contrapartida de financiamento nós alocamos. São atividades específicas que efetivamente não foram elencadas como prioridade na confecção da peça orçamentária.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, o Governo pode mandar créditos especiais. A partir de janeiro, se quiser implementar algum programa desses, o Governo pode mandar um crédito especial. Não haverá prejuízo para ninguém. Apenas, nós, pela Comissão, não podemos admitir a inclusão de tais programas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Então, o parecer é favorável.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Destaque nº 666, do Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, Srs. Relatores, trata-se do destaque de uma emenda da bancada de Goiás. Senti-me honrado pelo fato de o Líder Sandro Mabel, que não é desta Comissão, pedir-me para fazer a defesa do destaque. Trata-se de importante obra: corredores de transporte em Goiás, de maneira especial no Município de Aparecida de Goiânia. Eu poderia fundamentar, há recursos, mas evidentemente precisaria aumentá-los. Porém, Sr. Relator, já sabendo da dificuldade de recursos, não querendo expor V.Exa. a dar um parecer contrário a um investimento tão importante, e não tendo eu a mesma capacidade do Deputado Sandro Mabel, também não querendo expô-lo a uma derrota, vou tomar a liberdade de não colocar o destaque em votação. Espero que juntos possamos lutar pela liberação dos recursos já consignados e oportunamente discutir com o Deputado Sandro Mabel e a bancada de Goiás um acréscimo a esse importante investimento para Goiás e para o Brasil.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, quero apenas tranqüilizar o Deputado Virgílio Guimarães, pois Aparecida de Goiânia, terra do Deputado Sandro Mabel, já foi bastante aquinhoadada com esse projeto quando do atendimento das emendas no relatório geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Como esse destaque foi retirado pelo Deputado Virgílio Guimarães, não há mais destaques a votar. A votação do Orçamento está concluída, a matéria segue para o Plenário. *(Palmas.)*

Informo que ainda há matérias que não foram votadas. Vou conceder aos Parlamentares 3 minutos de prazo para fazerem as congratulações ao Senador Romero Jucá.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, indago a V.Exa. e à Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Só um minutinho, por favor.

Deputado Claudio Cajado, antes de V.Exa. falar, quero informar que a sessão do Congresso está marcada para as 14h30min. Teremos muito pouco tempo para que a consultoria prepare a documentação. Portanto, já peço ao Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, que converse com o Deputado Inocêncio Oliveira, que está presidindo o Congresso, para, caso haja necessidade, postergar a sessão por meia hora ou um pouco mais, a fim de que possamos levar a documentação e fazer a votação com tranqüilidade.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, a minha questão de ordem vai justamente nessa vertente. É impossível estarmos às 14h para iniciarmos a sessão do Congresso. Apelo para V.Exa. que marque a sessão para as 15h, porque teremos, seguramente, mais 2 horas, e a assessoria técnica da Comissão poderá agilizar toda a parte relativa aos relatórios e às erratas.

Portanto, Sr. Presidente, 1 hora é muito pouco. V.Exa. poderia combinar com o Líder do Governo para que às 15h estivéssemos no plenário do Senado para a votação, já que não haverá mais problema a ser enfrentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Claudio Cajado, a consultoria acredita que, mesmo com 1 hora e meia, tendo início a sessão às 15h, seria muito pouco tempo. Portanto, vamos sugerir ao Deputado Inocêncio Oliveira, que preside o Congresso hoje, para que passe a sessão para as 16h.

Temos o problema de levar a documentação pronta, e a consultoria precisa trabalhar. Darei alguns minutos de intervalo e depois vamos retomar para continuar a votação de algumas matérias. O Deputado Pauderney Avelino está ponderando que podemos começar a sessão às 15h para fazer os discursos, e a Ordem do Dia ficaria para as 16h.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É a sugestão que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Temos alguns créditos a serem votados.

Temos o Projeto de Lei nº 48, que altera a LDO. Gostaria de pedir aos Srs. Parlamentares mais alguns instantes, porque este projeto é importantíssimo. Foi deliberado pela Comissão que ele ficaria para depois.

Peço ao Deputado Júlio Cesar que me acompanhe à Mesa e ao Deputado Devanir Ribeiro que apresente o relatório. Pauta nº 36, Projeto nº 48, que acrescenta artigo à LDO.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Sr. Presidente, como Relator, o meu parecer é favorável, mas nos termos do substitutivo, o qual quero que seja apresentado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O substitutivo já foi distribuído, mas só acrescento que ele e o Projeto de Lei nº 48 alteram o inciso IV do § 4º do art. 7, que incluiu os §§ 2-A e 5-A ao art. 19 e altera o inciso III do § 1º do art. 29, e acrescenta o § 4º ao art. 64 e o art. 100-A à Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2005 e dá outras providências.

Portanto, há um substitutivo que já foi distribuído, para ganharmos tempo. Esse é o substitutivo que apresento como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, a discussão está encerrada.

Lembro que essa matéria foi bastante discutida anteriormente.

Em votação o parecer na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Senador Romero Jucá, antes que V.Exa. saia, gostaria dizer-lhe o seguinte: existem 2 destaques de emendas individuais que receberam parecer favorável do Relator. Portanto, é preciso fazer remanejamento de emendas individuais e realizar a votação dos Destaques nº 542 e 1.389, do Senador Tião Viana.

Colocamos em votação, na Câmara dos Deputados, o parecer favorável.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Palmas.)*

Último item.

Projeto de Lei nº 97, de 2004, que abre ao Orçamento de Investimento para 2004, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor de 1 bilhão, 314 milhões, 876 mil e 25 reais e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de 2 bilhões, 305 milhões, 366 mil e 380 reais, para os fins que especifica.

Relator, Deputado Carlito Merss.

Foram apresentadas 4 emendas e o voto é favorável nos termos do projeto.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, apesar da ansiedade e do espírito de final de ano que toma conta desta sessão, este é um projeto que abre ao Orçamento de Investimento para diversas estatais crédito no valor de mais de 1 bilhão e 314 milhões de reais. Basicamente, abrange as empresas estatais, CASEMG, CEAGESP, IRB, Cobra e outras.

Nosso relatório, Sr. Presidente, é pela aprovação do projeto com a rejeição das Emendas nºs 11 e 4.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado.

Parecer do Relator em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As alterações feitas no PPA foram deixadas para trás, os créditos especiais que já foram aprovados. Eles têm de ser aprovados nesta Comissão porque senão fica invalidada a votação.

Requerimento para inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 128.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Projeto de Lei nº 128, que altera os Programas Brasil Patrimônio Cultural e Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação, constantes do Plano Plurianual para o período 2004.

Relator, Senador Sérgio Guerra.

Foram apresentadas duas emendas, e o voto é favorável nos termos do projeto.

Concedo a palavra ao Deputado Gilmar Machado para proferir o voto.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei que altera o Programa Brasil Patrimônio Cultural.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Em votação, na Câmara dos Deputados, o parecer do Relator.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O próximo é o Projeto de Lei nº 132, também de alteração do Plano Plurianual. Temos um requerimento para sua inclusão na pauta.

O Srs. Deputados que concordam com a inclusão na pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Relator é o Deputado Amauri Gasques.

O projeto altera o Programa Corredor Mercosul, constante do Plano Plurianual, para o período 2004.

Foram apresentadas 19 emendas e o voto é favorável nos termos do projeto.

Com a palavra o Deputado Amauri Gasques.

O SR. DEPUTADO AMAURI GASQUES - Sr. Presidente, somos pela rejeição das Emendas nºs 1, 9, 11, 13, 14, 10, 12, 18, 19, 15 e 17 e favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 132/04, na forma proposta pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O Deputado é favorável, nos termos do projeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento para inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 134, que altera o programa Energia Cidadã no Plano Plurianual.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Senador Hélio Costa é o Relator.

Solicito ao Deputado Gilmar Machado que faça a leitura do parecer.

Foram apresentadas duas emendas e o voto é favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - O programa é extremamente importante e, diante disso, somos pela aprovação do projeto na forma do substitutivo já amplamente divulgado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O parecer é favorável nos termos do substitutivo.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Temos alguns outros requerimentos que, por falta de tempo, ficarão sem deliberação. Na próxima reunião, com a concordância do Deputado Ricardo Barros, faremos a votação.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, se V.Exa. acatar o meu recurso, pode rejeitar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O requerimento ficará para a pauta seguinte.

Confesso ao Deputado Ricardo Barros que não me debrucei sobre essa matéria nos últimos dias.

Antes de encerrar e atendendo a um impulso do Deputado Walter Pinheiro, agradeço às Sras. e aos Srs. Deputados e às Sras. e aos Srs. Senadores. Fizemos um bom trabalho dentro das condições apresentadas.

Lamentavelmente, deixamos para muito depois do período razoável o início da discussão real do orçamento. E, assim, tivemos de pagar um preço por isso.

O processo não pode de forma alguma ser elogiado. Há um consenso hoje na Casa de que é preciso fazer mudanças na forma de tramitação do processo orçamentário no Congresso Nacional, mas, de qualquer maneira, agradeço o comportamento dos companheiros.

Antes de declarar encerrada a reunião, agradeço, mais uma vez, a colaboração de todos e me desculpo por eventuais excessos. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião. *(Palmas.)*